

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo**

**A reprodução das formas de  
apropriação produtiva da terra pelo  
trabalho familiar a sudoeste da  
capital paulista:**

**relação cidade-campo no contexto da urbanização  
da cidade de São Paulo**

**Giancarlo Livman Frabetti**

**Giancarlo Livman Frabetti**

**A reprodução das formas de  
apropriação produtiva da terra pelo  
trabalho familiar a sudoeste da  
capital paulista:**

**relação cidade-campo no contexto da urbanização da  
cidade de São Paulo**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo, com fins de  
obtenção do título de Mestre em Geografia  
Humana. Orientador: Prof. Dr. Júlio César  
Suzuki

**Pesquisa realizada com apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado  
de São Paulo (FAPESP)**

São Paulo  
Setembro de 2008

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_ de 2008, pela banca examinadora  
constituída pelos professores:

---

---

---

---

Dedico este trabalho às minhas filhas, Maria Carolina e Ana Beatriz.  
Que vocês nunca aproveitem de seu pai outro exemplo a não ser o de  
buscar eternizar a existência no amor, no trabalho e no conhecimento,  
antepondo-se a todas as formas de parasitas que se alimentam ao  
governar essas fontes da vida.

## Agradecimentos:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio César Suzuki, por me escolher, incentivar, por contribuir para minha formação intelectual e pela minúcia com que acompanhou a maturação do meu pensamento. Isso tudo, além da paciência para lidar com o meu problema crônico de falta de organização.

A todos os entrevistados que gentilmente se dispuseram a conceder seu tempo e abrir a porta de suas casas para me receber e contar a história de suas vidas.

Às pessoas ligadas a instituições públicas, que também dedicaram parte de seu tempo para me receber e dialogar: Luís Sertório Teixeira, Maria Lúcia Bellenzani, Rodrigo Martins dos Santos, Claudionor (com quem visitei as comunidades de Tenondé-Porã e Krucutu).

Aos professores Amélia Luísa Damiani, Antônio Carlos Robert de Moraes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Júlio César Suzuki, com os quais fiz os cursos da pós-graduação, e cujos ensinamentos tenho a pretensão de ver refletidos nessa dissertação.

Aos colegas do grupo de colóquio do professor Júlio, especialmente Evandro, Samrone, Josoaldo, Rogério, André, Elisângela e Selito, pelo diálogo que estabelecemos acerca dos nossos trabalhos.

À FAPESP, pelo auxílio financeiro que permitiu a realização deste trabalho.

Agradecimentos especiais a Rosyres de Carvalho Oppido, que me trouxe conforto na hora do desespero. Que fez um homem de pouca fé amar a vida e que soube, como ninguém jamais saberia, arrancar uma explosão multicromática dos meus dentes.

Aos meus pais, Celso e Tereza, por terem me ajudado a superar crises na minha adolescência (e depois dela), por estarem comigo nos momentos em que mais precisei de alguém e por terem sacrificado suas vidas em nome da minha e da de minha irmã, Bianca, a quem também carinhosamente agradeço pela torcida.

## Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar historicamente, com base em um caso específico, as metamorfoses nas relações cidade-campo em uma área de contigüidade entre essas duas porções territoriais. Para alcançar este objetivo, abordaremos as transformações no meio rural a sudoeste da atual metrópole paulistana, área antigamente conhecida como Sertão de Santo Amaro. Relações, estas, dadas sem dúvida conforme as determinações do processo de urbanização da cidade de São Paulo, mas, ainda, envolvendo a reprodução de temporalidades diversas, irredutíveis ao processo social hegemônico. Temporalidades, estas, dadas de acordo com as formas de apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar. Com base na compreensão dos conceitos de produção e intercâmbio, tidos em seu sentido amplo (ou seja, não somente considerando a produção de bens materiais, mas também espirituais, de idéias e valores), analisaremos três momentos da relação entre a capital paulista e seu entorno rural, considerando-se que no movimento do real as problemáticas de tempos pretéritos não foram resolvidas, e encontram-se reproduzidas sob novos contextos, dados pelo surgimento de novas problemáticas sociais hegemônicas. O primeiro momento foi dado quando a cidade de São Paulo era um centro de poder colonial e eclesiástico, mas não econômico, enquanto em seus arredores rurais predominava a economia do excedente. Sob tal contexto histórico, mostraremos como a produção por meio da economia doméstica no Sertão de Santo Amaro e as trocas, ainda que intersticiais, entre a população caipira e as cidades e vilas do planalto paulista, foram fundamentais para a incorporação de trabalho àquelas terras ainda não desbravadas, abrindo caminho para sua mercantilização. Em seguida, com a urbanização da capital paulista (dada inicialmente com base na riqueza gerada pela economia agroexportadora do interior), temos o início da chamada suburbanização dos arredores paulistanos. O segundo momento analisado refere-se, portanto, ao aprofundamento da divisão do trabalho entre campo e cidade no caso particular da borda sudoeste da capital paulista: ao antigo sertão, sobrepõe-se o espaço econômico da agricultura voltada fundamentalmente ao abastecimento dos mercados urbanos de São Paulo;

porém, uma agricultura ainda baseada em relações não-capitalistas de produção. Houve, de fato, uma proliferação de pequenas unidades domésticas de produção, organizadas por conglomerados cooperativistas (cuja origem remete às tradições do modo de vida comunitário da sociedade nipo-brasileira). É fundamental observarmos que, devido ao aprofundamento das relações mercantis, esse trabalho agrícola não-capitalista será subsumido pelo processo do capital no momento da circulação de mercadorias, de modo que destacaremos o crescente papel dos monopólios sediados na cidade sobre a produção e o modo de vida dos camponeses no entorno urbano. Por fim, abordaremos a situação de espraiamento urbano em São Paulo, bem como a tendência de polarização socioeconômica e desagregação de formas comunitárias nessa área de estudo. Todavia, concluímos afirmando que a crise do trabalho e o momento crítico da urbanização contraditoriamente recriam formas diversas de apropriação produtiva da terra, baseadas no trabalho familiar, nas áreas limítrofes da metrópole. Destacamos em nossa conclusão a diversidade de temporalidades criadas no interior dessa problemática do espraiamento urbano. Entre essas formas pretéritas, temos, personificados, ainda nos dias de hoje (e, portanto, sobre novas bases econômicas e sociais), camponeses proprietários, proletários convertidos em camponeses rendeiros, comunidades indígenas que encontram em suas reservas o refúgio para a expropriação territorial e para a degradação cultural, bem como formas extremas de exploração do trabalho, como é o caso dos caseiros, que, apesar de trabalharem sem receber salário algum, têm certa garantia de habitação e ainda usam porções de terra para obterem diretamente meios de sobrevivência.

**Palavras-chave:** relação cidade-campo, entorno rural metropolitano, reprodução camponesa, relações sociais de produção, temporalidades diversas no processo do capital.

# Índice

Introdução ao problema de pesquisa e exposição do seu encaminhamento teórico-metodológico .....	1
Apresentação do problema de pesquisa .....	2
Estruturação teórico-metodológica da dissertação e procedimentos de pesquisa .....	15
1. O modelo clássico de análise das relações cidade-campo .....	18
2. A revalorização do rural no debate contemporâneo e as “novas” propostas de estratégias para seu desenvolvimento .....	19
3. O desenvolvimento desigual do capitalismo na compreensão da relação campo-cidade .....	26
4. A recriação de temporalidades diversas no interior do processo de reprodução ampliada do capital .....	31
5. A irredutibilidade das temporalidades diversas no meio rural apreendidas a partir da técnica de pesquisa das histórias de vida .....	37
6. Procedimentos e materiais utilizados no trabalho de campo .....	43
Resumo da estrutura da dissertação .....	48
Parte I: Economia doméstica e civilização caipira no Sertão de Santo Amaro ....	53
Capítulo 1: A colonização do planalto paulistano e a instalação da colônia de Santo Amaro .....	54
1.1. A formação dos primeiros núcleos de povoamento no planalto paulistano .....	54
1.2. A cidade de São Paulo e seus arredores no século XIX: a formação do cinturão caipira .....	61
1.3. A fundação do núcleo colonial de Santo Amaro .....	64
Capítulo 2: O trabalho camponês no Sertão de Santo Amaro .....	77
2.1. A divisão do trabalho na origem da separação entre campo e cidade ..	78



2.2. A primeira divisão do trabalho entre São Paulo e os núcleos do entorno .....	83
2.3. A economia doméstica camponesa no processo de ocupação do Sertão de Santo Amaro .....	85
2.4. Relação da economia doméstica com o início da modernização capitalista em São Paulo .....	122
Capítulo 3: A aculturação do imigrante alemão e os bairros caipiras .....	130
3.1. O “isolamento” do Sertão de Santo Amaro e a aculturação do elemento alemão .....	130
3.2. Formação dos bairros rurais no Sertão de Santo Amaro .....	138
3.3. O caipira do sertão de Santo Amaro .....	140
3.4. O rural e o urbano nas teorias sociais .....	156
3.5. As relações com os núcleos dos bairros rurais e com a cidade .....	162
Parte II: Industrialização de São Paulo e especialização da agricultura nos subúrbios	177
Capítulo 4: A metamorfose da riqueza no caso brasileiro, a formação dos mercados urbanos de São Paulo e a suburbanização do meio rural de Santo Amaro .....	178
4.1. A transformação da terra em mercadoria e a economia agrária como instrumento de produção do capital na urbanização de São Paulo .....	178
4.2. O desenvolvimento dos mercados internos em São Paulo: dos ambulantes ao Mercado Central .....	190
4.3. A suburbanização do Sertão de Santo Amaro conforme o processo de urbanização de São Paulo .....	195
4.4. A maior integração entre os subúrbios rurais de Santo Amaro e os mercados urbanos de São Paulo .....	203
Capítulo 5: As transformações na agricultura realizada segundo a lógica da economia doméstica conforme sua maior integração com os mercados urbanos de São Paulo .....	208

5.1. Primórdios da imigração japonesa ao Brasil e da Cooperativa Agrícola de Cotia .....	208
5.2. A transformação na forma de organizar a unidade produtiva agrícola: uma agricultura fundamentalmente comercial praticada sob a lógica da economia doméstica .....	216
5.3. A sujeição da renda camponesa da terra na fase da circulação do processo do capital .....	249
Capítulo 6: A organização social da produção econômica doméstica nas colônias japonesas ao sul de São Paulo .....	266
6.1. Unidade de produção doméstica e modo de vida .....	266
6.2. A cultura e a ação histórica dos sujeitos concretos .....	270
6.3. O ie: unidade básica constituinte da sociedade agrária japonesa no Brasil .....	274
6.4. A formação dos bairros japoneses e a organização comunitária japonesa: as escolas japonesas, as associações culturais e os mutirões .....	284
6.5. A atuação das Associações na produção dos bairros rurais japoneses .....	295
6.6. A crise na agricultura .....	301
Parte III: Reprodução da apropriação produtiva da terra com base no trabalho familiar no vetor sul do espraiamento urbano de São Paulo .....	304
Capítulo 7: O espraiamento urbano de São Paulo e o litígio em torno do uso da terra na Área de Proteção aos Mananciais .....	305
7.1. O adensamento urbano periférico em São Paulo a partir de meados do século XX .....	305
7.2. A instituição de dispositivos de controle do uso e ocupação do solo no entorno da metrópole paulistana .....	315
7.3. A urbanização crítica: caracterização socioeconômica das áreas de espraiamento urbano ao sul de São Paulo .....	325
7.5. A discussão sobre o sobre os limites entre o rural e o urbano no entorno de São Paulo .....	339

Capítulo 8: impacto dos mercados monopolistas sobre o processo de trabalho camponês e os atuais sistemas de cultivo da agricultura comercial .....	357
8.1. Camponeses e agricultores capitalistas – o debate sobre a diferenciação e a nova corrente teórica do desenvolvimento rural .....	357
8.2. A diversidade do processo de trabalho na olericultura atualmente praticada na borda sul da metrópole paulistana .....	363
8.3. As determinações da especialização do trabalho agrícola sobre a lógica da economia doméstica .....	373
8.4. Os meios de produção e a relação do trabalho familiar com a indústria de insumos e maquinário agrícolas .....	384
8.5. Sistemas agrícolas complementares .....	397
8.6. O cultivo de plantas ornamentais .....	401
8.7. As formas de comercialização da produção agrícola .....	406
Capítulo 9: A Reprodução de temporalidades e modos de vida diversos no contexto da crise do trabalho e do espraiamento urbano de São Paulo .....	416
9.1. Reprodução da apropriação territorial com a finalidade de obtenção dos meios de vida num contexto de crise do capitalismo e da urbanização .....	416
9.3. A “individualização” das unidades de produção agrícolas domésticas e sua reprodução diante da crise do trabalho .....	422
9.4. A reprodução de modos de vida ancestrais em comunidades indígenas .....	434
9.5. Agricultores urbanos desempregados ou subempregados e trabalhadores proletarizados na agricultura .....	443
9.6. A questão da propriedade e uso da terra em área de proteção ambiental e a criação de novas unidades de produção familiares ao sul de São Paulo .....	449
Considerações finais .....	468
Referências Bibliográficas .....	487

**Introdução ao problema de pesquisa  
e exposição do seu encaminhamento  
teórico-metodológico**

## **Apresentação do problema de pesquisa**

O intenso processo de metropolização da Cidade de São Paulo, tomado do ponto de vista das transformações historicamente efetuadas no seu entorno rural, constitui um tema recorrentemente explorado na geografia moderna brasileira. Vejamos, a seguir, um levantamento sumário dos mais importantes trabalhos empenhados em contribuir com a problematização de tal temática.

Pasquale Petrone (PETRONE, 1964), por exemplo, destacou a presença dos aldeamentos indígenas que circundavam a antiga vila de Piratininga, mostrando como esses aldeamentos influenciaram a formação dos núcleos de povoamento no planalto paulistano, os quais estiveram na base da dominação da Coroa Portuguesa sobre a área em questão, estratégica do ponto de vista da implementação do projeto colonial. Nesta obra, aponta-se, também, como, posteriormente, foi se dando o esvaziamento das funções originais nos aldeamentos, ocorrendo, assim, o surgimento dos núcleos caipiras, os quais, enfim, viriam a sofrer os efeitos do crescimento de São Paulo.

Aroldo de Azevedo (AZEVEDO, 1945) estudou, no período referente ao início do processo de urbanização de São Paulo, ao leste da metrópole, as funções residencial, agrícola e industrial dos subúrbios paulistanos; funções, estas, estabelecidas em relação ao centro urbano que se expandia e passava a incluir esses subúrbios na denominada massa dos bairros periféricos. Além desse trabalho, Azevedo organizou a obra em quatro volumes intitulada *A Cidade de São Paulo* (1954), na qual autores como Aziz Nacib Ab'Saber, Antônio da Rocha Penteado e Emília Viotti Costa apresentam trabalhos que buscaram registrar aspectos diversos da formação, da morfologia e do funcionamento da metrópole, tais como sua hidrografia, sua população, sua economia e suas formas de uso do solo, havendo um volume inteiro dessa obra dedicado ao estudo dos subúrbios paulistanos.

Manoel Seabra (SEABRA, 1971), por sua vez, preocupou-se com a compreensão dos fatores da organização do espaço econômico de um município funcionalmente integrado à metrópole, no caso, o município de

Vargem Grande (atual Vargem Grande Paulista), destacando, entre esses fatores, o chamado cinturão verde de São Paulo: uma região formada por pequenas unidades de produção agrícola voltadas primordialmente ao abastecimento dos mercados metropolitanos. Diante dessa preocupação, em Seabra analisou o papel da Cooperativa Agrícola de Cotia na organização dessa agricultura fundamentalmente comercial. Na seqüência dessa análise, seu trabalho apontou, ainda, de maneira conclusiva, a tendência de que, sob as determinações do crescimento de São Paulo, os negócios com terra estavam passando a atuar de modo mais preponderante do que a agricultura no espaço econômico das áreas contíguas à metrópole.

Não poderíamos deixar de citar Juergen Richard Langenbuch (LANGENBUCH, 1968), autor que estudou a evolução da urbanização da capital paulista e dos núcleos os quais viriam a compor a Região Metropolitana de São Paulo, mostrando sua estruturação desde a fase pré-metropolitana, passando pela formação dos núcleos de povoamento dos arredores paulistanos, em seguida pelo surgimento dos subúrbios industriais, residenciais ou rurais (funcionalmente integrados à cidade de São Paulo), até atingir o estágio no qual se deu a conurbação dos antigos núcleos circundantes à mencionada capital.

Enfim, devido à expressividade, no pensamento geográfico brasileiro, da temática da urbanização de São Paulo tomada do ponto de vista das transformações no seu vasto e complexo entorno, decidimos também dela nos apropriar na elaboração da dissertação aqui apresentada, com a pretensão de simultaneamente resgatar e criticar o legado dessas obras.

Foi desenvolvida, assim, nossa problemática de pesquisa que compreende, num recorte espacial, ao menos inicialmente satisfatório, a atual borda sudoeste da grande conurbação paulistana (observar Mapa 1, ao final deste Capítulo, no qual indicamos mais precisamente a delimitação e o posicionamento da área de estudo de nossa pesquisa, em relação ao conjunto da Região Metropolitana de São Paulo). Em nossos primeiros trabalhos de campo nos distritos de Parelheiros e Marsilac (realizados em 2002), assim como na parte oriental do município de Embu-Guaçu, viemos a constatar, ainda hoje, a

presença de uma variedade de situações as quais aparentemente assemelhavam-se aos relatos descritivos fartamente contidos nos trabalhos clássicos da geografia histórica do entorno rural de São Paulo.

Mesmo em uma leitura preliminar da paisagem ao longo das estradas de terra desta área, pudemos avistar áreas de mata em diferentes estágios de regeneração, numerosas chácaras de segunda residência, empreendimentos rurais como pesqueiros e pousadas, extensos terrenos cobertos pela silvicultura, algumas olarias, serrarias e áreas de mineração. Além desses usos não-agrícolas do solo, inicialmente pareceu-nos surpreendente perceber que também não era raro encontrar, dentro dos limites municipais de uma capital com esse porte, roças de fundo de quintal, ou mesmo agricultores trabalhando para abastecer os mercados urbanos; alguns, contratando muitos funcionários, outros, se apoiando exclusivamente no trabalho familiar. Muitos deles residindo e trabalhando próximos a aglomerações populacionais, as quais, crescendo rapidamente em condições as mais precárias, compõem o movimento de espraiamento urbano na periferia de São Paulo, ou seja, um lugar onde ocorrem, de modo extremo, o parcelamento da terra e o crescimento demográfico sob condições de precariedade de acesso a serviços públicos, tais como o de saneamento básico.

Vale mencionar que, segundo nossas observações iniciais, tínhamos claramente, na área de estudo selecionada, até mesmo evidências da reprodução de formas não especificamente capitalistas de produção, controlando o uso de parcelas significativas de terra e assumindo modos de vida peculiarmente tradicionais. Quais seriam as implicações dessa reprodução camponesa na compreensão que a Geografia tem acerca do processo de urbanização?

Permanecemos, portanto, como os autores clássicos acima referidos, buscando compreender a relação entre o crescimento de São Paulo e o desenvolvimento de suas áreas rurais contíguas. Porém, mais do que descrever as mudanças nas funções do entorno, nas categorias de uso e ocupação do solo e na morfologia da metrópole em crescimento, temos aqui a pretensão de ir ao

encontro dos *processos sociais* fundamentais os quais produziram a configuração geográfica encontrada, no presente, nos confins da grande conurbação paulistana, bem como sua relação com a forma econômica hegemônica e a sociedade urbana concentradas na mesma.

Estamos, de fato, tratando de uma área evidentemente limítrofe da expansão urbana, em que as modalidades de uso do solo estão visivelmente entremeadas na paisagem; mas, além da constatação desse dado aparente, aceitamos, nesta pesquisa, o desafio da identificação dos termos da relação entre, de um lado, as determinações hegemônicas impostas pelo processo do capital (as quais encontram-se concentradas na metrópole em formação e em crescimento) e, de outro lado, o fundamento da reprodução do trabalho familiar e dos modos de vida tradicionais ainda presentes nas áreas rurais do entorno metropolitano de São Paulo.

Em consequência dessa nossa busca pelos processos sociais envolvendo, enquanto uma determinada totalidade, os meios rural e urbano em áreas limítrofes das metrópoles, podemos afirmar que o objetivo geral deste trabalho de pesquisa é o de analisar historicamente a reprodução das formas de apropriação produtiva da terra rural ao sul de São Paulo, destacando-se as que se baseiam no trabalho familiar, em sua relação com as determinações do processo de metropolização. Orientando o cumprimento desse objetivo, operaremos sob o fundamento teórico da recriação capitalista das relações não-capitalistas de produção (pressuposto, este, que pormenorizaremos em momento oportuno). Tratamos, portanto, da própria relação cidade-campo, para cuja compreensão o caso proposto oferece particularidades consideráveis, destacando-se a situação de extrema proximidade da área de estudo com a metrópole de maior porte em todo o território nacional.

Partimos do pressuposto de que os processos sociais transcorridos historicamente no entorno rural da cidade de São Paulo guardam indubitavelmente relação com a metamorfose do antigo centro em metrópole polinucleada e conurbada aos aglomerados dos seus arredores. Assim, o entendimento da relação entre os conteúdos dessas duas porções territoriais



contíguas (a metrópole e o meio rural circundante) passa necessariamente pelo princípio de que um movimento de grandes proporções tomou conta da relação entre eles estabelecida; movimento, este, impulsionado por forças sociais que simultaneamente incidem na cidade e dela partem.

Para contemplarmos a proposta inicial acima exposta, será necessário, ao início de cada momento histórico analisado, apresentar um panorama do processo de modernização brasileiro a partir dos acontecimentos ocorridos em São Paulo, tomado, portanto, na escala metropolitana dos fenômenos. Isso será feito com base em dados extraídos de fontes secundárias que nos mostrem como a terra, a sudoeste da cidade, foi transformada em mercadoria e passou a ser progressivamente mais subordinada às decisões tomadas na metrópole, atendendo a interesses de classe situados na mesma. Enfim, dentro do contexto geral de cada momento da expansão metropolitana, nos quais se verifica conseqüentemente a progressiva ampliação dos mercados consumidores urbanos, buscaremos avaliar as transformações que o aprofundamento das relações mediadas pelo mercado provocaram no processo de trabalho e nos modos de vida comunitários da população rural que, com base no trabalho familiar, veio se apropriando produtivamente da terra, particularmente na área de estudo escolhida.

Mas, se aqui terminasse a colocação do problema, seria fácil resolver as determinações e o resultado do processo geral: concluiríamos que as áreas rurais do entorno de São Paulo vieram sofrendo, de maneira unívoca, as conseqüências do crescimento urbano, sendo atualmente compostas apenas por algumas reservas incorporadas funcionalmente enquanto infra-estrutura de abastecimento urbano (a vegetação nativa e as represas) somadas a um resquício de terrenos ainda não adensados em que supostamente predominariam atividades ligadas ao setor terciário da economia. No entanto, quando observamos empiricamente os limites físicos alcançados pela aglomeração das formas concretas e imóveis da conurbação paulistana, percebemos, entremeados, tanto a expansão de uma periferia metropolitana desprovida dos mais básicos serviços urbanos, quanto a presença de uma

paisagem rural que absolutamente não pode ser confundida com a própria periferia, nem pode ser totalmente compreendida pelas determinações do crescimento urbano na metrópole.

Diante das evidências empíricas oferecidas pela presença de situações cuja compreensão nos remete ao que existe de irredutível às determinações mais gerais impostas pelo crescimento de São Paulo, somos levados a questionar os limites das explicações unicamente centradas nas contradições do processo de urbanização para compreender as transformações na relação entre metrópole e seu entorno. Nossa proposta é a de criar uma alternativa para a interpretação da relação cidade-campo nos vetores do espraiamento de grandes metrópoles, sugerindo, então, a busca, sobretudo, das mediações, dos processos mais singulares, das permanências, bem como da relação desses processos com aqueles mais gerais, determinados pelo capital (industrial, imobiliário, financeiro e mercantil), pelo Estado e, enfim, concentrados e difundidos pela produção do espaço urbano de São Paulo.

Por conseguinte, nesta pesquisa, teremos como eixo central a compreensão histórica da irredutibilidade dos aspectos da reprodução camponesa (no seu sentido amplo, tanto como reprodução da capacidade de obtenção dos meios e vida mediante a apropriação da terra, quanto a reprodução do modo de vida, dos valores, da ordem moral e hierárquica) ao contexto das crescentes determinações impostas pela metropolização de São Paulo à organização econômica e social de seus arredores.

Por isso, dentre todas as modalidades de uso do solo identificadas na área de estudo desta pesquisa, escolhemos destacar e analisar a agricultura. De um lado, trata-se de uma atividade a partir da qual, com base em diversas formas de trabalho e modos de apropriação da terra, operou-se uma transformação original na paisagem rural ao sul de São Paulo, aproveitando-se os recursos dessa mesma paisagem na produção de mercadorias cada vez mais voltadas ao abastecimento dos crescentes mercados urbanos. De outro lado, a atividade agrícola no caso particular da Zona Sul de São Paulo e adjacências também foi um meio imprescindível para a obtenção direta ou indireta dos

recursos materiais com os quais se mantêm as unidades familiares de produção, algumas delas existentes até os tempos atuais, com sua lógica econômica e social particular, interna.

A consideração dessa lógica particular das unidades de produção domésticas, cuja reprodução mediante o impacto da divisão do trabalho buscamos compreender, cobra-nos, então, a necessidade de analisar pormenorizadamente os elementos da reprodução camponesa no caso abordado. A contemplação deste objetivo particular, por sua vez, depende de que ainda sejam realizadas outras duas tarefas a ele subordinadas.

Primeiramente, devermos descrever em momentos históricos diversos o processo de trabalho nas unidades de produção domésticas, destacando a composição da força-de-trabalho, a natureza e a forma de obtenção dos meios de produção e, enfim, as relações sociais de trabalho que envolvem a apropriação produtiva da terra, inclusive mostrando como este último elemento determinou tecnicamente a realização da atividade agrícola.

Em seguida, considerando a família camponesa não somente como um trabalhador coletivo, mas como um fenômeno social em cuja formação estão contidos valores particulares, formas hierárquicas, deveres e direitos, buscaremos interpretar em diversos grupos camponeses, na especificidade do caso do entorno rural de São Paulo, os significados conferidos à família, ao trabalho e à terra, fundamentalmente, resultando disso as formas comunitárias de sociabilidade que, por sua vez, organizam e dão o sentido da vida à atividade econômica exercida nas unidades de produção domésticas.

Partiremos, portanto, das condições criadas pelo impacto dos mercados capitalistas sobre as formas econômicas da agricultura, mas também entendemos que essas formas (especialmente as não-capitalistas) são a base da constituição e do prolongamento histórico das comunidades rurais que, por sua vez, organizam coletivamente o tempo de trabalho, o espaço comunitário e orientam as normas de transmissão da terra de geração para geração, completando, assim, a análise da reprodução camponesa em áreas imediatamente seguidas aos limites da grande aglomeração urbana paulistana.

Esses dois passos necessários à resolução da pesquisa serão alimentados com as observações e os dados obtidos em trabalho de campo e, principalmente, com o recolhimento das informações e impressões pessoais contidas nos depoimentos em que os entrevistados contaram suas histórias de vida. Além disso, a interpretação de fotografias conseguidas junto ao acervo dos entrevistados, ou tiradas em trabalho de campo, também nos ajudará, na abordagem do caso escolhido, a tratar dessa dialética envolvendo a base econômica e o modo de vida dos produtores rurais na análise da reprodução camponesa. Pormenorizaremos essas considerações metodológicas adiante.

Visando, primeiramente, atingir os objetivo particular de analisar as transformações no processo de trabalho camponês, questionaremos, no caso estudado, em que medida e de qual modo os monopólios na circulação de produtos agrícolas organizados para atender os mercados urbanos de São Paulo (os quais foram constituídos com a formação da metrópole) aproveitaram-se indispensavelmente, para a viabilidade do seu sistema de abastecimento, das particularidades das relações de trabalho que, nesse entorno rural, pressupõem a apropriação produtiva da terra. Estas relações constituem, diante de nossa busca pelas singularidades, dados privilegiados para que possamos, em nossa área de estudo, desvendar as mediações escondidas sobre a linearidade e a coerência aparentes do processo de urbanização.

Analisando as relações sociais de produção no entorno metropolitano em sua relação com a formação dos mercados urbanos de São Paulo, veremos, por exemplo, como as populações caipiras do antigo Sertão de Santo Amaro, seja na condição de posseiros, parceiros ou mesmo de proprietários de terras, vieram até aproximadamente o primeiro quartel do século XX relacionando-se apenas marginalmente com os mercados urbanos até então ainda muito modestos. Mas sua indústria doméstica, suas roças, sua criação de animais e a extração, principalmente da madeira, foram atividades que decididamente imprimiram trabalho vivo à terra ainda não desbravada e controlada pelo colonizador, de modo a incorporar nesse bem não produzido pelo trabalho e, portanto, não

reprodutível, a renda da terra, capitalizada nas mãos do proprietário fundiário conforme esta se transformava em mercadoria.

Com o movimento histórico de generalização da propriedade da terra no Brasil, foi engendrada a suburbanização do entorno paulistano: aumentou progressivamente a demanda de terrenos para a construção de casas e indústrias, mas também para prover o abastecimento urbano de energia elétrica, água, alimentos e matérias-primas. Nessa conjuntura em que, paralelamente à industrialização, uma nova forma de apropriação produtiva da terra, com base no trabalho familiar, surge, ocorrendo o desenvolvimento do então chamado cinturão verde nessas zonas suburbanas. Nesse momento, chega à área de estudo em questão um expressivo contingente de famílias arrendando e, posteriormente, comprando terrenos para, mediante o emprego do trabalho fundamentalmente familiar, produzir gêneros agrícolas voltados ao abastecimento dos mercados da grande São Paulo.

O aprofundamento da divisão do trabalho entre o campo e a cidade impulsionou a economia doméstica baseada no trabalho familiar, mas, conforme isso acontecia, também ganharam mais força os monopólios na circulação dos produtos agrícolas, obrigando os agricultores a uma especialização técnica cada vez mais intensa e à obtenção de níveis crescentes de produtividade.

Veremos, enfim, que, ao longo da segunda metade do século XX, em decorrência dessa maior integração e subordinação do campesinato do entorno metropolitano na divisão do trabalho, houve um aparente movimento de polarização socioeconômica entre os produtores agrícolas da área de estudo e, com isso, ocorreu uma significativa diminuição da quantidade de unidades de produção agrícola nesta área, de modo que, precipitadamente, poderíamos concluir postulando a atual insignificância das relações não-capitalistas na agricultura na borda sul dos arredores de São Paulo. Contudo, ao desenvolver esta pesquisa, encontramos a necessidade de testar essa idéia apriorística com base em dados secundários e no trabalho de campo, buscando, assim, demonstrar com dados concretos as condições segundo as quais vieram se

reproduzindo economicamente as unidades camponesas de produção agrícola em nossa área de estudo.

Uma vez estabelecida a questão do impacto da divisão do trabalho nas relações de produção na agricultura do entorno da metrópole paulistana, surgenos, conforme apontado anteriormente na relação dos objetivos dessa pesquisa, o segundo aspecto a ser analisado na compreensão histórica da reprodução camponesa a sudoeste de São Paulo. Se é claro e observável que, atualmente, cerca de um terço da área do município de São Paulo corresponde à categoria de terras rurais, nas quais a agricultura ainda se mostra presente e significativa, já não nos parecem tão auto-evidentes os processos que levaram à permanência, nesta área, formas tradicionais de sociabilidade, imersas nesse contexto de forte pressão exercida pela crescente complexidade dos mercados urbanos e pela proximidade com problemas específicos do quadro social na periferia metropolitana.

Não só traços culturais mais aparentes, como a maneira de falar ou o poder de observação e manipulação dos recursos naturais, mas, ainda, elementos como o objetivo econômico de conseguir a justa paga e não o lucro, a forma tradicional de transmissão hereditária do patrimônio territorial familiar, a compreensão indistinta de sua carga material e simbólica, as formas de organização social que são estabelecidas no sentido de criar laços comuns de vivência entre as unidades familiares, enfim, tudo isso pareceu-nos motivo suficiente para empreender, neste trabalho, a tentativa de também alcançar um enfoque dialético ao decifrar a lógica interna da reprodução camponesa, considerando, portanto, a relação entre a economia e os modos de vida tradicionais nas unidades de produção agrícolas.

Veremos, por exemplo, como os núcleos dos bairros rurais no Sertão de Santo Amaro, estruturados para suportar a sociabilidade tradicional das famílias caipiras, incorporaram ao território, contudo, uma contribuição na ampliação da rede de transportes, no oferecimento de serviços e na criação de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, na construção de templos religiosos e de praças. Também observaremos, no contexto da transformação

da terra em mercadoria, como a transmissão hereditária do patrimônio nas grandes famílias de imigrantes acarretou um primeiro movimento de parcelamento fundiário da antiga Colônia de Santo Amaro. Com isso, foram criadas as condições preliminares a partir das quais, em tempos posteriores, viria a se constituir o adensamento populacional e a ampliação das funções econômicas ao sul de São Paulo.

Discutiremos, também, a influência da estrutura da família tradicional japonesa e de seu espírito associativista na criação de cooperativas agrícolas como a de Cotia. Apontamos, desde já, que, sem esta organização, não teria sido possível atingir a capacidade produtiva verificada entre os antigos agricultores do entorno rural. Caberá, no entanto, salientar que sua crise e conseqüente falência se verificariam exatamente em função de questões financeiras e administrativas com as quais a Cooperativa de Cotia viria a se defrontar conforme seu papel de mediação com o mercado a transformou em agente desse mesmo mercado.

Apontaremos, finalmente, o desaparecimento dos mutirões, a degradação dos núcleos de bairros rurais e a decadência do associativismo entre os agricultores, fatores históricos significativos para a já mencionada tendência de desaparecimento de muitas unidades camponesas de produção. Haveria, aparentemente, no presente, uma tendência de esfacelamento dos laços comunitários entre a população rural a sudoeste de São Paulo, reduzindo-as ao que se convencionou a chamar de agricultura familiar: unidades de produção ainda baseadas na força-de-trabalho familiar, mas orientadas exclusivamente pela lógica mercantil.

Resolveremos esse último aspecto do nosso problema buscando a identificação das forças sociais niveladoras as quais vieram atuando na mobilidade social camponesa nesta área de estudo (ou seja, causando o aparecimento de novas unidades de produção), mostrando que elas em nada se assemelham a esse tipo ideal de trabalho familiar plenamente inserido na lógica dos “mercados perfeitos”. Ou seja, não obstante o impacto do aprofundamento da divisão do trabalho e mesmo com o descaso e a ignorância do Estado,

indicaremos algumas situações concretas da reprodução camponesa verificadas em trabalho de campo, inclusive mostrando como se dá, no contexto da intensa periferização, o surgimento de novas unidades domésticas de produção agrícola. Uma vez que a urbanização tem impacto, à primeira vista, devastador sobre seu entorno rural, buscaremos, então, identificar, na contra-mão dessa tendência, os mecanismos niveladores que explicam a permanência e o surgimento de diversas maneiras de apropriação produtiva da terra (incluindo-se, nessa idéia de produção, tomada aqui em sentido amplo, a própria produção das condições de vida em comunidades não-agrícolas, mas, que, todavia, dependem da apropriação territorial para criar condições de reprodução de modos de vida comunitários, como é o caso dos habitantes das duas aldeias Guarani Mbya situadas às margens da represa Billings).

Prendemos, com a resolução desse problema de pesquisa, apontar a necessidade de compreensão da diversidade de temporalidades sociohistóricas inseridas em momentos determinados do processo do capital. O modo capitalista de produção, concretamente, está repleto de mediações e nuances que não podem ser reduzidas à forma das relações especificamente capitalistas de produção, nem às suas superestruturas jurídicas, políticas e ideológicas. Considerando este pressuposto na análise da relação cidade-campo, tal diversidade não nos permite admitir precipitadamente um caminho de uma única via para a interpretação do processo de urbanização, o qual resulta da intensa acumulação da riqueza e do poder de decisões na metrópole, mas que veio se alimentando da forma econômica e do modo de vida do campesinato dos arredores de São Paulo, reproduzindo-o contraditoriamente até os tempos atuais. As relações de produção desse entorno rural, portanto, serão aqui tomadas como componentes intrínsecos das determinações do processo de reprodução ampliada do capital sobre o movimento de urbanização, e não como sobras de tempos pretéritos, ou seja, como fatores externos a este, revelando, assim, novos aspectos de sua complexidade.

Para encerrar esta apresentação, convém ainda apontar que a resolução do problema de pesquisa proposto tem um sentido teórico-prático, o qual



consideramos relevante sublinhar. De fato, primeiramente, com o estudo da reprodução camponesa nos arredores de uma metrópole, buscamos contribuir para a compreensão da complexidade das relações cidade-campo, a qual, como veremos adiante, foi por muito tempo negligenciada nas ciências sociais devido ao tratamento dicotômico comumente empregado na análise dessa realidade.

Mas, além da carência de uma melhor compreensão sobre a agricultura do entorno metropolitano de São Paulo (e da relação entre esses dois termos), não nos furtamos de, por meio do estudo acadêmico, chamar a atenção à necessidade de encaminhamento de políticas públicas (ou mesmo ações civis) as quais venham finalmente (e adequadamente) a dar suporte ao objetivo de vida o qual recorrentemente ouvimos nas falas dessa população camponesa (ou mesmo dos agricultores caracterizados por nós como pequenos capitalistas), qual seja, as condições para que, na terra, tenham a segurança de não se verem atingidos pela crise do trabalho que levou-nos ao limite crítico da urbanização. Julgamos que o problema da agricultura no meio rural contíguo ao urbano é mal conhecido e, quando não, mal interpretado, por isso, são criados impasses gravíssimos quando, finalmente, se tenta buscar soluções para tal problema por meio do planejamento metropolitano. Esta pesquisa tem, portanto, a pretensão de fazer pontuações críticas às (parcas) políticas já existentes e trazer subsídios não somente à criação de novas ações, mas, fundamentalmente, à sua transformação.



## **Estruturação teórico-metodológica da dissertação e procedimentos de pesquisa**

O problema de pesquisa acima proposto, qual seja, a análise das transformações no meio rural contíguo à borda sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, logo demanda alguns esclarecimentos teóricos e metodológicos iniciais, dos quais depende o encaminhamento da própria estrutura da pesquisa. Temos, de um lado, a proposta de examinar as relações cidade-campo nos arredores da maior metrópole da América Latina, enfocando particularmente o impacto da formação dos mercados urbanos sobre as unidades de produção agrícolas dos arredores metropolitanos. De outro lado, temos o irredutível, as condições circunscritas e particulares que levam à reprodução das formas de apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar em área de expansão da grande aglomeração urbana de São Paulo. Diante dessa complexidade de fatos e escalas, a qual nos exige uma forma de abordagem precisa e adequada a tal condição, procuraremos, ao longo dos próximos segmentos desta introdução, explicitar as referências teóricas e metodológicas sobre as quais nos apoiamos para conceber a forma por meio da qual foi realizada a análise e a reconstrução pensada do nosso objeto de estudo.

Consideramos necessário, primeiramente, expor em que contexto do debate das ciências sociais está inserido o aporte teórico-metodológico do nosso problema de pesquisa. A condição de país industrializado e urbanizado, mas cuja economia e sociedade historicamente se fundaram no monopólio da terra e da sujeição do trabalho que nela se dá, trouxe uma complexidade particular à análise da formação da sociedade brasileira, marcada pelos contrastes e pelas desigualdades. Diante de tal condição histórica, surgiram, no âmbito do debate teórico, propostas de interpretação que buscaram dar conta do processo de modernização da sociedade brasileira, ou seja, da expansão capitalista e da formação do Estado em uma complexa situação, colocada pela existência de um país surgido de uma colônia e que se inseria subordinadamente na divisão

internacional do trabalho. Deste amplo debate, destacaremos, para nossos propósitos, as dificuldades de compreensão geradas pelas peculiaridades das relações de trabalho e de apropriação da terra no Brasil. Buscando compreender a formação econômica brasileira, autores como Caio Prado Jr. consideravam inevitável a dissolução das estruturas entendidas como arcaicas pela modernização em marcha, a qual estaria se expressando inicialmente com o processo de industrialização e com o grande incremento nas migrações rural-urbano a partir de meados do século XX.

Em seguida, buscaremos situar o debate contemporâneo sobre o (“novo”) meio rural brasileiro, empreendido por autores como José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay, os quais, de um lado, negam a idéia de arcaísmo do rural na formação social brasileira, mas que, de outro lado, não avançam na compreensão da questão da propriedade privada da terra e, por conseguinte, da relação cidade-campo. Suas obras privilegiam o contexto geral de modernização da sociedade brasileira, particularmente no campo, bem como o impacto do papel da formação do mercado interno no Brasil sobre as formas econômicas e a organização social da população rural, ignorando, portanto, o caráter contraditório das relações sociais de produção no meio rural em sua relação com processo de modernização sediado nas metrópoles. Desviados do olhar sobre as relações de trabalho e de propriedade da terra, tanto não compreendem a reprodução das formas não-capitalistas de trabalho e de sociabilidade no campo, quanto ignoram as tensões criadas, seja pela luta ao acesso à terra, seja pelas condições de trabalho nesta ou, ainda, pelo direito dessa população rural poder usufruir dos benefícios anunciados (e nem sempre alcançados) com a emergência da modernização.

Proporemos, então, a idéia de que a reprodução camponesa encerra um complicador interno, intrínseco, e não estranho ao processo de modernização capitalista no Brasil. Partimos do fundamento segundo o qual, em determinados momentos do movimento de reprodução ampliada do capital, é por meio de formas não-capitalistas de trabalho e de propriedade que será gerado o valor. O movimento geral do capital será, portando, permeado por diversos ritmos,

diversas temporalidades que, por sua vez, não se reduzem à temporalidade criada em torno do desenvolvimento das relações especificamente capitalistas de produção.

A partir desse encaminhamento, encontramos, enfim, o arcabouço teórico para embasar a análise das contradições na relação cidade-campo, atualmente: a produção do espaço urbano, a partir do qual são organizadas as redes que interligam as localidades do processo do capital, não prescinde, ela mesma, da recreação do trabalho e da propriedade fundiária não-capitalistas no campo, inclusive nas áreas rurais as quais circunscrevem as grandes aglomerações urbanas. Entendemos que estas formas não-capitalistas são reproduzidas porque atuam em setores nos quais o capital não se dispõe a investir diretamente, servindo não só na geração da renda da terra que será capitalizada pelos grandes monopólios organizados na metrópole, mas, sobretudo, pela produção da natureza, pela cristalização do seu trabalho vivo sobre as terras rurais as quais o trabalhador desbrava (abrindo condições para sua mercantilização e posterior parcelarização), cultiva (produzindo alimentos e matérias primas a preços baixos para o abastecimento urbano) ou, finalmente, conserva (preservando as condições da paisagem que são adaptadas para providenciar a distribuição de água na metrópole).

Encerraremos nossas considerações introdutórias sobre teoria e método justificando o uso da técnica das histórias de vida para a compreensão da reprodução camponesa no caso estudado. Mostraremos brevemente suas possibilidades de uso, bem como suas limitações, situando-as diante de nossa construção teórico-metodológica. Daremos, ainda, algumas indicações básicas a respeito da própria realização do trabalho de campo, tais como os materiais utilizados, os locais percorridos, a quantidade de entrevistados, bem como apontaremos outras fontes das quais nos utilizamos para a elaboração da presente argumentação.

Esperamos, ao final dos esclarecimentos seguintes, ter indicado os fundamentos conceituais, a forma de abordagem do objeto de pesquisa e os procedimentos utilizados na obtenção de dados a partir dos quais buscamos

resolver a problemática aqui levantada, dispondo à avaliação do leitor, enfim, o caminho por meio do qual chegamos aos nossos resultados.

## **1. O modelo clássico de análise das relações cidade-campo**

Tanto a formulação quanto a resolução de nosso problema de pesquisa devem-se à nossa inquietação diante da fragilidade do instrumental criado pelas ciências sociais para dar conta do debate sobre a relação cidade-campo, dentro do qual insere-se nossa temática e, por conseqüência, as questões as quais buscamos aqui responder.

As dificuldades para, a princípio, discutir teoricamente e, depois, tratar como uma totalidade concreta o campo e a cidade, mostram-se logo evidentes quando lembramos das cisões ocorridas no desenvolvimento do trabalho intelectual. Para citar somente dois exemplos, tanto a geografia (com sua geografia agrária e sua geografia urbana) como a sociologia (igualmente dividida entre sociologia rural e sociologia urbana) empreendem esforços separados no interior das próprias disciplinas para abordar distintamente essas realidades. Trata-se de um caminho que vem deixando uma lacuna no pensamento, que poucos autores fizeram verdadeiro esforço para compreender, qual seja, a análise de como se relacionam esses espaços, e qual o peso desta relação na reprodução (e, porque não, na superação) da ordem social vigente.

Argumentaremos, a seguir, que a dificuldade para identificar e problematizar as tensões que envolvem a cidade e o campo no presente resulta de limitações nas próprias tradições teóricas das ciências sociais. Uma breve recapitulação do pensamento de autores preocupados em explicar a modernização no campo brasileiro nos dará algumas indicações a respeito da natureza dessas limitações. Autor pioneiro no tratamento da questão agrária no Brasil GUIMARÃES (1981) atribuía às relações sociais no campo um caráter feudal ou semifeudal, enfatizando a característica latifundiária da propriedade rural brasileira. Já PRADO JR. (1979) chamava atenção para a racionalidade empresarial do latifúndio agrícola nos diversos momentos da história brasileira,

negando o caráter semifeudal das relações sociais e enfatizando o papel do assalariamento na agricultura (COUTINHO, 2001). Os processos sociais no Brasil, para este último autor, combinariam, portanto, modernização e conservação, uma “revolução pelo alto” na passagem para o capitalismo. Poderíamos, assim, dizer que, nesta corrente teórica da qual Prado Jr. é fundador, há uma tendência a sublinhar a permanência do velho em contraposição ao avanço do novo (este, definindo o curso necessário da História). Daí a recorrente idéia de que faltaria ao Brasil superar esta permanência do arcaico, de modo que fosse possível, enfim, haver a polarização das classes sociais no país, completando seu processo de modernização capitalista.

José de Souza Martins tece a seguinte crítica a essa perspectiva: a discussão da passagem para o capitalismo no Brasil feita pelo Partido Comunista foi remetida, por Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, entre outros, ao argumento de que as relações de produção no campo não eram formalmente feudais e, portanto, só podiam ser formalmente capitalistas. Para esses autores clássicos, e para muitos outros que de suas teorias derivam, haveria a apropriação do excedente sob forma de mais-valia, embora o salário proviesse de formas monetárias e não monetárias. O problema teórico dessa argumentação está, para Martins, em tratar as relações de trabalho como “formas disfarçadas de relações capitalistas” – relações definidas *a priori*, e que caíram num formalismo oposto ao do modelo do Partido Comunista. Uma polarização ideológica derivada, na verdade, dos dilemas e impasses políticos de então (MARTINS, 1981).

Entendemos que, diante deste debate clássico nas ciências sociais, as relações entre cidade e campo na especificidade do processo histórico brasileiro foram somente inferidas e, por isso, tiveram a apreensão de sua complexidade restrita à hipótese teórica de que, com a expansão das relações capitalistas, haveria sem dúvida a urbanização da população brasileira, bem como a de sua economia. A terra e o trabalho no campo responderiam prontamente às leis do capital, de modo que a verdadeira contradição social, entre proletariado e

burguesia, se daria nas cidades. Enfim, a explicação da relação cidade-campo, no Brasil, é deduzida logicamente, como se fosse um espelho da situação historicamente circunscrita que Marx abordou, por exemplo, em seu capítulo sobre a acumulação primitiva no Livro I de *O Capital*. Contudo, segundo MARTINS (1981), ainda não foram resolvidas as contradições resultantes da questão da propriedade da terra no Brasil agrário, situação que nos coloca uma outra questão. Se estamos diante da reprodução capitalista de relações de produção não capitalistas no campo, se os “vestígios arcaicos da formação econômica brasileira” não foram até hoje eliminados, é sensato tentar deduzir, ou mesmo deixar de lado a análise das relações entre cidade e campo no processo histórico deste país?

## **2. A revalorização do rural no debate contemporâneo e as “novas” propostas de estratégias para seu desenvolvimento**

O debate clássico sobre o dilema entre a modernização brasileira e a permanência de estruturas “semifeudais” ou “arcaicas” estendeu-se sem que houvesse um maior aprofundamento no que se refere ao desvendamento das relações sociais de produção envolvendo a apropriação produtiva da terra e, por conseguinte, do papel de mediação que a relação entre campo e cidade exerce na totalidade do processo social, permanecendo o primeiro como um reduto de vestígios sociais a serem eliminados em nome do desenvolvimento das forças produtivas, enquanto a cidade seria o lugar da criação e da irradiação da modernidade, bem como das lutas que levariam à superação da ordem vigente. Essa perspectiva das ciências sociais brasileiras, que associa o campo ao atraso, vem sendo recentemente criticada por uma série de autores que buscam a valorização do chamado novo rural na criação de políticas de desenvolvimento territorial. Vejamos, a seguir, quem são esses autores e examinemos suas propostas.

Atualmente, as funções e os conteúdos dos espaços rurais (portanto, sua relação com a cidade e, especialmente, seus mercados urbanos) têm sido



estudados principalmente a partir de uma perspectiva instrumentalista (identificada e criticada por MARQUES, 2000), representada pelos autores que apregoam as “novas estratégias de desenvolvimento rural”. Esta corrente teórica se coloca como crítica do debate clássico, na medida em que afirma que o rural não se identifica necessariamente como o atraso, com o arcaico. No entanto, entendemos que esse mesmo conjunto de autores vem pensando um “velho” papel (subordinado) para o campo em sua relação com a cidade, pressuposto que está por trás da idéia de que o meio rural teria deixado de ser predominantemente agrícola, restando apenas a alguns agricultores mais “dinâmicos” e “eficientes” um lugar no “novo rural” – denominação, esta, de GRAZIANO DA SILVA (1996), criada para exprimir o crescimento do setor de serviços no meio rural – e do conceito de agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992), segundo o qual entende-se que se, de um lado, não houve a generalização absoluta do trabalho assalariado na agricultura mesmo nos países ricos, de outro lado, a produção econômica e o modo de vida entre as famílias de agricultores estariam, hoje, totalmente determinadas pelos mecanismos do mercado (associados, todavia, ao fomento estatal), e não mais por códigos internos de conduta.

Considerando primeiramente a idéia de “essência não-setorial do meio rural”, nosso estudo sobre o trabalho familiar agrícola desenvolvido no entorno da metrópole logo demanda um esclarecimento: por que dar destaque a tal atividade se autores como GRAZIANO DA SILVA (2001) apontam a tendência de que, em breve, a maioria dos residentes rurais do país estará ocupada em atividades não-agrícolas? Estudos recentes nesta linha do “rurbano” consideram que, nas áreas rurais próximas às grandes metrópoles (como é o caso da faixa de terras em questão), empreendimentos como o aluguel de chácaras e salões de festa, a piscicultura, o turismo ecológico e o parcelamento de terra para a construção de condomínios fechados devem fazer com que a economia rural se transforme cada vez mais em economia urbana, aproveitando-se das características paisagísticas do meio rural. Em outras palavras, a “modernização tecnológica” teria transformado este meio, agora configurado pelas atividades do

“novo rural”, de modo que o “espaço periurbano”, hoje, teria principalmente a importância de “carregar valores como a volta do contato com a natureza” (VALE, 2005).

Ao insistir na essência não-setorial do meio rural, GRAZIANO DA SILVA (1996) afirma categoricamente que, ao se estudar e formular políticas públicas para este meio, não devemos mais privilegiar a agricultura camponesa, já que ela tenderia ao desaparecimento por ser uma atividade de baixo padrão técnico, pouco rentável e realizada por grupos sem poder de barganha junto ao Estado. O processo ao qual o autor denomina *industrialização da agricultura*, ou seja, o controle do trabalho agrícola a partir da implementação progressivamente maior de instrumentos técnicos modernos, teria constituído, junto à intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a condição histórica para que a especialização da produção agrícola destruísse definitivamente a “economia natural”. Entendemos que GRAZIANO DA SILVA (1996) faz uma leitura desse processo de acumulação primitiva do capital segundo uma concepção evolucionista da História, de modo que, para ele, a chamada “economia natural” constitui uma *etapa* a ser necessariamente ultrapassada para que se dê o pleno desenvolvimento das forças produtivas no campo. Não seria mais possível explicar a dinâmica do emprego e da população rural do Brasil a partir das “tradicionais atividades produtivas”: dá-se destaque, então, aos complexos agroindustriais e às atividades rurais não-agrícolas que conduziram à “urbanização do meio rural”.

Nesta pesquisa, ao contrário, centraremos nossas preocupações justamente sobre as possibilidades e os dilemas da reprodução de sujeitos sociais, os quais reconhecemos como *camponeses*, no entorno da mais densa região metropolitana do país. A razão desse estudo de caso, segundo a opção metodológica apresentada a seguir, mora na hipótese de que, dentre as diversas atividades econômicas existentes nesta área de estudo, a agricultura camponesa (que absolutamente não se trata de economia natural) é a única em torno da qual se forma uma sociabilidade fundamentalmente calcada na terra como valor de uso e, por conseguinte, tem como imprescindível a permanência

nesta mesma terra, sobre a qual é criada a paisagem rural (esta, entendida simultaneamente como instrumento e produto do trabalho camponês).

Novamente, defrontamo-nos teoricamente com a obra de GRAZIANO DA SILVA (1999), pois, em seu *O Novo Rural*, este autor classifica a horticultura (atividade agrícola ainda predominante em nossa área de estudo) como um grupo de “novas atividades no meio rural”, uma vez que elas passaram de “atividades de fundo de chácara” para empreendimentos que buscam nichos de mercado específicos para sua inserção econômica. Comporiam, portanto, um setor organizado do moderno complexo agroindustrial. Sem desconsiderar que realmente uma minoria de sítios agrícolas ao sul da metrópole paulistana tenha se convertido em empreendimentos capitalistas (e como todo empreendimento capitalista, diga-se de passagem, sempre sujeito ao declínio), deveremos aqui nos debruçar sobre uma variedade de relações de trabalho estabelecidas no processo criador de mercadorias agrícolas. Podemos adiantar que, de maneira geral, o que se verifica entre os agricultores dessa área de estudo está muito distante do padrão ideal a que se refere GRAZIANO DA SILVA (1999): poucos fornecem para grandes supermercados ou redes de *fast food*. Além disso, não se trata de trabalhadores exatamente “integrados à indústria”, no sentido de que seu trabalho permanece autônomo – o agricultor ainda tem o controle do processo de trabalho, apesar de estar subordinado ao capital na esfera da circulação de mercadorias.

Outro autor muito influente no atual debate sobre a “dissolução das fronteiras entre o rural e o urbano” é Ricardo Abramovay. O ponto de partida de seu pensamento é o de que, ao contrário da completa polarização social no campo, prevista por autores de orientação leninista, o rural tornou-se novamente uma potência econômica por suas qualidades paisagísticas intrínsecas, comportando múltiplas atividades e funções. Sua leitura a respeito dos clássicos da questão agrária o leva a afirmar que, ao contrário da polarização socioeconômica no campo, verificamos ainda atualmente a importância do trabalho agrícola familiar, mas, este, sendo supostamente realizado em condições de plena inserção nos chamados “mercados perfeitos”. Tal

observação tornaria urgente fugirmos ao uso de categorias da economia política como capital, renda da terra e lucro para compreendermos a economia agrária. Abramovay finalmente propõe sua tese, segundo a qual o modo de vida camponês, ou seja, o caráter de sociedade parcial do campesinato, necessariamente desapareceria na medida em que o trabalho familiar torna-se mais eficiente ao ser incorporado pelas dinâmicas de mercado (ABRAMOVAY, 1992). Dada esta espécie de amálgama entre a economia doméstica e o mercado, ABRAMOVAY (2000) se coloca contra o uso das dicotomias na concepção de urbano e de rural, propondo uma interpretação segundo a qual existiria um *continuum* entre espaços essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanos, todos eles funcionando interdependentemente. Além disso, ele recusa a associação entre meio rural e pobreza, bem como a concepção de agronegócio (já que a agricultura familiar também tem a capacidade de ser rentável).

Consideramos ainda importante apontar que ABRAMOVAY (1999), com base na literatura internacional, define a ruralidade a partir de três aspectos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano, donde se concebe a idéia de que o rural não seja uma categoria de natureza setorial, e sim, territorial, ponto em consonância dessa obra com os pressupostos do *rurbano* de GRAZIANO DA SILVA (1999). No sentido de elaborar instrumentos estatísticos para esta linha de argumentação, VEIGA (2002) faz uma crítica à classificação de *população rural* e de *população urbana* adotada pelo IBGE, a qual é obtida por este instituto de pesquisa com base na contagem dos habitantes residentes nos perímetros urbano e rural de cada um dos municípios brasileiros. Porém, alguns núcleos urbanos no interior desses municípios seriam pequenos demais para que sua população, residente em aglomerados que não exercem funções importantes, fosse considerada urbana, o que introduziria uma distorção nas interpretações feitas com base em tais dados. José Eli da Veiga propõe, então, uma outra classificação, baseada, desta vez, na densidade demográfica e no grau de artificialização dos ecossistemas, os possíveis indicadores do grau de

urbanização dos territórios. Como se, resolvendo o problema da identificação estatística dos limites entre o rural e o urbano, fosse possível resolver outro problema muito mais profundo, que é o da identificação dos processos sociais que, em contradição com a hegemonia do capital, produzem e reproduzem estes espaços.

Na análise da relação cidade-campo, segundo os autores acima mencionados, leva-se em consideração um conjunto de particularidades que tornam o meio rural uma *função* necessária ao desenvolvimento dos países, principalmente (a exemplo dos países centrais do sistema mundial capitalista) na sua política de ordenamento territorial (como é o caso das áreas de Cinturão Verde instituídas ao redor de cidades como Londres), além, evidentemente, desse meio rural ser estratégico para as políticas de Estado baseadas no conceito de *segurança alimentar*. Para estes autores, não cabe falar em desaparecimento do rural, mas, sim, em uma relação de funcionalidade deste para com a demanda dos mercados urbanos, considerando-se suas características sociais e também paisagísticas como dados essenciais para o exercício dessa funcionalidade. É enfatizada, assim, a noção de territorialidade para exprimir o meio rural, destacando-se a complementaridade e articulação desses dois espaços, sem que isso implique necessariamente a anulação de um deles. Mas o que estes autores entendem por território, se não a mera dimensão espacial das vantagens únicas que, dadas as características do sítio, um investimento pode obter? Entendemos, porém, que a fração rural do território (ou melhor, o campo) não representa somente um conjunto de vantagens econômicas para o empreendimento rural (mesmo o não-agrícola), mas uma teia de relações sociais que giram em torno das relações de trabalho e da apropriação da terra, o que envolve tanto a superestrutura jurídica do Estado quanto o direito costumeiro, as subjetividades criadas em torno do processo de trabalho doméstico, as quais têm a hereditariedade da propriedade da terra como um de seus mais importantes elementos.

É verdade que esta corrente teórica, ao apregoar o assim chamado “desenvolvimento rural”, parte de uma perspectiva crítica em relação ao modelo

modernista de sociedade, o qual previa para o campo um desenvolvimento baseado nos preceitos da Revolução Verde. Coloca-se, portanto, de modo antagônico ao pressuposto de que o futuro da produção agrícola no campo estaria, todo ele, nas mãos de grandes empresários capitalistas que exploram o trabalho do proletariado rural. Por isso, a formulação de agricultura familiar: esta teria a capacidade de constituir uma alternativa ao modelo da dita Revolução. Mas com essa associação entre desiguais implícita (e justificada) nesta visão das relações campo-cidade, toda a vocação do campo para lugar criador de obras, de valores de uso, vai sendo corroída, dissolvida, recriada de maneira a homogeneizar sua paisagem e os processos que o animam, ou seja, suas relações de produção e toda sua vida comunitária, ainda que isso tenha sido realizado de maneira sempre incompleta. Nesse sentido mora nossa crítica a esta corrente de pensamento que vem influenciando os recentes estudos rurais e, principalmente, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Ela somente enxerga o empreendimento agrícola familiar, supostamente conduzido de maneira exclusiva pela lógica de mercado, e não mais segundo a assim chamada lógica tradicional das sociedades parciais; não leva em consideração a importância da teia de relações que se desenrola e condiciona a permanência da família camponesa na terra, ou seja, sua reprodução. Enfim, também entende que a relação campo-cidade foi reduzida a uma simples cooperação funcional.

Para aprofundar nossa crítica, cabe observarmos atentamente a forma específica da reprodução camponesa na área de estudo desta pesquisa, ou seja, deveremos analisar as relações de trabalho e as formas de sociabilidade que nos levam a considerar a contraditória recriação das relações de produção não-capitalistas, mesmo em situação de extrema proximidade com a metrópole. Tomamos esse caminho com base em nossa compreensão da obra de José de Souza Martins, autor que, ao invés de classificar previamente as relações de trabalho, considera mais sensato para o caso brasileiro iniciar por uma “descrição dessas relações, expondo a complexa e contraditória teia de

conexões que lhes dá vida e sentido” (MARTINS, 2003: 82)<sup>1</sup>. A tomada precipitada da intensificação da divisão do trabalho como pressuposto de que as relações de produção na agricultura teriam sido imediatamente igualadas às relações especificamente capitalistas deriva, conforme podemos compreender a partir da crítica de MARTINS (2003), de uma *concepção liberal e típico-ideal de capitalismo*, baseada em um quadro interpretativo dentro do qual só há lugar para relações sociais de uma única temporalidade, a do tempo linear (ou seja, toma-se o capitalismo como conceito, e não como processo).

### **3. O desenvolvimento desigual do capitalismo na compreensão da relação campo-cidade**

Contra a totalidade dessa atualmente influente linha argumentativa baseada na concepção de “novo rural”, a partir da qual se busca uma saída para o desenvolvimento no campo por meio da invasão completa do meio rural pela lógica do “livre mercado”, pelos complexos agroindustriais e pelo setor de serviços ligados às necessidades da população urbana, dedicaremos as observações a seguir. Se, por um lado, realmente procede a idéia de que o rural encontra-se integrado às dinâmicas urbanas, de modo que não faria mais sentido pensá-los como uma dualidade, por outro lado somos céticos com respeito a toda essa teoria mágica a qual faz com que, de uma hora para outra, desapareçam as contradições que opõem os interesses dos trabalhadores do campo ao poderio avassalador da modernização capitalista materializado nas grandes metrópoles e delas irradiado para o restante do território nacional.

Diante de nossas considerações críticas com respeito às “novas estratégias de desenvolvimento rural”, exporemos, enfim, um caminho teórico-metodológico o qual julgamos adequado para a construção do alicerce sobre o qual ergueremos nosso debate sobre a relação campo-cidade em área limítrofe

---

<sup>1</sup> Esta passagem exemplifica a opção metodológica que permeia a obra de José de Souza Martins: a de permitir que a análise das relações sociais de produção revele as *contradições* inerentes aos processos sociais; opção a qual lhe permite observar a recriação capitalista de uma variedade de formas não-capitalistas de relações de trabalho (seja o trabalho familiar em suas mais diversas manifestações, seja a escravidão por dívida ou a peonagem).

da expansão urbana. Primeiramente, ao invés de aplicar à realidade uma teoria já pronta, estamos dispostos a selecionar um instrumental de análise da realidade, a partir do qual destrincharemos uma situação empiricamente verificável, para então reconstruir a realidade como concreto pensado, conforme recomenda o método materialista e dialético.

Examinemos, então, as propostas de autores que nos lançam desafios e nos sugerem outros instrumentos para que possamos analisar a relação cidade-campo no Brasil. Para OLIVEIRA (1991), mesmo com o processo histórico aparentemente linear de crescente modernização da agricultura neste país, o campo brasileiro ainda tem sido um dos lugares privilegiados para se entender o *desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção*, pois é fundamentalmente lá que encontramos as condições que levam à reprodução das relações de produção não-capitalistas:

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais (OLIVEIRA, 1991: 11).

Para compreendermos esta proposição, partiremos do princípio segundo o qual é no processo de trabalho que se define a essência da economia em uma unidade de produção camponesa. Baseado no trabalho familiar e, portanto, na indistinção entre a força-de-trabalho e a pessoa mesma do trabalhador, obtêm-se gêneros agrícolas que, a despeito do seu valor de uso, também incorporam um valor de troca, constituindo-se como mercadorias. A necessidade de vender estas mercadorias, bem como a necessidade de comprar outras as quais o próprio camponês não pode produzir, encerram a essência da integração e subordinação da economia doméstica ao processo do capital. Isso se traduz enquanto monopólio do capital comercial na circulação das mercadorias produzidas no interior da unidade de produção doméstica, “atuando na



intermediação entre os produtores e consumidores e tendo nos 'Ceasas' seu *locus* privilegiado de atuação” (OLIVEIRA, 1991: 12). Por isso, entende-se:

(...) o desenvolvimento do modo capitalista de produção na sua fase monopolista como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito tão somente à produção, mas também à circulação de mercadorias. Isso decorre do fato de que ele não é na essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido restrito, mas sim um modo de produção de mais-valia (OLIVEIRA, 1991: 48).

O processo de trabalho no qual a produção de gêneros agrícolas se baseia não compreende fundamentalmente o assalariamento, relação de trabalho especificamente capitalista. Tampouco o camponês é um pequeno capitalista cujo trabalho é exclusivamente regulado pela demanda do mercado, porque a lógica da produção doméstica não compreende a *circulação de dinheiro como capital* (a valorização do valor como um fim em si mesmo), mas como meio de satisfazer as necessidades familiares (na teoria marxiana, a *circulação simples de mercadoria*: vender para comprar, servindo de meio a um fim último situado à margem da circulação). Todavia, o camponês integra-se de maneira subordinada à sociedade capitalista, justamente porque necessita vender seu produto para adquirir outros necessários à sua própria sobrevivência, além de ter que investir na especialização da produção agrícola devido às demandas do mercado monopolista. É no processo de circulação do capital, pois, que a economia de base doméstica se vê invadida e transformada pelas determinações do modo de produção em sua fase de reprodução ampliada. Ou seja, o processo do capital aproveita-se de qualquer forma de relação de produção, e não somente do trabalho assalariado, para apropriar-se de maneira privada do valor gerado no processo de trabalho. Eis como, com base na teoria da acumulação primitiva do capital, se distingue a sua produção de sua reprodução ampliada:

(...) é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é

capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado (MARTINS, 1981: 170-1).

O capital é caracterizado por apropriar-se da riqueza adicional gerada em relação aos custos da reprodução da força de trabalho, ou seja, da mais-valia. Mas, uma vez constituído o capitalismo, este mesmo capital teve e tem tido condições de se apropriar até mesmo do valor gerado por trabalhadores que não foram separados dos seus meios de produção, principalmente a terra. Por isso, mais do que constatar a subordinação camponesa ao mercado, é importante ainda destacar a *sujeição da renda da terra ao capital*. O principal instrumento de produção do camponês é a terra; um instrumento não capitalista, pois não é produto do próprio capital. Por isso, o preço da terra, ou seja, a conversão da renda fundiária ou territorial em equivalente de capital, é uma irracionalidade: ela é uma dedução do capital disponível para o investimento na produção. Porém, a terra constitui condição geral da produção capitalista, especialmente na agricultura, criando esta situação em que o camponês não expropriado passa a se defrontar também com a conversão da própria terra em mercadoria, diante de determinações sobre as quais ele não tem controle. Tanto a relação com o mercado quanto a expropriação fundiária constituem os principais focos de tensão quando se toma como referência central a base material da produção, constatação sobre a qual, todavia, se faz o seguinte comentário:

Seu conflito [do camponês] com o capital pode se abrir em duas frentes. Ou luta pela terra quando se defronta com o especulador imobiliário que há no capitalista do capitalismo rentista (...), ou luta pela elevação dos preços ou pela redução dos juros, um característico conflito de interesses, próprio da sociedade capitalista e não estranho a ela, que não representa, de fato, nenhuma possibilidade de superação do capitalismo. O mais importante desses conflitos, do ponto de vista histórico, é a luta pela terra (MARTINS, 2003: 88).

Luta, essa, que, ainda segundo MARTINS (2003), não propõe a superação do capitalismo, mas sua humanização. Anuncia a possibilidade de sujeição da propriedade à sua função social, questionando, pois, a propriedade

privada como fundamento da propriedade capitalista. Tais lutas são, portanto, tentativas de se fazer a História revendo o passado. Sugerem que a renda gerada no processo de trabalho sobre a terra seja empregada na continuidade da vida e no desenvolvimento social e não em um processo que se alimenta da exploração do trabalho, da apropriação privada do mais-valor gerado pelo trabalho social, como são os casos da agricultura de caráter capitalista, da agroindústria, dos capitais comercial e financeiro.

#### **4. A recriação de temporalidades diversas no interior do processo de reprodução ampliada do capital**

Uma vez colocada a maneira como entendemos a base material da reprodução camponesa, seguiremos buscando, finalmente, encaminhar a maneira segundo a qual lidaremos com as implicações de sua existência no entorno da metrópole, trilhando o caminho de se pensar, conforme sugere LEFEBVRE (1971), nas complexidades vertical e horizontal do problema. Para este autor, os chamados *metaconjuntos* (por exemplo, o mercado nacional e mundial, as estruturas sociais e políticas) contribuíram enormemente, de um lado, para a transformação das estruturas agrárias. Por outro lado, a agricultura arrasta relíquias, fósseis, resíduos do passado mais distante. A realidade campesina é caracterizada, pois, por uma dupla complexidade, denominada *horizontal* (relativa aos metaconjuntos sociais e políticos de uma época) e *vertical* (histórica, relativa a formações de idade e épocas distintas). A partir dessa problemática, discute-se a questão do método em sociologia rural.

Para LEFEBVRE (1971), pode-se inicialmente falar em um “mundo” campesino, não no sentido de que a realidade dos camponeses constitua um mundo isolado, mas em razão de sua variedade extraordinária e características próprias. Para compreender esse emaranhado de fatos é necessária uma boa metodologia que possa esclarecer e determinar objetos e objetivos relevantes para a sociologia rural. A princípio, temos o método puramente descritivo e empírico (baseado na observação e no recolhimento de dados estatísticos, o

qual tem como ponto de partida os resultados e não seus condicionantes, sendo, portanto, passível de ignorar as singularidades históricas de cada caso); temos, também, um método histórico-cultural (que combina a técnica e a ideologia para compor complexos, *gêneros de vida* e *regimes agrários* que correm o risco de substituir o estudo dos fatos por um procedimento hipotético-dedutivo conduzido a partir desses complexos). É também citado o método etnográfico (que privilegia as formações aparentemente primitivas e “naturais”, mas que, na verdade, são profundamente afetadas pela História e pelas estruturas de conjunto existentes) e, finalmente, os métodos tecnológico (concentrado na relação entre a tecnologia e o aumento de produtividade) e monográfico (útil como técnica auxiliar, mas limitado à descrição do habitat e das culturas).

Propõe-se, então, um método que utiliza técnicas auxiliares, no qual os seguintes momentos são incluídos: primeiramente, *descritivo* (a partir de uma teoria geral realizam-se entrevistas e observações sobre o terreno), em seguida, *analítico regressivo* (no qual efetuam-se a análise e a comparação da realidade descrita) e, finalmente, *histórico-genético* (referente ao estudo das modificações aportadas pela estrutura em questão e por sua subordinação a estruturas de conjunto; uma tentativa de classificação genética das formações e estruturas).

Aproveitamo-nos do caminho metodológico acima apontado para formular uma análise da articulação dos diferentes níveis de realidade (horizontal e vertical) na especificidade do caso da agricultura na Zona Sul de São Paulo. Mas, para melhor compreendermos a configuração atual deste processo histórico contraditório entre o campo e a cidade, bem como o modo como ele se acirra com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, vejamos a proposta de periodização do tempo sociohistórico também feita por Henri Lefebvre. O autor francês sugere um entendimento da história da humanidade com base justamente nos *conflitos sociais* articuladores do processo histórico, no agravamento da divisão do trabalho e no *movimento de criação e recriação das relações de produção*, evitando o vício de demarcar o desenvolvimento temporal dos acontecimentos de maneira estanque, assim como o erro de interpretar quaisquer fenômenos a partir de periodizações de caráter

evolucionista e/ou *apriorístico*. Teríamos, a princípio, as seguintes “eras”: uma *era campesina*, com o predomínio do campo ou da produção agrícola, com suas relações específicas de produção e seus problemas; outra *era industrial*, com o predomínio da empresa industrial e sua racionalidade, opondo a propriedade privada à socialização do processo de produção, situando o proletariado contra a burguesia; finalmente, teríamos uma *era urbana* e sua problemática específica, como por exemplo: os conflitos entre integração e segregação, entre as formas de centralidade (entre a centralidade como forma *versus* seus conteúdos), entre o urbano e o Estado (LEFEBVRE, 1971).

O importante desta periodização é notar que *um período contorna o outro, seus problemas se superpõem, se exasperam*. A descontinuidade entre eles é apenas relativa; cada período deva ser entendido não como simples emenda, mas como uma nova página do texto social. Os problemas (conflitos, contradições) que essencialmente caracterizam cada um desses períodos, ou se resolvem, ou destroem seu próprio contexto. O urbano anuncia-se, declara-se e significa algo de novo. Mas esta nova problemática urbana inclui e agrava os conflitos e contradições da era industrial que, por sua vez, contorna o período campesino, cada vez mais distante no tempo e no espaço, mas não totalmente resolvido (LEFEBVRE, 1971). Nesses textos de sociologia rural, Lefebvre indica que as contradições hegemônicas no interior das sociedades (as quais, enfim, determinam o curso geral do processo histórico dessas mesmas sociedades) não eliminam problemáticas não resolvidas de períodos anteriores. Englobam-nas, de fato, na medida em que estas passam a ser mediação nos conflitos de problemáticas hegemônicas.

A partir dessas considerações sobre as complexidades horizontal e vertical do processo histórico, podemos conceber que o rural e o urbano, enquanto conteúdos baseados na relação entre o campo e a cidade, em condições históricas determinadas, constituem uma totalidade que se forma na diversidade; proposição feita a partir do conceito de divisão do trabalho e da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

(...) a contemporaneidade também comporta o diverso. A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a diferenças de ritmo e intensidade com que as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a esses espaços. (MARQUES, 2002: 165-166).

Considerando-se a importância de *superação do abismo entre o subjetivismo e o objetivismo* na análise da condição política do campesinato, temos que os referenciais formados em torno do processo de trabalho encerram, portanto, uma *temporalidade própria*, rural, diversa, mesmo em meio aos vetores mais extremos de expansão urbana. Para Milton Santos, temporalidade (que sugere a idéia de tempos lentos) é definida como o tempo dos atores. Mas não é exatamente disso o que aqui se trata. Para esclarecer a concepção de temporalidade adotada nesta pesquisa, vejamos:

(...) estamos no mundo da divisão social do trabalho. Diferentes momentos do processo de produção estão distribuídos por um escala desigual de desenvolvimento técnico e de desenvolvimento social. Ao contrário da suposição ideológica mais fácil, os diferentes setores da produção não se desenvolvem de modo igual. Cada um tem seu próprio tempo e seu próprio ritmo. Justamente por isso o campesinato se preserva, recriado pelo próprio capital, numa espécie de relação colonial das relações mais avançadas e desenvolvidas com as relações mais atrasadas (MARTINS, 2003: p. 110).

Ao considerar-se o movimento próprio das diferentes relações sociais possivelmente articuladas no processo de produção capitalista, entende-se que estas relações se colocam desigualmente diante do tempo histórico dado pelo processo do capital, movimento linear cuja expressão territorial mais evidente na escala nacional é a urbanização. Para uma compreensão não esquemática dessa urbanização, deve-se considerar a diversidade no interior do processo, ao contrário da concepção monolítica segundo a qual o campo existe em função da cidade e, portanto, torna-se necessariamente mais eficiente tecnicamente e mais desarraigado culturalmente, porque se confunde com esta mesma urbanização.

Admitimos, portanto, a idéia de sobreposição de temporalidades diferenciadas no curso do processo histórico. Isso pode ser compreendido como

“a sobreposição de tempos históricos em um mesmo tempo cronológico, ou seja, temporalidade é diferente de um tempo cronológico, abstrato” (SUZUKI, 1996: 7). São diferentes, portanto, o *tempo da experiência* (relativo à idéia de temporalidade) e *tempo cronológico* (o tempo abstrato dado segundo as relações especificamente capitalistas, o *tempo histórico*, como denomina DEBORD, 2003). Em sua dissertação de Mestrado, SUZUKI (1996) mostra como a transformação do povoado de Rondonópolis em cidade ocorre juntamente à passagem da frente pioneira sobre a frente de expansão, ou seja, conforme se dá a expansão da propriedade privada da terra nesta localidade. No entanto, ao analisar essa passagem, SUZUKI (1996) supera a idéia de que haveria duas estruturas estanques de temporalidade única, de características puras, avançando uma sobre a outra no espaço. Contra esta teoria, o autor leva em consideração a análise das transformações e a presença de *resíduos*, uma mistura de tempos históricos em um só tempo cronológico, mas com a predominância de características de uma ordem dominante.

SUZUKI (1996) considera, então, o processo de urbanização como um movimento não contínuo, homogêneo, linear. A análise da urbanização por meio apenas do *crescimento demográfico* e das mudanças no *uso do solo* não seria suficiente para a compreensão do processo social que ali se instalou com a chegada da frente pioneira. Ao invés de lançar mão das teorias demográficas para explicar a urbanização, o eixo de sua análise ao tratar das transformações tanto no meio rural quanto no aglomerado urbano do Rondonópolis foi o da expansão da propriedade privada da terra, que não só expropria o posseiro, mas altera o ritmo daquele povoado (que se transforma em cidade) e do meio rural circundante, cada vez mais atrelado à economia de mercado, alterando-se, assim, a própria relação campo-cidade (SUZUKI, 1996).

Assim, temos que o desenvolvimento linear do capital, bem como sua implicação supostamente unívoca sobre a relação cidade-campo, não condiz com a realidade complexa apreendida ainda nos dias de hoje nas relações de produção baseadas no meio rural em países de industrialização tardia como o Brasil, já que o campesinato, com seu processo de trabalho e suas

representações particulares, mantém significativa presença não só na produção de mercadorias, mas também nas lutas políticas (conforme apontam os estudos de Theodor Shanin e, no Brasil, de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira), reproduzindo-se numa relação contraditória com as determinações do modo de produção.

Portanto, para não incorreremos na apologia da generalização absoluta da complementaridade forçada, da separação radical entre o trabalho e o trabalhador, é preciso que o método e seus instrumentos dêem conta de explicar *a lógica contraditória da recriação de temporalidades que representam a diferença e a oposição na relação entre cidade e campo*. Eis o motivo por conta do qual entendemos que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capital pode abrir novas frentes de questionamento acerca das relações cidade-campo no caso brasileiro:

A sociedade moderna é constituída por uma multiplicidade de relações datadas. Cada segmento social ou aspecto desta realidade possui sua própria temporalidade e seu próprio ritmo de movimento. Esta pluralidade dos tempos históricos implica o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. (...) Mesmo sob uma tendência homogeneizadora ocorre a recriação da diferença numa perspectiva de complementação e antagonismo. Tal fato explicaria a existência de diferentes modos de vida no seio da sociedade capitalista (MARQUES, 1994: 9).

No conjunto das relações sociais, a temporalidade do trabalho nas unidades de produção e a organização social camponesa refletem um modo de vida específico, baseado na produção doméstica, no direito costumeiro (ou seja, em acordos comumente não-contratuais), nas relações de parentesco e de relações de vizinhança.

(...) o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrentes de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura sua reprodução social. (...) O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida



e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num conjunto de valores que lhes dá sentido (MARQUES, 1994: 5-6).

O *modo de vida* é um conceito da tradição geográfica francesa historicista, bastante criticado ao longo da história do pensamento desta ciência, mas também constantemente repensado no sentido de voltar a oferecer soluções explicativas diante de problemas que não se colocavam quando da sua criação. Para MOURA (1988), o camponês trabalha integrado à reprodução do processo social mais geral, mas não como operário e, assim, conserva seu modo de vida. Mesmo compondo um segmento social subordinado ao capital, que lhe extrai o sobretabalho na esfera da circulação, é pela teia de relações estabelecidas com a natureza e em sociedade que o camponês reproduz seu modo de vida. Para definir a concepção de modo de vida numa perspectiva materialista e dialética, vejamos:

Cada classe (...) pode comportar internamente uma diversidade de segmentos sociais cuja reprodução baseia-se em práticas cotidianas específicas, constituindo diferentes modos de vida. O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições de existência desempenham um importante papel. A diferenciação entre os modos de vida sob o capitalismo está relacionada à forma como esse modo de produção se reproduz, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade e ritmo de movimento próprios (MARQUES, 1994: 24-5).

Portanto, além do processo de trabalho camponês, cujas características são, sem dúvida, muito diversas daquelas atribuídas ao processo de trabalho capitalista, é preciso, ainda, considerar que esse sujeito social, o qual procuramos problematizar a partir de sua inserção na questão da expansão da mancha urbana, guarda também representações e tradições que o tornam único no modo de manifestar sua vida, inclusive no seu modo de atuar sobre a terra, sobre a natureza. Um dado que se torna político na medida em que tratamos em específico, nesta pesquisa, do camponês estabelecido historicamente nos arredores da metrópole paulistana que, atualmente, tem seu *processo de*

*trabalho e seu modo de vida*, apesar de transformados, decididamente *incorporados como tais* à problemática geral do crescimento de padrão periférico em área de produção hídrica para o abastecimento de São Paulo.

Do ponto de vista metodológico, entendemos que a identificação dessas temporalidades no caso estudado nos permitirá não somente compreender o processo geral de urbanização em sua influência sobre as comunidades rurais supostamente residuais à margem da metrópole, mas preferencialmente apontar para a hipótese de que esse *modo de vida camponês*, no dilema de deixar ou não de existir frente à urbanização, interfere no caráter crítico do processo de expansão dessa margem metropolitana, sendo, portanto, uma determinação particular de uma crise do processo social mais geral.

## **5. A irredutibilidade das temporalidades diversas no meio rural apreendidas a partir da técnica de pesquisa das histórias de vida**

Para encerrarmos a apresentação da proposta da presente pesquisa, resta apontarmos os procedimentos pelos quais pretendemos aprofundar a obtenção de dados históricos sobre o nosso objeto de estudo, sabendo-se que isso deve ser feito de modo adequado à formulação conceitual e aos procedimentos metodológicos adotados. Assim, no sentido de apreender a historicidade das populações camponesas, tanto na sua relação com a terra de trabalho quanto com a metrópole em crescimento e em crise, reputamos indispensável a realização de trabalho de campo, para o qual consideramos a melhor saída a utilização da técnica das *histórias de vida*. Atendendo à problemática desta pesquisa, a qual, diante do crescimento da “mancha urbana”, considera centralmente a reprodução camponesa ao invés das determinações supostamente unívocas do processo de urbanização, a questão do papel do trabalho familiar agrícola nos vetores do espraiamento urbano em São Paulo será tratada com base em uma análise tanto do processo de trabalho camponês quanto dos elementos subjetivos de sua reprodução. O levantamento das histórias de vida em unidades de produção agrícola localizadas na área de

estudo escolhida constitui uma técnica apropriada aos propósitos de nossa pesquisa justamente porque atende à necessidade de ser um instrumento voltado à compreensão dos códigos subjetivos dos camponeses, os quais consideramos inerentes à temporalidade específica do trabalho familiar e, portanto, baseado em relações não-capitalistas de produção, mas contraditoriamente recriado no interior do processo do capital.

Quem é o sujeito que, em função da sua prática social inseparável da condição de agricultor, é atualmente incluído nas estratégias de contenção do crescimento horizontal do grande aglomerado urbano de São Paulo? Contra os pressupostos da corrente teórica representada por Ricardo Abramovay e por José Eli da Veiga, propomos pensar o presente problema a partir de uma perspectiva que considera a coexistência de temporalidades diversas num mesmo processo de produção, formando uma territorialidade específica sob articulação do modo de produção capitalista. Ao invés da inexorável mancha urbana que se expande destruindo tudo o que antes havia ao seu redor, ou mesmo ao invés da permanência de um grupo de empreendedores rurais ambientalmente corretos em suas atividades produtivas, teríamos o novo significado (ideológico) de uma classe particular no capitalismo, a recriação de velhas relações sobre novas bases (diferentes temporalidades sendo submetidas e recriadas, desigual e combinadamente), o que, em hipótese, pode ajudar a explicar o caráter contraditório desta urbanização que, em parte, se reproduziu mediante o espraiamento do aglomerado urbano, ou seja, mediante a expropriação territorial dos antigos camponeses no meio rural ao redor desse aglomerado. Para isso, temos que admitir o entorno como o *locus* onde o processo de urbanização é estudado em suas nuances constitutivas, onde encontramos as particularidades e os conflitos sistematicamente deixados de lado nos trabalhos que tratam a cidade (e o entorno) enquanto reflexo imediato de processos sociais gerais e supostamente inequívocos:

A história real não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação

em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos. (...) Isso não quer dizer que não haja relação entre a história do subúrbio e a História. (...) Na história local e cotidiana estão as circunstâncias da História. É nesse sentido que a história do subúrbio é uma história circunstancial. O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. A história local não é uma história de protagonistas, mas de coadjuvantes (MARTINS, 1992: 12).

O caminho metodológico aqui adotado é esse: partir do estudo da organização social em torno da agricultura para chegar, então, ao crescimento da metrópole, à relação campo-cidade, às determinações mais gerais (e não simplesmente constatar o impacto das relações de mercado e da urbanização sobre as comunidades de agricultores). Trataremos, assim, de como essa organização social se transforma historicamente, dos conflitos de interesse que se desenrolam por causa da forma de regularização e da disputa sobre o espaço ali produzido, para, a partir daí, tentarmos reconstituir os termos mais amplos dessa relação, ou seja, o avanço da mancha urbana representando o contraditório processo de urbanização de toda a sociedade.

Recolher dados para desvendar este emaranhado de determinações gerais ou imediatas é o desafio que propomos resolver com o trabalho de campo junto à população local, pois, atualmente, a organização social camponesa, a qual buscamos compreender, não se baseia em localidades facilmente identificáveis (como era o caso dos bairros rurais) ou em uma estrutura oficialmente concebida, tal como foi a Cooperativa de Cotia. Existe, portanto, sem uma orquestração evidente. Além de quê, existe uma carência muito grande de documentos oficiais a respeito dos agricultores da área investigada. Por isso, o trabalho de campo surge como prática indispensável ao tipo de pesquisa (qualitativa) que aqui se pretende fazer. E não somente para obter informações que nos permitam captar uma realidade em pleno movimento, como também para atuar de maneira mais próxima desta mesma realidade. Por isso,

empreenderemos, nesta pesquisa, a técnica das *histórias de vida* no sentido de apreender qualitativamente esse sujeito e a lógica social de que ele faz parte.

Para MEIHY (1996), a percepção do passado enquanto processo histórico não acabado, ou ainda, a presença do passado no presente imediato das pessoas, constituem a razão de ser do conjunto de técnicas correspondente à *história oral*. O autor adverte para o fato de que esta não supre carências documentais qualitativas ou quantitativas, sendo que se deve assumi-la na especificidade do seu código (a subjetividade). A certeza de que todos os agentes sociais têm história é básica para a boa definição das fórmulas modernas de história oral. QUEIROZ (1988) aponta que o uso das técnicas de história oral, na sociologia, corresponde à tentativa de captar a riqueza de significados da realidade social que permanecia escondida nos dados estatísticos. Considera-se que, nestes, as perguntas já contêm as respostas, limitando-se com as concepções e preconceitos do pesquisador.

MEIHY (1996) diferencia duas modalidades de história oral. A *história oral de vida* é muito mais subjetiva que objetiva. O sujeito primordial é o depoente, sendo necessário dar espaço para que a história seja encadeada segundo sua vontade. Toda a verdade está na versão oferecida pelo narrador, soberano; por isso as perguntas devem ser amplas, feitas em grandes blocos. A periodização da vida do entrevistado é importante, mas só como recurso que organiza a narrativa com fatos considerados em contextos vivenciais. Já a *história oral temática* aproxima-se mais das “soluções tradicionais” e usa fontes escritas; a entrevista é somente mais um documento. A verdade, aqui, é um elemento externo, e o entrevistador pode e deve apresentar opiniões contrárias e discutilas com o narrador. Detalhes de sua história pessoal apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central.

Diferentemente da entrevista, dirigida pelo pesquisador a todo o momento, na história de vida, há maior autonomia do narrador que seleciona, de acordo com seus critérios, o que deve ser contado, o que ele quer oferecer. Ainda de acordo com QUEIROZ (1988), a diferença entre a entrevista dirigida e a história de vida está na forma específica de agir do pesquisador e, sobretudo,

nas suas preocupações com relação aos dados que pretende obter, recaindo, portanto, sobre o tipo de pesquisa que se quer realizar. A história de vida encerra, enfim, um conjunto de depoimentos, de relatos sobre o que o informante presenciou e conheceu.

Portanto, segundo QUEIROZ (1988), dentro do quadro amplo da história oral, a *história de vida* constitui uma espécie ao lado de outras formas de investigação também captadas oralmente. Ela se define como “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo (...), narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos” (QUEIROZ, 1988: 20). O importante é que sejam captadas as experiências do entrevistado, nada do que ele relatar pode ser considerado supérfluo. É este aspecto qualitativo dos resultados que podem ser obtidos por meio das histórias de vida, o que torna a técnica adequada aos propósitos desta pesquisa.

Ao aplicar a técnica das histórias de vida, no trabalho de campo, o interesse último do pesquisador está em captar “algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence” (QUEIROZ, 1988: 20). A história de vida ultrapassa a condição individual do narrador e revela algo sobre uma coletividade. Chega-se por meio dela aos “valores inerentes aos sistemas sociais em que vivem os informantes”, havendo ainda possibilidade de, uma vez captada e analisada, apresentar “informações cuja amplitude pode ser em seguida pesquisada por meio de amostragem estatística e utilização de questionários” (QUEIROZ, 1988: 28). Assim, para os propósitos desta pesquisa, a justificativa última para a escolha da técnica das histórias de vida é a de que esta técnica ultrapassa a condição individual do narrador e revela algo sobre uma coletividade:

Se o indivíduo obedecesse a determinações exclusivamente suas e inconfundíveis, então realmente as histórias de vida seriam impróprias para uma análise sociológica. No entanto, o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem, que lhe são inteiramente exteriores (...). A história de vida é, portanto, técnica que capta o

que sucede na encruzilhada da vida individual com a social (QUEIROZ, 1988: 36).

Entretanto, a autora nos adverte sobre a necessidade de, ao empregar a história de vida, reconhecer seus limites. Ao relato oral e à palavra (ela própria, técnica de conservação do saber) precedem outras formas de se conservar e transmitir o saber. A escrita cristaliza o relato oral:

Ao se operar a passagem do oral para um signo que o 'solidifica', seja ele desenho ou escrita, instala-se novo intermediário entre narrador e público (...). Tal constatação contribui para desfazer nova ilusão: a de que se deveria conservar a narrativa o mais próximo possível de seu registro, evitando a intervenção do pesquisador e a ocorrência de cortes que prejudicariam o conhecimento integral do dado recolhido (QUEIROZ, 1998: 17).

Há uma nítida e fundamental distinção entre narrador e pesquisador, dentro desta relação que é a pesquisa. O pesquisador é quem seleciona, coloca os propósitos, fixa os objetivos. A narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento, em fonte de dados em que se apóia a pesquisa, um documento que deve ser recortado, interpretado e sintetizado. Não há interferência do pesquisador no decorrer do relato, mas ele deve fazer inferências a partir do material coletado, inclusive a partir de indícios que podem ser extraídos de avanços ou recuos do relato no tempo, por exemplo. O pesquisador, apesar de não interferir na narração, tem controle sobre o que dela se pode extrair. Dessa maneira, segundo QUEIROZ (1988), a história oral constitui uma técnica que, como todo procedimento, é ação específica, sistemática e consciente, obedecendo a determinadas normas e visando determinado fim. São inconfundíveis os três elementos seguintes: a própria técnica, o conjunto empírico obtido e a análise deste que compreende o levantamento de inferências e a explicação.

A análise das histórias de vida deve possibilitar o tratamento das questões propostas neste projeto em escala mais aproximada. A partir do material obtido, pretende-se não somente compreender o processo geral de

urbanização em sua influência sobre as comunidades rurais residuais à margem da metrópole, mas preferencialmente apontar para a hipótese de que esse modo de vida camponês, no dilema de deixar ou não de existir frente à urbanização, interfere no caráter crítico do espraiamento urbano nessa margem metropolitana, sendo, portanto, uma determinação particular de uma crise do processo social mais geral.

## **6. Procedimentos e materiais utilizados no trabalho de campo**

O trabalho de campo no qual aplicamos os procedimentos técnicos acima expostos foi realizado no mês de janeiro de 2008. Esta foi a atividade sobre a qual concentramos nossos esforços durante este segundo ano de execução do projeto de pesquisa original. Sua realização se deu na porção oriental do município de Embu-Guaçu e nos Distritos de Parelheiros e Marsilac, Zona Sul de São Paulo. Compreendida no interior da Área de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, esta área de estudo apresenta, entremeadas, diversas modalidades de uso do solo, dentre as quais está o uso agrícola. Localizamos essas áreas de produção agrícola com base em documentos como, por exemplo, o Mapa de Uso e Ocupação do Solo dos Distritos de Parelheiros e Marsilac, elaborado pelo Departamento Técnico de Planejamento da Subprefeitura de Parelheiros, bem como no mapa de mesmo tema referente a Embu-Guaçu, elaborado, por sua vez, pela Prefeitura desse mesmo município. Este foi o ponto de partida para que pudéssemos encontrar, em campo, nossos potenciais entrevistados. Outro material importante na preparação dos trabalhos de campo foi um Guia de Ruas de São Paulo do ano de 2007, cuja marca comercial consideramos desnecessário indicar.

Vale a pena mencionar que, ao percorrer as estradas secundárias da área de estudo, a maioria sem pavimentação (já que se trata de uma área onde a infiltração da água não pode ser dificultada e seu escoamento superficial deve ser minimizado) e sem emplacamento indicando a toponímia da qual só tínhamos referência por meio do Guia de Ruas, tivemos grandes dificuldades de



deslocamento. Em função dessa dificuldade, houve, de fato, duas fases na realização do trabalho de campo.

Na primeira fase, compreendida entre os meses de setembro e novembro de 2007, dada a indisponibilidade de um veículo próprio para percorrer o campo, aproveitamos ao máximo as caronas com carros da Prefeitura de São Paulo em que técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente partiam para realizar as suas próprias tarefas. Munidos de uma máquina fotográfica digital, de um mini-gravador em formato digital MP3 e de um caderno de anotações, conseguimos, de fato, nesta fase, poucos registros efetivos dos quais pudemos nos aproveitar na elaboração de nossa dissertação. No entanto, realizamos o reconhecimento de importantes áreas nas quais, posteriormente, viríamos a obter material mais farto: conseguimos, enfim, identificar a necessidade de aprofundar o trabalho em áreas rurais próximas a aglomerações populacionais formadas em torno de antigos núcleos de bairros rurais como o Cipó, a Colônia Paulista, o Embura e o próprio centro de Parelheiros. Além disso, muitas anotações de campo, feitas a partir de conversas não registradas com moradores, tanto de loteamentos urbanos, quanto das áreas rurais, constituíram um elemento indispensável na construção de nossa argumentação.

Na segunda fase, compreendida por um período de doze dias em meados do mês de janeiro de 2008, conseguimos efetivamente concluir todos os registros necessários ao cumprimento dos objetivos propostos em nosso projeto de pesquisa. Isso se deu porque, enfim, pudemos dispor de um automóvel próprio, ainda que não exatamente adequado ao tipo de terreno percorrido, já que se trata de um carro “popular”. Também em função do uso do automóvel, pudemos carregar outros equipamentos utilizados no registro das entrevistas, bem como no reconhecimento das estradas: além da máquina fotográfica, do gravador em MP3 e da caderneta, levamos também uma máquina filmadora em formato VHS, fitas virgens, um tripé e um aparelho do Sistema de Posicionamento Global (GPS). Totalizamos cerca de dez horas de gravação em VHS, duas horas em MP3, mais de quatrocentas fotografias e preenchemos três cadernos com transcrições indiretas de entrevistas, croquis da área de estudo,

anotações de endereços, contatos telefônicos, descrições da paisagem e pensamentos. Contribuiu muito para que conseguíssemos completar o recolhimento do material desejado o fato de, ao longo desses doze dias, termos nos alojado em uma pousada na Estrada Pedro Tico, Bairro do Cipó do Meio, imediações do centro do Cipó. Sem a necessidade de percorrer diariamente o trajeto entre nossa residência e a área de estudo (o qual pode levar, considerando uma condição de trânsito não-extraordinária, algo em torno de duas horas e meia) e imersos no meio o qual buscávamos compreender, realizamos um trabalho de campo com produtividade incomparável à situação anterior.

A técnica principal utilizada no trabalho de campo foi a das histórias de vida, para cujo desenvolvimento, no Brasil, contribuiu, entre outros, o esforço de pesquisadoras como Maria Isaura Pereira de Queiroz e Lia Garcia Fukui, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo. Segundo os preceitos desta técnica, o pesquisador deve buscar captar as subjetividades na fala dos depoentes, de modo que, a partir de sua individualidade (a qual sempre se situa dentro de um contexto social mais amplo), se possa compreender as estruturas de conjunto de um ponto de vista que não tome os processos históricos *a priori*. Ou seja, tentamos fugir ao vício de pressupor, a partir de modelos dedutivos, os fatos empíricos e circunscritos, mas constituintes dos processos mais gerais.

Ao gravarmos os depoimentos, buscamos, conforme pressupõe a aplicação da técnica das histórias de vida, interferir o mínimo possível no fluxo de pensamento dos entrevistados. Não havia, portanto, um roteiro prévio para as conversas, muito embora os temas nelas abordados tenham sido norteados segundo as necessidades de esclarecimento de aspectos problematizados de uma realidade, o que só pode se dar a partir de categorias de pensamento previamente estabelecidas. Por isso, as perguntas efetuadas derivavam, conforme o entrevistado, das observações imediatas, mas teoricamente seletivas, que fazíamos acerca de sua condição econômica e cultural, buscando, com isso, captar toda a variedade de temporalidades sob as quais é realizado o

trabalho agrícola. Também o número de entrevistas realizadas dependeu diretamente dessa necessidade de cobrir a diversidade de modos de vida os quais praticam a agricultura, tendo nosso material encerrado uma representatividade completa da área de estudo. Mais do que provar uma teoria utilizando dados de uma realidade, nossa intenção foi a de mostrar as insuficiências de diversas teorias diante da riqueza dessa mesma realidade, de modo que pudéssemos nós mesmos contribuir para tornar mais complexo o debate acerca da relação campo-cidade na atualidade.

Nesses relatos, obtivemos importantes menções a respeito do processo de trabalho, da estrutura fundiária e do modo de vida dos antigos colonos e caboclos do Sertão de Santo Amaro, principalmente por meio do resgate da história da família Schunck (de antigos proprietários de terras, fundadores do Cipó). Já nos arredores do centro da Colônia Paulista, realizamos uma importante entrevista com um morador descendente dos primeiros colonos da região, o qual pesquisou a história de seus antepassados, e acrescentou muitas informações importantes à nossa pesquisa. Além destes, realizamos mais dois registros ao longo da estrada do Jaceguava (antigo bairro da Casa Grande), outro na estrada da Vargem Grande e, finalmente, conseguimos também a história de vida de um membro da comunidade Guarani Mbya de Tenondé Porã, situada às margens da represa Billings.

Ainda visando cobrir a diversidade de pontos de vista, entendemos que seria importante não só dar a voz aos membros familiares que cuidam da administração da atividade agrícola, mas, sobretudo, aos seus filhos, às suas esposas e, além disso, entrevistamos também pessoas que nada mais têm a ver com a agricultura, especificamente, mas cujos antepassados têm papel importante na história das famílias trabalhadoras da borda sul do entorno rural de São Paulo.

Vale a pena, ainda, mencionar que outras entrevistas foram realizadas sem que houvésemos necessariamente acionado a câmera, de maneira, portanto, mais informal, sem que, com isso, elas tenham sido menos importantes para a formulação de nossa dissertação. Assim, obtivemos elementos para a

resolução do nosso problema de pesquisa não só a partir das entrevistas das quais resultaram registro documental, mas de uma variedade de situações vividas por nós ao longo das estradas percorridas, mais especificamente, em estabelecimentos comerciais (tais como bares, sacolões, pequenos mercados), nos centros dos bairros, em praças e na frente das igrejas, nos loteamentos urbanos e também nas sedes de instituições como a própria Subprefeitura de Parelheiros. Foram ocasiões nas quais conhecemos pessoas envolvidas das mais diversas formas na questão da presença da agricultura em área de proteção ambiental sobreposta por um dos mais intensos vetores do espraiamento urbano.

Finalmente, não poderíamos deixar de mencionar que também nos aproveitamos de experiências anteriores pesquisando a agricultura ao sul de São Paulo, especialmente do estágio que realizamos para o Projeto Negowat<sup>2</sup>, ligado, entre outras instituições, ao CIRAD (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement) francês e ao Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Tal estágio consistiu na aplicação de questionários entre os meses de janeiro e agosto de 2004, levantando aspectos históricos, técnicos, econômicos e ambientais entre 32 agricultores no Distrito de Parelheiros, município de São Paulo, tendo como área de estudo a micro-bacia do Ribeirão Parelheiros. Também o material recolhido em campo (entrevistas, fotografias) durante a realização do nosso Trabalho de Graduação Individual (concluído em setembro de 2003), o qual questionava o conceito de agricultura urbana, foi aproveitado nesta nova análise.

---

<sup>2</sup> Informações gerais sobre o Projeto e parte da produção de artigos encontram-se disponíveis em <http://www.negowat.org/>, último acesso em 23/08/2007 por Giancarlo Livman Frabetti.

## **Resumo da estrutura da dissertação**

Apontando, a seguir, um breve resumo dos assuntos tratados em cada Capítulo do trabalho, a fim de proporcionar ao leitor uma visão geral da estruturação da resolução do nosso problema de pesquisa. Na Parte I dessa dissertação, analisaremos a economia doméstica e a civilização caipira no Sertão de Santo Amaro. No Capítulo 1, trataremos do período da formação de São Paulo em que a divisão do trabalho entre a cidade e os núcleos circundantes era apenas embrionária. Nesse contexto, veremos como se deu a instalação da Colônia Alemã em Santo Amaro, buscando destacar sua importância como experiência de introdução de trabalhadores livres, já no início do século XIX, com a missão de desbravar o vasto Sertão de Santo Amaro, de modo que, sobre ele, o poder imperial pudesse passar a exercer o controle político. O Capítulo 2 será dedicado à demonstração de como a lógica da economia doméstica imperava sobre as unidades de produção pertencentes aos novos trabalhadores livres da região. Veremos, então, analisando a composição da força-de-trabalho, a forma de obtenção dos meios de produção e o regime de apropriação da terra de trabalho que, de modo geral, as unidades de produção baseavam-se na economia do excedente, embora houvesse núcleos familiares mais abastados (notadamente, onde viviam os patriarcas). Também destacaremos a extração de madeira e a fabricação de carvão como atividades importantes no desbravamento do sertão, demonstrando como se davam as relações de trabalho nessa atividade, bem como nas indústrias rurais como as serrarias e olarias. As relações comerciais com o Mercado de Santo Amaro, apesar de pouco envolver trocas monetárias, eram fundamentais para a obtenção de gêneros essenciais para vida na roça, bem como para o escoamento do excedente da produção familiar. Finalizando com o Capítulo 3, veremos a importância do bairro rural na organização social da comunidade caipira, a qual o imigrante alemão assimilou e da qual passou a fazer parte. Apontaremos o papel dos mutirões e das procissões religiosas como forma de congregação da comunidade, além de mostrar que o surgimento de muitos

núcleos de bairros rurais veio a constituir a base da rede de centros e caminhos a partir dos quais viria a se estruturar a suburbanização dos arredores paulistanos.

A Parte II do nosso trabalho será dedicada a analisar a relação entre a ampliação dos mercados consumidores em São Paulo conforme se dava o seu processo de urbanização. No Capítulo 4, indicaremos que a produção do capital nas fazendas cafeeiras atuou na urbanização do antigo núcleos da Vila de Piratininga, trazendo infra-estrutura e atraindo as primeiras indústrias. Nesse contexto, passam a ocorrer as primeiras iniciativas oficiais de organização do abastecimento alimentar urbano. Começam a surgir os primeiros subúrbios funcionalmente integrados à metrópole e os primeiros loteamentos provocando o espraiamento da cidade sobre seu antigo cinturão de chácaras. Nesse contexto, aprofunda-se a divisão do trabalho entre a metrópole e seu meio rural circundante, provocando uma especialização da produção agrícola nos arredores de São Paulo. No Capítulo 5, veremos como a imigração japonesa e a implementação de suas cooperativas fora fatos decisivos para impulsionar o desenvolvimento dessa lavoura integrada ao mercado. Observando, porém, a composição da força-de-trabalho, a utilização dos meios de produção e as formas de apropriação da terra, demonstraremos que, apesar de não se tratar mais da economia do excedente, o imigrante japonês continua apropriando-se produtivamente da terra para, indiretamente, conseguir seus meios de vida, caracterizando-se socialmente, assim, como um camponês. Mesmo com o extremo desenvolvimento das forças produtivas no campo, seu trabalho autônomo e baseado na lógica da economia doméstica faz com que venhamos a compreender esse caso como a reprodução capitalista de relações não-capitalistas de produção, idéia que se traduz no fato da Cooperativa de Cotia, a qual funcionava com base em células de trabalho familiares, ter aproveitado seu papel de intermediadora com o mercado para tornar-se um agente dos capitais mercantil, industrial e financeiro agrícolas. Enfim, no Capítulo 6, veremos como a família, enquanto unidade de inserção social e de preparação do indivíduo para a socialização, e a hierarquia, ou seja, a relação de obediência e respeito entre

membros da comunidade japonesa, foi fundamental para a organização social que deu origem não só às escolas japonesas e às associações de bairro (núcleos da sociabilidade da vida comunitária rural nipo-brasileira), mas também às próprias organizações cooperativistas.

Na Parte III de nosso trabalho, apontaremos o momento da urbanização crítica de São Paulo (expressa, na particularidade do nosso caso, pelo espraiamento urbano de padrão periférico) e da crise do trabalho como um contexto em que, apesar da tendência de desaparecimento de algumas unidades de produção e da desagregação dos laços comunitários entre os camponeses, observamos novas conjunturas que viabilizam a reprodução de formas de apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar. Para isso, no Capítulo 7, traçaremos uma breve retrospectiva do efeito indutor que a industrialização de São Paulo, aliada à chamada Revolução Verde no campo brasileiro, dadas a partir da década de 1950, passaram a provocar sobre seu processo de urbanização. Surge o problema da periferia, lugar onde se reproduz, sob as condições da espoliação urbana, a mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica da metrópole. Contudo, essa expansão periférica em direção ao sudoeste (área abrangida pela bacia hidrográfica da represa Guarapiranga, fonte de abastecimento hídrico urbano) viu-se potencialmente restringida pela Legislação de Proteção aos Mananciais. Concomitantemente a esse conflito, temos uma crise na agricultura suburbana ocasionada pelas desastrosas administrações da Cooperativa de Cotia a partir do momento em que ela se tornou empresa capital no abastecimento alimentar no Brasil. No Capítulo 8, avaliaremos a tendência de aparente diferenciação entre as unidades de produção em função do impacto do aprofundamento da divisão do trabalho, dado com a formação do mercado urbano de São Paulo. No entanto, verificada a expressiva permanência de muitas unidades de produção na área pesquisada, decidimos detalhar a descrição dos sistemas agrícolas no presente, para, a partir daí, traçarmos um quadro de diversidade no que diz respeito aos agricultores em questão. Se alguns horticultores tornam-se abastados o suficiente para contratar muitos empregados, comprar meios de

produção sofisticados e dispõem de grandes quantidades de terra, uma grande maioria continua operando no nível da reprodução simples, conforme indicaremos. Apontaremos, enfim, como se diversificam as formas de comercialização da produção agrícola; inclusive, aproveitando-se da proximidade com os mercados consumidores da periferia urbana que se avizinha, muitos produtores passam a dispensar os atravessadores e partem para comercializar, eles mesmos, sua produção no varejo local. O Capítulo 9 resolve nosso problema de pesquisa na medida em que aponta as forças niveladoras que criam a possibilidade de surgirem novas unidades de produção agrícolas ou, em um sentido mais, geral, de se reproduzirem formas de apropriação produtiva da terra (entendendo-se aqui a idéia de produção na acepção do termo que abrange inclusive toda a produção espiritual) com base no trabalho familiar ou comunitário. Primeiramente, compararemos as perspectivas futuras de agricultores mais abastados com os anseios dos agricultores camponeses. Destacaremos o contexto de crise do trabalho para justificar a permanência de vários agricultores familiares na atividade. Em seguida, veremos que, também nas comunidades Guarani Mbya compreendidas em nossa área de estudo, a apropriação da terra é a única forma de fugir à expropriação territorial e de garantir uma vida comunitária por meio da qual se consegue reivindicar as necessidades básicas de sobrevivência. Outra forma de reprodução dos meios de vida com base na apropriação territorial pode ser constatada no caso dos caseiros, os quais não recebem pagamento algum, e permanecem trabalhando sob tais condições simplesmente por terem conseguido a oportunidade de ter um lugar para morar e um quintal para cultivar o seu complemento alimentar. Por fim, apontaremos o caso dos agricultores comodatários, ou seja, dos trabalhadores que, em sua maioria, já passaram pela experiência de proletarização e atualmente, por meio de um acordo pelo qual geralmente não pagam a renda da terra em dinheiro, mas em trabalho (conforme pormenorizaremos em momento apropriado), encontram, na agricultura, uma oportunidade de trabalharem e garantirem o sustento de sua família com dignidade.



**Parte I:**  
**Economia doméstica e civilização  
caipira no Sertão de Santo Amaro**

# Capítulo 1: A colonização do planalto paulistano e a instalação da colônia de Santo Amaro

## 1.1. A formação dos primeiros núcleos de povoamento no planalto paulistano

Analisaremos, no presente segmento, como se deu a formação territorial da rede de núcleos de povoamento estabelecidos nas terras circundantes à vila de São Paulo de Piratininga. Apesar do fato de que, perante a vultuosidade da economia agroexportadora brasileira, o conjunto de aldeamentos e, em particular, a mencionada vila, tinham pouca representatividade econômica, elas encerravam, porém, papel estratégico para o projeto de colonização dos sertões brasileiros (uma vez que Piratininga centralizava um conjunto de caminhos os quais irradiavam sertão adentro). Por essa razão, teceremos algumas considerações acerca do papel de centro do poder colonial e eclesiástico assumido pela cidade de São Paulo nas relações entre ela e seu entorno rural, este último, um vasto sertão povoado de maneira esparsa por uma população intensamente miscigenada, remanescente ou ainda moradora dos aldeamentos. Uma vez que esse momento de nossa análise trata do contexto particular em que se davam as relações cidade-campo no Brasil colonial, façamos inicialmente, algumas considerações metodológicas, as quais adotaremos ao longo de todo nosso trabalho, acerca da abordagem dialética no trato da relação cidade-campo em diferentes contextos históricos.

Os instrumentos dialéticos de análise do concreto sugerem que “o movimento inerente à matéria e a todos os fenômenos decorre da contradição” (QUEIROZ, 1978: 31). É por esta razão que, em seu estudo, QUEIROZ (1978) busca verificar, em diferentes momentos históricos latino-americanos, as maneiras também diversas de se inter-relacionarem o rural e o urbano, de modo a não se anularem mutuamente. Para efetuar este esforço, ela lança mão das *dialéticas múltiplas* propostas por Georges Gurvitch. Embora seja possível e

pertinente a ressalva de que esta forma de discernir categorias no movimento essencial do real possa levar-nos de volta ao vício da mera classificação dos fenômenos, as conclusões apontadas abrem caminhos para que possamos, hoje, negar o pensamento unívoco a respeito das relações campo-cidade.

Ao contrário da América Hispânica, em que a colonização “foi uma empresa guerreira de dominação de grupos sociais estratificados que já conheciam a distinção entre o rural e o urbano” (QUEIROZ, 1978: 36), na América Portuguesa “(...) não se tratava de conquistar, e sim povoar um vasto território dotado de população relativamente pouco numerosa, dispersa, estruturada em grupos de pequeno porte, de tecnologia pobre, nômades, e portanto desconhecendo cidades (...)” (QUEIROZ, 1978: 37). Portanto:

A cidade e o campo, no Brasil, surgem no movimento de expansão da modernidade e do moderno a partir da expansão ultramarina. Estas duas formas sócio-espaciais estão no bojo do encontro de temporalidades históricas extremamente diversas: a da sociedade capitalista e a das sociedades indígenas (SUZUKI, 2007: 135).

Estas primeiras cidades, reduzidas ao mínimo necessário para o projeto colonial português, eram freqüentemente vazias (a não ser em tempos de festa religiosa). Segundo QUEIROZ (1978), nem mesmo se buscou disciplinar as relações étnicas, de modo que eventualmente eram considerados “brancos” os indivíduos miscigenados para, desta forma, aumentar a população dominante, surgindo, então, a condição ambígua do liberto (nem escravo, nem homem livre). Assim, não se desenvolveu “na colônia luso-brasileira uma dualidade marcante campo-cidade, concentrando-se a vida sócio-econômica nas propriedades [rurais] grandes, médias e pequenas” (QUEIROZ, 1978: 39). Trata-se, portanto, de uma dialética de implicação mútua, em que os elementos, à primeira vista heterogêneos, seguem a mesma direção e se contêm reciprocamente (sem perder sua identidade específica).

De acordo com as funções político-administrativas e religiosas, as povoações tinham as denominações de cidade, vila e freguesia. Havia também

os aglomerados sem predicamento oficial, denominados aldeia, arraial, povoação, capela e bairro. As duas últimas podem se referir a povoados sem núcleo central (LANGENBUCH, 1968: 55). “A ocupação territorial vai sendo produzida por meio de arraiais, vilas, cidades, sendo que, somente nesta últimas, há um governo local (...)” (SUZUKI, 2007: 135), além da igreja matriz e de outros atributos. Salienta-se que a diferenciação hierárquica entre vilas e cidades era estabelecida por influência do poder eclesiástico, uma vez que somente nas cidades poderia haver uma cadeira de bispo, sem que, contudo, essa diferenciação de status refletisse necessariamente a magnitude desses centros urbanos.

De qualquer modo, era uma sociedade marcada pela presença da Igreja, com a participação da qual se estabelecia a formação territorial, em que a reprodução das relações sociais era calcada, até meados do século XIX, na concessão de terras, no trabalho escravo e no capital mercantil (SUZUKI, 2007: 136).

Vejamos, a seguir, muito brevemente, como se deu a formação no núcleo da Vila de Piratininga e de todo seu cinturão de aldeamentos, bem como sua importância no projeto colonial.

(...) São Paulo não teve um nascimento, mas vários. O primeiro, inteiramente informal, deu-se com o enigmático João Ramalho, entre 1510 e 1515, provavelmente no sítio, ou nos arredores, da futura Santo André da Borda do Campo; o segundo foi obra do fidalgo Martin Afonso de Souza, no verão de 1532, em local desconhecido mas talvez no atual centro histórico, na colina de Tabatinguera; o terceiro surgiu da iniciativa do padre Leonardo Nunes, responsável pelo estabelecimento de capela de Santo André da Borda do Campo, em junho de 1550; o quarto, consagrado pela historiografia clássica, concretizou-se com a missa rezada pelos jesuítas, em 25 de janeiro de 1554, no Pátio do Colégio, e por fim, o quinto, e definitivo, ocorreu em 1560, quando os moradores de Santo André se transferiram para Piratininga, onde até então não existia uma vila, e muito menos uma cidade, mas tão somente o pequeno colégio e igreja dos jesuítas (BUENO, 2004: 111).

Nos tempos da fundação de São Vicente, os índios tupis dominavam as terras as quais seriam tomadas em nome do rei de Portugal. Os tupis eram formados por diversos grupos indígenas. Nesse contexto, para efeito de dominação e exploração da população indígena, colonos portugueses procuravam valer-se das rivalidades existentes entre as etnias brasileiras para promover contatos e alianças entre alguns grupos, acirrando as divergências entre os demais, cujos conflitos e guerras resultavam em prisioneiros, transformados em escravos a serviço dos colonizadores.

No planalto, dois grandes grupos indígenas, Tupiniquim e Tupinambá, eram inimigos e, em boa parte do século XVI e XVII, mantiveram-se em guerras incitadas pelo colonizador. Os colonos portugueses e os clérigos jesuítas aliaram-se aos Tupiniquins; João Ramalho, português indigenizado, casado com a filha de Tibiriçá, chefe Tupiniquim, pai de muitos filhos mamelucos, favoreceu bastante tal processo de aliança. Os combates e conflitos entre Tupiniquins e Tupinambás “eram fomentados pelos colonos portugueses que, valendo-se de sua aproximação com os Tupiniquins utilizavam os prisioneiros de guerra”, que eram transformados em cativos e vendidos como escravos.

A constante movimentação dos Tupiniquim por seu território tribal não se limitava às jornadas entre o planalto e o litoral, pela trilha que depois seria utilizada pelos jesuítas: freqüentemente elas os conduziam ao sertão do Paranapanema, aos vales do Tietê e Paraíba do Sul e ao pé da serra da Mantiqueira. “Tais andanças se davam por uma rede de trilhas ancestrais, os chamados peabirus (ou ‘caminho amassado’)”<sup>1</sup>. Piratininga era, de fato, um entroncamento de caminhos que partiam para o interior. Essas vias provavelmente já haviam sido percorridas por grupos de caçadores e coletores nômades, 5 mil anos antes da chegada dos portugueses. Tal rede de peabirus convergia justo para o centro histórico de São Paulo.

Assim, a dominação das tribos do alto do planalto paulista era estratégica para a própria dominação colonial dos sertões. A fundação da vila teve esse

---

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://camarasjc.sp.tempsite.ws/promemoria/files/documentos/1188399203.pdf>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti em 01/09/2008.

caráter político estratégico: dominar uma vasta rede de caminhos para o sertão por meio do estabelecimento de núcleos de povoamento numa vastidão de terras do planalto, outrora povoadas por grupos seminômades. Sobre o planalto paulistano, inicia-se, então, o projeto de instalação de aldeamentos no sertão povoado pelos povos ameríndios.

Além de centralizar a rede de caminhos antigos dos quais os bandeirantes viriam a se aproveitar para efetivar a dominação colonial sobre o vasto sertão brasileiro, Piratininga também tinha posição estratégica na rede hidrográfica do planalto:

Rio Tamanduateí foi essencial para o desenvolvimento da vila que se tornou cidade. Para os índios estabelecidos nessa região, antes da chegada do colonizador europeu, o fenômeno das cheias regulares do rio, conformando regiões extensas de várzeas ao longo de seu curso, fazia com que um número grande de peixes encalhasse nas regiões que haviam sido inundadas quando as águas voltavam ao seu nível normal, morrendo e secando ao sol. A importância desse fenômeno natural para a sobrevivência das tribos, ao qual se seguia a atividade de coleta desses mesmos peixes, fez com que a designação dada pelos índios ao território fosse “Piratininga”, que do tupi traduz-se como “peixe seco” e demonstra o quanto a sobrevivência dessas tribos estava ligada à ocorrência de suas várzeas<sup>2</sup>.

Índios, colonos portugueses e clérigos da Companhia de Jesus formaram inicialmente os três grandes grupos a comporem um cenário de tensões, guerras e conflitos que levaram ao movimento de conquista dos povos indígenas.

Aprovada pelo Papa Paulo III em 1540, a Companhia de Jesus era formada por poucos, mas ardorosos membros preocupados em revigorar a fé católica, abalada pela Reforma. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, junto com Tomé de Sousa, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega. Eram pobres e não recebiam nada da Companhia. Comiam com os criados do governador, e, do rei D. João III, contavam mensalmente com

---

<sup>2</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/99>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti em 01/09/2008.

um cruzado em ferro para sua manutenção. Essa mesma quantia era aplicada no ensino dos meninos indígenas.<sup>3</sup>

A partir de 1560, “o projeto jesuítico de aldeamento e constituição de missões alastrou-se ganhando força e adeptos entre os representantes da Coroa”<sup>4</sup>. Num primeiro momento, os próprios colonos aceitam pacificamente o comando dos jesuítas sobre as populações indígenas, desde que tal atitude não atrapalhasse a disponibilização da mão-de-obra representada pelo nativo. O projeto jesuítico de aldeamento visava construir uma estrutura na qual o indígena, uma vez submetido ao cristianismo, desse continuidade ao trabalho nas roças e lavouras. “Não obstante a desestruturação social que tal mecanismo engendrou entre as comunidades indígenas, os aldeamentos assim concebidos significavam uma possibilidade de existência de mão-de-obra livre”<sup>5</sup>. Forma-se nos arredores de São Paulo, como nota Pasquale Petrone nos seus estudos populacionais a respeito dos aldeamentos indígenas, uma população mestiça ao redor da Vila.

Segundo LANGENBUCH (1968), havia, ao redor de São Paulo, os aldeamentos de Guarulhos, São Miguel, Itaquaquetuba, Pinheiros, Itapecerica, Embu, Carapicuíba, Barueri, Santo Amaro e Nossa Senhora do Ó. Distinguiam-se, do ponto de vista administrativo e fundiário, as aldeias do Padroado Real (Guarulhos, São Miguel, Pinheiros e Barueri) e aldeamentos estabelecidos em fazendas de jesuítas (Itaquaquetuba, Itapecerica, Embu e Carapicuíba). Segundo Petrone, havia um cinturão de aldeamentos em torno da cidade, sob comando, seja dos colonos, seja dos jesuítas. Estes grupos detinham, sob o interesse colonial da Coroa Portuguesa, as terras ao redor da vila de Piratininga, o que deverá resultar no conflito entre eles, bem como na expulsão dos jesuítas.

---

<sup>3</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.saovicente.sp.gov.br/conheca/ciajesus.asp>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti em 01/09/2008.

<sup>4</sup> Disponível no endereço eletrônico [www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/artigos/colonizacaoregiaosaopaulo.pdf](http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/artigos/colonizacaoregiaosaopaulo.pdf). Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti em 01/09/2008.

<sup>5</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://camarasjc.sp.tempsite.ws/promemoria/files/documentos/1188399203.pdf>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti em 01/09/2008.

Apesar das boas expectativas iniciais, tal experiência de aldeamento tende a desmoronar a partir do final do século XVI. Cada vez mais os colonos paulistas mostravam-se impacientes com a ingerência dos jesuítas sobre os trabalhadores indígenas. Cada vez mais os colonos tratavam os índios com exagerada brutalidade, contrariando a bula do Papa Paulo III, de 1536, segundo a qual era vontade do Espírito Santo que se reconhecesse os índios americanos como verdadeiros homens. A situação se agravou quando os padres procuraram influir nas autoridades locais. Além disso, receberam, através de doações, grandes propriedades, e, desafiando os colonos, decidiram passar a administração das terras para os índios. Em certo tempo, oficiais da Câmara chegaram até a expulsar os missionários da capitania. Tem início o conflito entre colonos e jesuítas que prolonga-se pelo século XVII, até a expulsão destes da região de São Paulo, em 1640<sup>6</sup>.

Ao final do século XVI surgiu, com os colonos paulistas adentrando sertões, o movimento das “bandeiras” de apresamento, embora medidas legais proibissem a escravização do indígena. Posteriormente, com a descoberta das minas no interior do Brasil, há um longo período de estagnação dos aldeamentos paulistas, conforme PETRONE (1964) indica em sua obra. Os indígenas e mestiços espalham-se pelas terras devolutas dos arredores dos antigos aldeamentos ou permanecem nestes, vivendo miseravelmente.

À parte do projeto dos aldeamentos, movimento de colonização tenta engendrar vários “ciclos econômicos” sobre o planalto paulista: o tráfico de indígenas, a cana-de-açúcar, o transporte de gado. Nenhum deles comparável aos grandes empreendimentos do nordeste canavieiro ou das Minas Gerais. “O Brasil inseriu-se na lógica mercantil, desde o século XVI, fundado na atividade monocultora, realizada em grandes fazendas com o uso de trabalho escravo” (SUZUKI, 2007: 136), tanto indígena quanto africano. Mas essa atividade monocultora:

(...) não excluiu a necessidade da pequena produção agrícola, essencial para a dinâmica econômica e social das aglomerações urbanas, da qual participavam, em grande parte, homens livres,

---

<sup>6</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://camarasjc.sp.tempsite.ws/promemoria//files/documentos/1188399203.pdf>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti em 01/09/2008.



sempre entendidos como pobres e despossuídos (...) (SUZUKI, 2007: 136).

No caso de São Paulo, os antigos povos aldeados vieram a constituir a massa de caipiras que passaram a habitar, em regime de posse, as terras dos arredores da Vila de São Paulo de Piratininga.

## **1.2. A cidade de São Paulo e seus arredores no século XIX: a formação do cinturão caipira**

Com a chegada da Família Real no Rio de Janeiro (onde passou a concentrar-se uma camada social diferente e dominante, a qual nada tinha a ver com o campo) e, posteriormente, com a independência do país, cresce a importância das capitais provinciais e da capital federal. O capital gerado no campo era usado para embelezar as cidades, mas não para levá-las a produzir; portanto, as cidades onde se centralizava o poder político se desenvolviam de modo dependente do meio rural:

Uma nova dialética pouco a pouco se substituiu à dialética da imanência mútua, porém não é uma dialética de contrários entre cidade e campo; por muito tempo, reinaria a dialética da complementaridade, pois cada um se afirmava em função do outro, não podendo ser compreendido isoladamente, nem ser também reduzido ao outro, e concorrendo um ativamente para a vigência do outro (QUEIROZ, 1978: 40-1).

Registra-se que eram muito reduzidas as dimensões da cidade de São Paulo ao longo de todo o século XIX: em “1810 a parte compacta da cidade ainda se restringia à extremidade do esporão que constitui o interflúvio Tamanduateí-Anhangabaú, e que corresponde à parte antiga do atual centro paulistano (...)” (LANGENBUCH, 1968: 12). Ainda no terceiro quartel do século XIX, registra-se que, São Paulo era pouco populosa (havia algo na faixa de 30.000 habitantes), sendo igualmente reduzida a extensão da cidade na época. Nos arredores da cidade, era ainda mais escassa a população: constavam, nessa área, 9.291 habitantes em 1836 e 19.347 em 1874, cifras das quais não

se distinguia a população urbana das extensas áreas rurais compreendidas dentro das freguesias (LANGENBUCH, 1968: 12).

Denominavam-se chácaras as terras que circundavam imediatamente a cidade (Pari, Brás, Mooca, Cambuci, Vila Mariana, Santa Cecília, Barra Funda e Bom Retiro). A cidade de São Paulo era circundada por um cinturão de chácaras, em algumas das quais residiam “paulistanos ilustres”. Destacam-se três aspectos dessas chácaras: seu caráter residencial, sua beleza paisagística e a importância das árvores frutíferas. Revelavam, inicialmente, uma preocupação com o abastecimento das famílias de aristocratas residentes nessas chácaras, mas a finalidade comercial não estava completamente ausente; “(...) pode-se afirmar que as chácaras formavam um cinturão de características funcionalmente suburbanas em torno de São Paulo” (LANGENBUCH, 1968: 15). Desde meados do século XVIII já se verificava o desmembramento de algumas chácaras em favor da expansão urbana. No Brás, além de elegantes casas de campo verificavam-se alguns casebres e ranchos “menos aristocráticos”.

Externamente ao “cinturão de chácaras”, aparecem as terras com o título de sítio e fazenda, muitas delas pertencendo igualmente a pessoas residentes em São Paulo (nessas terras, era primordial a função agropecuária). (LANGENBUCH, 1968). A área de interesse dessa pesquisa encontrava-se em um desses sertões, no qual algumas glebas encontravam-se em nome dessas “figuras ilustres”, fato que não excluía um contingente de posseiros caboclos. A estrutura fundiária era, portanto, ao mesmo tempo, mais concentrada e menos regularizada, em comparação com o “cinturão de chácaras”.

Portanto, LANGENBUCH (1968) divide os arredores de São Paulo em duas faixas concêntricas: o cinturão de chácaras, organizado pela cidade e para a cidade (com propriedades menores, função residencial e secundariamente a da produção frutícola), cemitérios, hospitais, depósito de pólvora, e o cinturão caipira, caracterizado pela produção agrícola de subsistência, extrativa e pelo artesanato; afirma-se que este cinturão não era inteiramente organizado em função de São Paulo, dada a importância da “agricultura de subsistência”, das

áreas incultas e do papel polarizador de alguns núcleos caipiras, apesar das importantes atividades de abastecimento da capital que ali começavam a se instalar (além da função religiosa e de recreação) (LANGENBUCH, 1968: 97).

Além de chácaras, sítios, fazendas, terras de ordem religiosa e lotes coloniais, havia ainda grandes extensões de terras devolutas (em 1890, são contados 1.000 requerimentos para sua concessão). A propriedade fundiária nem sempre era bem definida e delimitada: havia posseiros, “intrusos” que se estabeleciam tanto em terras dos antigos aldeamentos quanto em terras devolutas. A situação fundiária indefinida somava-se à prática da agricultura itinerante, a “roça”, largamente empregada nos aldeamentos, e continuada muito tempo depois.

É de se supor que os indígenas continuassem a proceder assim ao longo da época que ora nos interessa, enquanto dispusessem de terra para fazê-lo. Os índios aldeados aliás mais nada faziam do que seguir o sistema de cultura tradicional de seus ancestrais, sistema esse assimilado pelo colonizador europeu, e que continuaria sua existência grandemente em função dos mestiços de ambas as raças (LANGENBUCH, 1968: 21).

Em 1836, fora a cidade de São Paulo, havia quatro vilas, seis freguesias, três capelas curadas. Santo Amaro era uma das vilas; Itapecerica e M’Boy eram Capelas Curadas. Já em 1874, havia, ao redor de São Paulo, duas cidades, três vilas e oito freguesias. Havia ainda uma série de localidades sem predicamento oficial, ou seja, bairros rurais; alguns deles viriam dar nome a cidades (como Embu e São Lourenço da Serra) ou bairros, como a Mooca e o Ipiranga (LANGENBUCH, 1968: 54).

Com referência a Santo Amaro, o historiador Edmundo Zenha nos informa que o “povoado” tinha “três ou quatro ruas” possuindo “casas sólidas, algumas grandes de senhores ricos” (LANGENBUCH, 1968: 59).

Embu, que à semelhança de Itapecerica também fora aldeamento indígena, apresentava situação semelhante. Em 1829 o juiz de paz da então freguesia afirmava que nela não havia “pessoa alguma que possa votar, ou ser votado, pois não

estão na forma da mesma lei; sendo os indivíduos índios e que não têm rendimento algum” (LANGENBUCH, 1968: 60).

Os aglomerados eram muito pequenos: em 1802, havia 218 habitantes em Itapecerica, 261 em Embu. Predominava o habitat disperso nas imediações dos aldeamentos. No interior desses, o largo da igreja resumia todo o núcleo (LANGENBUCH, 1968: 60).

Destaca-se, nos aglomerados, a “prestação de serviços à circulação”, por exemplo, o “comércio e aluguel de animais de carga ou de montaria, hospedagem de viajantes compreendendo pernoite, alimentação e fornecimento de víveres, engajamento da população urbana como tropeiros” (LANGENBUCH, 1968: 62-3). Destacava-se também a função religiosa dos aglomerados. Sobre a festa do Divino em Santo Amaro, relatou Zenha: “A festa do Divino Espírito Santo punha uma certa vibração no ambiente estagnado. A vila se movimentava com povo descido de todos os sertões da redondeza. Da Capital também afluía gente porque a festa era formosa” (LANGENBUCH, 1968: 64). Além disso, as autoridades civis exerciam suas funções nos aglomerados, ainda que neles não residissem, encerrando a função político administrativa das vilas.

Os aglomerados concentravam ainda o comércio e serviços procurados pela população rural. LANGENBUCH (1968) lembra, com base em Edmundo Zenha, da loja pertencente a Adolfo Pinheiro, em Santo Amaro, atraindo fregueses de locais afastados como Cotia e São Bernardo, possuindo “jóias de ouro, baralhos, óculos, chumbo, ferro, sapatos, aço, espingardas, remédios, ferramentas, papelaria, pólvora, fazendas, roupas feitas, armarinho” (LANGENBUCH, 1968: 56). O comércio de instrumentos utilizados na produção agrícola (foices, machados, enxadas) indica que estes estabelecimentos eram em grande medida voltados a atender a população rural.

Houve a tentativa de elevar aglomerados como Embu e Itapecerica, que haviam sido sede de antigos aldeamentos, à categoria de freguesia, implicando uma “modificação e extensão de suas funções religiosas e administrativas, que passariam a se definir em face de certa área e não mais em face de certo contingente humano”, englobando, assim, a população não-indígena que

habitava os respectivos distritos (LANGENBUCH, 1968: 69). Contudo, a nova condição revelava-se instável, devido à pobreza nesses aglomerados, pois, “ao contrário do que acontecia no tempo em que eram aldeamentos, os sacerdotes de freguesias eram sustentados pelos ‘fregueses’” (LANGENBUCH, 1968: 70).

A transformação do aldeamento de Santo Amaro em povoação caipira, “com a qual se assemelha em morfologia e funções”, verificou-se já nos primórdios da fase colonial (LANGENBUCH, 1968: 71), ao contrário da maioria dos aldeamentos, em que a metamorfose ocorreu durante os dois quartéis intermediários do século XIX. Santo Amaro foi freguesia até 1832, quando foi elevada à categoria de vila. Houve, assim, um certo progresso após a instalação da Colônia Alemã, sobre a qual veremos mais informações a seguir. Todavia, Zenha se referia a Santo Amaro como “viloca triste, quieta, quase decadente”, uma vila “que foi padrão de cidade morta” (ZENHA apud LANGENBUCH, 1968: 76).

O primeiro censo a distinguir população rural da população urbana foi realizado somente em 1940, mas “tudo leva a crer que a população rural das paróquias superasse largamente a das sedes (freguesias ou vilas)” (LANGENBUCH, 1968: 56). Em alguns dos aglomerados, “parte das casas pertencia a agricultores residentes em suas terras que afluíam à vila (ou cidade) apenas nos dias de ofícios e festas religiosas, ou nela residiam temporariamente” (LANGENBUCH, 1968: 56).

### **1.3. A fundação do núcleo colonial de Santo Amaro**

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil é um processo complexo que requer a superação do seu tratamento segundo “etapas” da História. A escravidão em São Paulo, por exemplo, constitui uma relação de trabalho que vem a figurar até as vésperas da Lei Áurea. Contudo, foi nos primeiros núcleos coloniais instalados ao redor desta Cidade que temos algumas experiências pioneiras com o trabalho livre, já a partir do Primeiro Reinado (como é o caso da colônia de São Caetano e, conforme veremos mais de perto,

de Santo Amaro). Para demonstrar este processo social, que está na base da transformação do “cinturão de aldeamentos” em “cinturão caipira”, destacaremos a instalação da colônia alemã no sertão de Santo Amaro.

OLIVEIRA (2004) chama a atenção para a presença dos índios Guarani Mbya que viviam em toda essa região do antigo sertão ao sul de São Paulo. Indica, ainda, que a obra *Aldeamentos Paulistas*, de Pasquale Petrone, constitui um “marco para os estudos da história de São Paulo, pois trata de resgatar a importância dos indígenas e dos caipiras na história da cidade” (OLIVEIRA, 2004: 148). Nesta obra, Petrone mostra como os aldeamentos indígenas, por meio tanto da catequização dos nativos quanto de sua escravização, tiveram papel essencial na colonização do planalto paulista. Finalmente, Petrone expõe a influência das atividades econômicas e do cotidiano dos aldeamentos na formação da população caipira (e, portanto, dos pequenos núcleos de bairros) no entorno de São Paulo.

Segundo ANDO (1961), a sociedade e a cultura do Estado de São Paulo, no início do século XIX, era caracterizada pela presença da grande fazenda cafeeira, em que predominava o regime de trabalho escravocrata. “Não se observou quase nenhum desenvolvimento da agricultura autônoma de pequena propriedade” (ANDO, 1961: 13). Mas já havia camponeses que viviam esparsos em áreas afastadas (realizando uma produção para consumo doméstico, sem visar sua comercialização). As cidades eram pouco desenvolvidas, por isso a produção agrícola de artigos comercializáveis não poderia se manter. Na lavoura, técnicas primitivas eram utilizadas e o regime alimentar da população paulista era limitado tanto no campo quanto na cidade, constituído basicamente de farinha de mandioca, feijão e carne seca.

Diante desse quadro social escravocrata que, todavia, comportava a condição do camponês livre (ou foragido, como eram os quilombolas), temos a importância da política de imigração para o país recém independente. VAINER (2000) considera sintomático que, em 31 de março de 1924, “(...) menos de uma semana após a promulgação da primeira constituição brasileira, (...) D. Pedro I tenha assinado a Decisão n. 80, de 31 de março, mandando demarcar as terras

da colônia alemã de São Leopoldo (...)", considerada útil para o império por empregar "gente branca livre e industriosa, tanto nas artes quanto na agricultura" (VAINER, 2000: 15). Assim, o Estado atua no processo de mobilização e localização territoriais do trabalho, numa preparação para a lenta transição do trabalho escravo para o trabalho livre. É importante notar que a preferência pelo colono de origem alemã fazia parte de uma política de imigração que tinha como objetivo o "branqueamento" da população brasileira.

"Se por várias décadas o Império viu a imigração como mecanismo que permitiria ocupar o território com brancos, bem como incrementar a produção alimentar complementar à monocultura exportadora do latifúndio", de que é exemplo a Colônia de Santo Amaro, posteriormente, "com a abolição da escravidão, cada vez mais se vai impor a necessidade de braços para a lavoura: a política de Estado evoluiria para a estratégia imigrantista-agrarista" (VAINER, 2000: 17). Trataremos aqui, por enquanto, do primeiro caso.

Com os primeiros colonos alemães de Santo Amaro, "começam o Governo e o povo de São Paulo as suas experiências com o imigrante", a qual tomou impulso por meio do "Senador Vergueiro que, dando preferência ao imigrante alemão, tornou-se propugnador da política que visava substituir o braço escravo pelo livre" (ZENHA, 1977: 74). Tratava-se de uma política encabeçada pelo ministro do reino, José Bonifácio (RIBEIRO e JOFFILY, 1998), em conjunto com Pedro I e a Imperatriz Amélia de Leuchtenberg (Leopoldina), austríaca. Bonifácio pretendia a substituição do trabalho escravo por assalariado e o surgimento de uma classe média brasileira, além da implantação de novas técnicas agrícolas, enquanto o e o casal imperial aspirava soldos mercenários para combater nas fronteiras com os domínios espanhóis (RIBEIRO, 1997; SANTOS, 2000).

Esta foi uma das primeiras experiências de implantação de colônias de trabalhadores livres no Império brasileiro. É imposta pelo governo imperial à província de São Paulo, onde, por meio de um aviso redigido pelo Visconde de São Leopoldo, coloca que na distribuição das terras se escolhessem "as mais salubres" e que se localizassem "em lugar que constituísse um centro de

aproximação entre diversas localidades (num ponto deserto e perdido, para unir, populações separadas)” (Visconde de Leopoldo, 1827 apud ZENHA, 1950: 49). Percebe-se, claramente, a intenção de povoar arrabaldes da cidade considerados “sertões”, de modo a integrá-los aos núcleos e caminhos já constituídos pelos aldeamentos antigos. A instalação de colônias deveria, portanto, ser realizada sobre terras povoadas por posseiros e escravos foragidos, estendendo sobre elas, por intermédio do trabalhador livre, o controle político sobre esses arrabaldes. É o que nos conta o entrevistado, um morador da Colônia interessado na pesquisa da história de seus ancestrais:

**Pesquisador:** E qual é essa história, o que o sr. pode contar pra gente da formação da colônia?

**Sr. Marinho Reimberg:** Então é o seguinte... com a proclamação da independência, né, 1822, o imperador viu a necessidade de industrializar, né? País independente e tal... ele tinha que se virar, aqui tinha muitas matérias-primas e tais, mas profissionais e agricultores assim, que produzissem numa escala maior eram poucos, né? Como a imperatriz Leopoldina era austríaca, ela sugeriu ao imperador que recrutasse o pessoal que falasse a língua dela, que fosse da Europa, né? Aí foi um emissário a Alemanha, numa região que o pessoal estava descontente, que era a região da Prússia, onde haviam anterior a esse tempo várias guerras, aldeias que não se davam e gente descontente querendo procurar um lugar melhor pra viver. Aí foi lá que recrutou várias famílias, inicialmente ele foi com a idéia de trazer agricultores e alguns profissionais na área de couro, de madeira, até de ferro. (...) Então, os primeiros que chegaram foram parar em Santos, e de Santos vieram aqui pra São Paulo num tipo de um albergue. Chegaram aí em 1827, só foram fixar nas terras da colônia em 1829. Levaram dois anos pra determinar exatamente onde esse pessoal ia ficar: inicialmente esse pessoal foi designado pra ficar mais a oeste, perto da região de Jquitiba, era uma região que tinha muitos acontecimentos de quilombos naquela época, e se fugiam praquelas terras, porque eram terras difíceis de se procurar os quilombos lá. Então queriam se por algumas famílias pra inibir isso, a passagem dos fugitivos, os escravos que fugiam da capital dos seus donos, praqueles lados. Mas a terra lá era muito ruim e eles foram colocados mais ao leste e ao sul aqui (Fonte: entrevista com o sr. Marinho Reimberg. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Mas, enquanto experiência pioneira de imigração europeia como mão-de-obra no Brasil, a instalação da Colônia foi permeada por conflitos, os quais



resumimos a seguir para que se possa compreender a origem daqueles sitiantes que, permanecendo alguns de seus descendentes como camponeses até os tempos atuais, podem ainda ser identificados como os agricultores caipiras do entorno paulistano.

Primeiramente, é escolhida para a instalação dos imigrantes a localidade de Itapecerica da Serra, na região denominada Quilombo. Os alemães não aceitam, e alegam que as terras eram ingratas, estéreis e de difícil acesso (trata-se de uma área de morros). Justificando este fato, Emília Viotti Costa aponta que o acidentado relevo, a presença da mata e a inexistência de estradas “condenaram ao fracasso tal tentativa, feita num lugar que servia bem como esconderijo de negros fugidos (como o nome indica), mas não para imigrantes que procedem da Europa” (COSTA, 1958: 148). Registra-se, porém, que umas poucas famílias ficaram no aglomerado de Itapecerica.

Os imigrantes são, então, mandados a ocuparem as terras de Mboy (Embu) e Carapicuíba, também recusadas pelos colonos devido à incapacidade de assentamento, pois serviam de moradia a índios e posseiros (SANTOS, 2003; RIBEIRO, 1997; ZENHA, 1950).

As terras de M’Boy (Embu) “pertenceram a uma sesmaria de propriedade de Fernão Dias (...)”, legadas à Companhia de Jesus, “por doação feita em 1624 e confirmada em 1668. Foi, então, que os jesuítas ali instalaram um aldeamento de índios, que congregava, em 1669, cerca de 900 habitantes, por certo espalhados pelas redondezas” (COSTA, 1958: 148). Em 1757, “o número de índios catequizados era de 261, dedicando-se à cultura da mandioca, do trigo, do algodão e de legumes, como ainda à fabricação de tecidos grosseiros”. Todavia, a expulsão dos jesuítas ocasionou a decadência do povoado em formação. A tentativa de instalação dos imigrantes ali também fracassou, retirando-se a maior parte para a região de Santo Amaro. Foi nessa época que se abriu a estrada ligando Embu a Itapecerica da Serra (SANTOS, 2000).

Finalmente, ficou estabelecido que o local da Colônia seria mesmo em Santo Amaro, em um ponto “mais ou menos central, entre Santos, Conceição, Santo Amaro e São Paulo” (ZENHA, 1977: 78). Trata-se de uma área que ficou

inteiramente às margens das vias de comunicação entre São Paulo e o litoral atlântico; “suas ligações se fizeram, durante muito tempo, através de péssimos caminhos, apenas com São Bernardo do Campo, com Itapeverica da Serra e, menos freqüentemente, Itanhaém, no litoral” (PENTEADO, 1958: 52-3).

Para efetuar o assentamento, é nomeado Diretor da colônia um médico paulista que falava alemão, o qual leva os estrangeiros para convencê-los a assinar o contrato de aceitação do sertão de Itaquaquetuba. Sobre as primeiras inspeções nas terras da Colônia relata-se o seguinte:

Em 23 de Novembro [de 1828] o diretor dá conta ao Conselho do exame que fez nas terras devolutas de Santo Amaro. Acompanhara-o o juiz de paz. O sertão que se dizia devoluto ficava mais ou menos a quatro léguas da freguesia, no sul, onde se encontrava o ribeirão Itaquaquetuba, que ‘corre para o Weste’. Confinavam as terras examinadas com as da propriedade do juiz de paz Joaquim Machado. O caminho até o ribeirão era de carro, sem morros nem passagens difíceis. Pouco para o sul encontrava-se o ribeirão Vermelho que desembocava no Itaquaquetuba. Para além desse ribeirão até a Serra do Mar, tudo era sertão devoluto (ZENHA, 1977: 75).

O agrimensor alemão Teophilo Shimidti ficaria encarregado da medição e demarcação das terras, tendo ele também recebido “uma data de igual número de braças para o seu arranchamento, a fim de que se possa fixar na Colônia, e ser depois encarregado da Diretoria d’ella sem gratificação alguma” (ZENHA, 1977: 79). Ao buscar responder quem era este Teófilo Shimidti, o historiador lembra que ele era “uma pessoa de preparo, não se confundindo, nesse particular, com os incultos colonos” (ZENHA, 1977: 79), supondo, por isso, que ele deveria ser um aventureiro de certa cultura que tinha ingressado como mercenário nas guerras de D. Pedro I, tendo vivido já alguns anos no Brasil antes de ser enviado para a Colônia de Santo Amaro.

Porém, a presença de indígenas e posseiros neste “sertão devoluto” também se fez ver, posteriormente. A respeito da ocupação das terras no local inicialmente escolhido e inspecionado, temos a seguinte citação:

Indagando pela redondeza sobre a propriedade das terras visitadas, colheira o diretor informações vagas, dizendo uns que as mesmas eram dos índios, outros que eram da igreja. Os terrenos vizinhos ao local estavam invadidos por intrusos que neles mantinham gados daninhos. Não tinham título algum (ZENHA, 1977: 75).

A área que viria a servir de assentamento para a colônia alemã correspondia ao vasto Sertão de Santo Amaro, conforme o depoimento:

**Pesquisador:** E aonde é que foi feita a primeira divisão de terras (...)? A primeira divisão de terra ela foi feita exatamente aqui ao redor do bairro da Colônia?

**Sr. Marinho Reimberg:** Não é... ninguém imagina... hoje a Colônia ficou resumida num bairro pequeno, onde nós estamos aqui, hoje outros bairros ganharam outras denominações, inclusive Parelheiros hoje é um distrito, e a Colônia é um bairro, mas deveria ser o contrário, porque a Colônia Alemã de Santo Amaro (...) ela começava em Interlagos, onde é o rio, e ia a oeste até Itapecerica, Taboão da Serra, depois passava por todo sul aqui e ia até já quase do lado leste, quase com Eldorado, Diadema, então toda essa parte sul de São Paulo, extremo sul, até no alto da serra, onde é a serra do mar descendo pra Santos, essa terra inteirinha ela foi distribuída pra essas famílias, então é toda a região sul (...) (Fonte: entrevista com o sr. Marinho Reimberg. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Após serem transportados os colonos de São Paulo e Itapecerica para Santo Amaro, inicia-se a problemática demarcação dos lotes: Shimiditi escrevia ao diretor dizendo que era preciso “proibir que os nacionais continuassem a abrir roças em qualquer lugar da área a ser dividida” (ZENHA, 1977: 81), além de requerer ajudantes e instrumentos para ajudar na medição. Shimiditi havia notificado a dificuldade de cultivar os “matos virgens” e de se construir a povoação no centro dos terrenos da colônia, cuidados que tornavam o assentamento muito vagaroso para os administradores da empreitada, havendo, assim, choque entre o agrimensor alemão e o diretor do empreendimento. Shimiditi ainda reclamaria das condições desfavoráveis dos terrenos a serem cultivados (planos, muito úmidos e cheios de “lameiras”, além de que, nas enchentes, o ribeirão Itaquaquetuba inundava toda a área de cultivo).

Quando as medidas se encaminhavam a uma solução, prevista para breve, eis que surge um homem, depositário até ali da confiança do governo e, pois, com autoridade, afirmando, positivamente, que as terras escolhidas não valiam nada e que, lá instalada a colônia, outra coisa senão um grande fracasso a esperava (ZENHA, 1977: 84).

A escolha do lugar onde seria situada a empreitada foi, assim, motivo de grande insatisfação entre os colonos. Alguns, descontentes com a escolha do terreno, decidem migrar para outras áreas (em outros campos ou mesmo em outras Províncias), abrindo mão dos subsídios prometidos pelo governo imperial. A instalação dos alemães começa, segundo ZENHA (1977), em 12 de Novembro de 1828, quando o Núcleo de Santo Amaro ainda contava com 129 nomes. Devido aos já mencionados atritos acerca da qualidade do terreno, muitos colonos, em breve, viriam a abandonar o núcleo. O sorteio dos terrenos aconteceu em 29 de julho de 1829, sendo contempladas 94 famílias.

Shimidti foi acusado de espalhar “más ações e idéias revolucionárias” (ZENHA, 1977: 87) entre os assentados. Apesar desses conflitos, os colonos que permaneceram em suas terras passaram a desenvolver uma agricultura itinerante baseada nas trocas culturais que o imigrante passava a estabelecer com os chamados “nativos”.

O relativo isolamento “era uma constante para grande parte das regiões de economia periférica aos grandes centros produtivos”, pois, no Brasil todo, “inúmeras regiões eram ignoradas pelas autoridades provinciais, vendo-se obrigadas a criar arranjos e diferentes estratégias para garantir a sobrevivência dos grupos residentes” (SIRIANI, 2003: 84). Para o estabelecimento das famílias alemãs, o diretor sugeria que “fosse adiantada a importância correspondente ao subsídio de quatro meses a fim de que pudessem conduzir seus ranchos e iniciar plantações” (ZENHA, 1977: 76). Todavia, a instalação dos alemães na Colônia levantava problemas segundo o Sr. Presidente da Província, José Carlos Pereira de Almeida Torres, para o qual a medida de implantação da colônia correspondia uma exorbitante despesa para um tesouro provincial que se achava em apuros.

Dado que as terras escolhidas também apresentavam difíceis condições de trabalho, a tarefa ali efetuada, a princípio, consistiria na própria abertura das terras. Sobre as dificuldades de adaptação inicial às terras da Colônia, temos o seguinte depoimento:

**Pesquisador:** E a respeito da chegada dos alemães aqui na colônia (...): quais foram os problemas que eles encontraram (...)?

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) e a dificuldade você imagina um povo acostumado a viver a zero grau, daqui a pouco chega aqui num país tropical, comida diferente, os costumes totalmente diferentes, então... houve famílias inteiras que foram dizimadas por doenças que não tavam acostumados, como sarampo, catapora, e isso é comprovado. Se você verificar no livro de atestado de óbito do cemitério, que foi umas das primeiras providências que eles tomaram aqui foi a construção do cemitério... e nesse cemitério você pode ver nos atestados, apesar que os atestados constam a partir de 1900 e já faziam mais 60 anos que eles estavam aqui, mas mesmo assim você vê num atestado de óbito onde a mãe morre junto com o seu filho, na maioria de parto. Você imagina, sem nenhum recurso... hoje, 180 anos depois, nós estamos no bairro da Colônia. O bairro da Colônia fica 37km fora do centro de São Paulo, hoje já é uma dificuldade com todos os recursos que você tem... carro, ônibus, viatura da polícia, ambulância pra você chegar num hospital, que ainda a região é carente... Imagina nessa época, se sofresse qualquer tipo... uma picada de cobra... muitos morreram com picada de cobra. Então os problemas foram enormes (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Assim, atribui-se a dispersão dos alemães do núcleo colonial ao descaso do governo provincial, já que a colônia nunca viria a se tornar freguesia, além de que foram limitados os subsídios. Após a concessão dos lotes, “os alemães não receberam sementes nem ferramentas que pudessem auxiliá-los a iniciar a produção, além (...) de que nunca receberam os títulos oficiais de posse dos seus lotes” (SIRIANI, 2003: 85).

Considera-se, finalmente, que a dispersão da Colônia ainda foi influenciada pelos seguintes motivos: a dificuldade de se obterem os subsídios prometidos, o fato do Governo nunca ter elevado a povoação a freguesia, a falta de intérpretes, de ferramentas e outros implementos agrícolas, além de que “das

próprias datas de terra não receberam os colonos títulos definitivos nem tranqüilizadores” (ZENHA, 1977: 112). Considera-se, então, que tenha havido o fracasso do empreendimento, já que “o lugar que deveria transformar-se numa cidade, definiu em tapera, com três ou quatro ranchos pobres ao redor de um cemitério” (ZENHA, 1977: 113).

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) o muito convívio com o pessoal de Santo Amaro e sem professor, que não veio com eles, pra dar continuação do ensinamento aos filhos, sem um pastor de sua religião, que na maioria deles eram protestantes, então muitos foram ficando descontentes. Houve uma dispersão, muitos foram virar comerciantes em Santo Amaro, outros foram pra outros lugares, pra Santa Catarina mesmo, ou Rio Grande do sul, juntar com as outras colônias que tinham lá. E ainda ficou várias famílias aqui. Hoje... isso aconteceu em 1829, nós tamos em 2008, hoje ainda tem umas 17, 18 famílias que ainda tem seus descendentes aqui na região, mas pro número que era de 84 ficou pequeno (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

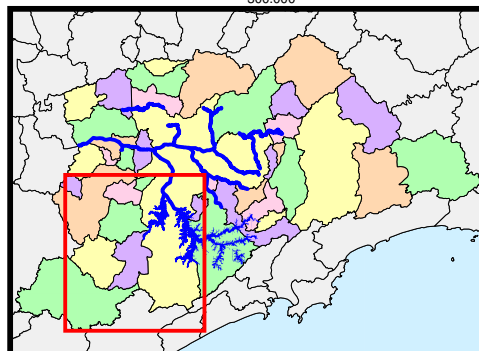
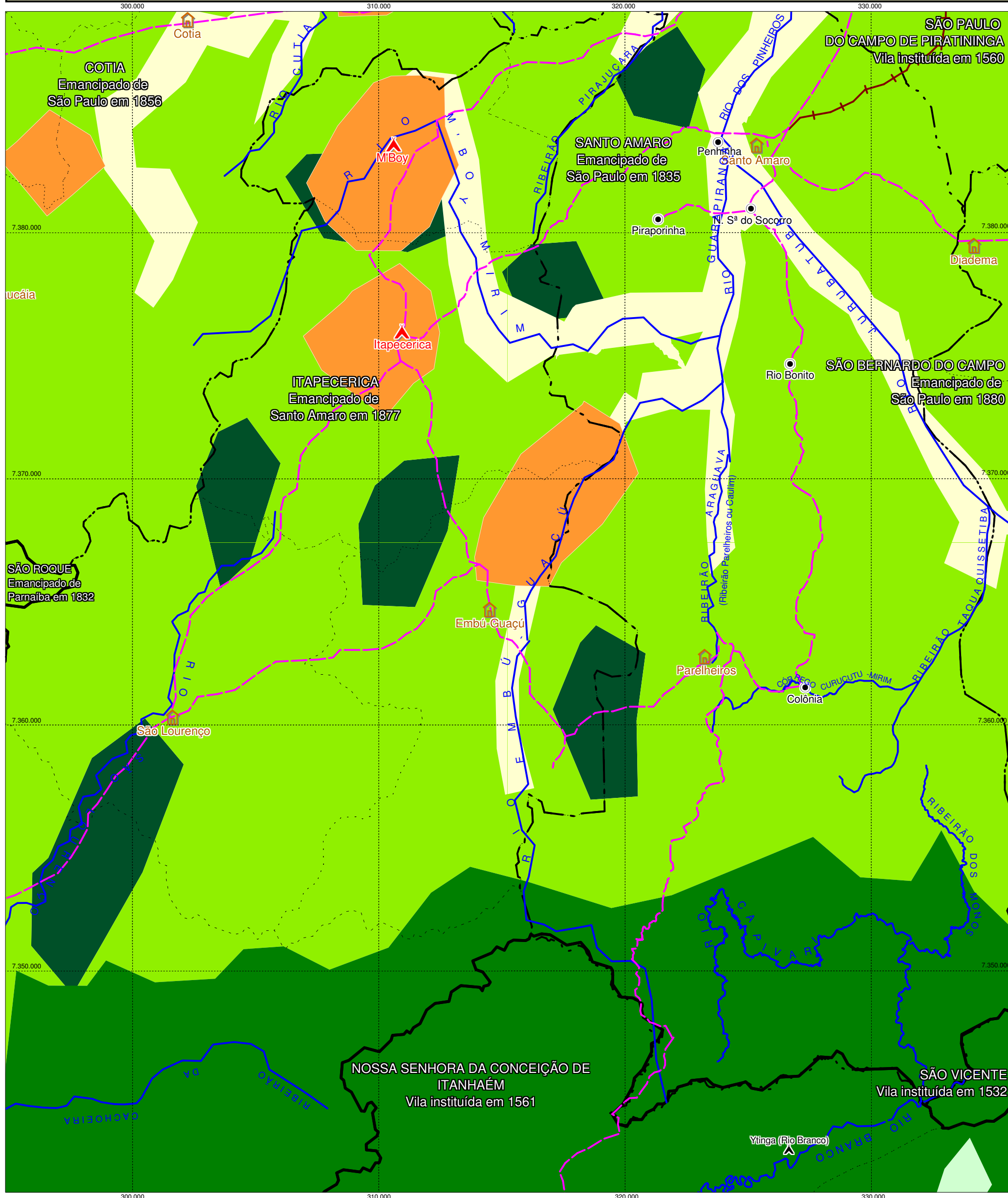
Portanto, muito daquele relato historiográfico trágico a respeito da dispersão da Colônia Alemã olvida o fato de que certas famílias imigrantes vieram a adquirir terras em todo o Sertão de Santo Amaro e Itapecerica, desenvolvendo atividades que, conforme veremos no próximo segmento desta dissertação, deram origem a redes próprias de sociabilização, formando inclusive muitos núcleos de bairros rurais:

Foi na vasta área periférica e rural do futuro município de Santo Amaro que se localizava o núcleo inicial: Colônia Velha, 35 quilômetros distante da Vila de Santo Amaro. A longo prazo (...), poucos colonos ficaram nesse núcleo. A maioria se fixou como sitiantes no ‘Sertão de Santo Amaro’, ou seja, na vasta área rural que começou na Capela do Socorro e ia até o alto da Serra que faz limite com São Vicente e Itanhaém. Os colonos alemães fixaram-se sobretudo nesta área que, ao lado de Colônia Velha, incluía os núcleos de Rio Bonito, São José, Casa Grande, Varginha, Bororé, Cipó, Emburu, Parelheiros (RIBEIRO, 2002: 59).

Originalmente, a autora menciona a existência de 62 famílias no Núcleo Colonial. Na primeira relação estatística na Freguesia de Santo Amaro feita a

partir do momento em que se instalaram os colonos, sua população era de 3.109 indivíduos, incluindo brancos, pardos livres, pardos cativos, negros livres, negros cativos e 235 alemães. “Mas, a partir de meados da década de 1830/40, houve uma contínua diminuição da população” (RIBEIRO, 2002: 72). Segundo Edmundo Zenha apud RIBEIRO (2002), dessas 62 famílias com 229 indivíduos, no próprio núcleo colonial restaram, em 1847, somente 9 famílias. Fazendo um contraponto a essa narração, observamos, por meio dos depoimentos obtidos em trabalho de campo, que muitas dessas famílias vieram a se instalar neste Sertão de Santo Amaro. Nossa constatação corrobora a afirmação de que “inicialmente, a maioria das famílias constantes na relação de 1830 se instalaram no núcleo central da Colônia, mas alguns, logo depois, se fixaram na Vila de Santo Amaro e outros adquiriram terras e sítios numa vasta área formada pelos bairros Rio Bonito, São José e Parelheiros” (RIBEIRO, 2002: 73).

Além da formação de núcleos de povoamento, podemos ainda acrescentar, sobre as transformações que esse novo contingente de trabalhadores livres veio a imprimir na região, que os imigrantes abriram estradas, como a antiga estrada de Parelheiros (atuais avenida Senador Teotônio Vilela e avenida Sadamu Inoue), que liga o Rio Bonito ao município de Embu-Guaçu, a qual “possibilitou a ocupação do vasto sertão que a cercava, regado por inúmeros cursos d’água e povoado pela imensa Mata Atlântica” (SANTOS, 2003: 57-8). Para aprofundarmos a compreensão dos processos sociais pelos quais se deu a formação e a reprodução desse modo caipira de organizar o espaço do trabalho, bem como o da vida comunitária e da religiosidade, vejamos, a seguir, como recomenda o método materialista e dialético, as bases concretas do trabalho camponês sob as quais já operava uma forma específica de relação entre trabalhador autônomo que controla a terra no ato da produção e os ainda incipientes mercados urbanos de São Paulo.



**LEGENDA**

	FLORESTA TROPICAL		Território das Vilas em 1800		ALDEAMENTOS
	MATA DE ARAUCÁRIAS		Limite de Município em 1900		NÚCLEOS CAIPIRAS
	FLORESTA SUB-TROPICAL		Limite de Município em 2000		OUTROS POVOADOS
	MATA DE VÁRZEA		Caminhos Principais		ALDEIA GUARANI
	FLORESTA LITORÂNEA		Hidrografia Principal		
	CULTIVOS INDÍGENAS		Ferrovia		

**SANTO AMARO**  
Territórios municipais em 1900

Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

Escala 1 : 150.000

1,5 0 1,5 3,0 4,5 Km

Fonte: PETRONE, P. (1964); e HUECK, K. (1950) apud. RUFINO, J. in AZEVEDO, A. (1954).  
 Pesquisa: FRABETTI, G. L. & SANTOS, R. M.  
 Cartografia: geógr<sup>a</sup> Rodrigo Martins dos Santos - 2008



## **Capítulo 2: O trabalho camponês no Sertão de Santo Amaro**

Diante do ideal do que deveria ter resultado a Colônia Alemã, ela foi considerada um fracasso. Contudo, a seguir, buscaremos compreender em quais condições se deu a reprodução social das famílias que permaneceram nessas terras. Demonstraremos, neste segmento, que algumas famílias de colonos, as quais não acompanharam a tendência de dispersão, passaram a produzir seus meios de vida conforme a lógica da chamada economia doméstica. Por meio dessa maneira de produzir, apropriaram-se dos recursos existentes na mata, como a madeira, serrada ou transformada em carvão, utilizados segundo as próprias necessidades dessas famílias, ou mesmo vendidos em Santo Amaro (uma das poucas formas de obtenção de dinheiro na troca com os ainda modestos mercados urbanos); também realizaram atividades como a criação de animais e a roça, imprescindíveis para a sobrevivência dos trabalhadores livres no antigo meio rural ao sul de São Paulo.

Mas, apesar desse mesmo trabalho ter criado a possibilidade de produção da maioria dos meios de vida necessários à população em questão, não é possível compreendê-lo sem levar em consideração o intercâmbio (tomado, a princípio, apenas no sentido de troca comercial) dessa população com a cidade. Esse movimento de apropriação e transformação dos recursos disponíveis, intensificado com a instalação desse novo contingente de trabalhadores livres, criou, no Sertão de Santo Amaro, uma área econômica integrada aos ainda modestos mercados nos núcleos urbanos; todavia, uma área econômica onde praticamente não havia trabalho assalariado, e na qual famílias camponesas detinham consideráveis extensões de terra. A seguinte observação, portanto, se faz necessária, para compreendermos como se deu a forma da apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar do camponês imigrante:

A partir das informações, depoimentos, descrições e análises sobre a decadência do núcleo da Colônia Velha, facilmente se estende essa impressão de decadência para a totalidade dos integrantes dessa imigração 1827/1828, chegando-se a uma imagem distorcida, pois (...) a situação é outra em Itapecerica (...), bem diferente, também, foi a situação dos indivíduos e das famílias que, já nos anos de 1830/40, se instalaram no núcleo central da Vila de Santo Amaro, como os Foster, Ablass, Hannickel. Também acham-se em melhor situação aqueles que adquiriam uma propriedade na vasta hinterlândia de Santo Amaro, formado pelos bairros de São José, Cipó, Parelheiros e Rio Bonito (RIBEIRO, 2002: 76).

Registra-se que outras famílias também prosperaram e fixaram-se nesta área, tais como Klein, Roschel, Rheinberg, Hessel, Schimidt e Christ. “Algumas delas, ao lado da agricultura, tiveram como fonte de renda o exercício de um ofício de artesão” (RIBEIRO, 2002: 89). Veremos, enfim, que o trabalho dessas famílias fez, de uma floresta tropical, a paisagem agrária. Esta última, não só produto, mas condição de reprodução das vilas camponesas, com suas terras de cultivo, seus núcleos, suas casas, suas estradas de terra. Cada qual, um produto do esforço coletivo no sentido da reprodução dos meios de vida dessa mesma coletividade. No entanto, reforçamos, com o incremento dessa produção e com as mudanças na forma de propriedade, esse trabalho passou a pressupor, ainda que marginalmente, o intercâmbio com a cidade que começava a despontar como centro econômico. Para esclarecer e aprofundar este momento da relação entre São Paulo e seu entorno, iniciemos com uma exposição teórica indispensável antes de analisarmos a reprodução camponesa entre os colonos do Sertão de Santo Amaro e sua relação com a cidade.

### **2.1. A divisão do trabalho na origem da separação entre campo e cidade**

Empreenderemos a seguinte discussão para esclarecer a base epistemológica que nos levará a identificar e analisar a forma econômica e social do trabalho livre que se deu no Sertão de Santo Amaro, bem como sua relação com a cidade de São Paulo nessa época. Partindo das bases lançadas no

debate da economia política sobre as relações entre cidade e campo, recuperemos os fundamentos da concepção materialista e dialética da história, da qual destaca-se a seguir um ponto teórico importante para o desenvolvimento deste trabalho: trata-se dos conceitos de *produção*, *intercâmbio* e *divisão do trabalho* na obra *A Ideologia Alemã* (1977), de Karl Marx.

Nessa obra, são traçadas as primeiras premissas do método materialista segundo uma visão dialética da História. O ponto de partida deste método é a atuação dos indivíduos reais e as condições materiais sob as quais vivem estes indivíduos (MARX, 1977). Dessa forma, a produção dos meios de vida, por meio do acúmulo de transformações que o trabalho historicamente efetua sobre a natureza, sobre os objetos precedentes, cria as condições materiais de existência desses indivíduos reais:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (...) Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o *que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 1977: 27-8).

Trata-se de um texto diretamente contra o pensamento dos filósofos hegelianos críticos, ou de esquerda, ao contrário dos quais busca-se demonstrar que é a consciência determinada pela vida, e não a vida pela consciência. Portanto, a categoria fundamental tomada na compreensão das sociedades humanas é o trabalho, ou seja, a atuação prática e transformadora dos seres humanos sob condições concreta e historicamente dadas.

Em conseqüência dessa ruptura, MARX (1977) afirma que a natureza dos indivíduos depende das condições materiais a determinarem sua *produção*; mas esta colocação, por demais citada e também simplificada na literatura, merece um tratamento cuidadoso. De acordo com os pressupostos dessa crítica de MARX (1977), ao trabalhar, ou seja, ao produzir seus meios de vida, a

humanidade está também produzindo a organização social (baseada no conjunto das relações de produção) necessária ao desenvolvimento das forças produtivas já existentes e, com isso, criando efetivamente parte essencial daquilo o que cercará sua vida em sociedade dali para adiante: não somente as condições materiais de sua existência física, mas também a expressão de seu modo de vida, as marcas culturais que concreta e historicamente imprime em si mesma, mas são aparentemente inatas e necessárias. Henri Lefebvre, em sua leitura temática realizada sobre a mesma obra que aqui nos interessa, faz uma observação sobre a obra de Marx sem a qual não é possível compreender o teor destas declarações:

O termo 'produção' é entendido numa acepção muito mais lata do que em economia e assume o sentido de toda a filosofia: produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdade (LEFEBVRE, 1972: 38).

Portanto, a concepção dialética de *produção* em Marx “corrige o caráter acanhado (reduzido e redutor)” da acepção clássica, dos economistas (os quais somente compreendiam, em sentido estrito, a produção de bens materiais), “projetando nela a amplidão e as vastas perspectivas de outro sentido (...)” (LEFEBVRE, 1972: 48).

Esta *produção* em sentido amplo é, ainda, a outra face da mesma moeda que comporta o conceito de *intercâmbio*, este também empregado no sentido de englobar o intercâmbio material e espiritual dos indivíduos, de grupos sociais e de países inteiros: o intercâmbio dos homens entre si no processo de produção é a base de todas as outras formas de intercâmbio, inclusive da própria linguagem (MARX, 1977). Os termos *formas de intercâmbio*, *modo de intercâmbio* e *relações* ou *condições de intercâmbio* são empregados, nessa obra, para exprimir preliminarmente o conceito de *relações de produção*, mais tarde empregado pelos autores para explicar o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, toda a estrutura interna de uma sociedade depende do movimento dialético entre sua produção e seu intercâmbio externo e interno.

Ainda seguindo as reflexões de MARX (1977), temos que o desenvolvimento das forças produtivas, decorrente do aperfeiçoamento da produção e da intensidade do intercâmbio, aparece inicialmente com o aumento da população. Com o crescimento e diversificação dessa produção e desse intercâmbio, a *divisão do trabalho* surge como ponto de ruptura na forma de organização das sociedades:

O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pela divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas, (...) cada nova força produtiva tem como conseqüência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho (MARX, 1977: 29).

Com o aprofundamento da divisão do trabalho, a complexidade da produção em sociedade resulta numa diferenciação interna a essa mesma sociedade, a qual se manifesta primeiramente na separação funcional entre *campo* e *cidade* e, conseqüentemente, na distinção entre seus conteúdos (identificados, a princípio, com o rural e o urbano); estes, territorialmente cristalizados ao passo em que se desenvolvem historicamente as *formas de propriedade*:

A maior divisão entre o trabalho material e o intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da localidade à nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias. (...) A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e a separação. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir nos quadros da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta – subsunção que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre o interesse de ambos (MARX, 1977: 78).

Ao propor o desenvolvimento das relações sociais sobre as forças produtivas de uma sociedade como ponto de partida para a interpretação da ação dos homens, Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, demonstra logicamente a origem de uma das mais antigas e persistentes formas de diferenciação social existentes, “um ponto cuja importância na *historicidade* a *história dos historiadores* nem sempre soube reconhecer” (LEFEBVRE, 1971: 41):

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição de seus interesses (MARX, 1977: 29).

Campo e cidade, na tradição do materialismo histórico, se distinguem e inter-relacionam de acordo com o modo pelo qual se divide e organiza o trabalho social e, assim, se estabelecem as formas de propriedade, fundamentalmente a propriedade da terra. São partes de um todo, constituídas, cada uma delas, por relações sociais e de apropriação dos recursos disponíveis e desigualmente distribuídos no espaço. Constituem, portanto, formas sociais territorializadas que passam, elas mesmas, a funcionar como forças produtivas, impulsionando o desenvolvimento das sociedades em geral.

Dessa discussão inicial, extraímos que o campo e a cidade são produtos da ação das sociedades humanas, mas, simultaneamente, são produtos que comportam as próprias condições materiais da reprodução de sujeitos sociais que eventualmente podem encontrar-se em oposição no interior dessas sociedades. Via de regra, o campo representa o isolamento e a dispersão e a cidade, o encontro e a aglomeração, a centralidade. Eis que essas características são forças produtivas combinadas e investidas no processo mais amplo de reprodução social por meio do trabalho socialmente dividido. Feitas essas considerações teóricas, façamos o esforço de operar com os instrumentos de análise que ela nos oferece e passemos a dissecar, inicialmente, como recomenda o método, a base material da produção no antigo Sertão de Santo Amaro em sua relação com a cidade.

## **2.2. A primeira divisão do trabalho entre São Paulo e os núcleos do entorno**

Veremos, neste segmento do trabalho, que, após a introdução dos trabalhadores livres agricultores e artífices no Sertão de Santo Amaro, ocorreu um significativo desenvolvimento das forças produtivas na área de estudo. Isso ocorreu na medida em que esse trabalho passou progressivamente a produzir excedentes destinados às trocas com os aglomerados urbanos, cujos mercados começavam a demandar matérias-primas, tais como a madeira e o carvão vegetal, além de alimentos para abastecer sua população.

A expressão desse crescimento das forças produtivas no entorno da cidade seria a própria transformação da paisagem herdada do tempo do cinturão de aldeamentos. Sobre as formas de uso e ocupação do solo na área dos arredores da Capital, ao final do século XIX, afirma-se:

Economicamente era um área decadente, um quase vazio. Enormes extensões de campos de barba-de-bode, mosaicos de capoeiras em diferentes estágios de desenvolvimento, manchas modestas de matas secundárias nos grotões e cabeceiras de vales, matas mais ricas nas serras isoladas ou em direção ao topo da Serra do Mar (PETRONE, 1964: 292).

Assim como em todo o cinturão caipira de São Paulo, na região do Sertão de Santo Amaro esta descrição da paisagem foi constantemente evocada. Segundo PENTEADO (1958), este “sertão” se encontrava “mais próximo do litoral do que a cidade de São Paulo”, fazendo, contudo, “lembrar bastante esses recantos esquecidos, perdidos no anonimato, em tão grande número ainda existentes no imenso interior do país” (PENTEADO, 1958: 52).

Porém, demonstraremos a seguir como atuou, na criação da paisagem rural, o desenvolvimento de atividades econômicas tais como a extração de madeira, o pequeno comércio, as indústrias rurais como as carvoarias e as olarias e, principalmente para a reprodução diária do camponês da região, o

trabalho agrícola realizado na roça. É o que se pode inferir a partir do seguinte depoimento, no qual o entrevistado começa referindo-se ao assentamento das primeiras famílias alemãs:

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) havia uma promessa de um subsídio até elas [as famílias de imigrantes] se instalarem. Porque, aqui, quem vê, hoje... 180 anos [depois da instalação da colônia], praticamente... não imagina que na época [essa região] era exatamente um Amazonas. Que do rio Pinheiros pra cá não tinha moradia nenhuma, era mata pura mesmo, animais e insetos de todos os tipos. Então, esses alemães, sem alternativa, fizeram de tudo pra ficar aqui. Só que Santo Amaro já era uma vila desenvolvida, aí, eles plantavam aqui. Tiravam palmito da mata (...) e iam muito a Santo Amaro. E com isso fizeram as primeiras trilhas aqui, as primeiras estradas (...). O primeiro desenvolvimento [trazido pelos imigrantes] foi exatamente o desmatamento pra agricultura. (...) Eles tentavam introduzir o comércio da batatinha, depois também fazer tipo fazendas com gado... mas aqui a região não era propícia pra criação do gado, porque era uma região fria, chovia muito, depois o calor, chegava o verão era quente demais. Depois, a família Reimberg, que era do meu avô, eles eram profissionais de mexer com madeira, carpinteiros e serralheiro (...). (Fonte: entrevista com sr. Marinho Reimberg, realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ou seja, com o trabalho dos imigrantes, intensificaram-se as transformações na paisagem, tais como a retirada da cobertura vegetal original; os recursos dessa paisagem transformada, criada com o próprio trabalho do colono sobre a terra, apresentavam-se, por sua vez, como as novas condições de sobrevivência para essas mesmas famílias. Mas, como confirma o depoimento, isso não acontecia sem que houvesse uma certa rede de trocas, principalmente com Santo Amaro. Nesse processo, foi criado o próprio meio rural, com suas características fisiográficas, feições econômicas e formas de organização da população no espaço. Portanto, seja extraíndo os recursos de novas porções de mata, seja produzindo gêneros agropecuários, esse trabalho desencadeou o primeiro movimento de separação e integração entre campo e cidade no caso estudado: São Paulo deixava de ser somente um centro administrativo de aldeamentos coloniais e começa a influenciar como mercado



consumidor em expansão, enquanto novas áreas, como o Sertão de Santo Amaro, iam sendo desbravadas, inicialmente pelo trabalhador livre.

Veremos, a seguir, que essa produção econômica simples baseada na manipulação direta de recursos naturais, todavia nunca desvinculada do intercâmbio comercial, é, imediatamente, a produção da condição de camponês, a partir da qual este sujeito se relaciona em comunidade e com a cidade que começa a se modernizar. Cabe, portanto, descrever, durante o período que se segue à implantação da Colônia em Santo Amaro, a forma específica do trabalho livre e autônomo do imigrante, bem como suas relações com o mercado urbano em formação. Argumentaremos que seu trabalho, apesar de instrumento da maior separação e integração entre campo e cidade no caso de São Paulo, foi realizado dentro de uma lógica econômica própria, visando primeiramente o sustento da família, tendo sido, portanto, contraditoriamente realizado com base na forma da economia doméstica.

### **2.3. A economia doméstica camponesa no processo de ocupação do Sertão de Santo Amaro**

A princípio, podemos definir a economia de base doméstica como aquela em que não está preponderantemente presente o trabalho assalariado, mas, sim, familiar; além disso, a economia doméstica tem como objetivo, fundamentalmente, satisfazer as necessidades das próprias famílias de trabalhadores (não visam, portanto, a acumulação). O uso da terra é destinado simultaneamente à produção de mercadorias e à reprodução dos meios de vida familiares. Para compreendermos a peculiaridade desta forma de economia, vejamos, a seguir, algumas indicações teóricas sobre o seu núcleo, que é a *unidade de produção familiar*.

Um trabalho clássico de caracterização da unidade de produção camponesa e, por conseguinte, do próprio campesinato é o de CHAYANOV (1986). De maneira geral, da obra deste autor, depreende-se que a essência da vida camponesa está enraizada nos estabelecimentos rurais familiares, unidade

básica de sua economia e de sua sociedade tradicional. O que teoricamente implica a idéia de especificidade dos fenômenos sociais e não de leis sociais gerais: os camponeses formariam comunidades singulares, dotadas de uma historicidade própria e tidas como um dado à parte e até mesmo contra a estrutura social capitalista que rapidamente emergia na Rússia ao final do século XIX. A linha de pensamento desse autor indicava que, baseado na propriedade comunitária da terra, o campesinato russo encerrava em si mesmo a resistência e a oposição ao capitalismo; daí sua posição política favorável ao fomento das cooperativas camponesas no projeto de uma sociedade revolucionária.

Ao analisar o estabelecimento familiar camponês, CHAYANOV (1986) o toma como uma *unidade de produção e de consumo*. A própria família camponesa é tomada como um trabalhador coletivo, um conjunto dentro do qual se pode estabelecer o balanço entre a capacidade de gerar renda e as necessidades de consumo de seus membros. Assim, a reprodução familiar depende dos diferentes pesos de um fator sobre o outro: pode haver mais trabalhadores ou mais consumidores por família, relação esta que varia ao longo do tempo de acordo com o próprio ciclo de vida (morte ou nascimento de membros, por exemplo); este balanço resultando ou não no alcance do objetivo central da família que é a obtenção dos seus meios de sobrevivência.

Ao invés da mobilidade social necessariamente polarizadora sugerida pela teoria da diferenciação de LÊNIN (1982), sobre a qual ergueu-se toda uma política para o campo na Rússia durante o século XX, CHAYANOV (1986) propõe que a *diferenciação demográfica*, determinada pela composição e pelo tamanho da família camponesa, incidiria sobre o tipo de atividade desenvolvida e sobre o volume econômico da produção. Portanto, uma lógica interna própria à unidade de produção doméstica seria o determinante da sua dinâmica. Ou seja, não se tratava da diferenciação social (um processo de capitalização, por um lado, e proletarização, de outro, desconfigurando-se o próprio campesinato), e sim, de uma busca da identidade e da unidade da economia de base familiar, a qual deveria ser primordialmente levada em consideração ao se formular políticas sociais no campo.

Some-se ao ciclo de vida dos membros da família, ainda, a influência dos ciclos da natureza sobre a economia doméstica: em função da estação do ano, por exemplo, pode não haver lugar para todos os membros da família na agricultura; é quando pode ser necessário empregar a força-de-trabalho em atividades não-agrícolas, ou seja, encontrar ocupação para os membros da família quando a atividade agrícola torna-se inviável.

Principiando nossa descrição da produção econômica doméstica entre as famílias de trabalhadores ao sul de São Paulo com base nos instrumentos analíticos ora apresentados, temos que as famílias instaladas nessa área, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no começo, vieram a tornar-se numerosas (ver foto nº 1), condição necessária à racionalidade econômica empreendida, conforme podemos notar na entrevista abaixo, realizada com o sr. Benedito Roschel Schunck:

**Pesquisador (P):** Quantos filhos o sr. falou que ela [sua mãe] tinha?

**Sr. Benedito Roschel Schunck (B):** 14 filho... e ainda tinha um pequenininho... 15 filho.

P: E aí ela trabalhava... ela sempre foi agricultora, sua mãe?

B: Sempre foi agricultora.

P: E o senhor trabalhava com ela, então?

B: Trabalhava... muleque e toda vida, trabalhava junto com ela. Ia na escola a pé daqui lá no Cipó [mostra com um gesto].  
(Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O trabalho na lavoura dos colonos imigrantes era, via de regra, realizado com base na força-de-trabalho dos membros da família e, esta, como um todo, participava do consumo. No entanto, é indispensável fazer a ressalva de que outras relações de trabalho se davam nas unidades de produção agrícolas, todavia, sob hegemonia do trabalho familiar. As relações de parceria, fundamentalmente entre, de um lado, proprietários descendentes e, de outro lado, colonos imigrantes e famílias caboclas (ou mesmo de parentes mais pobres), eram comuns e necessárias à obtenção de força-de-trabalho que pudessem dar conta de explorar glebas que chegavam a centenas de alqueires. Até mesmo o trabalho escravo foi utilizado em propriedades de famílias de

proprietários fundiários mais abastados, fato que, contudo, era mais comum no núcleo da vila de Santo Amaro.

**Foto nº 1: três gerações da família Schunck reunidas**



A imagem, do primeiro quartel do século XX, mostra, ao centro, o casal Henrique e Maria André Schunck. Em primeiro plano, sentados, estão os netos do casal fundador do bairro do Cipó; alguns deles, recém-nascidos, estão no colo dos adultos. As mulheres, filhas ou noras do casal Schunck, encontram-se em pé, na penúltima fila, enquanto os homens estão mais ao fundo.

Note-se que a maioria dos membros da família, inclusive as crianças, está, nesta ocasião, utilizando suas melhores vestimentas. A reunião dessas três gerações mostra claramente o quão numerosas eram as primeiras famílias a fixar-se no Sertão de Santo Amaro, especialmente as mais abastadas, como era o caso dos Schunck (Fonte: acervo pessoal da família de sr. Henrique e d. Maria de Lourdes Schunck. Reprodução fotográfica do original de autoria não identificada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A respeito da quantidade de membros que majoritariamente compunham a força-de-trabalho nas unidades de produção domésticas, RIBEIRO (2002) nos indica importantes registros a respeito das primeiras gerações da família Schunck no Brasil. Os membros da primeira geração, Henrique, católico, (\*1776 + 1861?) e Catarina Schunck, protestante, (\*1780 +?) aceitaram as terras em Colônia Velha em 1830, mas ficaram poucos anos nesta localidade, “deslocando-se 6 quilômetros adiante, adquirindo uma propriedade rural que, sob sua responsabilidade e, em seguida, sob a do seu filho Henrique Schunck (2ª geração)”, único filho homem do casal, “transformara-se numa moderna e grande propriedade rural de 500 alqueires” (RIBEIRO, 2002: 86). Essa segunda

geração da família – liderada pelo novo patriarca Henrique Schunck (\*1810 +1861?) e sua esposa, Catarina Maria Klein (\*1813 +1895) – teve dez ou onze filhos, entre eles, outro Henrique Schunck (\*30/04/1850 +16/07/1930), o sétimo da prole, casado com Maria André (\*10/11/1861 +?), o qual veio a se tornar o patriarca da terceira geração (RIBERIO, 2002). Esses três Henriques, portanto:

(...) foram os ‘chefes da família Schunck’ que, no decorrer de cem anos, adquiriram uma grande propriedade de 500 alqueires de terra, com mão de obra escrava e lavradores livres, em São José ou Cipó como sede do clã familiar. Ao redor, havia os parentes – donos de sítios de pequeno e médio porte (RIBEIRO, 2002: 88).

O cultivo da terra se dava basicamente por meio da agricultura de coivara, técnica que exige sempre a abertura de novas roças na mata. O pai do sr. Hermenegildo Hessel era um antigo morador do bairro do Cipó que fazia sua roça utilizando essa técnica, ou seja, “queimava uma parte [de mato] e plantava em cima da cinza”. O entrevistado diz, em entonação que busca causar surpresa, que “agora, se plantar sem adubar, não dá nada. Antes, queimava a mata, plantava feijão e milho, e dava”. É importante mencionar que o pai do sr. Hermenegildo tinha 24 alqueires de terra, uma vez que a disponibilidade desse recurso é decisiva para a realização da agricultura de coivara. Tratava-se de uma técnica agrícola aprendida, sem dúvida, com os caboclos que já povoavam o Sertão de Santo Amaro:

**Pesquisador:** O senhor tem notícia de como era realizada a atividade agrícola entre as famílias alemãs que colonizaram essa região (...), como que eles faziam pra cultivar a terra, o senhor tem notícia disso?

**Sr. Marinho Reimberg:** Alguns deles já tinham experiência, porque eles eram agricultores lá na Alemanha. Aí, eles tentaram introduzir [a agricultura] aqui, mas o terreno era diferente, tinha que tirar a mata pra plantar... Aí, [houve] o contato com alguns caboclos da região de Santo Amaro. Eles se informavam em que a terra aqui era melhor. Uma das coisas que eles plantavam, que aqui aceita bem, é o feijão e a batatinha. Então eles faziam o desmatamento, queimavam [a mata para fazer a roça] (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti com o sr. Marinho Reimberg. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Enraizada na tradição indígena do planalto paulistano, a agricultura de coivara, devido ao seu caráter itinerante, implicava um longo ciclo de desmatamento e reconstituição de capoeiras, o qual acabaria se mostrando inviável para o regime de propriedade da terra que vinha se constituindo nesta área ao final do século XIX. As condições para a degradação do solo, portanto, estavam fundamentalmente postas pelo estabelecimento da propriedade fundiária privada. Contudo, muitos trabalhos sobre a agricultura no entorno paulistano atribuíam exclusivamente ao emprego do sistema de roça o empobrecimento da terra e, por conseqüência, da própria população. Sobre a relação entre as características naturais dos solos regionais e as técnicas agrícolas empregadas, temos a seguinte afirmação:

Estamos em pleno Planalto Atlântico, com suas rochas cristalinas fortemente trabalhadas pela erosão. (...) Cursos de água surgem fortemente entalhados. Os solos regionais, de origem granito-gnáissica, não se destacam por sua fertilidade, além de serem pouco profundos. A topografia acidentada, aliada à alta pluviosidade, são fatores do empobrecimento do solo, pois a matéria orgânica se vê removida com muita facilidade. Fortalecendo-os, em sua ação negativa, encontramos o emprego tradicional de queimadas e a despreocupação geral em reconstruí-los. Daí a importância representada pelas várzeas quaternárias, com seus solos negros extremamente férteis, ricos em humo, e com espessura média de um metro (COSTA, 1958: 111).

Para COSTA, os caipiras não sabiam “compor suas propriedades, tudo fazem de maneira empírica e só utilizam processos atrasados e deficitários” (COSTA, 1958: 115-6). Atentando de maneira eurocêntrica para as técnicas agrícolas utilizadas, ela afirma, sobre o caipira, que “sua técnica de cultivo é praticamente inexistente, pois, em regra, não emprega adubos, não utiliza o arado, desconhece remédios contra pragas, não se preocupa em selecionar as sementes”, nem com “a rotação de culturas”.

Nesse tempo, praticamente a totalidade dos meios de produção empregados na unidade de produção doméstica era obtida com o próprio trabalho familiar. Eram, portanto, instrumentos rudimentares, e não meios de

produção adquiridos no mercado. Por exemplo, os meios de transportes utilizados (cavalos ou carros de boi) eram criados com recursos da própria roça (ver Foto nº 2). Os animais também eram utilizados para realizar a tração, tanto na lavoura quanto nas pequenas indústrias rurais. É o que revela o seguinte trecho de entrevista, no qual também notamos a já mencionada influência dos ciclos da natureza sobre o trabalho do agricultor:

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** A gente começou desde o começo na terra. Antigamente era no enxadão, só, não tinha trator. Lombo de burro, animal. Depois que a gente comprou máquina, caminhão.

**Pesquisador (P):** Como era o trabalho na roça na época que o senhor vivia com seus pais?

H: Ah, era mais difícil. Não tinha irrigação, não tinha máquina prá trabalhar, era só na enxada.

P: No caso, não tinha irrigação, dava prá plantar verduras, como o senhor planta hoje?

H: Ah, dava, porque naquele tempo chovia mais, né? Naquele tempo, essa época de janeiro, era o mês inteiro de chuva, agora que mudou, né? (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Portanto, parte importante da obtenção de meios de produção nessas unidades domésticas de produção era a criação de animais, além de que, dessa atividade, podiam ser extraídos alimentos (ovos, carne) e fertilizante para as lavouras. Os animais eram normalmente alimentados com produtos da própria lavoura; os galinheiros e os estábulos eram construídos com trabalho próprio e materiais como a madeira extraída da mata ou plantada. Segundo o sr. Hermenegildo, o milho, naquela época, era muito usado para alimentar a criação de animais. Sua família possuía suínos e bovinos, dos quais aproveitava-se o esterco na própria plantação. COSTA (1958), novamente, destaca aquilo o que ela considera “rudimentar” nessa prática:

Convencido de que as galinhas presas em recinto fechado não põem ovos, mantêm-nas soltas na propriedade ou, quando muito, no interior de amplos cercados. Julga desnecessário selecionar as raças, daí resultando um sem-número de cruzamentos, de que constitui um excelente testemunho o tipo bem conhecido de ‘galinha caipira’. Dando-lhes reduzida

alimentação (que, geralmente não passa de grãos de milho), deixando-as ao léu, só consegue um produto de pequeno tamanho e de escassa produção de ovos. Não passa de exceção o caso em que galinheiros são construídos e alimentação racional é dada às aves. (...) Comum é a criação de porcos destinados ao consumo da família e à venda, depois da necessária engorda. Também costuma ter alguns cabritos e aprecia a criação de patos (COSTA, 1958: 124).

**Foto nº 2: Adão Glasser Bueno e amigo junto a um carro de boi**



Observamos, à esquerda, um descendente das primeiras famílias de colonos com um amigo ao lado; em segundo plano, registra-se a imagem de um carro de bois, meio constantemente utilizado no transporte de pessoas e mercadorias entre os bairros caipiras e Santo Amaro ou outros centros urbanos (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica da imagem original por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Cabe apontar que o objetivo fundamental do trabalho nesses sítios policultores era o de prover diretamente a produção dos meios de vida para as famílias camponesas. A pressão do mercado urbano na intensificação da prática agrícola era, portanto, mínima, até então. Muitas das trocas realizadas entre os camponeses e os mercados urbanos, principalmente o Mercado Municipal de Santo Amaro, sequer envolviam dinheiro. Trata-se, portanto, de uma economia do excedente (e não propriamente daquilo o que se convencionou chamar de agricultura de subsistência). O depoimento seguinte, contribuição de d. Maria de Lourdes Schunck, no qual se menciona o fato de que a maior parte da lavoura



dessas famílias era destinada ao próprio consumo doméstico, exprime o objetivo primeiro do trabalho agrícola entre os colonos de Santo Amaro (ver, ainda, a Foto nº 3, mostrando a residência da entrevistada, de arquitetura típica entre o casario dos imigrantes da mesma origem que a entrevistada, uma das necessidades primordiais das famílias camponesas):

**Pesquisador (P):** Com agricultura, o seu marido, ou mesmo a senhora, já chegaram a trabalhar em algum momento da vida de vocês?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** (...) a gente tudo já começou com a lavoura. [Após os primeiros anos de casamento] as madeira [a atividade de extração madeireira] já ficou difícil... tudo longe pra cortá, assim. Aí passaram prá fazer as lavoura. Eu, toda vida ajudei minha mãe nas lavoura, e agora meus filho é as lavoura, que eles fazem aqui.

P: E a lavoura que eles faziam no começo do que era?

ML: No começo era milho, feijão, mandioca... era o que mais se fazia.

P: Era pra vender isso?

ML: Era, mas era mais pro gasto de casa, agora que eles tão fazendo prá vendê, comerciá lá fora. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A economia camponesa típica é caracterizada, segundo CHAYANOV (1986), pela força-de-trabalho familiar e pela *lógica doméstica de sua produção* (ou seja, nem capitalista, nem feudal): visa primordialmente garantir a reprodução das necessidades familiares, e não a realização do lucro e a acumulação. Devido a esse caráter, CHAYANOV (1986) refere-se ao objetivo básico que determina o comportamento econômico do camponês como a *teleologia da produção camponesa*: o sentido do trabalho familiar é o de garantir a própria existência da família camponesa. O que motiva o trabalho do camponês e suas tomadas de decisão é a unidade teleológica subjetiva da atividade, a *racionalidade* do trabalho familiar frente aos seus objetivos.

Assim, de acordo com esse objetivo da produção, os meios de vida de que necessitava a família camponesa eram criados, de maneira geral, com seu próprio trabalho, utilizando instrumentos próprios e rústicos. Mas não só eram produzidos de maneira direta os alimentos para a satisfação das necessidades

dos membros da família; objetos de uso pessoal também eram confeccionados por familiares ou por vizinhos. Tratam-se de atividades que foram de extrema importância para a aquisição de meios de sobrevivência em uma situação na qual circulava pouco dinheiro. Portanto, a disponibilidade de tempo de trabalho, dividida entre outras atividades além da agricultura, tinha enorme importância sobre a capacidade da família de satisfazer suas necessidades.

**Foto nº 3: casa de d. Maria de Lourdes Schunck**



Casa na qual reside, atualmente, a família da entrevistada d. Maria de Lourdes Schunck. Notar a simplicidade e o cuidado com a organização do quintal de sua residência, situada em uma antiga chácara da família na qual convivem outros parentes. Notar as caixas utilizadas no transporte de mercadorias agrícolas, no canto esquerdo inferior da foto; um neto de d. Maria de Lourdes trabalha com o cultivo de hortaliças nessas terras. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

CHAYANOV (1986) já chamava a atenção para a importância do trabalho não-agrícola na economia doméstica. Um dos fatores que explica o emprego de tempo de trabalho em tais atividades é, segundo CHAYANOV (1986), a chamada *auto-exploração da força de trabalho*, fator fundamental para a compreensão da lógica interna da unidade de produção doméstica. Essa auto-exploração se traduz no grau de intensidade do trabalho, dado ainda conforme a relação entre o total de consumidores e o número de membros aptos ao trabalho. Por exemplo: dependendo do número de homens em cada família, pode ser necessário ou não empregarem-se maiores esforços individuais na

atividade agrícola; varia também o tempo que deve ser empreendido em sua realização. Com isso, fica também determinada a quantidade de tempo que pode ser dedicada ao trabalho não-agrícola, como é o caso do artesanato. Segundo SHANIN (1983), a composição da família (homens e mulheres; crianças, adultos e idosos) também é importante, pois define o excesso ou a falta de braços na lavoura, bem como o número de membros da família ocupados em atividades como o artesanato. O sr. Hermenegildo Hessel, em seu depoimento, nos conta a respeito da importância do artesanato nesse tempo em que eram limitadas as relações com o mercado:

**Pesquisador:** Vocês plantavam verdura prá vender ou era só pro consumo de vocês?

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** Plantava pro gasto e vendia, também, né? Vendia pro pessoal daqui mesmo.

P: As vendinhas aqui de perto vocês utilizavam, também?

H: A gente comprava pouco, porque feijão, arroz, milho, essas coisas, tudo prantava. Então só comprava óleo...

P: E tecido? Já comprava as roupas feitas?

H: Não, tecido... minha mãe mesmo fazia... ela costurava. Ela mesmo fazia todas as roupas. Quando ia prá roça era roupa de saco. Que adubo, antigamente, em vez de plástico, vendia de saco de pano, igual que vende farinha. Então, minha mãe fazia camisa de saco, depois passava [ri]. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ainda sobre a importância da costureira nessa economia doméstica, conta-nos d. Maria de Lourdes Schunck (sobre esse ponto, notar, na Foto nº 4 sua simplicidade de D. Catirine ao se vestir, bem como o aspecto artesanal de suas roupas):

**Pesquisador (P):** E me conta uma coisa... essa coisa da costura, que é uma arte né? (...) De onde a senhora trazia os tecidos, quem escolhia os tecidos que a senhora usava, pra quem que a senhora costurava?

**Maria de Lourdes Schunck (ML):** É o seguinte eu costura pra uma loja que tinha aí no Cipó, né? Ele mandava os tecido e eu fazia tudo. Ele levava lá, ele vendia, levava outro... e às vez os vizinho aí, um queria uma coisa, outro queria outra, até vestido de noiva eu fazia, né?

P: O tecido a própria pessoa trazia?

ML: É, eles trazia o tecido, eu só comprava a linha e fazia.

P: E traziam esse tecido da onde, Santo Amaro, de que lado eles traziam?

ML: Traziam lá das lojas, as vez passava vendedor [ambulante] por aí. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### Foto nº 4: D. Catirine



Em primeiro plano, imagem de d. Catirine, camponesa de origem ligada aos imigrantes alemães. Notar sua simplicidade ao vestir, o lenço de pano cobrindo a cabeça e o vestido, provavelmente confeccionado no âmbito doméstico. Observamos, também, em segundo plano, a traseira de um carro puxado por tração animal e, ao fundo, parte de uma habitação feita de tábuas de madeira. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica da imagem original por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre a importância do artesanato na economia doméstica, nos conta, ainda, a mesma entrevistada:

**Pesquisador (P):** E como era a vida da senhora quando a senhora casou?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Eu costurava, fazia costura lá pros vizinho. Ganhava aquele dinheirinho, costurava pruma loja aqui no Cipó, e ele [o marido] serrava ali na serraria do meu pai. Depois, as criança foram crescendo, foi mudando prá escola, sacrificado que era a vida que só vendo... Tombava lenha pra ajudá, porque os menino era pequeno. (...) Tinha uma família grande que eu costurava pra eles, do Pedro Tico, talvez o senhor já conversou com algum deles (...). E ele tinha... quanto era os filho dele?

**Neta de d. Maria:** Dezoito... eram dezoito filhos

**Filha de d. Maria:** Quando chegava enchia a mesa.

ML: Eles plantava batatinha bastante, aqui. E a criançada, eu costurava pra eles. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ainda tecendo considerações a respeito do trabalho familiar não-agrícola, não se pode deixar de mencionar que as habitações construídas em período no qual, de maneira hegemônica, o próprio camponês produzia diretamente a maioria dos seus meios de vida, marcam as características dos estratos socioeconômicos do campesinato na época.

Considerando-se as famílias de caboclos mais simples, estas continuaram, por muitas décadas, habitando abrigos de barro amassado armado com estrutura de madeira e cobertas até mesmo com materiais vegetais encontrados na mata, tal como se fazia na tradição caipira, de origem indígena (ver Foto nº 5, tirada em trabalho de campo, na terra indígena da Barragem, onde podemos ver ainda reproduzida a técnica de construção empregada pelos caipiras).

Já as descrições sobre o habitat dos descendentes de colonos alemães dos arredores de São Paulo constantemente evocam as casas construídas com trabalho familiar e com materiais extraídos diretamente da natureza com esta mesma força de trabalho familiar (a exemplo dessa utilização de materiais produzidos com o próprio trabalho familiar ou obtidos com vizinhos, ver fotos nº 6, nº 7 e nº 8, retratando um galpão e duas casas construídas a partir dessa técnica). Destacando a carência de objetos comprados no mercado na casa das famílias camponesas de Cotia, COSTA (1958), conseqüentemente, faz a seguinte análise do seu habitat:

Sua modesta habitação, de pau-a-pique e mais raramente de tijolos, é coberta com sapé ou telhas. O interior é terra batida. Usa a água do rio ou de poço, não conhece outra iluminação superior à do lampião de querosene. Com seu mobiliário pobre e extremamente parco, a casa caipira oferece, todavia, um ambiente agradável, sempre em ordem e bem varrida. Junto dela costuma-se erguer um mastro, em que balouça ao vento uma estampa de Santo Antônio, São João Batista ou de São Pedro – pormenor que constitui um de seus poucos motivos de orgulho e um símbolo de sua devoção particular (COSTA, 1958: 124).

**Foto nº 5: casa construída da maneira tradicional caipira na terra indígena de Tenondé-Porã**



Fotografia na qual podemos observar uma construção de pau-a-pique, localizada na aldeia Tenonde-Porã, às margens da represa Billings. Apesar de se tratar de um registro recente e historicamente circunscrito, buscamos, com o uso dessa imagem, ilustrar o tipo de construção no qual vivia um significativo contingente de caboclos posseiros no Sertão de Santo Amaro. Aproveitamos o ensejo para chamar a atenção ao fato de que o sincretismo entre o colonizador europeu e os povos nativos do planalto paulista resultou na criação de técnicas ancestrais utilizadas, sob circunstâncias como a retratada acima, até os tempos atuais. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Encontramos, em campo, em lugares correspondentes, de um lado, aos pequenos núcleos familiares de camponeses antigos (ver fotos nº 9 e nº 10) ou, de outro lado, aos sítios dos patriarcas de famílias imigrantes (ver fotos nº 11 e nº 12), geralmente mais abastados, casas as quais ainda hoje encontram-se

erguidas, variando muito seu estado de conservação. Representam, para nós, um importante testemunho da organização social na época aqui abordada. A constatação da variedade de formas de construção das habitações no interior de um mesmo bairro constitui um registro extremamente significativo dessa forma de organização comunitária caipira, (sobre a qual teceremos considerações aprofundadas no próximo segmento desta dissertação), a qual unia em uma só comunidade, pelo sentimento de pertencimento ao lugar e ao seu povo, estratos econômicos distintos do campesinato e mesmo famílias de proprietários fundiários.

**Fotos n<sup>os</sup> 6, 7 e 8: construções feitas com materiais originários das pequenas indústrias rurais da região**





As fotografias acima, tiradas recentemente, nos permitem remeter ao passado, no momento da apropriação fundiária e da transformação da paisagem do Sertão de Santo Amaro pelos trabalhadores livres imigrantes. Observe-se que o galpão de materiais agrícolas (acima, à direita) e as casas, uma delas, muito pequena e simples (acima à esquerda) e a outra mais ampla e visivelmente reformada, foram originalmente construídos com materiais produzidos nas próprias indústrias rurais da região. As tábuas de madeira com que se ergue a estrutura da casa foram manufaturadas nas serrarias pertencentes a famílias como os Reimberg e os Schunck, assim como telhas de barro, fabricadas provavelmente nas próprias olarias da região. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

### **Fotos nºs 9 e 10: edificações na propriedade camponesa da família Helfstein da Luz**



O terreno acima, propriedade da família Helfstein da Luz, é o testemunho da maneira peculiar de organizar as edificações, segundo sua função, no interior de uma unidade camponesa de produção. Nas duas fotografias, podemos observar a grande quantidade de galpões, alguns deles de madeira, outros de tijolos, os quais serviam de moradia, entre outros usos. No interior desse terrenos, temos até mesmo uma pequena igreja, na qual celebram-se missas ocasionalmente, e, antigamente, havia uma casa de caridade, prestando auxílio a doentes. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.



**Fotos nºs 11 e 12: casas de patriarcas das famílias camponesas**



Nas fotografias acima, podemos observar as amplas dimensões das casas pertencentes ao grandes patriarcas das famílias de imigrantes alemães. Funcionavam como a sede da família e exibiam uma arquitetura rústica, mas ostentadora da riqueza e dos patriarcas. Como Jozé Roschel (cujo nome encontra-se escrito na casa a qual lhe pertenceu, na fotografia ao alto). O péssimo estado de conservação da casa abaixo (cujo dono não pudemos identificar) denuncia o descuido com o patrimônio histórico familiar entre muitos descendentes dos primeiros imigrantes europeus. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Utensílios domésticos, tais como o fogão e o forno (ilustrando este último, ver Foto nº 13:), também eram obtidos com meios e trabalho próprios da família, já que o dinheiro circulava muito pouco entre os camponeses, conforme nos conta d. Maria de Lourdes Schunck:

**Pesquisador (P):** Como era a cozinha antigamente?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** A cozinha... era fogãozão de lenha, só lenha... e o forno de assá o pão.

**Filha de d. Maria (F):** Era de barro alguns...

**Neta de d. Maria:** A avó tem, tem fogão de lenha.

ML: A minha vó já fazia, fazia o pão, fazia muita coisa boa, tinha que vê que coisas gostosas que saía.

P: E a senhora cozinhava o quê? As suas avós, como era o dia-a-dia na cozinha, e qual era a especialidade delas?

ML: Feijão, arroz, carne assada, eles tinham fartura.

F: De tudo um pouco...

ML: Dinheiro eles num tinha, era meio pobre de dinheiro, mas comida tinha a rodo (...).(Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 13: forno caseiro**



Antigo forno a lenha construído artesanalmente com tijolos (material fartamente produzido pelas indústrias rurais na região) e barro, existente ainda hoje em uma área coberta contígua à casa de d. Maria de Lourdes Schunck (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Na casa dos familiares, pomares de árvores frutíferas constituíam parte importante da alimentação de crianças. Buscamos, com as fotos n<sup>os</sup> 14, 15, 16 e 17, tiradas em trabalho e campo na propriedade do sr. Hermenegildo Hessel (agricultor que preserva o costume de cultivar plantas voltadas à complementação da alimentação familiar) ilustrar esse costume caipira que constitui, na prática, a produção direta de parte dos próprios meios de vida familiares. Sobre esta prática de aproveitar os frutos de árvores nos quintais das chácaras, conta-nos, a respeito de sua infância, d. Maria de Lourdes Schunck:

**Pesquisador:** E como era o dia-a-dia desses avós aí? Quando ia visitar esses avós Roschel, fazia o que lá?

**D. Maria de Lourdes Schunck:** Laranja, chupava laranja. Tinha um pomar que tinha laranja, papai levava o cavalo, que nós ia de cavalo, era difícil pra ir, né? Trazia uma sacada de laranja e nós vinha... dois, três em cima de um cavalo só. E era assim, ia vê eles lá cada mês, assim. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A condição de produtor direto dos seus próprios meios de vida fez ressaltar, ao olhar de toda uma tradição de cientistas sociais, a pobreza e a inércia do camponês livre do entorno de São Paulo. A precariedade de suas técnicas agrícolas, a simplicidade de seu habitat, as doenças às quais se vê acometido, tudo isso é atribuído única e exclusivamente à suposta incapacidade, culturalmente determinada, desse sujeito prosperar. Ao ver-se fadado ao fracasso, “prefere tornar-se um trabalhador assalariado” (COSTA, 1958: 123). Finaliza a autora, afirmando sobre a atividade agrícola do caipira:

É profundamente triste constatar que sua ignorância, seu fatalismo, sua inércia, falta de ambição e desconhecimento da técnica mais rudimentar refletem-se nas propriedades em que trabalham por conta própria. O caipira não sabe aproveitar convenientemente o solo, nem consegue auferir lucros com o que produz. Alega com freqüência que a terra não presta ou está cansada (...). Via de regra, suas lavouras não chegam para atender às necessidades da própria subsistência; em canteiros assimétricos e desalinhados, plantam pequena roça de milho, exíguo mandiocal, umas poucas verduras e flores; no mais, apenas algumas laranjeiras, limoeiros e bananeiras (COSTA, 1958: 122-3)

**Fotos n<sup>os</sup> 14, 15, 16 e 17 e 18:**



Observamos, nessas fotografias, o cultivo de árvores frutíferas no quintal da família Hessel, moradora do bairro do Embura, à beira da estrada do Cipó. Trata-se de uma prática costumeira do caipira e que garante parte importante dos nutrientes da dieta camponesa (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Para os propósitos desta pesquisa, o trabalho de CHAYANOV (1986) é uma referência fundamental, pois expõe os termos de funcionamento daquilo que o autor denomina *sistemas econômicos não-capitalistas*. A idéia de tomar o trabalho familiar na terra como uma unidade de produção e consumo, bem como a compreensão da teleologia da produção camponesa, constitui indispensavelmente o ponto de partida para se conceber a problemática da recriação da economia não-capitalista no seio de formações sociais conduzidas hegemonicamente pelo processo do capital; uma economia imersa numa sociedade de mercado em que a integração por meio do trabalho dividido se mostra complexa a ponto de aparentemente ocultar a existência e o papel desta sociabilidade singular, produtora de uma paisagem igualmente singular.

Todavia, é necessário não só o esforço de apontar a pertinência, mas também as limitações da obra de CHAYANOV (1986), principalmente a de que, devido à grande diversidade de formações sociais em que se verificou e ainda se verifica a ocorrência da reprodução do trabalho familiar, a especificidade do funcionamento das unidades de produção camponesas não pode ser tomada de maneira separada das condições históricas concretas dadas pelo desenvolvimento geral das forças produtivas em uma sociedade.

A capacidade de manipulação dos recursos naturais, aliada ao fato do trabalho familiar visar fundamentalmente o sustento da família, levou muitos estudiosos a confundir a situação que se dava com a idéia de agricultura de subsistência, encarando, de modo geral, o trabalho livre do entorno paulistano como um caso concreto de economia natural. Vejamos as implicações dessa discussão.

Ao tratar da *destruição da economia natural como pressuposto da criação do capital*, Rosa Luxemburg associa o termo ao comunismo primitivo, às sociedades indígenas e às comunidades aldeãs camponesas, as quais, essencialmente, “fundamentam sua organização econômica na conexão do meio de produção mais importante – a terra – assim como dos trabalhadores, por direito e tradição”, de modo que “não há excedente de produtos próprios, ou pelo

menos nenhuma necessidade permanente de dar saída a produtos excedentes” (LUXEMBURG, 1970: 318).

Estudando os caipiras do Sertão de Itapecerica, QUEIROZ já propunha a seguinte distinção: “diferenciam-se os camponeses (vivendo com base na roça de subsistência, cujo excedente costumam vender) dos agricultores”, os quais também “constituem uma categoria independente de pequenos produtores rurais (proprietários ou não). Para eles, a roça é um elemento subsidiário” (QUEIROZ, 1973: 133).

MARTINS (1975) emprega o termo economia do excedente para desfazer a confusão criada em torno da idéia de “agricultura de subsistência” (esta última, exprimindo uma situação hipotética em que a família camponesa conseguiria, com seu trabalho, satisfazer absolutamente todas as suas necessidades, como se a própria condição camponesa pudesse se dar sem que minimamente haja um circuito de trocas). Já a economia do excedente refere-se à economia doméstica em situação de pouco desenvolvimento das relações de mercado, e que o produto do trabalho familiar é majoritariamente consumido pela família camponesa, calculando-se, porém, a produção de um excedente que, vendido, serve para que o camponês possa adquirir outros itens os quais ele mesmo não tem como produzir (imprimindo-se, assim, um contorno comercial à atividade).

A agricultura realizada pelos descendentes dos primeiros alemães no Sertão de Santo Amaro apresentava este contorno comercial, o que se pode verificar principalmente quando se trata da cultura da batatinha, trazida pelos imigrantes em questão. Esta atividade, realizada com trabalho familiar e instrumentos de trabalho obtidos fundamentalmente com recursos da própria terra, gerava mercadorias comercializadas nos mercados de Santo Amaro. Afirma-se que os gêneros agrícolas, produzidos em Santo Amaro, aumentaram consideravelmente a partir da imigração: “em 1837 Santo Amaro figura como o único município da província que produzia batatas” (ZENHA, 1977: 113), sendo, portanto, responsável pelo total de batatas consumidas na província (LANGENBUCH, 1968: 113). “Em toda a região de Santo Amaro e especialmente ao oeste dela, no lugar Itapecerica, vivem numerosos colonos

que ganham largamente a vida na produção de legumes e batatas que fornecem a São Paulo, bem como na venda de madeira e tábuas” (LANGENBUCH, 1968: 30).

Além da cultura da batata, o trabalho familiar do imigrante, nesta região do Sertão de Santo Amaro, também criou os engenhos de produção de farinha de mandioca e milho, cultura típica da agricultura caipira, influenciada pela tradição indígena. É expressiva a participação dos arredores paulistanos na produção de farinha de mandioca, correspondendo a 23% da produção provincial (LANGENBUCH, 1968: 114). Relata-se, por exemplo, que “(...) os Schuncks construíram uma represa de 8 alqueires (Stausee) que, através de uma roda d’água (Mühlrad), gerou eletrecidade para as casas e para movimentar uma moderna serralheria (Sägewerk)”; esse aparato era empregado para movimentar “uma fábrica de moer mandioca (Mahlmühle). Também mantiveram uma criação de bicho de seda (...)” (RIBEIRO, 2002: 88-9). A família do sr. Hermenegildo Hessel, a quem entrevistamos por ocasião de nosso trabalho de campo, é um camponês em atividade até os tempos atuais, cujos ancestrais desenvolveram esse tipo de indústria rural ligada à agricultura camponesa:

**Pesquisador (P):** O seu pai era agricultor, também?

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** Ele era, ele tinha moinho de fazer farinha de milho, de mandioca.

P: Onde foi isso?

H: Na Estrada do Cipó. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Esta produção também era comercializada em Santo Amaro, levando-se vários dias para percorrer o caminho entre as áreas produtoras e o mercado. Tarefa, esta, realizada com auxílio da tração animal. Conforme o relato abaixo, do sr. Benedito Schunck, mesmo nos engenhos de farinha predominava a lógica da economia doméstica e do trabalho familiar:

**Pesquisador (P):** E a mãe do sr. trabalhava com o que?

**Sr. Benedito Roschel Schunck (B):** Farinha, fazia farinha de mandioca, farinha de milho, plantava o milho, plantava o feijão... tratava da filharada, porque era 14 filho, né... (...) Toda semana ia 50 alqueire de farinha.

P: Plantava a mandioca aqui e...

B: Isso... tudo na mão mesmo. Hoje tem a máquina prá rapá a mandioca, tem uma prensa mais prática pra prensá... Tem um sobrinho aí em cima que tem um engenho de farinha. Uma moleza fazê farinha. Mas naquela época, nós quase morria na fumaça. O forno de torrâ farinha era dentro do engenho. Aquilo tocava fumaça pra dentro do engenho... hoje meu irmão fez o forno com a boca pro lado de fora. Dentro do engenho não tem mais fumaça.

P: Quantas pessoas trabalhavam num engenho desse aí?

B: Umas oito pessoa... todo mundo da família.

P: Não tinha ninguém contratado?

B: Pouquinho... às vez vinha duas pessoa ajudar, mas é quando apertava muito o serviço. Mais era meu pai, só a turma da família, nós moleque. Tinha um toquinho lá, tinha que rapá mandioca. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A presença dos engenhos de farinha no sertão de Santo Amaro é notada no trabalho de Schimidt sobre as áreas de alimentação em São Paulo. O autor começa descrevendo a atividade:

Nas vizinhanças de São Paulo, além de Santo Amaro, estão as localidades de Parelheiros e Colônia, região onde, faz pouco mais de um século, ocorreu a primeira colonização oficial do governo da província, mediante a venda de glebas agricultáveis, com imigrantes alemães. Ali, o pessoal da roça tanto consome a farinha de mandioca como a de milho. Por isso que os 'engenhos de farinha', como são chamados tanto os de fazer farinha de mandioca como os de preparar farinha de milho, coexistem e de maneira constante, no mesmo local, casa ou rancho. A força hidráulica aciona os dois maquinismos: o pilão para socar o milho fermentado e a roda para ralar as raízes da mandioca. Seria este local um dos pontos da zona de contato entre as duas áreas culturais de alimentação básica: a da farinha de mandioca, com sua retaguarda no litoral, e que até ali tivesse vindo ser, depois de vencer a Serra do Mar, como que invadindo o planalto; e a farinha de milho, característica das terras altas, de clima mais ameno, que se estendem pelo interior adentro (SCHIMIDT, 1967: 134).



Devido a esta característica de unir trabalho familiar na terra com mecanismos caseiros que aproveitavam a força das águas para aumentar a capacidade de trabalho, comenta-se:

Misto de culinária e indústria doméstica, a fabricação de farinha de mandioca nem sempre exige, por sua própria natureza, um local especialmente destinado à sua prática (...) Na periferia da área da mandioca, isto é, da alimentação básica com a farinha de mandioca, como acontece com a faixa de contato situada na borda do primeiro planalto – região de Colônia-Parelheiros, por exemplo – tanto o preparo da farinha da mandioca, quanto o da de milho, é realizado no mesmo local. Região abundantemente irrigada, os maquinismos indispensáveis à fabricação de uma e outra são movimentados a água. A roda de ralar e os pilões. As casas de farinha são por isso mesmo, construídas à beira dos córregos e, portanto, muitas vezes, a razoável distância das habitações. Fechadas ou em aberto, tais sejam os recursos do proprietário. (SCHIMIDT, 1967: 141).

Ainda quanto à importância da força hidráulica, e da rede hídrica, tanto para a agricultura quanto para a pequena indústria no sertão de Santo Amaro, relata-se:

A rede hidrográfica é muito densa, apesar de construída por pequenos cursos de água, cuja largura não vai além de 2m, salvo poucas exceções. (...) As várzeas que formam são desproporcionadas em relação ao volume de suas águas (...). Modestos, embora sua importância é muito grande para a vida regional: nortearam e fixaram o povoamento, facilitaram o abastecimento de água, são utilizados em trabalhos de irrigação, movimentam engenhos e até concorrem para a produção de energia elétrica (COSTA, 1958: 111).

É importante notar que alguns membros da família camponesa podiam dedicar-se ao trabalho em outras indústrias rurais como carvoarias, olarias e serrarias; era muito comum mudar de atividade ao longo da vida, conforme surgiam as oportunidades de trabalho. Verificam-se, portanto, entre as famílias instaladas na área rural de Santo Amaro, ocupações econômicas não-agrícolas, as quais eram as principais maneiras de aquisição de dinheiro, apesar das condições brutais em que se realizava esse trabalho. Em alguns depoimentos

obtidos em trabalho de campo, os entrevistados mais idosos contam que trabalharam no corte da madeira e na fabricação de carvão principalmente em épocas nas quais não havia outra saída para se obter dinheiro. No trecho seguinte, exemplificamos tal situação:

**Pesquisador:** O marido da senhora, quando a senhora casou ele trabalhava com o quê?

**Maria de Lourdes Schunck:** Ele trabalhava com uns carvão, tinha lá uns carvoeiro. Ele tombava os carvão na costa do burro, do matão trazia até onde o carro pegava os carvão e levava pra fora... era o serviço dele. Tinha lá uma porção [de terras da família] que o pai dele tinha uns gado, umas 40 cabeça lá pro mato, e ele [também] tomava conta (...). Depois que casou aí ele vinha serrá, aí na serraria do meu pai. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Portanto, a extração de madeira da mata e a fabricação de carvão foram muito importantes, principalmente para famílias que tiveram situação de urgência causada pela pobreza. Foram as atividades nascidas no âmbito da economia doméstica que mais rapidamente ensejaram relações intermediadas pelo dinheiro com os mercados urbanos. Continuam sendo realizadas ainda nos dias de hoje, todavia, evidentemente, sob novo contexto histórico. Eis porque vale a pena compreendermos como elas surgiram e como, transformando a região, elas mesmas se transformam.

De início, a escassa população do Sertão de Santo Amaro “dedicou-se à extração de madeiras da Mata Atlântica e à produção de carvão vegetal”. Proibida a primeira, continuava ainda em 1950 a existir “a segunda dessas atividades econômicas, em franco desenvolvimento sobretudo no chamado ‘sertão’ de Itapeçerica da Serra”, onde a paisagem apresentava “os modestos carvoeiros, os rústicos fornos a soltar fumaça, a mata devastada de maneira irregular, os toscos ranchos de moradia”. Em geral, “os que trabalham em tal atividade não se dedicam a outras, limitando-se, quando muito, a pequenas plantações junto às casas em que habitam (couves, abóbora, mandioca, milho); os mantimentos de que necessitam vêm da Capital” (COSTA, 1958: 129). Conta-se sobre esses trabalhadores:

**Pesquisador:** E os caboclos que viviam aqui? Qual que era o trabalho deles, o que eles faziam?

**Sr. Benedito Roschel Schunck:** Mais é... naquela época funcionava mais derrubada de mato e fazê carvão. Hoje, não se pode nem falar nisso, mais naquela [época] era... era o serviço deles, era esse. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Para os camponeses posseiros, rendeiros ou mesmo pequenos proprietários de terras na região, o trabalho de extração de madeira da mata e fabricação caseira de carvão representava uma atividade que garantia a obtenção do equivalente geral de valor, ou seja, o dinheiro, cada vez mais necessário na medida em que a quantidade de terras necessária para o desenvolvimento dos modos de vida baseados na economia do excedente tornavam-se escassas.

A história de vida de D. Adélia, atualmente moradora das imediações do bairro do Gramado, no qual ela tem uma pequena mercearia situada à frente de sua chácara (ver Foto nº 19), nos mostra como as famílias despossuídas, as quais comporiam o contingente de trabalhadores das pequenas carvoarias, chegavam até o Sertão de Santo Amaro, lugar no qual eram escassas as oportunidades de trabalho:

**Pesquisador (P):** A senhora é nascida onde?

**D. Adélia (A):** Eu nasci em Santos

P: E como foi a história da sua vida, da sua chegada no mundo... me conta?

A: Foi meio triste, porque eu já nasci no tempo que era a revolução em 32, né? Eu nasci em 33. Aí, num saía banana, num dava as coisa... E eu nasci num barraco, que era ... era assim de zinco, sabe? E chovia tudo dentro e minha mãe num tinha... porque despejaram eles do sítio, né? E num tinha pra onde ir... e eu nasci lá.

P: Sítio do que eles foram despejados?

A: De banana, né? Meu pai tinha comprado em Santos... aí deram despejo pra ele, levaram documentos falsos, né? Ele tinha comprado o sítio. Aí, também num quiseram mais volta prá lá, aí mudaram pra outro [lugar] perto e lá que eu nasci.

P: Aí seu pai foi pra onde?

A: Aí depois meu pai arrumou um sítio, pra Itanhaém ali, né? (...)  
Aí, ele trabalhou lá muito tempo. Sítio de banana. (...) Comprou

uns lotes e fez uma casinha, aí nós mudemo prá lá pra ir prá escola.

P: Isso a senhora tinha quantos anos?

A: Eu tinha 6 anos, entrei na escola com 6 anos, aí fiquei até o terceiro... o terceiro já vim acabar aqui no Cipó. Daí num fui mais, só estudei só até o terceiro ano.

P: Qual o motivo da mudança dos seus pais de lá pro Cipó, aqui?

A: Ah! Meu pai tinha um conhecido que ia do Cipó prá lá, prá Itanhaém e lá se conheceram, né? Aí ele disse que tinha um terreno aqui, aí meu pai veio ver o terreno, e é esse aqui mesmo, né? Que nós ficamo... aí fizeram negócio, meu pai deu a casa e ficou aqui com o terreno. Aí, trocaram um pelo outro, deu uns troco mais prá eles...

P: E esse conhecido era de alguma família daqui da região, antiga?

A: Aqui no Cipó, era... José Nogueira.

P: Português?

A: Era... português.

P: A família dele tinha... a senhora conhece a história da família dele alguma coisa?

A: Não, não... sei que ele tinha um coiso aqui no Cipó, ele vendia coisas, sabe? Ele falou que podia vir pra cá que a gente tinha tudo, né? Se precisar de alguma coisa... que ele vendia arroz, feijão essas coisas, né? Quando meu pai tinha dinheiro ele era um amor, mas depois... [faz sinal de não com a cabeça] acabou-se. Aí, num ajudou mais nada, aí nós passamo um buraco...

Após a edição da Lei de Terras (sobre a qual trataremos de modo mais aprofundado no Capítulo 4 desta dissertação), a apropriação privada da terra passou a generalizar-se, de modo que, com base no trabalho dos habitantes mais empobrecidos das imediações do Sertão de Santo Amaro, o corte da mata tornou-se atividade cada vez mais difundida. As relações de trabalho em tal atividade se davam da seguinte maneira: as famílias trabalhadoras pagavam uma certa quantia ao proprietário fundiário para que, em seu terreno, pudessem cortar a madeira. Os trabalhadores carvoeiros construía fornos rústicos nos quais transformavam a madeira cortada. Isso podia ser realizado tanto em suas próprias pequenas unidades domésticas de produção, quanto em meio à mata na qual extraía-se a matéria-prima. Dessa forma, além do pagamento em dinheiro pela permissão de retirada da mata, o trabalho vivo despendido pelo camponês, incorporado à terra na medida em que esta se transforma em campo,

convertia-se em renda fundiária capitalizada nas mãos do proprietário. O carvão, por sua vez, era a mercadoria que o trabalhador possuía e vendia para distribuidores os quais atuavam junto aos mercados urbanos. O trecho do depoimento de d. Adélia, transcrito a seguir, nos permite remeter nossas afirmações acerca das relações de trabalho na fabricação do carvão ao encontro dos fatos relatados pela entrevistada ao contar sua história de vida:

**Pesquisador (P):** E aí quando a família da senhora chegou aqui, com o que vocês começaram a trabalhar?

**D. Adélia (A):** Eu acho que... ninguém queria nos arrumar serviço, não. Porque era gente nova no pedaço, né? Ia pra procurar serviço, num tinha... ia pro outro, era a mesma coisa. Tinha a serraria, aí, e ninguém arrumava [emprego para o marido da entrevistada], depois foi indo aí ficaram conhecendo alguns, né? Aí começaram a trabalhar no carvão, meu pai trabalhou no carvão, aí depois, começou a arrancar toco. Daí, fizeram uma plantaçozinha... e foi assim.

P: Como que era o trabalho com o carvão?

A: Tinha que fazer o forno, tinha que cortar a lenha... Aí enchia o forno de lenha, aí botava fogo, né? Aí fica uns dois, três dia no fogo, até que a fumaça fique azulzinha, aí depois fecha, aí sai o carvão, aí fica uns três dia ali fechado prá apagar o fogo, prá sai o carvão.

P: E a carvoaria que a senhora trabalha onde ficava?

A: Não tinha carvoaria, era só um forninho mesmo (...).

P: E ficava onde, aqui mesmo, nesse terreno?

A: Aqui mesmo nesse terreno. Aí, meu pai começou comprar um mato de pé, sabe? Num sei quanto é que cobravam por um mato de pé... e começou a fazer carvão lá prá... longe.

P: Como que é o negócio, mato de pé, que é isso?

A: É assim né, comprava o mato de pé, dava um tanto né, num pedaço de mato, combinava o preço. Meu pai ia lá com meus irmão, cortava e aí fazia os carvão.

P: E essa coisa que a senhora foi trabalhar lá longe, onde que é esse lá longe?

A: (...) nós lá faze carvão, uma hora, uma hora e meia de viagem.

P: Até onde chegava?

A: Ah... Lá pra aqueles lados do Mambu [em direção à escarpa da Serra do Mar, já próximo à divisa com Itanhaém].

P: A senhora já chegou fazer esse caminho, ir até lá com as pessoas cortar a lenha, trazer e tudo?

A: Ih!!! Lá nós fazia o carvão, fazia mutirão pra derrubar o mato, fizemo forno e fazia o carvão lá.

P: E morava no meio do mato mesmo?

A: Não, não... nós ia todo dia.

P: Todo dia... ia do que?

A: Ah! Ia a pé, no burro, né? O burro levava as coisa que tinha que levar, e nós ia a pé.

P: E como que é trabalhar nisso aí, quando tá o inverno por aqui?

A: No inverno... a gente ia de saco, num tinha sapato pra pôr no pé [antes da gravação, a entrevistada nos contou que chegava a urinar nos pés para suportar o frio]. Naquele tempo dava geada, agora já não dá tanto, mas a gente ia pisando assim, tec tec no gelo, e ia embora... meus pais, meus irmão, eu e minha irmã, que mora lá [aponta em direção à estrada da Ponte Alta, que segue até a beira da escarpa] (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 19: bar e mercearia em frente ao terreno da família de d. Adélia**



Na fotografia, a mercearia na estrada do Gramado, situada em frente ao terreno no qual d. Adélia vive com o marido e parte da família. Ao fundo deste terreno, já funcionou, antigamente, uma pequena indústria rural de fabricação de carvão vegetal. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Sobre o impacto da atividade carvoeira nos antigos bairros rurais, afirma-se que “de quando em vez, o ronco de um caminhão vem em busca do carvão ali preparado, quebra a tranqüilidade sertaneja, resfolegando com dificuldade pelas estradas mal cuidadas e cheias de rampas fortes” (PENTEADO, 1958: 53). Muitos camponeses passam a ser dedicar integralmente ao corte de madeira e à fabricação de carvão. Tal atividade foi a causa da acelerada retirada da cobertura vegetal na região:

(...) a antiguidade do povoamento introduziu modificações profundas em sua cobertura vegetal. Hoje, na região de Cotia, restam apenas algumas matas secundárias e capoeiras de tamanhos variáveis; no mais, a paisagem acha-se intensamente humanizada. (...) Nesgas de capoeirões persistem nos vales mais profundos (como acontece no rio Cotia). Mas são as capoeiras, com 15, 20 e 30 anos de vida, e as capoeirinhas ou tigüeras, com vegetação arbustiva e difícil travessia, que bem caracterizam esses domínios de Mata Atlântica na zona de Cotia. (...). Já os capoeirões possuem árvores de 4 a 6 metros de altura e permitem mais fácil circulação em seu interior, apesar da presença de vegetação subarbustiva. Localizam-se ora nas encostas incultas, ora nos vales, contrastando sua presença com as quadras de terras de cultura ou a monotonia dos eucaliptais (...) (COSTA, 1958: 112).

Tratava-se de uma atividade que se intensificava conforme a necessidade dos mercados consumidores na metrópole (ganhando impulso máximo durante a segunda guerra mundial). Sua produtividade dependia exclusivamente da quantidade de madeira disponível, já que a mão-de-obra era mal remunerada e vivia com seus próprios meios em ranchos toscos na mata:

(...) em pleno sertão, as matas já quase não mais existem ou acham-se reduzidas a blocos residuais, cedendo lugar aos eucaliptais e às capoeiras. Foi a produção de carvão vegetal o principal responsável por essa formação da paisagem (...). Para ali afluíram caipiras das redondezas, mineiros e baianos, atraídos pelas vantagens e facilidades oferecidas por essa atividade, pois não têm riscos a enfrentar e contam com um ordenado certo. Uma vez cortado o mato e devidamente empilhado, vê-se recoberto por terra, em montículos inconfundíveis: são as caieiras. Outras vezes, são utilizados fornos. Uma área de mata pode dar 4 000 sacos de carvão por alqueire, ao passo que as capoeiras não fornecem mais do que 2 000 a 3 000 sacos por alqueire (cada m<sup>2</sup> corresponde a 2-3 sacos). Um carvoeiro chega a produzir de 80 a 120 sacos por semana (COSTA, 1958: 129).

Também no Sertão de Santo Amaro surgiram as serrarias (ver Foto nº 20), cuja produção era voltada para abastecer parte do mercado paulistano (PENTEADO, 1958: 53), algumas delas em funcionamento até hoje. O

depoimento seguinte nos dá a idéia da dificuldade de transporte da madeira serrada para os mercados consumidores em São Paulo:

**Benedito Roschel Schunck:** Meu pai quando serrava madeira aí, (...) a madeira não tinha como ir pra cidade... carro-de-boi, era uma dificuldade medonha. Então, ele encostava lá na beira do barranco a madeirada lá e, quando enchia o rio, eles pegava o barco e ia futucando com a estaca e ia empurrando até chegar na represa. Depois, lá na represa, nós armava lá os negócio lá em cima do barco e tocava lá na beira da represa, lá em baixo. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 20: serraria da família Reimberg**



Na porção inferior da foto, dois trabalhadores e, ao chão, as toras de madeira retiradas da mata. Em segundo plano, o galpão da serraria, edificada com tábuas de madeira. No telhado da porção do galpão à esquerda, a chaminé denota a matriz energética das máquinas utilizadas, ou seja, o carvão vegetal, cuja queima move o mecanismo das serras a vapor. Ao fundo, notamos o morro com sua cobertura vegetal. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica da imagem original por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Além de ser comercializada nos centros urbanos próximos, a madeira serrada também era um importante material de construção em toda a área do antigo Sertão de Santo Amaro. Como já mencionado anteriormente, muitas



casas tinham suas estruturas feitas com esse material, fartamente encontrado na mata. Dessa disponibilidade de madeira, aproveitaram-se algumas famílias de imigrantes que montaram, em meio aos arrabaldes rurais do sudoeste de São Paulo, estas indústrias rurais, de modo a tornarem-se os primeiros habitantes do local a disporem de dinheiro o suficiente para começarem a adquirir bens mais sofisticados, como os veículos automotores:

**Pesquisador (P):** E a senhora se casou... quando a senhora se casou seu pai trabalhava com que?

**Maria de Lourdes Schunck (ML):** Com serraria.

P: Sempre trabalhou com serraria?

ML: Serraria, e tinha o engenho que ajudava fazer as farinhas lá. Tinha o caminhãozinho dele, o primeiro caminhãozinho do bairro, foi ele que comprou, no ano de 27... um caminhãozinho bem... bem pequenininho. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Quanto às relações de trabalho nas serrarias, muitas delas atualmente desativadas (ver exemplo desse caso na Foto nº 21, tirada nas imediações do bairro do Cipó), é interessante acompanharmos o seguinte depoimento, mostrando a história de uma serraria, pertencente à famílias Schunck, que inicialmente funcionava quase inteiramente com trabalho familiar, incluindo-se o trabalho de jovens e crianças:

**Pesquisador (P):** O senhor mesmo, (...) trabalhou a maior parte da vida com **serraria**, então?

**S. Benedito Roschel Schunck (B):** Primeiro trabalhei como agricultor, quando era menor, depois que peguei uma idade que podia trabalha com serraria, ai fui prá serraria. Trabalhei uns 10 anos na serraria, depois meu pai foi ficando de idade, desanimando... aí meus irmão, pegaram e acabaram com a serraria. Tinha engenho de farinha, tinha várias serraria nessa região aqui, mas depois virou... e não pode ter mais nada.

P: E a serraria como é que era? Ele [o pai] trabalhava com pessoal contratado também na serraria, ou não?

B: Tinha alguns só, mais no mato pra cortar madeira, tinha uns... (...) Mas a turma dele era grande. Quase não dependia de muita gente. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

### Foto nº 21: serraria desativada



Temos retratado nesta imagem o terreno de uma serraria atualmente desativada, no qual outros usos da terra vieram a instalar-se. Notamos a precariedade das edificações, utilizadas como depósito de objetos sem uso ou como moradia do caseiro (no caso da edificação de blocos armados na parte inferior da foto). As pilhas de madeira amontoadas são utilizadas por outro empresário, que as recolhe periodicamente. Em segundo plano, notamos um represamento no qual o caseiro cria peixes e, ao fundo, os morros cobertos pela vegetação em estado de regeneração e, em meio a esta, uma casa onde moravam antigos proprietários de terras (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. A autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Na sua direção, estiveram algumas famílias de proprietários de terras (como os Reimberg e os Schunck). Sobre as transformações nas oficinas e no mercado de materiais de construção, conta o sr. Marinho:

**Sr. Marinho:** (...) minha família, quando chegou aqui, a providência foi montar uma serraria. Só que as coisas eram tão difíceis que, em 1829, que meu tataravô chegou aqui e com essa intenção, porque havia muita tora, muita madeira... aí fez artesanalmente, até 1914. Que ele já não vivia mais, mas tinha o filho dele, ele conseguiu trazer todas as peças da Alemanha. Uma caldeira, e montou uma serraria a vapor, tipo maria-fumaça, o vapor que fazia as polias girarem. De 1914, essa serraria trabalhou até 1966, ela trabalhou vários anos aqui na região. (...) O mais forte é o que foi na questão das serrarias porque já tinha muita madeira, aí além da família Reimberg, tinha a família Schunck, que é aqui em Cipó, também, e que acabou montando uma serraria. Então, eles serravam aqui e levavam na fábrica de móveis, tinha uma muito grande na rua Anchieta, em Santo

Amaro, e o gozado eram levados no lombo do carro-de-boi. E você sabe... todo mercado começa quando tem alguém querendo comprar uma mercadoria. Aí, na Segunda Guerra Mundial, houve um consumo muito grande do carvão, por causa do gasogênio, tinha uma siderúrgica no Jabaquara, a Libert... que tem até hoje, e ela consumia muito na fabricação de armas. Então, o consumo de carvão, o quanto produzisse aqui, era o quanto ela consumia. Aí já começou a entrar, por volta de 1939/40 os caminhões, já começaram a chegar até aqui pra carregar, os carros-de-boi transportavam onde a área era mais difícil, depois daqui pra frente os caminhões levavam. Aí uma época começaram a surgir as padarias dos portugueses em São Paulo, que consumia muita lenha, e aí nos anos 50 as olarias também produziram bastante tijolos. Então foi passando por todos processos. Que nem, eu mesmo, minha família. Passamos da serraria, passamos pra olaria, meu pai cortou lenha, extraiu carvão e eu agora faço blocos de cimento e vendo material de construção em geral, então a gente teve ligado na construção da região o tempo todo, praticamente 180 anos numa atividade só. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 22: membros da família Reimberg em sua antiga serraria**



Interior das instalações da serraria da família Reimberg, no qual notamos somente a presença de homens; um deles, à esquerda, segurando uma criança de colo. Notamos que o cuidado com a vestimenta inclui o uso de chapéus. Observamos também, na porção direita da foto, uma máquina utilizada no trabalho de serrar a madeira em tábuas. Finalmente, na porção superior da foto, observamos as vigas de madeira compondo a estrutura da edificação do telhado (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica da imagem original por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

As olarias (ver Foto nº 23, retratando as instalações nas quais se produzem tijolos e telhas) também foram uma importante atividade da indústria doméstica e, quando transformados em empreendimentos maiores, constituíam oportunidade de emprego para o excedente dos trabalhadores nos núcleos domésticos familiares:

As olarias se multiplicam por toda a região, aproveitando o mais possível os depósitos argilosos acumulados nas várzeas. Criam uma paisagem típica, em que se destacam as construções alongadas, os grandes fornos e suas chaminés, as infindáveis pilhas de tijolos (e, menos freqüentemente, também telhas) secando ao sol nos terreiros, as amassadeiras e os barreiros em exploração ou já abandonados. Em sua maior parte, a produção se destina à capital, para onde é transportada em caminhões. Brasileiros, espanhóis ou italianos são, geralmente, seus proprietários, muitos deles residindo em São Paulo e deixando no local prepostos seus; a mão-de-obra é predominantemente caipira. A técnica utilizada, como acontece em outras áreas suburbanas, é bastante rudimentar. (COSTA, 1958: 129-30).

**Foto nº 23: olaria ainda em funcionamento**



Carvoaria situada na estrada do Jusa, atualmente em atividade. Notar as edificações de tijolos e, ao fundo do terreno, o engenho de amassar o barro. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

No seguinte depoimento, o entrevistado conta como essa atividade foi importante na geração de renda familiar, mencionando inclusive os motivos de sua decadência posterior:

**Pesquisador:** O sr. mesmo já chegou trabalhar com fabricação ou de carvão, ou olaria, ou qualquer coisa assim?

**Sr. Benedito Roschel Schunck:** Trabalhei muito com olaria, de 25 ano pra cima aí... de vinte e cinco até quarenta ano trabalhei com olaria. Tinha olaria aqui na frente... aí fomo largando mão disso... o tijolo ficou muito barato, e começou a vir o bloco, né? O bloco... com o bloco não deu mais lucro fazê tijolino. Mas naquela época nós se sacrificava, viu?! (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre a dificuldade de trabalho nas olarias, temos o depoimento do sr. Marinho, cuja família esteve há muitas décadas no ramo dos materiais de construção:

**Pesquisador (P):** O processo de fabricação do tijolo como é?

**Sr. Marinho Reimberg (M):** O processo de fabricação do tijolo é o seguinte... Tem que retirar a argila adequada... dois, três tipos de argila. Coloca num estoque... num depósito. Aí cê tem que ter a quantidade de água. Molha ela dum dia pro outro, e tal... Depois tem um negócio chamado pipa, que é um barril assim [mostra em gestos um tanque redondo], com umas facas cortantes [dentro], e em cima tem uma madeira assim [novamente com gestos, no sentido transversal], que, na ponta, dois animais puxam aquilo lá, e a pessoa tem que jogar o barro ali dentro, por cima, e ele sai por baixo bem amassadinho. Dali vai prá um terreiro, prá um terreno onde, aí, você pega manualmente, põe nas formas... aí deixa pra secar. Você tem que gradiá ele todo pra secar, depois leva no forno. Aí tem que queimá... então é um processo demorado e difícil.

**P:** E a condição de trabalho, como é que é?

**M:** As piores possíveis, eu que trabalhei com isso... era praticamente um trabalho escravo que existia na região, só trabalha pessoas que não encontravam outro tipo de serviço. Então... normalmente se bebia muito, entendeu... crianças desnutridas, doentes, sem condição de higiene nenhuma...

**P:** E o tipo de pagamento que se fazia era o que, era salário?

**M:** Era por produção, e pagava semanalmente, tinha estipulado por produção. E quando chovia, era tudo no descoberto, então chovia, parava tudo a produção, e aí, a pessoa se endividava

com o dono do armazém. Quando vinha o sol e ele produzia, ele tinha que pagar aquilo que ele tava devendo, e como o tempo, aqui, é bastante instável, quando se pensava que ia ganhar algum dinheiro, chovia de novo. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### **2.4. Relação da economia doméstica com o início da modernização capitalista em São Paulo**

As unidades de produção domésticas, organizadas da maneira acima descrita, nos levam a uma discussão fundamental para a presente argumentação: como se relaciona o trabalho das famílias camponesas com o processo de modernização das sociedades dado a partir das cidades? A própria racionalidade fundamental segundo a qual se dá o funcionamento da economia doméstica não pode ser compreendida à parte do processo do capital, enquanto uma lógica produtiva específica que se encerra em si mesma. Para apropriarmos da noção de unidade de produção camponesa no estudo de caso em questão é preciso, portanto, conceber a possibilidade da forma da economia doméstica aparecer em diversas conjunturas históricas particulares.

Partindo da noção de unidade de produção doméstica, mas buscando mostrar a importância de contextualizá-la historicamente, a primeira contribuição da obra de Teodor Shanin que trazemos para esta pesquisa é justamente a da operacionalidade da noção de campesinato, já que esta faz referência a um fenômeno trans-histórico. SHANIN (1980), fazendo a mesma ressalva que já fizemos à obra de Chayanov, indica que o camponês não existe no sentido imediato e específico. Trata-se de um modo de existência que atravessa a História e se manifesta nos mais variados lugares, alguns ricos, outros pobres, enriquecendo ou empobrecendo durante a vida, incorporando-se em um proprietário de terras, em um arrendatário, ou mesmo, temporariamente, em um trabalhador assalariado. Além disso, o campesinato existe sob conjunturas históricas particulares dentro desse amplo grupo de países que se encontram ou já se encontraram “em desenvolvimento” (entre aspas porque Shanin, apesar de localizar o problema do campesinato a partir deste termo, tem uma perspectiva

crítica quanto à idéia de linearidade do processo histórico de expansão capitalista). Sua obra não se pretende uma chave-mestra para o estudo do campesinato sem consideração de tempo, espaço, estrutura política e cultural (SHANIN, 1983).

Portanto, não é possível enxergarmos as populações do Sertão de Santo Amaro em isolamento. Antes, é necessário compreendê-las historicamente em sua relação, ainda que parca, com a Capital, e também com núcleos urbanos como Santo Amaro e Itapeverica. Sobre a relação destes subúrbios com a metrópole, temos a citação:

Cheios de contrastes são os subúrbios paulistanos e sua história reflete, muitas vezes, a da metrópole a que se acham tão estreitamente ligados. Ali se erguem velhos aglomerados, alguns mesmo venerandos, cujas origens remontam aos séculos coloniais; é o caso de Cotia, Itapeverica da Serra, Santo Amaro, São Bernardo do Campo, São Miguel Paulista e Guarulhos. (PENTEADO, 1958: 10).

Os sitiantes eram atuantes nesses subúrbios, tanto quanto na Capital. “Esses caipiras tiveram uma importância muito grande, durante um longo tempo, pois, como produtores alimentares, já atendiam o incipiente mercado consumidor de São Paulo” (VIEIRA, 1988: 27). A relação do caipira com os núcleos urbanos de maior expressão era assim descrita:

Durante um século, caipiras marcaram a paisagem cultural dos arredores de São Paulo, seus contactos com a metrópole sendo feitos à custa de uma atividade comercial modesta: utilizando cargueiros isolados, tropas pequenas ou carros de boi, levavam suas mercadorias para a cidade (PETRONE, 1964: 249).

Reforçando o que já foi mencionado anteriormente, comercializava-se parte desta produção agrícola em Santo Amaro, para onde também se levava palmito extraído da mata e algum excedente de ovos e de onde se traziam farinha de trigo, sal, açúcar, café, óleo (em substituição à banha de porco), tecidos e miudezas. Sobre essas trocas, fala o entrevistado:

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) conforme a necessidade, conforme a procura, principalmente dos produtos naturais... o palmito teve uma época que muito se explorou aqui, então era uma coisa que tinha naturalmente, eles colhiam aqui e iam pro centro de São Paulo vender. E muitas vezes nem vendiam, tinham que trocar por outras... trocar por sal, ou açúcar, que eles não produziam aqui. (...) eles iam pro centro já fazer o mercado, iam em lombo de burro e a cavalo (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Inclusive, é importante lembrar: CHAYANOV (1986) ainda considera que, em função da razão básica sob a qual se determina a elasticidade da força-de-trabalho, pode ocorrer acumulação de capital no interior da unidade de produção: "(...) con una alta productividad de su fuerza de trabajo la familia campesina tenderá naturalmente no solo a cubrir sus necesidades personales sino también a ampliar la renovación de capital y, en general, a acumular capital" (CHAYANOV 1974: 133, *apud* LIMA, 2005: 143). O que este autor enxerga para a realidade russa é a tendência de que não só o campesinato não desapareceria, mas que as pequenas unidades econômicas agrícolas independentes incorporariam a técnica desenvolvida pelas grandes indústrias.

Todavia, nessa época, a influência do crescimento da cidade de São Paulo sobre o Sertão de Santo Amaro ainda não havia chegado a criar condições que provocassem transformações significativas no modo de vida dessas populações, a ponto de "fazê-los evoluir para novas formas, fundamentadas em atividades agrícolas basicamente comerciais, que o crescimento da cidade passava a possibilitar" (SEABRA, 1971: 3).

Mas se ainda não eram intensas e modernas as trocas comerciais entre Santo Amaro e seu sertão, elas certamente foram importantes para que ocorresse uma série de transformações, das quais destacamos inicialmente a abertura de novas estradas. ZENHA (1977) aponta uma disposição maior à incorporação de novidades onde se instalaram os alemães e seus descendentes, citando como exemplo: "As inúmeras estradas que cortam a grande área ocupada pelos alemães foram todas abertas por eles ou seus descendentes. A Henrique Schunck se deve um trecho importante da atual estrada denominada dos Parelheiros" (ZENHA, 1977: 111). Outro autor coloca



que “(...) os alemães estavam prontos a aderirem ao progresso, e foram os primeiros a proverem-se de luz elétrica, primeiros motoristas de Santo Amaro (...)” (PENTEADO, 1958: 59). Como já visto, os camponeses tiveram importância ao mesmo tempo estratégica (para expulsar posseiros e escravos foragidos, a princípio) e econômica:

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) [antes da colonização] havia algumas grebas já com os portugueses, algumas pessoas ligadas ao governo, então as vezes a gente ouvia alguma conversa desse tipo, que eles também colocaram esses alemães aqui porque as terras tavam sem estrada, sem nada, era um pessoal que tinha ganho essas terras do governo, era um pessoal ligado a política, então era uma forma de desenvolver as terras deles, a região deles, eles colocando aqui os alemães pra trabalhar e que foi de fato o que aconteceu, tinha poucas grebas e poucas pessoas aqui, a não ser os alemães, e encontraram também ... pouca gente, mas encontrou já família de escravos que haviam fugido, não propriamente um quilombo, porque eram famílias isoladas (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Nesse tempo, o transporte realizado por carros de boi era feito sobre estradas de terras, muitas vezes percorridas também a pé pelos moradores da região:

**Pesquisador (P):** [O pai do entrevistado] vendia essa farinha de milho e mandioca para quem?

**Hermenegildo Hessel (H):** Ah, ele vendia... o pessoal vendia no mercadinho de Santo Amaro. Ele levava de carro de boi. Naquele tempo não tinha asfalto, não tinha estrada, era carro de boi, né?

P: Ia por qual estrada prá chegar em Santo Amaro?

H: Era essa mesmo, aí [a antiga estrada de Parelheiros, na altura em que ela é, atualmente, denominada estrada de Engenheiro Marsilac], só que era tudo de terra.

P: A Estrada de Parelheiros... Quando o senhor nasceu, essa estrada já estava aberta, já?

H: Já. Só que era terra.

P: O senhor mesmo já chegou fazer essa viagem até Santo Amaro prá vender farinha lá?

H: Não, não cheguei fazer. Mas daqui a Santo Amaro eu já fui a pé, fui a pé uma vez que meu pai ficou doente, aí foi eu e minha mãe, o único lugar que tinha remédio era em Santo Amaro. Comprar remédio, essas coisas.

P: No caso, que outras coisas o senhor comprava em Santo Amaro? O que é que não tinha aqui e o senhor tinha que buscar lá em Santo Amaro?

H: Às vezes farinha de trigo, essas coisas... Açúcar, que naquela época era racionado.

P: Tecido era necessário comprar?

H: Era... tecido era. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Contudo, essas estradas eram sempre muito difíceis de trafegar. Para resolver este problema, os próprios camponeses faziam mutirões para sua abertura e conservação; décadas depois, em outro contexto histórico, os próprios caminhoneiros (ver Foto nº 24), descendentes dos primeiros imigrantes a trabalhar com indústrias rurais, passariam também a realizar mutirões para manutenção de estradas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, especialmente com a chegada do caminhão, estas estradas antigas viriam a ser pavimentadas, dando origem à rede viária local.

**Sr. Marinho (M):** A estrada principal que chegava até Parelheiros, como todo mundo usava o mesmo trajeto, que era o mais perto pra ir pra Santo Amaro, então você sabe... uma família ou outra, ela encalhava o carro-de-boi. Aí, no outro dia, ela ia lá e tinha que passar novamente, então dava uma melhorada e tal... e foi surgindo o caminho principal que foi a estrada de Parelheiros, que vinha até a Colônia. Em 1940, o meu avô foi uma das primeiras pessoas aqui a comprar um caminhão e, meu pai me conta isso, meu pai também foi um dos primeiros motoristas aqui da região, talvez seja o primeiro, porque quem trouxe o caminhão do meu avô foi quem veio ensinar depois o meu pai. Aí eles contaram que o caminhão chegou até Parelheiros só. Então de Parelheiros a Colônia tem mais 5km, até a fazenda lá do meu avô ainda tinha mais quase dois, então ficou quase 7km longe do local, e essa estrada foi tendo que ser feita aos poucos. A maneira que... entulho quase não tinha, então tinha que cavar pedras de algum lugar que tinha cascalho, mas a maioria do sistema aqui era o sistema de estiva, que se chama: cortava-se varas média assim (mostra com gestos), colocava algumas mais grossas no sentido do pneu e as outras transversais, ao contrário. Aí... cê vê... daqui pra Parelheiros era tudo brejo, tudo baixadas, então tinha que pegar carga pequena e passando por esses... formando as estradas, com o tempo ela foi firmando, colocava um pouco de pedra ali, outra ali e esses donos de caminhões foram fazendo as próprias estradas. Ajuda pública mesmo, veio por volta dos anos de 55/60

por aí, que aí começou tomar conta, o Estado... mas antes era os próprios donos dos veículos que tinha que se virar.

**Pesquisador:** Eles mesmos abriam caminho nas estradas pra poderem passar...

**M:** Ah! Sim... eu cheguei pegar tempo, que meu avô... tinha o cunhado dele, chamava Adão Glasser Bueno, o outro tio por parte de pai aqui chamava Zico Lopes, que tinha caminhão, eles formavam os mutirões de cada dois, três meses... principalmente quando antecedia a época das chuvas, pra poder arrumar as estradas, ficavam semanas com todos os empregados e tal... arrumando as estradas pra poder sair. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### Foto nº 24: Adão Glasser Bueno e seu caminhão



Notamos o antigo morador do bairro da Colônia junto ao seu veículo de carga, em meados do século XX. Trata-se de um dos primeiros trabalhadores a comprar um caminhão de porte suficiente para carregar materiais pesados. Notar suas iniciais gravadas na porta do caminhão. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica da imagem original por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Constatamos, portanto, que o trabalho livre do colono que vivia no entorno rural, além de gerar os meios de vida e a renda familiares, também adicionou à terra transformações que passaram a valorizá-la, num contexto de surgimento da propriedade privada da terra, dado com a edição da Lei de Terras. Essa metamorfose do trabalho vivo que, incorporado à terra, transforma-

se em renda fundiária nas mãos do proprietário, se deu seja por meio da derrubada das matas, seja pela abertura de estradas, seja na capitalização que ela gerou nos centros urbanos de menor porte na época, como Santo Amaro. Algumas famílias chegaram a enriquecer pela abertura de empreendimentos como as indústrias rurais (vide foto nº 25, mostrando a família Reimberg e sua casa) ou explorando a condição de proprietários fundiários.

**Foto nº 25: membros da família Reimberg em frente à sua casa**



Notamos, por meio da sofisticação da casa (ao fundo) e das vestimentas dos membros da família Reimberg (em primeiro plano), e da fina edificação de sua casa (em segundo plano) o padrão de vida relativamente abastado alcançado pela condição de proprietários fundiários e de donos de serrarias, olarias e outros negócios no meio rural correspondente à antiga vila de Santo Amaro (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica da imagem original por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Registra-se que a região do sertão de Santo Amaro “viveu sonolenta e obscuramente durante dois ou três séculos” (COSTA, 1958: 115). Grande parte dos seus núcleos regionais eram “simples povoados, algumas vezes meros bairros rurais, com poucas dezenas de habitações, uma ou duas casas de

comércio, localizados geralmente em pequenas planícies alveolares e nascidos em virtude da presença da estaca ferroviária, de uma capela ou de vendas de beira de estrada (COSTA, 1958: 149). Com o trabalho camponês, “à volta da cidade criou-se progressivamente apesar da pouca fertilidade do solo, uma região de exploração intensiva, região não contínua, mas distribuída em ilhas, por manchas, cada qual com suas especialidades” (Pierre Deffontaines, 1935 apud PENTEADO, 1958).

Em um momento seguinte, no qual começa a despontar com maior vigor o crescimento de São Paulo, esta paisagem rural, com suas matas, seus campos, suas vias e pequenos núcleos de povoamento, será a condição criada para que aconteça a especialização tanto da indústria rural quanto da agricultura.

## Capítulo 3: A aculturação do imigrante alemão e os bairros caipiras

### 3.1. O “isolamento” do Sertão de Santo Amaro e a aculturação do elemento alemão

Até o final do século XIX, aproximadamente, o entorno de São Paulo era predominantemente ocupado por uma população rural que se organizava socialmente de maneira bastante próxima do caso examinado por CÂNDIDO (1975). Produtora da maioria dos meios de vida de que necessitava, vivendo segundo um modo de vida rústico, esta população compunha uma grande região denominada *cinturão caipira* de São Paulo (PETRONE, 1964). Costuma-se ressaltar, nas descrições geográficas sobre essa faixa de terras, a pobreza das habitações, a simplicidade no modo de se alimentar, de falar e trajar, e seu relativo isolamento em relação à cidade. Além dessas populações luso-brasileiras, também mencionadas por SEABRA (1971) no caso do município de Cotia, temos que a população caipira dessa região do Sertão de Santo Amaro, envolvendo, além de Parelheiros, o Embu e parte de Itapeceira, foi majoritariamente formada pela mistura entre os colonos alemães e os caboclos que já viviam, em regime de posse da terra, nos arredores de São Paulo (ver Foto nº 26, retratando uma família de descendentes de colonos alemães já ao início do século XX).

SIRIANI (2003), em um capítulo intitulado “*De europeus a caipiras: condições para o acaboclamento dos descendentes de alemães no Planalto Paulista*”, faz uma análise desse processo de fusão cultural ao qual se denomina acaboclamento do elemento alemão. Ela nota que “caipiras de olhos azuis e sobrenomes estrangeiros percorriam a pé as pequenas estradas de terra, cultivavam suas lavouras e freqüentavam os armazéns da zona rural de Parelheiros, mais precisamente do bairro de Colônia” (SIRIANI, 2003: 81). Desde a formação do núcleo Colonial até a “integração completa do elemento

alemão, (...) um lento processo de acaboclamento foi sendo constituído” (SIRIANI, 2003: 81).

SIRIANI (2003) lembra que o verbo acaboclar pode significar uma fusão do aspecto comportamental, mas também das características físicas decorrentes da miscigenação do elemento alemão com a população nativa. A partir do trabalho de Emílio Willems, coloca-se que o acaboclamento é um dos aspectos da assimilação do imigrante alemão no meio e aos valores locais.

**Foto nº 26: descendentes de imigrantes alemães que assimilaram o modo de vida caipira no Sertão de Santo Amaro**



Ao centro da fotografia, o sr. Pedro Helfstein, pertencente às primeiras gerações das famílias de colonos alemães que adotaram hábitos caipiras, tendo, inclusive, aos caboclos se miscigenado.

Sua vestimenta e a barba chamam-nos a atenção, na medida em que sugerem sua origem imigrante e sua condição de morador da roça. As duas mulheres, ao seu lado, encontram-se descalças, e trajadas de maneira muito simples. Note-se, também, a rusticidade de sua habitação ao fundo da imagem. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia Paulista. Reprodução fotográfica da imagem original, de autoria desconhecida, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Os fatores que explicariam esse processo são o “isolamento e a dificuldade de comunicação com a vila de Santo Amaro e com a própria cidade de São Paulo” (SIRIANI, 2003: 81), devido à precariedade das estradas, à falta de escolas, à necessidade de trabalho infantil e às más condições econômicas locais. Citando Friederich Sommer, SIRIANI (2003) aponta que as terras da colônia eram muito “montanhosas”, pouco férteis, as condições climáticas eram “pouco propícias ao lavrador” e havia dificuldade de comunicação.

Um dos mais evidentes sinais dessa assimilação foi a forma dos imigrantes adaptarem-se ao meio. Afirma-se que “à pobreza das terras [da colônia] seguiu-se a pobreza econômica, e as formas de sobrevivência tornaram-se cada vez mais similares à da população local”, acostumada com as “agruras impostas pelo meio em que viviam” (SIRIANI, 2003: 86). Em uma análise de certa forma determinista, aponta-se que:

Um dos motivos fortes que contribuiu em Santo Amaro para a absorção dos alemães, de modo que, anos depois, um teuto-brasileiro não se distinguisse em nada de um qualquer caboclo Domingues, foram as más terras da colônia que forçaram a dispersão. Esparramados por uma vasta zona, sitiados por famílias brasileiras, em pouco tempo neles se processava a perda dos caracteres trazidos (ZENHA, 1977: 111).

De fato, o imigrante alemão só pôde passar a cultivar as terras tropicais do alto do planalto paulista quando passou a tomar conhecimento das práticas agrícolas já realizadas antes de sua chegada. “A agricultura, tal como praticavam (...) em seus Estados de origem, mostrou-se inviável para as terras do sertão de Santo Amaro” (SIRIANI, 2003: 86-87). A prática da agricultura de coivara pelos descendentes de alemães é vista, por ZENHA (1977), como um “retrocesso” civilizatório, assim como a miscigenação deste povo com os caboclos e indígenas que já viviam no Sertão de Santo Amaro:

Olvidaram práticas agrícolas relativamente adiantadas como o uso do arado, o sistema de alqueive, etc. Neste caso, porém, o que mais se prejudica é o país receptor que não se beneficia dos novos métodos (ZENHA, 1977: 110).



Conseqüentemente, o padrão de alimentação entre os imigrantes também modificou-se e, com o convívio com o caboclo, os alemães da colônia passaram a alimentar-se “basicamente de milho, feijão, ovos, galinha e palmito, produto bastante abundante na região, além, obviamente, das batatas, cuja cultura introduziram, abastecendo também a cidade de São Paulo e imediações” (SIRIANI, 2003: 89).

De fato, esses relatos parecem um tanto baseados em noções deterministas quanto à influência do meio, tido como hostil, sobre as técnicas agrícolas e sobre os costumes do alemão acaboclado, o qual julgava-se ter regredido para um estágio mais primitivo. “As terras montanhosas e a baixa fertilidade dos solos também foram responsáveis pela dispersão e pelo conseqüente contato com a população nativa que possuía sítios na região, facilitando a troca de experiências e os casamentos interétnicos (...)” (SIRIANI, 2003: 84). A partir dessa citação, podemos reforçar a importância dos antigos camponeses posseiros na formação da população do sertão santamarense. É importante fazer esse comentário porque é comum nos estudos históricos a respeito do entorno rural paulistano a valorização da presença do europeu e do asiático em detrimento da influência dos povos ameríndios.

Segundo CÂNDIDO (1975), o caipira pode ser descrito segundo sua economia doméstica, segundo forma tradicional de organização social, mas também pode ser visto do ponto de vista étnico, ou seja, como resultado da miscigenação entre o indígena e o colonizador português. Havia, nessa área de estudo, como já foi mencionado, a presença dos chamados caboclos, que trabalhavam nas mais diversas atividades. Em função da presença dessa população, “a partir desse momento [instalação da Colônia], é possível estabelecer o início de um lento processo de acaboclamento” (SIRIANI, 2003: 82), mediante inclusive os intercasamentos, o que gerava questionamentos principalmente no que dizia respeito à concessão dos lotes (ver Fotos n<sup>os</sup> 27 e 28, ilustrando famílias descendentes de colonos imigrantes). A seguinte citação nos mostra, do ponto de vista de um jornalista escrevendo já na década de

1940, como o cidadão via a miscigenação entre o elemento de origem alemã e o caboclo nativo, destacando, inclusive, o casamento entre membros dos dois grupos:

Alemães, ou melhor, netos e bisnetos dos primeiros imigrantes (...) foram-se afastando da cidade, internando-se no mato, misturando-se aos descendentes dos índios (...), mais decadentes e piores que o nosso caboclo... curam mordedura de cobra bebendo querosene, maleita amarrando um pano numa árvore que passa a adquirir enfermidade (...). O curandeiro está para eles como o especialista está para nós (...). Casam-se nas mesmas famílias (ARRUDÃO, Mathias. "No sertão da capital". In: *O Estado de São Paulo*, 14.02.1940 apud RIBEIRO, 2002: 76).

#### Fotos nºs 27 e 28: famílias trabalhadoras do Sertão de Santo Amaro



Na imagem da esquerda, temos um homem sentado ao centro e, à sua direita, em pé, uma mulher, provavelmente sua esposa. As crianças, filhos do casal, encontram-se ao lado do chefe de família, enquanto em pé, ao fundo, um senhor mais idoso, possivelmente um dos avós das crianças. Na fotografia da esquerda, um casal de camponeses e, ao lado, uma edificação de madeira, possivelmente sua casa. Notamos, além da rusticidade dos lugares, a maneira de vestir do trabalhador camponês, com simplicidade, mas buscando suprir de modo digno essa necessidade básica. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reproduções fotográficas das imagens originais por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Mas SIRIANI (2003) ainda aponta que, segundo Willems, a assimilação completa não depende de amalgamação; inclusive, não foram poucos os casos em que o casamento se apresentou como efeito da assimilação. Ainda demonstrando o ponto de vista de Willems, “somente a falta absoluta de mulheres leva imigrantes culturalmente diferentes e não assimilados a se casarem com mulheres nativas” (SIRIANI, 2003: 82). Apontava-se, então, que um outro fator de acaboclamento foi a necessidade de adaptação do imigrante à língua, aos valores, à cultura locais, devido ao seu isolamento em relação à cidade e ao descaso do poder público:

Há de se lamentar a perda de muitos aspectos da cultura original do elemento alemão, entre eles o da língua, falada pela primeira geração e aos poucos esquecida por seus descendentes. Porém, o acaboclamento significou a sobrevivência do grupo num ambiente hostil, de matas virgens, terras ruins e isolamento, levando o poder público a esquecê-lo (SIRIANI, 2003: 90).

O início desse processo considerado uma “perda cultural” já passou a ocorrer no momento da chegada dos imigrantes: como cerca de metade do contingente de colonos era de religião protestante, e não havia em São Paulo um pastor dessa religião, muitos passaram a batizar seus filhos de acordo com o rito católico. Somente após anos de reivindicações foi construído o primeiro cemitério protestante, ainda presente no núcleo antigo da Colônia Paulista (ver Foto nº 29, mostrando o caráter típico da construção dos cemitérios protestantes tradicionais).

Com o contato constante com a população local, houve rapidamente a perda do idioma nativo entre os colonos de origem alemã, situação que é notada (e lamentada) tanto por Sommer, quanto por Zenha e Willems.

A esta adesão incondicional ao complexo de cultura indígena, alguém dá o nome de sossobro, de decomposição. Resta saber se o que os imigrantes traziam era assim tão valioso para que se lamentasse a perda completa de sua bagagem cultural. Perderam a língua alemã, por certo o bem mais apreciável que traziam, trocando-a por um linguajar que não era a língua portuguesa. Mas quem nos afirma que aquelas populações rurais, algumas

ainda sob um regime semi-feudal, não traziam para cá um dialeto travado, expressão remota da verdadeira língua alemã? (ZENHA, 1977: 110).

**Foto nº 29: cemitério da comunidade de imigrantes alemães protestantes  
no núcleo da Colônia Paulista**



Notamos, inicialmente, no cemitério retratado, a ausência de imagens de anjos e santos, como é da tradição protestante. Contudo, registra-se que muitos dos ornamentos originais do cemitério foram roubados. As lápides, pintadas de azul e branco, nas porções direita e esquerda da foto, correspondem aos primeiros imigrantes que vieram a falecer no Brasil. Ao fundo, uma capela à frente da qual eram realizadas as cerimônias. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Além disso, é apontada a dificuldade de acesso à escola, motivo pelo qual vários descendentes dos primeiros imigrantes permaneceram iletrados. A seguinte entrevista dá idéia do que significava um padrão maior de instrução entre a comunidade caipira de Santo Amaro:

**Pesquisador:** [A respeito dos pais] Eles sempre trabalharam na serralheria, na serraria?

**Sr. Marinho:** Então... meu pai foi um dos poucos filhos que teve o privilégio de aprender a ler e escrever muito bem. Como era o filho caçula da família dos Cristen lá, o pai se preocupou em fazer com que ele estudasse, mas infelizmente só através de professor particular. Ele teve a sorte de encontrar um professor que lhe ensinou muito bem, e gozado que o casamento dele

aconteceu por causa disso. O meu avô tinha a serraria, mas não... quer dizer, você imagina, fazer cálculo de metro cúbico, pra... ele praticamente era analfabeto, então meu pai com 14 anos veio trabalhar no armazém do cunhado, que chamava Zico Lopes. Aí meu avô percebeu toda a esperteza do garoto, e as contas que o pessoal queria que fazia vinham até a venda desse meu tio, pra que meu pai fizesse. Aí meu avô convidou meu pai pra trabalhar com ele, pra fazer os cálculos da madeiras, já na época exigia uma certa contabilidade da serraria e tal... ai ele acabou casando com 19 anos de idade, casou com a minha mãe, trabalhou muitos anos com meu avô, se transformou em motorista. Depois, nas época difícil, chegou a tirar lenha. Depois, quando meu avô aposentou, passou ele mesmo a tocar a serraria muitos anos, depois abandonou a serraria e foi pra olaria, depois montou um armazém e por conta dele, no mesmo ofício que aprendeu a trabalhar, eu aprendi no comércio. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

ZENHA (1977) faz declarações a respeito do que ele entende como um retrocesso cultural dos alemães, constatado no fracasso da Colônia. “A cultura alemã não deixou vestígio nenhum. Hoje não se encontram pela região um prato, uma lenda, uma canção, um traje, mesmo deturpados, que lembrem qualquer coisa da Alemanha” (ZENHA, 1977: 114). Até os dias de hoje são escritos trabalhos históricos que condenam o acultramento do alemão, a exemplo da influência de Edmundo Zenha e seu clássico trabalho sobre a Colônia Alemã. SIRIANI nota que, décadas depois da tentativa de implantação da Colônia, a miscigenação entre o imigrante alemão e o caboclo dos arredores de São Paulo causava espanto:

(...) já em meados do século XX, quando a *Companhia Light* iniciou as obras na represa Guarapiranga, com muito espanto, tomou-se conhecimento da existência na região de um grupo peculiar de pessoas, que contrastava muito com o paulistano ou santamarense típico. Eram louros de olhos castanhos e pele queimada, ou morenos de olhos azuis com fala mansa, típica do caipira, pés descalços e roupas rústicas, que acabaram por chamar a atenção da imprensa (SIRIANI, 2003: 90).

Seguindo a linha interpretativa claramente eurocêntrica e evolucionista, temos a seguinte descrição feita a respeito dos caipiras da região em um trabalho datado da década de 1950 sobre os subúrbios paulistanos:

Hoje, quem quer que, dirigindo-se a Parelheiros, alcance a localidade da denominada Colônia, terá oportunidade de encontrar umas poucas famílias de caipiras típicos, vivendo pobremente. Seus componentes têm cabelos alourados, seus olhos são azuis, sua pele requeimada pelo Sol denuncia sua ascendência européia, seus sobrenomes são legitimamente germânicos. É o que resta do antigo núcleo colonial instalado em 1829 (...). Neste pequenino e tranqüilo lugarejo, não existem mais do que umas poucas habitações mal arruadas e um modesto cemitério. Um espetáculo constrangedor (PENTEADO, 1958: 147).

SIRIANI (2003) não deixa de fazer a ressalva de que a visão de Willems acerca do chamado acaboclamento é “unilateral”, pois se observa apenas a perda de elementos culturais pelo alemão. Ela considera que o acaboclamento não pode ser considerado um retrocesso cultural, mas uma maneira de adaptação do alemão às condições do meio que lhe fora oferecido, pois foi “uma estratégia de sobrevivência baseada na adaptação e na transformação consciente do seu modo de vida. Devido, por exemplo, às dificuldades de adaptação às terras, a relação com o caboclo tornou-se um ponto de apoio, definida como simbiótica. Para SIRIANI (2003), o processo de acaboclamento“ não pode ser visto como algo puramente pejorativo ou que caiba dentro de categorias conceituais estanques, como, por exemplo, ‘aculturação’ ou ‘assimilação’”, e sim, como “uma relação de benefícios mútuos, de completude e complementação entre o elemento teuto-brasileiro e a população nativa do Sertão de Santo Amaro” (SIRIANI, 2003: 91).

### **3.2. Formação dos bairros rurais no Sertão de Santo Amaro**

Veremos, a seguir, que, conforme passou a adaptar-se às novas condições de vida nas terras do Sertão de Santo Amaro, não só o colono

aprendeu as tradicionais técnicas agrícolas e de transformação de recursos naturais e assimilou valores culturais como a religião e a língua, mas também adequou-se à forma das relações vicinais locais. Com base no desenvolvimento dessa relação de complementação ao longo de gerações, ou seja, com o acaboclamento dos trabalhadores livres da Colônia, surge, enfim, seu núcleo de sociabilidade. O bairro rural é a forma de comunidade que surge apoiada nessa mistura. Estes bairros rurais foram lugares em que:

(...) os grupos de vizinhança cujos componentes são descendentes de imigrantes se integraram suficientemente na vida paulistana para abraçarem costumes de origem lusa, indígena ou africana (...). A adoção de tais traços específicos por indivíduos estranhos à civilização caipira, se explicaria pelo desejo de se integrarem mais profundamente na sociedade global. A aceitação dos costumes pelos estrangeiros é, assim, resultado de sua função integrativa. Porém, esta mesma aceitação determina uma vigência do folclore muito mais persistente do que se poderia imaginar; o contacto com estranhos não o abala, uma vez que estes estranhos o adotam e passa a dele ser também veículo (QUEIROZ, 1973:135-136).

É no âmbito desses bairros, por exemplo, que surgem as relações de parceria na lavoura, as quais foram uma solução original do meio rural para o problema de falta de terras de cultivo para todas as famílias. Para obter a permissão de plantar nas terras ociosas dos colonos que haviam se tornado proprietários, tanto os caboclos, quanto outros vizinhos igualmente donos de terra, pagavam com parte da própria produção o arrendamento. No entanto, é importante lembrar que isso não implicou uma estratificação social, na medida em que, tanto o imigrante alemão quanto o caboclo, eram membros de uma mesma comunidade:

No bairro, os mecanismos sociais agem de maneira contrária à formação de uma estratificação social. O bairro demonstra sua vitalidade através da conservação de seu ritmo de reunião-dispersão periódica; se estas deixam de existir, o bairro se desfaz. Há um sentimento de localidade: os habitantes conhecem e pertencem a ele, sentem-se a ele ligados (QUEIROZ, 1973: 134-135).

Nesses bairros, portanto, desenvolveu-se o essencial do convívio entre o imigrante e o caipira, no sertão de Santo Amaro, com a evidente assimilação do primeiro. A organização desses núcleos de sociabilidade pode assim ser descrita:

Os bairros rurais são definidos pela sua forma específica de implantação no solo – um “habitat” disperso centralizado por pequeno núcleo de habitações em torno da capela – e pelos vínculos sociais que unem seus membros. (...) A festa religiosa, por exemplo, que é o meio por excelência de promover uma reunião entre vizinhos, só é possível quando todos os habitantes do bairro se congregam e reúnem suas dádivas (QUEIROZ, 1973: 133).

Diante da particularidade do caso que aqui estudamos, é necessário considerar que a intensa miscigenação e o sincretismo do elemento alemão com outros grupos étnicos do Sertão de Santo Amaro abriu caminho para uma mediação importante para a vida social do imigrante: a criação dos bairros rurais, a partir dos quais ele exercia sua vida comunitária. Foi a aculturação do elemento alemão, ou seja, sua assimilação da cultura caipira, o dado que, com base fundamentalmente no trabalho camponês, possibilitou a organização dos bairros citados no Sertão de Santo Amaro. Se, de um lado, a grande distância de suas terras em relação a Santo Amaro dificultava (mas não impedia) o intercâmbio com a Cidade, os núcleos dos bairros rurais (Colônia, Cipó, Parelheiros, Bororé) constituíram importante ponto de apoio para a socialização.

### **3.3. O caipira do sertão de Santo Amaro**

Destacaremos inicialmente uma obra clássica dentre os estudos rurais brasileiros, guardando estreita relação com a problemática apresentada nesta pesquisa. Trata-se de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido (1975), livro em que, a partir de um estudo sobre os procedimentos do trabalhador camponês do interior do Estado de São Paulo no sentido da *obtenção dos seus meios de vida*, chega-se à interpretação de como, por meio do trabalho familiar na terra, se constitui a *organização social do mundo caipira*, objetivamente



necessária à reprodução da forma econômica abordada nesta obra. Organização social composta, de um lado, pelas unidades territoriais de trabalho sob regime de propriedade privada ou não e, de outro lado, pelas relações de pertencimento e vizinhança que convergem para o *bairro*.

A *economia fechada* do caipira é examinada por CÂNDIDO (1975) sob o viés da obtenção dos alimentos necessários à sobrevivência da família, de onde se observa a atividade agrícola norteadas pelo alcance de um mínimo vital, ou seja, uma dieta mínima para a sustentação biológica do organismo. O caráter territorial disperso e seminômade da população caipira, a pobreza de suas habitações, a rusticidade das técnicas agrícolas empregadas na lavoura, a maneira artesanal de obter utensílios domésticos e bens de consumo não-duráveis, tudo isso indica a simplicidade das condições a partir das quais o caipira reproduz materialmente sua própria existência. Os recursos alimentares, especificamente, são produzidos a partir de uma agricultura denominada “*de subsistência*”, além da extração vegetal e da caça, igualmente necessários à sobrevivência do caipira.

A partir dessas indicações, podemos começar lembrando que o surgimento dos bairros rurais no Sertão de Santo Amaro se dá ligado a uma economia rural que nada tinha a ver com aquela a qual passava a dominar o interior de São Paulo, ou seja, as grandes fazendas cafeicultoras. Tratava-se, como vimos, de unidades domésticas de produção baseadas no controle produtivo da terra. Dadas as características de sua “*economia fechada*” e a dispersão de sua população, uma das mais nítidas formas de organização social nesses bairros rurais foram os mutirões. Estes, constituem um importante exemplo de como se davam as relações vicinais nas antigas áreas rurais ao sul de São Paulo. Organizado para complementar a mão-de-obra necessária em períodos de trabalho mais intenso na roça, eram sempre seguidos de festas nas quais havia o encontro, a música, as comidas e as bebidas.

**Pesquisador (P):** E o sr. pode contar pra gente essa história do mutirão, como é que era?

**Sr. Benedito Roschel Schunck (B):** O mutirão era o seguinte... minha mãe fazia o mutirão. Vamo supor, hoje, fosse sábado, vinha 50 a 60 pessoa, carpi campo, ou cortá lenha no mato. Naquele tempo podia cortá lenha.

P: Era época de que?

B: Era época de milho... carpi pasto, pasto pro gado. 50 a 60 pessoa... Aí, terminava o serviço à tarde e se arrumava, (...) amanhecia nos baile. Aqueles baile era a coisa mais bonita. Aí nesse baile já era convidado pra outro mutirão na casa de outro, todo sábado tinha mutirão nessa região. Tinha várias famílias aqui que fazia mutirão, então no sábado já convidava: "sábado é lá em casa". Aí ia lá todo pro mundo prá lá, naquele mutirão lá. Tinha época que ficava um mês, às vezes dois, só na base do mutirão. Às vezes, tinha 02 ou 03 alqueire de milho perdido no mato... "Ah! Vamo faze um mutirão". Começava carpi, e tome-lhe pau, limpava tudo... (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O mutirão envolvia toda a comunidade (ver Fotografia nº 30), o que se pode notar no depoimento das mulheres:

**Maria de Lourdes Schunck:** O mutirão tinha quase todo sábado, às vez tinha até dois cada sábado. Então, aí, vinha o povo. A gente convidava, marcava uma data, aí eles vinha... carpi, outro cortá lenha... fazia serviço, sabe? A gente tratava deles o melhor que podia [servindo as comidas e as bebidas]. De noite tinha o forró, todo mundo dançava. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O depoimento do sr. Benedito acerca dos mutirões é fundamental, porque ele mesmo já foi um sanfoneiro em bailes que costumavam ser realizados depois de um dia de trabalho comunitário na roça. Famílias inteiras de caipiras participavam, tanto do trabalho quanto do baile. Seu depoimento nos dá idéia da surpreendente dimensão de uma festa dessas:

**Pesquisador (P):** O sr. quer dizer que o sr. mesmo é sanfonero então?

**Benedito Roschel Schunck (B):** Ah! Eu... eu arranho bem.

P: E o sr. costumava tocar nos mutirões aí e tal?

B: Ah! Já com 15 anos, já tocava as músicas, muito poquinho... Depois a gente foi desenvolvendo. Mas eu era curioso de vê os cara toca, né? Meu pai tinha um salão quase desse tamanho aqui [aponta o local da entrevista]... [quando s. Benedito

começava a tocar nas festas] só ficava as panela lá na cozinha, ia todo mundo dançá.

P: Quantas pessoas vinham num baile desse aí?

B: Ah! Cento e cinqüenta...

P: Cento e cinqüenta pessoas num baile desse... e a origem das pessoas que iam prá esses lugares, quer dizer, tinha pessoal imigrante aqui, tinha quem mais, tinha caboclo também?

B: Tinha, a maior parte era caboclo mesmo, criado na região. Alguns da família, primos nosso, primo-irmão... só a nossa turma já era uma família grande. A do meu pai era em 8, cada família tinha, ao menos, era 8 pessoa. No fim, o baile lotava mesmo. E quando não era mutirão de carpi milho, era de cortá lenha, quando não era de cortá lenha, era de roça... sempre tinha mutirão. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

### **Fotografia nº 30: família de trabalhadores camponeses em dia de festa**



Reunião de moradores de um bairro rural em ocasião festiva, possivelmente em decorrência de um mutirão. Em primeiro plano, as mulheres, sentadas, uma delas bastante idosa (ao centro) e, à sua direita, quatro meninas, uma delas uma criança de colo. Em pé, ao fundo, os homens, todos eles aparentemente em idade de trabalho, alguns brindando com garrafas de bebidas (à direita); um deles segurando outra criança de colo. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica das imagens originais por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Certas épocas do ano, os mutirões eram tão constantes que faltavam sanfoneiros para dar conta da festa:

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) teve época que tinha um sanfoneiro só, e era disputadíssimo. Então, cê tinha que marcá com bastante antecedência. E como as colheitas não esperam, diz que era um problema sério... Que, às vezes, tinha que se fazer o mutirão e colheita, e marcar a festa pra uma outra data, porque o sanfoneiro não podia atender. Naquele [dia] ele já tinha um compromisso. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Os entrevistados ainda contam que a comida era farta nessas festas, mostrando que, apesar da pouca circulação de dinheiro, a organização social da economia doméstica era capaz de garantir, ao menos em datas comemorativas, muito mais do que o “mínimo vital”:

**Neta de d. Maria de Lourdes (N):** E antigamente a carne era de porco, criavam muito e matavam o porco. A vó, quando eu era bem pequenininha, a vó fazia muito isso. Agora, carne de porco já dá colesterol, né? (risadas).

**Maria de Lourdes Schunck (ML):** Mas o garrote, pra fazê mutirão, matava um, né? Um boizinho, comiam adoidado...

**Pesquisador:** E doce?

ML: Doce também.

P: Suas avós faziam que doce?

ML: A minha avó fazia doce de laranja azeda... Nos mutirão faziam arroz doce. De tarde, já pegava um panelão, cozinhavam lá um pacote de arroz e faziam arroz doce. Leite tinha [produção própria], também...

P: Doce com milho fazia aqui, ou não? Algum tipo de pamonha, cural, essas coisas?

ML: Ah! Isso era direto.

Filha de d. Maria (F): Pamonha era... colhia o milho, tinha que discascá, eita!

ML: Ainda faz, hoje em dia

F: Mas é poquinho, antes era a sacada...

P: (Para a filha) Você chegou trabalhar no mutirão da pamonha, algum dia, ou não?

F: Eu sempre ia, eu sempre tava na casa da vó, então eu sabia das coisa... (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

CÂNDIDO (1975) ainda aponta a importância de se caracterizar as *formas de sociabilidade* que se prendem às condições de vida do caipira, esclarecendo as relações sociais próprias a esse universo. No contexto de comunidade rural, em que o padrão de povoamento do solo é sempre esparso, a

vida em família é um elemento fundamental da sociabilidade. É lá que o sujeito aprende a trabalhar; mas também é lá que ele recebe os conceitos morais, a religiosidade, é lá que aprende a cuidar de si e dos filhos que virão.

**Pesquisador (P):** No caso sua avó, a recordação que a senhora tem dela, da vida dela, o que a senhora pode contar da suas avós?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Minhas avós? Minha avó do Cipó era Maria André Schunck, ela era assim... ela trabalhava durante o dia, e de noite eles faziam um biscoitinho. Quando era de tarde, ela fazia... pegava lá uma gamela desse tamanho [mostra com as mãos] e viravam fazê o biscoitinho de noite... tavam cochilando em volta da gamela e fazendo. Assava biscoito e iam rezá um terço, quase amanheciam rezando. Depois, já tavam dormindo em pé de canseira, né? Porque o dia inteiro... depois, no outro dia, diz que ela não levantava tão cedo. Mas ela tinha uma religião que só vendo, era muito religiosa minha avó.

P: Católica, ou protestante?

ML: Católica, apostólica, romana. E no Parelheiro era a mesma coisa, era o Pedro Roschel de Parelheiro, e também era religioso. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Nesse modo disperso de povoamento, calcado na família como célula de convívio e transmissão cultural, a centralidade da vida social é significada pelo núcleo de cada *bairro*, este último, compondo a unidade básica de agrupamento para esta tradição paulista em particular, “uma porção do território subordinado a uma povoação, onde se encontram grupos de casas afastadas do núcleo do povoado, em distâncias variáveis” (CÂNDIDO, 1975: 63), a qual ainda é reconhecida pelo caipira segundo um sentimento de identidade, de pertencimento. Bairros rurais, como era o caso do Cipó (no qual se destacava a família Schunck), compunham uma sociedade de interconhecimento. Havia os chefes de família de maior prestígio, mais abastados, e os seus parentes ou agregados, que recebiam doações de terras ou viviam nos domínios dos Schunck mediante o pagamento de renda, geralmente em produto. Afirma-se que a “sede da família dos Schuncks funcionava, ainda, como um ponto de encontro para os estudantes de São Paulo e como local onde se realizavam festas para os colonos da região. Era um pequeno “feudo” (“Fürstentum”). (89).

O núcleo do bairro comporta o encontro, promovido principalmente nas datas de festividades religiosas e, portanto, a sociabilidade mínima a partir da qual é compreendido o mundo camponês:

O bairro (...) é, pois, o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira. Aquém dele, não há vida social estável, e sim o fenômeno ocasional do morador isolado (...); além dele, há agrupamentos complexos, relações mais seguidas com o mundo exterior, características duma sociabilidade mais rica. Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um mínimo social, equivalente no plano das relações ao mínimo vital representado pela dieta (CÂNDIDO, 1975: 74).

A ida às missas aos domingos era um evento cotidiano importante. COSTA nota que, em Itapeverica, nos finais de semana, a cidade “se anima de forma diferente. Não são mais os caminhões e seus tripulantes que percorrem suas ruas, mas é o povo do ‘sertão’ que vem assistir à missa e fazer suas compras” (COSTA, 1958: 147). As romarias (ver Foto nº 31) também constituíam importantes eventos de convívio social: os romeiros iam principalmente a Pirapora do Bom Jesus, inicialmente a pé e a cavalo. Mais tarde, utilizavam o caminhão, que partia lotado até o centro de romaria:

**Pesquisador (P):** Como eram as romarias?

**Maria de Lourdes Schunck (ML):** Romaria? Cada um pegava um cavalo, fazia uns virado e ia embora pra esse mundo junto lá, chegava a Pirapora, ficava um dia lá, dois descansando os animal, depois voltava outra veiz.

P: A senhora ia?

ML: Eu não, eu não podia ir.

P: Ah! Não? Por que?

ML: Meu marido ia...

P: E a senhora não ia por que?

ML: Tinha as criança pequeno, e num tinha cavalo pra todos ir, né? Depois nós ia de carro, mas de cavalo não.

**Neta de d. Maria (N):** E agora ainda tem o irmão dela que ainda faz essa romaria, meu tio até o ano passado ele ia de à pé, né? Junta com algumas pessoas que moram aqui na região, o pessoal vai de cavalo e eles vão de a pé.

P: Até, no caso, Pirapora?

N: Até Pirapora.

ML: Mas esse meu irmão ia de a pé, agora já num tá indo mais, tá meio cansado, mas ele ia de a pé.

Filha de D. Maria: Não tenho essa coragem não, de ir de a pé, às vezes ele ia e voltava de a pé. Demorava, mais ia.

ML: Promessa dele, né? (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 31: trabalhadores do Sertão de Santo Amaro na chegada da procissão a Pirapora do Bom Jesus**



Na imagem, observamos somente a presença de homens, com suas melhores vestimentas, um deles tendo tirado o chapéu da cabeça para registrar sua presença e de seus companheiros à frente do templo religioso católico no núcleo de Pirapora do Bom Jesus. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica das imagens originais por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A religiosidade, portanto, também foi um importante elemento de relação da comunidade caipira com a vida que transcorria em um outro ritmo nos núcleos urbanos de Santo Amaro e São Paulo. Ao longo da paisagem rural,

podemos até hoje avistar as antigas capelas construídas pelos devotos (ver Fotos nºs 32 e 33, 34 e 35). Era gratificante para as famílias acolher em suas propriedades os padres de Santo Amaro:

**Fotos nºs 32 e 33 e 34: pequenas capelas erguidas dentro das terras dos antigos camponeses do Sertão de Santo Amaro**



Nos três registros fotográficos podemos observar que até os tempos atuais, na paisagem rural das imediações rurais do Cipó, no caso das fotos 32 e 33, como à beira da estrada de Parelheiros (foto 34), temos capelas construídas em função da religiosidade característica do mundo caipira. Nelas, ainda atualmente, celebram-se festas, casamentos ou ocorrem encontros religiosos típicos do catolicismo rústico (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. A autoria de Giancarlo Livman Frabetti).



**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** (...) vinha padre lá de Santo Amaro, as irmã de caridade... ficavam semanas na minha avó, comendo, e ela tratava com maior prazer.

Pesquisador: E eles vinham fazer o que, os padres, passar um tempo mesmo?

ML: Vinham rezá com ela, porque sabiam que ela gostava, e ficavam ali... tinham as missão, semana inteira rezando... (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 35: igreja de São João Batista, no bairro do Cipó.**



Igreja de São João Batista, no bairro do Gramado, imediações do Cipó, construída com a colaboração direta de membros da família Schunck. Nela, ainda são realizadas missas, apesar de quê, com periodicidade irregular. Notar, à esquerda, a pequena área coberta destinada à realização de festas. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Mas essa religiosidade não se restringia somente ao cristianismo, extendendo-se para o curandeirismo herdado da cultura indígena, por meio da convivência com o caipira. Os moradores do Sertão de Santo Amaro, católicos ou protestantes, viam-se distantes de ministros e locais de culto, de modo que:

(...) foi essa a situação, pelo menos durante 50 a 60 anos, ou seja, até que colonos católicos (segunda e terceira gerações) tivessem aprendido a língua portuguesa ou, no que se refere aos protestantes, tivessem por parte dos pastores luteranos da Paróquia do Centro de São Paulo, um interesse pastoral pelos colonos no Sertão de Santo Amaro. Esta situação foi propícia para a assimilação de práticas da religiosidade luso-brasileira em vigor entre os habitantes do sertão de Santo Amaro (RIBEIRO, 2002: 97).

**Foto nº 36 : pequena santuário à beira de uma estrada do bairro da Casa Grande**



Notar, nesta imagem, a iconografia do catolicismo rústico, disposta sobre um santuário, o qual encontramos em trabalho de campo percorrendo o bairro Casa Grande. O local indica a presença ainda marcante da religiosidade ligada ao culto dos santos entre os habitantes atuais da região. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Em decorrência dessa situação distância dos padres e pastores durante os primeiros anos do estabelecimento dos imigrantes alemães em Santo Amaro, foi propiciada uma profunda assimilação das práticas religiosas da chamada cultura rústico-popular. A foto nº 36, acima, retratando um santuário à beira de

uma estrada percorrida em trabalho de campo, nos permite admitir que esta prática do culto aos santos permanece presente até os dias atuais :

(...) chamou nossa atenção o surgimento, entre os colonos imigrantes alemães, de uma cultura rústico popular. Dois setores desta cultura se destacam: as práticas religiosas e as práticas no tratamento de doenças (rezadores, curandeiros). Diversos autores afirmam que havia entre os colonos alemães imigrantes grande aceitação de práticas de medicina alternativa e parcial assimilação de práticas mágico-religiosas existentes e muito comuns na cultura rústico-caipira. Práticas desta natureza fizeram parte do patrimônio cultural dos imigrantes, especialmente dos de origem agrária e camponesa. Relendo com atenção a documentação, percebe-se que elementos da cultura rústico-caipira e indígena existente no Sertão de Santo Amaro predominaram entre curandeiros (as) e benzedores (as) no que se refere ao conhecimento e à utilização das plantas e ervas medicinais da região. Diferentemente, quando se viam na necessidade de evocar forças sobrenaturais, praticavam rezas da cultura mágico-religiosa da Alemanha: usavam-se rezas em língua alemã num período (1880-1930) em que a língua alemã não era mais a língua costumeiramente falada. Nota-se, também, a assimilação e as práticas do tradicional catolicismo popular – religiosidade rústico-popular de origem lusa (RIBEIRO, 2002: 92-3).

Não se poderia, enfim, deixar de mencionar a presença da arte, principalmente aquela de raiz rústica, como elemento integrador da comunidade. A música nos mutirões, a costura doméstica (de vestidos de noiva, por exemplo), os adereços nas festas religiosas e no carnaval, tudo isso compunha não somente a paisagem cultural, mas também atuava na reprodução social. O depoimento seguinte expressa justamente o sentido de comunitarismo na congregação de moradores dos bairros rurais nos dias de festa, principalmente no núcleo do bairro do Cipó (ver foto nº 37, na qual o sr. Henrique Schunck, marido da entrevistada, segue à frente de uma comitiva com carro de boi).

**Pesquisador (P):** (...) seu pai também era sanfoneiro?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Era, meu pai era. O Dito [o sanfoneiro Benedito Roschel Schunck] era no meio das criança, ainda, naquele tempo. Era meu pai, vinha...

Filha de d. Maria (F): Vitrola né? Meu tio que era que dava corda.

P: Ah! Trazia vitrola?

ML: Era bonito até, viu? Só o que tinha também, outra coisa não tinha, só o que tinha era festas no Cipó. A gente ia, minha mãe fazia um virado cedo, recolhia toda criançada e cuidava bem das criação e ia... Daí, tinha a procissão lá, duas horas, daí tudo vinha embora junto. Era bonito, porque tudo vinha embora, agora não vem mais, né? Às vez um tá indo, outro tá vindo, não vão mais junto, mas nós ia junto com eles, quando ele dizia “vamo embora”... vinha tudo.

G: E por que isso começou a parar?

ML: É porque aumentou muito, o povo aqui já ficou difícil, e depois aqui é o seguinte não se pode larga a casa mais, que nem naquele tempo, naquele tempo você fechava a casa e ia sossegado, agora não... tem muita gente aí que mexe nas coisa, num pode deixa, então aí a gente já não vai.

Neta de d. Maria (N): Agora muita gente de fora mora ali no Cipó, antes você ia e conhecia todo mundo, agora você olha assim, não conhece mais ninguém, não sabem mais quem é quem, até uns sei lá... 5 ou 6 anos atrás eles faziam carnaval de rua ali no Cipó, na praça eles faziam, agora não faz mais porque sai briga, sai tiroteio, sai morte, então não tem mais essas coisas, mas até na época em que eu tinha uns 12, 13 anos a gente ia tinha carnaval de rua, tinha tudo lá.

P: E como era o carnaval de rua?

N: Ah! Tinha o pessoal que já fazia, tocava samba, essas coisa e eles iam na frente, eles usavam muita máscara, fantasia, essas coisa. O pessoal ia atrás, acompanhava, né? Ia atrás acompanhando, dançando junto com eles, na frente um trio ia, na frente, o resto ia atrás.

ML: E era uns carioca.

N: É, era uma família de carioca.

ML: Os carioca tinha uma cerâmica, aí perto...

N: Aquela bem em frente ao Ana Paula, e agora acho que eles foram todos embora, num moram mais aqui, foram todos pro Rio [em outra entrevista, ficamos sabendo que esses donos de uma cerâmica abandonaram o negócio deixando dívidas trabalhistas no bairro do Gramado].

ML: Nós ia assisti o samba deles lá, era bonito. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O sanfoneiro era sempre requisitado para os mutirões, festas de santos, enfim, não havia festa sem música. Era nessas ocasiões em que se acontecia o encontro, onde se celebrava uma boa colheita, onde se bebia, onde se iniciavam casamentos. A dispersão dessas festas é sintoma e agravante quando surge a tendência de desagregação da comunidade.

**Pesquisador:** E o sr. continua tocando, quer dizer... ao longo da sua vida toda o sr. continuou tocando em baile, e tal? (Ele vai acenando que sim com a cabeça). Sempre em baile? (sim com a cabeça). E onde que tinha baile pro sr. tocar, fora esses que a gente já conversou dos mutirões que tinha... e depois disso o sr. foi tocar em baile aonde, foi toca na cidade, era sempre por aqui mesmo?

**Benedito Roschel Schunck:** Não... sempre por aqui mesmo, quadrilha, quadrilha de festa junina, ih! Era muito chamado... festa de São João, São Pedro... é uma briga atrás de sanfonero por aí, porque sanfonero está em extinção. Ninguém mais tá dedicando a isso aí, só a esse teclado, esse teclado aí (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 37: festa no centro do Cipó.**



Segurando um mastro, em primeiro plano, na porção direita da foto, temos o sr. Henrique Schunck, descendente da família de proprietários de terra do Cipó. O carro de boi, seguindo o sr. Henrique, traz crianças vestidas com vestidos coloridos e chapéus. Note-se que ao fundo da foto, datada da década de 1970, temos os estabelecimentos comerciais do centro do Cipó e, em cima do muro de uma dessas lojas, no canto superior esquerdo da foto, observamos a população vendo do alto a passagem da comitiva. Fonte: acervo da família de d. Maria de Lourdes Schunck. Cópia fotográfica da imagem original, de autoria não identificada. Trabalho de campo, janeiro de 2008.

Antes de finalizar a análise do modo de vida nos bairros rurais caipiras segundo a frutífera orientação que a obra de Antônio Cândido nos lega, no sentido de que esse autor propõe o estudo da relação de reciprocidade entre a

cultura caipira e a forma rústica de obtenção dos meios de vida, não se pode deixar de mencionar que as declaradas influências estruturalistas de seu trabalho o levam a incorrer na idéia de etapas estanques do desenvolvimento histórico e cultural, ferindo frontalmente o caráter inicialmente dialético de *Os Parceiros do Rio Bonito*. No último capítulo de sua obra, CÂNDIDO (1975) dedica-se a compreender o efeito da penetração da economia de mercado nesta sociabilidade caipira, concluindo que o modo de vida organizado pelo bairro rural não sobreviveria de maneira alguma ao impacto da expansão capitalista e do crescimento das grandes cidades. Temos, no entanto, que, até mesmo entre os imigrantes enriquecidos, elementos da cultura rústica faziam parte do seu modo de vida:

As famílias Schunck e Christ, entre outras famílias, representam casos de imigrantes sitiantes bem sucedidos. Estas nunca se fixaram na 'Colônia Velha' ou, se para lá foram, logo se deslocaram, adquirindo sítios na vasta região do 'sertão' de Santo Amaro. A terra – a propriedade rural – era a base da riqueza e, essas pessoas, permanecendo sitiantes-camponeses, não assimilaram a cultura urbana e burguesa progressista científica, mas cultivaram a cultura rústica com elementos assimilados dos sitiantes brasileiros e outros trazidos da pátria alemã. Mas indiscutivelmente, experimentaram o progresso e o bem-estar material (RIBEIRO, 2002: 84-5).

O núcleo do bairro rural também encerrava o centro comercial (ver Foto nº 38), no qual o caipira podia adquirir mercadorias das quais necessitava. Tratava-se, evidentemente, não somente de um lugar no qual se adquiriam gêneros os quais o camponês não podia produzir, mas também onde se realizava o encontro entre vizinhos, onde se bebia, conversava e jogava.

Não obstante o fato de que o contato dessa sociedade caipira com a “civilização” efetivamente tenha causado transformações profundas em seu modo de vida, especialmente no que se refere a uma incorporação de um padrão mais complexo de produção e consumo entre as populações que não migraram para a cidade, não se considera a possibilidade de que, mesmo com o desmantelamento dessa unidade representada pelo bairro, a tradição tenha

permanecido, ainda que sobre novas bases econômicas e sociais, em diversos aspectos da vida camponesa, estendendo-se até os tempos atuais, em nossa área de estudo, particularmente: o conhecimento profundo dos ciclos da natureza, a religiosidade e as festividades correlatas, as canções e a culinária, o compadrio, as relações de parentesco, o trabalho e a apropriação territorial como valores em uma ordem moral, e não somente como dados econômicos abstratos.

**Foto nº 38: bar do sr. Hélio Satori**



Observamos, na imagem, uma típica mercearia do centro de um bairro rural, no caso, o bairro da Colônia que, na época, já congregava tanto imigrantes alemães quanto japoneses instalados posteriormente (como era o caso do próprio sr. Satori). Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori. Trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Para compreendermos a origem da dificuldade que as ciências sociais enfrentam ao interpretar sociedades sincréticas, como a brasileira, buscaremos expor, no próximo segmento, uma breve discussão acerca do uso de dicotomias nas ciências sociais ao tentarem dar conta da relação entre o movimento de expansão da modernização capitalista e a permanência de modos de vida

baseados no trabalho não-capitalista, os quais supostamente deveriam ter sido eliminadas pelo processo social hegemônico.

### 3.4. O rural e o urbano nas teorias sociais

Para dar início a esta exposição, veremos primeiramente alguns apontamentos teóricos que a sociologia rural nos coloca para compreendermos a relação entre o rural e o urbano diante do processo de modernização capitalista.

É fundamental na sociologia rural a idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas (preferencialmente incidindo na cidade e dela partindo) tende a generalizar as relações capitalistas no campo e engendrar uma modernização técnica, dissolvendo as estruturas arcaicas. Os estudos sociológicos, na origem da disciplina, marcados pela influência da filosofia positivista, passaram principalmente a constatar as *diferenças* entre o rural e o urbano, de modo a não mais do que justificar o processo histórico linear do capitalismo. Argumenta-se, a respeito do aparecimento dos estudos rurais na Europa:

(...) historiadores, geógrafos, folcloristas, sociólogos, no fim do séc. XIX tomam consciência da existência de um meio rural fundamentalmente diverso do urbano, pois, como resultado da revolução industrial que se processara, mais e mais se tornam diversos campo e cidade, com o predomínio da indústria sobre a agricultura, da cidade sobre o campo, da invasão do campo pela máquina (QUEIROZ, 1979: 161).

A sociologia rural surge, portanto, como conhecimento instrumental voltado para a superação do suposto atraso no campo. Segundo MARTINS (1986), com a urbanização da sociedade surge uma crise marcada por um conjunto de transformações sociais relacionadas à intensa migração do campo para a cidade, com o conseqüente esvaziamento do campo que, finalmente, surge como problema sociológico (representando também o atraso). Isso se deve ao fato de que, no curso desse processo de acelerado aprofundamento da divisão do trabalho e de transformações nas relações sociais, o qual causou o



chamado êxodo rural na Europa, além da metropolização nos países industrializados e, enfim, o processo de mundialização (desigual e combinada) do capital, surgiram diversas mudanças na base técnica da produção agrícola, forjadas por uma fusão da indústria e da ciência agrônômica associadas a uma tendência de transformação nas relações de trabalho no campo.

Trata-se de uma tendência das relações cidade-campo iniciada com a chamada Revolução Verde (ao final da Segunda Guerra Mundial), sem a qual não teria sido possível o grande crescimento metropolitano das cidades européias industrializadas. A partir de então, passou a ser função do campo, na totalidade do processo econômico e social, a produção de alimentos, em quantidade a maior possível e a preços mantidos nos mais baixos patamares, de modo suficiente para abastecer o crescente contingente de operários nas indústrias e de trabalhadores urbanos em geral.

É com essa finalidade que, no decorrer da primeira metade do século XX, a introdução e o emprego massivo de tecnologia científica e industrial na agricultura aproximou-a da própria indústria, surgindo, a partir de então, uma agricultura voltada para o mercado – a produção rural também se especializa e, com base num movimento que vai culminar com a criação da agricultura baseada em relações de trabalho especificamente capitalistas (presumidamente “avançada”), a qual passa a atender diretamente às demandas da cidade que não para de crescer.

Originando-se no mesmo momento em que se questionam estas transformações, o pensamento sociológico voltado à compreensão do mundo rural expressa a influência do conservadorismo e do cientificismo, ou seja, busca somente legitimar uma ordem vigente, encobrendo-lhes conflitos que mostravam profundas contradições dessa mesma ‘ordem’ (MARTINS, 1986). Conseqüentemente, geram-se teorias sociológicas baseadas em *pares de idéias constitutivas opostas*, e não *contraditórias*, propostas como “fundamento de diagnóstico das discontinuidades da vida social, de modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade” (MARQUES, 2002: 101).

Contra as teorias que constataam as diferenças entre o rural e o urbano, temos as contribuições da antropologia clássica para as teorias do campesinato, especialmente as formulações de *sociedade parcial* e de *cultura parcial*. Observe-se, inicialmente, que parcialidade não quer dizer isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Mais do que um tipo econômico, o camponês representa um *modo de vida*. Família e comunidade emprestam sentido à vida camponesa: trabalho e vida não estão cindidos, compondo “um organismo único”, que “produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida” (ABRAMOVAY, 1992: 102).

A idéia de sociedade parcial está contida nas obras de antropólogos e sociólogos como Redfield e Mendras, que viam nos camponeses grupos sociais de transição entre sociedades tribais primitivas e o universo urbano. Apesar de evolucionista, a idéia de *continuum rural-urbano* aponta para um traço importante do campesinato, que é a existência de códigos sociais específicos determinantes da conduta, apesar de que estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na *sociedade global* em que vive. Contrapõem-se, nessa teoria, o comportamento individual do camponês e o ambiente social que lhe envolve, gerando uma dualidade: de um lado, as relações internas (códigos, estruturas sociais próprias do campesinato) e, de outro lado, as relações externas (os vínculos com o mercado que lhe tornam membro de uma *part society*).

Segundo ABRAMOVAY (1992), o conceito de *part society* está na base da compreensão que a antropologia tem a respeito das chamadas sociedades camponesas. A idéia contrapõe-se, de certa forma, às de autores como Malinowski e Radcliffe-Brown, que realizavam estudos sobre grupos tribais remotos cuja cultura era compreendida como uma totalidade autodeterminada (*self contained*), como um sistema de partes funcionalmente inter-relacionadas visando a reprodução daquela mesma sociedade (a chamada abordagem funcionalista da antropologia). Redfield propõe, por outro lado, o estudo das *part societies* que, apesar de possuírem modos de vida específicos, pertencem a um

conjunto social no qual são diretamente influenciadas e mesmo dominadas por instituições nacionais e por elementos da vida urbana; o camponês, apesar de relacionar-se em comunidade segundo as normas internas a essa coletividade, insere-se na *sociedade global* por meio de laços econômicos particulares, distinguindo-se, portanto, dos grupos tribais:

O nascimento das cidades traz uma reviravolta profunda às comunas pré-urbanas, que se transformam em comunas *camponesas*. Com efeito, enquanto não existe a cidade, os camponeses também são inexistentes: o que existe são os aborígenes. Os camponeses são indivíduos rurais, autóctones, que vivem na área de influência de uma cidade, com a qual mantém relações econômicas e intelectuais (...). Podemos, pois, dizer que não há coincidência, e sim oposição, entre a sociedade 'de *folk*' e a sociedade camponesa (MENDRAS, 1969: 34).

Ainda segundo MENDRAS (1969: 38), “quanto mais próxima a cidade, tanto mais a sociedade aldeã tradicional se desintegra, as relações sociais perdem seu fundamento não econômico”. Para compreensão desse movimento histórico (ou seja, das “tendências dessa civilização”) que resulta na desintegração das sociedades camponesas, propõe-se uma distinção bipolar entre ambiente técnico e ambiente natural, segundo Georges Friedmann. Isso porque é possível pensar que cidades pequenas, hoje, “banham já num ambiente técnico”, ao contrário das cidades da Idade Média (imersas num ambiente natural); o agricultor atual se vê atravessado pela mentalidade técnica. Eis, portanto, a evidência do caráter *evolucionista* desta teoria, a qual é utilizada por ABRAMOVAY (1992) no sentido de afirmar a impossibilidade da existência de relações sociais tradicionais no seio da sociedade capitalista.

Vê-se o camponês “como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento” (ABRAMOVAY, 1992: 108). Na aldeia, temos o *caráter comunitário* da vida camponesa, o lugar onde se opera o essencial da socialização. Há, ainda, as formas de *ajuda mútua* no trabalho, o mutirão. Além disso, a “sociedade camponesa” é uma *sociedade de autoconhecimento* (MENDRAS, 1974 apud ABRAMOVAY 1992), em que se conhece todo mundo e

todos os aspectos da personalidade dos outros, não só outros camponeses, mas também o proprietário fundiário (na parceira), o comerciante, o usurário, o padre: “(...) só há especificamente campesinato onde um *código de conduta* partilhado comunitariamente, também por setores sociais antagônicos, seja estruturador da vida social” (ABRAMOVAY, 1992: 110); assim, o camponês é subordinado dentro de uma ética, de um conjunto particular de condutas morais. Faz isso em busca de segurança, “num quadro compartilhado de obrigações de lealdade, dependência, reciprocidade (...)” (ABRAMOVAY, 1992: 111).

Questionando-se sobre o avanço do processo de urbanização e da ‘industrialização’ da agricultura, os estudos que defendem a idéia de continuum rural-urbano *afirmam a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização deste e a conseqüente destruição de formas arcaicas*. A exemplo do trabalho de Henri Mendras, admite-se uma “diferença de intensidade, e não contraste entre esses dois espaços” (MARQUES, 2002: 100). A idéia de *continuum* também se apóia sobre uma concepção dual: para esta teoria, o rural e o urbano não seriam outra coisa além de dois pontos extremos entre os quais admite-se uma gradação. Este ponto de vista evolucionista também pressupõe que a generalização das relações de mercado viria a urbanizar o campo, arrefecendo qualquer possibilidade de se perceber contradição na relação entre processos sociais urbanos e rurais.

A situação social do trabalhador do campo no processo geral de produção, assim como a própria ruralidade que, apesar de derivar da condição social deste trabalhador, formata culturalmente sua prática e sua existência, se manifestam concreta e sensivelmente no *meio rural*, com suas relações de produção específicas, com suas formas de propriedade características, expressas em uma determinada paisagem. Portanto, este meio só pode ser constituído se for criado com base em um complexo de relações de trabalho e de propriedade, resultando, ele mesmo, tanto quanto as marcas culturais que nele se imprimem, em condições de produção para a forma de economia autônoma que é o trabalho camponês reproduzido no interior do processo do capital.

No sentido de se compreender este movimento, é pressuposto do método aqui empreendido a compreensão histórica da *organização social* constituída em torno do processo de trabalho e das relações de produção que recriam o trabalho familiar e suas formas de apropriação territorial e que articulam esta rede de relações com a totalidade social.

Esses esclarecimentos introdutórios se fazem necessários para delimitarmos teoricamente um ponto fundamental que esta pesquisa pretende estabelecer ao tratar do confronto entre a reprodução das relações de produção não-capitalistas e o aprofundamento do fenômeno urbano em sua complexidade segundo uma de suas expressões mais claras, que é o espraiamento urbano. Não é possível conceber este processo como se o único sujeito fosse a estrutura social inerente ao capital, ou seja, a objetivação do capital mesmo sobre todas as relações sociais, a generalização extensiva e intensiva das relações especificamente capitalistas de produção, independentemente do processo de trabalho e da matriz cultural dos indivíduos reais. Isso porque, como visto no capítulo anterior, mesmo em situação de extrema proximidade com a metrópole e sob influência das relações técnicas e de mercado que esta metrópole organiza e monopoliza, uma diversidade de situações sociais se reproduz, de maneira subordinada e integrada, com base na propriedade familiar dos instrumentos de produção. A *ruralidade* que se faz, não paralela, mas contida como uma necessidade no conjunto funcional do próprio tecido urbano, deve ser compreendida dentro de seu código particular, a partir de suas características intrínsecas e, portanto, *irredutíveis* à forma de socialização especificamente capitalista.

Deparamo-nos, portanto, com a necessidade de compreensão do conceito de *comunidade* (tida como a expressão mais clara da organização social camponesa) e de suas transformações diante da expansão do capitalismo. Para LEFEBVRE (1971), a comunidade rural é uma *forma de comunidade*, como a família, ou a nação, formas todas elas que aparecem, transformam-se ou perecem em condições determinadas ante o nível das forças produtivas e do modo de produção, sem por isso identificar-se com essas

determinações do processo histórico social. *Ela se mantém, se define, desaparece ou se reconstitui sob modos de produção muito diferentes: escravista, feudal, capitalista ou socialista.*

Partindo da terminologia de Émile Durkheim, aponta-se que, de maneira geral, ao contrário dos agrupamentos sociais *mecânicos*, em que triunfam o intercâmbio de mercadorias, o dinheiro, a economia monetária e o individualismo, a comunidade rural é uma forma de comunidade *orgânica*, que reúne comunidades parciais e subordinadas, como a família (caracterizada pela solidariedade entre seus membros, bem como por sua hierarquia interna). Uma comunidade orgânica comporta as chamadas disciplinas coletivas (ex: cultivo rotativo), essenciais para seu funcionamento e auto-sustentação, sendo, portanto, não somente uma obrigação, mas uma necessidade (LEFEBVRE, 1971).

Mas para LEFEBVRE (1971), a comunidade rural, em certas condições, desaparece ou se reconstitui (reforçando o que se conserva no curso de sua dissolução), sob condições historicamente determinadas. Mas a complexidade das formas e as descontinuidades desse processo levam à recusa de qualquer interpretação que proponha uma evolução contínua da comunidade primitiva indiferenciada até sua dissolução pelo indivíduo diferenciado; da propriedade coletiva à privada; do grupo comunitário orgânico até sua dispersão. Ao mesmo tempo, aparecem tendências inversas que reconstituem as comunidades em dispersão em bases mais ou menos novas.

Nesta interpretação, independentemente do impacto que o estágio de desenvolvimento da divisão do trabalho possa causar sobre a estabilidade das comunidades rurais, é necessário compreender se suas formas específicas de socialização e suas disciplinas coletivas, apesar de transformadas e incorporadas ao processo do capital, permanecem irredutíveis à forma mecânica de agrupamento social típica do capitalismo, caracterizadas pelas relações monetárias e de mercado, pela relação de trabalho assalariado, pela contratualidade nas relações sociais, pelo envolvimento interpessoal indireto e impessoal.

Eis o fundamento teórico em função do qual insistiremos em privilegiar o estudo histórico da contradição entre transformações e permanências no meio social rural: a reprodução destas *comunidades parciais* só pode ser compreendida se observarmos além da tendência de sua integração e subordinação ao capitalismo. Ao contrário, as formas de coesão e de solidariedade e, fundamentalmente, a maneira como se dá a apropriação e transmissão da terra (a qual constitui seu principal patrimônio) serão aqui tomadas como os instrumentos que nos permitirão analisar as comunidades do Sertão de Santo Amaro.

Enfim, de acordo com LEFEBVRE (1971), mesmo que a vida camponesa, hoje, careça de autonomia (não evolui segundo leis próprias; se relaciona de muitas maneiras com a economia em geral, a vida nacional, urbana, com a tecnologia moderna), os estudos dessa rica e complexa realidade encontram-se ante a existência ou o prolongamento de uma formação original (a comunidade rural).

### **3.5. As relações com os núcleos dos bairros rurais e com a cidade**

A dupla relação da população caipira do Sertão de Santo Amaro (com o centro desenvolvido, de um lado, e com o núcleo comunitário, de outro) sugere que o estudo do bairro rural não desconsidere o contexto histórico em que esse bairro se insere. Portanto, o estudo das comunidades camponesas do Sertão de Santo Amaro deve levar em consideração o fato de que estas não vivem em isolamento; têm seu conjunto interno de relações, com uma particularidade econômica e valores próprios, mas relacionam-se com a sociedade que se moderniza. Esta modernidade passava cada vez mais a se identificar com a cidade de São Paulo e com Santo Amaro, na medida o capital se tornava cada vez mais industrial e urbano. Discorreremos, aqui, sobre dois fatores os quais nos permitem compreender a maneira como o bairro rural se relacionou com a modernidade. Primeiramente, mostraremos que os núcleos dos bairros rurais funcionaram posteriormente na estruturação dos subúrbios paulistanos. Ao final,

mostraremos como, na medida em que a terra se transformava em mercadoria, a divisão das terras por herança fragmentou o bairro rural e abriu espaço para atividades mais intensivas de exploração da terra.

Para começar mostrando como o modo de vida do caipira foi um componente interno da formação do próprio tecido urbano, vale mencionar que as famílias imigrantes, tendo assimilado o modo de vida do caipira, fundaram os núcleos de bairros rurais que até hoje guardam seus monumentos como testemunho dessas comunidades e sua centralidade como elemento de produção do espaço ao sul de São Paulo. Este é o caso, por exemplo, do atual centro do Cipó, no município de Embu-Guaçu. Na Foto nº 39, abaixo, vemos a homenagem colocada na praça central do bairro, em frente à igreja fundada pelo casal Schunck neste bairro, cuja praça pode ser observada em nossos registros fotográficos atuais, obtidos em trabalho de campo (Fotos nºs 40 e 41). Na seqüência, para melhor compreendermos a história do surgimento do bairro, vejamos o depoimento de d. Maria de Lourdes Schunck:

**Foto nº 39: placa em homenagem ao casal Henrique e Maria Schunck**



Em monumento em frente ao templo católico da praça central do bairro do Cipó, temos esta homenagem prestada ao casal pioneiro dessas terras, ou seja, figuras sociais centrais do processo que levou à incorporação de trabalho às terras do sertão devoluto e criou parte da rede de bairros rurais, com seus respectivos núcleos. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).



**Pesquisador (P):** E como é que é essa história da **fundação do Cipó**?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Isso foi assim... esse meu avô, Henrique Schunck [e a família], chegaram no Cipó, tudo mato assim... (...). Tinha só um cipó num rio assim. Pra chegá no Cipó [no lugar onde seria fundada a igreja], eles tinham que passar por cima daquele cipó, daí batizaram o nome do lugar, né? Cipó, e ali morou, teve uma família grande, 14 filho também. P: E por que eles se estabeleceram lá?

ML: No Cipó? É porque num tinha outro meio. Chegaram ali, fizeram a casa deles lá, serraria... eles foram trabalhador ali, a família toda... e depois foram se casando, foi um pra Parelheiro, outro pro Embu, outro pro Embu-Guaçu e meu pai veio pra cá. Era matão também aqui, tinha até onça. Diz que quando era de noite, a onça vinha na beira da casa, que era mal feita a casinha, e queria roubá nós do berço, de tão matão que era aí. Daí foi construindo, limpando, fazendo as coisas, e ficou assim como é. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### **Fotos nºs 40 e 41: vistas da praça do centro do Cipó**



Imagens atuais da praça do centro do Cipó; na figura da direita, a frente da igreja, que pouco ou nada guarda suas características originais. Na figura da esquerda, temos, em primeiro plano, o coreto e, ao fundo, alguns dos estabelecimentos comerciais que rodeiam a praça. Antigo centro do bairro caipira, ela é, hoje, durante o dia, o lugar de encontro das famílias locais e da população idosa e, à noite, os bares abertos atraem os jovens que circulam incessantemente com seus carros emitindo em alto volume suas gravações musicais (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Assim, via de regra, o bairro era centralizado por uma capela ou igreja, como ainda podemos observar na Foto nº 42, referente ao bairro da Colônia. A respeito do surgimento de núcleos de bairros caipiras pelas mãos dos trabalhadores livres do sertão, conta-nos o sr. Marinho:

**Pesquisador:** Mas eu queria saber, antigamente, quais eram os principais bairros?

**Sr. Marinho Reimberg:** Os principais só... o resto era tudo fazenda, ou sítio. Núcleo, que eles tentaram fazer, núcleo urbano mesmo, era só a Colônia... prá você ter uma idéia, não tinha Cidade Dutra, Interlagos, Rio Bonito, São José... que hoje são muito mais desenvolvidos que aqui, não existia nada disso. A Colônia e o Parelheiros, que surgiu depois, (...) já se sentiu que eram dois bairros diferentes. E Cipó, que veio posteriormente também, apesar que o local é antigo da mesma época, por causa dos moradores que são os mesmos, que vieram na mesma época (...). Mas os dois locais antigos mesmo são a Colônia e o Parelheiros, depois tinha o Bororé, que é conhecido Ilha de Bororé, que já é um local mais distante um pouquinho, mas também era das famílias alemães, que lá fizeram uma igreja e tal (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 42: igreja católica do centro da Colônia Paulista**



Vista frontal da igreja católica do centro da Colônia Paulista, fundada nos primórdios da instalação da então Colônia Alemã, atualmente reformada. Também neste templo notamos, ao lado direito da foto, uma parte do salão utilizado nas ocasiões festivas. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

O seguinte depoimento reforça o dado verificado, no caso da zona sul de São Paulo, referente à influência da sociabilidade dos caipiras na fundação de suas igrejas e praças (ver, ainda, a Foto nº 43):

**Pesquisador:** E como foi a fundação dessas igrejas que tem aqui, a senhora sabe?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Das igrejas, porque essa igreja que tem lá, aqui no Gramado, essa igreja tem uns 10 anos já né? Mas no Cipó foi o meu avô que construiu, isso faz um século já, né? Até meu pai já tinha mais de cem ano, imagina os pai dele.

G: E eles construíram aquela igreja, vamo dizer... dentro da terra deles no caso, né?

ML: Dentro da terrinha deles.

C: A praça, é praça Henrique Schunck o nome, a praça nomearam...

G: Com o nome do avô

C: Isso... (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

### Foto nº 43: igreja da Santa Cruz de Parelheiros



Fotografia provavelmente datada da década de oitenta, mostra a igreja de Santa Cruz de Parelheiros, em torno da qual ergueu-se o antigo núcleo caipira. Conta-se que um certo Amaro de Pontes, ao retornar vivo da guerra do Paraguai (para a qual foi enviado à força), mandou erguer uma capela de sapé no local onde havia feito a última prece antes de partir para a batalha. No mesmo local, situa-se o templo visto acima. Fonte: endereço eletrônico: <http://parelheiros.net/hissoc.html>. Última consulta em 01/09/2008.

A própria toponímia que até hoje vigora na região abordada mostra, além da marcante influência indígena, a influência do caipira, da vida de bairro e dos encontros que aconteciam nos pequenos núcleos do Sertão de Santo Amaro. É o que podemos observar no depoimento do sr. Marinho:

**Sr. Marinho Reimberg:** (...) inclusive o nome Parelheiros, que é o distrito próximo aqui [da Colônia], surgiu principalmente por causa disso... o nome Parelheiros deriva de parrelha. Parelheiros era um local de parada de descanso do pessoal que ia dentro do mato, eles chegavam ali e começavam a contar histórias... Hoje, se eu for falar de distância, eu falo quantos minutos eu levei com meu carro pra ir daqui prá Santo Amaro, você fala do seu carro 1.0, ou 1.8... naquela época, você tinha que falar se o cavalo era bom, em quanto tempo seu cavalo agüentava ir até Santo Amaro... aí esses papos geravam as disputas. Aí, falavam que iam apostar qual animal era melhor, daí, por isso que surgiu as corridas de parrelhas. Quer dizer, no autódromo corre vários cavalos, mas ali como era um contra outro, era o par que corria... Aí a brincadeira ficou grande, porque além dos donos dos animais, o pessoal que ia na venda, como se dizia na época... eu vou apostar no cavalo dele, eu no do outro... então, gerava aquela brincadeira. Aí o lugar passou a ter essa referência, quando se passava por aquele local, aí falava, “vamos passar nos parrelheiros”, que era o pessoal que corria de parrelho, por isso que o Parelheiros ganhou esse nome, devido a essa brincadeira que era dos imigrantes alemães aqui. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Nas pequenas sedes municipais e nos núcleos dos bairros, o gênero de vida não era muito diferente do dos sitiantes. Todavia, considerando a importância das relações vicinais e sua contraditória relação com a expansão da sociedade mediada pela mercadoria, QUERIOZ (1973) afirma que “a mobilidade dos roceiros, seu vai-vem numa determinada região, constituem garantias de maiores possibilidades econômicas e sociais, de maiores oportunidades de negócio”. Quanto mais vão restringindo seus contatos, como no caso do Sertão de Itapeçerica, em que os carvoeiros submetiam-se a uma vida de miséria e reclusão na mata, mais também seu nível de vida vai decaindo.

(...) o caboclo prosperou e viveu bem na medida em que soube manter um equilíbrio entre sua independência e sua ligação

com a economia da região, e na medida em que a região mais necessitava dele. Por outro lado, no que toca às cidades, houve todo um momento da vida brasileira em que elas dependeram, para sua manutenção, das sobras da produção dos roceiros, e não podiam dispensá-las (QUEIROZ, 1973: 131).

**Foto nº 44: estabelecimentos comerciais no centro de Parelheiros – meados do século XX**

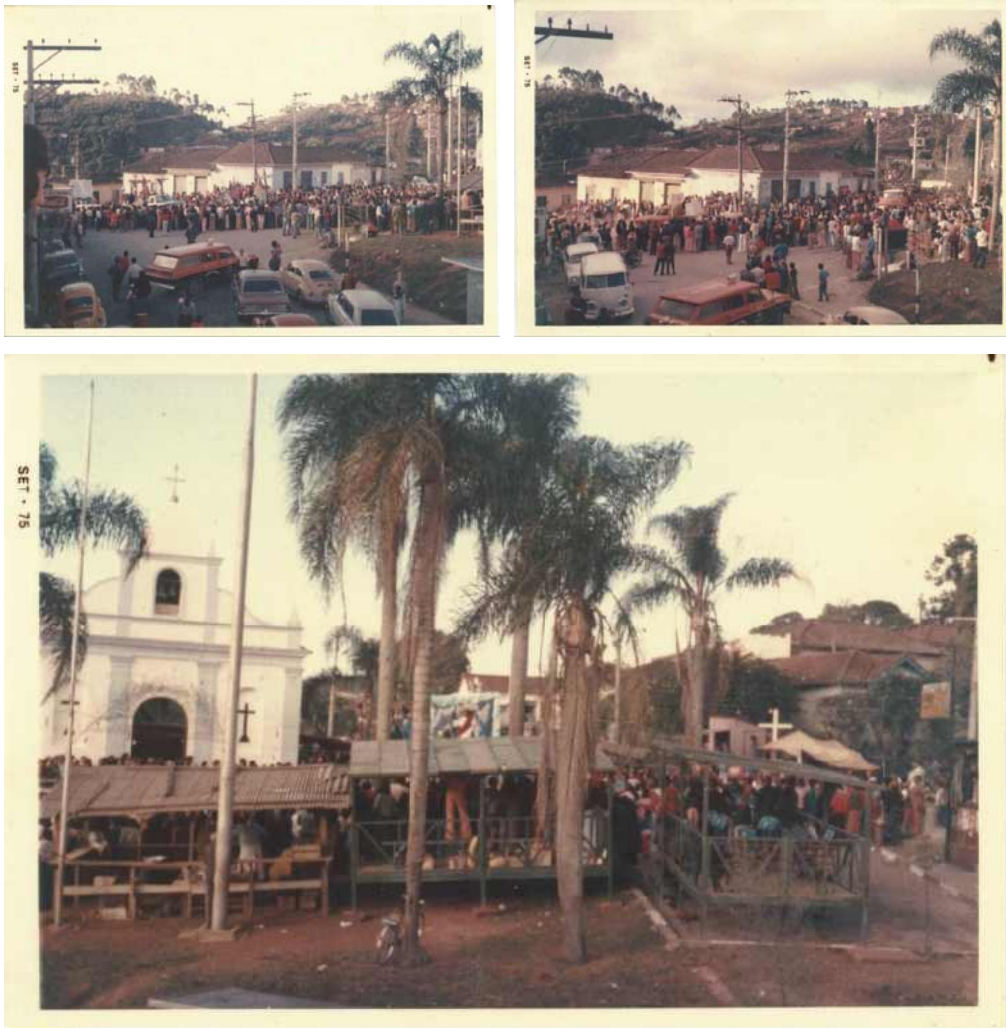


Bar do Quati e Farmácia Queiroz, no centro de Parelheiros, em meados do século XX. Notar que o homem à esquerda da foto está trajado tipicamente como um caipira, enquanto à frente da Farmácia Queiroz, temos um senhor de terno. Na rua, uma criança muito nova brinca à vontade. Pelo padrão das construções, podemos notar que, mesmo nessa época, Parelheiros encerrava um centro caipira ligado fundamentalmente ao abastecimento de mercadorias urgentes aos moradores de sua vasta zona rural. Fonte: endereço eletrônico <http://parelheiros.net/hissoc.html>. Última consulta em 25/08/2008, por Giancarlo Livman Frabetti).

“Num meio rural como o nosso, os laços econômicos constituíram os vínculos que integraram os caipiras na vida regional, e compuseram então também a maior força de oposição ao isolamento e à marginalização” (QUEIROZ, 1973: 130-1). Nas “frestas” dessa malha ainda pouco densa, a vida comunitária passava a se ver diante dessa dupla realidade: de um lado, nos núcleos caipiras, as praças e o encontro, de outro lado, na cidade, o mercado e a modernidade. Chegamos à constatação, portanto, da existência de dois tipos de cidade: “a cidade independente de sua zona rural, cujo desenvolvimento ligado à indústria a torna estranha à vida no campo; e a cidade cuja finalidade

principal é servir e organizar a zona rural, como seu centro político-administrativo” (QUEIROZ, 1978: 128). Sobre a importância no sentido de congregação da comunidade, ver Fotos nºs 45, 46 e 47, as quais obs, ainda na década de 1970, as procissões à igreja da Santa Cruz de Parelheiros

**Fotos nºs 45, 46 e 47: procissão no centro de Parelheiros na década de 1970**



Podemos notar a grande quantidade de fiéis que dirigiram-se à capela de Nossa Senhora do Rosário para participar da Romaria, já na década de 1970 (período em que esta área começaria a ver elevar-se seu crescimento demográfico). Entendemos, portanto, que a congregação de habitantes dos pequenos núcleos urbanos e das áreas rurais de então continuavam, até muito recentemente, reunindo-se em torno de tradições religiosas que organizavam o tempo de vida, de celebração e de festa, além do próprio calendário de trabalho (Fonte: endereço eletrônico <http://parelheiros.net/hissoc.html> ). Última consulta em 25/08/2008, por Giancarlo Livman Frabetti)

Feitas nossas observações sobre o modo de vida caipira e sua influência na construção de uma rede de núcleos que congregavam a comunidade e faziam a mediação com os mercados urbanos, entendemos que nada disso condiz, portanto, com a idéia de que o caipira vivia em isolamento. “A maioria dos autores que estudaram o problema da civilização caipira e dos bairros rurais, partiu da consideração que o sitiante tradicional, isolado em seu grupo de vizinhança, permanecia afastado da economia regional e do contato com a cidade”. Queiroz mostra que no sertão de Itapeçerica, “(...) tal isolamento não exprimia a realidade. Os sítiantes tradicionais como os modernos, estavam em constante circulação dentro de uma região, solicitados a sair de seus sítios ora pelas atividades econômicas, ora pelas práticas religiosas, mas servindo-se de todos os pretextos para não ficarem isolados dentro de seus grupos de vizinhança” (QUEIROZ, 1973: 128).

Atravessando essa sociabilidade centralizada no núcleo do bairro rural, iniciou-se a divisão do trabalho entre a cidade e seu entorno, a partir das transformações na metrópole que então nascia: a Capital passou a não somente administrar, mas a integrar economicamente seus arredores, estendendo o tecido urbano, aproveitando-se, para isso, da própria estrutura formada pelos núcleos e estradas criados a partir dos laços comunitários nos bairros caipiras. Como veremos adiante, a suburbanização do entorno de São Paulo inicia-se em torno dos antigos núcleos caipiras, os quais guardam até os tempos atuais a função de centralidade, funcionando como indutores de futuras aglomerações urbanas, como foi o caso do próprio centro de Parelheiros e do bairro do Cipó.

Finalmente, além da vida de bairro, demonstraremos que a família camponesa, em sua já mencionada característica de reproduzir a ordem moral da comunidade, constitui outro vínculo contraditório de relação do campo com a cidade. Isso se deve ao fato de que o parcelamento da terra por meio da herança foi, entre os caipiras descendentes de imigrantes, fundamental para a suburbanização do Sertão de Santo Amaro, que se seguiu à primeira divisão do trabalho entre campo e cidade. Para tratar dessa contradição, vejamos como as trocas matrimoniais e o mecanismo de herança entre as famílias dessa área de

estudo, em um contexto de transformação da terra em mercadoria, foi o ponto de partida para a fragmentação da estrutura fundiária.

De uma perspectiva crítica em relação ao economicismo nos estudos rurais, WOORTMANN (1995) entende que mesmo as teorias clássicas “não levam a dimensão do parentesco como princípio organizatório e como elemento central de reprodução social do campesinato” (WOORTMANN, 1995: 29). A questão é, portanto, compreender esta organização social camponesa (de que fazem parte as relações de parentesco, entre outras relações sociais) não como resquício incompatível com o capitalismo, como algo de fora do capitalismo, mas enquanto sociabilidade que, pelo controle da terra, segundo regras sociais próprias, representa um obstáculo ao capital, contraditoriamente superado quando se dá a sujeição da renda da terra ao capital, mecanismo de controle do capital sobre o trabalho que nela se dá. Diante dessa contradição, pergunta-se: como a *produção social da família* torna-se um *componente interno ao processo social hegemônico*?

O depoimento de d. Maria de Lourdes Schunck nos mostra como passaram a ser repartidas as terras no Sertão de Santo Amaro, conforme ocorriam os casamentos e a formação de novas famílias. Trata-se de um fenômeno interno à lógica estrutural das sociedades camponesas, mas que entra como mediação no processo de valorização das terras do sertão santamarense, na medida em que novas famílias significam novas roças, mais infra-estrutura (moradias, galpões), novos estabelecimentos comerciais.

**Pesquisador (P):** (...) a senhora nasceu aqui mesmo, onde que foi o nascimento da senhora?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Aqui na igreja, aqui em baixo, na São João Batista, aqui tinha a casona do meu pai, aí.

P: Existe ainda?

Neta de d. Maria (N): Há uns dois anos atrás compraram o que tinha ali e desmancharam a casa, até pouco tempo existia. (...) Eu tenho um tio, um dos irmão da minha mãe que morô lá, ele tem foto da casa, era casa de madeira (...).

P: Aí a senhora nasceu naquela casa e se criou lá então?

ML: Se criei lá, depois que a gente se casou e foi morar mais prá... [aponta com a mão, dando a entender que, no início da



vida de casada, ela foi morar em terras incultas do sogro, onde predominava a mata].

N: Prá “dentro”.

ML: Aí meu de lá meu pai fez a doação aqui e eu voltei aqui outra vez.

P: A senhora foi no sítio mais prá dentro lá, foi por qual motivo?

ML: A gente se casou lá, com home de lá, então fumo prá lá. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A história do casamento de d. Maria de Lourdes é um bom exemplo de como ocorriam concomitantemente, de um lado, a maior distribuição territorial de população devido ao desenvolvimento das relações de parentesco caipiras e, de outro, a suburbanização do Sertão de Santo Amaro:

**Pesquisador (P):** Qual foi a história do casamento da senhora?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Do meu casamento? Foi assim, simples, né? Namora, casa e muda, pega as troxa e ir lá pro matão.

P: Mas onde que a senhora conheceu o seu marido?

ML: Ele vinha por aqui, né? Passava aqui, era daqui também, ele. (...) Aí a gente começou, né...

P: Onde foi que a senhora casou?

ML: Na Igreja do Cipó, ano 50, na Igreja do Cipó. No civil, no cartório de Parelheiro.

P: E quando foi que a senhora veio prá cá então?

ML: Depois que a gente casou, que a gente morava ali perto da igreja, aí nós fomo no sítio do Henrique, pai dele(...). Daí, meu sogro inventou de vendê lá, aí meu pai doou aqui, nós vortemo prá aqui.

P: Seu sogro vendeu pra quem lá?

ML: Vendeu pra pessoa de fora, loteou lá, lá tem bastante gente lá agora.

Filha de d. Maria (F): Dr. Pedro Maia

P: Que bairro que é lá agora?

Neta de d. Maria (N): Eucalipto mesmo, que aqui a região toda, eles falam que é Jardim dos Eucalipto (...).

P: E o pessoal trabalha com agricultura lá também, ou não?

N: Lá onde minha vó morava, venderam e tudo assim cheio de mato, num tem mais né vó? Lá no Pedro Maia, a pessoa que morava lá vendeu e ele tá meio abandonado. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre a partilha das terras da antiga colônia, conta-nos o sr. Marinho, pesquisador da história de sua família e da imigração alemã em Santo Amaro,

que era a tradição entre os descendentes de colonos imigrantes fazer a partilha igualitária das terras dadas de herança:

**Pesquisador:** Como era a questão da herança entre as famílias dos imigrantes, quer dizer... as primeiras que chegaram acho que eles tinham quantidades de terras bastante grandes, porque se você pega uma região desse tamanho e divide... como foram divididos?

**Sr. Marinho:** O primeiro mapa eu tenho até uma cópia aqui, posso até mostrar pra você depois, eram 8 milhões de metro quadrado, que eu tenho conhecimento. Aí a divisão das terras, era normal, como se é hoje, dentro da lei é lógico, eles gostavam muito que as coisas fossem feitas dessa maneira. E um dos costumes que eu tenho conhecimento é que sempre a casa, a sede, ficava com o caçula, o resto era dividido em comum acordo com os filhos, mais ou menos que igual. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

As antigas propriedades dos caipiras foram, ao longo dos últimos 100 anos, divididas em lotes menores. Os herdeiros desses lotes puderam posteriormente optar entre vender sua propriedade ou continuar detendo os direitos sobre ela. Àqueles que a mantiveram, surgiu a oportunidade de arrendar terras para outros agricultores ou explorar o trabalho de meeiros, principalmente em tempos de expansão da atividade agrícola no Sertão de Santo Amaro. “Os baixos valores das terras e as condições precárias de moradia são uma constante nos processos de inventário para as regiões compreendidas no Planalto Paulista” (SIRIANI, 2003: 85), indicando um modo de vida muito próximo ao do caboclo.

(...) as populações luso-brasileiras que descendem dos habitantes do ‘cinturão caipira’ que envolvia no passado a cidade de São Paulo, participaram de maneira fundamental somente como fornecedoras de terras, vendendo-as ou arrendando-as e, antes de mais nada, como aquela parte da população que compôs até hoje o excedente da mão-de-obra (SEABRA, 1971: 215).

Outros, pela influência do sucesso obtido já de início pelos próprios japoneses, passaram também a dedicar-se à horticultura comercial. Segundo

QUEIROZ (1979), em estudo sobre o Sertão de Itapeçerica da Serra, com a diminuição das áreas onde ainda era possível se cultivar (decorrente do aumento constante da população e do parcelamento das propriedades em lotes dados como herança), a terra passava a ser cada vez menos suficiente para a sobrevivência das famílias caipiras. Surge, então a pergunta: o que desfaz o bairro rural é a passagem da economia do excedente para a economia de mercado?

O estudo de QUEIROZ (1979) aponta que, de fato, a decadência das “comunidades rurais de economia familiar do chamado Sertão de Itapeçerica da Serra” tem estreita relação com as “alterações ocorridas nas relações entre elas e a cidade de São Paulo no decorrer do século atual” (SEABRA, 1971: 8). Ao início do século XX, com o crescimento cada vez mais acelerado da metrópole, a grande região caipira que circundava a Capital passou a ser diretamente influenciada pela lógica do capital imobiliário que atua no processo de urbanização, produzindo o espraiamento do aglomerado:

*O cinturão caipira, inclusive seus sertões, tornou-se rápido área pioneira do espaço urbano paulistano. Rapidamente, muitas de suas áreas perderam também esse caráter, urbanizando-se por inteiro. Na condição de área pioneira, tornou-se um cinturão de especulação imobiliária, o loteamento sendo seu principal negócio (PETRONE, 1964: 378).*

O depoimento seguinte ilustra a fragmentação da estrutura fundiária:

**Pesquisador (P):** Quando foi que o senhor comprou esta terra?

**Sr. Hermenegildo Hessel: (H)** Foi em 1970.

P: E quem era o antigo proprietário?

H: Era o vizinho aqui de baixo.

P: E qual é o nome dele?

H: Ele é falecido, já. Agenor Schunck.

P: No caso, o senhor sabe se ele tinha herdado essa terra?

H: Essa terra é herança, do pai dele.

P: O senhor sabe quais eram as terras que eram dele?

H: Ele teve muitos filhos... vinte filhos. Cada herdeiro ficou com oitenta, noventa alqueires. Venderam tudo.

P: Eles tinha terras aonde?

H: Lá perto do Cipó. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ou seja, o empobrecimento dos solos, mais o aparecimento do mercado de terras (influenciado pelo crescimento da cidade de São Paulo), determinaram um processo (incompleto) de desintegração dos bairros. A venda de terras aparece como oportunidade de ganhar dinheiro numa região onde ninguém queria comprar força-de-trabalho, a não ser para a realização de atividades brutais como a extração de lenha ou a fabricação de carvão.

**Parte II:**  
**Industrialização de São Paulo e  
especialização da agricultura nos  
subúrbios**

## **Capítulo 4: A metamorfose da riqueza no caso brasileiro, a formação dos mercados urbanos de São Paulo e a suburbanização do meio rural de Santo Amaro**

### **4.1. A transformação da terra em mercadoria e a economia agrária como instrumento de produção do capital na urbanização de São Paulo**

Para iniciarmos este capítulo, vejamos como se deu, no Estado de São Paulo, a relação entre a expansão da lavoura cafeeira no campo com a urbanização de sua Capital. No interior de São Paulo, a partir do último quartel do século XIX, começa a ocorrer a formação de fazendas cafeeiras, ou seja, a expansão da chamada frente pioneira, estudada por MONBEIG (1984). Buscaremos, a seguir, apoiar-nos em autores para os quais esse processo de expansão da grande lavoura cafeeira em todo o interior de São Paulo representou a acumulação primitiva do capital ocorrendo simultaneamente à sua fase de reprodução ampliada. Isso quer dizer: a produção do café (por meio de relações não especificamente capitalistas de trabalho) e a contínua formação de novos cafezais eram sem dúvida negócios lucrativos para os fazendeiros; contudo, a concentração da riqueza gerada nesse processo ocorreu fundamentalmente nas mãos do capital comercial e financeiro sediado na Capital, inclusive transferindo-se, em boa parte, para o exterior do país. Esse desenvolvimento das forças produtivas no campo não poderia se processar sem que, contraditoriamente, houvesse essa centralidade, agora não mais com a função de domínio político-religioso sobre um território circundante, mas, sobretudo, encarregada da administração da economia cafeeira processada no interior do Estado e de sua relação com o mercado externo. Ocorrerá, assim, um movimento de drenagem da renda capitalizada da terra para a produção do

espaço urbano em São Paulo, verificado com a chegada da rede ferroviária da qual a cidade era o principal entroncamento, com a instalação das primeiras indústrias de bens de consumo não-duráveis e dos seus bairros operários, com a construção do casario dos barões do café e a abertura de novas ruas e avenidas, com o começo da produção e da distribuição de energia elétrica.

SUZUKI (2004) expõe, no contexto histórico de constituição da propriedade privada da terra no Brasil (que acarretava transformações nas relações de propriedade e trabalho), como se dá o crescimento e ordenamento da cidade de São Paulo. O autor parte da escravidão como fundamento de reprodução das relações sociais mais determinantes para a propriedade privada da terra como o cerne explicativo dessa reprodução, progressivamente mais industrial e urbana, atuando na formação e crescimento de São Paulo, novo centro nacional da riqueza. Processo, este, incendiado com a crise do trabalho cativo no Brasil e com a promulgação da Lei de Terras. Para dar conta dessa transição, o caso do desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo é emblemático, como veremos a seguir.

O surgimento da cafeicultura em São Paulo, a partir do vale do Paraíba, no início do século XIX, se dá com base fundamentalmente no trabalho escravo e no grande latifúndio monocultor, produzindo uma mercadoria voltada à exportação, tornando-se rapidamente uma atividade que se destaca por gerar um impulso econômico até então desconhecido em terras paulistas. Todavia, MONBEIG (1984) chama a atenção para o fato de que a agricultura não era a única fonte de recursos dos fazendeiros. “Não era raro que eles completassem pelos negócios ou pelo arrendamento de certas taxas (por exemplo, os direitos, muito lucrativos, sobre o uso de estradas que levavam aos portos de embarque de café)”. Em outro exemplo, ele cita o Visconde do Rio Preto, que “começara importando gado de Minas para o Rio de Janeiro” (MONBEIG, 1984: 96). Já a fortuna dos Carneiro Leão provinha de uma pequena empresa de grande negócio transatlântico, no Rio de Janeiro, em 1748.

Outras fortunas tinham resultado do comércio de mulas, nas feiras de Sorocaba, ou então de escravos, entre os estados do

Norte e do Sul. Eram solidários comércio e agricultura de exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocracia do dinheiro, que os imperadores Pedro I e Pedro II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa da vida política brasileira (MONBEIG, 1984: 96).

Segundo MONBEIG (1984), o movimento de expansão da cafeicultura não foi brusco nem brutal. “Foi o simples prosseguimento de uma progressão que, principiada na região montanhosa do Estado do Rio de Janeiro, continuara pelo chamado ‘Norte’, o vale do Paraíba, e tinha ganho a região de Campinas”. As plantações, nesta última área, então conhecida como o Oeste de São Paulo, “eliminaram lenta porém seguramente a agricultura tradicional e a cana-de-açúcar” (MONBEIG, 1984: 95). Ou seja, as antigas formas de ocupação da terra seriam suplantadas pelo movimento de formação das fazendas de café. É um dado fundamental para a compreensão da expansão da lavoura cafeeira a idéia de passagem de um período em que predomina o domínio relativo da terra para outro momento em que ocorre a absolutização da propriedade da terra:

O sistema colonial [das sesmarias] perdurou no Brasil até 17 de Julho de 1822, quando da Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva, que pôs termo a esse regime de apropriação de terras. (...) A partir daí a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se essa situação até a promulgação da Lei de Terras (...) que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime de posses, e instituiu a compra como única forma de obtenção da terra (ABREU, 1997: 228-9).

Este autor coloca a Lei de Terras (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850) como marco da passagem do predomínio do domínio relativo da terra no Brasil para a absolutização da propriedade privada. Diz ainda o autor que “as formas jurídicas, não materiais, que presidiram o processo de apropriação territorial no Brasil colonial, fazem valer seus efeitos até hoje” (ABREU, 1997: 240). Podemos, assim, dizer que, com o fim do regime de concessões e a mercantilização da terra, abre-se caminho para que a propriedade fundiária tenha, além do seu valor de uso, um valor de troca, pelo qual este bem pode ser abstratamente equiparado a qualquer outra mercadoria existente, entrando



inclusive no circuito financeiro. Vale a pena frisar que, ao efetivar-se o monopólio da terra nas mãos dos proprietários privados, impedia-se o acesso à terra ao trabalhador sem recursos. Especificamente a respeito dos conflitos pela apropriação fundiária na área de estudo dessa pesquisa, afirma-se que “a Lei de Terras de 1851 é vista pela maioria dos autores como sendo prejudicial ao imigrante de pouco poder aquisitivo, pois terminou com a concessão de terras e dificultou o acesso à mesma para pessoas de poucas posses” (RIBEIRO, 2002: 103). Generalizando essa situação, temos enfim, que, em função da maneira como foi implementado esse dispositivo legal no Brasil:

(...) as terras não estavam à disposição de todos, pois além de documentos falsificados com registros em cartórios oficiais (a partir da Constituição da República) cujos escrivãos e notários haviam sido subornados, o antigo escravo e o imigrante não tinham dinheiro, condição legal mínima para aquisição de terra, após 1950, com a promulgação da mencionada Lei de Terras (SUZUKI, 2007: 137).

“São Paulo, cujas culturas de cana jamais tinham sido comparáveis às de Pernambuco ou da Bahia, possuía estoque servil muito limitado” (MONBEIG, 1984: 101). Com base nos dados do recenseamento de 1872, Monbeig mostra que a “população de escravos era mais elevada nos velhos centros cafeeiros”, como Bananal, Barreiros e Areias. “Nos centros de cultura de cana-de-açúcar, a porcentagem não ia além de 32%, como em Itu, ou 20% como em Porto Feliz” (MONBEIG, 1984: 101-102). Nas novas áreas produtoras de café a esta época, como Araras e Atibaia, a proporção de negros era ainda menor.

“Todavia, a política antiescravista se precisava; restringia-se cada vez mais o comércio de negros e o problema da mão-de-obra começava a preocupar os fazendeiros” (MONBEIG, 1984: 100). No caso de São Paulo, é imprescindível mencionar que a expansão da cafeicultura tinha, com base na Lei de Terras, encontrado condições para a elevação do preço das terras mais antigas e pretexto para a formação de novos cafezais, o que, em si, constituía um negócio para os fazendeiros (MARTINS, 1981). Ou seja, a transição da renda capitalizada escravista para a renda capitalizada em imóveis em São Paulo está

relacionada à crise do cativo no Brasil, uma vez que foi no movimento de expansão da lavoura cafeeira que a riqueza dos fazendeiros deixou de ser medida pela quantidade de escravos e foi transferida para a magnitude do latifúndio cafeeiro. Quanto à instituição da Lei de Terras, é ainda conveniente lembrar:

Esse procedimento legal que não exclui outras formas de aquisição, como a permanência da concessão de datas de terra ou posse estava em consonância com a transformação das relações de trabalho presentes na época, pois já havia influência inglesa para que a renda capitalizada no escravo fosse liberada para penetrar no circuito da produção, bem como no da renda capitalizada em imóveis urbanos (SUZUKI, 2007: 137).

Ou seja, a mediação do mercado restringindo o acesso à terra “está relacionada com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre” (SUZUKI, 2007: 137). Reafirmamos, aqui, a importância das leis abolicionistas e da Lei de Terras nesse processo. O trabalho escravo começa a entrar em crise com a Lei Eusébio de Queiroz, atingindo o seu auge em 1888, com a promulgação da Lei Áurea. Com o fim da escravidão, o principal bem de entesouramento deixou de ser o trabalhador cativo para incorporar-se na terra. O lento processo de abolição da escravidão no Brasil, segundo MARTINS (1981), requereu o “aprisionamento” da terra como mercadoria pelo capital. Foi uma manobra imprescindível para que o capital pudesse deixar de subordinar diretamente a pessoa mesma do trabalhador, no caso o negro cativo, e passasse a subordinar apenas o trabalho que se dava na terra. Importava, nesse contexto, tanto a garantia de monopólio de classe sobre a terra quanto a garantia de oferta de força-de-trabalho à lavoura cafeeira.

A partir de então, tem maior impulso a imigração europeia para substituir os escravos na lavoura do café. Trata-se de um novo momento da política imigratória no Brasil: com o país às vésperas da Proclamação da República, o trabalhador estrangeiro passa a ser massivamente convocado para movimentar a máquina agrária da economia paulista exportadora. “A implantação da estratégia de suprir a grande lavoura com o braço imigrante implicava numa

requalificação do discurso sobre o lugar do europeu branco na sociedade: ao invés de pequeno produtor independente, braço para a grande lavoura” (...), ou seja, ocorre uma mudança da imigração colonizadora à imigração-trabalho (VAINER, 2000: 18). Todavia, não como trabalhador assalariado, mas dentro de uma relação de trabalho específica, o colonato (nem feudal, nem capitalista, como descreve MARTINS, 1981).

O ponto de partida de MARTINS (1981) é a crítica ao procedimento classificatório, o qual descarta a reconstituição de relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho; sua proposta é retomar a diversidade de mediações e determinações das relações sociais de produção. Eis sua pergunta: *quais as formas mediadoras da reprodução do capital no Brasil?* Para responder esta questão, MARTINS (1981) toma o movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo, fazendo uma ressalva: escravo e trabalhador livre estão, ambos, divorciados dos meios de produção. Porém, o trabalho livre se baseia na separação do trabalhador mesmo de sua força-de-trabalho (já que o colono não era mercadoria, propriedade do senhor, uma fonte de renda em si; apenas sua força-de-trabalho era posta para criar a riqueza, da qual o senhor se apropriaria). Portanto, *na força-de-trabalho* se fundava a sujeição do trabalho do colono (trabalhador livre, e não uma espécie de assalariado disfarçado) ao capital, personificado no proprietário de terra.

O trabalhador livre, juridicamente igual ao seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção que não a força física e a permissividade da Lei para ceder sua capacidade de trabalho. José de Souza Martins faz, então, um discurso para além da atividade produtiva, chegando na ideologia do trabalho, que mantém o trabalhador livre na terra que não é dele. Mas era por meio dessa condição que o colono almejava comprar seu pedaço de terra com o dinheiro que ganharia ao final de um longo período de trabalho para o fazendeiro; período no qual ele realizava um outro montante de trabalho não pago produzindo diretamente seus meios de vida, cultivando a terra. Mas o sonho de comprar uma pequena propriedade familiar encerrava uma situação que seria

dificultada, pois, nesse contexto histórico, além da aplicação de mecanismos de superexploração do trabalho como a “caderneta”, a *própria terra se tornava “cativa”*, ou seja, passava a ter um preço não acessível ao pequeno lavrador, devido ao fato de ter sido ela mesma convertida em mercadoria, novamente uma mercadoria peculiar porque não é ela mesma produto, mas tem potencial para que nela se produza (MARTINS, 1981).

Como mercadoria e bem pessoal de que se pode auferir renda, e no qual se pode investir dinheiro, a terra tornou-se *reserva de valor e de patrimônio*, fato derivado do processo histórico que levou o Brasil a ter sido contemplado com uma das estruturas fundiárias mais concentradoras e injustas do mundo. *A terra passaria, enfim, a ser o principal instrumento de produção do capital no Brasil.*

“Os plantadores das regiões novas foram naturalmente os primeiros a tomar a iniciativa de recorrer aos trabalhadores livres” (MONBEIG, 1984: 103). O apoio dos poderes públicos foi decisivo para essa a efetivação da imigração estrangeira para trabalhar nas lavouras de café.

O governo imperial concordara em adiantar somas destinadas ao pagamento dos gastos de viagem dos imigrantes (...). Devia o Senador Vergueiro [fazendeiro], por sua parte, cobrar dos colonos o reembolso progressivo das despesas da viagem que ele a seguir transferia ao governo. De ora em diante, o apoio oficial à imigração consistiu principalmente em facilidades concedidas à travessia (MONBEIG, 1984: 103).

Essa política de subsídio do governo imperial à imigração estrangeira coincidiu com o momento exato em que a marcha pioneira tomava impulso, nos planaltos ocidentais. Monbeig também menciona que alguns fazendeiros participaram diretamente da organização da imigração. “Os mesmos homens que se agrupavam para fundar companhias de estradas de ferro associavam-se para recrutar seus operários imigrantes” (MONBEIG, 1984: 103). Comparando-se os novos fazendeiros aos primeiros cafeicultores:

nem todos os fazendeiros partilhavam dessa prosperidade, nem dessa maneira de pensar. Mais de um, nas regiões montanhosas entre Rio e São Paulo, ou no interior de São

Paulo, compraziam-se em não comprar nada, a não ser o 'sal e a pólvora': seus domínios lhes forneciam não somente o restante, mas também um excedente exportável. Eram tais homens firmemente aferrados às tradições de uma vida frugal, sem brilho, mas também sem misérias; como a que tinham vivido os paulistas desde o declínio das bandeiras até o advento do café (MONBEIG, 1984: 97).

Entre os anos de 1860-1880, em que toma impulso a macha do café em direção ao oeste de São Paulo e norte do Paraná, “os capitalistas europeus começaram a interessar-se pelo Brasil. Viu-se que a construção da linha Santos-Jundiaí, chave de toda a economia paulista, tinha sido a obra de uma sociedade inglesa”. A Inglaterra, desde meados do século XIX, começara sua política de pressão pelo fim da escravidão no Brasil. “Em 1852, elevara-se a parte da Inglaterra nos empréstimos públicos brasileiros a dois milhões de libras, ao passo que entre essa data e o fim da Monarquia (1889), tal participação atingiu 60 milhões de libras” (MONBEIG, 1984: 104).

O desenvolvimento da fazenda cafeeira em Campinas e mesmo adiante, passou a criar uma dificuldade: era necessário expandir a malha ferroviária (ver Figura 1), além de que o Porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente.

Isso se vê na participação dos fazendeiros em sociedades ferroviárias, ao redor de 1870. Tornava-se urgente a construção de estradas de ferro. À medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente. (...) Era necessário, portanto, uma ferrovia que unisse Santos a Jundiaí, além dos últimos escarpamentos. (...) A construção dessa via férrea foi confiada a uma sociedade inglesa, que inaugurou o tráfego em 1867, quando já cabia projetar em prolongar a linha (MONBEIG, 1984: 98).

Dessa última obra encarregaram-se os fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. “Obtiveram eles que os ingleses renunciassem ao privilégio que anteriormente lhes havia outorgado para estender sua linha até Rio Claro”. Formou-se, então, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em fins de 1868. “654 acionistas haviam subscrito as 25.000 ações de 200\$000

cada uma, perfazendo um capital de 5.000 contos de réis. A maior parte eram fazendeiros, muitos dos quais pertenceram à recente nobreza imperial” (MONBEIG, 1984: 98). A partir de 1875, “escalaram fazendeiros e cafeeiros o escarpamento de basaltos e arenintos, indo instalar-se nas manchas de terra roxa dos planaltos” (MONBEIG, 1984: 95).

Não seria mais satisfatória a explicação que considerasse apenas a fertilidade da terra roxa: para o aproveitamento dessa fertilidade, seria preciso que houvesse interesse em fazê-lo e capacidade de o fazer. Teria ficado intacta a floresta dos planaltos ocidentais, se os plantadores não dispusessem de mão-de-obra, nem de meios de transporte: não se haveriam estendido as culturas de café por imensas superfícies se não tivesse sido possível cuidar de uma produção bem mais considerável que as que haviam sido até então obtidas. Não teria sido empreendida tamanha tarefa, sem a disponibilidade de capitais para seu financiamento (MONBEIG, 1984: 97-6).

**Figura 1: Carta das linhas férreas na província de São Paulo em 1878**



Carta das Estradas de Ferro da Província de São Paulo, publicada originalmente no Indicador de São Paulo para 1878 e reproduzido no Livro Lembranças do Trem de Ferro, de Pietro Maria Bardi. Notar que a Cidade de São Paulo é o último entroncamento da malha ferroviária antes da descida da serra em direção ao porto de Santos. Fonte: endereço eletrônico: [http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/imagensht/14mapa.gif&imgrefurl=http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos14\\_janeiro2004.htm&h=438&w=700&sz=31&hl=ptBR&start=1&um=1&tbnid=K6lBrmZ7gJyN4M:&tbnh=88&tbnw=140&prev=/images%3Fq%3Destrada%2Bde%2Bferro%2BAND%2Bs%25C3%25A3o%2Bpaulo%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/imagensht/14mapa.gif&imgrefurl=http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos14_janeiro2004.htm&h=438&w=700&sz=31&hl=ptBR&start=1&um=1&tbnid=K6lBrmZ7gJyN4M:&tbnh=88&tbnw=140&prev=/images%3Fq%3Destrada%2Bde%2Bferro%2BAND%2Bs%25C3%25A3o%2Bpaulo%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR). Última consulta em 01/07/2008.

Alguns fazendeiros, por meio das relações de negócio, estavam em contato com o mundo europeu; estavam, pois, “a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, da França, da Itália e da Alemanha”. Inspiravam-se em idéias e nos progressos da rede ferroviária e da indústria européia. Imitar esses exemplos, “associando-se aos europeus que vinham para o Brasil, impunha-se a esses proprietários-negociantes, ao mesmo tempo como dever nacional e como excelente ocasião de consolidar suas fortunas” (MONBEIG, 1984: 96-7).

Vale a pena frisar que os fazendeiros tinham interesses opostos aos do capital comercial. Principalmente nos períodos de crise de superprodução ficava mais evidente o poderio das casas estrangeiras exportadoras:

(...) enquanto os produtores recebiam o valor de sua colheita em moeda nacional, os negociantes ganhavam o montante das suas exportações com base nos preços calculados em moeda estrangeira, portanto, como lucro de câmbio. (...) Além disso, eles podiam manobrar, seja nas compras aos fazendeiros, seja na expedição do café (MONBEIG, 1984: 109).

Na expansão do café para os planaltos do oeste paulista, período estudado por Monbeig, os comissários do café tinham um papel fundamental como intermediários, pois, além de receberem, misturarem e repassarem o café fornecido pelos fazendeiros, eles também repartiam a parte dos ganhos que cabia a cada produtor, de acordo com a quantidade e com a qualidade do seu café. Além disso, adiantavam somas aos fazendeiros, o que significa que o sistema de crédito era completamente atravessado pelas relações pessoais. Essa condição só seria modificada após a crise de 1900-1905, na qual acirraram-se os conflitos entre fazendeiros e comissionários. Em decorrência desse conflito, institui-se, em 1906, em São Paulo, a Companhia Paulista de Armazéns Gerais.

Seus entrepostos, construídos em São Paulo, Santos e nos principais centros cafeeiros do interior, acarretavam, sem a menor dúvida, sensível melhora nas condições do comércio. (...) As velhas práticas de crédito, baseadas em relações diretas e

afetivas, eram assim substituídas por uma organização sem dúvida mais eficaz, mas que acentuava a penetração dos interesses estrangeiros e cujos lucros escapavam à economia nacional (MONBEIG, 1984: 111).

Considerando as transformações na relação entre o meio agrário e a Cidade de São Paulo na passagem da renda capitalizada escravista para renda da terra, Júlio César Suzuki comenta: “a cidade de São Paulo transforma-se, determinada pela lógica mercantil do trabalho cativo e da terra” (SUZUKI, 2004: 135), passando a ser baseada na absolutização da propriedade da terra, no trabalho livre e no capital urbano-industrial. Já no que se refere ao Estado, temos que ao longo do século XIX, no Brasil, vai se estabelecendo a laicização da sociedade brasileira, que só vai se completar com a Proclamação da República, momento em que se pode dizer que o Estado, enfim, separa-se da Igreja (SUZUKI, 2007).

Esse é o período em que os aglomerados passam por um processo de resignificação e transformações materiais, superando uma dimensão, eminentemente, administrativo-religiosa para incorporar a centralidade das atividades econômicas, sobretudo por conta da expansão do comércio e o desenvolvimento da atividade fabril e bancária (SUZUKI, 2007: 137).

Enfim, a cidade de São Paulo passa a comportar a função de administrar a produção e o intercâmbio comercial da cafeicultura, atuando como entreposto de distribuição do produto, como pólo de sua cotação e como sede das agências financeiras. Isso conduz a um movimento de concentração de serviços e infraestrutura na Capital, bem como ao aproveitamento da condição de sua centralidade (especialmente no que se refere à malha ferroviária do Estado) para materializar as condições de reprodução ampliada do capital.

A cidade, *locus* privilegiado de localização das bolsas de valores, de concentração da atividade comercial, passa, então, a concentrar e materializar as condições gerais de produção e de consumo das atividades urbanas e agrárias. Em uma situação muito distinta da que encontrávamos quando havia quase que



completa autonomia das fazendas no que concerne à produção da riqueza (SUZUKI, 2007: 138).

QUEIROZ (1978), ao analisar o desenvolvimento do processo histórico brasileiro a partir da comparação entre o fato agrário e o fato industrial, afirma que, de modo contrário ao pressuposto de que a industrialização é o fundamental motor da urbanização, a urbanização, dependendo da conjuntura histórica, é um processo anterior e independente da industrialização. Atribui-se esta negligência ao fato de os cientistas sociais terem abandonado o estudo das “(...) relações que [as cidades] mantêm com o meio rural circundante, por um lado, e por outro lado com a sociedade global na qual estão implantadas” (QUEIROZ, 1978: 43). A única preocupação era, como já vimos anteriormente, a de compreender a dominação da cidade sobre o campo, de modo a se cair em uma antinomia sem retorno. Temos, porém, como é possível verificar no caso de São Paulo, que o próprio desenvolvimento urbano era dependente do meio rural, uma vez que a agricultura de exportação atuou na formação do capital, na concentração de mão-de-obra e na formação de um mercado para os bens de consumo, além do desenvolvimento da administração pública (QUEIROZ, 1978: 46). Assim, quanto à indústria que surgiria em São Paulo devido à sua condição central, “(...) a agricultura de exportação no Brasil agiu como um elemento que a fomentou; e quanto à urbanização, o papel incrementador da agricultura foi decisivo” (QUEIROZ, 1978: 47).

No contexto da terra transformada em mercadoria e do potencial produtivo de São Paulo com a emergência de suas primeiras indústrias de bens-de-consumo não duráveis e dos bairros operários, o parcelamento e revenda de terras, tanto no próprio aglomerado urbano de São Paulo, quanto nos seus arredores rurais, surgiu como negócio promissor, estabelecendo-se definitivamente o mercado fundiário:

A transição do trabalho escravo ao trabalho livre relaciona-se ao processo de absolutização da propriedade privada, a transformação da terra em mercadoria; cujos resultados são extremamente importantes na alteração da lógica de expansão urbana das aglomerações urbanas brasileiras, com o surgimento

de novos sujeitos sociais, particularmente o loteador (SUZUKI, 2007: 138).

Assim, na dinâmica da estrutura fundiária paulistana, sobretudo no final do século XIX, destaca-se a presença do loteamento, alterando a lógica de expansão das aglomerações urbanas, principalmente da Capital. Com a introdução da noção de lote, começa a predominar o traçado ortogonal das ruas, a geometrização do espaço (SUZUKI, 2004). Além disso, com o crescimento da produção industrial de bens de consumo não-duráveis e do surgimento de um proletariado na Cidade de São Paulo, o centro urbano deixa de ser uma obra do projeto colonial e passa a ser um pólo da produção de mercadorias, tendo, contudo, na terra sua principal fonte de entesouramento: “superando o conflito da divisão da riqueza socialmente produzida, os proprietários fundiários tendem a sobrepor a busca da renda pelo lucro, ao incorporarem atividades produtivas” (SUZUKI, 2004: 139).

São Paulo conhece, então, uma primeira fase do seu movimento de metropolização, refletida no crescimento demográfico da cidade ao início do século XX. O abastecimento dessa Cidade na qual, com a chegada dos colonos do interior do Estado, ampliaram-se os seus mercados, passando o abastecimento público a tornar-se assunto cada vez mais importante para as autoridades públicas. Tratemos, com mais minúcia, do início da regulação oficial dos pontos de abastecimento de gêneros alimentícios em São Paulo no próximo segmento.

#### **4.2. O desenvolvimento dos mercados internos em São Paulo: dos ambulantes ao Mercado Central**

OLIVEIRA (2004), nos dá uma importante indicação para a compreensão da relação campo-cidade, sobretudo ao examinar como o crescimento e a crescente complexidade das demandas centralizadas nos mercados metropolitanos de São Paulo provocaram transformações no entorno rural imediato à cidade. Para compreendermos esta questão, traça-se aqui,

primeiramente, um histórico do abastecimento metropolitano de alimentos e da formação dos monopólios ao passo em que se dá a instalação das primeiras indústrias de bens de consumo não-duráveis em São Paulo.

Destacavam-se, nos mercados centrais paulistanos, as atividades comerciais e financeiras ligadas ao café: “até o início do século XX, cerca de 75% de todo o café comercializado no mercado internacional passava por São Paulo, e era contabilizado e averiguado nos galpões da alfândega que ficavam na Zona Cerealista” (SANDLER, 2007: 18). O papel do centro de São Paulo como entreposto da agroexportação paulista vai se tornando mais marcante conforme as operações passam a ser modernizadas:

Em 26 de Outubro de 1917, um grupo de empresários paulistas, ligados à exportação, ao comércio e à agricultura, criaram a Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP). Ela foi a primeira bolsa de mercadorias no Brasil a introduzir operações a termo e foi alcançando, ao longo dos anos, importante tradição na negociação de contratos agropecuários, particularmente café, algodão e boi gordo (OLIVEIRA, 2004: 127).

Mas, além dessa função ligada ao mercado externo, a cidade de São Paulo passou a constituir, a partir do seu primeiro movimento de urbanização, um mercado consumidor de alimentos em constante expansão. O abastecimento desse mercado interno, no curso dessa transição, passou a ser um problema para as autoridades públicas. Tradicionalmente, o abastecimento do aglomerado urbano paulistano era realizado nas ruas da cidade, por imigrantes e caipiras que traziam, em carroças, as mercadorias agrícolas para serem vendidas. No começo do século XIX, surge a Rua das Casinhas (atual Rua do Tesouro), especializada na venda de alimentos, numa primeira tentativa da Prefeitura em organizar o abastecimento. A medida não inibiu, porém, o comércio de ambulantes, feito da maneira abaixo descrita desde o século XVI (SANDLER, 2007). Os ambulantes ficavam parados em quitandas com seus tabuleiros.

A Rua Álvares Penteados foi durante muito tempo chamada Rua da Quitanda, pois lá estava localizado um centro de comércio informal. A atual Rua da Quitanda é a antiga R. do Cotovelo ou

Beco da Cachaça, também ponto de comércio informal. As primeiras formações similares a uma feira livre foram no Largo da Misericórdia e no Largo de São Bento. Prefeitura tenta disciplinar o comércio, restringindo-o às praças S. Gonçalo, S. Bento, S. Francisco e do Carmo. Outra medida foi a expulsão dos chacareiros de diversos bairros centrais (por exemplo, do Brás). (SANDLER, 2007: 14).

SANDLER (2007) acrescenta observações a respeito da transição do rural para o urbano na paisagem da Várzea do Carmo, induzida pela instalação do primeiro grande prédio de armazenagem e comércio de alimentos de São Paulo, ou seja, do seu primeiro Mercado Municipal, em 1876: “A paisagem da várzea foi predominantemente rural até a instalação da São Paulo Railway, em 1867, quando começaram a se instalar as primeiras fábricas e bairros operários” (SANDLER, 2007: 18). Antes da construção desse entreposto, do norte da Vila (fazenda de Santana) vinham alimentos (pelo Tamanduateí). No Convento do Carmo eram plantados gêneros essenciais, enquanto da Várzea do Carmo provinha a pesca (os chamados “peixes de pobre”). Havia também agricultura e pomares ao redor. Com a canalização do Tamanduateí e o terraceamento de sua planície de inundação, instala-se o “porto seco”, de onde chegavam alimentos do interior. Enfim, com a chegada da ferrovia:

(...) o núcleo central da cidade vai perdendo suas características rurais e a prefeitura criou os primeiros mercados do município para atender às novas demandas de alimentação dos novos habitantes paulistanos: o operariado. O primeiro deles foi construído no ano de 1876, na esquina da R. General Carneiro com a r. 25 de Março, passando a ser um marco no comércio alimentício da cidade, pois ajudou a transformar o comércio de escambo em um comércio de compra e venda. Ao lado dele foi construído o mercado dos caipiras, um grande pavilhão onde os horticultores expunham seus produtos (SANDLER, 2007: 18).

Nesse último quartel do século XIX, havia, no centro da Cidade, 45 depósitos de bebida e alimentos, 15 casas de importação e 547 varejos. Mas, mesmo com tal expansão, o comércio de frutas e hortaliças por ambulantes continuava sendo comum (SANDLER, 2007). Com o crescimento da população urbana, as feiras populares também se espalharam, a exemplo da feira caipira

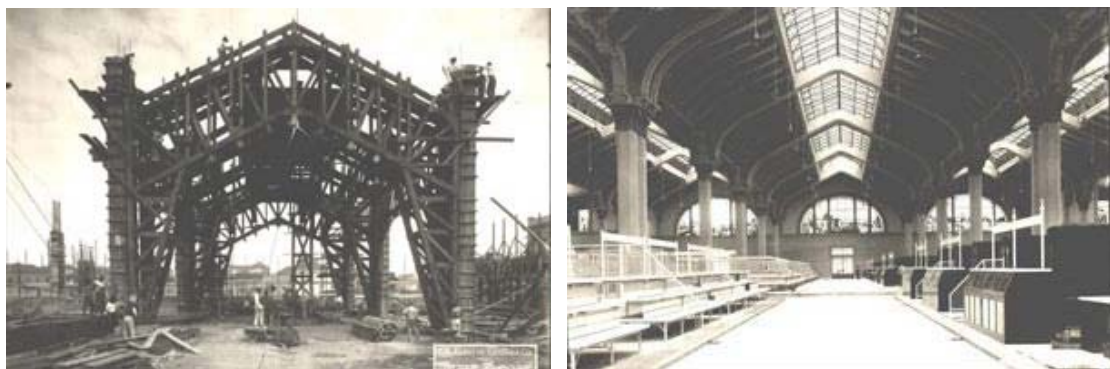
da Luz e da feira de Pilatos (com forte presença indígena) (SANDLER, 2007: 15), sendo que a primeira feira livre oficial em São Paulo viria a ser realizada em 1918 (OLIVEIRA, 2004).

Vale, ainda, mencionar que, nos núcleos urbanos dos arredores da cidade de São Paulo, a centralização do comércio de gêneros alimentares voltados ao mercado interno também se estabelecia. O Mercado dos Caipiras, nas imediações do largo de Pinheiros, desde 1910, “passou a comercializar gado vivo, batata, feijão e outros mantimentos. Mais tarde, surgiram o Mercado Municipal de Pinheiros e a Cooperativa Agrícola de Cotia” (JEHA, 2002: 36). Havia também, na então vila de Santo Amaro, um Mercado Municipal.

Com a chegada dos imigrantes a São Paulo, começam a surgir novos gêneros alimentícios. A Zona Cerealista se especializa em batata, cebola e alho, e depois, arroz e feijão. A respeito da influência dos imigrantes, tanto europeus quanto, mais tarde, asiáticos, no padrão alimentar de São Paulo, destaca-se:

(...) foram acrescentados ao cardápio diário o pão, o macarrão e a batata, aumentando também o consumo do arroz, que se tornou indispensável à vida das populações. Esses novos gêneros alimentícios dominaram a farinha de mandioca, que era o principal produto alimentar até então. A seguir, o presunto e os enchidos, como o chouriço e a salsicha, substituíram a carne seca, e começaram a aparecer hortaliças e frutas diversas na mesa (ANDO, 1961: 16).

#### **Fotos n<sup>os</sup> 48 e 49: edificação e espaço interior do Mercado da Cantareira**



À esquerda foto do Mercado em construção; à direita, o Mercado logo após sua conclusão.

Fonte: acervo FAU-USP

### Fotos n<sup>os</sup> 50 e 51: Mercado da Cantareira após a inauguração



À esquerda, foto do Mercado no dia da inauguração; à direita, visto do Rio Tamanduateí. Fonte: acervo FAU – USP.

A constituição dos primeiros monopólios foi, portanto, concomitante com a fase de emergência da economia industrial na cidade. Na medida em que a ferrovia passou a atrair as primeiras fábricas e, em torno delas, os bairros operários, o comércio de alimentos vai se concentrando em pontos estratégicos da cidade, bem como o controle do preço dos alimentos passa a ser regulado por um grupo restrito de especuladores. Em 1923, foi fundado o Centro de Comércio de São Paulo, originalmente o Centro de Comércio do Pari, “que deu origem à Bolsa de Cereais de São Paulo, igualmente instalada na zona cerealista da cidade, ou seja, na área do Mercado Central” (OLIVEIRA, 2004: 128).

Mas ainda faltava equipamentos e espaço nos mercados paulistanos; “por causa desse problema, em 1917 é projetado o Mercado Municipal atual, concluído em 1933” (SANDLER, 2007: 20). Ainda a respeito da necessidade de construção do novo entreposto central (ver Fotos n<sup>os</sup> 48, 49, 50 e 51, acima), temos que “(...) foi a partir de 1914 que se iniciaram os primeiros estudos para a centralização da comercialização desses alimentos em um grande mercado central” (OLIVEIRA, 2004: 127). Esse Mercado Central foi inaugurado em 1933<sup>1</sup>, constituindo finalmente o principal entreposto do município, localizado na área central da cidade e guardando até os dias de hoje algumas funções ligadas ao

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.mercadomunicipal.com.br/hist.htm>. Último acesso em 25/06/2007, por Giancarlo Livman Frabetti.

abastecimento metropolitano (SANDLER, 2007: 18). Ocorre o surgimento de bondes, ligando a Zona Cerealista (centro) aos subúrbios.

Contudo, os efeitos da urbanização de São Paulo já se faziam sentir sobre a capacidade dos entrepostos abastecedores poucas décadas depois: em meados do século XX, a área do entreposto central já viria a demonstrar sua insuficiência como centro abastecedor da metrópole. “No mês de janeiro o Entreposto Municipal da Cantareira ficou vários dias sem receber mercadoria, devido às freqüentes enchentes nesta época. A mercadoria que costumava entrar no Entreposto, nestes dias, foi recebida no Pacaembu” (GUIMARÃES, 1966: 09). Para se ter uma idéia do quanto é acelerada então, e somente desde então, a industrialização e a conseqüente *explosão-implosão da cidade* (o termo consta na obra de LEFEBVRE, 1969 e 2002), vale lembrar que “(...) apenas em 1948 a Prefeitura do Município de São Paulo determinou que cada bairro realizasse pelo menos uma feira livre por semana” (OLIVEIRA, 2004: 127-128) e “em 1953 foram abertos em São Paulo os primeiros supermercados no país, o Americano e o Sirva-se” (OLIVEIRA, 2004: 128).

#### **4.3. A suburbanização do Sertão de Santo Amaro conforme o processo de urbanização de São Paulo**

Analisando mais detidamente o caso do sertão santamarense, vimos ao longo do Capítulo I desta dissertação seu papel no abastecimento do mercado consumidor paulistano, não só produzindo gêneros como a batata e a farinha de mandioca, como, principalmente, fornecendo madeira e carvão. Mas, além do abastecimento de alimentos e matérias-primas, outros problemas se colocavam à metrópole em formação, fundamentalmente os de abastecimento de energia elétrica e água. Novamente, como veremos a seguir, a vasta extensão de terras ao sul de São Paulo é colocada à disposição da reprodução do processo de produção, desta vez recebendo implementos técnicos tais como os reservatórios hídricos de Guarapiranga e Billings. Consideraremos, ainda, que, diante da absolutização da propriedade privada da terra, outros implementos tais como as

estradas pavimentadas e a ferrovia Mairinque-Santos levarão ao primeiro movimento intenso de parcelamento da terra e de crescimento populacional no Sertão de Santo Amaro que, agora, se transforma em subúrbio da Capital paulista.

Ou seja, conforme ocorreu um primeiro impulso no crescimento de São Paulo, assim também ocorreu com a população do seu entorno, formando uma extensa área de ocupação variada, resultado do parcelamento da terra que se tornara mercadoria. Os subúrbios paulistanos foram assim denominados por sua estreita relação funcional com a metrópole em formação. Portanto, a suburbanização se expressa geograficamente no crescimento da metrópole e na formação embrionária do seu tecido urbano. Foram identificados e classificados na Geografia a partir de suas funções (industrial, residencial e agrícola). No caso do subúrbio que foi se formando em torno do antigo núcleo de Santo Amaro, é possível constatar claramente que os negócios imobiliários começam a ganhar vulto a partir de implementações de infra-estrutura, as quais foram imediatamente determinadas pelo crescimento da cidade de São Paulo.

**Foto nº 52: veículo de transporte público com ponto final em Santo Amaro**

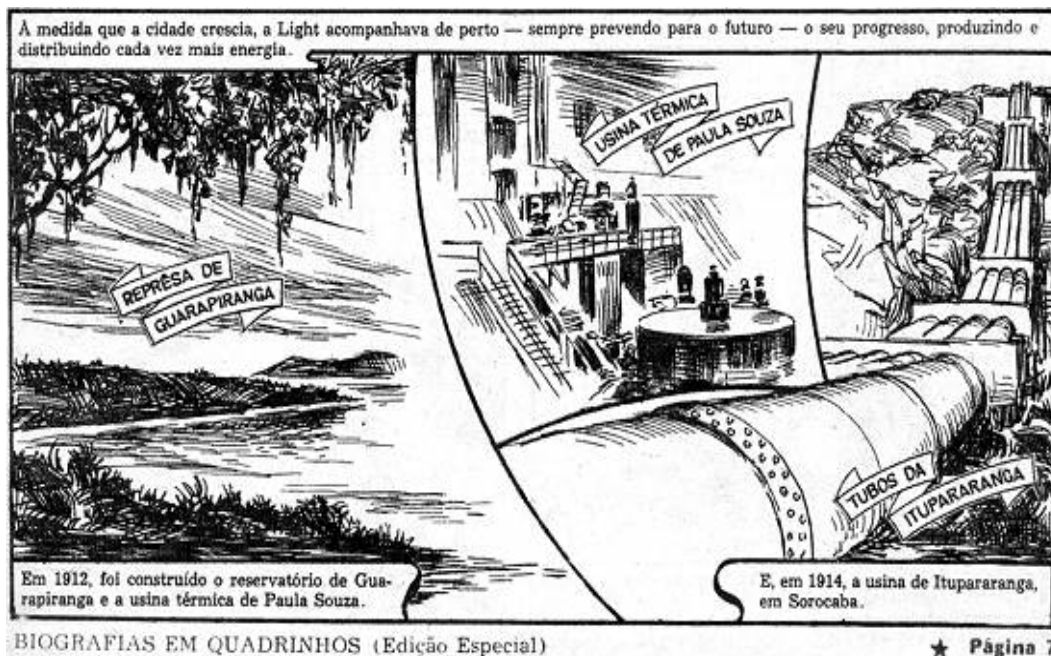


Carro da antiga linha que fazia o percurso interligando Santo Amaro à Capital. (Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, no centro da Colônia. Reprodução fotográfica das imagens originais por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).



As transformações em Santo Amaro se deram em função dos projetos de desenvolvimento e urbanização do aglomerado de São Paulo, destacando-se o papel da empresa canadense The São Paulo Trainway, Light and Power Company Ltd. Em 1901, é inaugurada a primeira Usina Elétrica da Light, a de Parnaíba. Antes disso, em 7 de maio de 1900, começou a circular o primeiro bonde elétrico da cidade. Esta linha de bondes (ver Foto nº 52, acima) que ligava a Capital a Santo Amaro substituiu a antiga estrada de ferro da companhia de Trens e Carris de Ferro São Paulo-Santo Amaro, construída pelo Engenheiros Alberto Khulman, em 1886, “e que foi servida pelo casal imperial brasileiro ao visitarem o município de Santo Amaro no mesmo ano” (SANTOS, 2000: 61). A empresa lucrava com o “transporte de madeiras, carvão e gêneros alimentícios, pois Santo Amaro era o principal fornecedor destes produtos à Capital” (SANTOS, 2000: 61).

**Figura 2: propaganda em quadrinho fazendo apologia da The Light and Power Company**



Excerto de uma história em quadrinhos fazendo apologia da atuação da empresa canadense The Sao Paulo Light & Power, enaltecendo seu papel no desenvolvimento de São Paulo, destacando-se a construção da represa de Guarapiranga. Fonte: endereço eletrônico <http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/ch007a.htm>. Última consulta em em 01/07/2008, por Giancarlo Livman Frabetti.

O americano Frederick Starck Pearson foi o mentor da empresa The Sao Paulo Light & Power. Pearson havia comprado do italiano Francisco Gualco e de Antonio Augusto de Souza a concessão para implantar o serviço de bondes elétricos e fornecer energia elétrica à cidade – concessão essa que havia sido obtida da Câmara Municipal. A empresa foi precursora da prática de lobby no Brasil. Na disputa com a Companhia Água e Luz, que em 1909 oferecia preços menores que os cobrados pela Light, a Câmara Municipal desconsiderou garantiu à Light o monopólio dos serviços de eletricidade (ver Figura 2, acima, na qual observamos o registro da propaganda ostensiva que a Light fazia em torno da idéia de progresso) Outro exemplo é o da Companhia Viação Paulista, de bondes puxados a burros, que foi liquidada em janeiro de 1900, logo após a chegada da Light.

Já as obras da represa do rio Guarapiranga (ver Fotografia nº 53), com 1,5 km de comprimento, 19 metros de altura e capacidade para armazenar 200 milhões de metros cúbicos de água, são concluídas em 1907. Para a construção da represa foi erguida a barragem do rio Guarapiranga, afluente do rio Pinheiros. Sua função era a de controlar a vazão do Tietê (permitindo, assim, a ocupação de suas várzeas, gerando sua valorização imobiliária), sendo também utilizada na geração de energia elétrica pela Usina Edgar de Souza. Entre 1924 e 1925, uma longa estiagem deixou São Paulo com problemas de abastecimento de água. Somente a partir dessa época surgiu a idéia de aproveitar o reservatório de Guarapiranga para a finalidade de fornecimento hídrico à população paulistana (ALVES, 2002).

A linha de bondes “foi expandida até o bairro do Socorro, após a construção da represa de Guarapiranga, e foi o último bonde a ser desativado no município de São Paulo”, em 1968 (SANTOS, 2003: 62). Com isso, a Light cresce intensamente explorando o processo de urbanização de São Paulo, o qual, por sua vez, passou a atrair um contingente cada vez maior de indústrias. Em 1900, havia 165 indústrias na cidade; vinte anos depois, passaram para 4.415 (LANGENBUCH, 1968).

### Fotografia nº 53: construção da barragem do Guarapiranga



Construção da barragem do Reservatório de Guarapiranga, obra iniciada pela empresa canadense Light and Power ao início do século XX. Fonte: endereço eletrônico <http://www.revistaturismo.com.br/passeios/guarapiranga.htm>. Última consulta em 01/07/2008, por Giancarlo Livman Frabetti.

Além dessa obra, foi também implementado o “Projeto Serra do Mar”, sob liderança do engenheiro Asa White Kenney Billings, funcionário da Light, premiado internacionalmente pelo projeto. Consistia em represar os rios Jurubatuba e Bororé, afluentes do Pinheiros, para lançar essas águas a 740 metros de altura, girando as turbinas da Usina de Cubatão (Henry Borden). Também somariam-se a essas águas as da represa de Guarapiranga e as do Rio Pinheiros, canalizado e impulsionado para o seu sentido inverso pelo sistema de elevação das usinas de Traição e de Pedreira (SANTOS, 2003).

Quanto à implementação de infra-estrutura impulsionando a suburbanização ao sul da Capital, podemos ainda apontar um acontecimento mais tardio que, todavia, foi importante para um primeiro momento do adensamento populacional no núcleo e no entorno de Santo Amaro:

Em 1957 é concluído o ramal ferroviário da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, então FEPASA, que interligava a linha Júlio Prestes-Mairinque com a Santos-Mairinque [ver Foto nº 54, ilustrando a construção da ferrovia], a partir da estação Osasco da primeira com a Evangelista de Souza da segunda [no bairro

de Marsilac], passando pelo canal do rio Pinheiros, Interlagos, Grajaú, Itaim, Colônia Paulista e Barragem (Krucutu), ou seja, cortando todo o sertão santamarense ao meio. Este ramal, além do transporte de cargas, passa a circular duas linhas de passageiros, uma partindo de Osasco a Jurubatuba, que é expandida até Evangelista de Souza no período da década de 1970, sendo extinta na mesma década, e depois retomada a expansão, porém agora até a região de Casa Grande (estação Varginha), que é desativada em 2000 (SANTOS, 2003: 65).

**Foto nº 54: vista aérea do terreno de obras da ferrovia Mairinque-Santos**



Vista aérea da Serra do Mar (à esquerda) e vale do Rio Cubatão (margeado pela pequena Estrada de Ferro Pilões, à direita), no início da construção da ferrovia Mayrink-Santos (cerca de 1930), notando-se a destruição da floresta pelos construtores  
Foto: acervos da Fundação do Patrimônio Histórico da Energia em São Paulo/SP e de Marcello Talamo (Santos/SP), publicada no site [http://www.pell.portland.or.us/~efbrazil/efs\\_mayrinksantos.html](http://www.pell.portland.or.us/~efbrazil/efs_mayrinksantos.html).

Não poderíamos deixar de mencionar a modernização do sistema rodoviário no processo de suburbanização dos arredores paulistanos, fator que viabilizou a disseminação do automóvel como meio de transporte. A pavimentação de estradas e avenidas, bem como a ampliação da rede viária também deve ser indicada como infra-estrutura que levou à valorização da terra,

portanto, ao início da abertura de loteamentos, muitos deles de alto padrão, próximos a Santo Amaro:

A construção da Auto-Estrada (atual Avenida) Washington Luís em 1928, interligando a capital às áreas das represas, faz surgir residências de alto padrão ao longo da 'Estrada de Rodagem', pois era própria para o tráfego de automóveis, símbolo do progresso e da modernidade. Aparecem balneários as margens das represas. E é construído o Aeroporto de Congonhas (SANTOS, 2000: 63).

Com essas transformações, novos aproveitamentos econômicos começam a ser feitos na paisagem, destacando-se as atividades de lazer que aproveitavam a área das represas, bem como acelera-se o loteamento de chácaras de recreio nas áreas rurais ao sul de São Paulo:

A construção dos reservatórios da Light foi a causa direta de uma verdadeira transformação em toda a região e, de maneira particular, nas vizinhanças do Reservatório do Guarapiranga, graças à multiplicação das chácaras de recreio, das habitações destinadas aos fins de semana, dos clubes náuticos e de outros locais destinados à recreação. (...) Em consequência, a região das represas valorizou-se de maneira espetacular, sendo extremamente elevados os preços das casas de campo e difícil a aquisição dos terrenos resultantes dos loteamentos ali feitos; os que os possuem, quando os transferem a terceiros, obtêm sempre lucros mais do que compensadores (PENTEADO, 1958: 52).

Todo esse processo de incorporação de infra-estrutura ao território resultou no acelerado parcelamento da terra; o capital imobiliário ganha extremo vulto e dissemina loteamentos de terra, aproveitando geometricamente o espaço para maximizar seus lucros. De uma antiga vila encrustada em um vasto meio rural, Santo Amaro transforma-se em subúrbio residencial. A paisagem suburbana era assim descrita:

Percorrendo Santo Amaro, o observador menos apressado há de sentir que está em presença de uma pequena cidade, que muito ainda guarda de seu passado e conserva uma certa individualidade, ao mesmo tempo que, na paisagem urbana, encontrará vestígios dessa evolução recente. (...) por volta de

1920-25, novas áreas foram loteadas, mas agora obedecendo a um plano regular, em xadrez, de maneira a formar amplos quarteirões rasgados por avenidas e ruas largas (PENTEADO, 1958: 21).

A expansão do parque industrial paulistano, por sua vez, abriu perspectivas novas para a área suburbana. As indústrias, que necessitavam de grandes espaços, começam a procurar os subúrbios para instalar-se, e também como local onde fixariam habitação seus fornecedores de mão-de-obra. Foi o caso de Santo André, São Caetano, São Bernardo, Guarulhos, sendo que o então Município de Santo Amaro, inicialmente, não teve um desenvolvimento industrial comparável ao desses subúrbios, destacando-se mais por sua função residencial, impulsionada pela ampliação da rede de transportes entre Santo Amaro e a capital paulista, e também pela concentração do comércio e serviços, extremamente importante para a extensa zona rural que a cercava. Há que se lembrar, também, que Santo Amaro permanecia exercendo importância como o lugar do encontro em datas de celebração religiosa.

A valorização imobiliária impulsionada pelo desenvolvimento dos transportes entre São Paulo e Santo Amaro acaba consolidando a conurbação dos dois núcleos. PENTEADO apresentava, em sua descrição da morfologia urbana, a seguinte narrativa:

Quem quer que, partindo do centro de São Paulo, se encaminhe em direção a Santo Amaro, não mais observa hoje a menor solução de continuidade, não encontra nenhum espaço vazio entre os dois aglomerados, mal percebendo quando penetra em seus domínios. Santo Amaro constitui, atualmente, quase um bairro da cidade de São Paulo (...) (PENTEADO, 1958: 21).

Há que se ressaltar, finalmente, que, na década de 1930, Santo Amaro perde sua autonomia municipal: a antiga vila que, apesar de relacionar-se de diversas maneiras com a Capital, “cuidara de si sem tutelas” durante séculos, foi anexado a São Paulo, colocando à disposição do processo de urbanização os recursos naturais de seu vasto sertão (MARTINS, 2003).

#### 4.4. A maior integração entre os subúrbios rurais de Santo Amaro e os mercados urbanos de São Paulo

Essa dupla condição dos subúrbios (de um lado, a amplidão do espaço e a disponibilidade de terras, e, de outro, o rápido adensamento demográfico) levou muitos autores a destacar o caráter misto da paisagem suburbana:

(...) o principal fator do crescimento da população da área em estudo foi a própria expansão da Capital paulista, que fez ali surgir zonas puramente residenciais (em que se localizaram os que não suportaram o alto custo de vida da metrópole) e estimulou o estabelecimento de pequenos agricultores, que se dedicam a produzir para a população paulistana. Daí os sucessivos loteamentos e a extraordinariamente rápida humanização da paisagem, ao longo notadamente da linha-tronco da E.F. Central do Brasil, a par do florescimento de zonas agrícolas, como a da região de Cotia (PENTEADO, 1958: 38-9).

Já na década de 1950, ressaltava-se a importância das funções agrícola e residencial no entorno do aglomerado urbano. Comparando-se as diferentes zonas de São Paulo, percebia-se, em algumas áreas, a predominância do uso residencial (principalmente na Cantareira), predominantemente rural (caso de Cotia) ou a coexistência de ambas as funções (na região Leste servida pela E. F. Central do Brasil).

Surgem zonas puramente residenciais (em que se localizam os que não suportam o alto custo de vida da metrópole), além do estímulo à atividade agrícola, surgindo agricultores que se dedicam a produzir para a população paulistana; tais fatores provocam sucessivos loteamentos e a extraordinariamente rápida humanização da paisagem.

O processo de urbanização se verificou pelo surgimento de *vilas residenciais operárias*, dos *subúrbios residenciais* de luxo (subúrbios do automóvel), das *zonas industriais*, das *áreas de recreio*; multiplicaram-se, ao mesmo tempo, as *zonas das chácaras de final de semana*. Paralelamente, primeiro por iniciativa de portugueses e italianos, em seguida, e em grande escala, de japoneses, definiu-se uS *cinturão verde* abastecedor da metrópole em produtos perecíveis, organizado em função

das atividades basicamente hortifrutigranjeiras, empregando técnicas e sistemas de valorização dos solos cansados da área, possibilitadas pela aplicação de capitais relativamente elevados, compensados pela rentabilidade da atividade em face da vizinhança de importante mercado representado pelo aglomerado paulistano (PETRONE, 1964: 378).

Segundo MARTINS (2003), a inexistência de grandes espaços em áreas urbanas acabou por tomar os terrenos dos caipiras alemães, de solo esgotado por roças rudimentares. Lotear suas propriedades foi a saída vista pelos proprietários de terra. Sob influência do crescimento da metrópole:

Modificam-se as paisagens culturais. O caminhão e o automóvel substituíram cargueiros e carros de boi; velhos e modorrentos núcleos tornaram-se centros de desenvolvimento próprios a um *subúrbio*, uma *cidade-dormitório* ou uma *cidade-satélite* de São Paulo; a horta, a granja, ou a chácara de flores substituíram a roça, ao mesmo tempo em que o adubo, a irrigação e a drenagem, o arado e o trator substituíram a queimada, o chuço e a enxada (...) (PETRONE, 1964: 378).

Havia, portanto, um traço comum a essas diferentes zonas de povoamento, qual seja, “a sensível dispersão do habitat rural, no meio do qual se registra a presença de modestos aglomerados urbanos (...)” (PENTEADO, 1958: 129), que, evidentemente perderam sua importância em termos de abastecer os moradores dos bairros e vieram, posteriormente, a transformar-se em núcleos de urbanização. Sobre a densidade demográfica dos subúrbios paulistanos, registra-se:

Tomando por base o censo realizado em 1950, acreditamos poder afirmar que a área suburbana de São Paulo deve abranger um número não inferior a 650 000 habitantes. (...) [destes] nada menos do que 315 000 habitavam a zona rural propriamente dita, isto é, pouco menos de 50%. (PENTEADO, 1958: 11).

De acordo com as cifras recolhidas pelo recenseamento de 1950, assim se repartia a população de Santo Amaro: 23.677 habitantes na zona urbana e 16.975 nas zonas suburbana e rural. Em Parelheiros, a proporção entre população urbana e rural demonstrava de maneira ainda mais explícita a



importância desta última: nesse distrito, a população rural era composta de 7.141 indivíduos, enquanto a população urbana era de somente 207 habitantes (LANGENBUCH, 1968).

Deve-se, no entanto, lembrar que, das grandes propriedades do antigo cinturão caipira de São Paulo, oneradas pelo aumento de impostos e pressionadas pela valorização imobiliária, a pequena propriedade rural passou a predominar na estrutura fundiária santamarense, especialmente no distrito de Parelheiros:

(...) numerosos loteamentos e, em conseqüência, a proliferação de uma grande quantidade de ‘vilas’ suburbanas, quase todas tipicamente residenciais e habitadas por operários ou modestos funcionários públicos, cujas atividades são exercidas na Capital. Ao mesmo tempo, um elevado número de chácaras dedicadas à horticultura ou à avicultura passou a existir na área suburbana (...). Em Itapecerica, em 1905, havia 136 propriedades agrícolas, das quais 17,6 eram menores que 10 alqueires. Em 1934, temos 2400 propriedades, das quais 78,1% são menores que 10 alqueires. (PENTEADO, 1958: 9).

Quanto à proximidade entre Santo Amaro e a capital paulista e a vantagem para a produção agrícola que resulta desta condição, afirmava-se: “trata-se de uma das áreas mais próximas entre as que abastecem a metrópole paulistana em produtos horti-granjeiros, interessando o próprio município, do qual faz parte como o maior distrito em área, ocupando toda a sua porção meridional” (GUIMARÃES, 1966: 01). Formava-se o que alguns autores viriam a denominar “cinturão verde” de São Paulo:

Esses distritos compunham uma área mesclada de ocupação residencial já como expansão da metrópole e, simultaneamente, continuavam a se constituir em área de produção agropecuária para abastecimento metropolitano. Formava-se aquilo que muitos chamaram de ‘Cinturão Verde’ de São Paulo. De fato, ele nunca se constituiu em um efetivo cinturão, ao contrário, eram manchas de produção agropecuária entre reservas florestais, áreas de silvicultura e áreas residenciais (OLIVEIRA, 2004: 129).

Com a expansão do mercado urbano de São Paulo, viabilizou-se a modernização das trocas comerciais e, assim, da produção agrícola, então mais

especializada (produtora de gêneros hortifrutigranjeiros), segmentada, organizada em cooperativas (e não baseada somente na venda de excedentes). Mudança que passou, entretanto, pela reorganização das relações sociais – a decadência de algumas em detrimento do aproveitamento de outras, mas também a recriação daquelas decadentes em detrimento da completa modernização.

A penetração das atividades agrícolas fundamentalmente comerciais no Sertão de Santo Amaro (SEABRA, 1977) coincidiu com o estabelecimento, a partir de 1920, dos imigrantes japoneses, cujas primeiras levas foram provenientes principalmente das fazendas monocultoras de café ou algodão do interior do Estado de São Paulo (ANDO, 1961).

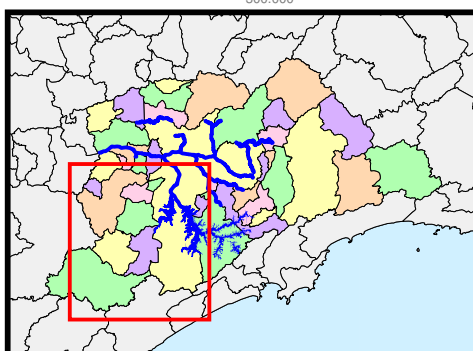
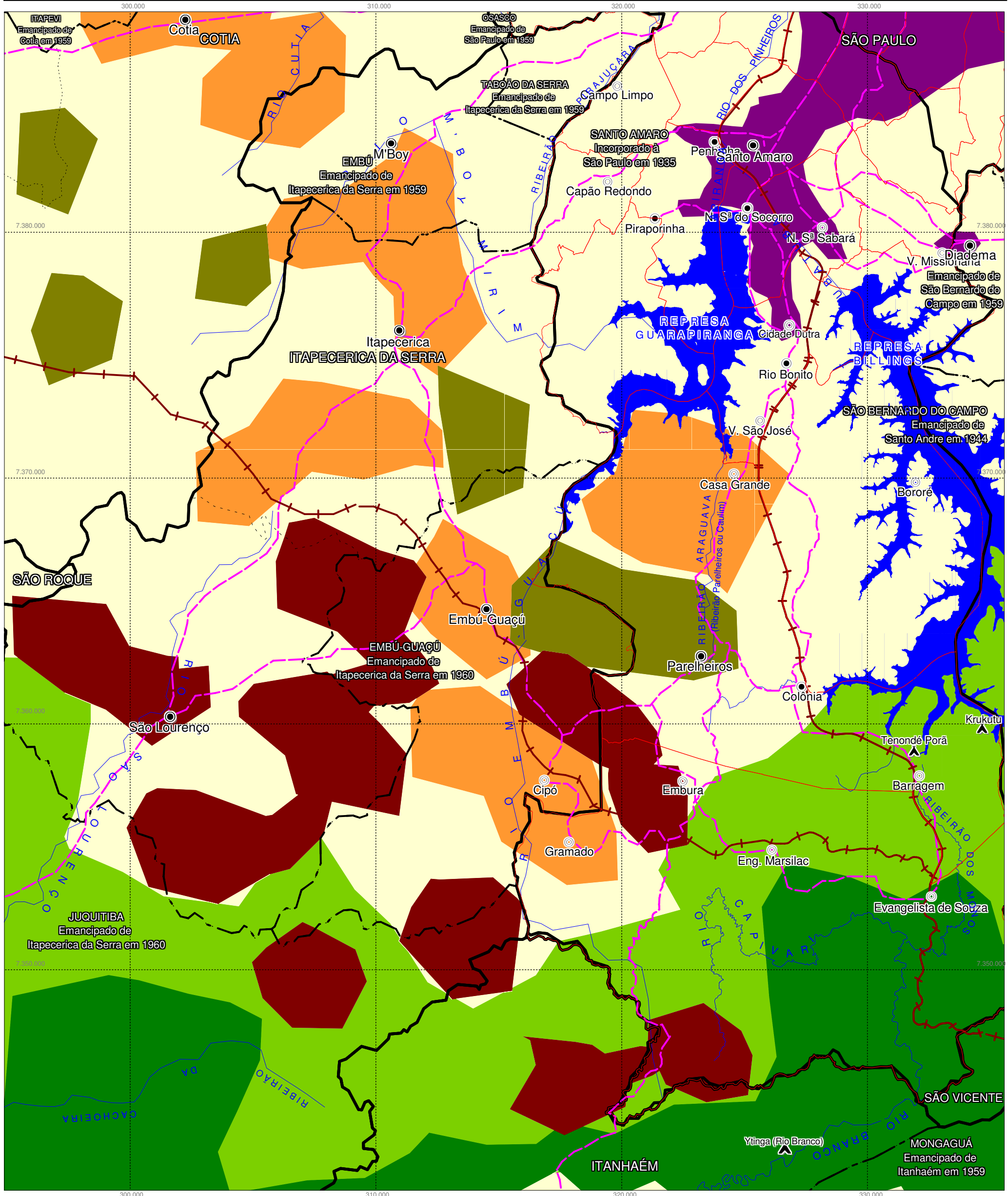
Quanto à implantação dessa agricultura destinada exclusivamente ao abastecimento do mercado paulistano, é importante lembrar que não foram os japoneses os únicos, nem os primeiros a praticar a horticultura fundamentalmente comercial nos arredores da metrópole. ANDO (1961) nota que a horticultura foi iniciada em terras paulistanas pelos “imigrantes italianos e portugueses que, aproveitando terrenos vagos da cidade ou em chácaras dos arredores, começaram a cultivar alface, couve, cenoura, abobrinha, vagem, pimentão, chicória, salsa, cebola, jiló” (ANDO, 1961: 16). Já havia, antes disso, hortaliças, trazidas de Portugal e da África, mas que, devido à lavoura caipira e ao ataque das formigas, não tinham vingado em solo brasileiro. “Imigrantes europeus iniciaram, assim, uma agricultura de técnica mais avançada, com lavra da terra e aplicação de adubos” (ANDO, 1961: 16). Antes do estabelecimento do “cinturão verde”, o autor nota uma presença mais expressiva do cultivo de hortaliças em 1840, no Rio de Janeiro (devastada pelas pragas), no Rio Grande do Sul, para consumo doméstico, e em Minas Gerais por volta de 1810. Na cidade de São Paulo, com o expressivo aumento da população, iniciado já a partir do século XX, crescia o consumo da batata (em 1915, ela chegou a ser importada).

Segundo SEABRA (1971), no começo do século XX, havia, nesse grande território, mais de duas mil pequenas unidades de exploração, sob direção de

portugueses, italianos e espanhóis. Mas, ainda de acordo com SEABRA (1971), foram, sem dúvida alguma, os japoneses quem definiram o caráter “comercial e especulativo” da atividade. Foram eles os principais responsáveis pela disseminação da horticultura pelos territórios que adentram o estado de São Paulo, entre outros, e também por sua diversificação em termos de variedades cultivadas.

A maioria deles veio, inicialmente, para trabalhar na condição de meeiros ou arrendatários nas terras dos antigos proprietários de fazendas na região (alguns dos quais aprenderam as novas técnicas de realização da atividade e passaram a desempenhá-la igualmente), ou mesmo de outros agricultores japoneses já estabelecidos. Implementaram, de maneira pioneira, práticas agrícolas bem mais eficientes tecnicamente no que se refere à restauração das condições de plantio naquelas terras naturalmente frágeis e já bastante desgastadas.

As relações entre produtor agrícola e o entreposto distribuidor de mercadorias que abastecem a metrópole tornam-se cada vez mais mediadas pela condição monopolista dos atacadistas, resultando em uma especialização da produção camponesa. De uma economia do excedente, passa-se a uma produção agrícola fundamentalmente comercial, compondo um movimento que, todavia, não exclui a reprodução, sob novas bases sociais, de tempos históricos pretéritos.



**LEGENDA**

- FLORESTA CONSERVADA
- FLORESTA DEGENERADA
- CAMPO E CAPOEIRA
- SILVICULTURA (EUCALIPTAIS)
- PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL
- AGRICULTURA
- MANCHA URBANA
- Limite de Município em 1900
- Limite de Município em 1960
- Limite de Município em 2000
- Caminhos Principais
- Hidrografia Principal
- Ferrovia
- NÚCLEOS CONSOLIDADOS
- POVOADOS
- LOTEAMENTOS URBANOS
- ALDEIA GUARANI

Escala 1 : 150.000  
 1,5 0 1,5 3,0 4,5 Km  
 Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

**ITAPECERICA DA SERRA**  
 Territórios municipais em 1950

Fonte: PETRONE, P. (1964); e HUECK, K. (1950) apud. RUFINO, J. in AZEVEDO, A. (1954).  
 Pesquisa: FRABETTI, G. L. & SANTOS, R. M.  
 Cartografia: geógr<sup>o</sup> Rodrigo Martins dos Santos - 2008

## **Capítulo 5: As transformações na agricultura realizada segundo a lógica da economia doméstica conforme sua maior integração com os mercados urbanos de São Paulo**

### **5.1. Primórdios da imigração japonesa ao Brasil e da Cooperativa Agrícola de Cotia**

Em 1907, após algumas tentativas de negociação entre representantes oficiais do governo japonês e o governo do estado de São Paulo, assinou-se, um contrato com a Companhia Imperial de Emigração, do Japão. Inicialmente, pelo acordo, a Companhia ficava autorizada a transportar 3.000 japoneses, em parcelas anuais de mil pessoas, cabendo ao governo de São Paulo subvencionar parte dos gastos com o transporte dos imigrantes. Como resultado inicial desse contrato, a primeira leva de imigrantes nipônicos efetivamente chega em 1908: 170 famílias, compostas por cerca de 800 indivíduos. Em 1910, chegam outras 247 famílias. Esse primeiro contingente de trabalhadores, após rápida passagem pela Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, foi distribuído no interior do estado. A entrada em maior número começaria só em 1912.

A economia cafeeira, no campo, continuava sendo a principal atividade econômica em São Paulo, apesar das primeiras indústrias de bens de consumo não-duráveis já terem se instalado e montado suas vilas operárias na cidade. A política agrário-imigracionista continuava como a estratégia essencial para trazer mão-de-obra de que necessitava o crescimento da economia paulistana. “Ao final de alguns anos o Estado brasileiro havia conseguido conduzir a transição ao trabalho livre através de uma dispendiosa, sistemática e complexa intervenção que envolvia propaganda, recrutamento, embarque, acolhida e distribuição de migrantes” (VAINER, 2000: 18). Contudo, dessa primeira leva de nipônicos que chegaram ao Brasil, instalados em Itu, Sobrado e nas redondezas

de Ribeirão Preto, poucas famílias permaneceram por muito tempo na lavoura do café:

A experiência revelou-se desastrosa. Com exceção da Fazenda Sobrado, que sempre gozou de boa fama entre os imigrantes japoneses, em todas as outras ocorreram sérios conflitos entre esses colonos e a administração. Também houve conflitos entre os imigrantes e os funcionários da Companhia Imperial de Emigração, acusada de ser responsável por tal situação. Indignados com as péssimas condições de trabalho, moradia e remuneração, os japoneses promoveram sucessivas greves, fugas noturnas e rescisões de contrato em cada uma das fazendas. Na Fazenda Dumont – considerada a maior plantação de café, de propriedade de Henrique, pai de Santos Dumont -, 52 famílias retornaram à Hospedaria dos Imigrantes e, por meio do departamento Estadual do Trabalho, foram realocados em outros empregos, em outras localidades. Na Fazenda São Martinho, após a ocorrência de motins, greves, revoltas e fugas, sete famílias foram expulsas. Em solidariedade, mais 12 famílias abandonaram a fazenda.<sup>1</sup>

Da primeira experiência com a imigração japonesa como mão-de-obra nos cafezais, temos o seguinte resultado: “dos 772 japoneses distribuídos pelas fazendas, 430 tinham se retirado após 6 meses e, 13 meses depois, apenas 191 permaneciam no mesmo local”. Inclusive, o governo do Estado de São Paulo tentou cancelar o contrato de 1907; porém, “as Companhias de Emigração comprometeram-se a fazer uma melhor seleção dos trabalhadores e a aceitar uma série de novas cláusulas contratuais para evitar greves, fugas e retiradas antes do prazo estipulado”. Mesmo assim, registra-se que, em 1912, por exemplo, 62% dos trabalhadores japoneses abandonaram as fazendas sem cumprir os contratos.

Isso se deu fundamentalmente porque, de modo geral, os japoneses tinham a idéia de trabalhar alguns anos no Brasil, onde visavam acumular uma poupança suficiente para, então, retornarem ao Japão. Mas as condições extremas de exploração do trabalho dos colonos nas fazendas de café passaram a desestimular o sonho de regresso após o desejado enriquecimento.

---

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

Dessa forma, muitas famílias decidem buscar outras formas de trabalho, algumas mudando para os núcleos urbanos (especialmente a cidade de São Paulo), outras buscando no campo a saída para contemplar seus objetivos. Muitos dos antigos colonos tornaram-se contratistas, isto é, formadores de cafezais. “O trabalho como contratistas na formação de cafezais foi uma forma eficiente encontrada pelos japoneses para acumular poupança e passar da condição de colonos à de pequenos proprietários”<sup>2</sup>. Outras famílias foram trabalhar nas lavouras de algodão, arrendando terras ou mesmo, mais tarde, formando fazendas na zona pioneira dessa lavoura.

Os primeiros colonos japoneses que saíram dos cafezais, mas permaneceram na zona rural, arrendando ou comprando terras a prestação, abriram caminho para o crescimento da lavoura independente nos arredores de São Paulo. Estas famílias concentravam-se nas chamadas colônias, ou seja, bairros rurais que seguem a tradição nipônica de organização comunitária. A formação dos primeiros aldeamentos japoneses se dá a partir de 1910, já na época da chegada da segunda leva de população japonesa (ANDO, 1961).

Em 1911, estabelece-se o Núcleo Colonial da Monção (próxima à Estação Cerqueira César da E. F. Sorocabana), um loteamento já iniciado em 1907 pelo Governo Federal, dando início à primeira Colônia japonesa, a qual prosperou com o cultivo do algodão. No mesmo ano, em terreno arrendado ao sopé do Monte Taipas, próximo à Capital, forma-se outra colônia japonesa que dá início ao cultivo de batata e legumes. No mesmo ano, oito famílias de horticultores formam outra colônia, situada 6km ao Norte de São Paulo. Mas é entre 1913 e 1914 que, no Moinho Velho (atual Município de Cotia, 27km a Oeste de São Paulo), forma-se a colônia que viria dar origem à maior organização cooperativa da agricultura brasileira (ANDO, 1961). A Aldeia de Cotia corresponde à pré-história da Cooperativa Agrícola de Cotia. Imigrantes originalmente operários (carpinteiros e pedreiros), os quais já haviam trabalhado como colonos nas fazendas de café e, depois, tentado ir para a Capital, mudam-se finalmente para

---

<sup>2</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

Cotia, onde começam a trabalhar com o cultivo da batata em terras arrendadas no bairro do Moinho Velho; em 1915, já havia 30 famílias no Moinho Velho (ANDO, 1961).

Assim, entre 1915-16, uma corrente de japoneses dirigiu-se para as cercanias de São Paulo para praticar a agricultura de tipo “suburbano”. Alguns, se deslocaram diretamente para essas terras após terem abandonado a vida de colonos de café; outros, tentaram primeiramente a vida em São Paulo, para depois deslocarem-se para as zonas suburbanas (LANGENBUCH, 1968).

Essas regiões conservaram-se afastadas e alheias às prosperidades da agricultura comercial, como de cana e do café. Assim, apesar de muito próximas a São Paulo, nelas predominava ainda uma agricultura de subsistência, muito embora seu desbravamento remontasse ao século XVII. Como estava bem adiantado o retalhamento de propriedades, não foi difícil para os lavradores japoneses se tornarem pequenos proprietários produtores por meio do arrendamento ou de aquisição (...) (Saito, “O japonês no Brasil” apud LANGENBUCH, 1968: 247).

Na expansão dessa forma de povoamento, as colônias de japoneses continuaram a se instaurar nos arredores da Capital: em 1922 estabeleceu-se o primeiro imigrante japonês em Arujá. No mesmo ano, fixaram-se os primeiros na Colônia de Itaquera. Em 1934 estabeleceram-se os primeiros japoneses em Embu. O citado elemento étnico se fixou também em outras áreas, tais como Suzano e Mogi das Cruzes (LANGENBUCH, 1968).

Ao todo, entre 1925 e 1935, chegaram ao Brasil 141.732 japoneses, enquanto no período anterior, de 1908 a 1924, haviam entrado 34.899. Desse modo, multiplicaram-se os núcleos de colonização japonesa em São Paulo e no Paraná. As Companhias de Colonização, criadas especialmente para organizar e desenvolver tais núcleos, adquiriam grandes glebas de terras, repassando-as em pequenos lotes para os imigrantes. Elas também financiavam a produção, abriam estradas e escolas, instalavam serviço médico, além de sanear zonas insalubres. O desenvolvimento do Norte do Paraná, da Alta Paulista (região de Marília) e da região Noroeste do Estado de



São Paulo está diretamente relacionado com a ação dessas companhias.<sup>3</sup>

A expansão das áreas ocupadas por pequenos agricultores familiares japoneses a partir de 1925 que se manifesta na formação das Colônias no entorno da capital paulista leva os imigrantes camponeses a criar um tipo de organização até então inédita no Brasil. No bairro do Moinho Velho, em Cotia, as intervenções da Associação de Jovens se fazem cada vez mais presentes na organização da produção da batata (chegando-se a impor um limite de área de plantio em épocas de superprodução), no aperfeiçoamento técnico do cultivo, no transporte da mercadoria (fixando uma tabela para o preço dos “carretos”) e na negociação com os compradores (ANDO, 1961). Resultado da organização comunitária de pequenos produtores rurais, a criação da Associação Cooperativa do Moinho Velho, portanto, se dá inicialmente com o objetivo de organizar os agricultores para fugir ao controle dos preços da batata que havia por parte dos comerciantes no Largo de Pinheiros. Ao mesmo tempo, serviços como o apoio técnico e financeiro eram prestados.

Em 1929, ano de crise econômica mundial, a Cooperativa do Moinho Velho contava com cerca de 200 associados. Em função da instabilidade nos mercados, chegou a ser preciso reter as entregas. A movimentação de capital da Associação passou a colocar-se como um problema progressivamente maior: inicialmente, haviam aplicado recursos em imóveis que, devido ao momento repentino de crise, tiveram de ser penhorados para cobrir as despesas com adubo (ANDO, 1961). Em 1930, quarto ano de existência da Associação Cooperativa do Moinho Velho, seu balanço financeiro deficitário fez com que os agricultores comesçassem a perder a confiança na organização. Idealizou-se o depósito compulsório de 5% das vendas para formar capital necessário às operações de compra. Esse depósito compulsório, que poderia ser retirado em caso de doença na família, constituiu o embrião do futuro sistema de crédito da

---

<sup>3</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

Cooperativa Agrícola de Cotia. O fim da dívida interna na Associação e a saída da crise se deu em 1931 (ANDO, 1961).

Ao longo de toda a década de 1930 continuou a aumentar a entrada de nipônicos deslocados de outras zonas do interior do Estado de São Paulo ou vindos diretamente do Japão, atraídos pelas possibilidades oferecidas pelo grande crescimento dos mercados urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, principalmente (SEABRA, 1971: 11).

Na década de 1930 uma terceira corrente de deslocamento dirigiu-se às cercanias de São Paulo (...). Desses focos primitivos, espalharam-se na década de 30, formando novos núcleos nas localidades de Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquera e em outras cidades ao longo da Central do Brasil e, também, da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (LANGENBUCH, 1968: 248).

Segundo Saito, em 1932 eram 1.625 japoneses na cidade de São Paulo e 1.577 nos subúrbios, aumentando, no ano de 1939, para 4.852 nas áreas urbanas e 5.840 no campo. Em 1935, 80% da população de horticultores nos arredores de São Paulo era de japoneses (SEABRA, 1971). Ou seja, mesmo afetada pela grande crise da década de 30, continuou ocorrendo a dispersão dos lavradores autônomos para municípios vizinhos da Capital. Além disso, começou a haver uma diversificação na produção agrícola, em que os lavradores passaram também a lidar com verduras, frutas e criação de aves (LANGENBUCH, 1968).

Na época da instituição da primeira cooperativa de bataticultores do Moinho Velho, ainda inexistia no Brasil a Lei das cooperativas. Por isso, o estatuto da cooperativa original foi elaborado combinando-se a lei de sociedades anônimas com a lei dos sindicatos rurais. Somente em 1932 surge a Lei das Cooperativas e, enfim, o nome de Cooperativa Agrícola de Cotia (ANDO, 1961). Nesse momento, devido à contínua entrada de imigrantes buscando trabalho nas lavouras independentes no entorno de São Paulo, sua área de jurisdição amplia-se para São Paulo e municípios vizinhos.

A Cooperativa Agrícola de Cotia que surge, entre outros motivos, para que os pequenos agricultores pudessem fazer frente ao poder dos comerciantes (na época, cinco ou seis espanhóis e italianos que atuavam no Largo de Pinheiros), cresce aceleradamente e passa a ser decisiva na regulação do mercado em São Paulo e mesmo no Rio de Janeiro. Mesmo com um boicote dos comerciantes à batata da CAC, a Sociedade consegue fazer valer seus interesses no mercado (respondia por 50% da produção de todo o estado de São Paulo) (ANDO, 1961).

Com o golpe de Estado, em 1937, que implantou o chamado “Estado Novo”, a ditadura de Vargas começou uma ofensiva contra o expansionismo japonês como parte da política nacionalista implementada na época. “Os núcleos de colonização japonesa passaram a ser considerados ‘quistos raciais’. A língua japonesa foi proibida de ser falada em locais públicos; escolas e jornais japoneses foram fechados; livros confiscados, e as pessoas que fossem flagradas cometendo tais delitos eram imediatamente presas e enquadradas na lei”<sup>4</sup>. Em 1942, o Brasil passa a declarar apoio à guerra contra os países do Eixo (entre eles, o Japão): “em consequência a situação dos imigrantes japoneses tornou-se aterrorizante. Pessoas eram presas, casas invadidas e fabricavam-se em série ‘quintas-colunas’ (traidores e espiões)”<sup>5</sup>.

Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, muitos agricultores desistem de retornar ao seu país de origem. ANDO (1961) nota que, neste período, começa a aumentar o número de famílias japonesas que se tornam proprietárias das terras que cultivavam.

(...) a propósito dos japoneses nos arredores de São Paulo, convém alertar para o fato de que, do ponto de vista numérico a presença deste elemento étnico será muito mais significativa no período posterior a 1940. Veja-se que os subúrbios paulistanos encerravam, segundo Saito, 5.840 japoneses em 1939,

---

<sup>4</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

<sup>5</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

enquanto seu número em 1958 será de 40.907 (LANGENBUCH, 1968: 249).

Diante desse poderio, “durante a Segunda Guerra Mundial, a direção da ‘Cooperativa Agrícola de Cotia’ deixou de caber aos japoneses e passou às mãos de técnicos e administradores nacionais” (COSTA, 1958). A organização tornou-se uma enorme empresa e passou, com o tempo, a influenciar na formação de preços dos produtos agrícolas. Finalmente, com o processo de industrialização em São Paulo e o conseqüente crescimento da população urbana, a CAC passa a crescer ainda mais, ampliando sua área de atuação, desta vez, para todo o estado de São Paulo e até estados vizinhos. Passou a diversificar seus ramos de atuação, criando, além novos setores, como o de hortaliças, atraindo, assim, um número cada vez maior de sócios. Em 1955, a CAC era autorizada pelo Governo Federal a introduzir, num período de três anos, 1.500 imigrantes japoneses solteiros, de 18 a 25 anos. Em seguida, recebia, ainda, autorização para, nos próximos três anos, de 1959 a 1962, fazer entrar mais 15.000, inclusive casados (SEABRA, 1973: 171).

Assim, a imigração japonesa baseada no modelo de colônias de pequenos proprietários agrícolas esteve ligada aos acordos entre os estados brasileiro e japonês e também às cooperativas que passavam a necessitar de mais mão-de-obra conforme ocorria sua expansão. Nessa trajetória de crescimento do cooperativismo na agricultura do entrono de São Paulo, *colonos de origem japonesa* foram atraídos para Parelheiros, Itapeceira e Embu-Guaçu, entre outros núcleos, pela possibilidade de produzir gêneros agrícolas voltados ao abastecimento do crescente mercado consumidor metropolitano de São Paulo.

É importante mencionar, finalmente, que as Cooperativas que surgiram, tais como a Mauá, e mesmo a CAC, chegaram inclusive a contar com associados brasileiros, como podemos confirmar no depoimento do sr. Hermenegildo Hessel, descendente das primeiras famílias de camponeses do Sertão de Santo Amaro:

**Pesquisador (P):** (...) o senhor chegou a trabalhar com a Cooperativa de Cotia?

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** Cotia, não, de Mauá.

P: E como é que funcionava a Cooperativa de Mauá? O senhor pode contar como começou a trabalhar com a Cooperativa?

H: A gente mandava lá, e eles tiravam quinze por cento de comissão no lucro... o resto vinha prá gente. Quinze por cento, era a despesa deles.

P: E o que é que a Cooperativa fazia por vocês?

H: Ah, ajudava muito... financiava adubo, muita coisa. Financiava até colher a planta.

P: Como foi que o senhor ficou conhecendo a Cooperativa de Mauá?

H: Ah, eu vi por aí. Os funcionários que vinham prá cá, pegando cooperado.

P: Ah, eles que passavam aqui e convidavam o senhor prá trabalhar?

H: É, eles tinham caminhão, vinham pegar três vezes por semana. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

## **5.2. A transformação na forma de organizar a unidade produtiva**

### **agrícola: uma agricultura fundamentalmente comercial praticada sob a lógica da economia doméstica**

O trabalho agrícola mais intensivo praticado pelos imigrantes japoneses levou muitos autores a distingui-los analiticamente dos camponeses. Isso nos leva a questionar se, efetivamente, a lógica da economia doméstica teria desaparecido diante do impacto do aprofundamento da divisão do trabalho entre campo e cidade sobre as relações sociais de produção nas unidades de produção agrícolas ao sul de São Paulo. Vejamos, a seguir, uma descrição do funcionamento dessas unidades. Mas, para efetuarmos essa descrição, seguiremos uma determinada orientação metodológica, a qual também discutiremos nos próximos parágrafos.

Na exposição de MARTINS (2003) a respeito das *situações diferenciais de classe social* entre operários e camponeses, encontram-se novos elementos que permitem analisar a natureza social do campesinato sob a economia de mercado tal como ela se desenvolveu na particularidade do caso nacional,

porém, tomando-se como base uma visão materialista e dialética crítica. A princípio, três fatores são fundamentais para esta distinção entre camponeses e trabalhadores assalariados. Primeiro, o camponês é um *trabalhador independente*, ou seja, não vende sua força de trabalho, mas o fruto do trabalho que nasce como sua propriedade. Segundo, ele dispõe dos *instrumentos de produção* com os quais realiza seu trabalho, entre eles, a terra (da qual ele pode ser proprietário ou não). Como proprietário, ele assegura o caráter independente do seu trabalho. Mas o arrendamento, por meio do qual ele ainda usa a terra como se fosse sua, ainda pode ser feito mediante o pagamento de renda em trabalho, produto ou dinheiro (esta última, mais difundida entre os agricultores não-camponeses). Terceiro, a produção camponesa é obtida por meio do *trabalho familiar*. Não se compra a força-de-trabalho de outrem, a não ser em momentos em que se necessita de trabalho excepcional. Tradicionalmente, essa necessidade era suprida com a organização do mutirão.

Aprofundando esta concepção essencial sobre a natureza do campesinato brasileiro, analisemos um a um os *elementos da produção camponesa*. Para José Vicente Tavares dos Santos, em uma releitura marxista da obra de Chayanov<sup>6</sup>, pensada para o caso das comunidades rurais do Sul do Brasil, a utilização social dos elementos simples da atividade produtiva é o ponto de partida teórico para explicar o *processo de trabalho*<sup>7</sup> camponês, sendo o próprio camponês sua *personificação* (SANTOS, 1978). Dialogando com esses conceitos, OLIVEIRA (1991) traz a seguinte orientação metodológica:

Para se analisar os elementos da produção camponesa devemos agrupá-los em dois conjuntos. Um primeiro, ligado à presença e qualificação da força de trabalho e outro ligado aos meios de produção e, sobretudo à propriedade da terra (OLIVEIRA, 1991: 55).

---

<sup>6</sup> O que implica no pressuposto teórico de se ter a unidade de produção camponesa como centro da análise.

<sup>7</sup> O processo de trabalho, segundo MARX (Capítulo V, livro I de *O Capital*), é o processo de empregar força e meios de trabalho no sentido de produzir valores-de-uso, coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. Trata-se de uma abstração necessária antes de se conceber o processo de produzir mais valia (este último, constituindo o objetivo da produção especificamente capitalista).

### **5.2.1. Composição da força-de-trabalho nas unidades de produção olericultoras**

Analisemos, seguindo a orientação acima exposta, primeiramente, os aspectos relacionados à força-de-trabalho. Segundo SANTOS (1978), a *força de trabalho familiar* é condição fundamental da produção camponesa (ver Foto nº 55). A família camponesa é, assim, entendida como sendo um trabalhador coletivo – em geral é exercida uma jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. A força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, portanto, não se realiza a separação entre o trabalho e a pessoa do trabalhador, nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria, estruturando-se assim uma divisão social e técnica do trabalho articulada pelo processo de cooperação.

Desde os tempos da bataticultura, a unidade de produção agrícola voltada à comercialização é movimentada com o trabalho fundamentalmente familiar, embora, como veremos adiante, outras formas de trabalho se combinam. Isso quer dizer que as unidades de produção agrícolas surgidas com a estratégia de produzir fundamentalmente para os mercados urbanos operaram, em sua maioria, sob a hegemonia do trabalho familiar. Esta característica permaneceu inclusive ao longo das diversas mudanças nos sistemas agrícolas e com a modernização dos meios de produção ocorridas ao longo da segunda metade do século XX. As entrevistas realizadas com agricultores nipo-brasileiros na área de estudo desta pesquisa mostram que o núcleo familiar sempre foi a base da força-de-trabalho nas unidades de produção.

É o caso do sr. Carlos Aisawa, 37 anos, morador do Distrito de Parelheiros, cujos avós (vindos ao Brasil em 1920) foram colonos em uma fazenda de café no interior de São Paulo, depois arrendatários em Santa Rita e em Itapeverica da Serra, trabalhando com o cultivo da batata. Seu pai, Soroku Aisawa, comprou um lote de terra situado nas imediações do Recanto dos Nobres, Distrito de Parelheiros, no qual ainda vive junto com o filho e a filha, no ano de 1947. Enfim: seja como arrendatários ou como proprietários de terra, a

família do sr. Carlos Aisawa sempre contou, fundamentalmente, com a mão-de-obra dos seus próprios membros operando coletivamente, situação que perdura até os tempos atuais, na pequena propriedade de 5 hectares onde, hoje, cultivam principalmente chuchu.

Esse também é o caso da família Oyama, cujo neto, Ricardo Oyama, 45 anos, tivemos oportunidade de entrevistar. Trabalham, atualmente, na olericultura, contando somente com a mão-de-obra familiar, em uma pequena propriedade situada ao final da Estrada do Jusa (que, curiosamente, consta no Guia de Ruas como “Estrada do Chinês”), Distrito de Parelheiros. Seu pai, o sr. Kaizo Oyama, comprou, em 1940, a terra em que vivem até hoje. Antes disso, os avós de Ricardo tinham sido colonos nas antigas fazendas de café; enquanto o sr. Kalzo foi arrendatário em Itapecerica da Serra, atuando na bataticultura.

Esses dois exemplos são aqui trazidos para indicarmos que, tradicionalmente, a trajetória da expansão da agricultura voltada ao abastecimento dos mercados urbanos de São Paulo foi baseada na introdução de um largo contingente de trabalhadores atuando essencialmente em núcleos familiares. Esses núcleos foram a unidade sobre a qual se desenvolveu o sistema de abastecimento alimentar da nova metrópole, cujos mercados cresciam sem parar.

Agora, para dar conta da reprodução das relações de trabalho familiares, SANTOS (1978) aponta a *socialização do camponês*:

Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio do qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho. Em conseqüência, observa-se a norma, no bairro rural de São Pedro, de ensinar as crianças a trabalhar desde pequenas (...) (SANTOS, 1978: 44-5).

O depoimento do sr. Kitabayashi, a seguir, ilustra esta forma de transmissão do conhecimento e de cooperação de cada membro da família na economia doméstica:



**Foto nº 55: família de colonos japoneses trabalhando em sua terra de trabalho**



Nesta fotografia, tirada em meados da década de 1940, observamos uma família de trabalhadores rurais nipônicos na lavoura da batata. Notamos a presença da família como o núcleo fundamental sobre o qual se realiza a bataticultura nos arredores de São Paulo: além de um homem em pé, segurando uma enxada, temos também um menino segurando o instrumento de trabalho; à frente deles, um saco contendo o produto. Ao fundo, outro trabalhador segura uma enxada. Entre as mulheres, na porção direita da foto, duas crianças e uma criança de colo. Disponível no endereço eletrônico [http://www.otaboanense.com.br/not\\_095i.htm](http://www.otaboanense.com.br/not_095i.htm). Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

**Pesquisador:** Aqui no Cipó, o senhor com nove anos já trabalhava na agricultura junto com seu pai?

**Sr. Kitabayashi:** Naquele tempo, o que eu fazia, eu ia na escola todo dia no Cipó. Oito quilômetros prá vir a pé e voltar, oito quilômetros. Depois, chegar em casa, tinha que cuidar das crianças e ajudar a fazer arroz, pelo menos, né? Prá minha mãe facilitar. E acendia o fogo, que era lenha né? E juntar lenha prá fazer... Olhando as crianças mais pequena. Porque o irmão mais velho ia na escola à tarde, eu ia de manhã, né? E fazer arroz, né? Juntar lenha que era o mais difícil, porque era sempre molhada, pau podre, né? (...) [A produção agrícola da família] fazia aos poucos prá não perder, porque não tinha capital. Desde dez anos já tava colhendo vagem. Eu, meu irmão, todos. À noite lá... Meia noite, estavam selecionando vagem prá mandar pro Ceagesp. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ainda no sentido de explicar a força-de-trabalho como elemento da produção camponesa, OLIVEIRA (1991) faz a ressalva de que, sob hegemonia do trabalho familiar, podem-se combinar a ajuda mútua, a parceria e o trabalho assalariado. A mearia e o arrendamento de terras foram meios pelos quais, tanto os brasileiros proprietários de terras, quanto os agricultores japoneses mais antigos, exploraram o trabalho dos novos agricultores que apareciam cada vez em maior número, conforme verificamos na exposição acima. Muitas famílias entrevistadas trabalharam, a princípio, arrendando essas terras ou estabelecendo relações de parceria com os antigos habitantes do cinturão caipira de São Paulo, onde criaram as bases da Cooperativa Agrícola de Cotia. Inicialmente, as relações com o proprietário da terra eram dadas da seguinte maneira:

Dividiam a produção pela metade, com o proprietário, sob condição de lhes serem adiantados mantimentos e despesas cotidianas. Mas esses adiantamentos não eram suficientes, e a vida não se apresentava nada fácil a esses forasteiros (ANDO, 1961: 20).

A família do sr. Kenziro Pedro Ogawa, 60 anos, entrou para o programa de colonização em 1929, ano em que chegam ao Brasil. Seu pai trabalhou como arrendatário nesta mesma região com horta e granja, e só veio a adquirir uma propriedade em 1957. Trajetória semelhante teve a família do sr. Shiguelo Katayama, 40 anos, cujo pai tem mais de 80. O pai do sr. Shiguelo chegou ao Brasil em 1934, mas só veio a comprar um lote de terra em 1958. Já viveram como arrendatários no Jaguaré; também já estiveram em Bragança Paulista e Mauá. Hoje, estão entre os maiores produtores de chuchu da região, tendo além da propriedade familiar, uma série de outros terrenos arrendados. Estes dois casos nos levam a reiterar a afirmação de que os colonos japoneses vindos entre 1925-1935 para trabalhar na agricultura viram frustrado seu objetivo inicial de retornar ao Japão, devido ao resultado do final da Segunda Guerra Mundial. Depois desse período, cessadas as perseguições aos nipônicos em território

brasileiro, eles passaram a comprar terras e permanecer realizando a agricultura com base no trabalho familiar voltada ao abastecimento dos mercados urbanos.

Dando prosseguimento à nossa exposição sobre a composição da força-de-trabalho nas unidades de produção ao sul de São Paulo na fase de emergência da urbanização, detenhamo-nos sobre um aspecto teórico importante do problema: o emprego da mão-de-obra assalariada na unidade de trabalho rural familiar. Temos que o trabalho assalariado no processo de trabalho camponês pode existir sob duas formas: primeiramente, alguns membros da família camponesa podem trabalhar fora da unidade de produção (no serviço, na indústria ou mesmo na agricultura), ao que se denomina *trabalho acessório*; além disso, o *trabalho assalariado* de outrem pode ser contratado pela família camponesa no interior da unidade de produção. Quanto ao trabalho acessório, já o abordamos ao tratar da obra de Chayanov. Agora, para teoricamente dar conta da presença de trabalho assalariado contratado nestas unidades familiares, OLIVEIRA explica que:

A presença da *força de trabalho assalariada* na unidade de produção camponesa pode também aparecer como elemento desta unidade. (...) Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços (...). Contrata-se, então, *trabalhadores temporários* (OLIVEIRA, 1991: 58).

NOGUEIRA & NUNES (1951), em estudo realizado em 1951 em Cotia (na época, a principal área produtora de hortaliças dos arredores de São Paulo) constatavam sobre a composição da força-de-trabalho que, na bataticultura, a família colabora de maneira absoluta. É, porém, comum a presença de agregados, em geral, caipiras das redondezas, trabalhando como diaristas nas lavouras ou mesmo residindo na propriedade, onde reserva parte da terra para cultivo próprio de mandioca e milho.

É importante mencionar que, na área de estudo desta pesquisa, a mão de obra cabocla compôs a maior parte dos trabalhadores temporários (ou mesmo

fixos) nas novas unidades de produção camponesas. NOGUEIRA & NUNES relatam que, sobre uma propriedade de japoneses horticultores analisada no bairro do Moinho Velho, Município de Cotia: "(...) para a execução de todos os serviços necessários, a mão de obra familiar não é suficiente, pois embora a família seja constituída de 5 membros: pai, mãe e três filhos (estando o mais velho com 13 anos), as crianças estudam e praticamente não auxiliam"; por isso, o proprietário recorre à mão de obra exterior, composta por "3 brasileiros (...)" contratados como diaristas" (NOGUEIRA E NUNES, 1951:47). Analisando outra propriedade horticultora, em Cotia, no ano de 1951, é feita a seguinte consideração sobre a presença da mão-de-obra contratada:

Para realização de todos esses trabalhos exigidos pelas culturas, foi o proprietário obrigado a dar emprego a dois "camaradas" brasileiros (...). Além desses, que são permanentes, outros são contratados nas épocas de sementeira e de colheita, quando aumentam os serviços da propriedade. Um dos "camaradas" mora com sua família dentro da propriedade, em uma casa cedida pelo japonês; o outro reside num sítio vizinho. Também lhes é cedida uma área de terra, onde fazem plantações de feijão e cujos lucros lhes cabe inteiramente (NOGUEIRA E NUNES, 1951: 56).

Mas OLIVEIRA (1991) ainda indica que, ao acentuar-se o peso exercido pelo trabalho assalariado contratado na unidade de produção, a natureza desta pode modificar-se:

(...) deve-se ter claro que o assalariamento em áreas em que conjuntamente seja possível o aumento da renda diferencial nas mãos do camponês (...) pode tornar-se permanente através da presença dos trabalhadores temporários (convertidos em permanentes, embora não moradores nas propriedades). Configura-se assim a passagem desses camponeses abastados para a condição de pequenos capitalistas (OLIVEIRA, 1991: 59).

Para exemplificarmos esta situação, vejamos o caso do sr. Kitabayashi. Este entrevistado, nascido no Brasil, quando seu pai ainda era arrendatário nas terras de seu cunhado nas imediações do Bairro do Cipó, veio, na década de 1960, a tornar-se comerciante no Ceasa, recolhendo mercadorias de

agricultores vizinhos. Tornaram-se proprietários de terra ainda na década de 1950 e, por isso, mesmo tendo se especializado no comércio e, por meio dessa atividade, juntado um capital relativamente elevado, continuam cultivando hortaliças, consolidando-se como um dos maiores produtores da região do Cipó. Ele permanece tendo na família o apoio para o trabalho que ele mesmo ainda realiza no campo (um de seus filhos, por exemplo, dirige o caminhão com o qual recolhem mercadorias para revender, enquanto a esposa cuida do trabalho da casa diariamente); contudo, o peso do trabalho assalariado na composição da mão-de-obra em sua unidade de produção é nitidamente predominante, caracterizando-o não mais como um camponês, mas como pequeno agricultor capitalista, como podemos observar:

**Pesquisador (P):** O senhor trabalha só com seus familiares, ou contrata funcionários também prá trabalhar?

**Sr. Kitabayashi (K):** Tem funcionário, também.

P: E quantos funcionários o senhor tem contratado?

K: Hoje tenho nove. Nove aqui e uns pessoal que mora vizinho lá que pega como um tipo de empreita. Prá plantar, ou carpir, carpinar, né?

P: E esses que são temporários, quantos que são?

K: Uns três ou quatro, até sete. Depende do que eles vier. Porque eu não tenho nada a ver. Eu tenho uma pessoa que é... arruma esse... é tanto, assim, é tanto... arruma.

P: E quando é que o senhor mais precisa de trabalho contratado, em que época do ano?

K: Nós precisamos nesse tempo que é o verão, prá aproveitar ao máximo, prá colher agora, que no frio não vence de fazer nada. Fica parado, no frio é mais pouco. Tamo trabalhando assim (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Outros entrevistados também declararam que, atualmente, o assalariamento é a relação de trabalho fundamental em suas unidades de produção, revelando a possibilidade da unidade camponesa transformar-se em empreendimento capitalista. Observemos a trajetória da família Inoue, a partir do depoimento do sr. Edson Kazuo Inoue, 37 anos. Em 1934, o avô de Edson chega ao Brasil. Seus avós trabalharam como arrendatários em Cotia, plantando batatas; posteriormente, mudaram-se para o Bairro do Cipó, ainda como

arrendatários, depois como proprietários, na década de 1950. Depois de casado, o pai do sr. Edson compra esta terra, o que se deu no ano de 1964. Mas, mesmo tendo ainda hoje na família o núcleo do empreendimento agrícola, o trabalho na lavoura é realizado predominantemente com a mão-de-obra assalariada. O sr. Edson Kazuo Inoue ainda trabalha e chefia, ele mesmo, a propriedade de sua família (com mais de 25 hectares, no Bairro Casa Grande, Distrito de Parelheiros), em que plantam chuchu e pimentão em larga escala; porém ele conta com nada menos do que 14 assalariados contratados, entre permanentes e temporários. Alguns moram na própria terra dos Inoue, contudo, o próprio sr. Edson não mora na sede do sítio com os pais, mas na zona urbana de Parelheiros, junto com a esposa, professora, e os filhos, ainda crianças.

Notamos, contudo, que esta situação é, ainda hoje, minoritária na área de estudo desta pesquisa. Ou seja: examinando a composição da mão-de-obra nas unidades entrevistadas, verificamos o largo predomínio do trabalho familiar, conforme demonstraremos de maneira mais minuciosa no Capítulo 7 desta dissertação.

Por fim, ainda no sentido de se elucidar o uso da força de trabalho numa unidade de produção familiar, há que se considerar a particularidade da *jornada de trabalho* camponesa. Como o trabalho com a terra é distribuído ao longo do ano em concordância com os ciclos da natureza, mesmo numa atividade intensiva como é o caso da horticultura, existe uma variação sazonal na necessidade de se empregar esforços:

Essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma série de tarefas artesanais domésticas, que eles realizam no período de pouco trabalho agrícola (OLIVEIRA, 1991: 64).

Apesar dos esforços cada vez mais intensivos que a agricultura especializada implantada no entorno de São Paulo passava a demandar, foi possível encontrarmos depoimentos que mostram ser este um dado ainda presente, como também indica que algumas dessas atividades transformaram-se em empreendimentos.

**Foto nº 56: trabalhadores colonos japoneses na lavoura contígua à morada  
a família**



Esta fotografia retratando uma família japonesa em sua lavoura de batatas é interessante para verificarmos, na sua porção direita, a simplicidade da moradia das famílias de trabalhadores rurais na primeira metade do século XX. O habitat, a princípio, não se diferencia daquele onde viveram por séculos os caipiras dos arredores de São Paulo. Fonte: <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

A criação de animais, por exemplo, era associada à agricultura para economizar com a compra de adubos minerais. É claro que, com o desenvolvimento das relações de mercado, estas atividades que produzem tanto os meios de vida quanto os próprios meios de produção dos camponeses, vão se separando da agricultura. Porém, não é incomum encontrar, até os dias de hoje, agricultores que empregam tempo nestas atividades não voltadas diretamente ao mercado:

G: Você costumava, nessa época, plantar pro gasto?

T: Pro gasto nós plantava, que nem, batata doce, essas coisas.  
(...).

G: A criação de animais o senhor tem ainda?

T: Tem... três animal.

G: Tem o que, cavalos?

T: Tem burro, que é mais forte. Isso daí não é só pro uso da roça, tem prá limpar as beira da mata, que come.

G: Mas tem pouca gente trabalhando com animal nessa região.

T: Praticamente zero.

G: Por que, o senhor acha?

T: Hoje tem máquina, quem ficar trabalhando com animal, morre de fome (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Sobre o habitat dos agricultores japoneses nos tempos de plantação da batata, relatava-se: “Habitação em que residem (...) é de pau-a-pique, sem reboque. (...). Se na habitação nota-se pouca influência japonesa, ela é marcante no referente aos hábitos alimentares” (NOGUEIRA E NUNES, 1951:49). Podemos constatar essa descrição ao observarmos a Foto nº 56, disposta acima.

Além da construção da própria habitação, temos que os mantimentos consumidos, como shoyu e a base do missô, eram comprados através da Cooperativa ou mesmo feitos em casa. Além disso, muitas das espécies típicas da culinária japonesa cultivadas nas unidades de produção familiares eram, em parte, comercializadas, revelando, dessa forma, um amalgama entre economia do excedente e agricultura camponesa voltada ao mercado nos sítios em questão. Registrava-se, na época em que a batata era o principal produto e cultivo em Santo Amaro-Parelheiros, que entravam no mercado da Cantareira “(...) produtos que aparecem muito pouco, inexpressivos, como: cambuci, soja, shakushina, xisso, catalônia, gobô, fuki, moyashi: alguns, como se observa, quase que desconhecidos pela maior parte da população” (GUIMARÃES, 1966: 09). Além disso, possuíam “(...) na propriedade, duas ou três plantas japonesas que são remédios caseiros; entretanto, quando a doença é mais grave e esses remédios não conseguem solucionar, recorrem à assistência médica que lhes é concedida pela Cooperativa” (NOGUEIRA E NUNES, 1951:50).

O cultivo de plantas ornamentais, que hoje se tornou um negócio para os agricultores suburbanos, começa nos jardins das famílias japonesas. O cultivo de algumas espécies de hortaliças também surge como atividade não vinculada ao mercado, depois ganha caráter comercial.



**Fotos nºs 57, 58, 59 e 60: cultivo de plantas ornamentais em propriedade de família nipo-brasileira**



Essas fotografias mostram o jardim cultivado no quintal da casa do sr. Hiroshi Katayama por seu pai (no quarto quadrante). Note-se a minuciosidade da técnica empregada no cultivo dessas espécies, um hábito que faz parte da própria cultura japonesa, e que veio a se tornar uma atividade comercial conforme passou a haver uma demanda por parte do paisagismo urbano. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

***5.2.2. As técnicas agrícolas e os meios de trabalho empregados na horticultura fundamentalmente comercial***

Na área de estudo desta pesquisa, era predominante o cultivo de hortaliças, especialmente a batata. Estas mercadorias, destinadas ao abastecimento dos mercados urbanos, precisavam ser fornecidas com agilidade, forçando o aumento da produtividade nas unidades de produção familiares.

Sobre a horticultura “suburbana”, temos a seguinte afirmação: “extremamente difundida, caracterizando-se por assegurar o essencial do abastecimento da metrópole em hortaliças (...). Pequenos estabelecimentos constituem a regra (...)” (LANGENBUCH, 1968: 412). O trabalho do pequeno produtor ganha importância por atingir uma produtividade que se mostra capaz de abastecer o mercado em crescente expansão:

(...) o mais importante desenvolvimento verificado no meio rural dos arredores paulistanos entre 1915 e 1940 foi a expansão conhecida pela agricultura comercial destinada ao abastecimento da Capital. (...) Esta expansão compreende ampliações e diversificações. Toma corpo a horticultura, a fruticultura e a floricultura. Estrutura-se o cinturão verde em torno de São Paulo (LANGENBUCH, 1968: 243).

A horticultura “já atingira na época retratada uma de suas características atuais, qual seja a de suprir satisfatoriamente a cidade de São Paulo, e de ainda poder exportar para outros centros consumidores” (LANGENBUCH, 1988: 245). Era o caso de Mogy das Cruzes, que fornecia hortaliças até mesmo para os mercados do Rio de Janeiro.

No caso da zona rural de Santo Amaro, assim como em outros subúrbios rurais de São Paulo, até aproximadamente a década de 1940, sob hegemonia desse trabalho familiar, o cultivo da batata constituía-se na “atividade econômica fundamental, quase que exclusiva, a ponto de termos podido falar numa monocultura da batata”, voltada para os mercados urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro. “Sua comercialização processava-se, então, integralmente no Mercado de Pinheiros, naquela época dominado por atacadistas comerciantes de batata e cebola. Toda a atividade era praticada em terras arrendadas” (SEABRA, 1973: 56).

As culturas anuais exigem um sistema de trabalho específico: inicia-se com a queimada da capoeira, entrando então a aração e a adubação para, finalmente, realizar o plantio da batata. É feita a rotação de culturas com o milho. Além disso, empregam-se “desinfetantes”, além da cal, na época de chuvas. É na colheita, porém, que o trabalho se torna mais intenso, sendo necessária a

contratação de diaristas. O plantio da batata das águas se dá entre agosto-setembro, enquanto a batata da seca fica entre abril-maio, com a colheita de 3 a 4 meses após o plantio (GUIMARÃES, 1966).

Prosseguindo na análise dos elementos da produção camponesa, SANTOS (1978) indica que a utilização particularmente extensa da força de trabalho familiar na jornada de trabalho agrícola está apoiada sobre a *propriedade dos objetos e meios de trabalho*, especialmente a terra, donde pode-se concluir que:

(...) o processo de trabalho camponês apresenta uma “composição de valor baixa”, na medida em que a força de trabalho é o elemento com maior peso entre todos os elementos envolvidos na produção camponesa (SANTOS, 1978: 66).

Mesmo considerando-se que viria a ocorrer a presença da mecanização do trabalho nos estabelecimentos familiares, é característica geral do processo de produção camponês uma participação predominante de trabalho vivo sobre o trabalho morto, cristalizado em produtos. Por isso, na análise do caso estudado, também é importante verificar se os meios de produção são todos eles obtidos no mercado, ou se a família também os confecciona. Verifiquemos, então, como se dá esta relação no caso dos horticultores situados ao sul de São Paulo. Quanto aos aspectos técnicos da atividade agrícola, nota-se que, neste tempo de surgimento das colônias de agricultores independentes, não havia como obter fertilizantes.

Havia, entre os lavradores, alguns que compravam cavalos magros e os alimentavam com capim e cavalaçarias para obter esterco. Outros faziam adubo verde com feijão de mucuna, da família das leguminosas. Também se arava a terra sobre a superfície onde se espalhava mato cortado. Ou se queimava a mata seca espalhada na roça (ANDO, 1961: 24).

Nos vales, aproveitando-se a terra preta, cultivava-se por anos seguidos sem a utilização de adubação, mas a terra rapidamente se esgotava, e, nestes

casos, muitos lavradores deixavam o cultivo da batata e voltavam a ser colonos de grandes fazendeiros no interior de São Paulo.

**Foto nº 61: unidade de produção de batatas no Moinho Velho – a força de trabalho, o habitat e os meios de produção**



Retrato de uma família de agricultores japoneses dentre os primeiros no bairro de Moinho Velho, Município de Cotia. Podemos notar, além da rusticidade das habitações, a presença dos animais, utilizados como o principal meio de produção nas primeiras décadas após o surgimento da bataticultura. Ao fundo, os morros com sua cobertura vegetal.<sup>8</sup>

Em 1919, dá-se uma medida que indica o caminho para solucionar-se o problema: ocorre a primeira aquisição de 3.346 sacas de esterco junto a um matadouro de Osasco que ficou conhecido pelos japoneses (informação trazida pelo vigário de Cotia). Nesta ocasião, a Associação Japonesa, realizando uma operação comercial relativamente simples, desempenhou uma função cooperativista, demonstrando as vantagens de um empreendimento à base de cooperação coletiva (ANDO, 1961). A técnica da adubação obteve sucesso, de modo que a notícia correu e novos lavradores se transferiram para Cotia ou para outras localidades rurais nas redondezas de São Paulo.

<sup>8</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://japao100.abril.com.br/arquivo/saga-do-trabalho/>. Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

Assim, a introdução do arado japonês, do adubo e da calda foram as três grandes inovações introduzidas pelos colonos japoneses; inovações proporcionadas pela sua capacidade associativista. Em função disso, a partir de 1925, acelera-se a já mencionada ocupação de terras em torno de São Paulo por famílias de horticultores (ANDO, 1961).

Portanto, é importante ressaltar que, além do assalariamento não ter constituído relação de trabalho fundamental nas unidades de produção agrícolas “suburbanas”, temos que o processo de trabalho era também realizado com meios de produção e insumos inicialmente produzidos pelos próprios camponeses, mas que paulatinamente começam a ser abandonados devido às novidades técnicas introduzidas por influência da Cooperativa de Cotia. Muitos depoimentos indicam que a introdução de maquinário (ver Foto nº 62) ocorreu somente após a década de 1950. É possível afirmar, assim, que o trabalhador horticultor japonês introduziu uma forma de trabalho integrada aos mercados urbanos em que a tecnologia tem peso gradativamente maior, na qual, todavia, não se constituía a separação entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção.

A economia doméstica organizada em sistema de cooperativa possibilitou uma mudança nítida nos sistemas agrícolas no entorno de São Paulo. O aumento constante de produtividade passa a ser um objetivo, devido à intensificação da demanda nos mercados urbanos. “Os exemplos iniciais e mais significativos, pelo menos para a definição do caráter especulativo da atividade, são justamente a monocultura da batata (...) e a tomaticultura” a partir da década de 1930 (SEABRA, 1971: 5). Do ponto de vista estritamente econômico, “(...) a Cooperativa Agrícola de Cotia foi parte importante da sustentação da agricultura praticada pelos japoneses na região” (OLIVEIRA, 2004: 138) porque trouxe técnicas como a irrigação ou a drenagem, a rotação de culturas, uso de arados, o “medicamento” destinado ao combate das pragas ou à proteção das plantas cultivadas, além de sementes selecionadas.

**Foto nº 62: galpão moderno de armazenagem do maquinário agrícola**



Galpão abrigando maquinário utilizado na produção de hortaliças no sítio do sr. Kitabayashi. Sua introdução no processo de trabalho passou a ser progressivamente mais necessária para que o trabalhador rural conseguisse aumentar seu nível de produtividade. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

O sr. Kitabayashi nos deu um depoimento que revela de maneira muito rica como se deu a introdução do maquinário no trabalho agrícola das unidades de produção familiares:

**Pesquisador:** Me conta como foi evoluindo o uso de maquinário, o uso de ferramentas na produção agrícola, desde que o senhor era criança, desde que o senhor começou trabalhar na terra... (...) Como que foi evoluindo os instrumentos de trabalho do agricultor ao longo de todos esses anos?

**Sr. Kitabayashi (K):** Isso daí, é... por causa que... no início, era através do animal, né? Tombar a terra... Bom, animal, até hoje a gente trabalha com animal, também, prá fazer uns servicinhos. Mas, em 58 que meu tio comprou o primeiro trator, que era um Ford, né, Ford a gasolina. Daí, bom, como eu era criança, também... criança, mas era meio curioso nessas coisa, máquina. Naqueles época não tinha muita vez, a não ser ir na escola, ou senão ficar lá na chácara, né? Fiquei conhecendo máquina através que morava no sítio dele. Em 61, ele comprou outro. Tombava a terra prá gente e já começou a facilitar. Você via a diferença do serviço que fazia, né, pelo meu pai... Em 61, já tava com o diplominha na mão, já tava fora do Grupo, na escola...

tava só na escola japonesa. Sempre... eu não ficava quieto, né, sempre procurava... meu pai trabalhava, a parte dele, mas eu ficava entre meus primos, vendo o serviço dele. No que podia ajudar, que às vezes ajudava bastante, mas ficava vendo ele, né? Fui aprendendo, né. Quando tinha meus treze anos, já dirigia trator. Aprendi mais, não na prática, mais olhando. Então, assim foi... Em 64, quando eu já trabalhava, já não ia na escola, mais... então, aí eu ficava na roça, atrás dos meus pais, mais assim, ajudando meu tio. Em 64 nós conseguimos um trator que até hoje eu tenho. Que é um Massey-Fergusson [ver Foto nº 63], nós pegamos usado, né, mas quase sem uso. Meu tio ajudou a comprar.

P: Na época que o senhor começou plantar usava irrigação?

K: Usava. A gente usava, bomba de 10 hp. Era pequena, né? [O tio] emprestava, né? É por causa disso que eu fui atrás de máquina. Comprar máquina, investir sempre em cima da máquina.

P: No caso, transportar mercadoria, como vocês faziam?

K: Meu tio tinha um caminhãozinho velho, mas em 57 ele pegou um caminhãozinho novo (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 63: trator pertencente ao sr. Kitabayashi**



Primeiro trator comprado pelo sr. Kitabayashi em 1964, em uso até os dias de hoje. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Ainda a respeito do uso dos meios de produção e insumos na agricultura, o sr. Hemenegildo Hessel disse em depoimento que usava adubação com o esterco de galinha desde a época do seu pai. Não sabe precisar quando começou usar adubo industrializado, mas faz muito tempo. O pai do entrevistado fazia roça, queimava uma parte e plantava em cima da cinza. “Agora, se plantar sem adubar, não dá nada. Antes, queimava a mata, plantava feijão e milho e dava”. O milho, naquela época, era usado também para alimentar a criação de animais. A utilização de insumos também passa a ser ampliada, visando o aumento de produtividade e melhor aspecto do produto:

O sr. Hemenegildo Hessel, quando perguntado sobre a primeira máquina que havia comprado, responde que esta foi um trator, o qual veio a facilitar seu trabalho. Quando perguntado se outros agricultores da região também tinham máquinas como tratores para trabalhar, ele responde que pouca gente os possuía; “naquela época, era difícil, mais era japonês”. As máquinas facilitaram seu trabalho porque ele passou a não mais depender de empregados. Começou irrigar a plantação na década de 70. Depois, ele conta que, antes de morar nesta terra, ele tinha uma outra terra, da qual ele era proprietário, mais próxima ao bairro do Cipó. Ele vendeu a terra, porque lá começou a passar a linha de transmissão de energia elétrica; conta-se que ele tomava choques. Pouco tempo depois de ter comprado a terra na qual está instalado hoje, a linha de transmissão foi estendida sobre a nova propriedade.

Ainda sobre o uso progressivo de insumos (ver Foto nº 64) e das técnicas de cultivo do solo numa propriedade agrícola de grande porte, considerando-se os padrões da região, temos o depoimento do sr. Tabayashi:

G: (...) atualmente o senhor tá utilizando que tipo de produtos, que tipo de insumos?

T: [Cita três tipos de insumos, bem baixinho, não dá prá entender]. Mais é tipo Roundup, mas é muito pouco. Passa uma vez, duas vez, depois de plantar, depois não passa mais. Quase natural.

G: O senhor utiliza adubo só na hora de plantar, o adubo foliar, também... que tipo de adubo o senhor usa?



T: O adubo foliar a gente usa, mas é muito pouco, porque é junto com o insumo, quando vai pulverizar. Mais é adubo na terra, mesmo. E também adubo orgânico, composto.

G: Ah, o senhor usa composto, também, orgânico...

T: É...

G: Faz idéia da quantidade que o senhor tem que comprar, por ano, por exemplo, de adubo orgânico de adubo orgânico e de adubo químico?

T: Não sei, porque tá acabando, a turma vem oferecer, já pega aí. (...). Não dá nem prá ficar calculando. Prá falar a verdade, idéia, até tem, mas na hora, assim, não dá prá nem...

G: O que seria por ano, vinte e cinco sacos de adubo químico?

T: Não, isso daí não dá nem pro começo. [longa pausa, como que fazendo conta]... usa bastante... [longa pausa]. Uns mil e quinhentos sacos, composto com o adubo. 4-14-8, 3-10-5, já vem misturado. Você pede prá misturar, já.

G: Ah, os trinta e cinco hectares, o senhor ocupa eles todos ao mesmo tempo... ou não?

T: Não, não. Um fica parado, o outro tá colhendo, descansa um pouco... (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### Foto nº 64: agricultor pulverizando plantação de alface



No canto direito da imagem, o sr. Isao, proprietário de um sítio na estrada do Jaceguava executando o trabalho de pulverização da lavoura; mais ao fundo, funcionários executam a mesma função. No canto superior esquerdo é possível notar edificações urbanas. Imediações da estrada de Parelheiros e do Jaceguava. Fonte: trabalho de campo. Autor: Giancarlo Livman Frabetti, em 05/01/2004.

Devido à riqueza proporcionada pelas condições hidrográficas da região, os agricultores costumam ter uma nascente dentro de suas propriedades. Para aproveitá-las, os agricultores geralmente construíram pequenos represamentos (ver Foto nº 65) para armazenar a água do lençol freático. Estes reservatórios, à beira dos quais são instaladas bombas de sucção que conduzem por meio de encanamentos a água utilizada na irrigação da lavoura, são de grande importância na horticultura, uma vez que, sem esse recurso, em períodos de estiagem, haveria grande possibilidade de falta de água.

**Foto nº 65: represamento construído para irrigação da lavoura**



No quadrante inferior esquerdo consta o abrigo da bomba de sucção e a saída da tubulação utilizados em sistema de cultivo de hortaliças variadas nas imediações da Estada do Jusa. A bomba está acoplada à beira do tanque utilizado no armazenamento de água, o qual podemos observar na porção direita da imagem. Fonte: trabalho de campo. Autor: Giancarlo Livman Frabetti, em 05/06/2004.

É importante lembrar que nas antigas propriedades horticuloras, podia estar associada à agricultura a criação de aves, para a obtenção de esterco e para a obtenção do próprio alimento.

O galinheiro (...), feito de taquara, coberto de sapé (...) pouco durável e dentro de dois anos no máximo não mais servirá. (...). Compra os pintinhos através da Cooperativa (...) Consomem mistura especial, fornecida pela Cooperativa. (...) As verduras velhas também são dadas às galinhas, no decorrer do dia. Dessa forma, faz-se entrelaçamento nas atividades: a criação consome as folhas velhas das verduras e fornece esterco para as novas culturas. (NOGUEIRA E NUNES, 1951:46).

Esta também foi uma atividade que, desassociada da produção direta dos meios de produção nas unidades bataticultoras, transformou-se em um setor da produção alimentícia altamente tecnicizada nos arredores de São Paulo. Sobre produção a avicultura, temos registro de que os ovos de galinha da Cooperativa Agrícola de Cotia correspondiam a 43,8% da produção estadual em 1963 (na Foto nº 66, podemos ver um antigo estabelecimento comercial avícola no centro de Parelheiros, indicando a importância que a atividade teve no passado)

A avicultura se traduz na paisagem pela presença de agrupamentos de vários galinheiros, consistentes de galpões cobertos, de formato alongado. As galinhas (e outras aves) criadas de acordo com preceitos técnicos modernos, em geral são de raça. As granjas geralmente são pequenas, mas também há alguns estabelecimentos grandes, o que não implica necessariamente em grande área, dado o caráter extremamente intensivo desta atividade (LANGENBUCH, 1968: 413).

Ao redor de São Paulo, o autor já destacava as atividades de produção agropecuárias “requintadas”: fruticultura (caquis, ameixas e pêssegos), floricultura (estabelecimentos especializados na produção de mudas para a formação de jardins), criação de cavalos para corridas e criação intensiva de coelhos.

(...) o trecho de Marcello Piza referente a Mogi das Cruzes, mostra como os novos ramos da horticultura que ora se desenvolvem, se justapõem aos cultivos tradicionais, com eles coexistindo no mesmo município. Também se verifica em outras partes dos arredores paulistanos onde a horticultura, floricultura e fruticultura se instalam. (...) Em Santo Amaro havia igualmente cinco fábricas de farinha, e, além da correlata produção de mandioca havia a de cereais e fumo (...). Note-se que são produtos típicos da agricultura caipira (...). Do grande

desenvolvimento da horticultura, da fruticultura e da floricultura pouco participou o elemento caipira; este continuou a praticar as culturas às quais estava há muito habituado (LANGENBUCH, 1968: 246).

**Foto nº 66: avícola no centro de Parelheiros**



A imagem da avícola (ao fundo), situada no centro de Parelheiros, em funcionamento até os tempos atuais, nos revela, pelo estilo antigo de sua construção, que ela esteve ligada ao tempo em que as granjas eram uma importante atividade econômica na região. Ao fundo da imagem, observamos construções recentes as quais vieram a erguer-se em torno do antigo núcleo caipira a partir do último quartel do século XX. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Muito dessa capacidade que as unidades de produção organizadas por nipônicos tiveram de tornar-se mais produtivas e especializadas decorre do apoio técnico fornecido pela Cooperativa de Cotia:

G: (...) na Cotia, vocês tinham algum tipo de, por exemplo, apoio técnico, se vocês tinham algum tipo de... quer dizer, se vocês aprendiam novas maneiras de plantar...

H: Ah, tinha, né? Antigamente tinha... a gente tinha engenheiro agrônomo. (...) E a Cooperativa tinha engenheiro deles que visitava o sítio, assim, né, a plantação, dava apoio técnico, ensinava tudo o que tinha, e às vezes ele fazia uma coisa, assim, prá você aprender novas técnicas (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama. Trabalho de campo em janeiro de 2008).

Os poucos agricultores não cooperados já dependiam do parco apoio técnico encontrado nas casas revendedoras de insumos:

G: Vocês tinham algum tipo de apoio técnico prá fazer isso, agrônomo...

T: Naquele tempo não tinha né? Não era cooperado, nem nada. Só apenas meu tio que, às vezes comprava adubo. Então tinha... Naquela época era o Takenaki que era forte. Também faliu.

G: Na época que o senhor começou a trabalhar com agricultura, utilizava o adubo industrializado ou era outro tipo de adubo, esterco de galinha...

T: Mais era o industrializado, químico, né? Porque naquele tempo, como não tinha caminhão... usava um pouco o adubo orgânico (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo em janeiro de 2008).

Devido ao emprego progressivo de novas técnicas, não são mais as condições naturais que presidem sobre o calendário agrícola, mas sim as exigências de mercado. O desenvolvimento da horticultura, que começa secundariamente, depois supera a bataticultura, será compreendido desta forma. COSTA (1958) nota que “quando as propriedades dispõem de maior extensão de várzeas, dedicam-se à horticultura (...). Ao contrário, quando as encostas predominam, preferem as culturas anuais (...), embora também possam praticar a horticultura, caso o declive mais suave das encostas o possibilite” (COSTA, 1958: 116-7).

### **5.2.3. Propriedade camponesa da terra**

Finalmente, além dos meios de produção, dos quais o trabalhador não encontra-se separado, mas que paulatinamente são adquiridos no mercado, um outro dado que precisa ser aprofundado para tratar do processo de trabalho camponês, cada vez mais integrado aos mercados urbanos, é o significado da *propriedade da terra*, já que esta é uma condição de produção fundamental na agricultura. Ou seja, não só o camponês não se separou dos meios de trabalho,

tendo inclusive acumulado capacidade produtiva por ter incorporado técnicas cada vez mais sofisticadas, mas também ele controla produtivamente o uso da terra no seu processo de trabalho.

Como já vimos anteriormente, ao focar a trajetória da imigração japonesa e sua relação com o surgimento e diversificação da lavoura independente em São Paulo, na área de estudo em questão, a princípio, o objetivo preponderante entre as famílias imigrantes era o de enriquecer e retornar para o Japão. Contudo, entre outros fatores conjunturais, com a trajetória de expansão da Cooperativa de Cotia, muitas famílias passam a comprar terras na zona rural de Santo Amaro, do Embu, de Itapeverica da Serra e no Distrito de Parelheiros, onde passam a desenvolver a lavoura principalmente de perecíveis. Isso acontecia concomitantemente à já referida suburbanização do entorno de São Paulo. No caso da sua porção sul, tínhamos as famílias de caipiras herdeiros das terras dos antigos colonos, que passam tanto a vender como arrendar suas propriedades aos novos camponeses nipônicos.

Note-se que a colonização japonesa nos arredores paulistanos difere da alemã, verificada na década de 1820 e da colonização predominantemente italiana do último quartel do século passado. Enquanto estas se verificaram através da fixação em núcleos coloniais oficiais, os japoneses se estabeleceram em terrenos particulares (LANGENBUCH, 1968: 249).

Inicialmente, havia uma grande mobilidade territorial dos associados, pelo fato de que não se considerava fundamental a compra da terra (pelo contrário: para muitos, ela sequer fazia sentido, uma vez que o objetivo primordial era levantar recursos para regressar ao Japão). Na época da fundação da Cooperativa, apenas 19% dos sócios eram proprietários (ANDO, 1961). O arrendamento era o principal meio de acesso à terra. Esse quadro começa a mudar, como já tivemos oportunidade de demonstrar, ao longo das décadas de 1930 e 1940, quando muitas famílias desistem de retornar à pátria e passam comprar terras a prestação.

Com o aumento no número de unidades de produção agrícolas, o sistema de arrendamento tornou-se mais complexo: os novos agricultores que chegavam, passavam a atuar na condição de camponeses rendeiros de proprietários japoneses mais antigos. Notadamente, delineava-se a tendência dos camponeses proprietários investirem mais em benfeitorias, enquanto os camponeses rendeiros investiam mais em meios de produção. COSTA (1958) notava que “a presença de um simples arrendatário ou de um proprietário reflete-se, muitas vezes, na paisagem. No segundo caso, a estabilidade conduz a maiores cuidados em relação à propriedade e à melhoria e embelezamento da habitação e seus anexos” (COSTA, 1958: 116). Também no estudo de Nogueira e Nunes, são comparadas duas unidades de produção; na primeira, o camponês é proprietário, na segunda, arrendatário.

(...) Na primeira, o lavrador por ser dono da terra, demonstra muito maior cuidado em suas técnicas de cultivo, bem como espírito muito mais empreendedor. (...) Na segunda (...) demonstra, conseqüentemente, menor amor a elas, pouco tratando de embelezá-las. Seu desejo é comprar uma propriedade, embora menor, mas que seja perto de São Paulo e que lhe permita dedicar-se a horticultura; (...) A horticultura ocupa uma posição inferior na economia da propriedade, sendo-lhe reservada uma área pequena na várzea [predominava a monocultura da batata nas encostas]. (NOGUEIRA E NUNES, 1951:59).

Sobre os imigrantes japoneses, é importante adiantar que os agricultores mais novos tinham profundo respeito e obediência para com os mais antigos. A relação entre o camponês proprietário da terra e o camponês rendeiro era, pois, mediada por critérios pessoais. A estratificação social ou econômica era atravessada pelo comunitarismo que se colocava nas colônias de trabalhadores imigrantes japoneses. O sr. Kitabayashi, por exemplo, nasceu na terra de seu tio, que apesar de ser o proprietário fundiário e o intermediário na venda da produção, também era uma espécie de exemplo de trabalhador para as crianças, que aprendiam a realizar tarefas da lavoura ajudando os mais velhos:

**Pesquisador:** Esse trabalho que o tio do senhor fazia, o senhor tava me contando, ele ajudava em uma série de coisas, né?

Ajudou comprar o primeiro trator... ajudava a tombar a terra quando não tinha trator... Usava a bomba do seu tio... Havia uma espécie de pagamento, mesmo, não em dinheiro, mas em produção?

**Sr. Kitabayashi:** Que a produção, mesmo, ele que vendia no Ceagesp, então nisso ele tinha frete e tinha comissão. Outra, a gente sempre participou ajudando, Meu tio tinha um irmão, que ficava na roça, também. Ficava no meio deles. Quando ficava sem fazer nada, porque não tinha muito o que fazer, ia buscar mangueira, ajudava fazer a caixa e punha no caminhão, na colheita, também, a gente ajudava na colheita... tinha a parte do meu pai, mas do meu pai era pouco (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

COSTA (1958) apontava, contudo, que no sistema de arrendamento era bastante comum esses agricultores mais novos passarem à condição de proprietários. “Enganam-se, porém, os que supõem seja este o único existente, nem o mais preferido; com freqüência, o arrendatário japonês transforma-se em proprietário, bastando para isso que disponha de meios próprios para consegui-lo” (COSTA, 1958: 116). Assim, podemos perceber que a condição de arrendatários ou meeiros a partir da qual começaram os agricultores de origem nipônica deixava de ser única; passava a existir também da condição de proprietário entre os japoneses. Era comum que as famílias mais novas que chegavam do Japão trabalhassem de arrendatários durante alguns anos, até que conseguissem condições de adquirir sua pequena propriedade:

**Pesquisador:** Aqui, o seu pai, você lembra se ele trabalhou de meeiro, arrendatário?

**Sr. Kitabayashi:** Ele trabalhou de meeiro quando chegou, dois anos. Trabalhava com o cunhado dele, que era irmão da minha mãe. Aí, meu tio deixou ele trabalhar como arrendatário no Cipó, pegava mercadoria e mandava. Ele vendia já, né? Na Cantareira, naquele tempo, né? Plantava, ficava com a comissão e carroto, né? Foi indo assim até 76, trabalhava no terreno dele (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

É extremamente importante, para o caso em questão, mencionar que a maioria dos camponeses, desta área de estudo, detém a *propriedade da terra* ou o controle sobre seu uso, já que esta é a base do trabalho camponês. Dentre os



instrumentos de produção que o camponês controla no seu processo de trabalho, sem dúvida alguma, o mais importante para explicar sua condição particular no capitalismo é a terra, já que ela é um bem limitado e não reproduzível e, por isso, enseja peculiaridades na organização social criada em torno do trabalho que nela se realiza. Nesta área de estudo, as propriedades das famílias japonesas foram adquiridas junto aos caipiras descendentes dos antigos colonos alemães, como podemos notar:

**Pesquisador (P):** Essa terra aqui o senhor comprou ela de quem?

**Sr. Kitabayashi (K):** Do Benedito Schunck, o dono do bairro do Cipó, município do Embu-Guaçu.

P: O senhor faz idéia da quantidade de terra que ele tinha?

K: Ah, tinha bastante, mais de cem alqueires. Fora os irmãos dele.

P: O senhor lembra o nome dos irmãos dele?

K: Todos eu não lembro, tinha bastante. Ele, da parte dele, tinha doze. Foi dividido isso aqui. Desde lá do Embura até aqui. Depois, passou dez anos, comprei do vizinho, também.

P: O vizinho era o Benedito Schunck?

K: Era do mesmo herdeiro. Eu não sei como é que deu certo.

P: Ah, teve outro lugar que o senhor tentou comprar antes?

K: Já, uns três, quatro lugar. Mas também sempre foi assim [faz o gesto do percurso que fez enquanto passava por esses lugares], foi dando a volta, chegamos aqui. Ficou mais perto do centro do Cipó [ri]. Comparava em 74... Já em 74 cultivado, mas a terra bem cansada. Aí, nós tinha trator naquele tempo, e começou a trabalhar aqui (...) (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Alguns, inclusive, detinham uma pequena propriedade e arrendavam terras incultas dos proprietários locais. O seguinte depoimento nos ajuda a aprofundar esta questão:

**Pesquisador (P):** E quando foi que vocês vieram aqui prá essa região de São Paulo? Quando foi que vocês vieram prá cá?

**Sr. Hiroshi Katayama (K):** Eu nasci aqui, né?

P: Essa terra aqui os seus pais compraram logo de cara, ou eles trabalharam de arrendatários, primeiro?

P: Trabalhavam como arrendatários.

G: Prá quem foi que vocês trabalharam de arrendatários?

P: [Rindo] Não estão nem vivas mais as pessoas, né? Que, na época que plantava isso era meus pais, né?

G: E o senhor conhece os donos de terra prá quem os seus pais trabalhavam geralmente? O nome deles...

P: Não lembro... Faz tempo, né?

G: Em que região que era?

P: No Vinte e Oito, ali onde é... ali meu avô plantava antigamente. Virou uma cidade, né, uma vila. Chama São Rafael, ali no Clube Tietê. Ali meu avô plantava batata... Meu pai plantava nessa região de Parelheiros, aqui onde tinha a garagem dos ônibus, não sei se você conhece. Onde tá fazendo o Rodoanel, sabe onde é o Rodoanel?

P: Sei...

H: Aqui naquela vila prá cá dele, meu pai plantava ali todinho. Aqui onde tem esse motel Xanadu, também, meu pai plantou... E também lá pro lado do matinho que fala, né, lá no fundão. Dá uns, dá o quê... dá acho que uns dez, quinze quilômetros daqui.

P: Isso você fala lá pro caminho da Ponte Alta, lá?

H: Fundão, pegando lá onde tem o Rodoanel e indo embora. Essa região aí. Acho que dá uns doze, quinze quilômetros.

P: Isso tudo é arrendado?

H: É. Tinha [terra suficiente] prá plantar, né?

P: E vocês arrendavam terras são de japoneses, ou de...

H: De brasileiro também (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Afirma-se, a respeito do tamanho dos lotes de terra que eram vendidos nos arredores de Cotia na época dos ingressos dos nipônicos:

Em sua totalidade são loteamentos de pequenas propriedades. Os maiores não atingem mais de 50 ha. e freqüentemente os lotes possuem menos de 15 ha. Além disso, com poucas exceções, estão situados nas áreas horti-fruti-granjeiras dos arredores das grandes cidades ou, quando não estão, na maioria dos casos praticam-se neles atividades desta natureza. Finalmente, em sua quase totalidade foram lotes vendidos a elementos de origem japonesa, quer recém-vindos, quer agricultores já há muito instalados no país, ou a seus descendentes. (SEABRA, 1973: 170).

Como não está separado da terra (ainda que dela não seja o proprietário formal), este pequeno produtor horticultor não está separado dos meios de produção; para conseguir seu meio de sobrevivência, ele coloca seus próprios recursos no processo produtivo. As mercadorias obtidas, todavia, não são mais fundamentalmente voltadas ao seu próprio consumo; elas são, portanto, comercializadas. Apesar da autonomia do trabalhador camponês (devido ao fato

de ser proprietário dos meios de produção), ele se vê cada vez mais atravessado por uma determinação que é o poder centralizador e decisório do mercado, sobre o qual ele não tem controle. Sendo assim, a questão é: como se dá a sujeição da renda da terra ao capital?

Entendemos que, por ser a terra seu principal meio de trabalho, um camponês vivendo sob uma formação social conduzida hegemonicamente pelo processo do capital, no caso, o pequeno produtor de mercadorias do entorno paulistano, tem sua existência social atravessada decisivamente pela lógica da *renda territorial sob o capitalismo*. Isso ocorre devido ao processo histórico pelo qual a renda fundiária, sob o capitalismo, se metamorfoseia e volta a se instaurar na base do trabalho camponês, obrigando este sujeito a imobilizar dinheiro na compra da terra ou submeter-se ao pagamento de renda (MARTINS, 1979). Temos, portanto, a seguinte referência a respeito da diferença entre a *renda capitalista* e a *renda camponesa da terra*, nascida com base no trabalho familiar e na apropriação territorial:

Devemos assinalar que a característica básica entre a renda da terra camponesa e a renda capitalista da terra, reside no fato de que a primeira, a camponesa, nasce na produção. É, pois o próprio produtor que entrega diretamente para os proprietários da terra uma parte da produção, ou dias de trabalho, ou ainda uma parte da produção convertida em dinheiro (renda em produto, renda em trabalho e renda em dinheiro). É pois o trabalhador que paga renda. Entretanto, com relação à renda capitalista da terra [baseada no valor criado pelo trabalho assalariado na terra, o qual é apropriado de maneira privada pelo capitalista], o mesmo não acontece, pois esta não nasce na produção e sim na *distribuição da mais-valia* (OLIVEIRA, 1991: 65). Grifo no original.

As situações sociais do capitalista na agricultura e do produtor familiar são, portanto, completamente diferentes quando se leva em conta que ao capitalista o arrendamento de terras nada mais é o do que a distribuição do valor do qual ele se apropriou mediante a exploração do trabalho assalariado, enquanto ao camponês o pagamento de tributo é a condição para que ele possa dar continuidade ao trabalho autônomo a partir do qual sustenta a si mesmo e a

sua família. Justifica-se aqui porque a questão da apropriação camponesa da terra, numa sociedade em que a terra mesma converte-se em mercadoria, é central para nossa argumentação. Metodologicamente, o problema do acesso do trabalhador à terra, realizado mediante pagamento de tributo ou do preço da terra, define a natureza social do camponês numa sociedade de classes capitalista e particularmente rentista, como se configura no caso brasileiro, o que permite analisar este camponês de uma maneira objetiva, todavia ainda processual, ou seja, a partir das condições materiais sobre as quais ele se relaciona socialmente:

O componente mais notável dessa incorporação [do não-capitalista na reprodução ampliada do capital] e, portanto, não de uma transição, foi a redefinição capitalista de renda fundiária e a própria gênese da propriedade capitalista da terra. Essa forma de renda territorial foi precedida pela renda em trabalho e pela renda em espécie. A própria renda em dinheiro nem sempre é renda capitalista da terra, pois pode permanecer com o caráter de tributo pessoal, dedução dos ganhos do trabalho na terra, pago pelo camponês ao proprietário. A renda capitalista da terra, obviamente sob a forma de renda em dinheiro, surge quando deixa de ser um tributo pessoal para se tornar um tributo social. Isso só é possível quando parte da mais-valia é transferida ao proprietário da terra no preço dos produtos comercializados, o que se viabiliza pela diferente composição orgânica do capital na agricultura e na indústria. A diferença entre a composição média e a baixa composição do capital na agricultura se materializa na renda fundiária, como se ninguém a estivesse pagando, quando de fato, a sociedade inteira é agora devedora desse tributo ao proprietário, pelo simples fato de que ele tem um título de propriedade e por isso cobra pelo uso de sua terra (OLIVEIRA, 1991: 93).

Assim, a propriedade privada enquanto fundamento do capitalismo esbarra em uma contradição que é o caráter rentista do desenvolvimento capitalista no Brasil. Ora, os camponeses livres, sob o capitalismo, podem ou não ser proprietários de terras, sendo o termo proprietário referente a um estatuto jurídico que somente surge com a expansão das relações especificamente capitalistas e não se aplica a períodos históricos anteriores à formação do mercado de terras. Ou seja, o camponês pode formalmente se

apossar da terra (fazendo desse camponês um proprietário de terras) ou simplesmente controlá-la na condução do seu processo de trabalho mesmo não sendo seu proprietário, situação em que o camponês ainda utiliza a terra como se fosse sua, segundo sua gestão. Com isso, as relações de propriedade no campo, baseadas na renda gerada a partir do trabalho familiar camponês, resultam nos seguintes “tipos”:

É assim, pois, baseados no acesso à propriedade e/ou posse da terra, que os camponeses diferenciam-se internamente. Desse processo nascem os *camponeses proprietários*, os *camponeses parceiros*, os *camponeses rendeiros* e os *camponeses posseiros* (OLIVEIRA, 1991: 63).

Vale lembrar que o camponês, nessas circunstâncias, se apossa, detém ou arrenda uma *terra de trabalho*, pois é característico do campesinato a unidade de trabalho e consumo familiares, diferente da propriedade capitalista, usada para explorar o trabalho alheio por meio das relações capitalistas de produção, especificamente. Como visto, quando um agricultor capitalista paga a renda ao proprietário, ele não está produzindo nada; está apenas distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra dos seus trabalhadores. O camponês, por outro lado, busca, em primeiro lugar, a própria sobrevivência e a de sua família por meio do trabalho a partir do qual produz mercadorias e, com a venda destas, obtém o dinheiro necessário. Portanto, a luta pela propriedade camponesa da terra, ou pela permanência na terra (mais adequada ao caso estudado) não faz desse camponês um reacionário, como se costumava dizer segundo uma certa ótica marxista-leninista, porque ele não está atrás da propriedade capitalista, mas da propriedade familiar, da terra de trabalho:

Aqui estamos diante da *propriedade familiar, privada* é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a *propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio*. Estamos diante da *propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador*. É, pois, *terra de trabalho*. É, portanto, *propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração* (OLIVEIRA, 1991: 60-1). Grifos no original.

Apropriar-se da terra de trabalho formalmente ou por conquistar o direito de usá-la produtivamente faz do camponês um sujeito social específico na atual sociedade de classes, porque, apesar de subordinado, ele se apodera de uma condição geral de produção fundamental à reprodução capitalista. Assim, conforme a releitura de OLIVEIRA (1997) dessa teoria da renda da terra para o caso brasileiro, as *formas camponesas de renda* (renda em trabalho, produto ou dinheiro), sob o modo de produção capitalista, são ainda atualmente metamorfoseadas e reproduzidas porque viabilizam a *produção* do capital baseada no processo de trabalho camponês (composto, como visto, pelo trabalho familiar e tocado predominantemente com meios próprios de trabalho).

### **5.3. A sujeição da renda camponesa da terra na fase da circulação do processo do capital**

Cabe reforçar que os agricultores, nesta área de estudo, absolutamente não se configuram dentro do tipo ideal segundo o qual a produção é, em sua maioria, voltada diretamente ao sustento da família, mas continuam trabalhando com base no trabalho familiar e sendo proprietários dos meios de produção, incluindo a terra. Assim, uma vez que, no caso aqui estudado, não se trate mais da economia do excedente, mas de uma produção agrícola quase que totalmente destinada à venda no mercado, podemos afirmar que, a partir da década de 1930, ocorreu um aprofundamento da divisão do trabalho entre a Cidade e seu entorno rural, com a inserção cada vez maior desses trabalhadores do campo em uma sociedade de mercado.

Para completar esta exposição sobre o surgimento da agricultura voltada ao abastecimento urbano na porção sul de São Paulo, cabe, então, analisar como foi a relação entre a economia de base doméstica e os mercados monopolistas que passavam a colocar a agricultura camponesa sob as demandas da metrópole. Para esclarecer este ponto, começaremos retomando a idéia de renda capitalizada da terra como meio que o capital encontrou para

sujeitar o trabalho no campo. A terra que se transformou em mercadoria configura uma fonte de produção não-capitalista do próprio capital: “o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 1991: 49).

Seja pela relação desvantajosa entre os custos de produção e o preço obtido na comercialização das mercadorias agrícolas, seja pela imobilização de recursos no pagamento de renda capitalizada da terra, o valor gerado a partir do processo de trabalho camponês se realiza somente parcialmente para o próprio camponês. Tanto pela sujeição da produção à esfera da circulação de mercadorias quanto pela transformação da própria terra em mercadoria, o camponês submete às classes monopolistas da sociedade parte da renda gerada no trabalho autônomo, sem o qual não se tem garantida a própria sobrevivência. Eis aqui, portanto, o elemento central dessa teoria que se propõe a pensar processualmente, e não a partir de classificações, a reprodução especificamente camponesa sob o modo capitalista de produção. Nesse sentido, há que se sublinhar o seguinte:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981: 175).

Ou seja, o processo de trabalho camponês, conforme descrito anteriormente, é incorporado à esfera da circulação do capital e submetido às suas determinações sem que as relações de produção essenciais a esse processo convertam-se em relações de assalariamento, configurando, na verdade, relações de produção não-capitalistas sob determinação do processo do capital na sua fase de circulação.

Enfim, esta orientação teórica em que nos baseamos está calcada em uma interpretação do processo histórico segundo a qual o desenvolvimento

desigual e combinado do modo de produção capitalista, além de promover a expansão de relações especificamente capitalistas, incorpora e promove a sujeição de relações sociais originadas em outro contexto e metamorfoseadas sob as condições dadas pelo próprio desenvolvimento e expansão capitalistas. A renda territorial capitalizada está no centro da recriação destas relações no campo e dos conflitos a ela inerentes. Torna-se possível, com isso, apreender o movimento histórico a partir do qual se distingue com mais clareza a agricultura camponesa da agricultura capitalista.

Segundo SANTOS (1978), existe, para este trabalhador camponês, a possibilidade de geração de renda da terra (ou seja, de um excedente sobre a taxa de lucro médio). Mas isso não significa que a renda será apropriada pelo camponês mesmo, produtor simples de mercadorias, pois sua posição no mercado capitalista é subordinada. Grande parte da renda gerada é apropriada, portanto, por determinadas frações da classe dominante no capitalismo:

(...) o valor do produto camponês somente será realizado parcialmente para o próprio camponês, retornando a ele em forma de dinheiro apenas parcialmente; isso porque os preços de mercado não cobrem o valor do seu produto (SANTOS, 1978: 57).

Esta contradição se manifesta, por exemplo, na defasagem do preço do produto agrícola em relação ao preço dos insumos, uma realidade enfrentada por todos os olericultores (para nos atermos ao caso em questão), do mais pobre ao mais abastado. Eis um dado fundamental para a compreensão daquilo que aqui se chama de *processo de integração e subordinação do trabalho familiar*.

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização (...) é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista (MARTINS, 1980: 59-60).



Quando esse processo ocorre, estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. O setor bancário, por exemplo, extrai do lavrador a renda da terra, sem ser formalmente proprietário dela. Ou seja, ao contrário do trabalhador assalariado, que ganha para trabalhar, nesse caso é o camponês quem paga ao banco para trabalhar. Mas o valor que este camponês extrai da terra com seu trabalho não é regulado pelo lucro médio do capital, e, sim, pela necessidade de reprodução da família camponesa, da força de trabalho.

Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada, ou pelo capital financeiro, em função dos empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao produtor (OLIVEIRA, 1991: 62).

A apropriação do trabalho excedente do camponês (produtor direto) não se verifica no interior do processo de trabalho, mas é realizada mediante um conjunto de determinações que *subordinam o processo de trabalho camponês* (determinações dadas na esfera da circulação do capital, ou seja, pela via do mercado). O camponês seria, portanto, um componente das classes subalternas da sociedade capitalista (SANTOS, 1978). Sob esta ótica, a produção doméstica de mercadorias agrícolas trocadas pelos meios de vida de que necessitam o camponês e sua família constitui o fundamento da definição da existência social desse sujeito (mais uma vez, um paralelo com a obra de Chayanov). Sua sujeição ao capital se dá no momento em que ele comercializa o excedente de sua produção voltada fundamentalmente para suprir suas próprias necessidades.

Argumentando sobre a circulação de mercadorias criadas com o trabalho despendido sob a lógica da economia doméstica, MARTINS (2003) afirma que a lucratividade sempre esteve mais no comércio dos gêneros agrícolas do que na sua produção. Apesar de livre nas suas escolhas enquanto produtor, o camponês deve vender o produto de seu trabalho para conseguir comprar outros bens os quais não pode produzir, portanto, entra no circuito das trocas mercantis

e, por meio destas, insere-se no processo geral de reprodução do capital. Mas, evidentemente, não é isso o que ocorre no caso das terras rurais que margeiam o aglomerado urbano paulistano: os mecanismos de mercado atuam fortemente sobre estes agricultores desde pelo menos a década de 1930, dado que reflete em um direcionamento fundamentalmente comercial da produção agrícola desde então.

Para elucidar a questão da inserção camponesa na sociedade de mercado, MARTINS (2003) ainda nos orienta no sentido de que, no movimento em que o camponês é alcançado pela divisão do trabalho, ele é obrigado a uma certa especialização, ou seja, passa a produzir primordialmente o que interessa ao mercado, e não às suas necessidades de sobrevivência. Nesse sentido, ao invés de congelar o conceito de camponês associando-o com a prática da agricultura “de subsistência”, esta teoria indica a necessidade de se interpretar a economia doméstica em seu movimento histórico sob um modo de produção conduzido hegemonicamente pelo processo do capital.

No caso aqui problematizado, é necessário compreender essa socialização secundária no contexto do extremo aprofundamento da *integração do trabalho familiar à divisão do trabalho*, dado que, segundo o viés teórico que privilegia a classificação em detrimento dos processos, poderia ser tomado como pressuposto para indicar uma descaracterização total do camponês, ou melhor, seu aniquilamento; o que redundaria em conceber a agricultura fundada no familiar sob as determinações unívocas do funcionamento de um mercado idealmente livre. Mas, conforme veremos de maneira aprofundada no próximo segmento, a (parcial) dissolução das antigas formas de organização social camponesas no território (os bairros rurais) não significa necessariamente a substituição dessa socialização camponesa por outra baseada nos princípios de uma sociedade de mercado. Ou seja, mesmo sob a determinação intensa do processo de circulação capitalista, a produção camponesa contígua à metrópole paulistana ainda contava com mecanismos próprios (tradicionais) de reprodução social do trabalho familiar na terra,

Sob este prisma, veremos que, no caso aqui abordado, a relação do camponês com o mercado intensifica-se particularmente na medida em que o gigantesco crescimento da metrópole paulistana passa a exigir novas demandas de seu entorno rural. Apresentamos, para elucidar esta proposição, alguns dados históricos sobre a influência do crescimento e modernização dos mercados de São Paulo nas transformações ocorridas no interior das unidades de produção agrícola e, com isso, na própria paisagem rural contígua ao aglomerado urbano metropolitano.

Voltando ao caso particular que estamos analisando, é possível afirmar que a renda produzida pelo trabalho familiar nas unidades de produção agrícolas passou a ser cada vez mais retirada das mãos do trabalhador, passando para o capital bancário, industrial e comercial. É sobre este último que nos deteremos, por enquanto. Sobre a destinação da produção agrícola no entorno paulistano, afirmava-se que “toda sua produção se destina à cidade de São Paulo, onde é vendida no Mercado de Pinheiros (ver Foto nº 67), no Mercado Central, nas feiras-livres e nas quitandas”. Para isso, recebiam os produtores o auxílio da Cooperativa Agrícola de Cotia, “a que muitos pertencem, sobretudo quando se trata de pequenos proprietários e arrendatários; cabe àquela entidade transportar o produto dos centros de produção e encaminhá-los aos de consumo”. Cumprе acentuar que muitos proprietários agrícolas, não japoneses, “também são sócios da Cooperativa e tomam como modelo a técnica nipônica” (COSTA, 1958: 122).

Já as relações mercantis, as quais consistiam na compra de produtos necessários para o consumo doméstico, assim como na venda batata, eram realizada majoritariamente em Santo Amaro. O percurso entre o meio rural e a vila era feito com dificuldade pelas estradas inicialmente de terra. Inicialmente o transporte da batata para o Mercado de Pinheiros era feito com tropas de burro:

**Pesquisador (P):** E onde se faziam compras?

**Sr. Kitabayashi (K):** No centro de Santo Amaro.

G: Alguma mercearia?

T: Não, é... que Santo Amaro era pequeno. Que nem, hoje, Cipó é maior que Santo Amaro, pode dizer. Aí, comprava lá, porque no Cipó não tinha nada.

G: E quais mercadorias trazia lá de Santo Amaro?

T: Mais era roupa, essas coisas, que trazia de lá prá passar o ano (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo em janeiro de 2008).

**Foto nº 67: o Mercado de Pinheiros em meados da década de 1920**



Fotografia do antigo Mercado Caipira do Largo de Pinheiros, na qual podemos observar a estocagem da batata e, a direita, uma carroça, com a qual os agricultores traziam suas mercadorias. Nesse entreposto, o monopólio exercido pelos comerciantes de origem européia na negociação da batata fez com que se concretizasse a Cooperativa Agrícola de Cotia, que passou a intermediar a relação entre os produtores agrícolas e os revendedores atacadistas. Fonte: endereço eletrônico [http://www.beneditocalixtoapraca.com.br/pg\\_historia.htm](http://www.beneditocalixtoapraca.com.br/pg_historia.htm). Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

Como já mencionado, durante o auge do funcionamento da CAC, a maior parte das propriedades agrícolas era dedicada à produção de batata, eventualmente tomate e ovos, ou seja, uma produção em larga escala de um único gênero agrícola muito consumido na metrópole. Ainda em 1966, GUIMARÃES (1966) constata que a “área de Santo Amaro-Parelheiros destacou-se, através de nossa amostragem, como produtora de repolho e batata, salientando-se como importante zona hortícola”. (GUIMARAES, 1966: 02). Foram contabilizadas as entradas de 17.837 sacos de 60 kg de batatas e

33.527 sacos de 32kg de repolho no mercado da Cantareira entre abril de 1964 e março de 1965.

**Foto nº 68: sede da Cooperativa Agrícola de Cotia**



Fachada da antiga sede da Cooperativa Agrícola de Cotia, no Largo de Pinheiros, situada em frente ao Mercado Caipira. É interessante notar que a abelha simboliza a estrutura interna da Cooperativa, baseada em células de trabalho operando combinadamente. Fonte: endereço eletrônico [http://www.beneditocalixtoapraça.com.br/pg\\_historia.htm](http://www.beneditocalixtoapraça.com.br/pg_historia.htm). Última consulta por Giancarlo Livman Frabetti, em 01/09/2008.

A C.A.C. ficava com 12% do preço obtido, 4% sendo consignado como quota no nome do proprietário e os 8% restantes como lucro da Cooperativa. (NOGUEIRA E NUNES, 1951:47). A Cooperativa de Cotia, finalmente, também teve participação no custeio da produção agrícola. Dessa forma, ela se tornou uma gigantesca empresa, com o passar das décadas:

G: E como funcionava a Cooperativa de Cotia?

H: Por que Cooperativa é assim, a gente... tinha financiamento... produção, também, que a gente tinha, mandava tudo prá eles, né? Então é uma troca, quer dizer, você manda prá Cooperativa e quando precisar de algum tipo de financiamento fica mais fácil, né? Pró venda, também, prá você vender, tem que ter... você manda prá Cooperativa e eles

tinham prá onde distribuir a produção, né? Podia planta e sabia, né? Hoje não, se você faz produção demais, você manda pro Ceasa, você não sabe se o cara tá vendendo acima do que você tem condições de lucrar. (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Criada para organizar e representar as unidades de produção familiares contra o capital mercantil concentrado na metrópole, a Cooperativa de Cotia passa a conglomerar o crescente contingente de imigrantes procurando oportunidade de trabalho. Concentrando este poderio, a CAC “tornou-se organização fundamental para o desenvolvimento de agricultura voltada para o abastecimento da metrópole paulistana, e para a fixação dos japoneses como produtores de hortifrutícolas” (OLIVEIRA, 2004: 138). A Cooperativa Agrícola de Cotia chegou até mesmo “(...) a quase monopolizar a comercialização da produção hortícola que chegava a São Paulo, tendo poder para determinação de seus preços (...)” (OLIVEIRA, 2004: 153).

Porém, a partir da década de 1960, produtores dedicando-se exclusivamente à cultura de folhagens, entre outras variedades de olerícolas que atualmente vieram a substituir a bataticultura, começaram a crescer e a ganhar expressão. A maioria desses produtores não era composta por sócios da CAC, pois, nessa época, ela não tinha chegado a desenvolver um esquema de venda para estas mercadorias, ao contrário das Cooperativas de Mauá, São Miguel ou de consignatários do CEASA (SEABRA, 1971). Para desenvolver este sistema de cultivo, os produtores começaram a se instalar nas várzeas, terrenos antes muito pouco aproveitados pelo roçado e pela bataticultura. Assim, analisando o Município de Vargem Grande na década de 1970, afirma-se:

(...) a penetração cada vez maior da cultura de folhagens, em especial da alface, aproveitando as várzeas existentes na área, levou para lá inúmeros lavradores japoneses e descendentes que, em sua maioria, não vieram, pelo menos até agora, a se tornar sócios da Cooperativa (SEABRA, 1971: 13).

SEABRA (1971) já havia notado que em Vargem Grande, por exemplo, em 1967, existiam muitos “agricultores cooperados entregando sua produção,

parcialmente (geralmente) ou totalmente (em casos de abandono da Cooperativa) a consignatários estabelecidos no CEASA”, para as chamadas “Sociedades Agrícolas (...), dirigidas por elementos de origem japonesa e que, inclusive, com veículos próprios ou fretados, faziam linhas no bairro, retirando os produtos como o próprio GTC [Grupo de Transportes Coletivos da Cooperativa de Cotia] faz” (SEABRA, 1971: 20).

Na medida em que passou a se tornar evidente o endividamento da Cooperativa Agrícola de Cotia (o que já ocorria na década de 1960), secretários de abastecimento (da cidade) e da agricultura (do estado de São Paulo) passaram a assumir sua direção, garantindo, assim, o controle do mercado de alimentos na maior metrópole do Brasil. A empresa cresce e passa a controlar um imenso contingente de trabalhadores rurais não só no estado de São Paulo, mas em vários outros estados brasileiros. Nesse contexto, os pequenos proprietários de terra que tinham na economia doméstica sua forma de sobrevivência começam a buscar uma diversificação maior da produção. Isso se dava, fundamentalmente, porque as experiências com a plantação da batata em larga escala se mostraram desastrosas em tempos de superprodução: muitos camponeses passam a não conseguir sanar suas dívidas e quebram. Diante dessa crise, o cultivo de variadas hortaliças de ciclo rápido surgiu como alternativa para pequenos produtores (ver Fotos n<sup>os</sup> 69 e 70).

SEABRA (1971) relembra o caso dos “agricultores japoneses (ou melhor, de origem japonesa) (...) que não são cooperados da organização. São Particularmente plantadores de folhagens, geralmente ‘alfaceiros’, entrados na zona recentemente – após 1962”. (SEABRA, 1971: 19). Começa a delinear-se uma individualização econômica maior das unidades de produção agrícola. Com o aprofundamento das relações entre os agricultores e os mercados urbanos, a estratégia principal passa a ser a comercialização com recursos próprios ou por meio de atravessadores, com o Ceagesp. O caso do sr. Kitabayashi nos traz o exemplo de um produtor agrícola que pouco envolvimento teve com a CAC, concentrando suas vendas, por intermédio do tio, primeiramente direto no Mercado Municipal, depois no Ceagesp:

**Pesquisador (P):** O senhor já foi associado da Cooperativa?

**Sr. Kitabayashi (K):** Era associado quase no fim, quando já tava quebrando.

P: O senhor sabe alguma coisa da história da Cooperativa de Cotia?

K: Prá dizer, algumas coisa eu sei, mas não detalhado, né? Fui associado, mas foi pouco tempo, e também nossa produção não ia prá Cooperativa. Ia para o Ceagesp, depois da Cantareira. Meu tio que vendia lá.

P: O senhor acha que quando tinha a Cooperativa de Cotia aqui, a vida dos trabalhadores era melhor?

K: Era melhor, sim, naquele tempo quando... a força era boa, né? Era bem melhor mas, aí, foi cada vez... quando chegou... a inflação que fez a Cotia quebrar. Porque de manhã é um preço, de tarde é outro, né? A Cooperativa, como era dos agricultor, não fazia isso (...).

P: E como funcionava a Cooperativa, quer dizer, eles passavam aqui e pegavam a produção? O senhor tinha que se associar, pagar, como era?

K: Eles tinham, a Cooperativa tinha caminhão prá juntar mercadoria e levar pro Ceagesp. E Ceagesp... tinha colocação que mandava pro interior, assim, conforme a mercadoria, isso daí sempre foi. Mas eles parava no Ceagesp, que eles tinham coisa, aqueles pedra, box, sessão de batata, cebola (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

### Fotos n<sup>os</sup> 69 e 70: unidades de produção de hortaliças de ciclo rápido



Na fotografia esquerda, observamos, em primeiro plano, a várzea do Ribeirão Parelheiros e, em segundo plano, a plantação de hortaliças folhosas do sr. Hiroshi Katayama. Na fotografia direita, temos o terreno do sr. Sérgio Okada, no bairro do Jaceguava, combinando diversos tipos de hortaliças. São os sistemas de cultivo que vieram, a partir da década de 1960, a se disseminar entre os produtores agrícolas camponeses. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.



Já na década de 1950, com relação à área comercial do Mercado Central, era possível notar “sua insuficiência como centro abastecedor da metrópole” (OLIVEIRA, 2004: 128). Observando as condições do momento histórico em que emerge a necessidade de criação de um outro entreposto comercial, afirma-se que a área cerealista passou a apresentar um estrangulamento tanto no volume da comercialização, quanto na dificuldade de acesso devido ao congestionamento do trânsito naquela área:

O Ceasa – Centro Estadual de Abastecimento S.A., teve que ser inaugurado às pressas em 1966, quando uma enchente inundou a região dos mercados Central e o da Cantareira. Coube ao então governador Adhemar de Barros o ato da transferência da comercialização do atacado de alimentos para a Vila Leopoldina. A resistência à mudança fez com que até hoje permanecesse no Mercado Central um setor de atacado. Em maio de 1969, foi criada a Ceagesp – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, resultado da fusão do Ceasa (Centro Estadual de Abastecimento S.A.) e da Cagesp (Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo). Superado apenas pelos mercados de Paris e Nova York, tornou-se o terceiro centro de comercialização de perecíveis do mundo e o maior da América Latina (OLIVEIRA, 2004: 155).

A Ceagesp, portanto, tornou-se uma empresa de capital importância no abastecimento metropolitano, exercendo influência decisiva sobre a organização do espaço agrário de grande parte do território nacional, em terras que vão além do estado de São Paulo. Enquanto entreposto principal da maior metrópole do país, não só grandes extensões agrárias são envolvidas em suas redes de troca, como também milhões de consumidores dependem do seu serviço. Desempenhando papel estratégico tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, a Ceagesp é vinculada, desde 1997, ao Ministério da Agricultura. A seguinte passagem ilustra sua mais significativa forma de influência na economia agrária brasileira:

(...) pelo volume que comercializa a Ceagesp tornou-se centro formador de preços do setor hortifrutigranjeiro do país. Suas cotações são publicadas diariamente nos cadernos econômicos

dos principais jornais da Cidade de São Paulo (OLIVEIRA, 2004: 156).

**Foto nº 71: caixas de mercadorias cultivadas em terras do sr. Kitabayashi**



Imagem das caixas de hortaliças que o sr. Tabayashi cultiva em sua propriedade e vende para grandes compradores no Ceagesp, em São Paulo. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

O depoimento do sr. Kitabayashi (ver Foto nº 72: Sr. Kitabayashi, ao mesmo tempo agricultor (ver caixas de mercadorias produzidas em seu sítio na Foto nº 71), “puxador” de mercadorias e comerciante no entreposto do Jaguaré, nos informa como funciona a relação entre o agricultor, o comerciante que aluga o ponto na Ceagesp e os grandes compradores de São Paulo:

**Pesquisador (P):** E como que funciona o esquema de compra lá no Ceagesp, lá? (...)

**Sr. Kitabayashi (K):** A gente tem uma pedra lá. Vai lá, coloca [a mercadoria produzida ou recolhida] lá. Aí, cada um comprador que sabe o quanto que ele vai comprar sabe, o que eles precisa. Se a pessoa tiver um tanto que, mais ou menos, que, cada dia, num dia de quarta-feira ou quinta-feira, tem aquela quantia mais ou menos que costuma comprar. Quando eles começa a diminuir é porque o mercado tá ruim, né? Então a gente procura marretar isso prá aquelas pessoa que fala que é coisa... marreteiro, né? Procura vender logo, né? Prá não sobrar.

P: Então, no Ceagesp não tem um tipo só de comprador, tem vários...

K: Não, é vários tipo de comprador. Desde restaurante, feira, supermercado, e mais outros aí...

P: O senhor falou sobre a diferença entre a pedra e o marreteiro, né?

K: É, tem o marreteiro que... A pedra é o lugar onde que entrega mercadoria. Então, aí eles vem... E como nós temos já quase vinte anos no mercado. Bom, prá falar a verdade, desde criança eu trabalhava na Cantareira e Ceagesp. Entrou em 90, mas já tinha conhecimento (por causa do tio). Mas muita gente começou a trabalhar no Ceagesp e se perdeu, né? Por causa desses calote, essas coisa. E outros que trabalha no Ceagesp, não dá conta de ver a roça, também. Então acaba a produção não dando, então uma coisa ou outra. (...) No meu caso, não aconteceu, no meu caso já tinha conhecimento. Hoje eu tô com pouco funcionário aqui, mas teve tempo que tinha dezessete, dezoito, fora de empreita, né? Hoje já diminuiu bastante... e como tem a mercadoria dos outros... porque eu sou produtor e comerciante ao mesmo tempo. Tem bastante mercadoria no Ceagesp, então. Porque eu trabalho aqui. Vou na Ceagesp, mas volto aqui.

**Foto nº 72: Sr. Kitabayashi**



Fotografia do sr. Kitabayashi, atualmente um dos maiores produtores agrícolas do Bairro do Cipó. Ao fundo, a residência onde vive com a esposa e os filhos. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Como avaliar o impacto social da integração do camponês a uma sociedade de mercado *monopolista* que tira de sua alçada a possibilidade de

negociar o preço do seu produto? Já vimos a condição subordinada do camponês à indústria e ao setor financeiro, que se acentua conforme o trabalhador se especializa na produção de gêneros não destinados à subsistência, mas ao abastecimento dos mercados urbanos. Pois, além disso, o camponês também tem sua reprodução mediada pelo poder centralizado nas mãos do setor atacadista.

**Pesquisador (P):** E você conhece pessoalmente os vendedores, quer dizer, você é amigo deles?

**Sr. Kitabayashi (K):** Não... a gente conheceu, sim, por que já era funcionário da Cooperativa que começou trabalhar no Ceasa, então a gente conheceu eles, mas mesmo assim, não tem como você saber você como ele vendeu prá você, entendeu? Se ele quer pagar cinco, seis, sete, você não sabe. Você não sabe... como. Só se você chegar, tiver um lugar prá você vender no Ceasa. Mas aí fica difícil, né, você mexer na plantação aqui e vender lá no Ceasa.

**P:** E o que é que tem que fazer para conseguir um lugar no Ceasa?

**K:** Tem que ter capital, né, prá você comprar a pedra lá, né? Eles chamam pedra, onde descarrega as mercadoria. Pedra ou box, né, depende do setor. Tem setor de caixa, chama box. Onde vende mercadoria como verdura, assim, é pedra. (...) Normalmente já é um cara que trabalha na área, não é isso? Sabe como trabalhar, né? Consegue comprar uma pedra... assim que a gente fala, mas lá é alugado, não é dono. Todo mês tem que pagar, né? É tipo um aluguel, né? Cada pedra dá, vamos dizer assim, uma distância de uns três por quinze metros, cada pedra. Tem vendedor que tem mais de três, quatro pedra, né? Depende da condição que o cara tem de alugar a pedra lá. Por isso que, Ceasa é assim, né, se você manda lá na central, o vizinho não tem nada, às vezes o cara pega, falo pro vizinho vender, às vezes o próprio vizinho pega...faz uma troca, eles faz uma troca. Às vezes, você não tem a mercadoria que você precisa, então pega do vizinho, vende. Que às vezes o cara tem comprador fixo, entendeu? Daí se não tem num dia, daí pega do outro, do outro vizinho (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O sr. Hiroshi Katayama (ver imagem de sua propriedade na Foto nº 73) mostra como o agricultor torna-se frágil diante da capacidade que este mercado tem de apropriar-se da renda da terra criada no ato da produção:

G: E o senhor já chegou a ter prejuízo, recentemente, vendendo pro Ceasa?

H: (Rindo) Você mandando pro Ceasa, você tem prejuízo. Se você faz a conta no caderno, você toma prejuízo. Por isso que fica difícil você trabalhar, né? Por isso que muita gente tá largando esse... a roça, né? Plantação. Tem muita pessoa que... japonesada que mora por aqui foi pro Japão, né, tentar fazer outra coisa diferente. Você tem que ter área, né? Área grande prá você produzir. Coisa que... nessa região, é difícil você encontrar uma área. Hoje em dia, todo lugar que você vai, você vê loteamento em volta, né? Então, fica difícil, né, plantação.

H: Às vezes você manda pro Ceasa e você tem que pagar do bolso prá eles vender prá você, entendeu? Ao invés de ganhar, você tá perdendo. Não recupera nem a despesa, né? Fica difícil, né? O Ceasa, ultimamente, é uma máfia. Uns dez mandam, o resto obedece, né? Eles faz o preço deles, né? Fica difícil trabalhar. (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama. Trabalho de campo, janeiro de 2008)

**Foto nº 73: propriedade horticultora da família do sr. Hiroshi Katayama**



Em primeiro plano, a plantação de hortaliças folhosas do sr. Hiroshi Katayama, na Estrada de Parelheiros, atual Sadamu Inoue. Em segundo plano, o casario construído por seus pais, onde ainda hoje mora a família. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Concomitantemente ao aparecimento do Ceasa como entreposto metropolitano, a partir de meados da década de 1970, inicia-se uma grande crise econômica e institucional da CAC: surgem problemas em seu balanço financeiro, além do que muitos sócios se endividaram a ponto de perder tudo o que tinham. Muitos agricultores desistiram de continuar tentando dar

prosseguimento às suas atividades e partiram para morar no Japão ou na cidade. Os que permaneceram, deixaram a cooperativa e passam a experimentar outras maneiras de comercializar suas mercadorias. A crise culmina com a falência da CAC e com a desestruturação de todo o aparato coletivo (material e imaterial) até então construído.

**Pesquisador:** O senhor acha que o fim da Cooperativa Agrícola de Cotia fez com que alguns agricultores desistissem da atividade?

**Sr. Hiroshi Katayama:** Acho que não, né... Esse negócio de cooperativa, tinha prá onde mandar as produção, né? Mas não era só Cooperativa, né? Muita gente que era cooperado não mandava prá Cooperativa. Você tem que mandar prá onde o pessoal consegue vender mais caro. Tem isso, né? Que nem no Ceasa, no Ceasa tem vários setor, né? Você manda um aqui, um pouquinho de cada, você fica vendo a diferença, né? Tem vendedor lá que vende, né? Não é questão de vender. Eles têm comprador, né? Eles têm comprador que eles chegam prá eles, né? Faz uma negociação, né? Você tem comprador que tem como receber mercadoria da gente. Se você não tem prá quem distribuir, você manda prá eles, eles acaba tomando prejuízo, né? Eles criaram concorrência no Ceasa. Por isso que eu falei, é tipo uma máfia, uns dez manda, o resto fica ali, né? (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Verifica-se, segundo esses estudos, a *desintegração das comunidades rurais*. Mas os agricultores continuam sendo diferentes entre si, seja por causa das relações econômicas, seja porque provém de diferentes culturas e atuam diferentemente na produção da paisagem rural. Finalmente, como veremos, eles se apropriam da terra diferentemente e atribuem a ela diferentes cargas de valor, o que repercute novamente no uso do solo, que é o que interessa à problemática da urbanização, do espraiamento urbano.

## **Capítulo 6: A organização social da produção econômica doméstica nas colônias japonesas ao sul de São Paulo**

### **6.1. Unidade de produção doméstica e modo de vida**

A trajetória dos imigrantes nipônicos e seus descendentes na agricultura voltada ao abastecimento dos mercados urbanos leva-nos a constatar que a ampliação da capacidade técnica, a racionalização de recursos como trabalho e terra e as estratégias para atender de maneira dinâmica as demandas de mercado foram modos de efetuar a produção agrícola amplamente difundidos por estas comunidades. Vimos também que o trabalho familiar realizado na pequena propriedade agrícola é a base do processo de produção entre as famílias japonesas nesta área de estudo.

À primeira vista, essas características que SEABRA (1971) sintetiza sob noção de “agricultura fundamentalmente comercial” também teriam introduzido uma transformação na maneira do agricultor viver socialmente. Com uma produção voltada para o mercado, o que toma do agricultor tempo para produzir diretamente seus meios de vida, o dinheiro ganha importância como mediação na obtenção dos gêneros de primeira necessidade. Resta questionarmos se, no caso estudado, o aprofundamento da inserção do agricultor na divisão social do trabalho corresponde imediatamente à destruição das formas de sociabilidade camponesas.

Para desenvolvermos a questão da recriação das formas de sociabilidade camponesas, é necessário recolocar no centro do debate os *modos de vida* particulares: como eles se transformaram ao longo dos anos sem perderem sua essência comunitária, como a atual configuração dessas relações possibilitou a permanência dos camponeses.

Segundo SHANIN, a unidade doméstica é o núcleo da sociedade camponesa, uma ordem de grande coesão, baseada em vínculos familiares e na

autoridade do chefe da família. É uma unidade de consumo, produção, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua, compondo uma forma altamente coesa de organização social, baseada em uma rígida hierarquia: “a autoridade do chefe da unidade doméstica implica direitos autocráticos e as tarefas extensivas de cuidado e proteção [sobre outros membros]” (SHANIN<sup>1</sup>). Estes núcleos que apóiam a comunidade são definidos pela *propriedade familiar*, a qual difere da propriedade em grupo (em que cada indivíduo é dono de uma porcentagem); participar da propriedade familiar implica, pois, o direito de participação no consumo coletivo e o dever de realizar atividades úteis para a reprodução familiar. Por isso, a herança era um tema fundamental da vida cotidiana camponesa e da lei consuetudinária das comunidades rurais russas, assim como o matrimônio (SHANIN, 1983). A organização social camponesa e seu modo de vida, ainda no caso do campesinato russo, são definidos, por SHANIN (1983), pelo tradicionalismo (justificativa da ação em termos do passado), pelo conformismo (justificativa da ação em termos do desejo geral da comunidade), pelo igualitarismo (relações peculiaristas – onde cada um é um – e difusas) e pelo valor da terra (de sua posse) e da família patriarcal.

Todavia, a posição teórica economicista que veicula a idéia de uma agricultura familiar (eficiente, integrada de maneira dinâmica ao mercado) substituindo a camponesa (supostamente atrasada, rudimentar) é predominante nos recentes trabalhos que tratam da permanência da atividade agrícola doméstica. E não se trata somente de um apontamento no caráter técnico da produção camponesa (normalmente associada à “agricultura de subsistência”): ao se exagerar a influência da formação do mercado interno no trabalho agrícola, é automático postular-se a extinção das formas “arcaicas” de comunidade, baseadas necessariamente em laços clientelistas, de poder pessoal das autoridades locais sobre os agricultores (impedindo seu pleno desenvolvimento econômico e integração às regras de livre mercado). Mas, para

---

<sup>1</sup> Disponível em [www.ruralworlds/msses.ru/eng/shanin-develop/glava2.html](http://www.ruralworlds/msses.ru/eng/shanin-develop/glava2.html). Último acesso em 20/07/2006, por Giancarlo Livman Frabetti.



justificarmos a importância de se compreender a recriação do modo de vida camponês, vejamos inicialmente uma crítica aos pressupostos da teoria da agricultura familiar.

Segundo ABRAMOVAY (1992), o camponês vai deixando de ter existência social ao longo do desenvolvimento das relações de mercado na sociedade. O campesinato teria uma racionalidade econômica, na verdade, incompleta (o que o autor chama de *integração parcial a mercados imperfeitos*), porque sua vida e sua existência social são norteadas por fatores não econômicos (portanto, culturais, sociais, simbólicos). O autor considera *mercado imperfeito* aquele que, em comparação com uma certa concepção ideal, não possui condições de “*competição perfeita*”. É na relação parcial com este mercado imperfeito que reside o segredo da organização econômica interna do campesinato, ou os “fatores socialmente explicativos das racionalidades camponesas” (ABRAMOVAY, 1992: 103), que o autor tenta definir, primeiramente, a partir de uma revisão das teorias marginalistas voltadas ao entendimento do comportamento econômico subjetivo do agricultor camponês. Constatado, a partir dessa leitura, seu comportamento antieconômico, conclui-se o seguinte:

(...) a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. (...) Os mecanismos pelos quais as vendas de produtos se confundem com um conjunto de prestações pessoais (...) indicam justamente a maneira incompleta, parcial com que os mecanismos de mercado atuam (...), sua capacidade de sobreviver no interior de sociedades capitalistas será extremamente precária: o ambiente lhe será hostil (...), são minadas as bases do ambiente no qual o campesinato pode subsistir (ABRAMOVAY, 1992: 101-5).

Haveria, assim, para ABRAMOVAY (1992), uma distinção entre *critérios pessoais de relações humanas* e *critérios objetivos de mercado* determinando a lógica da produção (tida como produção simplesmente material) nas unidades agrícolas familiares. A idéia de produção simples de mercadorias não faria sentido para expressar a existência social do campesinato, pois esta exigiria

como pressuposto um mercado competitivo, que estabelece o preço das mercadorias por meio de relações impessoais. No campesinato, haveria necessariamente uma  *fusão de operações mercantis com esferas não estritamente econômicas da vida*, dentre as quais se destacam os traços clientelistas que impedem o desenvolvimento pleno das relações de mercado.

Daí a idéia de que é o campesinato quem estaria com os dias contados, mas não o  *agricultor familiar*, este, sim, operando estritamente de acordo com as imposições de mercado, trabalhando dentro desta racionalidade, submetido ao preço imposto aos seus produtos e obrigado a utilizar insumos artificiais para alcançar o nível de eficiência necessário. “Nada mais distante da definição do modo de vida camponês do que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (ABRAMOVAY, 1992: 115), a qual corresponderia exatamente ao *modus operandi* do agricultor familiar especializado.

Nosso entendimento é o de que esta maneira, segundo a qual se distingue o camponês de um agricultor profissional, é um artifício teórico que se baseia primeiramente em um  *tipo ideal* de camponês, num modelo que, como tal, é imutável, quando na verdade, a categoria é trans-histórica e assume concretamente conteúdos diversos ao longo do tempo. Se o agricultor familiar “eficiente” integra-se ao mercado sem mediações pessoais, clientelistas, em condições de competir inclusive internacionalmente, por outro lado, com base no seu processo de trabalho peculiar, muito de sua prática continua se dando dentro de um corpo de valores que se estabelecem, por exemplo, nas relações de parentesco, sempre a propósito de manter o patrimônio familiar, ou seja, a terra, fundamentalmente. ABRAMOVAY (1992) não estuda os casamentos, por exemplo, para poder dizer se eles perdem o significado e o papel de reproduzir um grupo ao passo que, todavia, o camponês se integra ao mercado e vê estruturas comunitárias como o bairro rural desaparecerem. Nem a religiosidade que, para certos grupos sociais (como é o caso dos descendentes de japoneses, conforme veremos adiante), está na base da preservação da propriedade familiar. Ele também não considera a contraditória permanência de um direito costumeiro entre estes agricultores especializados, suas relações pessoais, de

vizinhança, o direito de herança. Enfim, ele não vê que este direito costumeiro pode estar se reproduzindo ainda que em completa discordância com as relações de mercado e com a superestrutura jurídica da sociedade burguesa: por isso, considera que não faz mais sentido falar em campesinato nos tempos atuais.

Ao contrário dessa teoria, entendemos que o surgimento e o desenvolvimento da “agricultura fundamentalmente comercial” nos arredores de São Paulo, por exemplo, não pode ser compreendida se tomarmos separadamente as “operações mercantis” e as “esferas não estritamente econômicas da vida”. O claro aprofundamento das relações com o mercado não dá conta de explicar o crescimento de unidades de produção familiares neste caso.

Ao contrário, buscaremos demonstrar que a prática social dos agricultores nipônicos está enraizada em sistemas simbólicos originados em outro contexto histórico da nação japonesa; a prática renovada desses sistemas simbólicos no campo em terras brasileiras, orientando o trabalho agrícola dos imigrantes e sua vida social em comunidades rurais, deu origem a uma poderosa organização cooperativista que se aproveitou da expansão dos mercados urbanos para impulsionar a produção de hortifrutigranjeiros.

## **6.2. A cultura e a ação histórica dos sujeitos concretos**

Na compreensão do nosso estudo de caso, tomamos como pressuposto teórico a indistinção entre reprodução material e reprodução simbólica entre os camponeses, especificamente. Para compreendermos a relação entre a prática dos sistemas simbólicos e a maior inserção da economia doméstica na divisão do trabalho, acompanhemos as seguintes considerações teóricas sobre o estudo da cultura nas sociedades que se diferenciam a partir da divisão do trabalho.

Segundo MICELLI (2001), nos comentários introdutórios ao compêndio de textos de Bordieu, para a problemática kantiana (da qual são herdeiros Durkheim e Levi-Strauss), a cultura é vista como um instrumento de

comunicação e conhecimento, um acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo (cultura como *estrutura estruturada*), como se os agentes sociais fossem “senhores dos significados que eles mesmos produzem e mobilizam no processo de interação”, recorrendo a tipificações e rotulações constantemente. Já para Marx e Weber, a cultura existe como instrumento de poder, de legitimação da ordem vigente: apesar das divergências, estes autores salientam o caráter alegórico dos sistemas simbólicos, seja para apreender o modo particular de organização dos grupos sociais (no caso da teoria weberiana), seja para apreender suas determinações econômicas e políticas, bem como o papel da ideologia na reprodução/transformação da estrutura social (no caso da teoria marxiana). Por meio da incorporação desses referenciais, Bourdieu critica tanto aos que acreditam que os sistemas simbólicos nada têm a ver com o sistema de poder, quanto àqueles que acreditam que o sistema simbólico não possui uma realidade própria. Destaca, portanto, o poder externo, político, dos símbolos, tentando fugir aos esquemas estanques economicistas (MICELLI, 2001).

Pergunta-se: quais vínculos prendem os sistemas simbólicos à estrutura social? Bourdieu, apesar de não ser um pensador marxista, dá uma resposta original a essa pergunta a partir de elementos do materialismo dialético, mais especificamente, da relação entre *base* e *superestrutura* da sociedade. Segundo a leitura de MICELLI (2001), Bourdieu entende que, no texto marxiano, não se trata em nenhum momento de circunscrever domínios exclusivos da realidade para pressupostos sistemas econômicos, políticos e ideológicos. Não há uma distinção para níveis ou estruturas: os níveis político, jurídico, religioso, entre outros, são perpassados por uma dominação (ou seja, o conjunto das relações de produção) que não se acrescenta, mas define as instâncias. Na postura epistemológica de Marx, a totalidade é articulada por esse movimento: a estrutura econômica determina o grau de autonomia relativa de que dispõem as formas ideológicas, as quais ainda realizam uma ação de retorno da superestrutura à base (MICELLI, 2001).

Mostra-se de extrema relevância, para a compreensão desta afirmativa, a distinção que Bourdieu faz entre *mercado material* e *mercado simbólico*, operação lógica cujos fundamentos são derivados do conceito de divisão do trabalho. Bourdieu considera, ainda segundo a leitura de MICELLI (2001), que uma formação social está fundada numa divisão do trabalho cujos agentes, instituições, práticas e produtos circulam no âmbito do mercado material e de um mercado simbólico dialeticamente imbricados. Portanto, o mercado simbólico tem sua particularidade, não obstante os traços que compartilha com a produção em geral. As teorias “puras” sobre o mercado simbólico justamente omitem a questão acerca das condições em que opera a divisão geral do trabalho.

Chega-se, assim, à concepção de *divisão do trabalho simbólico*, indo do mais arcaico (no qual não se distingue o trabalho propriamente econômico e o propriamente simbólico) à separação completa entre mercado material e mercado simbólico. Este último cumpre a função de dissimular as relações de classe, legitimar a ordem. Numa economia “arcaica” é indiferente o trabalho produtivo e o improdutivo (leia-se, o trabalho puramente simbólico). Não há distinção entre atividades técnicas (rentáveis) e aquelas que estruturam uma visão de mundo. Interpretar o camponês segundo tal distinção consiste, portanto, em um erro (conseqüência do influxo exercido pela dominação econômica e pela generalização das trocas monetárias, de acordo com MICELLI, 2001). É somente no processo de criação de domínios relativamente autônomos da prática (simbólica) como o ensino, a indústria cultural, o direito e a religião que se torna possível falar em *capital simbólico*, assim como as categorias econômicas que são fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo não são adequadas à compreensão das realidades “arcaicas”, nas quais a divisão do trabalho não opera com profundidade (MICELLI, 2001).

Para Bourdieu, a dicotomia do econômico e do não-econômico teria impedido uma ciência geral da economia das práticas que daria conta inclusive das práticas aparentemente não-econômicas, “desinteressadas”. Para MICELLI (2001), ao falar em consciência de classe, por exemplo, Bourdieu levanta a necessidade de se analisar as condições coletivas influenciando sobre as

consciências individuais, as quais, na sua existência prática, determinam o grau de homogeneidade objetiva e subjetiva de um grupo. A ação não pode ser entendida como a mera execução de um modelo teórico. O ponto de vista de Bourdieu sobre reprodução propõe um modelo dinâmico, correlacionando o domínio das estruturas ao domínio das práticas; os objetos construídos pela ciência – classes sociais, cultura – são, portanto, *indissociáveis das ações históricas realizadas pelos sujeitos concretos*. Propõe-se, então, analisar as práticas sociais a partir do conceito de *habitus*, ou seja:

(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU, 1972 *apud* MICELI, 2001: XL).

Trata-se, segundo MICELI (2001), de uma dialética entre estrutura objetiva e situação conjuntural, em que as ações coletivas aparecem como produto de uma conjuntura (conjunção de disposições necessárias ao acontecimento) baseada em princípios objetivamente orientados (compartilhados) e engendrada pela base econômica de uma dada formação social. O *habitus* é durável, mas flexível, sujeito a improvisações reguladas; reproduz estruturas, mas permite ajustamentos às exigências que impõem as situações concretas. É o fundamento mais sólido e dissimulado das relações, das interações entre grupos ou classes. Deve, assim, ser encarado como:

(...) um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização e tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente

produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 1972 *apud* MICELI, 2001: XL).

Para os pressupostos do nosso estudo, buscamos compreender nos trabalhadores familiares em questão o sistema simbólico que orienta a prática referente ao uso, conservação e transmissão do *patrimônio* que é a terra, um sistema simbólico oposto ao contratual, ao impessoal; um sistema simbólico sobre o qual se assenta a reprodução material e imaterial camponesa. Trata-se de um conjunto de mediações exercidas pela moral familiar, pela religiosidade, pelo associativismo, incidindo diretamente na organização das comunidades agrárias japonesas, as quais, por sua vez, impulsionaram e controlaram a produção nas unidades de produção domésticas hortícolas.

### **6.3. O *ie*: unidade básica constituinte da sociedade agrária japonesa no Brasil**

Cabe, portanto, apontar alguns dados sobre a religiosidade e as relações de parentesco no sentido da preservação da propriedade ancestral familiar, para compreendermos melhor a rede de sociabilidade que permitiu a ascensão da CAC e a permanência de agricultores ao Sul de São Paulo até os dias de hoje.

Takashi Mayaema, em seu artigo “*Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil urbano*”, nos traz alguns apontamentos importantíssimos nesse sentido. O autor escreve argumentando sobre a identificação de grupos descendentes de japoneses pela religião e pela classe social, estabelecendo uma associação entre estes fatores.

(...) estes imigrantes, imediatamente após a imigração, perderam muito de suas práticas religiosas e seus laços de parentesco extrafamiliar, adquirindo em troca novos tipos de identificação de grupo; em primeiro, em forma de relação fictícia de parentesco, e, segundo, a etnicidade ritualizada e dramatizada em culto ao imperador (MAYAEMA, 1973: 224).

Este autor aponta que o núcleo da sociabilidade japonesa é o *ie*, que significa, em português, família, ou *household* em inglês. Consta que a migração de uma *ie* inteira era excepcional. “Daí os imigrantes possuírem, de modo geral, relativamente poucos parentes nas cidades e em terras estrangeiras” (MAYAEMA, 1973: 245). Eram mais importantes, portanto, os laços baseados na comunidade étnica local do que os laços de parentesco, a princípio.

Embora o culto ao imperador tenha perdido grande parte de sua base desde o término da Segunda Guerra Mundial, a *niponicidade*, como sustentáculo da identificação de grupo, não perdeu totalmente o terreno. Mesmo o culto ao imperador, apesar de um tanto modificado em sua forma, sobrevive, até certo ponto, entre os japoneses do Brasil de hoje. Ele sobrevive principalmente associado à ‘religião japonesa’. (...) A ‘religião japonesa’ proporcionou-lhes uma outra forma de Japão, como base ideológica para a identificação de grupo (MAYAEMA, 1973: 245).

Observando o comportamento das famílias descendentes de japoneses no Brasil, constata-se que a grande divisão entre a religião tradicional japonesa e o catolicismo brasileiro “é manifesta mesmo no nível da evidência estatística. A religião tradicional japonesa é substancialmente forte nas áreas rurais e o catolicismo brasileiro nos meios urbanos” (MAYAEMA, 1973: 249); inclusive, com o movimento de urbanização na sociedade brasileira, e, neste caso, em particular, entre os descendentes de japoneses, a tendência apontada era a de aumento de adeptos do catolicismo. “Por outro lado, uma parte da população de segunda e terceira geração se identifica eventualmente como ‘budistas’ (...) especialmente quando são herdeiros do *ie*” (MAYAEMA, 1973: 252). Fazemos questão de trazer esses apontamentos porque, entre os camponeses de origem nipônica, se faz muito presente a manutenção de certas tradições, todavia adaptadas à situação do imigrante em solo brasileiro.

(...) os tradicionais valores japoneses, de família e de parentesco, desempenham um papel crucial na determinação do status de classe de cada um dos membros da família. A ‘lei’ de parentesco exerceu um papel decisivo na seleção de quem, entre os membros da família, deveria imigrar do Japão para o



Brasil, e esta 'lei', agora, opera no sentido de selecionar quem deve trabalhar em casa e quem deve estudar fora (MAYAEMA, 1973: 258).

**Foto nº 74: sede do patrimônio familiar construído pelos ancestrais do sr. Hiroshi Katayama**



Observamos, à frente da casa, o sr. Hiroshi Katayama que, atualmente, chefia o empreendimento agrícola da família. A casa, ao fundo, constitui a sede desse patrimônio herdado dos antigos chefes da sua família, do qual o entrevistado tem a missão de tomar conta no qual ele tem que dar continuidade ao trabalho dos ancestrais. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Assim, de acordo com a tradicional lei japonesa, enquanto as filhas deveriam casar-se e deixar o lar, o filho primogênito (também casado) ficaria como sucessor do *ie*, enquanto os outros filhos homens deveriam transferir-se para a cidade (ver foto do patrimônio da família Katayama na Foto nº 74, acima).

As filhas são aqui consideradas como mercadorias ou artigos de troca através do casamento; o primogênito como sucessor; e o segundo filho como guarda-costas do irmão mais velho ou do *ie*. Os outros restantes permanecem indefinidos, o que parece sugerir que são 'excedentes inesperados'. O segundo filho é aqui considerado como um ajudante e substituto em potencial de seu irmão maior, o herdeiro, caso alguma infelicidade ou dificuldade imprevista aconteça a este último. Os filhos mais

jovens são ordinariamente livres mesmo nestas funções menores atribuídas ao segundo filho (MAYAEMA, 1973: 259).

A raiz dessa “lei” está na própria organização social rural do Japão anterior à Guerra. Naquele contexto, e mesmo nos tempos atuais, a *propriedade ancestral* (ver Foto nº 75, referente à sede da futura propriedade ancestral dos Kitabayashi) era um bem cuja carga simbólica era assim expressa:

Uma distinção sociológica entre a *propriedade ancestral* e a *propriedade auto-adquirida* (...) é útil, considerando-se a relação entre a instituição japonesa do *ie* e o culto aos antepassados. No Japão rural, era e ainda é extremamente dificultosa, para a maioria dos lavradores, adquirir qualquer soma significativa de terra por si próprio. Além do mais, a propriedade é, geralmente, de tão pequena extensão que não é possível ser dividida. Assim, a *propriedade ancestral*, deve ser herdada por um só sucessor. Reduzir a *propriedade ancestral*, por mínimo que seja, é um pecado capital perante os antepassados. A propriedade herdada pertence antes à organização do *ie* que é teoricamente perene, do que ao chefe do *ie* como um indivíduo (MAYAEMA, 1973: 259).

**Foto nº 75: a sede do patrimônio da família Kitabayashi**



Em primeiro plano, a lateral da casa da família do sr. Kitabayashi; no plano seguinte, um galpão e, ao fundo, uma encosta cultivada. Esse conjunto pode ser compreendido como a síntese do patrimônio criado pelo trabalho do entrevistado. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Porém, no caso dos imigrantes nipônicos que aportaram ao Brasil:

A grande maioria dos imigrantes japoneses eram proletários quando da chegada ao Brasil. Portanto, sua propriedade em terras brasileiras é inteiramente auto-adquirida, no sentido exato da palavra. (...) Nesse sentido, todos os imigrantes sem exceção iniciaram sua labuta para adquirir fortuna e propriedade, em pé de igualdade. (...) Entretanto, a consciência do *ie* tem crescido entre os japoneses no Brasil, com o aumento de suas posses. O conceito de *ie* envolve tomar parte comunitariamente das atividades econômicas (não necessariamente da propriedade), da vida cotidiana e dos antepassados. Ao mesmo tempo, a idéia de *senzo* (os antepassados) tem, embora vagamente, tomado forma em seus pensamentos (...). Assim que se vêem idosos, eles começam a dizer com freqüência: 'Nós somos *senzo* (antepassados) no Brasil', ou 'Nós seremos *senzo* dos japoneses no Brasil'. Até certo ponto, eles já são *senzo* (MAYAEMA, 1973: 259-260).

Portanto, nos dias de hoje, mesmo em discordância com o que a lei civil brasileira requer no caso de herança, ou seja, a partilha igualitária dos bens entre todos os filhos e filhas, entre as famílias de origem japonesa começava a se constituir o seguinte:

Neste sentido, a declaração de se tornar antepassado significa que eles, consciente ou inconscientemente, proclamam que a propriedade auto-adquirida ou os seus empreendimentos econômicos é uma propriedade ancestral. Doravante, esta propriedade deve ser cuidada em nome dos antepassados, que, neste caso, são eles próprios. Esta propriedade, portanto, idealmente, não deve ser dividida, de maneira tal que esta divisão venha acarretar o enfraquecimento da operação efetiva dos empreendimentos econômicos do *ie*, as quais deram fundamento (MAYAEMA, 1973: 261).

No caso das propriedades agrícolas de famílias japonesas no caso estudado, foi verificado em diversas entrevistas a indivisão da propriedade familiar. Um dos filhos permanece cuidando da produção agrícola (muitas vezes morando na propriedade, outras não), enquanto os irmãos escolhem outras profissões na cidade (ver Fotos nºs 76 e 77). As irmãs que se casam, geralmente

vão morar junto a seus maridos e, de certa forma, desligam-se no núcleo familiar. Ou seja, constatamos o papel subordinado da mulher no que se refere à transmissão do *ie* (ver Foto nº 78). Resta mencionar que registramos casos em que o encarregado de administrar a propriedade familiar encara isso como uma obrigação; aquele que “permanece na roça” admira e respeita profundamente aquele que teve oportunidade de estudar ou possui um cargo de destaque. O depoimento a seguir, do sr. Hiroshi, nos ajuda a compreender toda esta situação:

### Fotos nºs 76 e 77: duas gerações da família Katayama



Temos, nessas fotografias, lado a lado, o sr. Katayama (nascido no Japão, mas vindo ao Brasil ainda criança, junto com os pais), e seu filho, o sr. Hiroshi. A propriedade territorial da família, situada na estrada de Parelheiros, é, atualmente, administrada pelo sr. Hiroshi. O sr. Katayama, contudo, continua trabalhando no seu jardim, do qual cuida todos os dias, e no qual cultiva espécies ornamentais segundo a tradição japonesa. O sr. Hiroshi, apesar de não ser o filho mais velho (há mais duas irmãs e um irmão nascidos antes dele), foi o filho escolhido para dar continuidade ao trabalho no patrimônio construído por seus pais e avós. Estudou menos que o irmão mais velho (formado em agronomia e ex-engenheiro da Cooperativa de Cotia) e, apesar de contratar funcionários fixos (os quais, inclusive, moram em sua propriedade), continua diariamente trabalhando na terra ou levando mercadorias para revenda no Ceagesp. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

**Pesquisador (P):** Em quantos irmãos vocês são na família?

**Sr. Hiroshi (H):** Cinco.

P: E o senhor é o mais velho?

H: Sou o do meio... (...) eu sou o quarto filho (...).

P: Três mais velhos que o senhor... E aí, os seus irmãos seguiram qual rumo na vida?

H: Bom, meu irmão (...) é engenheiro agrônomo...

P: Esse é o mais velho?

H: É... não, é o segundo. O mais velho é irmã. Ela casou e mora no centro, né, da cidade. Porque meu irmão que formou em

agronomia, enquanto a Cooperativa tava funcionando ele tava trabalhando lá, né, agora ele tá mexendo com paisagismo, né? Tem minha outra irmã que trabalhava como bancária, é aposentada. Tem eu, que eu continuo trabalhando na roça, aqui, né, plantação... E tem outra irmã mais nova que é aeromoça, já aposentada, também, né? Então, cinco. Meu irmão era engenheiro da Cooperativa [de Cotia], trabalhava na Cooperativa. Faliu, né? [Sutilmente ri]. Meu irmão (...) foi engenheiro da Cooperativa. Se formou na USP, né, lá de Piracicaba... na ESALQ, trabalhou acho que uns... quantos anos?

Irmã do sr. Hiroshi: Trabalhou até falir, né?

H: É, trabalhou até falir a Cooperativa. Ele foi fazer um estágio no Japão, depois que se formou, ficou um ano estudando lá. Depois, pela Cooperativa, foi mais um ano estudar lá, né? Foi assim, aprender novas técnicas, né? E meu irmão fazia muita palestra por aí, né? (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Para explicar a manutenção de uma tradição ao longo de gerações, é imprescindível falar um pouco sobre os casamentos. A maneira como se davam os casamentos tinha uma enorme importância para a reprodução da própria comunidade, tanto que o depoimento a seguir, mostra a importância dos padrinhos de casamento. Os encontros entre os casais eram intermediados por padrinhos ou agentes de casamento, mostrando que a comunidade estava acima dos indivíduos, determinando inclusive o padrão de formação de novas unidades de produção agrícolas:

**Pesquisador:** Perguntar um pouco da vida pessoal do senhor... Como foi que o senhor conheceu sua esposa, quando foi que o senhor se casou (...)?

**Sr. Kitabayashi:** A história prá mim casar... naquele tempo, bom... Primeiro, que minha mãe casou, e os padrinho era meu tio e um... (...) um padrinho que é da parte de lá, que... é, que marcaram o encontro. Era o padrinho meu... meu padrinho de casamento também, que é o tio Timoyoka. É irmão da minha mãe, já é falecido também. (...) Que nem, minha mulher, agora, ela trabalhava na feira, naquele tempo, né? [Fica tímido]. Assim, um dia... (...) ela deu um sorrisinho, assim... A gente não tinha escolha, também, porque não tinha muito conhecimento com as pessoas, também... Nós era pobre, né? Depois, meu sogro já adoecendo (...), aí levou motivo mais rápido prá... que nem... “você gosta dela ou não gosta, vai casar?”. [Ele responde] “pode ser, mas agora não dá”. Daí, como meu sogro ficou doente...

Marcaram o noivado. Então, eu fiquei quatro anos e pouco noivado. Daí, meu sogro faleceu... Falar a verdade, quem gostou mais foi meu sogro (ri). Eu ia lá, ficava batendo papo, sentado, assim, então... Aí, nessa que começou nosso encontro, mais, também. (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Todavia, cabe apontar que a questão da herança, da transmissão da terra entre as famílias camponesas de origem nipônica, torna-se mais complexa e renova-se com a prática diante das condições econômicas historicamente dadas: o sr. Tabayashi, proprietário de um sítio de grandes dimensões para o padrão dos agricultores da área, preservando o tratamento dado às mulheres, preferiu, no caso dos filhos, doar em partes iguais um lote que ele havia guardado para esta finalidade:

**Foto nº 78: casal mais idoso e mulheres em reunião de família**



Podemos observar, na imagem, um grande grupo de mulheres, a grande maioria delas, provavelmente filhas e netas do casal mais idoso (notar a presença do único homem da foto ao centro, posição que indica tratar-se do patriarca da família). A ocasião é visivelmente festiva, dadas as garrafas de bebidas e os pratos de comida sobre a mesa. Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori. Reprodução fotográfica do original, de autoria não identificada, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008.

**Pesquisador (P):** E quando o senhor casou, o senhor já veio morar aqui nessa terra, ou estava ainda lá no Cipó ainda?

**Sr. Kitabayashi (K):** Estava no Cipó, em 1973. Tava lá, fiquei casado. Vinha juntando prá comprar um pedacinho, pelo menos, saí fora, nós dois, da terra do meu tio, para tocar a terra em si mesmo, né? Aí, 74 a gente arrumou aqui. Porque aqui não foi a primeira que... Uns três quatro lugar, sempre dando errado.

P: Desculpa, voltando à sua família, agora, quantos filhos o senhor falou que tem?

K: Eu tenho uma filha e dois filho.

P: A filha é mais velha?

K: Casou, faz dez anos, não tá aqui.

P: Ela mora no Brasil, sua filha?

K: Mora em São Paulo.

P: O tamanho daqui da terra... Uma pergunta técnica, agora, o tamanho daqui da terra, da propriedade do senhor, quanto que é?

K: Bom, o meu é dezoito alqueires. Tem os dois meu filho lá, que tem três e meio de cada um, vinte e cinco total.

P: O senhor tem outras terras, é isso?

K: Não, é encostado. As duas partes, que ficou uma de cada um, em nome deles.

P: Ah, tá, o senhor tá passando pros seus filhos essas duas partes...

K: É...

P: A sua filha, mesmo, ela não tem interesse?

K: Não, ela já... no caso dela não, que ela casou, né? (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Uma diferença marcante o camponês de origem nipônica e o brasileiro é a religiosidade. Entre os descendentes de imigrantes japoneses, as comunidades rurais foram as que mais bem preservaram as tradições religiosas. Diferentemente dos camponeses brasileiros, os de origem nipônica, segundo as entrevistas que realizamos, não freqüentam qualquer tipo de templo religioso. O centro de sua sociabilidade, como veremos adiante, é a escola e a associação cultural, não a igreja. Costa notava que a religiosidade dificultava a “assimilação” desses indivíduos; na verdade, ela foi um elo constitutivo do núcleo familiar, em primeiro lugar. Diferentemente dos caipiras, as comunidades não eram constituídas pelos freqüentadores da paróquia, mas pelas famílias que identificavam-se com a niponicidade, ideal do qual a religiosidade faz parte:

A primeira é, em geral, a única utilizada em família e a que predomina nas gravuras colocadas nas paredes da habitação ou os livros lá existentes. Quanto à religião, freqüente é a presença de um altar, com ídolos diversos, no lugar de honra das casa de moradia. Na zona rural, o Catolicismo ou o Protestantismo penetram com muito maior lentidão e dificuldade que na área urbana; e, quando o conseguem, alcançam apenas os “nissei” e, mesmo assim, de maneira um tanto insegura, quem sabe apenas para efeito externo, pois os pais se conservam fiéis ao Budismo ou ao Xintoísmo, apesar da inexistência de templos e de sacerdotes pertencentes a tais credos. (COSTA, 1958: 121).

Além da religião, um outro elemento de união entre as famílias japonesas era a língua do país de seus ancestrais, a qual era ensinada às crianças primeiramente no seio da própria família. Todavia, para que houvesse uma maior aceitação dos japoneses entre os “brasileiros” que lhes precederam nas áreas onde surgiram nas aldeias, algumas famílias batizavam suas crianças de acordo com o rito católico e lhes davam nomes cristãos (muitas vezes acompanhados de um outro nome japonês, com o qual se identificava o indivíduo quando se estava em família):

A língua falada em casa era a japonesa (...). Muitos outros traços da cultura japonesa foram conservados; (...) o fenômeno da aculturação vem se processando lentamente. Guardam suas crenças religiosas, que nos parecem ser um misto de budismo e shintoísmo. (...) Apesar disso, batizaram seus filhos na Igreja Católica (NOGUEIRA E NUNES, 1951:49).

Dentro da mesma família alguns filhos eram batizados, outros não, conforme verificamos no depoimento abaixo. Neste depoimento também notamos a presença de novas “religiões japonesas” no Brasil:

**Pesquisador (P):** (...) a família de vocês no Brasil, ela freqüenta a religião, vamos dizer assim, brasileira, ou católica ou evangélica, ou vocês conservaram a religião de vocês, japonesa? Vocês são religiosos?

**Sr. Hiroshi Katayama (H):** É, os pessoal de casa, eles são católicos, uns são católicos e uns freqüenta essa igreja... tipo, não é budismo, né? É, tem umas coisas a ver com budismo.

P: Como é que chama?

Irmã do sr. Hiroshi: Seicho-no-iê.



P: Seicho-no-iê? Certo. É um tipo de um budismo, né?

H: A gente é tudo temente a Deus, né? Não é budismo... eles ensinam uma verdade, né? Mas eles também são católicos, vai na igreja, também, né...

P: Aqui, no caso de vocês... O senhor, mesmo, o senhor é católico, ou não?

H: [Sorrindo] Eu não sou católico, não sou batizado, né? Meu irmão e minha irmã, assim, são, né?

#### **6.4. A formação dos bairros japoneses e a organização comunitária japonesa: as escolas japonesas, as associações culturais e os mutirões**

A prática (renovada) da tradição familiar nas comunidades rurais japonesas no Brasil foi um fator de peso no surgimento da Cooperativa de Cotia. Sem minimizar as determinações impostas pelo Estado e do mercado, SEABRA (1973) aponta algumas características da sociedade japonesa que acabaram favorecendo a criação de cooperativas agrícolas mistas. Tais características são as seguintes: organização em comunidades culturalmente homogêneas; o controle exercido pelo governo japonês sobre seus migrados e suas atividades, através das empresas de colonização, através do consulado ou, ainda, de outras entidades; o generalizado predomínio entre eles da prática da agricultura comercial; e, também, o generalizado caráter de pequeno empreendimento da agricultura comercial dos imigrantes japoneses (SEABRA, 1973: 55).

As Cooperativas, em parceria com o governo japonês, foram, também decisivas na segunda fase do processo de imigração japonesa para o Brasil, inclusive atuando no loteamento de terras e, portanto, evidenciando sua participação no processo de valorização das terras no entorno de São Paulo. Elas entraram neste setor de duas formas: de um lado, diretamente, adquirindo terras, loteando-as e vendendo-as a seus associados e mesmo promovendo a imigração; de outro lado, participando de projetos e colonização em convênio com empresas de loteamento e financiamento ligadas ao governo japonês.

Já no seu ponto de partida, o cooperativismo no Japão tinha um cunho político e a proteção oficial, traço que tem caracterizado toda a sua existência

(SEABRA, 1973: 59). No Brasil, a implantação das cooperativas aproveitou o caráter da economia doméstico da agricultura e o sentimento de respeito e obediência no interior das famílias:

(...) elevado é o padrão técnico do agricultor japonês. (...) Tudo isso significa, além de muito esforço, o resultado de uma racional cooperação. (...) o japonês não conhece horário para o seu trabalho, nem respeita feriados, domingos e dias santificados. (...) [Até mesmo as crianças cooperam no trabalho familiar, por vezes até à noite, à luz de lanternas] (...), mas, nem por isso, deixam os filhos de freqüentar a escola, pois a instrução (pelo menos a primária) constitui um ponto de honra para o japonês, por mais humilde que seja (COSTA, 1958: 117-8).

O sentimento de identidade entre as famílias foi, por sua vez, a razão da constituição das aldeias (ou colônias) japonesas, onde se encerra seu núcleo de sociabilidade. A conformação do imigrante japonês em comunidades rurais explica-se da seguinte maneira:

No início da imigração, os colonos ignoravam a língua, e por causa da nostalgia da pátria, (de quem vive em ambiente de costumes completamente diferentes) era quase insuportável viver só no meio de brasileiros. (...) Havia então a tendência de compatriotas se reunirem e formarem uma espécie de comunidade. Essas comunidades japonesas antes da guerra chamavam-se geralmente colônia (ou núcleo colonial) (ANDO, 1961: 23).

O caráter comunitário da instalação japonesa na área em questão definia-se pela existência de um corpo de instituições, divididas, segundo Saito, em dois grupos principais do ponto de vista funcional: um grupo de instituições que exercia o controle social dentro da comunidade e outro que controlava as relações entre a comunidade e o “mundo de fora”; instituições estas cujo poder era respeitado praticamente por todos os membros da “colônia”, como o atestam diversos exemplos de sanções aplicadas pelas mesmas aos seus membros (SEABRA, 1973: 56).

Em tais comunidades rurais surgiram órgãos de deliberação coletiva (integrados principalmente por chefes de família), destinados a controlar e organizar a vida social (ver Foto nº 79). Elas tiveram enorme importância, e por isso analisaremos seu papel a seguir.

**Foto nº 79: jovem em frente à Associação Cultural Japonesa da Colônia**



Antiga imagem de um jovem imigrante japonês em frente a uma edificação do centro comunitário da Colônia, como se pode observar na placa ao fundo. Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori, trabalho de campo em janeiro de 2008. Cópia fotográfica do original, de autoria não identificada.

O embrião da Cooperativa de Cotia foi a Aldeia de Cotia no bairro do Moinho Velho. A Associação Japonesa foi instituição fundamental para a caracterização comunitária dos japoneses em Moinho Velho. Tratava-se de instituição primordial tanto no regular as relações e atividades internas dos membros da “colônia”, como também no disciplinar sua relações como o “exterior”. Foi fundada por volta de 1916-1917. Suas principais medidas foram: criação de escola primária (1917), a aquisição coletiva de adubos (1919),

controle do transporte (do preço do frete) dos produtos agrícolas e a limitação das épocas de plantio.

As cooperativas de origem japonesa do Estado de São Paulo, apresentam uma estrutura que, segundo Saito, conserva as características originais tomadas do modelo japonês. “Mas antes de mais nada, seus estatutos, como não poderia deixar de ser, refletem a legislação brasileira específica em vigor que, desde a primeira, ou seja de 1931, é de inspiração rochdaleana” (SEABRA, 1973: 79). “Em última análise, o interesse dos japoneses pelo cooperativismo resultou da influência do desenvolvimento desse movimento verificado no Japão. Pode-se dizer que um setor da cultura japonesa floresceu maravilhosamente em terras brasileiras” (ANDO, 1961: 46). Sua formação cooperativista e a noção de solidariedade “levam-no mais além, dentro da comunidade étnica a que pertence: une-se a seus patrícios, colaborando com eles no transporte de mercadorias, como no empréstimo de maquinaria agrícola ou animais de tração” (COSTA, 1958: 118).

Além da Associação Japonesa, havia a Associação de Moços no Moinho Velho, em cuja sede jogava-se xadrez e havia acesso a revistas em língua japonesa. Foi lendo uma dessas revistas que um membro da Associação aprendeu a fazer um determinado fungicida, cuja utilização obteve resultados notáveis (ANDO, 1961). Da mesma forma, conversamos com o sr. Tabayashi que nos relatou ter aprendido as primeiras técnicas agrícolas em uma Associação de Moços do bairro do Cipó, no atual município de Embu-Guaçu:

**Pesquisador (P):** Onde o senhor conseguiu conhecimento para mexer com os adubos, com os remédios da planta, trabalhar a terra, onde o senhor adquiriu este conhecimento?

**Sr. Kitabayashi (K):** Quando era associado dos jovens, da Associação Cultural, que ainda hoje existe. Naquele tempo, quase todo domingo tinha. Conversava, fica conhecendo por aí. Daí, como eu já era mais interessado nesse negócio, ficava em cima desse negócio prá conhecer, né? Olhava às vezes a plantação, dava uma visitada, ia junto na casa deles, olhava, tinha plantação. Muitas vezes o pessoal nem percebia que a gente estava olhando as plantação deles, como que eles planta... É uma curiosidade, sempre.

P: Essa Associação Cultural que o senhor falou, ela é uma Associação Cultural Japonesa?

K: Era, japonesa, da região aqui do Cipó. Foi fundada em 1948, 49. (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Mas as Associações Culturais japonesas (ver Fotos n<sup>os</sup> 80, 81 e 82) iam muito além da transmissão de conhecimento técnico na agricultura. Nelas desenvolviam-se as competições esportivas entre os diversos bairros japoneses, organizavam-se festas, estabelecia-se o convívio social. O fechamento de algumas dessas Associações foram um reflexo da crise que viria a se instalar na horticultura dos arredores de São Paulo posteriormente, a qual foi muito sentida pelas famílias que ainda restaram:

#### Fotos n<sup>os</sup> 80 e 81: edificações do *kaikan* da Casa Grande



Observamos nos registros acima os espaços nos quais se realizam festas, eventos, reuniões, comemorações diversas, festas de casamentos. São centros de convivência da colônia japonesa no bairro da Casa Grande. Observamos o esmero das construções, apesar de simples, e a paisagem rural (com campos e matas artificiais) ao fundo. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Pesquisador (P):** E as associações culturais? Por que elas foram importantes pra comunidade japonesa?

**Sr. Hiroshi Katayama (H):** É, isso aí são as pessoas que moram na região, né, então sempre tinha uma festa, essas coisas. Pra ajudar o pessoal, né? E, pra ficar trocando as idéias, quando tem festa... ou às vezes fazia gincana, também, né? Então, isso daí é convívio, né? Como é que diz... é tipo uma região, né, o pessoal vai lá... Então, o pessoal ia pra juntar, né? Pra manter a comunidade japonesa, né? Pra manter um pouquinho da cultura, né, da cultura japonesa. Hoje em dia tá acabando isso, não existe mais como antigamente, né?

Antigamente eram bem mais ligado o pessoal. Depois da terceira geração em diante já foi separando, né? Não tem aquele convívio como antigamente.

Vale a pena sublinhar que o meio para tornar-se conhecido entre as comunidades rurais japonesas em São Paulo era freqüentar essas Associações, criando uma vantagem inclusive para os agricultores que tinham poucas possibilidades de comunicação entre si. Até os tempos atuais, as Associações são um importante veículo para um indivíduo se fazer conhecido, conforme observamos no trecho a seguir:

**Foto nº 82: área de lazer e eventos do *kaikan* da Casa Grande**



Na porção inferior da foto, o campo bem aparado, no qual era costumeira a realização de festas ao ar livre, juntando a comunidade japonesa do bairro da Casa Grande. Um mastro se destaca na imagem; na porção centro-inferior, avistamos uma quadra na qual praticam-se esportes apreciados pela comunidade nipo-brasileira. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Pesquisador (P):** E o senhor considera que essas Associações foram importantes para a conservação da cultura de vocês, do modo de vida de vocês? Qual foi a importância dessas Associações?

**Sr. Kitabayashi (K):** Foi bastante importante. Que, se não tivesse esse tipo de Associação, hoje não conheceria ninguém por aqui. Eu sou conhecido por todos... que nem, os mais idosos

me conhecem, através, assim, de evento que tem por aí. Eu sou bastante conhecido nessa região de Santo Amaro, aqui, Zona Sul... e Ceagesp. Agora, tem o sindicato lá de... São Paulo, que abrange vinte e oito municípios, então eu acabei sendo chamado lá prá ser da diretoria deles. Cria mais amizade, conhecimento pelo Itaquera, essas coisas que tem, Embu das Artes, São Lourenço. (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 83: inauguração de escola pelos primeiros imigrantes japoneses da Colônia Paulista**



Observamos a ocasião de festividade, com comida e a presença de muitos homens bem vestidos, comemorando a conquista coletiva de uma escola japonesa para a comunidade nipônica da Colônia Paulista. Notar parte da edificação correspondente à escola na porção superior direita da foto. Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori. Reprodução fotográfica do original, de autoria não identificada, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008.

Em Moinho Velho, no ano de 1915, a primeira medida da Associação Japonesa foi a construção de uma escola no centro da aldeia, com paredes de barro e coberta de sopé. O aldeamento, então com 5km de raio, tinha a escola como centro (freqüentada por 10 alunos, a princípio) (ANDO, 1961). O prédio da

escola sempre serviu, não só como sede da Associação Japonesa, mas também como local preferido para festejos, recepção aos visitantes ilustres e outros acontecimentos da comunidade, tornando-se, dessa maneira, o centro de sua vida social (SEABRA, 1973). No caso dos agricultores de outros bairros, o papel das escolas japonesas não era diferente: reforçava laços de identidade entre os colonos, era a medida fundamental das associações de bairro:

**Pesquisador (P):** E como funcionava essa Associação [cultural]?

**Sr. Kitabayashi (K):** Os associados dos japoneses que tinha aí... tinha aquela escola japonesa [ver foto 83, acima], antes. Contratava um professor prá ficar lá, prá ensinar escrever, essas coisas. Na escola eu fiquei um ano e meio, só.

P: Ah, o senhor estudou nessa escola?

K: Estudei, quando tinha onze anos, até treze. Escola primária foi quatro anos que eu estudei. Aqui no Cipó, eu estudei completo três anos, porque eu estudei um ano em Mogi, depois vim prá cá. Aí quando, depois de tirar aquele diplominha, aí... vim estudar na escola japonesa um pouquinho. Mas nessa já vinha de bicicleta, trazia minha irmãzinha na garupa prá levar de volta.

P: E como era essa escola, o senhor pode contar um pouco prá gente?

K: Era boa, porque naquele tempo... Mais era falar japonês, bastante coisa. Eles ensinavam escrever, ler e a fazer história. E cantar, também, mas não era meu tipo, cantar. E aquelas coisa, gincana, né, ainda hoje tá funcionando. Nessa associação aqui nós tem todo ano, mês de julho. O que sobreviveu desse tipo de kaikan foi o da Casa Grande, Cipó, Colônia (...). Tem quatro, só, nessa região de Santo Amaro.

Estas escolas serviam mais à consolidação dos laços das comunidades japonesas (ver Foto 84); a educação básica das crianças era efetuada nas “escolas brasileiras”. O entrevistado sr. Hiroshi nos explica como funcionavam as escolas japonesas e qual o destino que a maioria delas tomou a partir dos anos de crise na agricultura:

**Sr. Hiroshi Katayama (H):** Escola japonesa é ao redor que mora numa região, né, então eles têm... por exemplo, aqui nessa região a gente mora na Casa Grande, né... aqui na Casa Grande tinha uma escola japonesa, né, que agora também acabou, né? Que... hoje em dia as criançada vai em escola



brasileira, né, aí não tem tempo prá você aprender... escola japonesa. Que, hoje em dia a criança fica, o que, umas sete ou oito horas na escola, quase, até mais, né? Então você não tem aquele tempo. Antigamente tinha, né, antigamente você estudava, entrava de manhã às sete horas, onze horas você tava saindo da escola. Então, a gente tinha tempo de ir na escola japonesa. A gente, mesmo, quando era pequeno, a gente foi prá escola japonesa.

**Pesquisador (P):** E como era lá?

**H:** É, eles ensinavam né? Tinha professor, né, que ensinava desde as primeiras letras, né, até as letras mais difícil, né?

**P:** No caso, as letras em japonês, né?

**H:** É, em japonês. A gente tinha muitas escolas japonesas. Tinha aqui na Casa Grande, que é a nossa, aqui, né... tinha ali no fundão, tinha Parelheiros, Colônia, Cipó, Embu-Guaçu... Barragem... Tinha mais escola japonesa, né? Agora não tem mais escola japonesa. Único que tem escola japonesa é aqui...

**Irmã do sr. Hiroshi:** Só tem... é... gincana, né?

**H:** (...) pro lado de Pedreira [tem uma escola japonesa que funciona], só, né? Fora isso, escola japonesa... acabou... (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Finalmente, deve-se destacar que os japoneses também tinham sua forma de realização do mutirão, especialmente quando predominava a bataticultura. Em época de plantio e colheita, o trabalho da família não bastava e era comum convocar vizinhos e parentes para a realização da atividade, sendo este um importante laço de união da comunidade japonesa que influenciou muito na alta produtividade de sua agricultura:

**Pesquisador:** O senhor considera que **a união dos japoneses, a comunidade dos japoneses**, ela foi importante pro sucesso que os japoneses tiveram na agricultura durante todos esses anos aqui perto de São Paulo?

**Sr. Hiroshi Katayama:** Ajudou bastante, né? Porque, antigamente, quando a gente fazia plantação, um ajudava o outro, né? Igual, a gente mesmo, os pais da gente, quando plantava batata, reunia os empregados da gente com os dos outros, né, prá ajudar plantar tudo num dia só prá dar tudo, né? Juntava, antigamente, mas hoje em dia fica difícil, hoje... Cooperava, né? Então tinha mais união, né? (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 84: reunião da comunidade da escola japonesa da Colônia Paulista**



Em primeiro plano, um grande número de crianças e jovens atendidos pela escola japonesa do bairro da Colônia. Ao centro do contingente de alunos, temos um senhor mais idoso, de óculos, possivelmente o responsável pela organização da instituição comunitária. Ao fundo, notar o tipo de edificação da escola, feita com bastante simplicidade e materiais de construção próprios da região, como as tábuas de madeira. Fonte: acervo exposto no bar do sr. Hélio Satori.

Reprodução fotográfica do original, de autoria não identificada, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008.

A prática do mutirão declinou entre as comunidades japonesas com a introdução e o crescimento de uma horticultura variada, em que os agricultores apostavam em várias mercadorias para fugir às oscilações dos preços dos produtos agrícolas no mercado. Todavia, até hoje os agricultores lembram do tempo em que as famílias reuniam para unir esforços contra a intensa demanda dos mercados metropolitanos:

**Pesquisador (P):** E, vamos dizer, o **mutirão**, ele era realizado aqui entre a comunidade os japoneses?

**Sr. Kitabayashi (K):** O mutirão era mais parte de batata, tomate... Quando chegava, naquele tempo, tinha época certa que plantava tomate e batata, então marcava um dia, fazia aqueles mutirão prá plantar. Isso existia, sim.

P: O senhor chegou a participar de algum mutirão?

K: Eu participei só naqueles **no sítio do meu tio**. Plantava tomate, e quando plantava mesmo... Uma vez, duas vezes, depois ficou tudo individual, né?

P: (...) havia a realização de festas quando se fazia o mutirão?

K: Sempre existiu. Quando plantava... Eu mesmo participei, mas na região que plantava batata. Juntava dez famílias, plantava num dia, fazia aquele negócio de festa, fazer... comprar peixe, fazer... juntava, tomava pinga... mais pinga, né, que cerveja era mais difícil. Então, ficava tudo animado. Depois, na época da colheita, se ganhar, fazia outra festa, como a safra foi bom. No dia que ia fazer mutirão, a gente ia lá de manhã ajudava. Almoço era lá, também, ficava também lá. Prá mim, naquele tempo eu era criança. Depois, quando... quem começou plantar mesmo, acabou, ficou tudo individual. Essas coisas que até hoje a turma comenta. (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A cooperação entre os produtores agrícolas deu origem inclusive à “escola de plantação de batata”: devido à estratificação social existente entre os imigrantes mais antigamente instalados e já com um certo êxito econômico e aqueles que foram chegando posteriormente (os imigrantes “novatos”), desenvolveu-se um sistema de auxílio e proteção por parte de elementos “velhos”. O meio mais comum para os “novatos” era o de trabalhar para alguma família dos “velhos” durante dois ou três anos, tornando-se depois “independente” com a ajuda desta.

É evidente a reciprocidade da relação: os “patrões” obtinham por meio deste regime, o braço necessário para a expansão de sua lavoura e aos “camaradas” eram dadas as oportunidades de se tornarem “independentes” sob a proteção de seu “patrão”, pois estes arranjavam as terras, adiantavam os adubos e as sementes, emprestavam os mantimentos e o dinheiro... (SEABRA, 1973: 58).

Enfim, temos a compreensão de que a cultura não é senão um mecanismo de reprodução social, todavia baseado conjunturalmente em estruturas decifráveis, nos leva a pensar seu caráter intrinsecamente político: se, como visto, o estatuto da propriedade privada da terra no Brasil obrigou o capital a sujeitar a renda da terra (e não o trabalho, diretamente) e se a preservação deste patrimônio pelos pequenos agricultores está assentada mais sobre laços

peçoais do que sobre as regras de mercado, quais serão as implicações práticas desta contradição entre propriedade familiar e reprodução extensiva do capital?

### **6.5. A atuação das Associações na produção dos bairros rurais japoneses**

O papel da Cooperativa Agrícola de Cotia na implantação das comunidades de agricultores japoneses é um dado fundamental, pois, além de cuidar da produção e transação de mercadorias, a estrutura da cooperativa também atuava na organização dos bairros e dos distritos, sendo que os bairros tinham um caráter comunitário e os distritos tinham função econômica, pois era lá onde se centralizavam os depósitos de mercadorias (SEABRA, 1971).

O crescimento territorial e numérico do quadro associativo destas cooperativas levou à criação de diversos elementos de organização espacial necessários para o controle das atividades produtivas relativamente dispersas como as que caracterizam a agricultura. Em grandes cooperativas, como a Cotia, havia os “bairros” e os depósitos regionais criados de maneira generalizada. Os bairros eram elementos básicos de organização espacial da Cooperativa Agrícola de Cotia (SEABRA, 1971).

Segundo o que aponta SEBARA (1971), não se realiza necessariamente a correspondência “bairros” e depósitos regionais. O “bairro” tem um significado mais comunitário, interessando na grande maioria dos casos sobretudo à presença dos cooperados de origem japonesa. O depósito regional reveste-se de um caráter mais econômico e, como tal, pode interessar a todos os associados a ele filiado.

Nas suas áreas mais tradicionais (Cotia, Ibiúna, etc.), a C.A.C. até por volta da década de 50, era a única a atuar e, além do mais, praticamente todos os agricultores de origem japonesa estavam ligados a ela. Assim, para a comunidade japonesa ela desempenhava não apenas finalidades econômicas

como também funções sociais. Em outras palavras, boa parte da vida social destes bairros realizava-se dentro ou através da Cooperativa.

Os depósitos (ver Foto nº 85) tinham a função de estocagem de mercadorias e de insumos utilizados pelos produtores. Os primeiros depósitos regionais “foram criados em 1935 (...), depósitos filiais destinados a atender os cooperados que residiam longe da sede. (...). [Grande parte dos associados está] vinculada a depósitos regionais e uma minoria liga-se diretamente à sede” (SEABRA, 1973: 82-83). Nos arredores da capital paulista existiam diversos “bairros” mais ou menos dispersos e abrigando pequenas concentrações de cooperados, tais como Bonsucesso, Tamboré, Jaguaré, Cotia. Já Morro Grande, Jaraguá, Taipas, Santo Amaro, Itapecerica da Serra, Embu e Taboão da Serra vinculavam-se diretamente à sede, ou melhor, ao depósito urbano (no largo de Pinheiros).

Os “bairros” principais tinham seu “depósito regional” e o Grupo de Transportes Coletivos (GTC), ou ainda “Grupo de Produção” (GP). Os “bairros” que agregavam entre 50 a 30 cooperados, elegiam um “representante” anualmente. Os depósitos Regionais possuíam um “encarregado” nomeado pela diretoria da C.A.C. Já a Diretoria dos G.T.C. e dos G.P., eleitos por associados do “bairro”, tinham à sua frente um “representante” do mesmo. Além disso, os “bairros” eram “sub-divididos em ‘distritos’ que agrupam de 10 a 20 cooperados. Em cada um deles é escolhido um ‘chefe’ entre seus membros, por eleição ou rodízio” (SEABRA, 1973: 81).

Há que se ressaltar: a maior importância da Cooperativa Agrícola de Cotia foi ter conseguido organizar territorialmente os trabalhadores rurais do entorno paulistano e não somente os de origem japonesa, embora estes tenham sido organizados socialmente de maneira mais próxima pela Cooperativa. Neste sentido, a CAC provia uma socialização das colônias japonesas que foi a base do sucesso econômico do empreendimento agrícola; os japoneses, de fato, sentiam-se como se vivessem em um *mura*, o que se pode constatar pelo fato de que, mesmo atualmente, alguns agricultores mais antigos de origem japonesa (mas já nascidos no Brasil) não sabem falar o português com fluência.

**Foto nº 85: Depósito regional da Cooperativa Agrícola de Cotia no bairro do Embura**



A imagem apresenta, em toda sua faixa central, as instalações do depósito regional da Cooperativa Agrícola de Cotia no bairro do Embura. É importante observar que o Embura corresponde a um importante entroncamento regional, de onde convergem estradas em direção ao Cipó, a Engenheiro Marsilac, à estrada da Ponte Alta e a Parelheiros. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

É possível afirmar primeiramente que a forma de organização social é completamente diferente se tomarmos, de um lado, os caipiras da região e, de outro lado, os produtores de hortifrutigranjeiros, especialmente os de origem japonesa. Enquanto um grupo social e étnico se organiza mais lentamente na história, ou em concordância maior com as possibilidades e restrições do meio, vencendo-o (ou sendo vencido por ele) de pouco em pouco, o outro conta com a solidariedade e com a obediência de seus membros para rapidamente juntarem forças contra inimigos e dificuldades comuns (por exemplo, as manobras baixistas dos atravessadores do entreposto de Pinheiros, durante os anos de 1920, fato que deu origem à CAC).

Todavia, há que se tomar o cuidado de não pensar de maneira evolucionista essas transformações. OLIVEIRA (2004) chama a atenção para o preconceito de autores como Emilia Viotti Costa e Penteadó em relação às

populações caipiras, aos quais sempre comparavam os japoneses, colocando os segundos em posição de superioridade não somente técnica, mas cultural, a exemplo da citação que se segue:

Onde quer que se localizem, imprimem os japoneses sinais iniludíveis de sua presença. São as culturas intensivas. (...) As técnicas que empregam, que muito têm de jardinagem, contrastam de maneira evidente com as dos agricultores nacionais, sobretudo os caipiras, que não sabem compor suas propriedades, tudo fazem de maneira empírica e só utilizam processos atrasados e deficitários (COSTA, 1958 apud OLIVEIRA, 2004: 115-6).

Afirmando que as terras caipiras tinham “plantações mal arranjadas, (...) galinhas espalhadas pelo terreno, (...) capoeiras inúteis”, destacando-se “lamentavelmente das propriedades, também modestas, dos japoneses ou dos portugueses” (COSTA, 1958: 124), a referida autora desqualificava o trabalho o trabalho do agricultor policultor brasileiro, colocando o lugar desta população na sociedade que se modernizava:

Chocante é o contraste existente entre as propriedades cultivadas por japoneses e as que estão sob a guarda de caipiras locais. Apenas excepcionalmente se registra uma assimilação dos exemplos dados pelos nipões. Em regra, o caipira, mesmo possuindo terra própria, prefere trabalhar como agregado do japoneses, como diarista ou caseiro nos sítios de recreio, ou prestar serviços nas olarias e nas áreas de extração de madeiras ou fabrico de carvão. (COSTA, 1958: 122).

Verificava-se, assim, uma mudança no padrão técnico da agricultura e de seu maior direcionamento comercial. Com a penetração das atividades fundamentalmente comerciais e suas atividades “muito mais evoluídas tecnicamente que as que caracterizavam o sistema de cultivo dominante no cinturão caipira, a roça”, ocorreu “um afastamento quase completo do caipira, ou melhor, de seus descendentes, da direção dos estabelecimentos agrícolas efetivamente produtivos” (SEABRA, 1971: 4). Ao constatar as mudanças na

paisagem provocadas na paisagem com a chegada de agricultores operando com novo padrão técnico, escreve-se:

Tudo isso contrasta profundamente com o que foi a propriedade há 9 meses atrás, quando da sua aquisição, pelo atual proprietário. Nessa ocasião ela pertencia a um a família italiana, e o aspecto apresentado era outro: mais da metade da área hoje cultivada estava coberta por uma capoeirinha hoje praticamente expulsa, persistindo apenas, em pequenos trechos junto ao rio; o capim crescia por todos os lados: havia apenas uma construção – a antiga habitação, hoje relegada ao papel de paiol, miserável rancho de pau-a-pique, coberto de sapé; à frente da casa, na várzea, algumas culturas: cebola, ervilha, abobrinha, alcachofra e algumas áreas aradas, à espera de sementeira; em trechos da encosta pequena cultura de milho completava o panorama da propriedade. (NOGUEIRA E NUNES, 1951:47-48).

No mesmo artigo, a respeito de outra propriedade agrícola horticultora, comparada a uma antiga roça caipira, escrevem os autores:

Quando, há 15 anos, o japonês que ora estudamos ali chegou, a construção da casa e algumas culturas da várzea tinham sido os únicos resultados da derrubada do mato, que tomava conta das demais áreas. A vegetação, que, ao que parece, era, há 15 anos, do tipo de mata secundária, foi substituída por trechos de “capoeirinhas”; as culturas da várzea foram ampliadas, as encostas se povoaram de culturas e as construções se multiplicaram junto a elas. (NOGUEIRA E NUNES, 1951:58).

Os caipiras vão, ao longo de mais de um século, pelos cruzamentos étnicos, criando sua cultura, conformando seus bairros, dividindo-se entre muitas atividades não agrícolas, estruturando um mutirão que misturava trabalho e festa, tentando assegurar a reprodução coletiva e familiar graças às obrigações coletivas, à missa, às festas religiosas, ao cotidiano do bairro. Para saber mais sobre o que aconteceu com a organização comunitária dos caipiras após a chegada dos japoneses, perguntei ao sr. Hermenegildo Hessel se eles conheciam outros agricultores, respondendo o entrevistado positivamente. É amigo ou parente desses agricultores: às vezes eles trazem mercadorias para a filha de seu Hermenegildo vender na feira. Perguntados se eles têm um lugar comum



para se encontrar, o entrevistado diz que “quem tem isso é mais japonês, que têm os Kaikan deles”, mas os eventos são voltados somente à comunidade japonesa.

Os japoneses rapidamente implantaram um esquema de conglomerado de trabalhadores familiares associados: em menos de vinte anos, desde sua chegada ao Moinho Velho, em Cotia, já se tinha uma empresa, em regime de cooperativa, que não parou de crescer até explodir. A unidade produtiva era constituída por famílias, relativamente autônomas, que se organizavam em bairros de caráter comunitário, mas implantados a partir de um distrito centralizado no depósito coletivo. O mutirão, para os japoneses, não tinha um caráter festivo tão evidente, havendo muito maior preocupação em unir forças para agilizar determinadas etapas da monocultura da batata. E, além disso, eles trouxeram do exterior uma cultura própria e fizeram questão de implementá-la tal qual, por meio dos centros de cultura japonesa (Kaikans), muitos deles existentes até os dias de hoje (como é o caso do Kaikan da Casa Grande), onde eram exibidos filmes, organizavam-se casamentos, praticavam-se esportes, ensinava-se o idioma nipônico e trocavam-se informações sobre técnicas agrícolas, entre muitas outras atividades. Com isso, garantiram sua reprodução enquanto grupo, fundamental para que a reprodução (ampliada) da cooperativa também pudesse ocorrer.

Esta é uma comunidade que conseguiu conservar, em grande medida, a língua, as relações tradicionais de parentesco, a religião (budista) e a tradição de organização do trabalho aprendida com seus antepassados. Conseguiram isso por causa da presença dos centros de cultura japonesa, alguns dos quais ainda são mantidos e desempenham importante papel para a sua fragilizada organização social.

Como vimos, a história da horticultura praticada pelos japoneses nos arredores de São Paulo é marcada pela ascensão e queda das cooperativas mistas que se espalharam também por grande parte do Brasil. Não é por acaso que as comunidades de origem japonesa estiveram tão estreitamente ligadas à expansão e diversificação desse cinturão verde. A maneira como organizavam a

produção, e sem separar disso, a territorialidade de sua vida social e comunitária, é o grande diferencial que, além dos subsídios do governo japonês, permitiu que estes agricultores tivessem, muitos deles, obtido tanto êxito por tanto tempo, inclusive permitindo a reprodução desse sistema de produção até hoje. Basta lembrar o código de conduta das antigas Associações Japonesas, segundo o qual quem quebrava os acordos estabelecidos era severamente punido (além de expulso, passava a não mais ser cumprimentado pelos outros sócios).

A falência da CAC, um marco histórico para o estudo da organização social rural no entorno de São Paulo, resulta de uma série de motivos, sendo citados vários, em particular, pelos os entrevistados, como as altas dívidas contraídas, a corrupção de alguns membros, a discordância dos mesmos em relação a assuntos de ordem econômica e administrativa e, principalmente, a crise de mercado (somada à cada vez maior necessidade de utilização de agroquímicos, cujo preço também ficava cada vez mais caro) que inviabilizou a continuidade do plantio de produtos que eram o carro-chefe da CAC. Mas, sob a ótica da análise apresentada neste trabalho, num contexto mais geral e decisivo, o que aparece é o fato da Sociedade ter se tornado uma empresa gigantesca, impessoal e como tal, muito difícil de continuar sendo gerida por uma estrutura baseada em valores de subordinação e participação comunitários.

## **6.6. A crise na agricultura**

A partir da década de 1970 ocorre um movimento que terminará por gerar uma profunda crise nas áreas suburbanas de São Paulo: trata-se, inicialmente, do intenso adensamento populacional que virá a ocorrer e incrementar-se nas décadas seguintes. A diminuição da expressão da agricultura na paisagem ao sul de São Paulo é informada pelo entrevistado:

**Pesquisador:** Na época que o senhor morava lá no Cipó, o senhor lembra de outros agricultores dessa região?

**Sr. Kiabayashi T:** Tinha bastante. Até 70 ainda tinha bastante. Hoje, sobreviveram muito poucos. (Fonte: entrevista com o sr. Kitabayashi, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Mas, antes de aprofundarmos este assunto, cabe apresentar os motivos apontados pelos próprios entrevistados para justificar o período de declínio na produção agrícola e na organização comunitária nesta área de estudo. Primeiramente, aponta-se que a variação no preço das mercadorias está numa relação desfavorável com o preço dos insumos: tanto o preço do produto agrícola oscila mais, quanto sua tendência é a de subir mais lentamente que os insumos. Por isso, muitos agricultores reclamam do “custo de produção”. Além disso, a relação incerta com o mercado, cujas decisões são determinantes para as oscilações no preço dos produtos agrícolas, também é um fator importante: o agricultor nunca sabe com certeza se o seu trabalho será suficiente para realizar pelo menos os meios de vida de que sua família necessita:

**Pesquisador (P):** [Sobre a falência da CAC] Você acha que isso fez com que alguns agricultores... ou que algumas propriedades agrícolas desaparecessem?

**Sr. Hiroshi Katayama (K):** Não, é mais difícil, você vê como é que é a agricultura hoje, ninguém quer mais trabalhar na agricultura. Por que você não sabe se tá ganhando, entendeu? Com o tempo fica difícil fazer a produção. Fica no prejuízo. Prá você acompanhar tem que ter bastante... tem que manter a produção, né? Você não sabe se vai ganhar ou perder. É tipo uma loteria, né? Então tem que variar. Aí, a gente vai modificando, plantando alguma coisa diferente. Eu mesmo, nós antigamente plantava batata, repolho, que dava prá ganhar dinheiro, né? Aí, com o tempo, vai ficando difícil. O custo é alto, e mão de obra também é difícil. Você não encontra mais empregado. Por que os empregados, hoje, não quer mais trabalhar na roça. Hoje em dia não quer, quer trabalhar em firma, qualquer lugar, menos ficar puxando a enxada debaixo do sol, né? Empregado hoje em dia trabalha pouco tempo, já abandona, né?

P: Você tem conhecidos que se deslocaram daqui e mudaram para o interior de São Paulo?

H: Tem um vizinho que foi para o interior...

P: O nome de alguns, que você lembra de cabeça, assim?

H: Eh...Tem um primo, vizinho, né, que ele morava aqui, casou...Mas esse mudou prá Salvador.

P: E ele trabalha na agricultura, mesmo?

H: É, ele faz plantação de mamão lá. Antes ele mexia com chuchu, aqui nessa região.

P: Há quanto tempo ele mudou?

H: Uns quinze, vinte anos, por aí. Ele plantava chuchu aqui nessa região, e... (Fonte: entrevista com o sr. Hiroshi Katayama, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Os entrevistados não deixam de mencionar as diversas crises geradas pela política econômica do Estado brasileiro após o período de redemocratização. Além disso, indica-se a falta de políticas públicas voltadas ao agricultor, especialmente no município de São Paulo:

**Pesquisador (P):** O sr. acha que teve ... o sr. conhece muitos agricultores que abandonaram a atividade?

**Sr. Laudelino de Brito (L):** Ah! Conheço, conheço um monte, inclusive o cara que eu comprei esse trator aí, um japonês ali, ele plantava muito, a propriedade tá tudo mato, acabo tudo...

P: E ele fez o que vendeu a terra?

L: Não, não vendeu tá lá parado e ele foi... a maioria foi pro Japão né, largaram tudo e foram pro Japão. Tem muitos pra lá ainda que abandonou tudo, tem várias propriedade grande com tudo parado, parou tudo.

P: Por que o sr. acha que aconteceu?

L: Eu num sei, uma parte é culpa do governo, porque o governo num deu apoio, num deu nada e tiveram que para, né... num teve jeito, num teve outra opção, mesmo tirando o custeio, os empréstimo que eles dão, essa oportunidade toda, é muito dificultoso, dá muita dificuldade. Por que cê vai, cê tira [o produto agrícola], agora pra pagá... prá pagá é o "x"... é difícil, porque num dá... a terra às vez você planeja um coisa, dá outra, num dá aquilo que cê pensou, que cê calculou não. Isso aí vai indo, aí começa ficá difícil, difícil, e fica onde ta. Tá parado, tá lá.

**Parte III:**  
**Reprodução da apropriação  
produtiva da terra com base no  
trabalho familiar no vetor sudoeste  
do espraiamento urbano de São  
Paulo**

# Capítulo 7: O espraiamento urbano de São Paulo e o litígio em torno do uso da terra na Área de Proteção aos Mananciais

## 7.1. O adensamento urbano periférico em São Paulo a partir de meados do século XX

AZEVEDO (1945), no ano em que realizou seu estudo sobre os subúrbios de São Paulo, indicava que os limites da cidade alcançavam um raio de 10 a 15 km em relação ao centro, contra apenas 1 km de raio registrado em período anterior ao início do século XX. De uma população de aproximadamente 240 mil habitantes, no ano de 1900, passou-se a um contingente de quase um milhão e meio de habitantes no ano de 1945. Ao passo desse crescimento, os antigos subúrbios foram sendo incluídos na massa dos bairros periféricos, sendo então ultrapassados pela metrópole em marcha. Havia se tornado difícil dizer com segurança onde é que acabava a cidade propriamente dita e começava a zona suburbana. “Arrabaldes como a Lapa, Santo Amaro ou a Penha, que distam 10 km em média do centro urbano”, já se viam “integrados na vida cidadina” e constituíam “como que as portas dessa metrópole avassaladora” (AZEVEDO, 1945: 26). Já se antevia o efeito que a industrialização, até então apenas emergente, causaria na metrópole em formação.

AZEVEDO (1945) já havia notado a diversidade de usos do solo no entorno rural (subúrbios) da capital paulista, mais especificamente na área de estudo à qual denominou *subúrbios orientais paulistanos*. Indiciou que, em relação ao centro urbano, as principais funções ali presentes eram a *função agrícola*<sup>1</sup>, a *função industrial* e a *função residencial*, já então apontada como a mais generalizada em sua área de estudo.

---

<sup>1</sup> Segundo AZEVEDO (1945: 32-3), esta função “também é muito importante e constitui, sob certos aspectos, uma tradição dos subúrbios de São Paulo (...). Nos últimos 25 anos, criou-se

A partir de meados do século XX, o crescimento do núcleo urbano de São Paulo acelerou-se ainda mais. Na base desse crescimento, SEABRA (2004) destaca a importância do período histórico que foi a década de 1950, no qual ocorreu a expansão da economia de base industrial aliada à modernização da agricultura num Brasil latifundiário, o que resultou na explosão-implosão da metrópole por um lado, e, por outro lado, num processo de formação de “cidades sem infância” na fronteira agrícola. Processo, este, que uniu, para desagregar, cidade e campo, sob o imperativo da propriedade privada da terra. A acentuada mobilidade do trabalho levou à desarticulação das economias regionais e passou a concentrar um imenso contingente de trabalhadores proletarizados na metrópole. A população total dos municípios correspondentes à atual Região Metropolitana de São Paulo chegou, em 1960, a cerca de 4 milhões e meio de habitantes.

Instalou-se, então, uma nova dinâmica imobiliária sobre a faixa do entorno rural de São Paulo. O processo descrito por PETRONE (1964) e SEABRA (1971), denominado em seus trabalhos *especulação imobiliária*, realizou-se intensa e extensivamente: formou-se, em poucos anos, uma faixa de loteamentos de terra extremamente adensados e com acesso mínimo à infraestrutura urbana sobre as antigas terras rurais nos subúrbios do entorno da metrópole – fenômeno induzido pela intensificação do processo de industrialização e relacionado ao aporte de migrantes que partiam principalmente das zonas rurais do país.

Diante desse processo, altera-se a própria morfologia da metrópole: se, em meados do século XX ela era um todo regional abrangendo bairros centrais (lugar de nascimento das instituições da Cidade), os bairros do centro expandido e, para além dali, os núcleos de povoamento antigo, após o processo de implosão-explosão:

(...) mal se distinguem as partes do todo na justaposição de formas desconexas que caracterizam a morfologia da metrópole. Agora são os pontos/nexos das redes que se inscrevem numa

---

em torno da cidade uma verdadeira zona hortense, com a multiplicidade das culturas de legumes e também de flores (...).”

textura indiferenciada, ao mesmo tempo homogênea (estruturas de circulação) e quebrada (espaços do viver) do espaço da metrópole (SEABRA, 2004: 276).

Segundo a dialética acima sugerida, as estruturas de circulação constituem o próprio espaço das abstrações, da aceleração do tempo pelo encurtamento das distâncias, cujo maior expoente, na época, era o automóvel. A expressão “espaços do viver” refere-se, evidentemente, aos bairros do centro expandido, os quais conheceram seu auge como lugares de suporte dos valores de uso em torno de 1950. A hipótese de SEABRA (2004) é a de que:

(...) os bairros que se estruturam ainda em simbiose com a Cidade (...) puderam dispor de um tempo comum e cotidiano, que permitia as inclusões produtivas (o conjunto dos trabalhadores) sem necessariamente produzir exclusões absolutas, se consideradas de um ponto de vista da lógica capitalista. (...) Os bairros funcionaram na história urbana como formidáveis suportes de valores de uso (...) graças a uma estruturação da vida que combinava o trabalho produtivo com a reprodução dos indivíduos em âmbito doméstico, coisa que a modernidade iria consumir. (...) A industrialização de São Paulo não foi estritamente um processo de reprodução capitalista da riqueza social como capital mas, também, um vigoroso processo de produção de capital (SEABRA, 2004: 273).

As inclusões produtivas anunciadas pelo projeto de modernização capitalista no Brasil efetivamente levaram os bairros do entorno do antigo Centro a uma intensa valorização imobiliária. É na cidade dos bairros que o capital estabeleceu suas frentes de expansão e valorização; é nela que:

(...) a propriedade territorial tem o mais alto preço, que há maior tendência à legalização da propriedade, e que são experimentados novos modelos de urbanização pelas investidas da indústria imobiliária ao abrir frentes de valorização do espaço, com a produção de edifícios de apartamentos (SEABRA, 2004: 279)

Porém o bairro, ao ser engolido pela metrópole em expansão, por suas estruturas de circulação, remeteu esta mesma metrópole para além e, com isso, já se anunciava a própria periferização, que, portanto, já existia como latência



mesmo no auge da vida de bairro em São Paulo (SEABRA, 2004). Em áreas cada vez mais distantes do centro os agentes do mercado imobiliário começaram a incorporar e lotear terras desprovidas de infra-estrutura urbana, a partir de então destinadas à produção de habitação de baixo padrão para o proletariado que se formava rapidamente. Estrutura-se, a partir daí, o padrão de crescimento urbano que passa a ser conhecido como *periférico*; este, como problema teórico e prático, desponta no debate acadêmico brasileiro a partir da década de 1970. Trata-se, segundo os clássicos do debate sobre a periferia no Brasil, de uma forma de distribuição da população “espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas” (KOWARICK, 1983: 30). É nos aglomerados carentes de infra-estrutura que, situados em zonas cada vez mais distantes do centro, passou a residir um imenso contingente do setor mais pauperizado da população da metrópole paulistana, todavia, ainda então considerada mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.

Para KOWARICK (1983), em seu trabalho sobre a periferia nas metrópoles dos países subdesenvolvidos, a questão da pobreza nas grandes cidades, refletida espacialmente no padrão “desordenado” do crescimento urbano, pode ser traduzida pelo termo “*espoliação urbana*”, ou seja, a estratégia pela qual as grandes corporações capitalistas esquivam-se, com intuito de recolher a mais-valia, de incluir, no salário do trabalhador, o valor equivalente à obtenção de condições mínimas de reprodução da sua força de trabalho.

(...) submetido à engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano, deve sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho (KOWARICK, 1983: 36).

O autor refere-se ao problema de o operário ter de cuidar ele mesmo da construção de sua habitação, regular ou irregularmente, em terrenos pouco valorizados pelo capital imobiliário.

(...) a distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas (KOWARICK, 1983: 30).

A formação dessa periferia urbana pode ser claramente verificada na área de estudo compreendida por nossa pesquisa: registra-se, ao longo da segunda metade do século XX, a ocorrência um intenso movimento de adensamento populacional em torno de alguns dos antigos núcleos de bairros rurais ao sul de São Paulo, como foi o caso dos povoamentos dos arredores da represa Guarapiranga:

(...) [alguns] núcleos suburbanos surgidos ao longo de estradas correspondem em sua localização a antigos bairros rurais. É isto que se verifica em Campo Limpo e Capão Redondo, sitas entre Santo Amaro, Itapeverica da Serra e Taboão da Serra. Ambas as localidades já são mencionadas como 'bairros' (rurais, subentende-se) em 1908, sendo provavelmente mais antigos. (...) ainda no subdistrito Capela do Socorro desenvolveu-se num núcleo suburbano no local correspondente ao bairro São José. Neste caso, curiosamente foi adicionado o nome 'vila' ao núcleo ('Vila São José'), segundo praxe difundida em loteamentos que surgem com toponímia artificial, o que não aconteceu com o citado (LANGENBUCH, 1968: 300-01).

Portanto, conforme se dava o crescimento da economia industrial paulistana, a extensa faixa de terras rurais que se estendia a partir da borda sul da grande São Paulo passou a ser área de expansão metropolitana. Antigos usos do solo, a exemplo do represamento de água para abastecimento urbano, que dependem de condições tais como a permeabilidade do solo, viram-se defrontados com uma determinação fundamental do processo de metropolização na particularidade do caso de São Paulo: a necessidade de produção de habitação destinada ao operariado que se passou a se concentrar em terrenos loteados nos arredores da metrópole:

No que tange ao uso do solo residencial, as margens da represa Guarapiranga, em sua porção próxima a Santo Amaro, são ocupadas por numerosos subúrbios operários, que se justapõem

ao mencionado reservatório. Apesar de nomes erroneamente sugestivos, tais como 'Veleiros', 'Jardim dos Lagos' e 'Vila Friburgo', nenhuma ligação funcional têm com o reservatório; existem indiferentemente da represa, e não por causa da represa. É estranho que esta, numa cidade sem praias, não tenha atraído em escala significativa o estabelecimento residencial (LANGENBUCH, 1968: 324).

Ocorre, assim, a fusão de subúrbios entre si e com a cidade, movimento ao que se denomina conurbação. Na base desse processo, o mercado imobiliário incorpora terras cada vez mais distantes da antiga Cidade. As iniciativas resultaram, além de empresas particulares, de "institutos previdenciários e outros órgãos estatais ou para-estatais [que] passaram também a participar do desenvolvimento suburbano, através da construção de conjuntos residenciais" (LANGENBUCH, 1968: 326). No domínio da morfologia urbana denominado peri-urbano, as iniciativas desse tipo foram mais numerosas, "o que é fácil compreender, dada a necessidade de grandes extensões de terra para tal fim, requisito dificilmente encontrado na cidade" (LANGENBUCH, 1968: 326). Sob responsabilidade do Banco Nacional de Habitação, por exemplo, foi construído um conjunto residencial em Bororé "(lugar muito distante, adiante do Rio Bonito), com 1.246 casas" (LANGENBUCH, 1968: 328). Outro exemplo, ainda mais significativo, é a criação da Cidade Dutra, ao sul de Interlagos. "Construída em duas etapas, compõe-se de casas térreas. É um dos grandes conjuntos residenciais suburbanos" (LANGENBUCH, 1968: 327). Sua característica marcante era a de situar-se em áreas que:

na ocasião de sua implantação ainda não encerravam vocação para suburbanização de caráter residencial. (...) Cidade Dutra e Cidade Ademar hoje se acham cercadas por núcleos suburbanos (...); quando foram construídos, contudo (década de 1940), achavam-se completamente isolados, constituindo um foco pioneiro do desenvolvimento suburbano residencial. É de se presumir que as melhores condições de financiamento – usualmente proporcionadas por entidades estatais e para-estatais – tenham propiciado a aceitação desses conjuntos residenciais, sítos tão longe na época em que foram construídos. Em vista do exposto, podemos considerar (...) Cidade Dutra e

Cidade Ademar, como 'subúrbios criados' (LANGENBUCH, 1968: 327-8).

A criação dessas áreas residenciais destinadas ao operariado que crescia expressivamente em São Paulo na segunda metade do século XX era logo seguida pela extensão de serviços urbanos, oferecidos, contudo, somente na medida em que eram indispensáveis à integração funcional entre a metrópole e esses subúrbios da extrema periferia. Era o caso da rede de transportes e do estabelecimento de um comércio local. Em Cidade Ademar e Cidade Dutra, por exemplo:

(...) cedo foram estabelecidas linhas de ônibus a eles destinados. No caso de Cidade Dutra, a entidade responsável por sua criação cuidou também da construção de um pequeno centro comercial, que igualmente pode ter funcionado como pólo de cristalização suburbana (LANGENBUCH, 1968: 328).

Destaca-se, portanto, como vetor de indução desse espraiamento urbano, o capeamento de estradas, ainda que precárias, ligando adensamentos populacionais da extrema periferia a grandes entroncamentos intra-urbanos, como é o caso de Santo Amaro:

Nos arredores de São Paulo encontramos em nossos dias alguns casos de núcleos urbanos fundidos, formando um aglomerado ainda não absorvido pela cidade. O caso mais expressivo é o de 'subúrbios rodoviários' (...) por exemplo, ao longo da estrada de Pedreira em Santo Amaro, onde se estruturou um conglomerado suburbano alongado, que se estende por aproximadamente quatro quilômetros, tendo em média cerca de um quilômetro no sentido transversal. (...) A oeste de Santo Amaro se formou tal conglomerado com alguma descontinuidade desde a proximidade do Rio Pinheiros até Capão Redondo, e que se estende ao longo da estrada de Itapecerica e de uma estrada secundária. Estes conglomerados suburbanos rodoviários se distinguem dos núcleos suburbanos comuns por lhes faltar um pólo, eis que comércio e serviço se acham dispersos pela estrada (transformada em rua), concentrando-se localmente em vários pontos, que coincidem em geral com as paradas de ônibus sitas nas porções correspondentes aos antigos núcleos isolados (LANGENBUCH, 1968: 331-2)

Na medida em que Santo Amaro ganhava importância como entroncamento na parte sul da metrópole polinucleada, a área compreendida entre os centros do referido distrito e do próprio município de São Paulo passaram a ser intensamente valorizadas:

Ao sul, salienta-se a completa absorção de Santo Amaro. A porção intermediária, compreendendo o Brooklyn e atuais bairros adjacentes, consolida a tendência de atrair pessoas de nível socioeconômico mais elevado, tendência esta já verificada quando a área encerrava características suburbanas. A classe média passa também a ser muito expressiva aí (LANGENBUCH, 1968: 333).

Surgem, então, loteamentos residenciais de alto padrão tais como o Morumbi, os quais, contudo, ainda eram raros no domínio mais externo, ou periurbano, da grande São Paulo:

(...) são escassas as áreas suburbanas que atraíram especificamente as classes média elevada e abastada. Em Interlagos, loteamento surto na década de 1930, (...) que pretendia ser 'a cidade satélite' de São Paulo, algumas famílias enquadradas nas especificações citadas estabeleceram sua moradia. Essas contudo não passam de algumas dezenas, e se perdem em meio a quarteirões quase desocupados, existindo também casas construídas para fins residenciais, e que acabaram sendo ocupadas por 'restaurantes dançantes', por sinal forma de uso do solo bastante marcante em toda a área compreendida entre o referido arrabalde e o aeroporto de Congonhas. Em outras porções marginais da represa de Guarapiranga, em meio a chácaras recreativas e clubes de campo (ou náuticos), há uma ou outra chácara ou casa que serve de residência permanente a pessoas de classe mais elevada. Na estrada de Riviera isso pode ser constatado (LANGENBUCH, 1968: 323-4).

Analisando os censos demográficos entre os anos de 1940 e 1960, LANGENBUCH (1968) verifica que o ritmo de crescimento demográfico foi maior nos "arredores" do que na "cidade", considerados dentro dos limites esquemáticos propostos pelo autor. Nas unidades territoriais comparáveis compreendidas na grande São Paulo verifica-se, primeiramente, que as unidades compreendidas na parte mais interior da cidade conheceram

decréscimo demográfico, estabilização ou acréscimo relativamente pequeno. Nos bairros do entorno da cidade antiga, por outro lado, os índices de crescimento são expressivos. Indianópolis, em função do processo de fusão de Santo Amaro a São Paulo, conheceu aumento de 412% neste período. Nas unidades de localização como Santo Amaro e Ibirapuera, o crescimento foi, respectivamente, de 623% e 1.229%. Esta última, compreendida entre Indianópolis e Santo Amaro, encerra as áreas de Jabaquara e Cidade Ademar, importantes núcleos de loteamento de terras nesse período. Capela do Socorro - Parelheiros, localizados na área aoreolar mais externa, denominada “arredores de São Paulo”, conheceu aumento de 289% (LANGENBUCH, 1968: 366-7).

Concomitantemente à formação da grande conurbação paulistana, ocorre, no plano político, a fragmentação de municípios nos arredores de São Paulo, tais como Itapeverica da Serra e Cotia. “Às escassas modificações ocorridas antes de 1940 vem se contrapor a verdadeira pulverização político-administrativa verificada em seguida (...)”. Os arredores paulistanos, “antes compreendidos em 10 municípios, passaram a integrar nada menos que 35 em 1964 (...)” (LANGENBUCH, 1968: 334-5). O autor ratifica que a legislação que rege a criação de novos municípios favorece esse esfacelamento político-administrativo: os habitantes de uma área que “preencha certos requisitos mínimos em população, renda, existência de aglomerados e outros, podem contemplar a sua estruturação em distrito, primeiro passo para a criação de um novo município (...)” (LANGENBUCH, 1968: 337). Sua criação pode ser pleiteada, e depois submetida a plebiscito popular.

Em certo sentido a pulverização político-administrativa dos arredores paulistanos constitui um paradoxo, pois o processo se verifica exatamente quando se aceleram as fusões territoriais entre alguns núcleos suburbanos, e aumentam as relações entre outros (...). De modo geral, os subúrbios que têm se emancipado passaram a conhecer alguns melhoramentos públicos, com os quais não contavam antes (LANGENBUCH, 1968: 339-340).

Em decorrência desse processo complexo que envolve, de um lado, a expansão da grande conurbação paulistana e, de outro lado, a fragmentação

político-administrativa deste pólo territorial que era a grande São Paulo, foi criada a Região Metropolitana de São Paulo, composta por 36 municípios, com a promulgação da Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Trata-se de um recorte espacial instituído com o objetivo político de administrar problemas urbanos os quais demandavam soluções para além das fronteiras municipais.

**Tabela 1 - Desmembramentos municipais entre os anos de 1940/1967 na porção da grande São Paulo correspondente à área de estudo desta pesquisa**

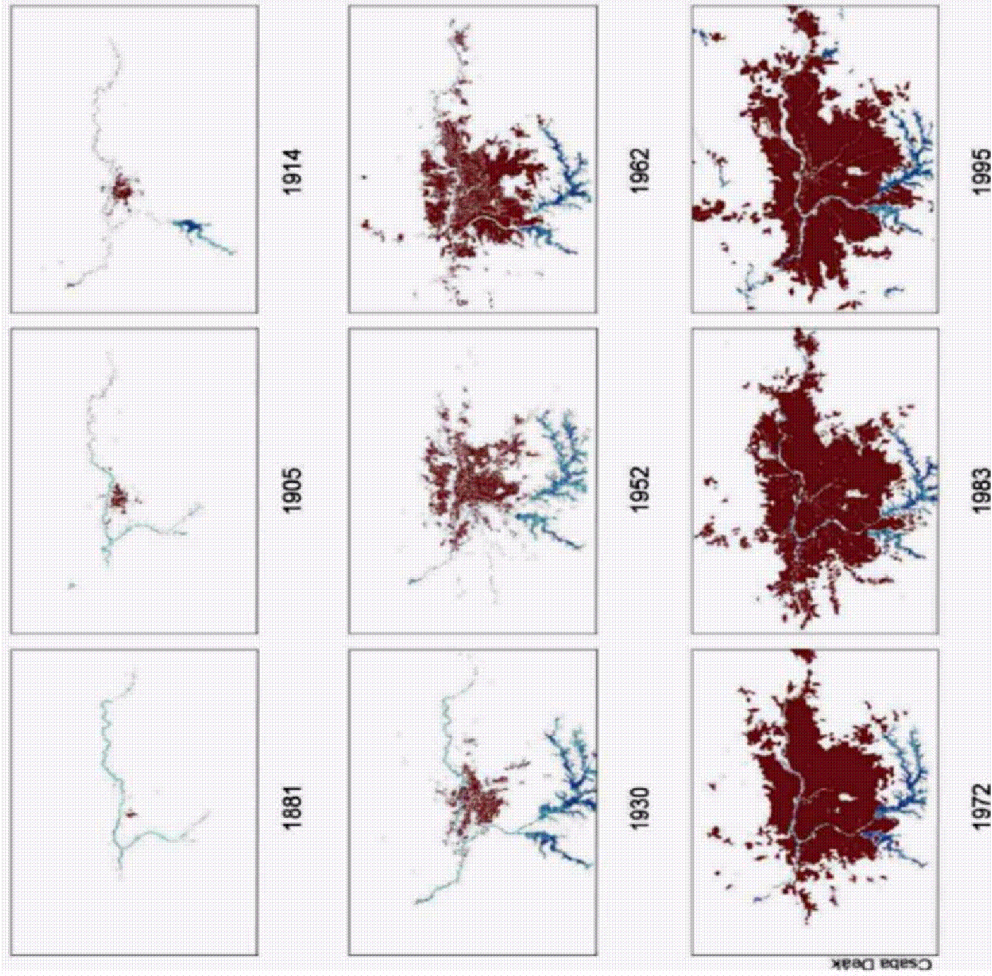
1940	1950	1960	1967
São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
			Osasco
Cotia	Cotia	Cotia	Cotia
			Jandira
		Itapevi	Itapevi
Itapecerica	Itapecerica da Serra	Itapecerica da Serra	Itapecerica da Serra
			Embu-Guaçu
			Juquitiba
		Taboão da Serra	Taboão da Serra
		Embu	Embu

Fonte: LANGENBUCH, 1968.

Dentro do perímetro desse conjunto de municipalidades está, portanto, compreendido um gigantesco complexo que, erigido pelo processo de industrialização brasileiro durante a última metade do século XX, corresponde atualmente ao grande centro nacional de organização e redistribuição da produção, oferecendo principalmente serviços os mais diversificados, especializados e sofisticados, com destaque para os que envolvem circulação e tecnologia informacional, como as finanças e a logística. Em outras palavras, um centro de decisões, ainda que tomado por disparidades e contradições as mais

MAPA 04

## EVOLUÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE SÃO PAULO 1881-1995



Cartografia: geógr. Rodrigo Martins dos Santos - 2008  
Fonte: CESAD - FAU-USP - 2003

Pesquisa: FRABETTI, G. L. & SANTOS, R. M.



extremas. Deve-se ainda ressaltar, para os propósitos da problemática apresentada, que os limites da Região Metropolitana de São Paulo comportam quase totalmente os da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê<sup>1</sup>, a qual, além de drenar seu território, contribui para a produção de recursos hídricos ali consumidos.

## **7.2. A instituição de dispositivos de controle do uso e ocupação do solo no entorno da metrópole paulistana**

A questão do espraiamento urbano de padrão periférico se agrava ainda mais ao considerarmos que as terras onde ainda era possível ocorrer o crescimento horizontal da metrópole passaram a ser regularizadas, quanto às formas de uso e ocupação do solo, pela Legislação de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo – Leis Estaduais Leis Estaduais nº 898/1975 e 1.172/1976, revisadas em 1997, com a promulgação da nova Lei de Proteção e Recuperação aos Mananciais (Lei Estadual nº 9.866) – instituída exatamente a partir do momento em que esse fenômeno do espraiamento urbano começava a mostrar-se problemático, ou seja, no início do último quartel do século XX. A área delimitada e regulamentada por essa Legislação abrange cerca de 53% da área total da Região Metropolitana, representando zona estratégica para a reprodução do complexo de atividades concentrado na metrópole, uma vez que suas condições hidrográficas vieram a ser, ao longo das últimas décadas, adaptadas e aproveitadas na captação de água para o abastecimento urbano.

Objetivamente, a Legislação de Proteção aos Mananciais se coloca como um instrumento de conservação das condições paisagísticas que conferem a qualidade das águas nos reservatórios da Bacia do Alto Tietê, estabelecendo, por meio de um modelo de uso e ocupação do solo, a quantidade máxima admissível de ocupantes por unidade de área, compatibilizada com a capacidade de suporte das bacias hidrográficas protegidas. O princípio técnico da Lei é o de que, quanto mais distante das áreas já urbanizadas, menor é o

---

<sup>1</sup> Apenas 5% da Bacia do Alto Tietê estão além dos limites da RMSP (CBH-AT, 2001).

número de ocupantes admissíveis. São estabelecidas, dessa maneira, classes de áreas nas quais as diferentes formas de uso e ocupação do solo sofrem maiores ou menores restrições.

Ao longo de seu texto, duas categorias de áreas são definidas, implicando diferentes níveis de restrições. Nas Áreas ou Faixas de 1ª Categoria são permitidos, exclusivamente, atividades que não resultem em edificações permanentes, exceto aquelas destinadas à regularização de vazões, ao controle de cheias e à utilização das águas para abastecimento e lazer sob controle. Consideram-se áreas de 1ª Categoria as faixas de segurança sanitária ao longo dos corpos d'água, áreas cobertas por matas e áreas com encostas íngremes (permitindo-se, com sua conservação, a infiltração necessária das águas pluviais e a contenção da erosão). As áreas de 2ª Categoria são menos restritivas: admitem os usos residencial e industrial (sob controle), o lazer, a atividade hortifrutícola, o reflorestamento (silvicultura) e a extração vegetal. As atividades permitidas variam de acordo com sua proximidade em relação ao manancial protegido: quanto mais próximo, maiores as restrições. Nas áreas de 2ª categoria, distinguem-se ainda três classes de áreas: classe A (área urbana), classe B (área de expansão urbana) e classe C (área rural); distinção estabelecida a partir das densidades populacionais máximas permitidas, determinadas pelo tamanho dos lotes e pela densidade do conjunto de edificações (CAPOBIANCO e WHATELY, 2000).

Na reformulação de 1997 (Nova Lei de Proteção aos Mananciais – Lei Estadual nº 9866/97), foram definidos instrumentos e mecanismos de atuação nos fatores sociais, econômicos e políticos que compõem a região: o estabelecimento de leis específicas para cada Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM); a formulação dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPAs) de cada APRM; a definição de mecanismos de compensação ambiental e o estabelecimento de orientações para fiscalização, monitoramento e aplicação de penalidades. Adota-se a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, definindo-se uma tipologia de Áreas de Intervenção: as Áreas de Restrição à Ocupação (artigo 13), de interesse para

proteção dos mananciais e para a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais; as Áreas de Ocupação Dirigida (artigo 14), controlando a consolidação ou implantação de usos rurais e urbanos dentro das condições ambientais necessárias à produção da água em quantidade e qualidade suficientes para abastecimento da população atual e futura; e, finalmente, as Áreas de Recuperação Ambiental (artigo 15), onde as ocupações já estabelecidas comprometem a qualidade e a quantidade dos mananciais, exigindo ações corretivas dirigidas (CAPOBIANCO e WHATELY, 2000).

A reformulação da Lei de Proteção aos Mananciais também define mecanismos de gestão das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs), estabelecendo o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) correspondente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo composto por Estado, Municípios e Sociedade Civil com direito a voz e voto; estabelece também o Órgão Técnico, ou a Agência de Bacia (entidade prevista no artigo 29 da Lei Estadual), incumbido de implantar o Sistema Gerencial de Informações (SGI), assistir e capacitar órgãos, entidades e municípios do Sistema de Gestão, entre outros (artigo 8 da Lei) (CAPOBIANCO e WHATELY, 2000).

Nessa reformulação de 1997, realizada no momento em que o processo de espraiamento urbano já havia tomado significativas porções de áreas protegidas, merece destaque o objetivo de compatibilizar as ações de preservação dos mananciais com formas já consolidadas de uso e ocupação do solo, bem como a tentativa de criar diretrizes para seu desenvolvimento econômico (incluindo-se não só áreas urbanas, mas também áreas de agricultura, mineração, reflorestamento, entre outros usos).

Segundo informações divulgadas pelo Instituto Sócio-Ambiental<sup>2</sup>, o fornecimento de água para o imenso contingente populacional da Região Metropolitana de São Paulo é mantido por um conjunto de sistemas produtores interligados, dentre os quais a bacia do rio Piracicaba, de onde se importam

---

<sup>2</sup> Disponíveis no endereço <http://www.socioambiental.org/esp/agua/pgn/noticias.html>, última consulta em 29/09/2005 por Giancarlo Livman Frabetti.

essenciais 32 m<sup>3</sup>/s, por meio do Sistema Cantareira. O restante da água consumida provém principalmente da própria Bacia do Alto Tietê, mais particularmente dos reservatórios Guarapiranga, Billings e do Sistema Tietê-Cabeceiras, todos eles em áreas que vêm sofrendo, em maior ou menor medida, o impacto do processo de ocupação acima descrito<sup>3</sup>. Ainda segundo informações que podem ser obtidas junto ao sítio eletrônico do ISA, a produção de água nesses sistemas está muito próxima da disponibilidade hídrica dos mananciais existentes, o que coloca a Região Metropolitana de São Paulo em uma situação extremamente frágil. Em pouco tempo, afirma-se, a região provavelmente precisará contar com a utilização de novas fontes de recursos hídricos, o que talvez dependa do alagamento de novas áreas e, certamente, do investimento de grandes somas de dinheiro.

O relatório do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê indica que a área urbanizada da bacia do Alto Tietê corresponde a 37% de sua área total, e apesar de haver atualmente uma tendência geral de diminuição das taxas de crescimento populacional na metrópole, a grande conurbação urbana continua a se expandir horizontalmente a partir de suas extremidades, particularmente sobre a referida área de proteção aos mananciais hídricos (ver Foto nº 86) (CBH-AT, 2001).

De fato, ao longo da década de 1990, o crescimento demográfico positivo na Região Metropolitana de São Paulo ocorreu ao redor da área da grande conurbação já consolidada. Já no seu interior, apresentam-se majoritariamente índices de crescimento negativos. Entre os municípios que se adensam rapidamente destacaram-se Barueri e Itapeverica da Serra (a Oeste de São Paulo), Guarulhos, Arujá e Itaquaquetuba (na direção Leste da “mancha urbana”) e os distritos de Grajaú e Parelheiros na Zona Sul de São Paulo. Dentre estas localidades de maior crescimento demográfico, o último caso é o mais preocupante, pois os loteamentos urbanos ali presentes, predominantemente em péssimas condições sanitárias, coincidem justamente com as áreas de captação

---

<sup>3</sup> O conflito entre o processo de ocupação das áreas de proteção aos mananciais e as políticas de preservação da qualidade das águas nas represas que abastecem a RMSP é tratado por BARREIRA (2000) e UEMURA (2000).

dos reservatórios Guarapiranga e Billings, bem como a do rio Capivari, as quais desempenham um importante papel no abastecimento hídrico metropolitano.

**Foto nº 86: paisagem envolvendo parte do loteamento Vargem Grande e a várzea da Cratera de Colônia**



Na porção central, ao alto da imagem, avistamos uma parte do Vargem Grande, um grande loteamento estabelecido na porção norte da Cratera de Colônia, área de drenagem do Braço Taquacetuba da Billings, cujas águas são revertidas para o Ribeirão Parelheiros, contribuindo para o reservatório Guarapiranga. Uma parcela da várzea da cratera pode ser observada nos quadrantes inferiores da fotografia. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Localizada na borda sul da metrópole paulistana, a Bacia Hidrográfica da Guarapiranga abrange uma área de aproximadamente 639 km<sup>2</sup>, envolvendo parte dos municípios de São Paulo, Itapeverica da Serra, Embu, todo o município de Embu-Guaçu e uma pequena área dos Municípios de Cotia, Jujutiba, São Lourenço, Itanhaém e São Vicente. Seus principais afluentes são o Embu-Guaçu, o Embu-Mirim e o Ribeirão Parelheiros, além de centenas de outros canais fluviais, extremamente relevantes para a qualidade das águas na represa porque transportam resíduos superficiais e subterrâneos depositados na

extensão de toda sua área de drenagem em direção ao fundo da represa. Este reservatório, desde 1929, passou a fornecer água para a Estação de Tratamento de Teodoro Ramos, passando, então, a ser utilizada como fonte para abastecimento público em São Paulo (WHATELY e CUNHA, 2006).

Para se ter uma idéia de sua importância, basta mencionar que o sistema interligado do Reservatório de Guarapiranga com o Braço Taquacetuba (ver Fotos n<sup>os</sup> 87 e 88) da Billings e a bacia o Capivari-Monos responde pelo abastecimento de cerca de 20% da população da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, 3,7 milhões de pessoas, com produção de 14m<sup>3</sup>/s de água. Uma parte equivalente a 64% desta vazão é captada diretamente na bacia hidrográfica do reservatório de Guarapiranga; o restante da vazão desse sistema produtor é completado pelas reversões do Rio Capivari para o Embu-Guaçu (com participação de 7% da vazão total) e do Braço Taquacetuba da Billings para o Rio Parelheiros (respondendo por 29% do fornecimento) (SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS/ISA, 2003).

A Bacia Hidrográfica da Billings compreende, parcialmente, os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo e a totalidade do município de Rio Grande da Serra. A vazão média regularizada do braço Taquacetuba é de 1,7m<sup>3</sup>/s, ou seja, uma quantidade de água inferior ao montante captado pelo Sistema Guarapiranga: é possível, com esse dado, deduzir que a água que chega ao reservatório Guarapiranga possui uma parcela proveniente do corpo central da Billings, carregando também efluentes do Rio Pinheiros e Tietê. A qualidade da água na Represa Billings encontra-se bastante comprometida devido ao bombeamento das águas poluídas desses rios que cortam a RMSP, além de outros fatores como o fenômeno de ressuspensão dos sedimentos contaminados e a ocupação urbana ao longo de sua bacia hidrográfica (CAPOBIANCO e WHATELY, 2000).

É importante mencionar que, para nós, a bacia hidrográfica é entendida como *recurso natural*, isto é, como *uso do território*, não como unidade fisiográfica de estudo. Justifica-se este posicionamento metodológico dado o fato de que suas propriedades específicas ligadas à rede de drenagem e,

conseqüentemente, aos seus aspectos geológicos, geomorfológicos e biogeográficos, são utilizadas como infra-estrutura na rede pública de abastecimento hídrico, constando, assim, como área estratégica para a reprodução do complexo urbano sediado na metrópole.

**Fotos nºs 87 e 88: sistema de reversão das águas do braço Taquacetuba da Billings para o Ribeirão Parelheiros**



Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Cabe, ainda, mencionar que uma série de outras legislações incide sobre esta área de estudo, desde Leis Federais como o Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), Estaduais (por exemplo, a Lei nº 12.233, de 2006, que estabelece a Área de Proteção e Recuperação Ambiental Guarapiranga) e Municipais (especialmente os Planos Diretores estratégicos) (CAPOBIANCO e WHATELY, 2000). Destacaremos, a princípio, as Zonas Especiais de Produção Agrícola e Extração Mineral (ZEPAGs), criadas pelo Plano Diretor do Município de São Paulo. De acordo com esta Lei:

Art. 169 - As Zonas Especiais de Produção Agrícola e de Extração Mineral - ZEPAG - são porções do território municipal, em que haja interesse público expresso por meio desta lei, dos planos regionais ou de lei específica, em manter e promover atividades agrícolas e de extração mineral.

Art. 170 - Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da ZEPAG, visando a inclusão social, a geração de renda, a potencialização da vocação das regiões nela incluídas e o desenvolvimento de novas formas de gestão pública, o Executivo poderá:

I. promover políticas para a permanência do agricultor na terra, valorizando suas atividades; (...) (Plano Diretor Municipal de São Paulo).

A criação desta Zona de Uso Especial representava, inicialmente, a possibilidade de haver compensações às restrições de uso e ocupação do solo na zona rural do município (anteriormente denominada Z8), possivelmente a partir da criação de políticas públicas direcionadas, que levassem em consideração a existência de necessidades particulares nestas regiões. Isso reflete a tentativa de se evitar um erro cometido quando da criação da Lei de Proteção aos Mananciais, que foi o de não terem sido criadas alternativas de reprodução e, portanto, de permanência, para a população rural local, como o apoio efetivo, por exemplo, às atividades agrícolas dentro das áreas protegidas. Todavia, na prática, o que se observa é que a criação da ZEPAG serviu, fundamentalmente, para estabelecer as zonas em que se cobraria o Imposto Territorial Rural (ITR) ao invés do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Como se pode observar em um dos mapas elaborados para o Plano Diretor e Estratégico de São Paulo (ver próxima página), as Zonas Especiais de Produção Agrícola (ZEPAGs) estão distribuídas pelos limites Norte, Leste e Sul do município, o que nos obriga a destacar a chamada Zona Sul de São Paulo, mais precisamente a ZEPAG Sul, a qual coincide com o Distritos Administrativos de Marsilac, e parcialmente, de Parelheiros e Grajaú. Segundo os dados encontrados no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo, da área total de 1.509 km<sup>2</sup> correspondentes aos limites político-administrativos da cidade, 627 km<sup>2</sup> pertencem àquilo o que se chama Área Rural, enquanto a Área Urbana tem 826,4 km<sup>2</sup> (os 55,6 km<sup>2</sup> restantes correspondem à categoria Represas).

Destacamos também aqui o dispositivo legal que sancionou a Área de Proteção Ambiental do Capivari-Monos (Lei Municipal 13.136, de 9 de junho de 2001). A APA do Caivari-Monos, segundo informações da Prefeitura, ocupa 1/6 da área total do município, possui 251 km<sup>2</sup> e abrange os bairros de Barragem, Cidade Nova América, Vargem Grande, Engenheiro Marsilac (ver foto 89),



Evangelista de Souza, Jardim dos Eucaliptos, Gramado, Ponte Seca, Ponte Alta e Embura do Alto. Totalmente inserida na Área de Proteção aos Mananciais, limita-se a Norte pelo divisor de águas do ribeirão Vermelho e com a Cratera de Colônia, ao Sul com o município de São Vicente, a Leste com o município de São Bernardo e a Oeste com os municípios de Itanhaém e Juquitiba. Insere-se, portanto, exatamente entre o Parque Estadual da Serra do Mar e a frente de expansão da metrópole; “expansão desordenada e irregular, de gravíssimas conseqüências ambientais. Constitui-se, portanto, em zona tampão, e como tal deve ser manejada” (PROPOSTA DA APA CAPIVARI-MONOS, 1998: 18).

**Foto nº 89: centro do Bairro de Engenheiro Marsilac**



Instalado à beira de uma estação (desativada) da ferrovia Mirinque-Santos, o bairro de Engenheiro Marsilac pouco cresceu demograficamente até meados de 1970, quando começa a tomar força o movimento de migrantes em busca de terrenos baratos na periferia a sudoeste de São Paulo. Apesar ter sido alcançado pelo crescimento de padrão periférico e, portanto, de repleto de construções irregulares no seu entorno, o bairro guarda ares de subúrbio ferroviário até os tempos atuais. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Quanto às características relativas à hidrografia observada dentro dos limites desta Área de Proteção Ambiental, temos que ela é composta por uma densa rede de drenagem, “especialmente na bacia hidrográfica do Capivari-

Monos. Essa bacia, de vertente marítima, é drenada pelo rio Capivari e seu principal afluente, o rio dos Monos”. Nessa rede de cursos d'água, os mais importantes são o “ribeirão dos Pombos e seu afluente ribeirão Claro; o ribeirão dos Meninos, o ribeirão da Dúvida, o ribeirão Embura e o rio dos Campos” (PROPOSTA DA APA CAPIVARI-MONOS, 1998: 3-4).

Particularmente acerca da rede de drenagem formadora do Capivari, temos que este é o mais limpo de todos os rios que cortam a Região Metropolitana de São Paulo e, portanto, encerra uma de suas últimas reservas próximas de água potável. Tais características foram decisivas na decisão institucional de se criar a legislação específica de proteção desses mananciais. Trata-se de uma bacia “de vertente marítima, considerada reserva estratégica de água potável para a Região Metropolitana” (PROPOSTA DA APA CAPIVARI-MONOS, 1998: 5). O rio Capivari contribui para o Sistema Metropolitano de Abastecimento com a reversão de cerca de  $1\text{m}^3/\text{s}$  de suas águas para o reservatório Guarapiranga.

Além da APA Capivari-Monos, a Área de Proteção Ambiental Municipal do Bororé-Colônia também representa zona de interesse para a presente pesquisa. Foi criada pela Lei nº 14.162, de 24 de maio de 2006, e abrange porções das Subprefeituras da Capela do Socorro (Bairros do Bororé e parte do Varginha) e de Parelheiros (Bairro da Colônia Paulista e Itaim). “Em seus  $90\text{ km}^2$ , ainda predominam características tipicamente rurais, com a presença de sítios e chácaras, além de áreas recobertas por vegetação nativa (mata atlântica) e reflorestamento (pinus e eucalipto)” (Fonte: sítio eletrônico da Prefeitura). Estima-se que na área da APA vivam cerca de 40 mil habitantes. Eis os seus objetivos principais, segundo seu projeto de implantação:

- A proteção da Represa Billings, inclusive no que se refere ao Braço Taquacetuba, aonde a SABESP capta água para o abastecimento da Capital;
- A proteção da Península do Bororé, visando a manutenção de suas características rurais;
- A proteção da fauna e flora remanescente;
- As cabeceiras dos Ribeirões Bororé e Taquacetuba;

- Promover a melhoria da qualidade de vida da população local, através de alternativas econômica e ambientalmente sustentáveis;
- Proteger o Patrimônio Histórico e Cultural da área, representada pela relevância da Colônia Paulista - antiga Colônia Alemã - 1ª iniciativa de colonização de imigrantes no Brasil;
- Impedir o avanço da expansão urbana na Área de Proteção aos Mananciais e servir como área tampão entre a mancha urbana e a já implantada APA Municipal Capivari-Monos (PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA APA DO BORORÉ-COLÔNIA).

### **7.3. A urbanização crítica: caracterização socioeconômica das áreas de espraiamento urbano ao sul de São Paulo**

Para compreendermos o limite em que vive a parcela numericamente mais significativa da população da área de estudo de nossa pesquisa, ou seja, os moradores dos loteamentos urbanos que vieram a instalar-se, majoritariamente em condições precárias de habitação, ao longo, por exemplo, de toda a estrada de Parelheiros, da Colônia, do Embu-Guaçu e do Cipó, torna-se necessário, antes, dirigir um olhar teórico para a atual crise do urbano. No sentido de encontrar os termos dessa crise, DAMIANI (2004) destaca, no surgimento do projeto de modernização brasileiro, a indústria de construção, de um lado, mais o trabalho, de outro, em todas as grandes cidades a explicar seu crescimento. “Nos anos 1970, houve uma expectativa e parte real: a do desenvolvimento de um proletariado diferenciado, produto da industrialização maciça e complexa, que envolvia as grandes cidades”. Florestan Fernandes admitia que “esse proletariado poderia configurar uma forma política autêntica de democracia burguesa, isto é, modernizaria o país (...)” (DAMIANI, 2004: 28). Mas, diante do agravamento da problemática envolvida na discussão sobre a periferia (o desemprego, o crescimento desordenado das grandes cidades, as condições insalubres de habitação, a violência urbana), a tradição da teoria crítica brasileira passou a afirmar que não haveria, em São Paulo, crescimento industrial que fosse suficiente à toda leva de imigrantes que aportavam após 1950; raciocínio calcado em um balanço entre, de um lado, população (força-de-

trabalho) e, de outro, crescimento industrial. O sobranço conformaria o mercado informal de trabalho.

Mas DAMIANI (2004) lembra que Milton Santos critica a teoria da dependência, baseado no fato demográfico de que, entre 1960 e 1980, o emprego industrial em São Paulo cresceu mais que a população ativa e, inclusive, cresceu mais que o setor terciário. Paralelamente a esse crescimento, estudando os circuitos da economia, aponta-se o chamado circuito inferior, constituído por uma economia autônoma, que mantém meios de comercialização próprios, tais como, para citar um exemplo banal, o uso do passe de ônibus como dinheiro. “No mundo do dinheiro (...) surge a negatividade dessa generalização” (DAMIANI, 2004: 27). A modernidade não nos afasta disso, ao invés, aprofunda. Enfim, ela sublinha que o subemprego não é simplesmente resultado de uma população sobranço, mas é essencial para a viabilidade das grandes obras urbanas: aponta, como exemplo, as práticas de recrutamento da mão-de-obra para a indústria da construção civil, o caráter eventual desse trabalho, e o próprio trabalhador que, apesar do que faz, apesar da ilusão pela qual se move, continua alijado do urbano, dos benefícios da modernidade.

DAMIANI (2004) define, então, o trabalho como puramente negativo, e torna com a idéia de urbanização crítica: “(...) o sentido do processo de diferenciação industrial, que hoje se esclarece, é expelir trabalhadores do processo produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas significa essa expulsão compulsória (...)” (DAMIANI, 2004: 29). O proletariado diferenciado se esfacela. Acentua-se a intermitência do trabalho, assim como a redução dos salários e dos direitos trabalhistas. A lógica dessa economia é, portanto, “a redução do trabalho produtivo; a redução dos salários; a crise como barreira interna do processo” (DAMIANI, 2004: 39). Está, portanto, dada a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais:

Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades; considerando-se também, como fundamento e base de

desenvolvimento das cidades, como corpo citadino ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios urbanos, a urbanização em nosso país é crítica (DAMIANI, 2004: 30).

**Foto nº 90: favela às margens do rio Jurubatuba**



Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Isso significa que “não há o urbano para todos (...). Todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite em que estamos vivendo” (DAMIANI, 2004: 30). Não obstante a criação de mecanismos como a Legislação de Proteção aos Mananciais, e mesmo com a crise do trabalho emergida na década de 1990, o movimento de urbanização seguiu manifestando-se espacialmente no fenômeno do adensamento populacional na periferia metropolitana. No caso de São Paulo, não porque isso tenha sido tecnicamente planejado a partir do Estado e executado pelo capital imobiliário que atende aos segmentos de alto poder aquisitivo (como é o caso dos chamados *suburbs* no entorno de muitas cidades nos Estados Unidos), mas

porque este *espraiamento urbano* verificado no entorno da metrópole paulistana é notadamente movido pelo processo contraditório de acumulação do capital no interior de sua própria reprodução ampliada: é em terrenos completamente desprovidos de infra-estrutura urbana que a terra deixa de ser utilizada produtivamente para ser clandestinamente loteada e vendida, via pela qual passou grande parte da atual “urbanização consolidada” de São Paulo, e que continua se reproduzindo na extrema periferia. “Lotear à revelia dos preceitos legais: essa foi a resposta prática dos proprietários de chácaras para as políticas públicas e em recusa ao ônus que lhes recairia com a imobilização das formas de uso do solo” (ver Fotos nºs 91 e 92, 93 e 94) (SEABRA, 2004: 280).

Cabe, diante desse quadro de crise do urbano que a literatura nos sugere, apresentar alguns índices socioeconômicos a fim de tecer uma breve caracterização acerca do desenvolvimento humano e social nas áreas de espraiamento urbano coincidentes com os limites territoriais compreendidos em nossa pesquisa. Os dados a seguir foram obtidos a partir de um Relatório Situacional produzido pela Subprefeitura de Parelheiros, a qual administra os Distritos de Parelheiros e Marsilac, ambos abrigando parte da área de estudo em questão.

A região administrativa de Parelheiros localiza-se na porção sul do Município de São Paulo, estendendo-se por 36.000 hectares, área correspondente a 24% do território do Município de São Paulo. Limita-se, ao norte, com o Distrito de Capela do Socorro, a leste, com o Município de São Bernardo do Campo, ao sul com os municípios de Itanhaém e São Vicente na Serra do Mar, e a oeste com os municípios de Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu e Juquitiba.

**Foto nº 91: paisagem abrangendo a área ocupada pelo Balneário São José e a várzea do Ribeirão Parelheiros**



Imagem na qual podemos observar, nos dois quadrantes superiores, uma área de adensamento urbano periférico de São Paulo, carente de infra-estrutura (inclusive sanitária) denominada Balneário São José. Situa-se às margens da represa Guarapiranga. Nos dois quadrantes inferiores, avistamos a várzea do Ribeirão Parelheiros, o qual desemboca na represa. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Segundo o Censo de 2000, a região apresentava uma população de 111 mil habitantes, porém, este extenso território resulta em taxas baixíssimas de densidade demográfica (menos de 1 habitante por hectare em Marsilac e cerca de 7 em Parelheiros). Esta taxa é bastante inferior à média do município, que é de cerca de 79,8 habitantes por hectare; por isso, a maior parte da área de ambos os Distritos consta como área rural no Plano Diretor estratégico de São Paulo.

Cabe ressaltar que, nestes distritos, dentre todos os outros do Município de São Paulo, encontram-se as maiores taxas de crescimento populacional registradas na última década. A população residente na região da Subprefeitura de Parelheiros aumentou em 80% no período de 1991 a 2000, segundo os dados disponíveis nos Censos dos dois anos, contra 8,2% de crescimento no município de São Paulo no mesmo período. Na área de atuação da Subprefeitura de Parelheiros, constam cerca de 68 loteamentos clandestinos,

além de 55 favelas, sendo duas em Marsilac e as 53 restantes no distrito de Parelheiros (SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS/ISA, 2003).

**Foto nº 92: loteamento consolidado às margens da avenida Sadamu Inoue**



Um dos principais eixos de aceleração do parcelamento do solo e do correspondente adensamento populacional é o Jd. Iporanga, avistado nesta imagem. Notar que não existe retinização na disposição das casas, que a maioria delas não foi rebocada e que os materiais com os quais foram construídas são os mais baratos e facilmente disponíveis nas casas de materiais de construção da região. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

No distrito de Parelheiros, a renda média do responsável pelo domicílio é cerca de um terço da média municipal (R\$ 602,71 em 2000), sendo que 42,5% dos domicílios registraram seus responsáveis nas classes entre 1 a 3 salários mínimos. No Distrito de Marsilac, a variação da renda média ao longo do período de 1991 a 2000 foi negativa (diminuição de 5%); além disso, mais de 20% dos responsáveis por domicílios em Marsilac e em Parelheiros declararam não dispor de rendimentos em 2000 (SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS/ISA, 2003). Os terrenos onde são construídas suas habitações são constantemente áreas de risco ou de fragilidade ambiental.

**Foto nº 93: área de adensamento urbano em topo de morro**





Avistamos o Jardim Papai Noel, a sudeste do Centro de Parelheiros, uma das áreas de maior índice de violência entre os loteamentos do Distrito de Parelheiros. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

#### **Foto nº 94: habitações em área de risco**



Esta fotografia, tirada no centro de Parelheiros, em torno do qual ergue-se uma faixa de habitações precariamente estabelecidas (tanto no que se refere à forma de apropriação da terra, quanto no que se refere às condições de salubridade nessas casas), releva, ao alto de uma encosta extremamente íngreme e sem qualquer cobertura vegetal, construções nas quais vivem famílias de trabalhadores proletarizados, em sua maioria desempregados ou subempregados. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

As altas taxas de mortalidade infantil em Marsilac (29,99‰ no ano de 2001) são explicadas a partir de causas como as doenças infecciosas e a desnutrição. Parelheiros, distrito cujo território em grande parte coincide com os limites da ZEPAG Sul, apresenta uma das maiores taxas de homicídios da Grande São Paulo: 100,3 a cada 100.000 habitantes, segundo estimativa para 2002, com base na taxa de crescimento entre 1991-2000 (IBGE – Censos). Outra informação importante é que cerca de 90% dos óbitos por homicídios são de pessoas do sexo masculino. Finalmente, em termos de acesso à rede de esgotamento sanitário, apenas 42% dos domicílios da região contam com este tipo de serviço (ver Fotos nº 95, 96 e 97). Essa taxa é bem menor que a média do município (cerca de 91%). Além disso, a falta de rede de coleta de esgotos, associada à obtenção de água em poços (fonte importante de abastecimento de água numa região em que a Lei proíbe ligações), pode significar um risco à saúde, refletindo nas taxas de mortalidade infantil (SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS/ISA, 2003).

**Foto nº 95, 96 e 97: precariedade do saneamento básico no centro de Parelheiros**





As três fotografias acima denunciam a ineficiência do poder público no que se refere à garantia do direito da população de Parelheiros ao acesso à rede de saneamento básico. Observamos claramente, às margens do Ribeirão Parelheiros (um dos principais afluentes da bacia hidrográfica formadora da represa Guarapiranga), o despejo direto do esgoto doméstico e de entulho nas águas. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

É importante lembrar que, tratando-se de uma área de proteção ambiental cujo uso da terra passou a ser regularizado por todo um conjunto de leis, os dados acima remetem à questão de qual seriam as possibilidades de desenvolvimento econômico e social dessa população alijada dos benefícios anunciados pela modernidade e pelo urbano. O entrevistado a seguir, descendente de uma família proprietária de uma serraria e atualmente dono de uma loja de materiais de construção, expõe seu ponto de vista diante da tensão criada entre o loteamento urbano de terras e as Lei de Proteção aos Mananciais:

**Pesquisador:** (...) a gente vê uma urbanização que aconteceu muito rápido, transformações que aconteceram no espaço aqui dessa região, inclusive vamos dizer... as leis que foram criadas pra tentar proteger aquilo o que sobrou (...) das matas... Eu queria saber, dentro desse cenário, que a gente tem aqui, agora, como o sr. enxerga o futuro dessa região, especificamente, o futuro dos trabalhadores daqui?

**Sr. Marinho Reimberg:** É... a lei... a lei é um negócio interessante, se ela for criada pra não ser cumprida, é melhor não criar. Em 76 foi criada a lei dos mananciais aqui da região. Em 1976, havia, entre Capela do Socorro, Cidade Dutra,

Interlagos, tinha pelos cálculos 50 mil habitantes. Criou-se a lei muito boa, elogiada pelo mundo inteiro na época. Ninguém poderia usar um módulo aqui, menos de 20 mil metros pra se construir uma chácara. Só que criaram e largaram no... no tempo. Tinha duas indústrias que tinham comprado terra pra cá, que pretendiam fazer alguma coisa, como houve a proibição de qualquer tipo de industrialização e tal, o que elas fizeram? Venderam essas terras pra alguma imobiliária. Às vezes nem imobiliária não é. É algum especulador qualquer, que foi lá e pegou uma treva, lá, e foi, mediu, vendeu um pedaço pra cada pessoa... ou, se não, vendeu 10 mil metro pra um cidadão, esse cidadão foi lá, buscou o cunhado, veio o irmão, veio num sei o que, e foi formando essas áreas urbanas, sem nenhum controle. O governo tinha a lei e deixou de lado, hoje ele quer aplicar essa mesma lei, nessa área que tem, segundo as informações, quase 2 milhões de pessoas morando nessa região aqui. Então, uma lei que foi feita pra 50 mil não vai caber, não tem como, e muitas pessoas inocentes compraram essas terras, pegaram seu fundo de garantia... que nem, eu tenho muitos casos aqui... ergueram sua casa e tão lá dentro. Agora, o governo vem, fala que vai derrubar [ver foto 98]. É um problema sério, que eu não vejo solução a curto prazo. Vai ser complicado pra mudar essa mentalidade. A questão da proteção já mudou bastante, essa região foi muito mais devastada do que é hoje. De 10 anos pra cá, ela se reconstituiu bastante, entre matas... já houve uma melhora bastante de animais que tinham desaparecido e que tão voltando, então nessa parte eu vejo com bastante... eu que, apesar de ser comerciante, gosta do progresso... eu gosto do progresso, mas eu também moro aqui, então eu também necessito de uma vida boa, né? Principalmente eu, que nasci no meio do mato, gosto da natureza pra caramba, então eu vejo com tristeza... o pessoal não usa a natureza como se deve. Então, tem o seu lado ruim e seu lado bom... Agora, depende das administrações que tão vindo aí, arrumar uma solução pra esse pessoal que comprou inocentemente seus lugares pra morar e agora tão numa situação... que às vezes não podem comprar nem o material construir, não podem nem fazer um banheiro. Que nem, já teve casos, o cara mora lá e nunca conseguiu fazer um banheiro. Agora, chega lá a prefeitura fala: "não, você não pode nem fazer uma casa de cachorro mais...". Só que não dão alternativa também, pra onde esse pessoal tem que ir, pra onde eles têm que morar, né? (Fonte:entrevista com o sr. Marinho. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

As restrições ao uso e ocupação do solo também encontram reclamações por parte dos agricultores, a exemplo do seguinte trecho de entrevista:

**Pesquisador:** (...) é complicado comprar e vender terra por aqui?

**Sr. Eduardo Schunck:** Agora num dá mais, porque tem o "IBAMA", né, num dá pra construir (...). Pro cê comprá uma terra aqui, cê tem que ir lá na prefeitura de Parelheiros, essa região aqui é prefeitura de São Paulo (...) pra vê como que tá a terra. (...) Se tivé mata, eles já vem e filma, prá você num desmatá. Aí já complica pro cara comprá... Pegá uma mata aí, você num pode fazê uma casa? Num tem nem uns dez metro pra fazê uma casa, num vai compra o terreno... perdeu, se comprá, num constrói. (...) Aqui é reserva... a placa tá ali [aponta]... a água daqui... o que vai tudo pra São Paulo é água daqui, então o problema é esse, nós tamo na cabeceira da água. (Fonte: entrevista com sr. Eduardo Schuck. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### **Foto nº 98: construção embargada pela fiscalização ambiental**



Construção embargada pela Prefeitura no terreno do sr. Natanael, sob alegação de que ela estaria em desconformidade com a regulamentação do uso e ocupação do solo. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. A autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

A atuação do Estado, nesse contexto de conflito em torno da utilização do solo em área de proteção ambiental, mostra-se, também ela, contraditória. Não obstante os mecanismos legais criados para a conservação das condições de produção hídrica nos mananciais do entrono metropolitano, o mesmo poder

público vem dando continuidade a iniciativas de expansão da malha viária sobre as próprias áreas nas quais se impõe restrições às formas de uso e ocupação.

Desde o último quartel do século passado, os incrementos no sistema viário, tanto na região de Embu-Guaçu, quanto ao longo da antiga Estrada de Parelheiros (hoje, Sadamu Inoue), vêm sendo indutores da expansão urbana na bacia hidrográfica da Guarapiranga (UEMURA, 2000). Atualmente, os principais eixos indutores da expansão urbana, nesta bacia, são a Rodovia Régis Bittencourt e a Estrada do Embu-Guaçu (paralela ao curso do rio de mesmo nome), chegando próximo à Estrada do Cipó, na divisa dos municípios de São Paulo e Embu-Guaçu, cortada pelo Rio Vermelho. Na Billings, destaca-se o eixo Interlagos/Parelheiros/Taquacetuba, formado pela Estrada de Parelheiros, continuação da Avenida Senador Teotônio Vilela, e Estrada da Colônia, localizada no distrito de Marsilac, no extremo sul do município. Este eixo está inserido dentro da APA do Capivari Monos e cruza a área tombada da Cratera da Colônia (ver foto 99), onde existe um grande loteamento (Vargem Grande). As sub-bacias cortadas por estes eixos demonstram uma tendência bastante acentuada de surgimento de novas áreas urbanas e consolidação das já existentes ao longo dos eixos viários indutores.

Estima-se que esta situação de indução urbana por meio da abertura de auto-estradas ainda seja agravada em função do projeto do Rodoanel Metropolitano Mário Covas (SP-21), auto-estrada que está sendo construída em torno da grande conurbação da RMSP na tentativa de aliviar o intenso tráfego de caminhões nas duas vias marginais da cidade (Pinheiros e Tietê), com reflexo direto no tráfego urbano. Segundo a DERSA, o Rodoanel Mario Covas (ver Foto 100) é um empreendimento rodoviário interligando as 10 rodovias que acessam a RMSP, com uma extensão de cerca de 174 km, com características de rodovia bloqueada. Sua construção foi dividida em quatro trechos – Oeste, Sul, Leste e Norte. O trecho Oeste do Rodoanel, com cerca de 32 km de extensão, recebeu a Licença Ambiental Prévia em 29/12/1997, sendo o único inaugurado até o momento (em 11 de outubro de 2002); vai da Estrada Velha de Campinas (SP – 332), na zona norte de São Paulo, até a Rodovia Régis Bittencourt, no município

de Embu, cortando as rodovias Bandeirantes, Anhangüera, Castelo Branco e Raposo Tavares.

**Foto nº 99: vista da Cratera de Colônia**



Nos quadrante inferiores da foto, a planície da porção central da Cratera de Colônia, com sua mata de várzea e com os morros, os quais circundam a cratera, ao fundo. Essa várzea é drenada pelo Ribeirão Vermelho, principal afluente do Braço Taquacetuba da Billings, cujas águas são revertidas para o sistema Guarapiranga. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Importa-nos aqui, de maneira imediata, o projeto de construção do trecho sul, cujas obras foram iniciadas em 19 de setembro de 2006. Segundo a DERSA<sup>4</sup>, a construção desta rodovia representa investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões, incluindo sua construção, desapropriações, reassentamentos e compensações ambientais. Seu traçado inicia no trevo da rodovia Régis Bittencourt – no entroncamento com o trecho Oeste – interligando as rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da avenida Papa João XXIII. Com a conclusão do trecho Sul, em setembro de 2010, mais o trecho Oeste, estima-se uma redução de cerca de 43% no movimento de caminhões na Marginal do Rio Pinheiros e de 37% na avenida dos Bandeirantes, além de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.dersa.sp.gov.br/rodoanel/trechosul.asp>. Última visita em 25/06/2007, por Giancarlo Livman Frabetti.

oferecer ligação do Brasil Central ao Porto de Santos, constituindo importante parte do sistema de logística de transportes de todo o Estado e do Brasil.

**Foto nº 100: trecho das obras do Rodoanel**



Avistamos, ao centro da imagem, a estrutura da ponte da autopista que passará por cima da estrada de Parelheiros (atual av. Sadamu Inoue). Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Mas esta expectativa de geração de crescimento econômico não é a única visão que se tem sobre a implementação do projeto do Rodoanel: segundo o ISA<sup>5</sup>, espera-se, com a inauguração do trecho sul, o agravamento das atuais tendências demográficas no entorno da metrópole e, em especial, sobre as APRMs que formam o Sistema Guarapiranga. A premissa da DERSA de que o Rodoanel não agravará o adensamento urbano ao longo do seu percurso, devido ao fato de ser uma rodovia com acesso restrito (rodovia de classe zero, com o controle total de acessos), é questionada diante da experiência do trecho oeste, onde “a especulação imobiliária resultou na ocupação de áreas que não

---

<sup>5</sup> Disponível no sitio: <http://www.socioambiental.org/esp/rodoanel/pgn/pordentrodo-rodoanel.html>. Última visita em 25/06/2007, por Giancarlo Livman Frabetti.



estavam previstas pelo respectivo EIA/RIMA, sem o mínimo controle do poder público” (ISA, 2006). Os instrumentos legais e institucionais que, segundo o ISA, hoje, se encontram deficientes ou inexistentes, não teriam a capacidade de evitar o adensamento ao longo das áreas cortadas pela rodovia: em documento aprovado pelo Consema, estima-se-se que estas áreas receberão 2,3 milhões de pessoas nos próximos anos.

Analisando a implantação do Rodoanel de um ponto de vista mais radical, DAMIANI (2004) indica que as áreas pobres são, potencialmente, novos espaços para valorização do capital. “Atualmente, surge uma falação deste tipo: o Rodoanel incentivará as ocupações irregulares nos arredores”; mas, o que deverá ser induzido, com sua construção, é, de fato, um processo inverso: a nova rodovia expulsará a população pobre “em prol de investimentos regularizados e valorizados, levando a periferia para áreas ainda mais distantes” (DAMIANI, 2004: 42). Segundo essa linha de raciocínio, o projeto dessa rodovia:

Diretamente aparece como administração das condições de trânsito. (...) Na prática, acima de tudo, redefine o valor potencial de suas áreas contíguas ou próximas. O espaço aparece como puro bem financeiro, imerso no movimento do capital como uma corrente de valor, que envolve toda ordem de especulações com a terra (DAMIANI, 2004: 41).

### **7.5. A discussão sobre os limites entre o rural e o urbano no entorno de São Paulo**

Vimos elaborando nossa argumentação no sentido de que a compreensão da configuração paisagística e da dinâmica demográfica, na área de estudo, é indispensável, mas não suficiente para dar conta da questão do litígio em torno do uso da terra, dado entre várias instâncias sociais, incluindo não só os ocupantes das terras compreendidas pelas bacias hidrográficas das APRMs, como, ainda, o Estado e a sociedade em geral. Resta-nos, portanto, mostrar a importância dos processos sociais entremeados nesta área (e expressos em sua paisagem), de modo que apontaremos a transformação da

terra rural em urbana com um componente da contradição cidade-campo na atualidade (tarefa para a qual esta área de estudo mostra-se um sítio privilegiado de observação e análise).

Em se tratando de uma questão que envolve fundamentalmente a disputa política em torno da apropriação territorial e do uso da terra, como os estudos recentes vêm se referindo ao espaço compreendido pela problemática aqui apresentada? Diversos termos surgem nos trabalhos consultados. Com base nos pressupostos teóricos sobre a relação cidade-campo, a teoria crítica da urbanização e os estudos rurais vêm propondo soluções conceituais como *periurbano*, *franja urbana*, *periferia*, *hiperperiferia*, *fronteira urbana*. É importante lembrar que autores da Geografia clássica brasileira como Pasquale Petrone, Aroldo de Azevedo, entre outros, já falavam em *áreas rurais contíguas*, em *entorno rural*, em “*fronteira*” ou *área pioneira* para definir o espraiamento urbano.

O presente estudo de caso, que foi realizado na borda sul da metrópole paulistana (área compreendida entre as Bacias Hidrográficas da Guarapiranga e da Billings), revelou um complexo de conflitos que só pode ser compreendido se analisarmos (e sintetizarmos) como uma totalidade dialética os presumidos processos de periferização (enquanto padrão horizontal de expansão urbana) e de decadência da agricultura em áreas contíguas à metrópole. Mas, antes de finalizar com esta análise, resgatemos brevemente indicações na literatura sobre o que esses processos separadamente representam.

Temos, primeiramente, um grupo de autores como KOWARICK (1983), MARICATO (1982), MARQUES e BICHR (2001) e TORRES (2004) que, apesar de suas divergentes concepções teóricas, concentram seus esforços na interpretação dos processos sociais (econômicos ou políticos) que se dão a partir da metrópole e que explicariam não só sua morfologia, mas também toda a dinâmica social que resulta na consolidação da denominada *periferia* no espaço urbano de São Paulo.

MARICATO (1982) e ROLNIK (1999) passam a questionar como as contradições da concentração do capital nas metrópoles da ação estatal no Brasil geram a *segregação urbana*, ou seja, produzem os adensamentos

clandestinos, a *exclusão territorial*, pensando a partir de uma perspectiva que tem a economia como principal determinação do processo social na produção do espaço. Estas autoras seguem, portanto, a tradição do já referido trabalho de Lúcio Kowarick, atualizando-o no que se refere às atuais dimensões alcançadas pela periferização na metrópole.

Para MARQUES e BICHIR (2001), porém, a diferença entre distritos com indicadores bons ou ruins (depreendendo-se daí seu conceito de periferia) está não na ausência do Estado (em períodos de crise ou porque prefere viabilizar o capital no Brasil subdesenvolvido; a chamada espoliação urbana de que fala Kowarick), mas nas dinâmicas políticas e institucionais que atendem de maneira diferenciada a população urbana. O Estado, seguindo essa linha de raciocínio, não somente não seria “ausente” da periferia, mas definitivamente marcaria sua presença com obras e serviços de baixo padrão e insuficientes para todo o contingente demográfico. Isso ocorre, do ponto de vista desses autores, porque a oferta de serviços mínimos, precários e de baixa qualidade nas periferias urbanas já seria o suficiente para angariar votos entre a numerosa e carente população dessas áreas.

A respeito dessa expansão metropolitana horizontal, TORRES (2004), particularmente, já vem mencionando explicitamente o termo *fronteira urbana* que aparece para explicar uma dinâmica demográfica específica na periferia do aglomerado metropolitano. Tal dinâmica demográfica se exprime pelo crescimento populacional positivo em distritos extremos da metrópole, ao passo que, em bairros centrais, ou mesmo em distritos da chamada *periferia consolidada*, o crescimento populacional exprime-se como negativo (dado este que, como visto, já havia sido notado como tendência por LANGENBUCH, 1968). “De fato, as áreas que denominamos aqui por *fronteira urbana* cresceram, em média, 6,3% ao ano, passando de 19 para 30% da população total da mancha urbana de São Paulo (...)” (TORRES, 2004: 1). Assim, apesar de constatado um refreamento na economia metropolitana (devido ao crescimento econômico baixo no período analisado, gerando poucos empregos), verifica-se que, na estrutura urbana, alguns distritos da extrema periferia continuam

crescendo em termos populacionais. Temos, portanto, uma continuação do processo de expansão da metrópole pela produção de novas periferias (que, segundo a sociologia urbana brasileira dos anos 1970, teria para o capital a função de rebaixar o custo da força de trabalho):

(...) pretendemos argumentar que a persistente expansão das áreas periurbanas – que chamaremos aqui de fronteira urbana – parece ser um fenômeno de longa duração, que continua a condicionar a forma urbana e os modos de organização da vida social em São Paulo, a despeito das intensas transformações ocorridas no setor produtivo e no mercado de trabalho (TORRES, 2004: 2).

É, enfim, a *expansão da mancha urbana*, o *espraiamento urbano*, que, diferentemente do caso norte-americano (em que os subúrbios costumam ser habitados pelas classes média e alta), ocorre em função da ocupação clandestina, por parte de uma população pobre, com implicações sociais e ambientais. Segundo TORRES (2004), a categoria fronteira urbana não é nova: foi recentemente reapropriada nos EUA por SMITH (1996), em seu trabalho a respeito do processo de revalorização imobiliária dos centros urbanos, a chamada gentrificação (eis um dado que Torres aqui não aprofunda: a linha da fronteira urbana reflete uma diferença de padrões de valorização imobiliária na metrópole, portanto, um novo ciclo de valorização do capital segundo o desenvolvimento desigual da economia). No Brasil, MONTE-MÓR (1994) fala de *urbanização extensiva*, ou seja, da penetração do tecido urbano no território nacional, por exemplo, por meio da conurbação das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. A idéia de fronteira urbana, para TORRES (2004), é traçada a partir de paralelos com a fronteira agrícola (por isso chamada de metáfora analítica): “sugere a existência de uma lógica de ocupação desses ‘espaços em transição’ referidos talvez a elementos mais profundos da formação social brasileira” (TORRES, 2004: 4).

Sua definição para fronteira, portanto, é a de que esta constitui uma região com altas taxas de crescimento demográfico, infra-estrutura precária e pouca presença do Estado (que não presta serviços e não fiscaliza o uso da

terra). Além disso, TORRES (2004) menciona a existência de conflitos sobre a posse da terra urbana ou rural (embora não se detenha sobre eles) e “conflitos ambientais” (ocupação de áreas florestais e de mananciais). Definição que tem um lado empírico e outro político, o qual é um desdobramento imediato do empírico: existe uma periferia consolidada do ponto de vista urbanístico e dos serviços públicos; na fronteira urbana, onde a taxa de crescimento demográfico é altíssima, nota-se precariedade no acesso a serviços públicos, particularmente saneamento. Há uma *heterogeneidade da periferia*, aprofundada com a concepção de hiperperiferia (MARQUES e TORRES, 2002), tratando-se de uma distinção fundamental na formulação de políticas públicas.

Os conflitos na fronteira urbana *decorrem* desta “regionalização” proposta, isto é, do fato da fronteira ser uma área de intenso crescimento demográfico (uma delimitação de caráter empírico, e não processual, a princípio, donde se deduzem as causas e as soluções políticas). A fronteira urbana seria “uma *região* da periferia”; região concebida como área delimitada sob o viés dos índices de crescimento demográfico (o autor analisa a *distribuição espacial da taxa de crescimento demográfico*), donde se extraem os conflitos por meio do balanço malthusiano entre recursos materiais e crescimento demográfico (neste caso, implicitamente, o balanço entre terra, estrutura urbana, prestação de serviços e o crescimento da população).

Não se considera, portanto, que esta população participa de um mercado informal de lotes imobiliários, os quais constituem as novas terras urbanas, o que futuramente moverá empreiteiras, empresas de saneamento, transporte, ou seja: a renda capitalizada da terra se multiplica conforme ela passa a ser utilizada como loteamento de baixo padrão. Lotear à margem da cidade é o pressuposto da reprodução do capital no processo de urbanização no caso de São Paulo, porque, até que haja tendência contrária, o que se espera é o acúmulo, ainda que lento, de infra-estrutura e, com isso, uma valorização futura cada vez maior do terreno. Por meio de processos de expropriação e sob acordos sociais completamente fora dos padrões ideais de uma sociedade

baseada na contratualidade das relações civis, a formação da periferia constitui o processo original da reprodução urbana.

Temos, assim, a problemática da metrópole em sua expansão horizontal de padrão periférico (auto-contrução, favelização, condições de vida insalubres, exclusão social e territorial), resultante da formação de um mercado imobiliário clandestino que atende preferencialmente migrantes ou ainda a população expulsa da metrópole conforme a valorização de seus terrenos. Problemática, esta, que, como já demonstramos, incide sobre um conflito fundamental na urbanização paulistana atualmente: a questão do habitacional na metrópole *versus* a questão da infra-estrutura voltada ao abastecimento público (leia-se, neste caso: as represas e seus respectivos mananciais).

Segundo BUENO e REYDON (s.d.), nas Áreas de Proteção aos Mananciais (APMs), as restrições nos usos possíveis da terra pela Lei de Proteção aos Mananciais geram expectativas negativas em relação aos ganhos produtivos esperados principalmente em relação aos usos legais. Sendo assim, nas APMs, os preços refletiram as expectativas negativas que bloquearam a valorização para os usos urbanos legais, restando apenas os usos produtivos rurais e os ganhos especulativos ligados ao uso da terra enquanto reserva de valor. Porém, essa especulação não estava dirigida ao mercado de terras rural, (pois não haveriam grandes ganhos), mas, ao mercado de terras urbano informal. Soma-se a isso a proximidade das áreas urbanas, incentivando a transformação de uso rural para uso urbano clandestino.

Segundo BUENO e REYDON (s.d.), uma das principais características do mercado de terras é a tendência ao fracionamento. Isso significa que, quanto menor o tamanho do lote, maior o preço do m<sup>2</sup> que se pode alcançar, maior o ganho que o loteador pode auferir. A incorporação dos loteamentos clandestinos nas áreas de mananciais protegidas legalmente possibilita uma valorização exorbitante da terra em favorecimento para os loteadores clandestinos. Em outras palavras, a terra é desvalorizada para os usos rurais determinados pela lei, sendo, portanto vendida para o loteador a um preço baixo. Nesse mercado informal:

O contrato de compra e venda da terra é o instrumento fundamental (apesar de ser informal, pois não tem validade jurídica como instrumento que prove a propriedade da terra perante as leis formais) para as transações de lotes no mercado imobiliário informal. Através deste contrato que são realizadas as comercializações com a posse das terras, sendo então um documento aceito pelas instituições informais que garantem o direito de propriedade da terra através da posse. (...) Nos processos de regularizações, estes contratos informais passam a ser reconhecidos como um documento que prove a posse da terra e permite o registro da propriedade do lote nos Cartórios de Registros de Imóveis (BUENO e REYDON: s.d.).

Por meio da análise dos processos administrativos arquivados na Sub-Prefeitura de Parelheiros, das entrevistas e visitas de campo, BUENO e REYDON (s.d.) constataram que o processo da urbanização clandestina ocorre, basicamente, sob três formas distintas do parcelamento da gleba em lotes. Primeiramente, evidenciou-se que muitos dos parcelamentos ocorrem quando o proprietário da gleba parcela esta em lotes por meio de um contrato de compra e venda. Esta forma de parcelamento ocorre em glebas originárias de loteamentos rurais. Nesta forma de parcelamento, verifica-se a formação de pequenos núcleos urbanos, já que as casas encontram-se próximas devido aos acessos às ruas e ao comércio.

Vale acrescentar que, nestes casos, a escritura da gleba da terra está registrada no Cartório no nome do proprietário da terra rural. Porém, esta terra está fracionada em diversos lotes pertencentes a diversos proprietários. Estas 'propriedades', que quando entram no circuito da informalidade passam a ser posse da terra, não são de conhecimento do Estado, já que o contrato de compra e venda é realizado informalmente, sem o registro no cartório por causa da clandestinidade da transação com a terra (BUENO e REYDON: s.d.).

A segunda forma que caracteriza o processo de urbanização clandestina é a continuação da primeira forma de ocupação narrada acima. O adensamento destas áreas vai se dar ao longo do tempo, quando os novos moradores forem dividindo suas áreas em lotes menores, adensando ainda mais a forma de

ocupação. Ao longo do tempo ocorre o parcelamento e a comercialização de áreas nas fronteiras das áreas urbanas e entre lotes de núcleos urbanos, adensando o território. A terceira forma de parcelamento das glebas em lotes envolve diversos atores<sup>6</sup>. São os maiores empreendimentos que constituem “bairros” da periferia (os jardins, etc.).

Os loteamentos clandestinos são incorporados por agentes especializados que organizam o empreendimento em parceria com outros agentes: loteador, moradores e associação de moradores, políticos, proprietário da terra rural e financiadores. Em alguns casos o loteador é o responsável pelo loteamento, em outros funda-se uma associação habitacional com estatuto e regulamento formais para responder juridicamente perante a lei, sendo que o seu presidente assume o papel de loteador. Existem arranjos na implementação dos loteamentos em que o comprador da gleba é uma pessoa diferente do loteador. Vale ressaltar que os verdadeiros donos do loteamento permanecem no anonimato e são os financiadores do empreendimento. Estes viabilizam os recursos financeiros para os loteadores, mas garantem a propriedade formal da gleba através de um contrato de compra e venda, que não está registrado no cartório, mas que certifica a venda da gleba do loteador para o nome dos financiadores. O loteador é ator chamado de ‘laranja’, este não tem recursos para empreender a compra da gleba, mas empresta o seu nome para constar no contrato e para organizar o loteamento, respondendo criminalmente por este ato (BUENO e REYDON: s.d.).

Segundo BUENO e REYDON (s.d.), esta evidência contraria a literatura sobre o tema que atribui a localização da moradia da classe popular, nas áreas de mananciais, por estas regiões possuírem o preço da terra desvalorizado. O que ocorre é que a terra é desvalorizada para os usos rurais legais, mas torna-se valorizada com os usos urbanos clandestinos. Em outras palavras, a terra é desvalorizada para os usos rurais determinados pela lei, sendo, portanto, vendida para o loteador a um preço baixo. Mas, quando o loteador parcela a terra, vendendo-a em lotes de no máximo 125m<sup>2</sup>, sem investimento em infraestrutura urbana, obtém elevado retorno econômico.

---

<sup>6</sup> Reproduzimos aqui exatamente o mesmo termo que os autores utilizam no original para não distorcer sua linha de argumentação, embora, conforme ressalva anterior, não seja esta a orientação adotada na presente pesquisa.



A valorização ainda é maior para aqueles loteamentos que, na barganha política, conseguem asfalto, ligações oficiais de água, luz e infra-estrutura urbana, obtendo mais uma valorização, com frequência também capitalizada pelo loteador. Acrescentaríamos o fato, já mencionado, de que as sociedades urbanizadoras privadas futuramente reproduzirão seu capital implementando, ainda que de maneira pulverizada, a infra-estrutura urbana nestas novas áreas periféricas. Temos, então, a crítica da idéia de autoconstrução, que implicaria em sujeitos isolados fazendo a periferia: antes disso, é na ação do loteador, por meio do arranjo institucional, incluindo políticos, que a produção da extrema periferia se viabiliza. A produção desses loteamentos, que permite aos sujeitos envolvidos auferirem alta renda em curto período, abre portas, no futuro, para a reprodução ampliada do capital, realizada conforme se dá a urbanização dessas áreas construídas precariamente.

O conluio entre instituições estatistas – municipais, estaduais – e pretensas associações de moradores, forjadas nessa relação, assim como entre o loteador e as associações, definem práticas recorrentes da viabilização da comercialização das terras, comercialização considerada ilegal (DAMIANI, 2004: 32).

Segundo DAMIANI (2004), ao início do século XX, já havia o caráter consorciado e estratégico dos negócios com terra, donde se exercia significativo controle sobre o arranjo de investimentos na cidade e sobre a valorização fundiária. Destacava-se o papel de empresários com alto grau de intimidade com as diversas instâncias do poder público, o que prova que os tais “arranjos institucionais” entre o formal e o informal, arranjos que permitem hoje a ocupação de áreas de proteção à margem da metrópole, tendo sido, na verdade, fundantes na produção da cidade de São Paulo, na transformação das terras rurais circundantes em terras urbanas.

Mais uma vez, defrontamo-nos com a dialética da produção e reprodução do capital, já que a transformação de terras rurais em urbanas, feita desde sempre de maneira clientelista, irregular, dá lugar a implantação de infra-estrutura, da regularização, abrindo portas para a reprodução ampliada do

capital. DAMIANI (2004) ainda explica que a propriedade da terra urbana ou potencialmente urbana, disposta na periferia do núcleo arruado, esteve concentrada nas mãos desses mesmos empresários que mantinham todo um corpo de investimentos que seriam privilegiados conforme a realização de infraestrutura – ferrovias, instituições bancárias, produção agrícola para exportação, empréstimos a juros, introdução de imigrantes (colonos, trabalhadores livres).

Lança-se mão, então da teoria das situações geográficas para explicar, de um lado, o espraiamento urbano e, de outro, o movimento contínuo de expulsão da população em áreas de valorização imobiliária: “já adiantando seu significado, podemos recorrer a Marx e com ele à idéia de extração de lucros excepcionais, advindos das diferenças de situação” (DAMIANI, 2004: 45). Há uma corrida pela criação de novas situações, o que “leva à neutralização das diferenças, quando a situação excepcional convencionase como novo patamar necessário, quando ela se generaliza”; entretanto, “novas possibilidades, e outras posições, são produzidas sempre, com a finalidade de lucros extraordinários” (DAMIANI, 2004: 45). Trata-se de uma noção de valor relativo, expressa em função de fatores circunstanciais de desenvolvimento urbano e urbanização: “a produção das configurações espaciais (...) envolve a mobilidade geográfica do capital – incluindo o capital dinheiro – e do trabalho” (DAMIANI, 2004: 50). Temos, assim, o aspecto espacial da concorrência – toda ordem de valorização e desvalorização pode atingir lugares específicos, numa dinâmica de homogeneização e diferenciação geográficas. Põe-se, simultaneamente, a propriedade da terra como entrave e elemento ativo para o capital.

Levando-se em consideração esta a idéia fundamental para uma concepção dialética de fronteira urbana no caso de São Paulo, a pergunta central para resolver a problemática desta pesquisa é: quais relações sociais (principalmente as relações de propriedade) são fundamentais para explicar a substância dessa fronteira, seus conflitos? Quais sujeitos disputam o controle sobre o modo de apropriação da terra e, portanto, sobre seu uso; como buscam apropriar-se das condições gerais oferecidas por este espaço na sua reprodução social e, portanto, *quais as contradições entre as maneiras pelas quais os*

*diferentes sujeitos que disputam a terra se apropriam desta ao se reproduzirem socialmente?* Como caracterizar os processos que fazem com que esta terra rural seja posta à venda? Vejamos o problema da urbanização do ponto de vista da desarticulação social do meio rural.

Trataremos, então, de um **segundo grupo de autores**, os que enxergam o problema da urbanização segundo seu impacto sobre as áreas rurais contíguas à metrópole. Autores já clássicos como FUKUI (1979), QUEIROZ (1967) e SEABRA (1971) pesquisaram o impacto que essa urbanização tem sobre as imediações rurais da grande conurbação paulistana, tratando o problema do ponto de vista da dissolução das comunidades rurais; o foco de seus trabalhos repousa sobre o funcionamento interno dessas comunidades e do seu “espaço econômico” (como denomina Seabra), enquanto a metrópole é vista como lugar de onde emanam as determinações mais gerais da sociedade, que transformam a comunidade rural.

Devemos, aqui, inicialmente, atentar para a orientação metodológica de QUEIROZ (1969) no seu texto “Do rural e do Urbano no Brasil”, segundo a qual o pesquisador social voltado à problematização da transição do rural para o urbano e das relações cidade-campo deve preferencialmente voltar seu olhar para os fenômenos sociais que se passam na zona de contato entre campo e cidade, de modo a compreender a transição, a gradação entre essas diferentes sociedades. Por isso, as relações entre a cidade e sua periferia rural imediata devam ser estudadas por toda a parte no Brasil:

(...) a metrópole paulista fez desenvolver zonas de policultura moderna relativamente afastadas no espaço, enquanto sua zona agrícola imediatamente periférica entrava em decadência. Parece então existir entre esta metrópole e seu meio rural imediato um processo de coexistência *sui generis*: à medida que a cidade cresce, o meio rural tradicional permanece estagnado durante algum tempo, de tal modo que a alguns quilômetros do grande centro urbano encontramos exemplares da antiga vida cabocla com sua organização, seu ritmo, sua dinâmica dependendo estreitamente da solidariedade vicinal e da festa religiosa. Mas intensificando-se a urbanização da metrópole, eles entram por sua vez em decadência acelerada (QUEIROZ, 1979: 207-208).

Como vimos, PETRONE (1964) e SEABRA (1971), a partir de uma matriz teórica historicista (em Seabra, incorporando certo economicismo de pano de fundo marxista), também já haviam, em seus trabalhos, chamado a atenção para a idéia de que a “especulação imobiliária” desintegraria o cinturão verde, assim como, num passado mais distante, o próprio crescimento do mercado consumidor metropolitano teria viabilizado a modernização dessa mesma região agrícola (fenômeno paralelo ao surto de industrialização em São Paulo e cidades vizinhas).

Os estudos mais recentes sobre a área agora denominada “periurbana”, como veremos adiante, mantêm o encaminhamento metodológico de enxergar o problema do crescimento urbano a partir das dinâmicas do meio rural circundante à metrópole, ou seja, da perspectiva que privilegia o impacto do urbano sobre o entorno rural, mas deixam de lado o pressuposto de que as idéias de comunidade e modo de vida na base da organização social são importantes para se compreender o meio rural; inserem-se, portanto, no paradigma proposto por autores como ABRAMOVAY (1992).

A idéia de periurbano (termo surgido entre os franceses) é muito utilizada para tratar desta área de estudo. Sugere uma faixa de transição entre o aglomerado urbano e as terras com menor densidade demográfica nos limites desse aglomerado. Caracteriza-se como um lugar onde os *usos rural e urbano* se misturam, apesar de haver predomínio da paisagem rural. O termo também comporta a idéia de área de espraiamento urbano, dado que este periurbano constitui uma área de interesse para o capital imobiliário. Normalmente se verificam chácaras, salões de festa, condomínios fechados. Na concepção de Graziano, por exemplo, o periurbano confirmaria sua tese de que a atividade agrícola perde importância no meio rural. Privilegia-se, sob este ponto de vista, o potencial econômico dessas áreas, notadamente seu potencial turístico. A exemplo do que pensa ABRAMOVAY (1992), o periurbano é um continuum entre rural e urbano.

GRAZIANO DA SILVA (1999) procura desvendar o que há de novo no meio rural brasileiro, a partir da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, donde o autor conclui que há a introdução de novos elementos que alteram a principal atividade econômica da população rural: as atividades não-agrícolas teriam passado a desempenhar um papel mais importante que a agricultura na geração de renda no meio rural. Além disso, o autor faz menção à delimitação entre rural e urbano afirmando que a diferenciação entre os dois meios se torna cada vez menos importante, dada a inclusão de atividades não-agrícolas aliadas com a pluriatividade crescente na vida dos agricultores, elevando principalmente o nível de renda, de forma combinada a um processo de prolongamento de infra-estruturas, antes designadas apenas às cidades, o que passa uma sensação do rural ser um *continuum* do espaço urbano.

FAVARETO & MARIOTTO (2006), seguindo esta mesma vertente de estudiosos que reivindicam um estatuto explicativo para a idéia de ruralidade, consideram o espaço rural como estendido à cidade, porém dada importância particular a este espaço por ele constituir um “espaço singular de vida”, considerando sua dinâmica social interna e a complexidade da vida local, fornecida por meio das relações de parentesco e vizinhança em conjunto a uma dinâmica externa. Para FAVARETO & MARIOTTO (2006), além da conceituação dicotômica entre o urbano e o rural, agrega-se mais um componente a esse debate, que são as *zonas intermediárias*, localizadas principalmente em grandes cidades, as quais, a partir do processo de industrialização, favorecem o avanço da urbanização para a zona rural. Estes espaços, vistos por muitos autores como uma área de transição, são caracterizados por *baixa densidade populacional e habitacional*, com *usos do solo* tanto para atividades urbanas, voltadas para a prestação de serviços como clubes recreativos, pesqueiros, clínicas terapêuticas (ver Foto 101), retiros religiosos, chácaras de lazer, como agrícola, baseada principalmente na horticultura e na produção chamada “de subsistência”.

**Foto nº 101: empreendimento não-agrícola na área “periurbana”**



A clínica Artemísia, retratada na foto acima, localiza-se nas imediações do bairro do Itaim, no interior da área delimitada pela APA do Bororé-Colônia. Observe-se a suntuosidade das instalações de sua entrada, bem como o esquema de segurança. Trata-se de um centro de terapias baseadas na antroposofia, corrente filosófica da qual alguns proprietários de terras desse bairro (os quais, de forma alguma, têm ligação com as famílias tradicionais da região) são adeptos. Existem, portanto, outros empreendimentos nas imediações do Itaim que seguem a mesma linha, oferecendo serviço de pousada e tratamentos “alternativos”, atividade evidentemente voltada a um público disposto a gastar altas somas de dinheiro com esse tipo de terapia. Fonte: trabalho de campo, maio de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Devido ao imediatismo físico dessas áreas periurbanas à cidade, o que ainda implica na sua funcionalidade, pode-se dizer que estes são lugares do meio rural onde a influência urbana é mais forte. A característica mais importante destes espaços é a mistura dos usos da terra. Os territórios periurbanos são considerados territórios metropolizados com baixa densidade demográfica, plenamente inseridos nas dinâmicas dos novos territórios urbanos, ainda que conservem o essencial de suas características rurais e locais (VALLETE, 2004 apud FAVARETO & MARIOTTO, 2006). As áreas periurbanas constituem espaços que se manifestam na transição entre a cidade e o campo, mesclando atividades urbanas e agrícolas que competem entre si pelo uso do mesmo solo. É nesses espaços que acontece a expansão de cidades, que fazem com que

cada vez mais seja imprecisa a fronteira física e sócio-econômica entre a cidade e o campo (DURAN, 1998 apud FAVARETO & MARIOTTO, 2006). Conclui-se:

Várias têm sido as nomenclaturas para designar os espaços que se colocam entre o rural e o urbano, a maioria delas, caracteriza estes espaços como uma área de transição que poderá ou não vir a se tornar urbano, de qualquer forma, mais importante do que nomeá-los, é entender que estes espaços têm características próprias, enriquecidas pela população rural tradicional, mas também por novos atores que adentram estes espaços, seja como lazer ou como moradia (FAVARETO & MARIOTTO, 2004).

Valoriza-se o seu “território”: as vantagens locacionais do meio rural. Nesse ponto, as posições dos autores antigos são invertidas em detrimento de uma concepção que acredita na conservação da paisagem rural por meio de uma integração mais profunda dos agricultores familiares na economia de mercado, uma especialização destes (e o fim daqueles que não se encaixarem). Passa-se a enxergar o agricultor familiar como agente social cujo papel é *multifuncional*, sendo que, dentre essas múltiplas funções, estaria, por exemplo, a preservação dos recursos naturais, possivelmente decorrente do uso que o agricultor faz da terra.

Nos trabalhos de BELLENZANI (2001), BOUZID (2003) e CARVALHO & FRANCA (2005)<sup>7</sup> se vê explicitamente a idéia da emergência do agricultor familiar contendo o avanço da mancha urbana. Esta idéia tangencia e insere um novo dado na primeira problemática aqui apresentada (a problemática expansão da periferia *versus* a conservação dos mananciais), porque os “atores” do meio rural metropolitano e, principalmente, os agricultores, passam a ser compreendidos segundo seu papel estratégico de protetores do manancial hídrico (Seabra, imagino eu, nunca diria isso; de seu trabalho se deduz que a porção do cinturão verde contígua à metrópole vai necessariamente ser corroída). Temos, então, não só o impacto da urbanização sobre as relações sociais estabelecidas na produção de mercadorias agrícolas no entrono da

---

<sup>7</sup> Disponível no endereço [http://www.negowat.org/Docs4Web/Brazil\\_pdf/11\\_Brazil.pdf](http://www.negowat.org/Docs4Web/Brazil_pdf/11_Brazil.pdf). Última consulta em 29/09/2005, por Giancarlo Livman Frabetti.

metrópole, mas também o novo papel estratégico do agricultor dito urbano, que deveria ser incluído num rol de novas políticas públicas (ainda incipientes, apesar de criadas por técnicos e planejadores determinados e plenamente convencidos de sua práxis), visando fomentar a agricultura familiar. Como demonstração da tese de que a agricultura é uma atividade favorável à conservação do manancial hídrico, além de social e economicamente “includente”, temos a seguinte citação, baseada nos trabalhos de GARCIA-QUISMODO (2001) e REYDON (2000), extraída do relatório do Projeto Aguapura:

A agricultura com manejo ecológico pode ser vista tanto como uma forma de proteção ao direito de uso da terra como um modo para impedir a posse ilegal e a exploração clandestina, podendo ser utilizada como uma ferramenta para conter a urbanização na região dos mananciais, além de poder se transformar em uma forma de complementação de renda à parcela da população que está fora do mercado de trabalho, podendo contribuir de maneira importante para o resgate social dessa população.<sup>8</sup>

Mas, se enxergarmos processualmente o problema, veremos que esse periurbano nada mais é do que um lugar onde havia uma territorialidade rural em desenvolvimento, que foi interrompida pela influência ostensiva do prolongamento do tecido urbano; ora, o que ocorre é que o tecido urbano está “corroendo” a antiga territorialidade e, por isso, introduzindo a mescla de usos, de paisagens; não é que o urbano e o rural não se distinguem mais, ou que entre eles haja uma “transição” e, sim, que nessa fronteira ocorre uma luta encarniçada entre a permanência, a tradição, de um lado (conforme abordamos no Capítulo 2), e a valorização imobiliária do espaço, de outro, repercutindo sobre as preocupações de setores políticos da sociedade quanto ao interesse de preservação das infra-estruturas de abastecimento hídrico metropolitano.

O debate ideológico em torno do papel estratégico do camponês em área “periurbana” justifica (ou reforma) uma prática que já vem ocorrendo nas esferas

---

<sup>8</sup> Disponível no endereço [http://www.eco.unicamp.br/nea/agua/Aguapura\\_V1.doc](http://www.eco.unicamp.br/nea/agua/Aguapura_V1.doc), última consulta em 25/09/2005, por Giancarlo Livman Frabetti.

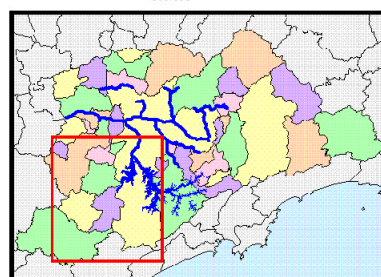
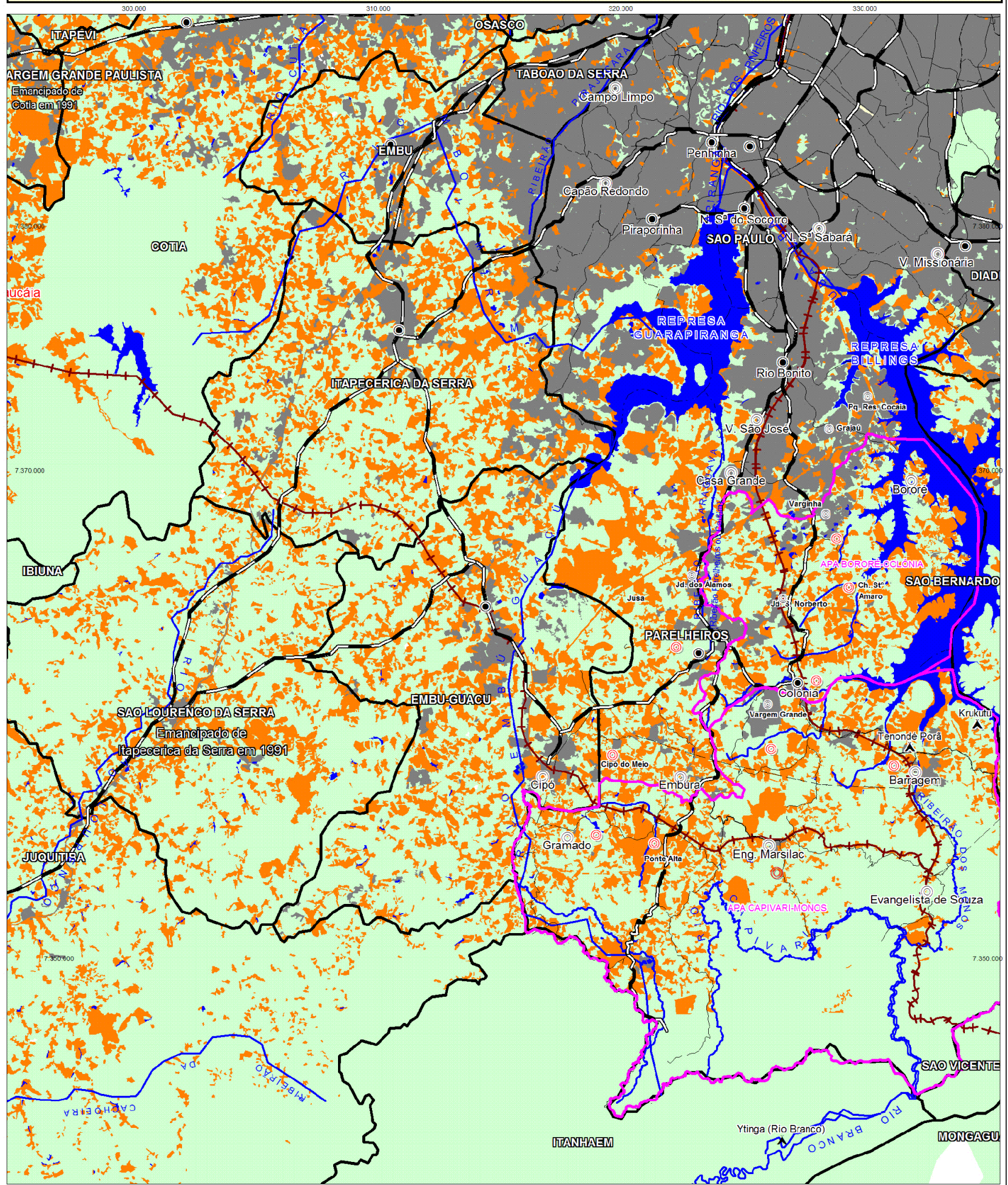


judicial e de planejamento urbano desde pelo menos a promulgação da Lei de Mananciais, qual seja, a delimitação de áreas onde o uso do solo passa a ser cada vez mais restrito sob justificativa de conservação dos recursos hídricos. Sem contestar diretamente a idéia de que tais recursos devam realmente ser conservados, nossa hipótese é a de que o que temos agora (por exemplo, desde a implantação da ZEPAG – Zona Especial de Produção Agrícola do Plano Diretor de São Paulo) constitui um novo passo no processo histórico de exploração dessa vasta e estratégica fração do território, segundo os interesses de reprodução ampliada do capital; processo que, enquanto tentativa de se evitar a expansão horizontal do tecido urbano, se realiza por meio da sujeição dos diversos modos de vida dos trabalhadores agrícolas (relativamente) independentes situados na periferia rural (que, a partir do trabalho familiar, produzem mercadorias, as quais vendem para conseguir outras, caracterizando assim a reprodução simples desses trabalhadores), socialmente compreendidos por nós segundo a noção de campesinato.

Temos, além da sujeição econômica do campesinato ao mercado, a sujeição da maneira como eles utilizam o solo no desenvolvimento de suas atividades habituais (uma maneira que supostamente tem que ser cada vez mais técnica e economicamente eficiente, racionalizada, mas, também, e contraditoriamente, mais limpa, “ecológica”) para criar sua nova imagem de “guardiões do manancial hídrico”. Temos ainda a sujeição do modo como esses camponeses se relacionam entre si (inicialmente compreendida por nós como organização social em torno da atividade agrícola), já que as trocas (materiais e imateriais) que realizam no âmbito do seu próprio modo de vida também têm que se adaptar, se modernizar (deixam, por exemplo, de realizar o mutirão e passam a contratar trabalhadores temporários assalariados).

Ao longo desse processo de subordinação do trabalho camponês ao interesse de outras classes sociais, o trabalhador camponês dos subúrbios paulistanos, para ser mais eficiente e garantir sua renda familiar (e, com isso, garantir também sua permanência na terra e na atividade agrícola), viu ruir antigas estruturas que lhe sustentavam no seu modo de vida, na sua integração

social, e vê-se agora individualizado (mas convidado a “se organizar” coletivamente, montar grupos de representação nos Comitês de Bacia Hidrográfica), além de obrigado a trabalhar num patamar desvantajoso em relação ao mercado (que lhe compra os produtos a preços reduzidos e lhe fornece os insumos constantemente mais caros), sendo ainda, responsabilizado por um eminente caos social (conseqüência da inutilização, para fins de consumo, dos recursos hídricos que fluem pela fração do território a qual ele detém ou controla no ato da produção direta).



**LEGENDA**

FLORESTA E CAPOEIRA	Limite de Município em 2000	BAIRROS RURAIS VISITADOS
USO RURAL	Limite de Distritos em 2000	NÚCLEOS CONSOLIDADOS
USO URBANO	Vias Principais	ANTIGOS NÚCLEOS RURAIS
APAs	Vias Secundárias	LOTEAMENTOS URBANOS
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Hidrografia Principal	ALDEIA GUARANI
	Ferrovia	Territórios municipais em 2000

Escala 1 : 150 000  
 1,5 0 1,5 3,0 4,5 Km  
 Projeção UTM datum Córrego Alegre 23K

Fonte: EMLASA (2003)  
 Pesquisa: FRABETTI, G. L. & SANTOS, R. M.  
 Cartografia: geógr<sup>o</sup> Rodrigo Martins dos Santos - 2008

## **Capítulo 8: impacto dos mercados monopolistas sobre o processo de trabalho camponês e os atuais sistemas de cultivo da agricultura comercial**

### **8.1. Camponeses e agricultores capitalistas – o debate sobre a diferenciação e a nova corrente teórica do desenvolvimento rural**

Como visto, os estudos sobre o periurbano vêm destacando o crescimento do setor terciário nas áreas rurais do país, e em especial, nas áreas circundantes às cidades. A atividade agrícola teria perdido importância, a não ser pelo suposto papel multifuncional de preservação das condições paisagísticas rurais na zona tampão entre a expansão urbana e as áreas de mata preservadas nos mananciais hídricos ao sul de São Paulo. Todavia, diante dessas proposições, o que se considera atividade agrícola no entorno metropolitano, hoje? Somente os empreendimentos integrados aos complexos agroindustriais? Para dar conta da diversidade da reprodução camponesa, bem como de outras comunidades não urbanas nesse vetor do espraiamento urbano, analisemos primeiramente a crise da agricultura comercial em fins da década de 1970. É notável um período em que ocorre uma diminuição significativa no número de unidades produtivas.

Alguns poucos produtores parecem transformar-se em empreendedores capitalistas, enquanto a maioria permanece operando no nível da circulação simples de mercadorias, mesmo enfrentando dificuldades imensas. Estará havendo, neste caso, por conta da inserção profunda dos camponeses numa economia de mercado, uma *diferenciação* segundo seu nível técnico, suas relações de trabalho e seu dinamismo e, portanto, interna aos estratos econômicos do campesinato? Em um trabalho realizado a partir de estudo de caso na Zona Norte de São Paulo, argumenta VIEIRA (1988):

Para alguns autores, essa produção familiar esconde relações de produção diversas que precisam ser explicitadas. Trata-se das unidades suburbanas com produção comercial de alimentos, como as de hortifrutigranjeiros, mantendo, como suporte dessa produção, o trabalho familiar. Trabalho este, que não é definido pela família, e sim, pela produção capitalista de mercadorias (VIEIRA, 1988: 256).

Continuando seu raciocínio, afirma:

No entanto, nem sempre o resultado esperado é atingido, pelo contrário, o fruto de seu trabalho é subtraído. Essa transformação atinge os pequenos produtores ligados à produção hortifrutigranjeira, levando-os à descapitalização total (VIEIRA, 1988: 257).

A grande controvérsia teórica situa-se, atualmente, na compreensão que se tem a respeito de como os mecanismos de mercado atuam sobre esta microeconomia de base familiar, por vezes gerando interpretações que consideram o campesinato, se não extinto, fadado ao fim. De fato, com base nos dados compilados no estudo de VICENTE *et al* (2005), foi constatada grande redução na área cultivada da bacia da Guarapiranga entre as décadas de 1970 e 1990, indicando um declínio da atividade agrícola no entorno rural de São Paulo<sup>1</sup>. No sentido oposto, como vimos, o aprofundamento das relações de mercado entre os agricultores (ou seja, sua maior inserção na divisão social do trabalho) pode promover um aumento da participação do trabalho assalariado em relação ao trabalho familiar na composição da força de trabalho, havendo, assim, uma especialização que é refletida pelo desenvolvimento técnico e comercial. Se tomássemos esses acontecimentos isoladamente do contexto histórico particular da relação entre metrópole e entorno rural, tais fatores aparentemente sugeririam uma diferenciação socioeconômica, conforme a teoria de LÊNIN (1982).

---

<sup>1</sup> No município de Embu-Guaçu, onde houve a queda mais drástica, a área agrícola caiu de 2.900 ha, no ano de 1970, para 200 ha registrados em 1996.

LÊNIN (1982), assim como CHAYANOV (1986), baseou seus estudos nos dados estatísticos produzidos a partir dos levantamentos econômicos e técnicos das unidades de produção agrícola na extensa Rússia rural, todavia chegando ambos os autores a conclusões completamente diferentes. Lênin considerava que, na especificidade da formação econômica daquele país, a desintegração do campesinato era a própria base sobre a qual se constituiria o mercado interno, passo essencial para a transição para o socialismo. Tinha-se que o avanço econômico conduziria a uma crescente divisão do trabalho, ao estabelecimento de relações de mercado, à acumulação de capital e à diversificação social, chegando-se ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas no qual se daria a fundamental luta de classes. Portanto, diante do relativo “atraso” econômico e político da Rússia em relação ao Ocidente, para a social-democracia, a questão era como alcançar o socialismo perante os obstáculos do absolutismo e das relações sociais sobre as quais se apoiava o poder da nobreza: para eles, tanto a burguesia quanto os operários deveriam estar interessados na luta contra a autocracia. Inclusive, de um ponto de vista duramente crítico em relação aos *narodniks*, LÊNIN (1986) considerava que os economistas populistas negavam o caráter necessário do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia, já que eles defendiam a tese de que a comunidade agrária poderia constituir um embrião do socialismo sem a supostamente necessária fase de transição (ao que se chamava socialismo utópico), ou seja, uma luta direta do povo contra o *tzarismo*.

O trabalho teórico de LÊNIN (1986) caminha no sentido de que, tão importante quanto a luta dos camponeses contra a nobreza, era ainda necessário mostrar a heterogeneidade dentro dos estratos socioeconômicos que compunham o campesinato, tido como um grupo necessariamente reacionário. Formulava-se a teoria da diferenciação social, a qual tinha o objetivo de expressar a essência dos processos sociais agrários de um país capitalista: propunha-se que, diante da expansão do capitalismo, os camponeses pobres passariam a vender sua força de trabalho, a partir de então, objetivamente fazendo parte do proletariado; já os camponeses ricos tornar-se-iam capitalistas,

enquanto os estratos médios permaneceriam apenas momentaneamente em sua economia seminatural e autosuficiente. Compunha-se uma interpretação histórica baseada num debate essencialmente dedutivo e especulativo (de acordo com comentário de SHANIN, 1983), expresso pelo movimento de polarização socioeconômica.

Assim, para LÊNIN (1986), a diferenciação social no campo deveria conduzir a um estágio em que os empresários agrícolas (com melhor relação capital/trabalho) estariam finalmente em oposição aos agricultores pobres convertidos em assalariados sem terra, trabalhando para agricultores ricos; outros, proletarizados, colocar-se-iam contra os empresários urbanos. Os “estratos intermédios” (campesinato tradicional) se transformariam em um ou noutro com o avanço econômico. Segundo SHANIN (1983), esta teoria foi pressuposto para as políticas rurais dos dirigentes de Estado russos após a emancipação dos servos em 1861 e, particularmente, após Revolução de 1917<sup>2</sup>. A diretriz dessas políticas era a de que se deveria produzir, primeiramente, a dissolução das estruturas sociais típicas camponesas para integrá-los socialmente e, com isso, diminuir a importância da agricultura na economia nacional (transferir dinheiro da agricultura para capitalistas industriais), para finalmente provocar a supressão política, o controle ou a neutralização da classe, tida como reacionária e autárquica.

Outro autor clássico da questão agrária, cuja concepção teórica também levava a considerar o campesinato como um atraso a ser superado, foi KAUSTSKY (1968). Somente as ênfases nas obras Lênin e Kautsky eram diferentes, na medida em que o primeiro privilegiava a diferenciação socioeconômica e o segundo dedicava-se a mostrar a superioridade técnica da agricultura capitalista sobre os pequenos produtores, via pela qual se dava a expropriação do campesinato (todavia retardada pelo pressuposto de que eles estariam acostumados a viver sob um baixo padrão de consumo e sob intensa auto-exploração do trabalho). Para KAUTSKY (1968), ocorreria inevitavelmente

---

<sup>2</sup> A Nova Política Econômica que, após a Guerra Civil russa, veio, entre outras medidas, a permitir a comercialização de parte produção agrícola camponesa, tinha como um de seus objetivos apressar a diferenciação socioeconômica no campesinato daquele país.

a industrialização da agricultura, resultando na impossibilidade do pequeno agricultor incorporar técnica, ter acesso a mecanismos financeiros, às facilidades de comercialização da produção, quando o agricultor capitalista certamente o faria e somente assim prosperaria.

Segundo a crítica de ABRAMOVAY (1992) ao pressuposto de desagregação da economia de base doméstica na agricultura diante da modernização capitalista, não haveria um processo geral de diferenciação do campesinato fora das realidades específicas estudadas por estes autores; pelo contrário, a agricultura baseada no trabalho familiar seria, hoje, o fundamento da produção agrícola em boa parte dos países desenvolvidos. Sua interpretação sugere que, no lugar do desaparecimento dos pequenos camponeses em detrimento do fortalecimento dos agricultores capitalistas, teria surgido no campo um ator social que seria mais bem descrito por meio da idéia de *agricultor familiar* (ABRAMOVAY, 1992). Constatou-se que a produção agrícola de alguns países do centro do capitalismo ainda é realizada majoritariamente sob a racionalidade do trabalho familiar, porém, de maneira tecnicamente eficiente e em integração tida como dinâmica com o mercado, além de apoiada fortemente sobre políticas estatais dentre as quais se destacam os subsídios. Já o *modo de vida* e a *sociabilidade* tipicamente camponesa teriam sido, nesses mesmos países, drasticamente substituídos por uma mentalidade empreendedora que faria da agricultura uma espécie de microempresa de base familiar, cujo funcionamento seria determinado pela lógica do mercado (e não mais segundo a teleologia da economia doméstica, conforme havia teorizado Chayanov). Dessa forma, agora claramente em concordância com aspectos teóricos do pensamento leninista, especificamente no que diz respeito à importância da atuação dos mecanismos de mercado na dissolução do campesinato como tal, afirma-se:

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização



dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, 1992: 117).

A penetração dos mecanismos de mercado, além de destruir a organização social própria (e arcaica) do campesinato, também eliminaria o balanço entre trabalho e consumo como fator determinante das decisões econômicas (tomadas, agora, no âmbito da agroindústria). Seria, para este autor, mais pertinente, na atualidade, falar em um agricultor familiar empreendedor, relacionando-se dinamicamente com o mercado. Não haveria mais um modo de vida singular a contraditoriamente mover sua reprodução social sob as condições gerais da economia baseada na competição. Sobretudo, não seria mais possível tratarmos de camponeses na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural porque este seria um esforço inútil: é considerada precária a capacidade dessa população sobreviver no interior de sociedades capitalistas, porque sua existência social seria caracterizada pela *integração parcial a mercados imperfeitos*, ou seja, pelo seu modo de vida comunitário, voltado para si próprio (*self-contained*, na acepção de REDFIELD, 1956 *apud* ABRAMOVAY 1992) e pelos vínculos de dependência social que diferem dos ideais liberais de competição e eficiência.

Por isso, ABRAMOVAY (1992), assim como VEIGA (1996), não se referem à fundamental distinção entre *agricultura capitalista*, ou melhor, baseada em relações de produção capitalistas, e *agricultura camponesa*, ou seja, baseada no trabalho familiar contraditoriamente reproduzido no interior do processo do capital. Estes autores somente concebem a agricultura familiar enquanto empreendimento adequado às formas modernas de crédito, incorporando técnica e obedecendo estritamente à racionalidade de mercado no ato da produção. Recusam, inclusive, a orientação teórica marxiana segundo a qual a lógica da produção simples de mercadorias distingue a pequena produção mercantil daquela baseada em relações capitalistas (voltadas à produção de mais-valia). VEIGA (1996) propõe, nesse sentido, uma distinção entre o *modelo familiar* e o *modelo patronal* de agricultura: sua ênfase analítica

não está na inserção histórica das formas de relação de trabalho, mas, sim, em uma série de características que derivam da separação (ou não) entre *gestão* e *trabalho* agrícolas.

Criticando a teoria da diferenciação para explicar a permanência do trabalho familiar no campo, tanto Ricardo Abramovay quanto José Eli da Veiga perdem o foco da natureza não-capitalista da economia doméstica (a qual, como já vimos, não visa fundamentalmente a acumulação, mas a satisfação, mesmo que pela via do mercado, das necessidades da família), concluindo que a agricultura familiar é realizada segundo uma racionalidade estrita de mercado, de modo que, para eles, toda agricultura hoje é “agronegócio”.

Mas, no sentido de, contra estes autores, pensar teórica e politicamente o campesinato enquanto sujeitos sociais (produtores autônomos que resistem à calamidade da socialização capitalista, de acordo com o que se configura particularmente no caso dos camponeses ameaçados pelo espraiamento urbano em São Paulo), torna-se necessário encontrar elementos que expliquem como o aprofundamento das relações de mercado, contraditoriamente, não extinguiram a economia não-capitalista, apesar de tê-la recriado sobre novas bases técnicas e sociais.

## **8.2. A diversidade do processo de trabalho na olericultura atualmente praticada na borda sul da metrópole paulistana**

Antes de finalizarmos nosso raciocínio com a análise do processo histórico de recriação capitalista das relações de produção não-capitalistas no caso particular da borda sul da metrópole paulistana, convém introduzirmos alguns dados acerca dos aspectos técnicos da atividade agrícola na área de estudo de nossa pesquisa. Julgamos oportuno apontar brevemente algumas características dos *sistemas agrícolas* presentes nesta área de estudo: afinal, a qual tipo de agricultura estamos nos referindo ao afirmar que esta atividade resulta em uma paisagem rural, potencialmente estratégica para a manutenção da qualidade da água nos mananciais hídricos da metrópole?

Para caracterizarmos a agricultura nesta área de estudo centraremos, neste momento da análise, nos aspectos técnicos da produção agrícola. Consideramos a abordagem sistêmica um caminho adequado para esta tarefa. O conceito de *sistemas agrícolas* está presente na obra de Leo Waibel, autor da geografia agrícola que privilegiava o enfoque sobre o meio ambiente e a influência das técnicas de cultivo (utilizando-se de conhecimentos que estavam na interface com a história, a economia e a agronomia). Para Waibel, era importante compreender as formas de se produzir, e para isso, explicavam-se em detalhes as práticas agrícolas: é utilizando a natureza como recurso que o agricultor transforma o meio, criando condições para sua sobrevivência e promovendo impactos que, no limite, podem comprometer o potencial desses recursos naturais. Trata-se da clássica concepção de Geografia enquanto estudo da relação entre sociedade e natureza sem, contudo, como nota VALVERDE (2006), seguir a linha daquilo o que se convencionou chamar de determinismo. Dois conceitos são fundamentais para discutir a *paisagem agrária* na obra de Leo Waibel: *formação econômica* e *paisagem cultural*. De maneira análoga a uma formação vegetal, denomina-se *formação econômica* uma zona econômica contínua, por exemplo, de cultura de hortaliças, de laticínios, de cereais, e assim por diante (onde se vê claramente a influência da teoria de Von Thünen na obra de Waibel). Já o uso do solo, os tipos de cultivo, as técnicas utilizadas, as estradas e as instalações, resultam numa *paisagem cultural* (determinada pela formação econômica) (ETGES, 2000).

Assim, a paisagem cultural é resultado da forma de ocupação da terra e das modificações espaciais decorrentes das intervenções humanas. A partir dessa formulação, Waibel vê a ocupação do território a partir dos modelos de exploração da terra, assim como Pierre Monbeig (o que desembocou na própria concepção de frente pioneira nestes autores, já que a frente, para eles, pode ser compreendida como o avanço de um modelo de ocupação da terra sobre outro). É um conceito que expressa a influência dos homens na formação e transformação da superfície terrestre: partia-se de uma concepção de paisagem que considerava somente o concreto, o visível, o sensivelmente perceptível na

superfície terrestre, mas incluíam-se os “fenômenos espirituais” na sua compreensão, introduzindo, na própria geografia, aspectos políticos, sociais e religiosos da sociedade. Sugeria-se que a paisagem fosse o próprio objeto da geografia, porque uniria numa só categoria a sociedade e a natureza, solucionando-se, então, o problema da unidade desta ciência (ETGES, 2000).

Uma vez apontada a necessidade de compreensão dos sistemas agrícolas como base para o estudo da paisagem cultural, é ainda importante notar que Waibel não procurou dar respostas às questões que surgem a partir do processo de subordinação da agricultura à dinâmica capitalista, já que ele estava centrado na relação entre as técnicas agrícolas e o uso dos recursos naturais. Além de esquivar-se da economia política, Waibel toma os modelos de uso do solo de maneira evolutiva, segundo o nível de aperfeiçoamento técnico da atividade agrícola: em seu *Capítulos de Geografia Tropical* (WAIBEL, 1979), por exemplo, ele aponta de maneira taxativa que a agricultura itinerante desgastava os recursos e produzia pouco, razão pela qual ele a considerava uma forma rudimentar, atrasada, já que não eram satisfeitas as necessidades das famílias de agricultores e o impacto sobre os recursos naturais era grande. A profunda atenção dada aos aspectos ecológicos e econômicos da paisagem acaba impedindo o autor de perceber uma riqueza cultural única e própria do mesmo sincretismo que levou imigrantes alemães a incorporarem técnicas agrícolas originadas entre as populações indígenas do Brasil.

No entanto, o esforço de sistematização do conhecimento sobre a atividade agrícola e sua relação com a transformação da paisagem, para o qual a contribuição de Leo Waibel é imprescindível, constitui um importante argumento deste trabalho: o de que a paisagem rural, a qual buscamos situar no contexto da urbanização das Áreas de Proteção aos Mananciais, é diretamente produzida segundo uma intervenção técnica na natureza, cabendo primeiramente descrevê-la, a fim de situar devidamente o caso em questão. Feita esta descrição, teremos os elementos empíricos para que, enfim, seja possível demonstrarmos como a reprodução do campesinato no caso abordado se dá não apesar, mas necessária e contraditoriamente à pressão exercida pela

tensão entre o espraiamento urbano e as políticas de controle e regularização do uso do solo em tais áreas.

Visando, portanto, as relações técnicas que são uma mediação na produção da paisagem, apresentamos uma caracterização da atividade agrícola na borda Sul da Região Metropolitana de São Paulo. Com base nos pressupostos da abordagem sistêmica, começaremos descrevendo a maneira pela qual se organiza a agricultura no nível da unidade de produção, isto é, como e com quais meios se dá o aproveitamento dos recursos vivos e inertes que são a condição desta atividade, chegando à compreensão técnica do funcionamento interno das diferentes formas de unidade produtiva.

Atualmente, sem dúvida, os produtos agrícolas de maior representatividade comercial ao sul da Represa de Guarapiranga provêm da olericultura<sup>3</sup>. Todavia, este é um termo muito genérico e que, portanto, não descreve exatamente toda a diversidade de sistemas de cultivo estabelecidos na relação entre os recursos naturais, os meios e o próprio trabalho útil do agricultor. Distinguímos a produção comercial de hortaliças a partir de quatro estratégias particulares de organização da unidade de produção mais significativas nesta área de estudo: o *sistema de cultivo de hortaliças variadas na terra*, o *sistema de cultivo de hortaliças folhosas na terra*, a *monocultura de hortaliças na terra* e o *sistema hidropônico de cultivo de hortaliças folhosas*. Existe uma espécie de gradação no nível técnico entre estes sistemas, de modo que, ao menos teoricamente, a hidroponia é o que assume mais claramente as características de empreendimento capitalista, inicialmente no sentido de que ela configura o mais intensivo de todos os sistemas apresentados.

---

<sup>3</sup> Segundo FIGUEIRA (2000: 15), olericultura “é um termo técnico-científico preciso, utilizado no meio agrônomo. Derivado do latim (*oleris*, hortaliça, + *colere*, cultivar), refere-se à ciência aplicada, bem como ao estudo da agrotecnologia de produção das culturas oleráceas, ministrado nas faculdades de Agronomia. (...) É importante notar que olericultura e horticultura não são sinônimas, tendo a segunda palavra significado muito mais abrangente, não devendo substituir a primeira”. A horticultura, por sua vez, consiste em toda a prática de cultivo de frutas e hortaliças.

### Fotos n<sup>os</sup> 102 e 103: unidades de produção de hortaliças variadas



Na fotografia da esquerda, temos uma visão panorâmica das terras do sr. Kitabayashi, situadas nas imediações do Cipó. Trata-se de um agricultor abastado que, além de produzir hortaliças variadas em grande escala, também compra mercadorias dos agricultores vizinhos e as distribui em seu ponto de venda no Ceagesp. Notamos, ao fim da estrada de terra, um reservatório de água e, ao fundo, uma área agrícola, parte cultivada, parte em pousio. Na fotografia da direita, temos uma visão do sítio do sr. Hermenegildo Hessel a partir do centro do Embura (por isso, a interferência, na imagem, dos postes da rede elétrica). Também produtor de hortaliças variadas, porém um pequeno proprietário, que trabalha acompanhado unicamente de membros da família. Notamos parte da lavoura e, ao fundo, a casa da família. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. A autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Denominamos sistemas de cultivo de hortaliças variadas (Fotos n<sup>os</sup> 102, 103, 104 e 105) aqueles que combinam, em uma mesma unidade produtiva, variedades de espécies de hortaliças das quais se aproveitam para consumo humano os tubérculos (batata inglesa, cenoura, mandioca), as flores (brócolis, couve-flor), os frutos (tomate, berinjela, pimentão) e as folhas (alface, espinafre, almeirão, couve-manteiga, repolho). A forma de se dispor recursos no interior dos sistemas de cultivo a fim de se obter tais produtos pode ser representada como um mosaico de variedades agrícolas em um mesmo terreno, composição também alternada sucessivamente ao longo do ano agrícola. O sistema de cultivo de hortaliças variadas é estabelecido principalmente ao longo das vertentes dos morros, lugares onde antigamente predominava a bataticultura, a qual, nos fundos de vale (onde freqüentemente se tem maiores índices de umidade relativa do ar) ficava muito sujeita à contaminação por fungos. BOUZID (2003), em um trabalho sobre os sistemas agrários nas cabeceiras da bacia do Alto Tietê, nota que as encostas ainda são uma localidade privilegiada para

certas culturas que não suportam excessiva umidade (couve manteiga, coentro e cenoura, por exemplo).

**Foto nº 104: parcela de terra em uma propriedade na qual se cultivam hortaliças variadas**



Vista das terras de cultivo na propriedade do sr. Hermenegildo Hessel. Notamos, nas partes esquerda e central da foto, alguns pés de berinjela. O restante da terra encontra-se em preparo para voltar a produzir. Os canos móveis e aspersores utilizados na irrigação podem ser observados na porção inferior da foto. Em último plano, além das matas artificiais, notamos a rede de transmissão de energia elétrica, a qual atravessa a propriedade do sr. Hermenegildo (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

As vertentes de morros, principalmente aquelas mais próximas às zonas de nascentes das bacias hidrográficas, são locais onde a vazão dos cursos superficiais de água fica muito reduzida durante o período da estiagem (aproximadamente entre junho e setembro). Tomando como exemplo as características hidrográficas da micro-bacia do Ribeirão Parelheiros e adjacências, pode-se dizer que ela é formada por muitos canais de pouca vazão (os de primeira e segunda ordem são numerosos), compondo uma densa rede de drenagem. Por isso, nas cabeceiras desta micro-bacia, a vazão dos córregos diminui muito em períodos secos, chegando eventualmente a faltar água para o produtor nas encostas. Em função dessa relativa escassez, são escolhidos preferencialmente produtos que não necessitam de irrigação constantemente, ao contrário, por exemplo, da alface e do agrião. Também em função disso, as

variedades agrícolas de ciclo médio costumam ser plantadas de acordo com a época mais adequada do ano, no intuito de se aproveitar as características climáticas tanto do inverno quanto do verão. Assim, de acordo com os calendários agrícolas registrados nas entrevistas de campo, enquanto uma espécie (de inverno) está crescendo, outra (de verão) está sendo colhida, e vice-versa.

**Foto nº 105: paisagem agrícola expressando o cultivo de hortaliças variadas**



Nos dois quadrantes inferiores da fotografia observamos a plantação de hortaliças variadas do sr. Aguilera, situado na Estrada do Jaceguava, sendo irrigada. Notamos, também, sua casa, ao fundo da lavoura. Nos dois quadrantes superiores, temos uma vertente de morro sem cobertura, da qual o sr. Arnaldo Pisaneschi tinha recentemente colhido uma safra de milho. Fonte: trabalho de campo, julho de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Um segundo sistema de cultivo identificado em campo é o cultivo especializado de hortaliças folhosas na terra (ver Fotos 106, 107, 108, 109 e 110). Caracterizado por combinar fundamentalmente espécies de hortaliças folhosas (vários tipos de alface, escarola, agrião, temperos) plantadas na terra, o sistema de cultivo de hortaliças folhosas é estabelecido com maior frequência nos terrenos mais baixos, próximos às várzeas; em geral, junto aos trechos de maior vazão dos rios. A facilidade de acesso à água, durante o ano todo, é um fator que favorece o cultivo das folhosas, já que estas espécies necessitam de



irrigação constante, ou seja, do fornecimento controlado de água para as plantas, complementando a precipitação pluvial. Além disso, nas planícies aluviais do Rio Embu-Guaçu e do Ribeirão Parelheiros (sub-bacia da Guarapiranga), e também na borda sul da Cratera de Colônia (micro-bacia do Ribeirão Vermelho, que converge para o reservatório Billings), aproveita-se a fertilidade natural da terra preta rica em matéria orgânica. Contudo, nessas unidades de produção situadas junto às várzeas, os cursos d'água de maior vazão constantemente são afetados pelo despejo de esgoto doméstico a montante da bacia. Quando essa situação é muito grave, pode ser necessário bombear água desde algum veio que parta de terrenos mais altos, próximos a alguma nascente, até a área de cultivo.

**Foto nº 106: cultivo de folhosas do sr. Hiroshi Katayama**



Imagem da produção de alface nas terras do sr. Hiroshi Katayama, na qual podemos notar a utilização intensiva dos canteiros. Observam-se também os aspersores armados e, no plano seguinte ao da lavoura, a casa da família. Ao fundo, à direita, os morros do Jaceguava. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Como se tratam de produtos de ciclo curto e que circulam rapidamente no mercado, o cultivo de hortaliças folhosas, mesmo na terra, é um dos principais sistemas de cultivo no meio rural próximo a São Paulo.

**Sr. Hiroshi Katayama:** (...) a gente planta alface, que é uma produção rápida. Uma coisa que você vai colher em trinta, quarenta dias, se você não pega preço, você não... o dinheiro vem rápido, né? Agora, prá plantar uma coisa assim, igual

repolho, batata, dura três a quatro meses. Então, muita coisa demorado, né? A mão de obra é cara... não só a mão de obra, defensivo, essas coisas, são caro, né? Então, você não pode se arriscar, plantar e não conseguir colher, né? Acaba perdendo dinheiro, então você não tem como recuperar o capital.

**Fotos n<sup>os</sup> 107, 108, 109 e 110: sistemas de cultivo de hortaliças folhosas na terra**



Nas quatro imagens acima, representamos terrenos em que pratica o sistema de cultivo de hortaliças folhosas na terra, ainda hoje o mais difundido entre os produtores da área de estudo de nossa pesquisa. Notar que os terrenos de meia encosta facilitam a proximidade da fonte de água e minimizam os processos erosivos. Fonte: trabalho de campo, janeiro e maio de 2004.

Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Porém, outra tendência importante para a região é a de agricultores que uniformizam o sistema de cultivo de hortaliças em grandes terrenos (Fotos 111 e 112), ou seja, passam a empregar grandes extensões de terras para plantar um só gênero agrícola em grande escala, de maneira similar à bataticultura realizada nesta mesma área de estudo há cerca de cinquenta anos. Denominamos monocultor o sistema de cultivo de hortaliças que, em grandes

áreas agrícolas<sup>4</sup>, utiliza largamente insumos e meios de produção a fim de cultivar grandes quantidades de um só produto. O caso mais representativo na região, em termos de quantidade de área ocupada, é o do cultivo do chuchu em grande escala. O manejo desta hortaliça distingue-se das demais por que ele não admite com facilidade práticas como a alternância com outras culturas, uma vez que é necessária uma estrutura fixada ao chão para sustentar o pé – estacas de madeira chamadas mourões, acima das quais correm as linhas que sustentam as plantas. Além disso, em comparação com as hortaliças folhosas, o cultivo do chuchu dispensa uso contínuo de irrigação, sendo assim preferencialmente encontrado nas encostas. Os agricultores mais bem equipados utilizam micro-aspersão, sistema de irrigação que aplica água diretamente na área das raízes das plantas, possuindo uma eficiência muito maior do que a aspersão convencional (ou seja, tem resultado melhor no balanço entre a quantidade de água aplicada e o que é efetivamente absorvido pelas plantas).

**Foto nº 111: paisagem com parcela de monocultura de chuchu**



Na faixa central superior da imagem, plantação de chuchu; no quadrante superior esquerdo, uma casa camponesa (não habitada). No quadrante inferior esquerdo, o tanque de armazenamento

---

<sup>4</sup> Shiguelo Katayama (entrevista realizada em Fevereiro de 2004, por Giancarlo Livman Frabetti), residente no bairro do Itaim, chega a administrar o cultivo de 40 ha de pés de chuchu. Contudo, esta área cultivada não é contínua, e sim, dividida em vários sítios, alguns de propriedade da família do entrevistado, outros mantidos sob acordo de comodato.

de água. Ao fundo (quadrante superior direito), eucaliptos usados para fazer os mourões. Bairro da Casa Grande. Autor: Giancarlo Livman Frabetti, em 07/01/2004.

**Foto nº 112: estrutura de sustentação dos pés de chuchu**



Na faixa central da foto, cultivo de chuchu vertente de morro. É possível observar, abaixo dos pés e na “rua” aberta entre os mesmos, a estrutura construída para sustentar as plantas. Estrada do Paiol Grande. Autor: Giancarlo Livman Frabetti, em 06/01/2004.

Por fim, cabe assinalar que a monocultura de hortaliças na terra, apesar de chegar a um grau de desenvolvimento técnico que a diferencia dos sistemas de cultivo anteriormente apresentados, não é o mais intensivo dos sistemas de cultivo encontrados nesta área de estudo, já que, no sistema hidropônico (ver foto 113), o alto investimento em meios de produção, a fim de obter maior produtividade, dispensa a necessidade de se ter acesso a um terreno de amplas dimensões. É importante destacar o sistema intensivo (hidropônico) de cultivo de hortaliças folhosas, pois ele já se diferencia dos demais, a princípio, uma vez que sua base técnica, de certa forma, desloca a terra da condição de principal fator de produção. Assim, os cultivos hidropônicos de alface ou de hortaliças variadas aparecem como um caso aqui tratado de maneira diferenciada devido ao seu potencial de aproveitar melhor recursos como espaço físico disponível e água (de maneira geral, cada vez mais escassos). É uma técnica de cultivo que requer alto investimento inicial, além de exigir do agricultor certa dedicação para aprender novas práticas de cultivo, acompanhando uma mudança completa nas

tradicionais formas de organização das unidades de produção de olerícolas. Notamos, porém, que entre as mais produtivas (portanto, mais abastadas) unidades agrícolas, o fato de se ter a propriedade da terra desestimula o investimento nessa transformação no sistema de produção:

**Foto nº 113: galpão para cultivo de hortaliças hidropônicas**



Apesar da construção tosca, esse galpão foi montado pelo sr. Paulo César Ananias, com capital pertencente a um colega policial, e, nele, o entrevistado está começando a desenvolver o plantio de hortaliças folhosas. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Pesquisador (P): O senhor tem interesse de... Não sei se o senhor já produz pelo meio da hidroponia, pelo menos uma parte, e se o senhor não produz, o senhor tem interesse de começar a produzir dessa maneira?

Sr. Kitabayashi (K): Bom, não sei, um dia, pode ser, mas eu trabalho bastante hidroponia, também, agora. Vendendo pro Ceagesp. Tem um colega aí que produz bastante. Praticamente um caminhão nosso é de hidroponia do colega nosso.

P: E o senhor sabe qual é a estrada?

K: Eu não sei... Ontem, saí de lá meia noite. Lá tem aquelas, parte, que tem bastante estufa lá, né? Um tem dez mil metros quadrados de estufa, o outro tem mais dez mil.

P: O senhor acha que compensa?

K: Compensar, compensa. Só que no meu caso, eu tenho a terra, né... Eu ia fazer, só que no caso, ele me ofereceu prá eu escoar a mercadoria dele. (...) Aí, deixa ele trabalhar lá, que eu... um real, dois real, três real de lucro do que ele manda já é bastante. Que eu tenho dois filhos, trabalha no Ceagesp. Ele mora aqui, mas vai todo dia.

### **8.3 As determinações da especialização do trabalho agrícola sobre a lógica da economia doméstica**

Segundo VICENTE *et. al* (2005), com base em dados do LUPA de 1995-1996, havia, na área da bacia da Guarapiranga, 420 trabalhadores familiares (proprietários e parentes agricultores), 489 trabalhadores permanentes (dos quais não se distingue assalariados e parceiros), 370 trabalhadores volantes (temporários) e 153 arrendatários (dos quais não se distingue os comodatários; também não se especifica se estes trabalham em regime familiar).

Os casos até agora estudados no Distrito de Parelheiros, Zona Sul do Município de São Paulo, mostram uma grande variação na composição da força-de-trabalho entre os sítios agrícolas. De acordo com o nível de especialização do produtor (leia-se, a profundidade de sua inserção na divisão social do trabalho), pode-se chegar a uma predominância do trabalho contratado sobre o familiar, distanciando-se, assim, da concepção essencial que se tem sobre o funcionamento de uma unidade de produção camponesa. Mesmo assim, dentro do universo estudado, são mais numerosas as unidades produtivas em que se verifica a não contratação ou a contratação apenas temporária de mão-de-obra assalariada. Deve-se ainda ressaltar que, devido à situação de proximidade com a metrópole, esse trabalhador assalariado nunca é o filho de um camponês vizinho (como é típico nos bairros rurais, conforme indica SANTOS, 1978), mas normalmente um agregado ou mesmo um morador de loteamento urbano, o que configura um caso particular desta situação de proximidade com a metrópole, já que se trata de assalariados que trabalham no campo porque não tiveram oportunidade de emprego urbano.

A partir dessa relação entre trabalho familiar e trabalho contratado (Fotos nºs 114 e 115), é possível distinguir com certa segurança as unidades de produção em que se busca operar no nível da reprodução simples daquelas transformadas ou em vias de se transformar em empreendimentos capitalistas. Esta transformação foi verificada principalmente nos casos dos monocultores de gêneros agrícolas de ciclo médio (de chuchu, pimentão, entre outras), que

geralmente têm trabalhadores contratados permanentemente para dar conta de propriedades agrícolas relativamente grandes para o padrão desta região. Produtores de olerícolas que utilizam largamente a hidroponia também correspondem a esta característica. Contudo, cabe ressaltar, esses casos constituem uma exceção entre os horticultores ao sul de São Paulo, pois a maioria dos entrevistados (produtores de olerícolas variadas, folhosas e mesmo nos sistemas de cultivo de plantas ornamentais) trabalha primordialmente em conjunto com suas famílias, com o objetivo primeiro de produzir mercadorias cuja venda lhes garanta, em troca, a obtenção dos seus próprios meios de vida.

### Fotos nº 114 e 115: composição da força-de-trabalho



É comum, mesmo nas atuais unidades de produção camponesas, o emprego de trabalhadores contratados ou volantes, para complementar a força-de-trabalho familiar, dado que o trabalho com a olericultura é extremamente intensivo o ano todo (ao contrário das culturas de ciclo médio). Na imagem da esquerda, dois trabalhadores contratados pelo sr. Alex Geraldo dos Santos montam as estruturas de bambu para armar a lavoura de berinjelas. Na imagem da direita, o sr. Isao, acompanhado de um único trabalhador contratado ao fundo, cuida de sua lavoura de hortaliças folhosas situada ao início da estrada do Jaceguava. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008 e maio de 2004, respectivamente. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

De maneira geral, a força de trabalho familiar é um elemento preponderante nos sistemas agrícolas da área de estudo. Todavia, seu peso na composição total da força de trabalho diminui na medida em que a produção passa a ser realizada em terrenos maiores, contando com meios de produção mais sofisticados. Assim, nos sistemas agrícolas de caráter especificamente capitalista, a força de trabalho contratada (permanente ou temporária) passa a ser fundamental para a realização do trabalho agrícola. Muitos deles residem na propriedade familiar do agricultor (ver Fotos nº 116 e 117).

**Fotos nº 116 e 117: residências de trabalhadores fixos contratados na  
lavoura**



Compreendidas pelas terras do sr. Hiroshi Katayama, essas edificações são ocupadas por trabalhadores fixos contratados pelo entrevistado para atuarem na lavoura de hortaliças folhosas. Apesar da precariedade das construções (especialmente a da imagem da esquerda, cujas paredes encontram-se rachadas), representam uma oportunidade de lugar fixo para morar para esses trabalhadores, geralmente com um passado de proletários urbanos desempregados que encontraram emprego na lavoura. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Além da necessidade de irrigação constante, uma outra particularidade que justifica tratarmos de maneira distinta o cultivo de folhosas é que, neste sistema, o trabalho de acompanhamento da horta também é mais intenso, praticado todos os dias da semana, ao longo do ano inteiro, compondo um calendário agrícola repetitivo. Algumas variedades de hortaliças folhosas são colhidas de modo a se arrancar o pé inteiro da terra e, portanto, são plantadas novamente toda semana, como é o caso da alface. Planta-se e colhe-se a alface pelo menos duas vezes por semana, de acordo com o ciclo curto da planta (cerca de 45 dias). Assim, os canteiros são organizados de maneira que, de acordo com o ciclo de crescimento das plantas, parte deles esteja produzindo, enquanto uma ou duas partes estejam sustentando pés em diferentes estágios fenológicos (inclusive, os produtores ainda fazem suas próprias mudas, plantando sementes no substrato e mantendo-as em estufas até o momento de serem transplantadas). Este acompanhamento constante é necessário para garantir agilidade e continuidade no fornecimento aos mercados revendedores. Outras hortaliças folhosas, como a escarola e o espinafre, são plantadas três vezes por



ano e, na medida em que a planta cresce, vão sendo cortadas as folhas, as quais são comercializadas. Os agricultores entregam carregamentos com as mercadorias resultantes desse trabalho todas as semanas do ano, numa média de duas vezes por semana. É, portanto, um trabalho seguido, com muitas fases diferentes, as quais exigem grandes esforços e dedicação do produtor. Com isso, dependendo da relação entre a disponibilidade de mão-de-obra familiar e a área cultivada, a necessidade de trabalhadores contratados pode ser constante.

O trabalho nas lavouras de ciclo médio, como é o caso do chuchu, é bem dividido ao longo do ano: de outubro a março, meses em que todos os pés estão produzindo, são feitas a colheita e a venda aos mercados. De três em três anos, todos os pés são arrancados e, logo em seguida, plantados novamente (nos meses de maio e junho). A grande dificuldade, nesta etapa do trabalho, é a de se construírem os mourões, feitos com madeira de eucalipto, geralmente plantado em uma parcela na própria unidade produtiva de chuchu. A planta é polinizada naturalmente pelas abelhas e, por isso, de acordo com a intensidade das chuvas ou do calor, a produção pode ficar comprometida (o que acarreta oscilações no preço da mercadoria).

A monocultura do chuchu é uma atividade que compensa o alto investimento pelo fato de facilitar e homogeneizar o trabalho dos funcionários na lavoura, tornando-o mais produtivo em relação à horticultura variada. Já na hidroponia, a necessidade de força de trabalho é extremamente menor.

Já o entrevistado sr. Hermenegildo Hessel, descendente dos primeiros colonos do Sertão de Santo Amaro, trabalha até hoje em sua propriedade contando com o apoio dos membros da família, sem contratar funcionários. Tem quatro filhos, Miguel, Donizeti, Maria Aparecida e Claudinei. Diz o entrevistado que as exigências legais para contratar são grandes, e os trabalhadores abandonam seus postos em poucas semanas. Por isso, teve, no máximo, trabalhadores diaristas. Cultiva hortaliças variadas, num sítio facilmente avistado do centro do bairro do Embura (na Estrada de Engenheiro Marsilac). Outro entrevistado, o sr. Laudelino, que também não contrata funcionários em seu sítio

onde pratica a horticultura variada de folhosas, nos conta porque prefere trabalhar somente com membros da família:

**Pesquisador (P):** Quantas pessoas trabalham aqui com o sr.?

**Sr.Laudelino (L):** Aqui, por enquanto, tá trabalhando oito... oito pessoas.

P: São só da família, ou tem contratados também?

L: Só da família, num contrato pessoa de fora, não.

P: Por que o sr. não contrata?

L: Porque não dá. É um problema, é muita dificuldade. Cê vai contratá uma pessoa aí, é uma política danada. Cê tem que ter cadastro no sindicato, muitas coisa... (...) Mesmo eu, (...) que eu já contratei várias pessoa prá trabalhá comigo. Eu sempre paguei os direitos deles, eu sempre paguei 13<sup>o</sup>, férias... Enfim, tudo o que precisava, médico, tal... já fiz isso tudo. Depois eu parei, parei com isso, porque me alertaram prá mim, falaram: "Óia... se uma pessoa dessa aí te coloca no departamento do trabalho, você já não tem quase nada, aí perde tudo o que tem". Falei: "Então é triste, então não vai dá, vou ficá com minha família mesmo". Com minha família não tem esse problema, porque o que eu tô fazendo é pra eles, não é pra mim, não é verdade? Agora trabalhá assim, com essas pessoas assim, é meio arriscado, então já não trabalho (...).

É importante notar que, dentre os membros das famílias de horticultores entrevistados, é comum encontrar indivíduos que realizam algum tipo de trabalho não-agrícola. Alguns se dedicam ao trabalho de comerciantes, principalmente atuando nas feiras livres da periferia da Zona Sul de São Paulo. Como na olericultura, principalmente, a sazonalidade do trabalho com a terra pode ter uma escala semanal, ou mesmo diária, é possível para o camponês o planejamento de uma etapa do seu trabalho dedicada exclusivamente à venda das mercadorias produzidas (tal fato é mais comum nos sistemas de cultivo de olerícolas variadas, e menos entre os produtores de folhosas). Estas famílias são aqui concebidas como agricultores, geralmente camponeses, que comercializam diretamente, com seus próprios meios, o fruto do seu trabalho. Já entre os pequenos capitalistas agricultores encontramos o sr. Kitabayashi, que trabalha tanto na produção agrícola quanto como puxador de mercadorias e revendedor na CEAGESP.

Ainda sobre o emprego da força-de-trabalho atualmente, vemos uma grande redução do tempo empreendido pelo trabalho familiar na obtenção direta dos meios de vida. Principalmente a agricultura para consumo próprio ficou bastante reduzida nas unidades de produção de olerícolas. O tempo que seria gasto nesse sentido é mais bem aproveitado produzindo mercadorias com as quais se obtém o equivalente geral de valor, ou seja, o dinheiro.

**Pesquisador:** O senhor nunca pensou em plantar alguma coisa pro consumo da sua família, ou o senhor acha que não vale a pena?

**Sr. Ilceu:** Valer, vale. Só que, hoje, vamos supor... igual, só aqui na minha família, são três pessoas: é eu, minha esposa e minha filha. Então, vamos supor, se a gente for plantar... arroz, não compensa, porque hoje o arroz é barato. O feijão... compensa você plantar muita coisa prá você vender prá fora, mas quando tem bastante feijão, o que acontece? Hoje, tá o que, seis, sete Reais o quilo de feijão, mas se você plantar bastante feijão, ele vai dar um pouco... Então, é melhor comprar ali no mercado três, quatro quilos de feijão, que dá prá um mês na minha casa, dois pacote de arroz de cinco quilos, fica mais em conta do que você plantar. Porque se você for tombar a terra, comprar semente, as mão-de-obra, e tudo, se você comprar no mercado, hoje, fica mais barato que você plantar. O nosso gasto é pouco.

Contudo, é ainda comum encontrar propriedades em que se tem um pomar do qual se obtém frutas para a alimentação da família (como no caso da família do sr. Hermenegildo Hessel, que tem várias árvores frutíferas em seu terreno); pequenas criações de animais (como no caso do sr. Ilceu, que cria aves no fundo de casa e também tem um lago com peixes); além disso, especialmente nas unidades de produção de hortaliças vaiadas, parte considerável da alimentação da família provém do trabalho na terra, apesar de sua finalidade fundamentalmente comercial:

**Pesquisador (P):** Uma outra pergunta, daquilo o que vocês produzem, tem alguma coisa que vocês plantam só pro consumo da família hoje em dia?

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** Ah, tem. Daqui, a gente consome tudo o que planta, mas, que nem, feijão, mesmo, a gente planta, milho...

**P:** Ah, vocês plantam feijão e milho só prá vocês. Tem outra coisa? (...) Mandioca?

H: Mandioca não vale a pena. Leva anos prá dar. Se você plantar alface, ela dá em trinta, quarenta dias. O tempo que leva a mandioca, quantas vezes você colhe o alface?

O depoimento do sr. Eduardo Schunck esclarece um ponto que é a criação direta dos meios de vida da família não só como necessidade, mas também como diversão e como forma de manter costumes os quais ele aprendeu na infância, como a criação de gado (ver Foto 118). Esta, já não se faz mais imprescindível, diante da oferta de adubos minerais e máquinas de tração no mercado. Todavia, este é um trabalho prazeroso para o entrevistado:

**Pesquisador (G):** E tem alguma coisa que você planta pro gasto atualmente aqui, ou não? Tudo que você planta é pra vender?

**Sr. Eduardo Schunck (E):** Feijão, pro gasto... feijão, mandioca, pro gasto, pra comê. Depois, tem os boi. Tem galinha e boi, num tenho mais nada.

G: Por exemplo... vaca pra tira leite não tem?

E: Tem...

G: E tira leite todo dia?

E: Algum dia tira, num dia não tira... não deu, o bezerro bebe tudo lá e pronto. Não tem tempo né... tempo é que é o problema.

G: Mas vamos dizer assim... precisar comprar leite... Você não precisa mais comprar leite?

E: Eu compro também... é que tem dia que eu chego tarde lá em casa, e tem um bezerrinho que tem que prendê. O filhote tem que prendê, senão ele mama tudo. Largo lá e deixo ele lá. Aí, o dia que tá sossegado, eu prendo ele, aí tiro leite, noutra dia num tiro nada... Mais porque eu gosto. Mesmo assim, tomei um tombo dum boi, ele quase que matou eu lá. O boi não é bravo, veja bem, ele é arisco. Ele foi pra lá [aponta], não encontrô a porteira aberta, ele voltou. Aí, não deu prá ele passá entre o muro e eu, ele pulou prá cima de mim... deu uma peitada, foi de lado, nem foi de cabeça...

G: E não teve atendimento nada?

E: Nada... voltei ao normal, tô bom de novo. Aí, prendi o boi...

G: E quantos boi tem lá?

E: Uns quinze...

G: Quinze?

E: É, nasceu um, tinha catorze, agora tem quinze agora. É bem pouquinho, só pra... só dizê que tem, pra mantê a origem...

G: Já chegou matar algum só pra fazê um... boi no rolete?

E: Não, eu num... eu tenho dó, mais um dia eu mato. Um dia, fui no interior e matei um lá, todo mundo com dó, eu falei, eu mato.

G: Matou o que, na marretada?

E: Marreta, taca na cabeça e sangra. Pendurei ele pra cima e sangrô, cortô o pescoço, saiu sangue e acabou.

G: Desossaram e comeram tudo?

E: Pusemo no freezer, deixemo dois dia e comemo tudo, tava bom ...

G: Onde foi isso aí que você falou?

E: Em Itapecerica, interiorzão.

G: E aí, vamos dizer, essa criação de gado que você tem é mais por diversão, você num tira um qualquer com ela também?

E: De vez em quando vende algum, tira um dinheirinho, vai crescendo... num tem como fica grande. Ficô grande, tem que por embora, vai crescendo até um certo ponto, chegou naquele ponto ele não dá mais lucro (...). Aí, tira aquele grande e põe o pequeno no lugar, né, ou põe dois, tira um grande e põe dois, outro dia vendi um (...) grandão e peguei três pequeno, então eu vou deixando.

G: Certo, aí vende uns ovo caipira lá também, ou não?

E: Vendi, às vez aparece um freguês, nós vende, é mais pra cumê, também

G: Tinha muita granja por aqui, não tem mais né?

E: Não tem mais nenhuma...

#### **Foto nº 118: criação de bovinos**



Observamos três cabeças de gado bovino em um terreno em que, no segundo plano da foto, avista-se um represamento de água para os animais. Estrada do Jusa. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

Outra entrevistada, parente do sr. Eduardo, é a d. Maria de Lourdes Schunck, uma senhora de idade avançada que trabalha diariamente em sua horta porque a atividade lhe traz prazer e disposição. Além disso, ela e as filhas realizam boa parte do trabalho doméstico do qual necessitam os membros da família que trabalham com a agricultura destinada à venda no entreposto central de São Paulo:

### Foto nº 119: Criação de ovinos



Em primeiro plano, criação de animais em uma parcela do sítio de uma família caipira. Estrada do Jusa. Autor: Giancarlo Livman Frabetti, em 07/01/2004.

**Pesquisador (G):** [A senhora] tá fazendo o que, hoje em dia?

**D. Maria de Lourdes Schunck (ML):** Minha hortinha lá na frente [aponta com a mão, prá frente].

**Filha (F):** Tá pensando que ela para em casa? É lá...

**Neta (C):** Ela tá deitada aqui hoje, porque ela tava com gripe e tá chovendo.

ML: De manhã primeiro o primeiro serviço é tira leite, né? Tiro o leite, depois venho, trato das galinha e já começo cuidar do almoço, e dali já vou lá prá horta, eu tenho minha hortinha...

G: O que a senhora tem na sua horta? A horta é só pro gasto também, ou é pra fora?

ML: Olha... eu planto pro gasto, quando sobra o feirante o Dércio... o irmão dela [aponta pra Cláudia, a neta] leva algum também, pra não perdê, né?

G: E o que a senhora tem na sua hortinha?

ML: Ah! Tenho cebolinha, tenho couve, tenho milho, tem tudo um pouco, tem de tudo um pouquinho...

C: Beterraba...

G: Tá certo, no caso a vaquinha lá, a senhora que cuida também?

ML: É, eu que tiro o leite.

Filha: Se não, ninguém toma leite...

G: Quer dizer que hoje em dia vocês não tomam leite de caixinha (...).

As três: Não... [fazem sinal de negativo com a cabeça].

G: Que teve a história do leite na televisão esses dias, que parece que tava envenenado, vocês ficaram sabendo?

As três juntas... com soda, com água...

G: E fabrica alguma coisa com o leite que tira, ou não dá o suficiente?  
ML: Hoje tá tirando pouco, uns dois litros só. Então, é mais pro gasto de casa (...).  
C: E às vezes ela faz um queijinho também...  
Filha: Quando dá...  
G: Faz um queijinho... que tipo, queijinho fresco assim?  
ML: É... compro o coalho, põe e faz.  
G: É bom o queijo da vó?  
C: É bom o queijo da vó, de domingo eu venho toma café com ela, que minha mãe não tá em casa, ela vai pra feira com meu irmão no dia de domingo, né? Venho toma café com a vó e como queijinho da vó.

#### **8.4. Os meios de produção e a relação do trabalho familiar com a indústria de insumos e maquinário agrícolas**

Historicamente, os agricultores situados nos arredores dos mercados consumidores de São Paulo incorporam máquinas entre seus instrumentos de trabalho a partir de um período de acumulação de poupança, nas unidades de produção familiares, que vai da década de 1950 até 1970, ligado aos então bons resultados da bataticultura no mercado, atividade que foi majoritariamente organizada pela Cooperativa Agrícola de Cotia. Com isso, até a década de 1940, aproximadamente, todo o trabalho que não condizia com os limites do esforço humano era realizado por tração animal – cavalos e bois puxavam o arado e a carroça, ou seja, eram utilizados no preparo da terra e no transporte de pessoas e mercadorias. Tendo alguns agricultores acumulado um certo volume de dinheiro, além do acesso então facilitado a linhas de financiamento, passou-se a investir em tratores, caminhões e sistemas de irrigação mais eficientes, visando com isso o aumento da produtividade. A mesma Cooperativa Agrícola de Cotia também forneceu o auxílio técnico que levou a maioria dos horticultores a utilizar largamente insumos artificiais nas tarefas de regular a acidez do solo, fertilizar a terra, exterminar plantas daninhas e fungos, entre outras.

Assim, quanto aos *meios de produção* empregados no processo de trabalho das unidades já estudadas, a maior parte deles não é produzida pela própria família, mas é adquirida nas casas de revenda de produtos

industrializados e, portanto, tem a forma de mercadoria: insumos, como os fertilizantes e defensivos, além dos meios de trabalho mais sofisticados, como o equipamento de irrigação, os tratores, os pulverizadores. É a intervenção do trabalho sobre a natureza, operada sob a forma com que se utilizam os meios de produção, além da natureza dos mesmos (se instrumentos simples ou máquinas; se insumos orgânicos ou artificiais) que irá resultar, neste caso, na produção da paisagem rural, fruto de uma combinação conflituosa entre o conhecimento tradicional do agricultor e o determinismo técnico da sociedade de mercado.

Evidentemente, apesar dos ganhos em termos de produtividade, esta mudança no padrão técnico, ao longo do tempo, configurou uma maior dependência do trabalho agrícola familiar em relação à sociedade de mercado, um aprofundamento da divisão do trabalho no caso da agricultura. A este movimento, alguns autores cuja orientação teórica privilegia as relações técnicas de produção em detrimento dos processos sociais chamariam de “industrialização da agricultura”, como é o caso de GRAZIANO DA SILVA (1996): o desaparecimento da agricultura baseada nos pressupostos de uma economia não-capitalista em detrimento da criação de outra forma, articulada aos “complexos agroindustriais”. Contudo, verificamos que, mesmo sabendo da relação desvantajosa entre o preço dos insumos e o das mercadorias agrícolas, muitos agricultores traça, com limitados recursos técnicos, suas estratégias para contornar períodos de crise e continuar na atividade.

Perguntado se ele considera que o custo de produção era menor no passado, o sr. Hermenegildo Hessel ele diz enfaticamente que sim: o saco de adubo, no últimos anos, veio de trinta e oito Reais, para quarenta, depois quarenta e oito. No começo do Plano Real, em 94, ele vendia a caixa de alface a quinze Reais, o saco de adubo custava oito Reais. Agora, ele vende a caixa de alface a oito Reais, e o saco de adubo está mais de quarenta Reais. Ele considera que o lucro do agricultor vem diminuindo. Em determinados meses, ele “fica no vermelho”. Para contornar esta situação, a família tem que ter um



fundo de reserva, porque se ocorre uma chuva de granizo, um temporal, por exemplo, eles podem perder toda a plantação.

O investimento em meios de produção para a realização da olericultura pode variar de algo em torno de R\$ 8.0000,00, até valores que ultrapassam a casa dos R\$ 150.000,00. A olericultura variada, por exemplo, pode não demandar mais do que um sistema básico de irrigação e um micro-tractor, tratando-se aqui somente dos equipamentos mais caros. Mas um meio de transporte de carga (no caso, um veículo utilitário automotor, ver Foto nº 120) é desejável ao produtor que quer ter maior margem na criação de estratégias de comercialização. Já no sistema hidropônico, o investimento mínimo em infraestrutura é bem mais alto, assim como no sistema uniforme de cultivo de chuchu, o qual inclui entre os meios de produção caminhões, tratores, aspersores mais sofisticados, pulverizadores, entre outros equipamentos.

**Foto nº 120: veículo de transporte de carga**



Este antigo caminhão é uma das mais importantes máquinas utilizadas na unidade de produção agrícola da família do sr. Alex Geraldo dos Santos. Além de produtor, o sr. Alex também tem um ponto de venda em uma feira livre na cidade, de modo que este veículo é imprescindível para o escoamento de sua mercadoria. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Foi possível detectar a importância dos seguintes equipamentos técnicos (ver Foto nº 121) numa unidade de produção voltada à olericultura: o trator ou micro-trator, o sistema de irrigação e o meio de transporte de carga. Quando o agricultor possui menos maquinário do que este, suas possibilidades de traçar estratégias particulares ficam muito reduzidas: limita-se a área cultivada por trabalhador; a produção fica mais fragilizada diante dos extremos climáticos, particularmente os períodos de estiagem; e passa-se a depender de compradores (“atravessadores” ou consumidores diretos) que venham até o sítio levar a produção. O trecho seguinte exemplifica essa consideração.

**Foto nº 121: galpão dos meios de produção utilizados por família de lavradores camponeses**



Imagem de um galpão no sítio de D. Maria de Lourdes Schunck, cujo filho trabalha como horticultor nessa terra. Observa-se, sob o galpão coberto com telhas de barro, o trator antigo. Vemos também um fusca, veículo extremamente útil nas acidentadas ruas de terra do bairro do Gramado. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Pesquisador (G):** Que outro tipo de equipamento o senhor utiliza prá cuidar dessa plantação?

**Sr. Ilceu (I):** É, bomba, prá poder passar o inseticida, que o inseticida que a gente usa, que é o álcool com fumo. É só isso, assim... Enxada...

G: Trator o senhor não possui?

I: Posso, eu tenho esse aí (aponta). A nossa região, aqui não pode pôr trator. Que se colocar, afunda. Porque é brejo, né? Tem aqui é muita nascente de água, então, se colocar um trator grande, ele atola, daí não sai.

G: O senhor usa só prá arar?

I: Arar, engradear, fazer horta. Ele faz tudo, esse trator, aí... Puxa água. É um semi-automático, tem muita utilidade.

G: O senhor... prá puxar água, o senhor utiliza só ele, ou tem uma bomba?

I: Não, eu tenho a bomba. Agora, se a bomba pifar, você pode ligar ele, que ele puxa água. Depois eu mostro prá você, daí você vai ver como é esse negócio da bomba.

G: O investimento do senhor no trator também é seu?

I: É meu. Hoje, um trator desse aí, prá você encontrar hoje um tratorzinho já usado, você encontra na faixa de sete, oito mil Reais. Esse é a Tobata quatorze cavalos.

É importante ainda frisar que os investimentos em maquinário não tornam a terra mais produtiva (não aumentam a produção por unidade de área); eles apenas diminuem a necessidade de trabalho vivo. Justamente por isso a satisfação das necessidades de consumo fica garantida mesmo nas unidades de produção em que o número de membros da família aptos ao trabalho agrícola é muito reduzido. Além disso, principalmente nas pequenas propriedades (até 5 ha, dentro do padrão de tamanho da olericultura), o trabalho pode ser realizado sem que seja necessária qualquer contratação de trabalhadores assalariados.

Vale a pena fazer, ainda, algumas colocações acerca dos sistemas de irrigação utilizados nas unidades de produção agrícolas voltadas à olericultura. A estratégia para se vencer o problema da pouca quantidade de água no inverno é a de abrir tanques de armazenamento de água (feitos, há décadas, por tratoristas contratados), situados nas baixadas das encostas (ver Foto nº 122). São represamentos abastecidos pela água das chuvas, à beira dos quais são instaladas bombas de sucção ligadas ao sistema de irrigação. Um inconveniente deste método é o de que, com o passar dos anos, o assoreamento e o desenvolvimento de vegetação no fundo dos tanques começa esgotar sua capacidade de armazenamento e a deixar a água turva, tornando-se necessário

limpá-los – uma prática cara e proibida em função das restrições da legislação ambiental vigente.

**Foto nº 122: mecanismo de bombeamento de água para irrigação da lavoura**



Observamos, na porção central-esquerda da foto, o motor que ativa a bomba de sucção de água, cuja fonte é o represamento observado no lado direito da foto. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

O método de irrigação mais utilizado na olericultura é a aspersão convencional (Foto nº 124): são lançados jatos de água no ar, caindo sobre o solo de maneira semelhante à chuva. O equipamento de aspersão é bem adaptado às características agronômicas dos sistemas de cultivo desenvolvidos e, também, adequado às condições econômicas dos produtores (necessita de um investimento entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00/ha, dependendo da qualidade do equipamento). A níveis aceitáveis, sua eficiência está em 70% e 80% (todavia muito variável), devida à desuniformidade com que a água é distribuída pela superfície, além das perdas por evaporação e arrastamento pelo vento (MAROUELLI & SILVA, 2001).

Geralmente, o sistema de dutos para a irrigação convencional consiste em uma linha principal fixa, acrescida por ramificações laterais móveis: trata-se do equipamento mais barato, o qual tem a desvantagem de exigir que sejam manualmente trocadas as ligações na tubulação (ver Foto nº 123). Nas grandes propriedades em que se cultivam hortaliças folhosas, é mais comum a tubulação estar toda fixa ao solo, mudando-se de lugar somente os aspersores. É importante mencionar que vários agricultores entrevistados reclamaram do constante roubo de bombas de sucção e dos encanamentos fixos (de alumínio) nesta área em questão. O depoimento seguinte nos dá uma idéia de como funciona e quanto custa o equipamento básico de irrigação:

**Foto nº 123: canos móveis condutores de água para irrigação**



Da bomba de sucção, saem os canos móveis os quais são dispostos ao longo do terreno. Aos tubos, ligam-se os aspersores móveis, compondo um sistema de irrigação básico, com materiais baratos e que pode ser montado ou desmontado conforme a necessidade de atingir a área a ser irrigada. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Pesquisador (G):** Como funciona esse sistema de irrigação do senhor?

**Sr. Ilceu (I):** A irrigação nossa tem um motor, de treze cavalos e meio, a diesel, e tenho a faixa de mil e duzentos metros de cano. Cada cano, hoje, ele mede seis metros de comprimento, cada barra de cano. E cada bico... cada aspersor a gente coloca um, que é o nosso tipo de irrigação.

G: O investimento nesse sistema de irrigação é do senhor, mesmo?

I: É.

G: E o senhor pode dizer quanto é o cálculo de gasto prá esse sistema?

I: Hoje, prá você comprar cada barra de cano no Ceasa, que é o cano Tigre, de duas polegadas, tá na faixa de quarenta e cinco Real cada barra de cano. O aspersor completo tá na faixa de quarenta, quarenta e cinco Reais cada um.

Quanto ao manejo dessa prática fundamental para o cultivo de folhosas (ver Foto 124), irriga-se a plantação praticamente todos os dias do ano, exceto em dias continuamente chuvosos (nos quais não é necessário irrigar). Quando o ar está quente e úmido, irriga-se o terreno todo uma vez ao dia; em dias mais frios, irriga-se um dia sim, outro dia não. Em dias muito quentes e secos, pode ser necessário irrigar duas vezes ao dia, durante a manhã e ao fim da tarde. Esta prática leva de quarenta minutos a uma hora, com aspersores ligados, para cada hectare irrigado. Isso demonstra que o agricultor faz um uso racional da água, o que é compatível com uma área regulamentada para servir ao abastecimento hídrico urbano.

A hidroponia é um sistema que pode contar com uma fonte de água menos farta, no caso, o “poço caipira”, com menos de 6m de profundidade. O gasto desse recurso é precisamente calculado: sabe-se exatamente quantas caixas d’água são necessárias por semana (num total de 10.000l de água por semana para uma produção de 1.000 pés de alface por dia, de acordo com um caso estudado). A água, contendo os nutrientes que serão absorvidos pela raiz da planta, corre de maneira permanente pelo sistema, sendo reaproveitada num ciclo constante.

Cabe, enfim, fazer alguns apontamentos acerca do uso de insumos na olericultura. A aplicação de fertilizantes para suprir a carência de nutrientes do solo é feita com adubos minerais (a base de NPK, principalmente) ou orgânicos (esterco, fornecido pelas granjas que funcionam nas redondezas, ou por meio da adubação verde), geralmente utilizando-se uma combinação de ambos. Também se aplica calcário, durante o preparo da terra, para corrigir o nível de acidez do solo. Os fertilizantes minerais são acrescidos ao solo antes do plantio

e, depois, pulverizados diretamente nas plantas (os chamados adubos foliares). Apesar dos elevados custos desses insumos industrializados, os produtores agrícolas desta área de estudo utilizam-nos largamente desde sua introdução pela assistência técnica da Cooperativa Agrícola de Cotia. Atualmente, contudo, registra-se, no trabalho de VICENTE *et al* (2005), que poucos agricultores na área da Guarapiranga (cerca de 30%) fazem análise de solo.

**Foto nº 124: irrigação da lavoura de hortaliças folhosas**



Observamos os aspersores em funcionamento, espalhando a água sobre a superfície cultivada. Notar, ao fundo, os eucaliptos, cuja madeira é utilizada para fazer, inclusive, o tipo de estacas que vemos em primeiro plano. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

O uso de produtos fitossanitários (herbicidas, fungicidas, inseticidas) também é constante, o que possibilita um controle efetivo sobre doenças e pragas e, com isso, ganhos mais instantâneos em produtividade, na aparência dos alimentos e na agilidade demandada pelo mercado consumidor – resultados mais difíceis de se obter a partir de um tratamento mais complexo e demorado do solo (como é o caso da agricultura orgânica).

Segundo um dado obtido com maior confiabilidade entre olericultores estabelecidos em pequenas áreas (junto ao entrevistado sr. Mário Sueo Minami), para uma área cultivada de cerca de 7,0 ha, utilizam-se mensalmente 600 kg da formulação 4-14-8 de adubo mineral a base de NPK, aplicados a cada vez que se planta a alface, especificamente. Além disso, uma medida de um caminhão de esterco de galinha por hectare cultivado por ano também é utilizada. Para cobertura aplicam-se uréia, adubo foliar e outras formulações específicas de NPK. Verifica-se, portanto, o largo uso de insumos, especialmente de fertilizantes, em sítios produtores de hortaliças de ciclo curto. Segundo o relato um outro produtor de hortaliça variadas, que tem uma área cultivada com cerca de 3,5 ha, utilizam-se os fungicidas Decis e Manzate (100 ml/1000 l de água), pulverizado junto com o adubo foliar. Aplica-se a calda cinco vezes até a colheita.

Já a utilização de insumos artificiais pelos grandes produtores olericultores pode ser ilustrada pelo caso do sr. Edson Kazuo Inoue, produtor de chuchu e pimentão. Para uma área cultivada de 23 ha, utiliza-se esterco de galinha (100 toneladas, uma vez por ano), além das composições de adubos minerais a base de NPK: 4-14-8 (15 toneladas, uma vez antes do plantio), 20-5-50 (50 toneladas, a cada 20 dias). Quanto aos fungicidas, o mesmo produtor utiliza o produto registrado sob a marca Manzate (incluída na calda em quantidades prescritas pelo técnico da casa vendedora de insumos) e oxcloreto de cobre (100 kg ao ano, divididos em cinco vezes nas quais é aplicado o produto). Temos, portanto, que a utilização de insumos é tanto mais intensiva quanto maior é a capacidade de investimento do produtor, embora seja necessária, de maneira geral, para a obtenção de resultados na lavoura, sem os quais a família não tem condições de sobreviver.

No sistema hidropônico são utilizados, na fertilização da planta, nutrientes especificamente desenvolvidos para ficarem em solução na água que corre pelo sistema ao longo de canais, diretamente para a raiz da planta. Esses nutrientes são o nitrogênio, o potássio, o ferro, o cálcio e o magnésio, numa medida de 10 kg de cada um por semana, para uma quantidade de 7.000 pés de alface,



segundo dados de campo. Nesta entrevista foi dito não ser necessária a aplicação de defensivos, mas, de acordo com outro produtor consultado, pode ser necessária a aplicação de fungicidas (usava-se o produto registrado sob a marca Decis, pulverizado uma vez por semana).

É importante aqui registrar que alguns trabalhadores entrevistados procuraram reduzir ao máximo as quantidades de insumos artificiais na produção agrícola, tanto como uma maneira de reduzir o custo de produção, quanto como uma maneira de buscar o mercado consumidor de produtos “orgânicos”. É o caso do sr. Laudelino, a seguir:

**Pesquisador (G):** Seu Laudelino me conta uma coisa, se o sr. não usa agrotóxico, o que o sr. tem que usar então, pra evitar (...) qualquer tipo de problema que dê na sua plantação?

**Sr. Laudelino (L):** A gente tem várias coisa, a gente tem várias opções. Aí, no caso do pulgão, se der pulgão numa planta (...), pega o coentro, faz uma calda de coentro e põe um média de 250ml de álcool misturado, tal. Passa na pulverizadeira e taca em cima e pronto. Acabô, já era, não é tóxico...

G: Que outros remédios o sr. conhece?

L: Eu só conheço assim, da cebolinha, do coentro, enfim, certas coisa. O próprio mato, né, da própria natureza... uns fala caldo de fumo, mas fumo já é tóxico. Fumo eu não...

G: Não mexe?

L: Não, não mexo, e outra, não aconselho ninguém passá também. Porque aquilo é tóxico, então não adianta. Mas agora, o coentro, a cebolinha, tudo isso invita quarquê tipo de inseto, quarquê tipo de inseto na agricultura.

G: (...) e pra fertilizar a terra, o sr. tem que faze o quê?

L: Óia, prá fertilizá a terra, você passa um calcário. Calcário é natural, passa um calcário e põe um esterco. Aí, joga o esterco, e demais, é o mato que ocê utiliza, que ocê aproveita o mato. Deixa o mato crescê, passa a grade no mato, aí o mato fica uns dias podrificando na terra, aí ele cria aqueles fungos tipo orgânico. Aí a gente (...) mexe bem a terra, aí aquilo gera... o que gera é os fungo da terra, né... não é o adubo ,essas coisa aí, é o fungo da terra que faz a planta criá vida.

G: E onde o sr. aprendeu tudo isso, foi com seu pai, ou sr. fez curso?

L: Nunca fiz curso de nada, sempre vendo os outros trabalhando e prestando atenção no que os outros fazia, e sei fazê muito mais coisa (...). (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Algumas práticas agrícolas normalmente empregadas nos sistemas de cultivo de olerícolas são importantes para reduzir a necessidade de utilização de insumos artificiais. A rotação de culturas é uma delas: esta técnica atenua a exaustão do solo, diminuindo-se a dependência de adubação (pois com a alternância de espécies nos canteiros, modificam-se as necessidades de absorção de nutrientes pelas plantas, de modo que há uma parcial recomposição natural da fertilidade do solo) e de aplicação de herbicidas e inseticidas (pois são interrompidos os ciclos de desenvolvimento de plantas daninhas e insetos). É também importante, para os sistemas de cultivo de hortaliças variadas, a adubação verde orgânica: enterram-se restos de culturas anteriores, de modo que se cria uma camada no solo com bactérias capazes de captar o nitrogênio do ar e transformá-lo em nutrientes absorvíveis pelas plantas. O milho, variedade agrícola mais utilizada nesta prática, não costuma entrar nas contas do montante produzido pelo agricultor. Sua cultura, portanto, não é destinada à venda no mercado nem pode ser entendida como de subsistência, e sim, como uma técnica de recuperação do solo desgastado. O montante colhido é muitas vezes consumido, vendido por um preço irrisório, ou mesmo dado para vizinhos.

Outra prática costumeira de conservação é, como se diz, deixar a terra “descansando”, ou mantê-la em pousio: planta-se em cerca de um terço da área agrícola total para cada dois terços que ficam inativos e, a cada dois anos, uma parcela passa a produzir enquanto a outra para. Normalmente, deixa-se crescer um pouco de capim na área “cansada” para recuperar a terra e, depois, se corta o mato para que ele não prolifere e cresça numa medida em que, pela legislação ambiental, não possa mais ser roçado. Porém, a utilização desta técnica, que permite a regeneração natural da fertilidade do solo, fica inviabilizada nas UPAs com relação estreita entre área total e área cultivada, pois, na olericultura variada, além da terra estar sempre ocupada com uma gama de produtos agrícolas em diferentes estágios de crescimento (safras de inverno e de verão), também uma grande parte do terreno tem que permanecer inculta ao longo do ano, diminuindo a renda familiar.

Tais práticas de conservação, que resultam de conhecimento acumulado pelo próprio camponês, e que por si próprias não são capazes de garantir a fertilidade natural do solo nem o controle de ervas daninhas, fungos e insetos, são, todavia, um fator que certamente reduz a necessidade de utilização tanto de adubação química como de produtos fitossanitários, o que também vem ao encontro dos poucos recursos financeiros característicos das famílias as quais têm nesta forma de organização do trabalho e da propriedade a base de sua sobrevivência. Vejamos o depoimento do sr. Ilceu a respeito das técnicas de conservação do solo:

**Pesquisador (G):** O senhor milho só prá venda... assim... o senhor tem alguma coisa que o senhor planta só pro consumo da sua família?

**Sr. Ilceu (I):** Não... o que... a verdura que minha família consome, é da própria verdura que eu planto prá vender. O milho que eu planto prá vender, minha família consome.

G: O senhor vende o milho também?

I: Vendo.

G: O senhor utiliza o milho também prá recuperar a terra?

I: Uso. Que ele é uma... Hoje, se você plantar o repolho... então, vamos supor, você planta o repolho esse ano, e o repolho é quatro meses prá você plantar e colher. Você não pode plantar ele de novo na mesma terra, porque dá uma doença que chama bola. Ele cria uma bola na raiz, então ali, quando dá a doença que chama bola, você tem que eliminar aquele repolho. Então, prá você limpar a terra, o que você faz? Você planta milho. Às vezes você planta o milho, nem precisa colher ele. Na hora e tiver na faixa de um metro, aí você roça ele todinho. Melhora na faixa de setenta por cento a terra.

G: Perfeito. O senhor nem chega a colher esse milho, então...

I: Não, eu colho, colho... Só não colho quando a terra tá ruim, é que aí eu corto o milho com um metro, um metro e vinte de altura.

G: Tem alguma outra técnica que o senhor utilize, parecida com essa, por exemplo, plantar feijão prá recuperar a terra...

I: Não, o feijão não recupera a terra. Que o feijão é muito pouco tempo prá colher ele. Que hoje você tem feijão aí que você colhe com sessenta dias. Eu já plantei feijão aqui, já. A primeira vez que eu plantei feijão aqui foi o ano retrasado. Eu plantei seis quilos de semente, semente muito boa, eu colhi quinhentos e sessenta quilos de feijão. Foi o ano retrasado. Eu plantei seis quilos. Depois você vai ver, é um taião desse todinho que eu vou mostrar prá você depois. De seis quilos, nós colhemos quinhentos e sessenta quilos. Hoje, se eu tivesse plantado feijão e tivesse colhido, tava uma maravilha. Que o feijão, esse ano,

deu preço. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

### 8.5. Sistemas agrícolas complementares

Quanto aos *sistemas complementares* (Fotos n<sup>os</sup> 125 a 128), estes são caracterizados por não darem origem a produtos cuja finalidade é a venda no mercado; constituem, de fato, uma atividade acessória nos sistemas de cultivo comerciais, ou mesmo uma atividade de lazer (no caso dos pomares) para o agricultor. Tomando-se a olericultura como o mais representativo sistema de cultivo desta área de estudo, podemos considerar, primeiramente, que o trabalho com a criação de animais nos sítios agrícolas desta região é esporádico, já que estes não são mais indispensáveis na obtenção do alimento, da força de tração ou na produção de adubo. Em algumas poucas propriedades, encontra-se a criação de aves, eqüinos, bovinos e caprinos para consumo doméstico (do leite, dos ovos e da carne) e para obtenção de adubo, além de casos particulares em que se pratica a suinocultura comercial ou a piscicultura para fins de lazer.

#### Foto n<sup>o</sup> 125: criação de animais como sistema complementar



Os cavalos e as ovelhas, além, evidentemente dos bovinos e suínos, não somente são uma tradição das famílias caipiras dos tempos atuais, mas também são utilizados como instrumentos de produção, seja no transporte de materiais, na tração em olarias ou, principalmente, na obtenção de esterco. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Foto nº 126, 127 e 128: silvicultura e bambuzais nas unidades de produção agrícolas**



Utilizados para diversas finalidades nas unidades de produção agrícolas, o bambu e a madeira do eucalipto compõem um importante sistema agrícola complementar. Não se pode deixar de mencionar, contudo, que muitos eucaliptais são utilizados por proprietários fundiários para não perderem o direito de uso sobre seus terrenos, enquanto aguardam sua valorização, ocasionada seja pela instalação de novas infra-estruturas, seja pelo surgimento de oportunidades de negócios que dependam da disponibilidade de terra. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Ainda enquanto sistemas de cultivo complementares, representam papel importante para o trabalho no nível da propriedade agrícola, além do milho (cultivado com fins de recuperação do solo desgastado), o eucalipto e o bambu, que servem para diversas tarefas e utilidades como a construção de cercas, propiciam vigas para as estufas, servem para fazer os mourões (estacas feitas para sustentar os pés de chuchu), para fazer lenha, para gerar uma pequena reserva de valor (no caso do eucalipto) e inclusive como alimento (no caso do bambu, que os japoneses utilizam para fazer conservas caseiras). Algumas famílias de origem japonesa cultivam temperos típicos, como o *shissô* e o *nirá*, para consumo próprio ou para vender nas feiras livres da região.

**Foto nº 128 e 129: produção de mudas de hortaliças folhosas**



Seja em estruturas bem construídas (como na fotografia da direita), seja de maneira improvisada (como na fotografia da esquerda), a produção de mudas é um importante sistema complementar para os produtores de hortaliças folhosas. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

É ainda conveniente mencionar que os produtores de hortaliças folhosas na terra podem deduzir do seu custo de produção o gasto com as mudas, caso eles mesmos tenham condições de produzi-las. Trata-se de um trabalho que exige uma técnica específica de cuidado com a planta. As sementes são depositadas sobre um substrato e, quando brotam, são selecionadas manualmente. Após esse passo, as mudas são transpostas para as estufas, nas quais recebem água de maneira controlada apropriadamente. Tratamos esse procedimento, aqui, como um sistema complementar pois os produtores escolhem dedicar tempo esta técnica para poupar gastos com as mudas já

prontas e, além disso, muitos produtores também vendem as mudas que produzem para chacareiros, caseiros, entre outros compradores.

Além desses sistemas complementares, ocupam significativo espaço nas unidades de produção de olerícolas as porções de mata tropical preservadas, em avançado estágio de regeneração, mais especialmente próximo às cabeceiras e nascentes, as quais os agricultores, em geral, fazem questão de conservar pela necessidade de garantirem o abastecimento futuro de água. A vegetação de várzea (turfeiras) encontra-se bastante conservada nos sítios agrícolas próximos às planícies aluviais mais largas (junto à desembocadura dos Rios Embu-Guaçu e Parelheiros no reservatório de Guarapiranga e, também, na depressão da Cratera de Colônia), sendo ela de fundamental importância na contenção dos processos de eutrofização na represa, uma vez que tal vegetação desempenha o papel natural de filtrar os nutrientes dissolvidos na água (TUNDISI & VANUCCI, 2004).

**Foto nº 130: parcela de mata em unidade de produção agrícola**



Muitas unidades de produção agrícolas compreendem, em suas terras, parcelas de mata, as quais preservam não só por obrigação legal, mas porque elas úteis ao agricultor na medida em que protegem as nascentes, além de, antigamente, terem sido fonte de madeira e caça. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Pesquisador:** O senhor faz idéia da porção de mata, tem bastante mata aqui, né? O tamanho da porção de mata, o senhor faz idéia?

**Sr. Kitabayashi:** Faixa de... quinze hectares de mato... e a plantação tem uns... trinta, trinta e cinco hectares. Circulando, porque já planta outras... (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Também é importante notar que, de maneira geral, nestas zonas de encostas, não costuma haver cuidado com a nivelção das áreas agrícolas em terraços para assim evitar a aceleração de processos erosivos. Por isso, nas vertentes de declividade mais acentuada onde se realiza a atividade agrícola, pode estar havendo um problema de perda de solo e de assoreamento progressivo dos cursos d'água, todavia muito difícil de se tratar em termos de grandeza sem a realização de um estudo aprofundado. Trata-se, no entanto, de uma questão importante para se pensar o papel estratégico do agricultor em área de proteção ambiental e que, novamente, demanda a atenção do poder público.

Todavia, temos depoimentos de agricultores que fazem questão falar sobre o esforço que fazem no sentido de cumprir com o que exigem as leis ambientais:

**Pesquisador (G):** Tem muita gente vendendo terra por aqui? Por exemplo, no caso, esse senhor, ele poderia ter vendido a terra mas ele preferiu deixar o senhor ficar cuidando. Porque o senhor acha que isso acontece, ao invés de vender a terra?

**Sr. Ilceu:** Prá você vender o que você tem, igual a terra, hoje, aqui, é difícil. Porque isso aqui é área de mananciais, aqui que vai a água, principalmente no fundo da minha roça, a água que passa no rio aqui, vai lá prá Guarapiranga. É uma água prá eles beber lá em São Paulo. Então, a gente se cuida na beira do rio, igual, eu, não passo veneno. Eu não uso veneno químico prá não estragar a água. E também a mata na beira do rio, eu não deixo cortar. Então, eu cuido dessa água. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

## **8.6. O cultivo de plantas ornamentais**

As primeiras mudas das plantas ornamentais hoje cultivadas na área de estudo desta pesquisa foram introduzidas, comercialmente, há cerca de dez



anos, trazidas por cooperativas como a Sul Minas ou a Mauá. A produção inclui pequenos arbustos, tuias, azaléias, cobertura de jardim, flores, entre outras. Gradativamente, o cultivo de ornamentais foi um negócio que cresceu, muito em função das demandas de paisagismo urbano em prédios e jardins de São Paulo. Atualmente, certas localidades da zona rural a sul da metrópole produzem largamente estas variedades (por exemplo, o bairro da Vargem Grande, localizado na depressão conhecida como Cratera de Colônia, e a Chácara Santo Amaro; ambas as áreas estão na bacia de drenagem da Represa Billings). FRANCISCO *et al* (2003), com base nos dados do LUPA, registram que o município de São Paulo tem a décima maior área destinada à floricultura no Estado.

Dada a grande variedade de espécies e de maneiras de se cultivar plantas ornamentais, existem distintos sistemas produzindo-as para fins de comercialização. Na área de estudo desta pesquisa, pudemos identificar dois: o *sistema de cultivo protegido*, no qual as flores são cultivadas dentro de estufas e o *sistema de cultivo de arbustos*, os quais crescem na terra, depois são transplantados em vasos.

### **Fotos n<sup>os</sup> 131 e 132: unidades de produção de espécies ornamentais**



É interessante compararmos as duas fotografias porque, à esquerda, verificamos o terreno de um caipira, sem emprego fixo, cuja principal fonte de renda é a venda de arbustos e pinheirinhos; já na fotografia da direita, vemos um grande terreno no qual se cultivam buchinhas e, ao fundo, uma antiga e bem conservada casa no estilo dos antigos proprietários de terras. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Ainda que os produtores de plantas ornamentais como tuias, “buchinhas”, pinheiros e azaléias, possam também uns se mostrar mais especializados e empreendedores do que os outros, estes estão, de modo geral, menos apoiados em recursos técnicos do que os produtores floricultores.

**Foto nº 133: cultivo de ornamentais na terra**



Nos dois quadrantes inferiores da imagem, cultivo de buchinhas. Estrada da Vargem Grande, imediações da Cratera da Colônia. Autor: Giancarlo Livman Frabetti, em 16/04/2004.

Para os sistemas de cultivo de espécies ornamentais, a escassez de terra e de água não constitui um problema grave, pois eles são adaptáveis a pequenos espaços e a necessidade de irrigação é menor do que em relação, por exemplo, à olericultura. Junto aos grandes produtores que realizam o cultivo protegido de flores<sup>5</sup>, encontraremos sistemas de irrigação sofisticados como a micro-aspersão ou mesmo o gotejamento, sendo que pequenos produtores utilizam irrigação manual. Já no caso do sistema de cultivo de arbustos (como as “tuias” ou as “buchinhas”), só se acrescenta água às mudas e joga-se um pouco de água no vaso quando a planta vai ser vendida. Por causa da baixa

---

<sup>5</sup> É o caso da Fundação Mokiti Okada, cuja sede fica no Solo Sagrado da Igreja Messiânica, às margens da Represa de Guarapiranga. Para fins de paisagismo no próprio terreno da instituição, é mantida uma imensa estufa, equipada com irrigação feita por micro-aspersores, onde se realiza o cultivo de flores adubadas unicamente com um composto orgânico fabricado por uma empresa da Fundação.

necessidade de irrigação, a atividade pode ser realizada em propriedades onde não há uma boa nascente.

Nos casos registrados, as práticas agrícolas se davam de maneira diferente conforme eram traçadas as estratégias individuais de cada produtor. Um deles plantava cobertura de jardim em pequenos sacos plásticos e, como substrato, utilizava nada mais do que terra (retirada de um barranco fora da propriedade do agricultor) misturada a um pouco de serragem. Segundo outro caso, em que se plantavam azaléias e tuias diretamente no solo, eram necessárias determinadas práticas de conservação e o uso moderado de alguns produtos fitossanitários, especificamente os fungicidas (o produto registrado sob a marca Manzate é aplicado 20 vezes por ano). Para recuperar o solo, depois de colher as azaléias, o produtor deixa o mato crescer, retirando-o esse mato regularmente, enquanto ainda está baixo, porque depois de crescido a legislação ambiental não permite mais o seu corte.

#### **Foto nº 134: cultivo de pinheiros**



Notar as armações sustentando os pinheiros, mercadoria cuja procura animou muitos proprietários de terras ou mesmo trabalhadores que obtiveram, de outra forma, o acesso a terra.  
Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Vale ainda mencionar que a comercialização de algumas variedades, por exemplo, as azaléias, as “buchinhas” (pequenos arbustos) e as tuias, é tanto

mais vantajosa quanto mais a planta for desenvolvida e permanecer na terra (as mais velhas e maiores valem progressivamente mais dinheiro). Ao contrário das hortaliças, alguns desses produtos resistem por muito tempo na terra, não precisando ser necessariamente vendidos ou jogados fora depois de certo tempo e criando-se assim uma margem diferente de estratégias possíveis para se enfrentar crises periódicas de falta de água ou mesmo de mercado.

**Foto nº 135: cultivo de tuias e pinheirinhos**



Eis a imagem de outro terreno no qual se cultivam, na terra, espécies ornamentais. Vale mencionar que, quanto maior o tamanho da planta, tanto maior o seu valor, de modo que essas espécies ornamentais podem ficar cobrindo o terreno por anos seguidos, caso não sejam vendidas imediatamente. Trata-se, também, de uma lavoura que necessita de poucos cuidados tais como irrigação e pulverização, se comparada, por exemplo, a uma lavoura de hortaliças.

Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

O depoimento do sr. Laudelino a respeito do crescimento do cultivo de ornamentais explica porque muitos agricultores continuam na horticultura, apesar do atrativo inicial:

**Sr. Laudelino:** (...) e tem vários pra cá, mudaram agora pra negócio de plantas ornamentais. Já não é mais agricultura alimentícia (...), aí já mudou tudo, mas continua. Meus amigos, tem vez que a gente para conversa, tira idéia, eles diz: “Para com isso aí, planta ornamentais, tô bem, tô bem de vida”. Mas eu num quero, sei que as coisa de comê é melhor, esse negócio de plantas ornamentais um dia... Vai enchendo muito, vai

enchendo muito e o povo vai comê o que? Vai comê pinheirinho, vai comê árvore de natal, vai come essas coisas? (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

### **8.7. As formas de comercialização da produção agrícola**

Aprofundaremos a seguir o levantamento de quais são, atualmente, as formas de comercialização da produção na área de estudo aqui abordada, um problema chave quando se trata de políticas de fomento à agricultura nesse local. Em se tratando da olericultura destinada fundamentalmente à comercialização, são três as principais maneiras de se distribuir o fruto da produção agrícola das áreas contíguas à metrópole. Cada uma delas está em concordância com as estratégias particulares das unidades de produção existentes nessa área, dando indicações sobre a maneira como as unidades produtivas se distinguem segundo o padrão técnico e a finalidade do trabalho nelas realizado.

Começaremos citando a *venda para o comércio atacadista*, feita diretamente pelo produtor (sob o regime de consignação) ou por intermédio dos chamados atravessadores. Todos os que optam por esta forma de comercialização são agricultores que diversificam muito pouco a produção: preferem plantar grandes quantidades de um só produto (principalmente o chuchu, nesta área em particular) ou de produtos semelhantes entre si (é o caso dos grandes produtores de folhosas em geral). Via de regra, os maiores e mais capitalizados agricultores da região escolhem a venda para o comércio atacadista como forma de comercialização, porém, é interessante notar que algumas famílias entrevistadas, para quem a horticultura não representa a fração principal da renda familiar, também, adotaram esta estratégia de comercialização: produzem pequenos terrenos de couve e entregam diretamente, em consignação com os *boxes* do Ceagesp. Trata-se de uma forma de despender menos tempo em uma atividade que é realizada mais como tradição (como forma de preservar a propriedade familiar) do que como fonte principal de obtenção da renda familiar.

Em se tratando dos grandes produtores da região, temos aqui, para exemplificar, o caso de um agricultor<sup>6</sup> (monocultor de chuchu em propriedade maior do que 10 ha) que vende sua produção sob mediação de atravessadores, ou seja, firmas especializadas em revender, em grandes quantidades, mercadorias agrícolas ao entreposto atacadista em São Paulo. Evidentemente, nenhum desses atravessadores tem qualquer comprometimento com o agricultor (assim como, em alguma medida, tinha a Cooperativa Agrícola de Cotia), no sentido de que sua atuação visa fundamentalmente o lucro, e não o estabelecimento de uma organização social que fortaleça os agricultores. Cobram-se taxas, frete, selos, embalagens, entre outros. Trata-se de uma estratégia de alto risco mantida, porém, em função de eventualmente proporcionar um retorno rápido em época de colheita (quando o grande montante produzido precisa ser vendido de uma só vez, a fim de não perecer) e, também, porque a força-de-trabalho fica dedicada somente à realização da monocultura, estratégia que facilita o trabalho na lavoura de extensões relativamente grandes. Neste caso, o agricultor se concentra em plantar o máximo possível e com reduzido custo de produção por unidade, enquanto a distribuição fica por conta de outro grupo de interesse, capaz de negociar diretamente com o entreposto atacadista. Porém, como os níveis de exploração deste serviço são enormes e como ao agricultor, às vezes, é preferível buscar alternativas, a venda por consignação ou por um atravessador começa a se tornar menos freqüente nesta área, adaptando-se somente àquele produtor que toca um sistema de produção bem equipado, em propriedades agrícolas relativamente extensas, com capital para investir largamente em insumos, explorando mais mão de obra contratada e produzindo um único gênero de cultivo.

O *fornecimento para grandes supermercados* representa uma tendência entre os horticultores, que é a de vender diretamente, mediante um contrato formal, toda a produção para este tipo de estabelecimento comercial. É uma

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada com o Sr. Shiguelo Katayama, em fevereiro de 2004, por Giancarlo Livman Frabetti.

forma de comercialização complicada, pois exige alto nível técnico e produtividade regular: os supermercados não compram de vários produtores pequenos territorialmente espalhados, mas, sim, confiam todo o abastecimento a um número muito reduzido de produtores que precisam correr contra o relógio para não deixar faltar o produto. Por isso, essa forma de comercialização combina muito com o cultivo hidropônico (mais regular, menos sujeito a perdas e pode ser realizado em terrenos muito pequenos).

Devido à agilidade que a entrega aos supermercados demanda, esta forma de comercialização é muitas vezes complicada de ser realizada, estando sujeita a imposições contratuais, como, por exemplo, uma em particular que obriga o produtor a entregar periodicamente remessas de seus produtos a preços muito reduzidos, sustentando, assim, as promoções oferecidas nesses estabelecimentos comerciais. Condição, esta, impossível de ser satisfeita por um agricultor que trabalha com uma produtividade irregular e com uma margem de lucratividade muito estreita, como é o caso dos produtores de folhosas que plantam diretamente na terra, pois eles perdem muita produção em tempos de chuva ou de frio intensos e, com isso, correm o risco de não atenderem às exigências dos supermercados e perderem o contrato, além de terem que arcar particularmente com todo o prejuízo.

A *venda para o varejo local* constitui uma nova forma de comercialização entre os horticultores de São Paulo. A característica desta forma de comercialização é a de que os produtores vendem a colheita para pequenos comerciantes varejistas situados na periferia urbana próxima (donos de quitandas, sacolões, feirantes) ou, ainda, para outros agricultores que, além de plantar, também fazem feira. São olericultores que, na sua maioria, diversificam ao máximo a produção agrícola, já que a demanda desses mercados próximos exige o fornecimento de uma grande variedade de produtos em pouca quantidade, se comparado ao entreposto atacadista. É a estratégia de comercialização escolhida majoritariamente por aqueles que podemos compreender como propriamente camponeses, e não como pequenos capitalistas.

As condições para que essa estratégia pudesse ser realizada surgiram após a crise na agricultura característica do chamado Cinturão Verde de São Paulo (SEABRA, 1971; PETRONE, 1964), uma crise administrativa e financeira dos grandes conglomerados cooperativistas gestada ao longo do último quartel do século XX e que veio a culminar com a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia. Dois fatores totalmente novos redefiniram o perfil da agricultura praticada nas imediações da metrópole. O primeiro é a decadência do antigo sistema de produção de hortaliças, cuja base consistia no cultivo de produtos largamente consumidos nos centros urbanos (batata e tomate principalmente), que posteriormente passaram a ser cultivados em unidades agrícolas mais distantes da metrópole (onde o preço da terra é mais baixo), mantidas por agricultores melhor assistidos por formas de crédito rural (o que lhes permitia comprar insumos cada vez mais caros e necessários a essas culturas) e, finalmente, afastadas dos diversos problemas trazidos pelo espraiamento urbano (roubo de equipamentos, violência, contaminação de cursos d'água). O segundo fator foi o intenso crescimento populacional em bairros como a Vila São José e a Cidade Dutra e o surgimento de outros mais recentes, a partir do loteamento de grandes terrenos. Nestes loteamentos da periferia, foram abertas dezenas de pequenos estabelecimentos comerciais destinados a suprir basicamente o mercado local, o que abriu esta nova possibilidade de comercialização para o produtor rural: a entrega regular de gêneros agrícolas variados nos pequenos mercados da zona urbana próxima.

**Fotos nºs 136 e 137: estabelecimentos comerciais locais**





Destacamos aqui estas duas mercearias porque encontramos, durante nosso trabalho de campo, comerciantes ambulantes de hortaliças utilizando-as como ponto de venda.  
Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008: Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Assim, o conflito entre a agricultura realizada com base no trabalho familiar e o avanço de outras formas que supostamente esmagam o pequeno produtor ainda está para ser resolvido, mas em outra instância: há também uma guerra, cujos lados encontram-se em absoluto desequilíbrio, entre os pequenos mercados de bairro e os grandes supermercados que invadem a região. Uma guerra baseada nas facilidades oferecidas por cada tipo de estabelecimento e nos preços que cada um consegue oferecer. A centralização desse setor do comércio nas mãos dos grandes supermercados torna urgente pensar políticas que ofereçam alternativas ao pequeno produtor, já que este também detém terra da qual depende, em parte, o próprio funcionamento do aglomerado urbano.

O sr. Hiroshi, agricultor que cultiva hortaliças folhosas na terra contratando funcionários permanentemente, costuma comercializar sua produção no Ceasa. Ele mesmo entrega a mercadoria no box atacadista, onde será revendida para grandes compradores da Região Metropolitana de São Paulo:

**Pesquisador (G):** E prá mandar sua produção pro Ceasa você tem... é algum atravessador que manda sua produção pro senhor, ou é o senhor mesmo?

**Sr. Hiroshi (H):** Sou eu mesmo que levo. Com atravessador já sai mais caro, né? Porque o frete é caro. Geralmente, prá você mandar uma mercadoria pro Ceasa, sai caro, né? Tem frete, tem caixa...Aí, [no Ceasa], você não vai saber o quanto ele vendeu.

Às vezes ele pode ter vendido por tal preço, e você às vezes não sabe se ele vendeu por aquele preço e... eles pagam o que eles quer, né? Eles pagam o valor que eles quer.

G: O senhor não tira o dinheiro no mesmo dia, então?

H: Não. Espera, o quê, uma semana, quinze, até mais, né? Depende do setor que você mandar, né? Tem setor lá que os caras têm dia certo, né? Às vezes você recebe em uma semana, quinze, até mais, né? (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O sr. Tabayashi como já visto, trabalha tanto na produção agrícola (na qual destacou-se como produtor de grande expressão, contratando vários funcionários), quanto como comerciante no Ceasa. Ele nos conta, do seu ponto de vista, a respeito de como deve ser o ritmo da produção entre os agricultores que pretendem vender suas mercadorias por meio do Ceagesp:

**Pesquisador (G):** Prá a gente mais ou menos encerrar aqui, eu gostaria que o senhor contasse um pouco... assim, eu, conversando com outros agricultores, muita gente falou que não compensa vender pro Ceagesp hoje em dia. (...) O que faz valer a pena vender pro Ceagesp hoje em dia, e porque que alguns acham que não vale mais a pena?

**Sr. Kitabayashi (K):** Isso daí é por motivo que... Alguns que não acham que vale a pena vender pro Ceagesp... (...), mas mesmo assim, (...) quando sobra vai pro Ceagesp. O que acaba derrubando ainda mais o preço no Ceagesp e não valoriza o supermercado que eles entrega. O que acontece... falar assim, [parece que estou] falando mal dos... (...) Mas acontece que quando é caro, o Ceagesp sobe. No que vende direto no mercado, entrega caro, ou seja, no feirante, vendedor de chácara. Tá certo, muitas vezes, vende na média oito Reais, é um preço bom. Acha né? Só que ele leva a quantidade que ele [o supermercado, o sacolão] quer, só. Ou seja, no supermercado ele pega aquela quantidade que... quando é barato, ele pega menos, até prá, prá sobrar mais. Então, esse tipo de serviço, eu não gosto. Eu gosto, se eu produzo mercadoria e mercadoria tá bom, gosto do Ceagesp. Mercadoria, quando é meio fraca, aí o mercado reclama. Agora, no Ceagesp, mercadoria, se tá bom, vem com preço bom, se mercadoria tiver fraco, a gente já vende mais barato, prá não perder nada. Só que no supermercado já não dá. Tem muitas pessoas que planta mercadoria aqui, quando o preço tá bom, eles vai pro mercado, pro supermercado, eles entrega. Quando fica barato, vem bastante prá gente. Essas coisas, que têm acontecido. Só que, essa pessoa [um conhecido do Embu-Guaçu] que planta hidroponia prá gente, ela já marcou: tanto é seu. Mais ou menos assim,

quanto eu não sei. Só que eles trabalha dois filho, o pai e a mãe, tem coisa bastante. E eles mesmo entrega no mercado. Mais da metade vem prá mim. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O sr. Ilceu nos dá um depoimento mostrando o outro lado desta questão, ou seja, como o agricultor vê os monopólios da comercialização de mercadorias agrícolas. O entrevistado demonstra claramente o sentimento de injustiça diante do fato de que os taxas cobradas para comercializar os produtos no Ceasa podem inclusive deixar o produtor no prejuízo:

**Pesquisador (G):** Eh... o motivo... o senhor já comercializou com Ceasa alguma vez?

**Sr. Ilceu (I):** Já, eu tenho várias notas do Ceasa aqui na minha casa... Eu comerciava nabo antigamente com o Ceasa. Eu mandava quarenta caixas de nabo por dia. Só que... a gente vendia naquela época o nabo, há uns seis meses atrás, vendia a um Real e cinquenta, um real e vinte o maço com seis nabos. Só que o desconto era tão demais, que cada caixa, que você vendia, por exemplo por sete Reais, sobrava um Real e vinte por cada caixa. E o nabo, é uma coisa muito caro... Hoje, prá você ter uma idéia, quanto que custa cem gramas de semente de nabo, custa setenta pau, então, setecentos pau o quilo. Que a semente não é barato. Semente é caro. Prá você ver uma experiência, cê vê, hoje, cem grama... cem grama de brócoli, custa cento e oitenta pau. Então, são mil e oitocentos contos o quilo.

**G:** E, no caso do Ceasa, você já chegou a ter prejuízo comercializando com o Ceasa, já?

**I:** Já. Eu tenho uma nota aí que eu mandei uma vez trinta e duas caixas de repolho com dezoito cabeça. Cada caixa, eles me cobrava quatro e oitenta do transporte. Entre as caixa, e o transporte, carreto e outras despesas. No final das contas, de tinta e duas caixas, eu fiquei devendo cada caixa um pro Ceasa. Sabe por que? Porque eles me pagaram a três e cinquenta cada caixa de repolho. Em vez de eu receber deles, eu que tive que pagar prá eles.

**G:** E como é que resolve essa situação?

**I:** Parou. Não tem nada o que resolver.

**G:** O senhor teve que pagar...

**I:** Tive que pagar. E faltou dinheiro da caixa.

**G:** E como é que o senhor se sente numa situação igual a essa?

**I:** Nossa, na época, vou te falar prá você, eu fiquei ofendido. Deu vontade de parar de plantar, nessa época, deu vontade. E eu tenho como comprovar, porque eu tenho as notas todas do Ceasa aí. Então, Ceasa, hoje, prá nós, agricultor, não é vantagem. Cê vê que a gente vende uma caixa de alface, hoje,

americana aqui por oito reais. No máximo nove, quando tá bom de preço. Lá no Ceasa, custa vinte Reais uma caixa de alface, prá você ter uma idéia. Então, quantos por cento a mais? Cento e vinte por cento, a mais. Uma caixa de coentro, o que, a gente vende a vinte Reais. Cê pode ir lá no Ceasa que hoje, hoje deve estar na faixa de setenta pau a caixa. Já teve até cento e vinte, no fim do ano tava cento e vinte Reais a caixa, vem cinco maço industrial. Aqui, a gente vende a cinco Reais. Então, dá o que, são cinco maço industrial, dá vinte e cinco pau. Então, hoje, o agricultor, ele planta, se ele depende daquilo lá, mas prá... quem ganha, mesmo, é o atravessador. O Ceasa, hoje, é o que acaba com o agricultor. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Apenas alguns grandes produtores da região têm contrato com grandes supermercados, já estes estão localizados em bairros mais distantes e de renda mais elevada na Zona Sul de São Paulo. A maioria dos produtores que fornece para supermercados atende os estabelecimentos dos Distritos de Parelheiros, Marsilac (em São Paulo), no Embu-Guaçu e, menos freqüentemente, em Embu e Itapeverica da Serra. É limitada a quantidade de produtos recolhidos pelos supermercados, por isso, de maneira geral, são poucos os entrevistados que disseram comercializar dessa maneira. O sr. Laudelino nos conta como funciona este sistema:

**Pesquisador (G):** Seu Laudelino, o sr. tá comercializando atualmente, com qual canal de comercialização?

**Sr. Laudelino (L):** Eu tô comerciando... eu mesmo que comercializo ela, eu mesmo já vendo diretamente, praticamente pro consumidor. Levo pro supermercado, sacolão, já ponho na prateleira lá, dali já sai direto prá...

G: O supermercado que o sr. vai qual é?

L: Pro supermercado Brasileiro, em Parelheiros... às vez um pouco pro Ayumi... levo pra sacolão lá no São José, vários sacolão que tem lá no São José, aqui no sacolão de Parelheiros, enfim eu entrego...

G: No supermercado tem que ter algum tipo de contrato pra fornecer pra eles?

L: Não, contrato não precisa... (...) só basta ter a nota produtora, só isso. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O sr. Ilceu nos também conta um pouco sobre essa forma de comercialização, mostrando que a demanda dos supermercados de bairros da periferia não têm grande demanda de hortaliças:

**Pesquisador:** E os mercados da cidade?

**Sr. Ilceu:** O mercado, igual o Ayumi, o Brasileiro, eles compram. Mas eles compram assim, é só final de semana. Então, você entrega na sexta, eles trabalham sexta, sábado e domingo com aquela mercadoria. Então, não é muita coisa. Eles compram na faixa de cem Reais, cento e cinqüenta por final de semana. O que é muito pouco. (...) E preço, hoje a gente uma caixa de alface americana com trinta e dois pés, a gente vende a onze Reais. A caixa de alface crespa, com trinta e dois pés, a gente vende a sete e cinqüenta. O maço industrial de coentro, com cebola ou salsa, custa cinco Reais o maço industrial, que é um maço na faixa de um quilo e oitocentos a dois quilos. E a gente trabalha com couve, com catalonha, abobrinha de quarenta e cinco dias, milho verde, o saco de milho hoje vem sessenta espigas de milho verde, a gente vendemos aqui a dez Reais o saco. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Quanto à comercialização por meio dos feirantes e dos sacolões na periferia da Zona Sul de São Paulo, esta vem sendo uma das formas principais, especialmente para os produtores que detém menor nível técnico e/ou trabalham com menor escala de produção. A vantagem para o pequeno produtor comercializar dessa maneira, como nos conta o sr. Ilceu, é a seguinte:

**Pesquisador:** (...) os feirantes, o senhor considera que é uma boa opção prá quem tá na agricultura, comercializar na feira?

**Sr Ilceu:** O feirante é. O feirante é uma opção boa. Eles trabalha... eles trabalha sua mercadoria... então, a gente tem mais contato com eles, sabe por que? Porque eles vendem mais em conta, então você tem como que vender. E você não paga frete nenhum prá eles. E pro Ceasa, você tem que pagar frete. Então, hoje, o feirante é a melhor opção. (Fonte: entrevista realizada por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Cabe acrescentar que formas alternativas de comercialização vêm sendo buscadas, de modo que este ponto é recorrente no debate acerca de como fomentar a produção agrícola entre essas famílias. O sr. Ilceu nos dá um exemplo peculiar, tendo encontrado uma estratégia para vender sua produção.

Ele mantém um contrato com um sindicato na baixada litorânea (o Sindicato dos Hoteleiros do Estado de São Paulo), e esta organização compra a maior parte da produção do sítio do sr. Ilceu para servir em sua rede de restaurantes. O entrevistado obteve este canal de comercialização por meio de conhecimento pessoal, já que um amigo seu (presente ao final da entrevista) trabalha neste sindicato e trouxe a oportunidade para o sr. Ilceu.

## **Capítulo 9: A Reprodução de temporalidades e modos de vida diversos no contexto da crise do trabalho e do espraiamento urbano de São Paulo**

### **9.1. Reprodução da apropriação territorial com a finalidade de obtenção dos meios de vida num contexto de crise do capitalismo e da urbanização**

Embora inserido nas relações de mercado, o que faz de sua atividade uma relação de trabalho (embora ela não apareça como tal), as *relações sociais imediatas* do camponês são dadas com a família extensa, por meio de relações de parentesco ou de vizinhança. O dinheiro atravessa essas interações muitas vezes de modo desagregador, como anomalia, sendo visto de modo místico e milenar (razão pela qual o campesinato expressa de modo mais completo a crítica do capitalismo e da modernidade). Portanto, a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, e não do indivíduo, já que a pessoa é a extensão da família, da comunidade, dos laços comunitários. Isso, ao contrário do operário, que é um membro de sua classe devido à sua função na produção, e não pelo nascimento ou por pertencimento. Por isso, o trabalho no mutirão nos antigos bairros rurais era normalmente associado às festividades: “o trabalho aí é substancialmente diverso do trabalho fabril e operário que o capital reduziu a mera quantidade material” (MARTINS, 2003: 76).

O vínculo do camponês com a sociedade é um vínculo pessoal (e não contratual); a pessoa inteira se põe nele, e não apenas aquilo o que diz respeito ao trabalho. “Seu vínculo com o mundo é esse, residual, que é também seu limite de compreensão desse mundo e de ação sobre esse mundo” (MARTINS, 2003: 79); o camponês está, dessa maneira, voltado “para dentro”. Mas, ao contrário da teoria de Tepicht, não se pensa esta relação como uma dualidade: o campesinato não está fora da sociedade capitalista; ao contrário, integra-se a esta por meio de relações conflituosas. Quando deslocado para o mundo das

relações contratuais, o camponês tende a confundi-las com relações paternalistas. Não obstante, ao pensarmos tanto no processo de trabalho quanto no potencial político do campesinato, constata-se que:

(...) [suas] atividades e lutas sociais tendem a ser lutas verdadeiramente comunitárias, motivadas pelo sentimento do dever em relação ao outro, pelo elementar motivo que o camponês é membro do corpo coletivo do 'nós', de quem o outro faz parte. São relações sociais de reciprocidade, motivadas por uma orientação social básica que tem o outro como referência (MARTINS, 2003: 80).

O mundo e a identidade camponeses, de acordo com MARTINS (2003), não são fundamentalmente constituídos por antagonismos internos à sua situação social; sua reprodução social não é significativamente atravessada pela presença imediata de outra classe social que o explora (exceto, em alguns casos, o proprietário de terras). Mesmo submetido a mecanismos pelos quais ele é explorado pelo capital, esta é uma exploração que só se torna evidente na consumação da venda dos produtos de seu trabalho e na contrapartida daquilo cuja compra essa venda possibilita. Quando a exploração se torna evidente (ou seja, quando ele se defronta com o capital não apenas por causa de conflitos de interesse em torno de preços) e o campesinato ganha visibilidade enquanto classe social, as lutas camponesas tornam-se negadoras de todas as características constitutivas da sociedade capitalista. Evidenciam os aspectos mais desumanos do processo do capital que tenta separar o camponês dos meios de produção, convertê-lo em força de trabalho para o capital (a chamada *acumulação primitiva*). São, contudo, lutas pré-políticas.

(...) as lutas camponesas geralmente não são lutas pela transformação social. São lutas contra o perecimento, são lutas pela preservação da condição camponesa, são lutas contra a conversão da terra em instrumento direto ou indireto do capital. (...) O tempo que elas [as rupturas] encerram é o *tempo do pretérito, o tempo da resistência às transformações, de crítica externa ao capital* (MARTINS, 2003: 84).



Isso ao contrário do tempo dos operários, que é o “tempo do possível, o tempo da superação da exploração do trabalho pelo capital, o tempo da crítica interna do capital e do capitalismo” (MARTINS, 2003: 84). A consciência camponesa não é permanentemente mediada pelo conflito de classes. No mundo camponês, o conflito se instaura quando há disputa pela posse da terra ou disputa em torno da renda da terra (a qual, como vimos, pode se dar diretamente com o proprietário formal, ou com o sistema financeiro que torna o camponês proprietário apenas um proprietário nominal). A dedução dos ganhos do camponês, por meio do pagamento de renda, aparece como tributo cujo direito decorre de um monopólio de classe sobre um pedaço do planeta; não é uma troca baseada na ilusória equivalência entre salário e horas trabalhadas. Se o operário recebe para trabalhar, o camponês, por sua vez, paga para trabalhar.

O agricultor familiar, que, ainda que modernizado, é o nosso característico camponês, é dono dos meios de produção, é um produtor autônomo. (...) A exploração do seu trabalho aparece ocultada na extração da renda fundiária, aparece sob a forma de pagamento da renda da terra (MARTINS, 2003: 91).

Ainda segundo as afirmações de MARTINS (2003), a renda da terra, no Brasil, enquanto mecanismo que age no sentido de impedir a reprodução camponesa em detrimento da reprodução do capital, é mais uma irracionalidade social e política do que uma irracionalidade econômica, ainda mais quando se fecham as possibilidades de emprego na cidade. Assim, a conflitividade para o camponês não vem da exploração do trabalho, mas da *expropriação territorial*. É um conflito escamoteado, porque não se dá contra o capitalista, mas contra o capital personificado no proprietário fundiário (ou, superficialmente, na disparidade entre custo de produção e preço da mercadoria agrícola). Uma disputa de que fazem parte tanto os camponeses que não têm a terra e querem tê-la, quanto dos que têm e não querem abrir mão dela. É uma conflitividade conjuntural, não estrutural. Daí a consciência do camponês ser pré-política: ela não se abre para uma perspectiva futura, pois para ele o futuro é o final; sua

consciência se abre para o passado, em busca de tempos idealizados de fartura e de alegria.

Ao pretender afirmar os valores e o modo de vida consagrados na concepção conservadora que lhe é própria e, ao mesmo tempo, fazê-lo em oposição ao capital e à expansão capitalista, o campesinato torna-se inevitavelmente protagonista de uma utopia anticapitalista (MARTINS, 2003: 102).

Como classe dispersa e fragmentária, o campesinato é, teoricamente, uma classe conservadora. O capital ameaça a visão de mundo ordenada e integral própria do camponês. Ele vê seu mundo ameaçado de destruição, por isso suas lutas têm mais a dimensão de resistência à expansão capitalista naquilo o que ela tem de destrutivo (MARTINS, 2003). Assim, se o camponês enquanto sujeito histórico tem seu papel vinculado à condição de classe trabalhadora, ele também não se confunde em hipótese alguma com o trabalhador assalariado: comparando-se as classes em questão, mostram-se absolutamente diferentes tanto a forma de inserção de cada uma no processo produtivo, quanto as representações a partir das quais esses sujeitos enxergam o mundo.

Trazendo essa discussão para a problemática de nossa pesquisa, temos que, em um contexto de intensa fragmentação da estrutura fundiária (o espraiamento urbano), os diversos modos de vida não urbanos representam contingente significativo de sujeitos que se apropriam da terra para garantir, direta ou indiretamente, sua própria sobrevivência. Para esclarecer esta polêmica, ou seja, para aprofundarmos a idéia de subordinação e integração do trabalho familiar, bem como desvendarmos se há ou não um conflito político envolvendo a apropriação camponesa da terra nesta área de estudo, traçamos, no segmento anterior dessa dissertação, uma análise do impacto das relações de mercado e do espraiamento urbano na economia de base familiar. Finalmente, buscaremos, a seguir, demonstrar os mecanismos contraditórios pelos quais a propriedade familiar vem sendo reproduzida como tal no entorno paulistano, ou seja, como, diante da emergência da crise do trabalho, do

crescimento urbano de padrão periférico, sujeitos sociais com fortes dos modos de vida tradicionais continuam empregando trabalho e terra com o objetivo de obter seus meios de sobrevivência.

## **9.2. Mobilidade social camponesa recriando novas unidades de produção familiares e a luta pela conservação do patrimônio territorial camponês**

Para começarmos a compreender este processo (de recriação camponesa, e não de agricultura familiar), não se pode deixar de abordar a idéia de *mobilidade social* entre os estratos socioeconômicos desses trabalhadores do campo, aprofundando e dando outro sentido ao debate sobre a *diferenciação*. Tal mobilidade, acelerada pela extraordinariamente intensa penetração dos mecanismos de mercado nesta área de estudo, constitui exemplo notável de como o campesinato pode ser recriado no interior do próprio processo de reprodução ampliada do capital:

Decadências familiares não significam (...) declínio e extinção do mundo camponês, não significam necessariamente uma tendência histórica. São apenas expressões de uma oscilação cíclica própria desse mundo, embora nessa oscilação, em ritmo mais lento, possa estar contida uma tendência histórica (MARTINS, 2003: 70).

Esta citação mostra a incorporação que J. S. Martins faz da obra de SHANIN (1983), na qual propõe-se que, por trás da tendência histórica de diferenciação, ocorre uma complexa dinâmica de movimentos de ascensão e decadência das economias familiares; movimentos, estes, que são inerentes à reprodução camponesa, e explicam a extraordinária capacidade dessa forma social recriar-se nos mais diversos contextos históricos. Apoiado sobre os dados estatísticos a respeito do comportamento dos estratos econômicos do campesinato russo, SHANIN (1983) demonstra, na Parte II de sua obra *A Classe*

*Incômoda*, este modelo complexo de mobilidade social, ao que se denomina *mobilidade cíclica* do campesinato.

Para explicar tanto a persistência quanto a coesão política do campesinato russo no primeiro quartel do século XX, SHANIN (1983) propõe introduzir novos fatores na análise, ao invés de evocar a intervenção de fatores retardatários no processo esperado de bipolarização (como se fazia no debate sobre a diferenciação) ou mesmo negar a existência do problema (posição de profissionais do *establishment* soviético após o desastre da coletivização). Para SHANIN (1983), uma vez que o campesinato empiricamente não havia desaparecido com o fim da servidão na Rússia, com o aprofundamento das relações capitalistas no campo, nem com a Nova Política Econômica de Lênin, dever-se-ia estudar os processos que (mesmo contraditoriamente) reforçam a estabilidade do sistema social camponês (a *mobilidade socioeconômica* peculiar e característica da sociedade camponesa), tratando em profundidade desde as mudanças globais na sociedade camponesa (*polarização* ou *nivelação* dos estratos socioeconômicos do campesinato) até a *natureza multidirecional e cíclica* da mobilidade social das unidades domésticas camponesas individuais.

Isso significa que, no estudo de SHANIN (1983), combinando-se os movimentos que levam uns camponeses a desaparecer e outros a tornarem-se capitalistas (a chamada polarização) com outros movimentos niveladores que levam ao surgimento de novas unidades de produção domésticas (por exemplo, a divisão de uma grande propriedade familiar em lotes menores dados de herança), além de considerar até mesmo os ciclos da natureza (os quais podem impor restrições ou favorecer a produção agrícola), a mobilidade social camponesa, ao final, resulta como uma demonstração da extraordinária capacidade de recriação desta forma de economia e de sociabilidade: mesmo com ciclos de decadência, temos, de maneira geral, a permanência do campesinato. Ou seja, a mobilidade social no interior dos estratos econômicos do campesinato é muito mais complexa do que se imaginava: certos mecanismos sociais de aparente dissolução são compensados por outros movimentos de nivelação, gerando um comportamento oscilatório da mobilidade

social camponesa que vem a ser, na verdade, um componente da estabilidade do campesinato ao longo do tempo.

Na obra de SHANIN (1973), constam elementos que nos ajudam a compreender a implicação política do campesinato: em sua definição analítica, este grupo social se manifesta nos pequenos agricultores, contando com a ajuda de equipamentos simples e com o trabalho de suas famílias, produzindo principalmente para satisfazer suas necessidades (ou seja, não visando diretamente a acumulação) e *para cumprir obrigações para com os detentores do poder político e econômico*. É este último aspecto o que nos permite compreender os antagonismos a partir dos quais verifica-se, em conjunturas históricas, a ação coordenada dos camponeses contra estruturas sociais.

### **9.3. A “individualização” das unidades de produção agrícolas domésticas e sua reprodução diante da crise do trabalho**

Exporemos, a seguir, que a apropriação de terras nesse contexto de restrição do uso e ocupação do solo, somado à crise do trabalho, constitui uma situação que pode ser analisada com esse instrumental calcado na a idéia de forças centrípetas na mobilidade social camponesa.

Iniciemos analisando o caso do proprietário privado de uma grande extensão (mais de 30 hectares) de terras agrícolas para os padrões da região, a partir do qual buscamos compreender a condição relativamente abastada e de pequeno empresário atingida pelo sr. Kitabayashi, bem como suas projeções pessoais para seu próprio futuro e o de sua família. Alguns agricultores os quais, como ele, possuem o caráter de pequenos capitalistas, vêm demonstrando que a capacidade técnica e os meios privilegiados de comercialização são fatores importantes a determinar o enriquecimento de alguns produtores olericultores. Atualmente, sua família se mantém unicamente com o trabalho agrícola e comercial realizado pelo patriarca, com a ajuda dos filhos e contando com o trabalho de um grande contingente de trabalhadores assalariados (muitos deles, temporários). É importante verificar que, assim como vários outros agricultores

descendentes de japoneses, o sr. Tabayashi considera que a agricultura é uma chance de trabalho para aqueles que tiveram pouco estudo:

**Pesquisador (P):** Uma pergunta pessoal, agora: o senhor se sente realizado, o senhor se sente feliz fazendo o que o senhor faz? O senhor tá contente com a vida?

**Sr. Kitabayashi (K):** Eu, bom, no caso, que eu não tenho estudo, eu sou mesmo muito feliz, porque eu consegui realizar o meu sonho. Agora, não sei até quando vou conseguir levar. Única coisa minha é que falta pouco prá aposentar.

P: O senhor pensa em parar depois que aposentar?

K: Não, eu não penso, não. Aposentadoria não dá prá sobreviver. É que vai ter os neto... Aí eu não posso parar, não. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 138: vista parcial da unidade de produção do sr. Kitabayashi**



Na imagem acima podemos observar, em primeiro plano, os grandes represamentos de água utilizados para a irrigação da lavoura. Ao fundo, casas antigas onde moram funcionários e, ao fundo, a terra de trabalho em que se alternam o cultivo e o pousio. Trata-se de uma propriedade relativamente grande para os padrões da região; os dois filhos homens do sr. Kitabayashi devem herdar, no futuro, a propriedade tornada ancestral. Localizada nas imediações do bairro do Cipó, município de Embu-Guaçu. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2009. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

Seus filhos homens, ainda jovens, trabalham com o pai, dirigindo o caminhão, recolhendo mercadorias. Apesar de terem tido a oportunidade de estudar, devem permanecer por mais algum tempo no trabalho agrícola, além de

serem herdeiros das terras do pai. Assim, a herança, neste caso (em que o pai considerou, ao contrário da tradição do mundo rural japonês, a possibilidade de repartir terras entre os dois filhos homens), pode iniciar a divisão da propriedade da terra, formando-se duas novas unidades de produção, caso os filhos decidam fazer, no futuro, uso produtivo desse patrimônio territorial herdado:

**Pesquisador (P):** Uma pergunta sobre o futuro. Algum dos seus filhos o senhor tá preparando prá ele seguir a mesma profissão que o senhor? Quer dizer, qual é o plano que o senhor tem pros seus filhos pro futuro?

**Sr. Kitabayashi (K):** Futuro, prá mim, o desejo meu é estudar, formar, né? A primeira formou na faculdade. Mas logo casou, né? Não chegou a trabalhar comigo. Ela tá vendendo produto Natura. Teve segundo lugar de vendas na região, lá. Então... agora, essa já não me... tem nada, porque não faz parte, faz parte da família de lá, né? Meu filho foi pro colegial, depois ficou no Ceagesp, trabalhando. O outro também formou... faculdade, mas ficou no Ceagesp, hoje ele é caminhoneiro, pega mercadoria.

P: Ele mora aqui com o senhor.

K: Mora.

P: E os seus filhos estudaram o que?

K: O mais velho, computação.

P: O senhor tem desejo de que eles continuem trabalhando na terra, assim como o senhor?

K: Bom, prá mim, gostaria, mas só que na terra, eles morre de fome, se continuar. (...) A não ser os neto, né? Mas na terra fica muito difícil.

P: E o que o senhor pensa em fazer aqui com sua propriedade, quer dizer, esta terra o senhor montou sua vida nela, onde o senhor teve seus filhos, né, onde o senhor trabalhou muito. O que o senhor pensa em fazer com esse patrimônio que o senhor tem aqui, no futuro?

K: Bom, no futuro pode ser que mude as coisa, aí. Também os neto que acompanha eu de tarde. Normalmente os neto que acompanha... Quando é pai e filho não tem muito tempo prá ficar junto, né, aí não olha se tá estudando. Com os neto, já tem mais tempo. Pode ser que tem alguns delas ou deles que vai ficar aqui. Eu estou com três neto... uma neta e um neto. E vai vim agora esse ano, é homem. Pode ser, né? E outro vai casar esse ano, também, talvez. Tá construindo, levantando o barraco aí, aí vai morar aqui, né? Pode ser que eles continuem.

P: O senhor já teve vontade de morar no Japão, ou algum de seus filhos já teve vontade de morar no Japão?

K: Nosso, não tem nenhum. Nosso tá muito bem... Enquanto o pai tá vivo, prá eles tá bem. Só se o pai... aí, pode ser que se atrapaia na vida... se não dá prá continuar. Na terra, mesmo, eu

e minha mulher tá aqui. Tem os funcinário, aí, tem os maquinário. Então, dá prá ir levando, pelo conhecimento das coisas. Mas se uma pessoa começar, hoje em dia, não adianta nem começar. A não ser a hidroponia, que usa menos água, aí pode ser que dá mais certo. Mas a terra, mesmo, vou dizer, nessa região, aqui, vai ser meio difícil.

P: E porque o senhor diz isso?

K: Não, porque... a despesa é alta. Eu acho que não compensa, porque leva muito tempo na terra, prá se plantar, é mais longa, né? Agora, a hidroponia, não, depois que pôs a muda, vinte, trinta dias, já tá colhendo. Então, o espaço é mais pouco e a quantidade é bastante. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Tomemos, agora, as condições de vida no presente e as perspectivas de vida para o futuro no caso de um pequeno proprietário de terras da região. Na entrevista com o sr. Hermenegildo Hessel (, descendente das antigas famílias de colonos alemães (filho do já falecido casal João Hessel e Valdamina Helfstein Hessel) constatamos que este camponês, mantém-se, até os dias de hoje, trabalhando sob a lógica da economia doméstica.

**Foto nº 139: vista parcial da área de cultivo e da casa da propriedade da família Hessel**



Vista da propriedade do sr. Hermenegildo Hessel, morador do bairro do Embura, às margens da Estrada de Egenheiro Marsilac; em primeiro plano temos uma parte da lavoura e, ao fundo, a casa da família. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).



Toda sua família participa do trabalho e do consumo; dois de seus filhos também presentes na entrevista, Miguel e Donizeti, ambos aparentando algo em torno de trinta anos de idade, declararam incerteza sobre seu próprio futuro, e consideram-se despreparados para conseguirem um emprego. O trabalho que realizam com seu pai, na terra pertencente à própria família, é a única garantia de trabalho, ainda que diante das incertezas de se conseguir preço que cubra os custos de produção de suas mercadorias. Por isso, comercializa a maior parte de sua produção com feirantes; uma de suas filhas é, também, feirante, e, evidentemente, comercializa as hortaliças produzidas no sítio da família.

Já o sr. Laudelino, apesar de ter enfrentado diversos momentos de crise ao longo da vida como agricultor camponês, vê a chance de algum de seus filhos dar continuidade ao trabalho na terra, não obstante o fato de que o entrevistado sequer é proprietário da terra:

**Pesquisador (P):** Uma pergunta agora sobre sua vida, Seu Laudelino, qual foi o momento mais difícil que o sr. já passou na sua vida?

**Sr. Laudelino Vaz de Brito (L):** Olha eu passei vários momentos difíceis, viu? E tem vez que eu tô passando, tem dia que eu passo difícil, que nem agora, agora mesmo tô passando um momento difícil, tô com dois carros quebrados e precisando, arrumando dinheiro daqui e dali pra poder arrumar eles tudo, pra deixar no jeito, tem um mecânico que é muito amigo meu, que quebra o meu galho... hoje mesmo ele trouxe o motor da outra peruazinha pra quebra um galho...

P: Seu Laudelino, o sr. acha que seu filho vai seguir seus passos na vida, vai continuar trabalhando com a terra?

L: Ah! Vai, vai porque já dei toda oportunidade pra ele fazer outras coisas ele num quis, tá tá com vinte e tantos anos e tá, nem pensa em sair fora.

P: Ele gosta?

L: Gosta, ele gosta disso aí, quer seguir em frente, quer dizer que é isso aí que a gente tem prazer de trabalhar, porque vê os outros têm vontade, dá mais vontade na gente também, pra poder ensinar, passa pra eles tudo que a gente sabe e eles vão aprendendo e vai passando pra outros também. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 140: vista da unidade de produção arrendada pelo sr. Laudelino, na Estrada da Vagem Grande.**



Em segundo plano, observamos as terras, apropriadas pelo trabalhador por meio da relação de arrendamento, nas quais o sr. Laudelino Vaz de Brito produz mercadorias agrícolas, de cuja venda ele obtém o sustento de sua família. Cultiva, com base na mão-de-obra familiar, diversos tipos de hortaliças, destacando-se, na foto, as folhosas. O trator, meio de produção empregado para acelerar a produtividade do trabalho humano, pode ser avistado no canto esquerdo da imagem. Em primeiro plano, bananeiras e ao fundo, os morros da borda da Cratera de Colônia, cobertos com a vegetação em diversos estados de regeneração. Fonte: trabalho de campo, julho de 2003. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

É fundamental destacar o papel da agricultura diante da crise do trabalho: muitos daqueles que permanecem na atividade o fazem devido ao fato de que o emprego, seja na região, seja na cidade, é cada vez mais raro para os filhos de agricultores, a possibilidade de vender sua força de trabalho para um capitalista:

**Pesquisador:** Como é que você acha que vai ser o futuro aqui da região, vamos dizer... a gente viu acontecer agora, de uns 10, 15 anos pra cá, uma urbanização rápida de vários lugares aí, e tal. Agora tem gente que tá tentando impedir a coisa e tal... o que você acha que vai ser do futuro, o que você quer que seja o futuro dessa região aqui?

**Sr. Eduardo Schunck:** (...) tá acabando tudo, aqui num rende mais nada. A agricultura tá pouco, gado também não pode criar mais, né... vai ficando pouco né, só moradia... emprego é só longe, então a tendência é ir parando... Roubo tem muito aqui... aí a molecada fica sem serviço, tem que entender de cerâmica,

que é a única coisa que tem aqui. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O movimento que fez a agricultura da região declinar ao final da década de 1970 não foi o surgimento de novas lavouras mais eficientes longe da capital, aliado ao desenvolvimento das vias de transporte, nem o acúmulo de vantagens que teria diferenciado internamente os agricultores, mas, principalmente, a atuação cada vez mais constrangedora dos monopólios e o fim da Cooperativa Agrícola de Cotia. Mas, como sugere SHANIN (1983), o movimento de polarização não ocorre somente determinado pela *acumulação de vantagens*: o ciclo de vida das famílias, a proximidade com problemas típicos da periferia de São Paulo, mesmo os atrativos de uma vida urbana no Brasil ou no Japão e, sobretudo, a decadência da organização social promovida pela Cooperativa Agrícola de Cotia são fatores extremamente relevantes para explicar a mobilidade social polarizadora recente entre os estratos do campesinato da Zona Sul de São Paulo.

Não obstante, a força centrípeta (SHANIN, 1983) que provoca agora um potencial impulso na agricultura (ou seja, o surgimento de novas unidades de produção agrícolas calcadas no trabalho familiar e na propriedade dos meios de produção) não deriva de um casamento entre agricultura e mercado, mas de relações parcialmente contratuais, ou mesmo não contratuais, como veremos a seguir.

Isso indica que, no caso estudado, o problema da reprodução camponesa enquanto tal não está centrado na racionalidade da unidade de produção ou sequer está no determinismo das relações de mercado que forcem a especialização técnica do produtor agrícola. A reprodução camponesa, ao contrário, aparece no curso do processo segundo o qual a estrutura social capitalista se reproduz extensivamente e aprofunda a modernização no campo; mesmo lugar onde, contraditoriamente, é recriada uma organização social permeada por relações incondizentes com a idéia de mercado perfeito, especialmente no que se refere às formas de acesso à terra.

A crescente implementação de maquinário também favoreceu o desenvolvimento de novas estratégias produtivas e, portanto, da própria reprodução social camponesa, porém sob novas bases técnicas. O declínio da prática do mutirão constitui um caso exemplar: com a introdução de equipamentos mais sofisticados comprados no mercado, o coletivismo, representado pelo mutirão do plantio e da colheita da batata (no caso dos agricultores japoneses), passou a ser dispensado. A partir de então, tarefas antes desempenhadas por grupos específicos criados nas cooperativas passaram a ser planejadas e realizadas de acordo com recursos próprios de cada família de produtores agrícolas, todavia sempre com base num processo de trabalho camponês conforme o já descrito. Deve-se atentar para o fato de que a chamada “individualização” das unidades de produção constitui uma concepção prévia e típico-ideal sobre como o campesinato deveria ser, e não como ele realmente é, já que esta nova estratégia produtiva permite ao camponês continuar existindo como tal mesmo após a falência das instituições que fomentavam seu trabalho e sua reprodução social (como foi o caso da Cooperativa Agrícola de Cotia). Ele continua sendo um trabalhador independente que não foi separado dos meios de produção e, ainda, realiza sua atividade em uma coletividade familiar, doméstica.

A entrevista com o sr. Tabayashi nos mostra inclusive a dependência que se criou entre o agricultor e a casa revendedora de insumos: dado que não existe mais apoio técnico para a atividade, é a própria loja que supre essa carência, com seus técnicos e suas palestras:

**Pesquisador (P):** O senhor acha que faz falta pro agricultor, hoje em dia, essa organização que tinha antigamente, quer dizer, essa união que tinha entre os agricultores, o senhor acha que ela faz falta pro produtor agrícola aqui da região?

**Sr. Kitabayashi (K):** Fazer falta, sempre faz, mas, só que hoje também nós temos... Que nem, aqui em Itapeçerica, tem a associação. Praticamente todo mês tem reunião, umas palestra do professor que vende adubo, insumo... frasco, essas coisa, né? Tem essa parte, que começou agora, de hidroponia, né?

P: Onde o senhor compra, é no Ceagesp, mesmo, ou é nas revendedoras aqui da região?

K: Tenho comprado mais diretamente da fábrica.

P: Ah, direto da fábrica. E eles oferecem algum tipo de ajuda técnica pra utilização, desses...

K: Ah, eles informa, se perguntar. Informa sempre. Mas como folhagem é coisa fácil. (...). A gente não gosta de falar muito disso, porque tem muito concorrente. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Mas, apesar do esfacelamento dos laços de organização comunitária entre os agricultores, foi possível observar que alguns agricultores auxiliam seus conhecidos fornecendo produtos que lhes faltam para cumprir com as exigências de seus fornecedores. Para que isso ocorra, é fundamental a rede de conhecimento e amizade entre eles, como podemos observar no depoimento do sr. Ilceu:

**Pesquisador (P):** O senhor conhece outros agricultores daqui da região?

**Sr. Ilceu (I):** Conheço vários agricultor.

P: Como quem, por exemplo?

I: Vamos supor, o Binho, o Paulinho, Gil, o seu Nelson, Luís, Armandinho...

P: Eu já vou aproveitar isso para pegar uma dicas com o senhor. Esses agricultores, onde eles se localizam, quem o senhor acha que vale a pena entrevistar, por exemplo, quem tem histórias interessantes pra contar...

I: Ah, o Armando, mesmo, é um que tem.

P: Onde que ele fica?

I: Fica na Estrada do Quinze, nesse nosso bairro, mesmo. Ele tem uma faixa de uns vinte e oito, trinta anos que ele planta na mesma terra. Ele entrou lá rapazinho, hoje tá com os filhos quase todos casados... acho que todos casados, e ele na mesma terra, ele trabalha até hoje.

P: E os filhos dele, você sabe se trabalham com ele ou não?

I: Tem três ou quatro que trabalha até hoje. Essa foi uma pergunta que você me fez aí, agora atrás, se meus filhos continua. Os filhos dele, a maioria continuaram na roça (...).

P: Quem mais o senhor acha que é interessante entrevistar?

I: Deixa eu ver se tem outro...plantador grande... o Hideo. O Hideo fica na Estrada dos Eucaliptos. É perto daqui, também. É bem grande a agricultura... tem vários empregados. Ele trabalha com muita coisa. Esse é agricultor forte (...).

P: E um agricultor que trabalha só com a família, o senhor conhece por aqui também? Quem?

I: Conheço. Esse rapaz que foi no dentista, agora. É o Luís.

P: E a terra dele, onde é que é?

I: Aqui, do meu lado, dou outro lado, aqui.

P: Ah, tá. São os pais dele que plantam lá?

I: Não, só ele e a mulher.

P: Ele e a mulher? Não tem empregados...

I: Mas ele é muito novo, ele começou plantar no ano... foi em junho do ano passado. Ele é agricultor novo. Ele trabalhava de pedreiro... aí as coisas começou a apertar prá ele. Aí ele veio aqui me pedir ajuda: o que é que você acha de eu plantar? Eu falei, ó, Luís, não é grande coisa, não. Cê vê que... vamo supor, a mercadoria que eu não tenho em alguma época, se ele tiver eu pego e já passo prá ele, também. Então, eu ajudo ele, ele me ajuda.

P: Tem mais algum agricultor aqui que o senhor troca esse tipo de ajuda, com os agricultores?

I: Tem. Tem muito agricultor que... Eu sou assim... Não todos, a mercadoria que eu não tenho pro Sindicato, eu pego fora. Porque é um tipo de coisa que você não pode falhar com eles. Então, se eu não tenho, eu pego de você, se você não tem, eu pego de outro, mas sempre a verdura deles, eu tenho. Porque lá não é contrato. Lá, você tem que ter uma responsabilidade prá não perder.

P: Ah, o senhor não tem um contrato com o Sindicato...

I: Não. Eu tenho contrato... eu tenho contrato de boca. Porque o cara que trabalha lá dentro, ele é... a gente tem uma amizade muito grande. Então, o que ele precisa, ele pega tudo comigo, o que é verdura. Só que isso já tem... faz quase três anos. Nunca veio nenhuma reclamação.

P: E, por exemplo, troca de trabalho entre agricultores...

I: Não. Porque o único que planta sem veneno aqui sou eu. Você pode ver que o Sindicato já compra da minha mão por causa disso, também. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Resta mencionar que um fator raro, mas que também deve ser levado em consideração ao tratar da mobilidade social camponesa, já que pode acarretar no enriquecimento ou na crise econômica nas unidades de produção familiares: trata-se das relações do trabalhador familiar com as instituições financeiras, prática corriqueira desde os tempos da Cooperativa de Cotia à qual, hoje, muitos agricultores preferem não recorrer. O sr. Hermenegildo é um entrevistado que, como a maioria, nunca trabalhou com crédito bancário, sempre com recurso do próprio bolso. Já foi pesquisar para ver se compensava, e viu que não era vantagem. “O governo não dá meio por cento numa poupança, mas se você pede emprestado, vai ver quanto que é os juros”. Para quem trabalha como eles, com margem pequena de lucratividade e com pouca terra, poucos recursos, não compensa pedir emprestado: os compradores sempre pagam dias depois de

receber a mercadoria, às vezes algum contratempo os impede de colher, podem não pegar preço. “Se você não tem que pagar dívida, se acontecer alguma coisa você só perde uma vez, não tem que ficar pagando nada prá fora”.

Mas o sr. Laudelino é um exemplo de agricultor que já obteve crédito junto à linha do PRONAF, tendo aproveitado bem o custeio alguns anos, mas tendo ficado com uma dívida, devido a uma safra ruim, que se estende até hoje:

**Sr. Laudelino (L):** (...) tem um dívida no banco, que tá meio me atormentando...

**Pesquisador (P):** Essa dívida o sr. fez ela pra custeio de produção?

L: Pra produção e não consegui pagar, por causa de mau tempo. Fiz uma plantação aí... e o mau tempo veio e acabou com tudo...

G: Essa dívida foi daquele programa de crédito, PRONAF?

L: PRONAF. Foi, PRONAF... aquele plano funciona numa maneira diferente. Por exemplo, você tendo todos os papéis da propriedade, do proprietário, se tiver escritura, coisa de impostos e tal, os contrato bem certo, aí você vai lá e você faz isso aí, faz os papel lá da PRONAF que eles custeiam (...).

G: O sr. considera que isso é vantagem ou sr., agora que tá endividado, se arrependeu de ter feito esse empréstimo?

L: Numas certas hora, prá mim, foi vantagem, mas eu arrependi. Às vezes eu arrependo um pouco ainda, de ter precisado duma dívida dessa aí, e agora não conseguir pagar. É um problema que você fica atormentado, com a cabeça quente... às vez, telefonema de banco, isso, aquilo, e aquilo outro... você fica meio... "como é que eu vou fazê, meu Deus, como é que eu vou fazê?". Você tenta uma coisa de um jeito, não dá, tenta do outro não dá. Já tentei vários jeitos, agora tô nessa aí, [fornecimento para] merenda escolar, pra vê se consigo tirar alguma coisa assim, e defender uma coisa, pra pode cobrir lá.

G: Se o sr. precisasse da ajuda pública, da prefeitura, ou do governo pra alguma coisa, o que o sr. precisaria primeiro?

L: Olha... no momento eu não tenho uma idéia... eu precisaria pagar esse empréstimo do PRONAF, se eu limpasse esse do PRONAF, eu tinha direito pra retirar outros, pegar outros custeios.

G: O sr. retiraria outros custeios se isso fosse possível?

L: Tirava... tirava. Até mesmo o Vanderlei [funcionário da Casa da Agricultura de Parelheiros] tava com um projeto lá pra mim, que a gente ia fazer muda de eucalipto e tal, mas depois não deu certo nem prá mim, nem prá ele também. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 141: sr. Humberto, Sr. Laudelino e D. Maria, na casa de s. Laudelino**



Esta fotografia foi tirada em meados de 2003, quando ainda realizávamos o trabalho de campo para nosso Trabalho de Graduação Individual. Nela, retratamos, na casa de sr. Laudelino situada na estrada de Vargem Grande, o próprio (ao centro), D. Maria (à direita) e sr. Umberto Siqueira, já falecido. Um “ex-burocrata”, como ele mesmo dizia, tornou-se, ao fim da vida, produtor de mercadorias agrícolas utilizando a técnica da agricultura orgânica. Militou, nesse período, pela criação de uma organização social que envolvesse os agricultores e lhes facilitasse acesso a políticas públicas. Sempre foi militante de partido político (o Partido dos Trabalhadores – PT), acostumado a lidar com trâmites burocráticos e figura conhecida na região; conseguiu, para o sr. Laudelino, toda o encaminhamento necessário para que ele obtivesse crédito pelo PRONAF (é, segundo nossos registros, o único produtor do município de São Paulo a tê-lo conseguido). Notar a vestimenta simples, mas elegante de sr. Laudelino: essa foto foi tirada momentos antes da assinatura do contrato, a qual acompanhamos pessoalmente, no Banco do Brasil. Como visto, hoje, o Sr.Laudelino encontra-se endividado. Fonte: trabalho de campo, entrevista com o sr. Umberto Siqueira e sr. Laudelino em julho de 2003).

Por fim, resta mencionar que o sr. Laudelino vem buscando novas maneiras de comercializar a produção agrícola, o que pode fazer com que ele prospere enquanto agricultor, no futuro.

**Pesquisador:** Explica pra gente o que é esse programa pra fornecer pra merenda escolar, que o sr. tá participando agora, como ele começou, quem foi que trouxe esse programa?

**Sr. Laudelino:** Quem começou aqui, foi o Humberto [agricultor, militante de partido político e ativista pela agricultura na região, já falecido]. Já desde os tempo do Humberto, que ele sempre vinha aqui. Nós era muito amigo... a gente era muito amigo, e ele sempre vinha e falava pra mim assim: “Vamo fazer um negócio?”



Eu vou ajeitá um negócio pro ce. Vamo entrar com o negócio de merenda escolar: você vai fornecer prá escolas e você vai melhor a sua vida”. Aí comecemo a fazê as papelada, e fazê algumas coisa de serviço por aí afora e tal, mas parou. Parou por aí, por que os prefeito, mudança de prefeito e uma coisa e outra e tal... sempre não bate com o jeito que cê quer né ? (...) Aí, tudo bem... aí parou, parou tudo. Aí, veio o Luis Galetti [agrônomo que trabalhou na Casa da Agricultura Ecológica de Parelheiros], a gente sempre batendo na mesma coisa, batendo sempre na mesma tecla, e corre pra lá, corre pra cá... fiz vários estudos com ele por aí afora. Fui em Botucatu, fui na universidade de Botucatu pra descobri aquele negócio da “Agroecologia”. Fui em Recife, no segundo encontro da Agroecologia, com o Brasil inteiro, fizemo aquelas palestra, aquela coisa toda. Mas... num veio nada, ficô tudo na mesma. Agora... foi em outubro, [um amigo] chegou aí e: “cê não tá sabendo de nada?”. Eu digo, “não...”, ele falou: “olha aquele negócio estorou”. Eu falei: “o quê?”... Ele disse: “a merenda escolar, o sr. já tá no programa, desde agora. Já tem umas escolas e o sr. já vai começar fornecer já, o sr. precisa ir lá”. Fui lá, tudo, conversei com a Diretora... foi legal e foi bom, já comecei numa boa com o pé direito, já. Mas só que precisa mais alguma coisa, pra mim ampliar melhor. Aí elas falaram: “agora, a partir de fevereiro em diante, vamos entrar com mais três escola, pra você fornecer pra mais três escola”. Só que eu tô querendo apelar de outra maneira, tô querendo fornecer tudo, tudo que for necessário na escola. Fruta, legume, tudo que for preciso, verdura, tudo. Tudo que for preciso. Mas só que eu tenho que ter... como se diz... Já comprei essa perua. Essa perua é melhorzinha, um pouco. Prá mim poder... às vezes, precisa busca alguma coisa no CEASA, então tenho que ir, tenho que ir buscar lá pra poder fornecer às escola direitinho (...). Então eu queria, eu sozinho, só, pegar a escola e eu sozinho fornecer ela, de tudo que for necessário, fornecer elas de tudo. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### **9.4. A reprodução de modos de vida ancestrais em comunidades indígenas**

Nosso trabalho sobre a reprodução contraditória de temporalidades diversas em meio à crise do espraiamento urbano de São Paulo estaria incompleto se não fizéssemos menção às duas comunidades Guarani localizadas no interior da área de interesse dessa pesquisa. Esses grupos não originários do planalto paulista vieram, contudo, a povoar o antigo Sertão de

Santo Amaro na sua marcha migratória em busca da “terra sem males”. Provavelmente, muitos dos ancestrais dessas atuais comunidades atuaram como mão-de-obra nas atividades desenvolvidas no antigo sertão. Todavia, os Guarani Mbya espalharam-se por uma vasta área do litoral e do interior do Brasil, estabelecendo-se em aldeias no Espírito Santo, Santa Catarina e em São Paulo (em Itanhaém e Boracéia, além das duas comunidades estabelecidas no planalto). Registramos o seguinte depoimento a respeito da história do surgimento da aldeia de Krucutu:

**Pesquisador (G):** E, me conta uma coisa, como é que foi que as pessoas... quer dizer, como é que foi que a população daqui se juntou... quer dizer, essa terra foi comprada, é uma doação, foi o Estado que deu... Como foi que vocês conseguiram a propriedade dessa terra?

**Sr. Nelson Karaimirin (N):** Essa aldeia de Krucutu, eu ouvi eles falando, foi doado pelo japonês. O japonês doou essa terra prá pessoas, né, pro Manequinho, que ele me falou, né? Aí, depois, o Manequinho morava aqui, veio outras pessoas, uma duas, três, quatro, cinco, aí foi aumentando, né? Só que aqui não tá aumentando muito, nem tá saindo, também. Aí, às vezes vem uma pessoa, depois vai, depois volta... Porque aqui e mais longinho um pouco prá pegar condução, prá ir prá cidade.

G: No caso, o Manequinho, que você falou, quem é?

N: É o nosso cacique, hoje. (...) Foi ele quem ganhou essa doação de terra aqui, onde nós tamo agora.

G: E você sabe como que ele conseguiu essa doação? Por qual motivo o japonês resolveu doar a terra?

N: Olha, eu sei que... Antes de vir prá cá, dizem eles que moravam na Capela do Socorro. Nas ponte, pelas ponte. Não tem umas ponte, lá no Socorro? Então, dizem eles que moravam aí no socorro, numa ponte, lá. Aí o japonês viu eles, e trouxeram prá cá. Eu nem sei qual que é o nome do japonês, também. A terra ficou, e nós continua morando aqui dentro. Eles ganharam e nós tamo ficando. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Apesar da prática do roçado ser um costume ancestral dos povos Guarani Mbya, nas aldeias visitadas a atividade agrícola tem pouca expressividade na obtenção dos meios de sobrevivência das comunidades. Exceto algumas famílias que têm uma roça esporadicamente, o trabalho sistemático com a lavoura não é realizado. Isso se deve, em parte, à própria limitação da extensão

territorial das reservas, restringindo-se a possibilidade de realizar a agricultura tradicional indígena. Contudo, é fácil avistar-se árvores frutíferas e plantas ornamentais junto às habitações das famílias guaranis. O sr. Nelson, por exemplo, planta por prazer alguns pés de erva-mate nas imediações de sua casa.

**Foto nº 142: o sr. Nelson Karaimirim em frente à sua morada**



O entrevistado, sr. Nelson Karaimirim, à frente da casa em que mora sozinho, na aldeia de Krucutu, às margens da represa Billings. Notar que a construção foi improvisada com os materiais mais facilmente disponíveis. Apesar disso, ao adentrarmos o recinto, verificamos que o sr. Nelson mantém seu espaço bem organizado e dispõe de equipamentos mínimos para sua sobrevivência (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2009. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

**Sr. Nelson Karaimirim (N):** Isso aqui faz chimarrão.

**Pesquisador (G):** G: Hum... isso é erva-mate. E como é que faz, você pega essa folha e seca ela?

N: Seca a folha, seca no fogo, sá um sapecada. Quando tá seco, soca no pilão.

G: E você costuma tomar essa erva-mate?

N: Eu não. Não tomo não. Mas eu planto porque é bonito. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 143: o sr. Nelson Karaimin mostrando-nos um pé de erva-mate**



Imagem do sr. Nelson Karaimin junto a um pé de erva-mate plantado por ele. Ao fundo, sua casa e mais outra edificação não acabada. Avistamos também algumas bananeiras ao fundo das casas. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

A obtenção dos meios de sobrevivência é limitada; alguns membros trabalham nos centros comunitários das próprias aldeias, outros recebem renda mínima e cestas básicas de ONGs.

**Pesquisador (G):** G: Atualmente, aqui, vocês tem uma roça de vocês, prá sua alimentação, ou mesmo prá comercializar?

**Sr. Nelson Karaimin (N):** Olha, aqui nessa aldeia, aqui, a gente planta um pouquinho, assim, pelo menos prá gente... pro nosso consumo, né. Às vezes, quando dá prá gente plantar, né, porque não é todos os lugar que dá prá gente plantar.

G: E o que é que se planta, aqui?

N: Às vezes a gente planta mandioca, né? Feijão, milho, mas não é todo lugar que dá, né? Mas a gente tenta o possível.

G: Algum tipo de pomar vocês tem prá vocês, aqui?

N: Pomar... a gente planta alguns pezinho de fruta... quase não dá nada porque muitas formiga que carrega tudo, não deixa crescer, né. Pelo menos onde eu plantei, né? Não sei os outros.

G: E da onde vem a maior parte do alimento que vocês consomem, aqui?

N: Olha, o alimento que a gente tem, a gente compra. Porque, agora, prá você conseguir a doação de uma ONG, ou de alguma entidade, a gente não tem. Então, a gente tem que trabalhar,

conseguir o nosso trocadinho, prá poder comprar o alimento prá se alimentar.

G: E no caso, as famílias aqui, eles estão indo atrás de trabalho prá fora daqui... Como que as pessoas estão arrumando seu próprio sustento, aqui?

N: Porque as pessoas que trabalha, as pessoas que tem seu sustento, trabalha dentro aqui, mesmo, trabalha dentro da aldeia, mesmo. Então, tem os funcionários do CECI, na vendinha... então eles estão trabalhando prá poder se alimentar suas famílias. G: E no caso, bolsa do governo, esse tipo de coisa... algumas famílias daqui recebem, também?

N: A única coisa que a gente recebe aqui é a renda mínima. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 144: centro comunitário (CECI) da comunidade indígena de Tenondé-Porã**



Foto do Centro Comunitário da aldeia de Tenondé-Porã. O prédio, construído pela Prefeitura de São Paulo, abriga a cozinha comunitária, salas com computadores, escola, além de um espaço de convivência e reunião. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

**Foto nº 145: escola estadual em Krucutu**



Escola Estadual na aldeia de Krucutu, instalada pelo poder público, funcionando graças à iniciativa da própria comunidade e pela solidariedade de indivíduos que dedica seu tempo para criar condições de vida nessas terras indígenas (Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

A terra disponível é pouca, e o entrevistado nota que uma das necessidades deles é a da ampliação das terras da comunidade:

**Pesquisador (G):** G: Aliás, quanto tem o tamanho do terreno de vocês, hoje?

**Sr. Nelson Karaimirim (N):** Hoje, temos vinte e cinco hectares.

G: E como é que vocês foram anexando terras? Quer dizer, você falou que tinha mais ou menos um hectare, antes... como é que foi crescendo?

N: Bom, aqui já tinha vinte e cinco hectares. Lá no Tenondé que tinha um hectare, na época... Aqui já era vinte e cinco hectares.

G: E vocês tem planos de fazer crescer de alguma maneira? Quer dizer, mais terras.

N: Olha, os cacique, os mais integrados, estão lutando para que saia a ampliação das terras pra nós. Não sei como tá andando isso até agora.

G: O tamanho dessa terra aqui é suficiente para a sobrevivência de vocês?

N: Olha, eu acho que é pequeno.

G: Falta espaço pra que, por exemplo?

N: Falta espaço prá gente morar, fazer um barraquinho mais sossegado, prá fazer uma criação de galinha... se a gente quiser criar alguma coisa, não tem espaço.

G: Tá certo. Prá terminar, prá não te cansar mais, eu vou fazer uma pergunta a respeito o futuro. Como você vê o futuro da aldeia, o futuro da escola, das coisas que vocês conseguiram, quer dizer... com que você sonha?

N: Nós, que tamo aqui nessa área... a ampliação das terra. Porque eu tenho uma família, e um dia eles vão casar também, vão ter os filhos, vão ter os netos. Então se nós não aumentar essas terras, eles não vão ter conhecimento, não vai ter... Nós não temos cano, não temos água. Não temos cachoeira, não temos água corrente, (...) que existia antes, que nós tinha antes. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Se o assistencialismo é indispensável para a sobrevivência das famílias Mbya de Parelheiros, por outro lado, o comunitarismo foi um elemento fundamental para as conquistas que eles vieram efetuando, inclusive junto ao poder público, recentemente.

**Pesquisador (G):** G: Que mudanças você vê aqui nesse lugar... porque você veio primeiro, depois voltou, aí veio de novo. Que mudanças você viu, da primeira vez que você chegou, até os dias de hoje?

**Sr. Nelson Karaimirim (K):** Da primeira vez que eu vim... quase não tinha nada, né? Já temos mais estruturado, já temos posto de saúde, creche de um a sete anos. Aí, daí, sete anos, já passa escola estadual, né? Agora, melhorou muito, na época que eu vim, não tinha saneamento, não tinha água tratada, não tinha nada. Só tinha um poço que é poço manual que foi feito pela... Não sei se é pela FUNAI, ou o que é, não sei. Mas já temos poço artesiano, que é tratado, clorado, temos água encanada nas nossas aldeia, né?

G: (...) Como você vê, atualmente, a união das pessoas aqui na aldeia? Você considera que tem uma união entre as pessoas para fazer as coisas acontecerem junto, ou você acha que as pessoas são mais individualistas, cada um na sua?

N: Se fosse cada um na sua, acho que não teria feito nada. Você sendo unido, você consegue o que você quer. Agora, se você fizer individual, ou sozinho, você não consegue. Então, tem, que unir as pessoas, prá ter força prá gente conseguir aquilo onde a gente quer chegar.

G: Como foi que vocês conseguiram, por exemplo, a cozinha comunitária... esses projetos, agora, que estão sendo desenvolvidos, aqui... como que vocês conseguiram?

N: Alguém daqui foi atrás... foi a Prefeitura, veio a Marta...

G: Falando ainda a respeito da união das pessoas aqui, vocês fazem algum tipo de assembléia, reunião de quando em quando?

N: Reunião, sempre sai.

G: E o que é que se discute nessas reuniões?

N: É vários tipo de coisa. Tudo que é tipo de coisa. Saúde... ampliação das terra... melhoria da aldeia. É tudo o que tem nessa aldeia.

G: E... qual o papel do cacique entre vocês?

N: Papel do cacique é dar conselho prá comunidade, trabalhar, é fazer alguma coisa, ajudar... como que é? [Longa pausa, pensando]. Prá ter segurança... que fique mais nessa aldeia prá ter mais segurança das terra. Prá aumentar o pessoal, prá ter uma reserva, que já tem né?

G: A maioria das pessoas que moram aqui fala o Guarani?

N: Todos falam Guarani.

G: E o Guarani, para as crianças é ensinado na escola, mesmo?

N: [Acena que sim].

G: Que mais que as crianças aprendem na escola?

N: Aprendem ler, escrever, é vários tipos de (...), por exemplo, a limpeza, do lixo, catar lixo, não jogar lixo, deixar limpo. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

#### **Foto nº 146: edificação feita a partir de técnica tradicional indígena**



Construção erguida com o trabalho comunitário na aldeia da Barragem. Note-se, à base do abrigo, as toras utilizadas na sua construção e, à esquerda, um rapaz que trabalhava carregando a madeira. O material usado para cobertura da casa foi trazido de Itanhaém, graças aos contatos entre as aldeias Mbya do planalto e do litoral (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).



É interessante notar que as aldeias dessa área de estudo fazem parte de uma verdadeira rede territorial dos Guarani Mbya, que migram de um lugar para outro várias vezes ao longo da vida. A própria história do sr. Nelson mostra esse caráter “seminômade” dos Mbya:

**Sr. Nelson Karaimirim (N):** Meu nome é Nelson, que é... Era Nelson Pires de Lima, só que como eu perdi meus documentos, agora meu nome tá Nelson Karaimirim. Então, eu nasci no Paraná, (num lugar) que chama Alto do Pinhal. Nasci em 62, eu nasci e já criei lá mesmo, depois de quatorze, na época que eu vim prá cá eu tinha uns 14... 16, 17 anos. A primeira vez que eu vim prá cá foi 80, 81, o final de 81. A primeira vez que eu vim prá cá, quando eu cheguei na Barragem, eu tinha um hectare de terra. Era pouquinho gente, tinha um, mais ou menos uns... cinco ou seis famílias. Aí, dali foi aumentando... de 89 a 90 já foi aumentando o pessoal, né. Vinha do Paraná... Então, na época que... eu trabalhava muito com palmito, vendia muito palmito prá sobreviver, né. Não tinha muita ajuda, né... Pouca ajuda prá alimento, com roupa... Tava morando na cidade, não tinha mais uma caça, uma pesca, então, a única coisa que eu podia fazer era cortar palmito e vender, e cortar a carne dele prá gente se alimentar. Depois, daí, de 99... de 89, mais de 89, saí fui embora de novo... embora pro Paraná de novo, onde eu nasci e me criei, né... Na época minha mãe era viva ainda. Aí, em 90, fiquei lá mais uns quatro anos lá por Paraná, aí em 98 voltei de novo prá cá... aí tô até agora aqui... fiquei, acho que uns, até 2000 fiquei morando aqui na Barragem, depois vim prá cá. Agora, tô até agora aqui.

**Pesquisador (G):** E como era o modo de vida seu lá no Paraná? O que você costumava fazer?

N: No Paraná nós fazia roça. Lá nós tinha uma roça. É... a gente vivia da agricultura, mesmo. Planta em tudo que é canto, né, planta mandioca, batata, cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho... eh, tudo o que a gente planta, colhe lá. No Paraná é terra que dá prá plantar e colher. O pouco que você planta, você pode colher prá seu sustento.

G: No caso, quando você veio prá cá... assim, qual foi o motivo de você ter vindo do Paraná prá cá?

N: Olha, uma que nem era prá eu ter vindo prá cá. Porque, na época, eu era casado com uma moça, e como os pais, e a mãe, os irmãos vieram tudo prá cá... então, o motivo é esse, né, por causa que ela veio prá cá, também, né? (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 147: centro cerimonial em Tenondé-Porã**



Observamos na imagem o centro cerimonial da aldeia de Tenondé-Porã, no qual a comunidade freqüentemente se reúne para celebrar as tradições dos Guarani Mbya. Notar que a técnica de construção utilizada mescla o barro amassado para erguer as paredes, enquanto o teto é coberto com material de construção barato. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

### **9.5. Agricultores urbanos desempregados ou subempregados e trabalhadores proletarizados na agricultura**

Resta, enfim, tecermos algumas considerações sobre os *agricultores de quintal*, ou seja, moradores da periferia paulistana que vieram a praticar a agricultura como complemento de renda ou mesmo para consumo próprio (é o caso dos caseiros, moradores de áreas urbanas de baixo padrão, adensadas ou não, hortas comunitárias).

Entrevistamos, na estrada que vai para o Cipó, o sr. Natanael, 45 anos. Nascido na Paraíba, trabalhou na construção civil em São Paulo, para onde veio ainda jovem. No Nordeste, trabalhava colhendo algodão. Disse que passou fome na Zona Leste (Tatuapé), onde morou em acampamentos de trabalhadores da construção civil. Mas, de acordo com a educação que recebeu de seus pais para o trabalho na roça, diz o entrevistado: “nunca fui ensinado a roubar nem matar. Hoje, quem se dá bem não é nós que só aprendeu a trabalhar na roça, mas esses que rouba e que mata”. Ficou 15 anos desempregado, deprimido e bebendo. A roça foi uma maneira de encontrar ocupação e sair da ociosidade

(“quem aprende a trabalhar não agüenta ficar parado”). Analfabeto, tem o sonho de ver a filha formada na faculdade de enfermagem. Não tem os dentes, tem problemas nos pés. Mas, por causa da roça, dia o entrevistado: “hoje, eu não tenho dinheiro, mas não passo fome”.

**Fotos n<sup>os</sup> 148 e 149: plantação de milho e criação de animais em sítio ocupado por trabalhador desempregado**



A foto da esquerda, o sr. Natanael em meio à sua roça, na qual vive de favor, na estrada do Cipó. Na foto da direita, uma das cabeças de bovinos de que o entrevistado cuida diariamente; ao fundo, percebemos a precariedade da infra-estrutura para sua pequena criação. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

Ocupa um terreno com cerca de 1 hectare, onde planta milho (visível da entrada), tem uma pequena horta variada e cria animais (porco, galinha, vaca). Não comercializa a produção (ao menos não sistematicamente). Todo o milho é para o seu consumo e para alimentar o gado (“o gado come mais que a gente”). Esse terreno foi comprado entre familiares para o agora falecido sogro do entrevistado, de modo que o sr. Natanael mudou-se para lá devido à sua condição de desempregado. A agricultura, de fato, foi a ocupação que encontrou; uma forma de trabalho, mas não de emprego. Quem paga suas contas ainda é seu filho (cobrador de ônibus).

Seu Natanael tem 3 filhos, um casal de gêmeos e a filha mais nova. Todos, além da esposa, trabalham e moram no Jardim Ângela. Ele diz que esse terreno foi comprado por 25 mil, e agora quer vender, porque o barraco que ele

estava construindo foi embargado pela prefeitura. Desabafando, o entrevistado disse que nunca teve apoio da prefeitura, só impedimentos (além da casa, a construção de um lago de peixes que foi proibida).

O sr, Natanael trabalha diária e duramente porque não tem qualquer equipamento para a lavoura. Realiza, também, alguns bicos na região, cuidando de cavalos na vizinhança, ou em obras, quando é chamado. Não comercializa a produção porque, segundo nos contou, não vale a pena; o trabalho rende pouco por falta de maquinário. Não irriga a plantação, nem a horta de alface. “A água é essa aqui, que Deus manda”. Também não usa adubo porque não tem dinheiro para comprar. Disse o entrevistado que comprou um novilho por R\$ 250 e teve que trazê-lo na carriola.

**Foto nº 150: o sr. Natanael no terreno em que vive na Estrada do Embura  
Cipó**



Imagem do sr. Natanael no pequeno sítio do qual ele toma conta; em primeiro plano, à esquerda, vemos o entrevistado, atrás do qual avista-se a roça de milho. O córrego que passa por dentro do sítio pode ser observado à esquerda da imagem (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

Sobre a agricultura de quintal, não se pode deixar de mencionar que, em parte, ela ocorre nos loteamentos urbanos cujos terrenos são divididos de

maneira mais esparsa (configurando áreas urbanas pouco adensadas, mas onde é muito alto o índice de desemprego e subemprego). Nestas áreas, os moradores costumam ter um quintal, geralmente emprestado ou onde se vive de favor, em que plantam principalmente mandioca, milho e banana. Este é um fato já notável numa leitura preliminar da paisagem, percorrendo bairros como o Recanto dos Nobres, o Parque Florestal, em terrenos amplos à beira da Estrada Sadamu Inoue (antiga Estrada de Parelheiros), e mesmo nos núcleos urbanos mais adensados, como é o caso do Jardim Novo Parelheiros, conurbado ao Centro.

**Fotos n<sup>os</sup> 143 e 144: caseiro morador da Estrada Pedro Tico**



À esquerda, foto das mãos calejadas do sr. Zé Pedro (à direita), caseiro de um terreno onde funcionava uma antiga serraria, nas imediações do Cipó, município de Embu-Guaçu. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti.

Entrevistei também o sr. Zé Pedro, na Serraria da Estrada Pedro Tico. Encarregado de serviços gerais, ganha mal, cuida da terra onde funcionava uma serraria e que, atualmente, está sem utilização. O sr, Zé Pedro configura o caso de um caseiro, trabalhador extremamente mal-remunerado, mas um tipo comum de ocupação para a população desempregada nos arredores da metrópole. Com ela, fica garantida pelo menos a moradia, enquanto o uso do terreno constantemente é feito no sentido de obtenção direta dos meios de vida desses

trabalhadores. Muitos plantam milho, mandioca, bananas, plantas ornamentais, criam animais.

**Foto nº 145: paisagem da serraria na qual trabalha o sr. Zé Pedro**



Vista da serraria na qual trabalha como caseiro o sr. Zé Pedro. Notar a roça de milho, em primeiro plano, a antiga edificação em segundo plano e o represamento, ao fundo. Fonte: trabalho de campo. Janeiro de 2008. Autor: Giancarlo Livman Frabetti).

É um sistema em que parte relativamente grande da produção é consumida pela própria família, não obstante estimarmos com base em conversas no campo que parte também significativa, mas dificilmente mensurável, desses itens vendidos pelos “puxadores” ambulantes das redondezas seja proveniente desses quintais.

É também importante a figura do proprietário especulador (de grandes terrenos, de chácaras de lazer), o qual só aparece no sítio de tempos em tempos; geralmente um caseiro que não recebe salário fica encarregado de tomar conta do terreno, praticando nele a agricultura de quintal. Nestas terras, dependendo principalmente do tamanho da propriedade, podem ser implantadas atividades agrícolas como o plantio pouco manejado de *pinus* e eucaliptos, o cultivo de gêneros tidos como de subsistência (mandioca, milho, pequenas

hortas), o plantio esporádico de plantas ornamentais realizado pelos próprios caseiros e até mesmo o cultivo da banana usando a peonagem como mão de obra. Em um outro caso particular (mas muito significativo), encontramos um caseiro, não assalariado, que estava começando a trabalhar na extração de água subterrânea que seria vendida em galões para empresas distribuidoras. O sr. Ilceu nos fala sobre seu trabalho de caseiro:

### Fotos nº 146 e 147: condições de vida dos trabalhadores caseiros



Na fotografia da esquerda, construção precária em que vive o sr. Zé Pedro, na estrada do Pedro Tico. À direita, trabalhador caseiro que encontramos em uma estrada, cuidando de um bovino pertencente ao proprietário da terra em que mora. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

**Pesquisador:** E o senhor chegou a trabalhar de caseiro?

**Sr. Ilceu:** Trabalhei de caseiro... um mês. Só que caseiro, aqui, eles tem que ganhar cem, duzentos contos por mês. E, prá quem tem família, é meio pesado, na época. Aí, eu consegui comprar um tratorzinho, um carro que faz entrega, e continuo plantando... (Fonte: entrevista com o sr. Ilceu, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Finalizamos este segmento concluindo que a ocupação de caseiros não-remunerados configura uma situação extrema de exploração da força-de-trabalho, mas que se põe como saída para a obtenção de habitação e de meios de vida para uma população, dificilmente mensurável, mas cuja existência social precisava aqui ser lembrada para apontarmos a diversidade de situações

segundo as quais se reproduz a apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar.

**Foto nº 148: agricultura de quintal**



Ao centro da imagem, pés de chuchu: cultivo realizado em área urbana de baixa densidade. Observe-se a precariedade da estrutura empregada. Imedições da Estrada do Jaceguava. (Fonte: trabalho de campo. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti em 06/01/2004.).

#### **9.6. A questão da propriedade e uso da terra em área de proteção ambiental e a criação de novas unidades de produção familiares ao sul de São Paulo**

Para esta nossa análise, uma das primeiras variáveis que se mostraram altamente explicativas das dinâmicas sociais ocorrendo atualmente na região estudada é a *forma de acesso à terra* (sua relação com os trabalho e com os meios de trabalho). Isso porque, por trás dela, desenrolam-se justamente as relações sociais de produção as quais pretendemos elucidar no sentido de mostrar um pouco desta tendência de reestruturação (ainda que frágil) da atividade produtiva agrícola no lugar em questão. Cabe, portanto, mostrar historicamente como se dão as relações de propriedade na concretude do caso estudado, fazendo um panorama do que é hoje a questão da propriedade da



terra nesta área (diante das leis de preservação). Trataremos, primeiramente, dos agricultores proprietários de terras.

Em Parelheiros e Embu-Guaçu, de maneira geral, os primeiros proprietários de terra foram os descendentes dos colonos alemães vindos ao Brasil em diversas levas, totalmente miscigenados aos caipiras dos arredores de São Paulo, cujas propriedades antigas, às vezes com mais de 100 ha, foram compradas ao longo do último século, sendo depois divididas em lotes menores. Os herdeiros desses lotes puderam posteriormente optar entre vender sua propriedade, mecanismo a partir do qual surgiram muitas das chácaras de final de semana desta região, ou continuar detendo os direitos sobre ela. Alguns tiveram, por exemplo, a oportunidade de arrendar terras para outros agricultores ou explorar o trabalho de meeiros, principalmente em tempos de expansão da atividade agrícola em Parelheiros, ou seja, meados da década de 1950. Outros, pela influência do sucesso obtido já de início pelos próprios arrendatários de suas terras, dedicaram-se mais à horticultura.

O histórico das atividades produtivas hortifrutigranjeiras e da forma de acesso à terra da maioria das famílias de camponeses proprietários é sempre muito ligada à história da imigração japonesa ao Brasil, de modo que, atualmente, a maior parte dos *proprietários* de terras agrícolas, em nossa área de estudo, é constituída de famílias de descendentes dos agricultores japoneses, apesar de ainda ser significativa a presença de famílias descendentes dos alemães-caipiras no Distrito de Marsilac, Zona Sul de São Paulo.

O fato de serem proprietários fundiários encerra uma situação em que, por um lado, a família detém um patrimônio que garante sua própria sobrevivência, na medida em que oferece oportunidade de trabalho, moradia, de provisão das necessidades de consumo mais importantes, como é a alimentação; por outro lado, as estratégias de preservação deste patrimônio esbarram em uma série de dificuldades, como a de dar continuidade ao trabalho árduo e muitas vezes desvantajoso que se desempenha sobre a terra. Mas é importante frisar que, dentre todos os vetores que estão envolvidos na produção

agrícola nas condições aqui descritas, a propriedade da terra é o mais importante meio de sobrevivência e reprodução da família camponesa.

Todavia, verificamos em trabalho de campo que muitos camponeses não-proprietários da terra estão surgindo por conta de uma situação criada nesta conjuntura histórica presente. Um caso com o qual nos apoiaremos para mostrar a possibilidade de surgimento de novas unidades de produção familiares é o da d. Maria de Lurdes, filha de d. Adélia, moradora das imediações do bairro do Gramado. A entrevistada e sua família, nascidos na região, trabalharam por muitos anos na condição de caseiros na chácara de um proprietário local e na indústria de cerâmica da Estrada do Gramado (ao lado da qual sua irmã e o cunhado, hoje, têm um estabelecimento comercial de beira de estrada). Sua história de vida passa por um período de proletarização, no qual a família de d. Maria foi tentar a vida no Paraná; o marido trabalhando na usina e os filhos no corte da cana:

**Filha de d. Adélia (FA):** [a gente] sempre trabalhou assim em chácara, em roça, sempre de caseiro, assim ...

**Pesquisador (P):** Mas nunca numa terra que fosse de vocês mesmo, propriedade de vocês?

FA: Não. (...) Depois que eu casei a gente foi caseiro, ficamos 20 anos nessa chácara. Então fazia o serviço lá dentro... aí meu marido trabalhava 3 dia lá dentro, 3 dia fora. Aí, (...) foi pro Paraná também, 10 mês... também não deu certo. A gente voltou, tamo aí batalhando...

P: Foram fazer o que lá no Paraná?

FA: Ah! Fomo tenta!!! Vê se melhorava de vida, num deu certo...

P: Serviço na lavoura mesmo?

FA: Não, fomo trabalha na usina, usina de açúcar, meu marido e meu filho mais velho.

P: Fazendo lá na usina de açúcar?

FA: Faze açúcar, álcool, trabalho de encarregado. O meu filho mais novo trabalho no plantio de cana.

P: E foi sofrido.

FA: Foi ... muito.

P: Como é que foi isso aí?

FA: É ... fica longe de casa num é ... (sinal de não com a cabeça), da onde a gente nasceu e viveu, aí num dá prá fica não (emocionou)

P: A senhora tava morando onde lá no Paraná?

FA: Em Itapijara, uma cidadezinha do interior, né?

P: E a casa eram vocês que tinham construído mesmo?

FA: Não, aluguel, casa de aluguel

P: E seu marido tava trabalhando também na usina?

FA: Na usina.

P: Quanto tempo isso durou?

FA: Acho que ele trabalhou sete meses, aí quando inteiro dez meses a gente veio embora, aí meu filho do meio, acho que ele ficou lá dois meses não acostumou, aí o mais velho levou a mulher dele, né? Aí ele ficou sete meses, aí também veio embora, aí fico eu, meu marido e meu filho mais novo, aí trabalho conseguimos dinheiro e viemo embora (Fonte: entrevista com d. Maria, por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Ao retornar à casa de sua mãe, dona de um terreno na Estrada da Ponte Alta, onde veio a se instalar com sua família, o marido, desempregado, passou, recentemente, a experimentar a horticultura em um terreno antes desocupado, no qual ele, agora, tenta trabalhar de meeiro:

**Pesquisador (P):** E como é que é esse acordo com o dono da chácara, prá pode planta lá?

**Filha de d. Adélia (FA):** Ele entra com o produto e a terra e o meu marido com a mão de obra, então quer dizer que ele planta, ele colhe, e o homem só leva (risos)

P: Aí vocês fazem o que depois, dividem na metade a produção, ou não?

FA: É o que dá é pra se dividir, né?

P: Então é tipo meeiro?

FA: Isso.

P: Aí como foi que vocês conseguiram essa possibilidade de trabalhar de meeiro?

FA: Por um amigo dele, que trabalhava de pedreiro nessa casa, aí arrumou pra ele de trabalhar lá por dia ajudando ele, aí depois ele ficou, pra toma conta da chácara mesmo, né? Mexe com as planta na roça ...

P: E onde [é o lugar em que] vocês estão trabalhando agora?

ML: É aqui pertinho mesmo, no sítio do seu Pedro, na Estrada do Gramado mesmo.

P: Como é que vocês estão fazendo pra comercializar a produção de vocês?

FA: A gente num tá conseguindo não, o homem foi atrás mais ninguém queria leva, aí do dono próprio foi no CEASA e conseguiu uma ficha, aí conseguiu a nota fiscal e foi leva a primeira entrega hoje.

P: Quanta caixas vocês levaram lá?

FA: Levou... cinco caixas de rabanetes, 51 maços, e nabo pro homem vê, levou três maços de nabo, aí vamo vê o que dá.

Vejamos a seguir outro registro de ex-proletários indo ao campo para encontrar na economia doméstica um meio de sobrevivência. Os agricultores comodatários<sup>1</sup>, dessa área de estudo, constituem, em sua maioria, famílias chegadas a São Paulo somente a partir da década de 1960, compreendidas, portanto, pelo fenômeno das migrações recentes no Brasil. São pessoas que tiveram, na história de suas vidas, as mais diversas ocupações. Nos casos verificados, encontramos atuais agricultores e agricultoras (é notável a presença das mulheres à frente de unidades de produção) que já trabalharam, por exemplo, em cargos mal remunerados nas indústrias de São Paulo, em atividades comerciais como marreteiros e “puxadores” ambulantes de legumes e verduras, como atravessadores de produtos agrícolas ou como caseiros de sítios em bairros da Zona Sul como a Chácara Santo Amaro.

**Foto nº 149: casa de agricultor comodatário no bairro da Casa Grande**



Vista da casa do sr. Aguilier dos Santos, irmão do sr. Alex. O sr. Aguilier também trabalha em regime de comodato, em um terreno situado na estrada do Jaceguava, propriedade do filho herdeiro de família de origem japonesa, o qual não quis continuar trabalhando com a atividade agrícola. A casa foi construída pela própria família do entrevistado. Notamos que os materiais de construção utilizados assemelham-se aos das moradias urbanas da região. (Fonte: trabalho de campo, junho de 2004. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

---

<sup>1</sup> “O comodato é um contrato que supõe a devolução da coisa emprestada. A coisa, nesse caso, é a terra. O comodatário deve devolver a coisa cedida a seu proprietário. A coisa cedida aqui, é o canto, ou pedaço, que é também casa de morada e de roça” (MOURA, 1988: 121).

Diferenciam-se dos demais agricultores da região também por não serem proprietários das terras em que trabalham, apesar de não terem a obrigação de pagar pelo arrendamento, dados estes que sintetizam um conjunto de eventos históricos os quais repercutiram diretamente sobre a forma de gestão das propriedades agrícolas no caso de Parelheiros, bem como sobre a dinâmica de utilização produtiva de suas terras rurais.

**Foto nº 150: casa de agricultor comodatário no bairro Jaceguava**



Casa onde moram o sr. Alex Geraldo dos Santos e sua família. Igualmente construída pela própria família em terreno no qual se estabeleceram como comodatários. Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti.

Ocorreu, primeiramente, o referido esvaziamento produtivo de algumas propriedades agrícolas, resultado da crise que se inicia a partir de meados da década de 1970. Muitos agricultores, geralmente donos de propriedades grandes para os parâmetros da região (ou seja, cultivando terras com mais de 20 ha), desistem de continuar tentando dar prosseguimento às suas atividades e alguns membros dessas famílias partem para morar no Japão ou na cidade. Porém, após esse ciclo de decadência, surgiu a necessidade de se evitar a desvalorização dessas propriedades, cujo uso futuro, a partir de então, passou a

ser potencialmente impossibilitado em função de restrições legais de proteção ambiental (dadas especialmente quando a vegetação volta a cobrir o terreno desocupado, crescendo acima de um certo limite) e da constante ameaça das ocupações clandestinas (decorrentes da chegada, durante as décadas de 1980 e 1990, de novos contingentes populacionais vivendo em situação socioeconômica precária).

Como estratégia de preservação da propriedade da terra, é criada, a partir de então, uma oportunidade de moradia e trabalho nessas propriedades e, por meio de relações de conhecimento pessoal anterior como a de vizinhança ou de parceria no trabalho, novos agricultores começam a ser chamados especialmente para cultivar e proteger esses terrenos desocupados<sup>2</sup>. Foi, portanto, uma rede de contatos estabelecidos entre eles, no decorrer das trajetórias de suas vidas, que ocasionou sua inclusão nesta nova situação. A partir daí, entra para a atividade agrícola comercial da região uma população não pertencente às famílias mais tradicionalmente ligadas a esta prática.

**Foto nº 151: lavoura de berinjelas de agricultor comodatário**



Plantação de berinjelas no sítio do sr. Alex Geraldo dos Santos, em terras conseguidas sob regime de comodato com um antigo agricultor japonês, ao sul da represa Guarapiranga. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

---

<sup>2</sup> Fonte: entrevista com João da Silva Herculano, no sítio da Estrada Jaceguay, em 07/02/2004.

A permissão para o uso de terras depende de que esses trabalhadores não proprietários assumam a tarefa de garantir a preservação da propriedade (cortando o mato e impedindo invasões), além do compromisso de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) anualmente, cujo valor é relativamente baixo. Ocorre, portanto, uma troca, em que o proprietário abre mão do recolhimento da renda em dinheiro ou em produto, para retirá-la na forma de trabalho. A situação de alguns desses agricultores é regulada pelos termos de um contrato de comodato, assinado para registrar o acordo entre o dono da terra e o chefe de família que lá se instala. Outros<sup>3</sup>, no entanto, encontram-se ou incluídos no contrato de terceiros (atuando como um tipo de meeiro que não deve pagamento de parte de sua renda), ou simplesmente permanecem na terra em caráter de favor, uma situação bastante precária quanto às garantias de sua permanência.

**Foto nº 152: sr. Alex Geraldo dos Santos, seus filhos e um funcionário**



Da esquerda para a direita: o entrevistado, sr. Alex Geraldo dos Santos, seus dois filhos e um funcionário que trabalha como assalariado junto à família. As instalações, construídas com materiais baratos, correspondem ao barracão no qual são guardadas ferramentas e caixas de mercadorias, como as que vemos ao chão. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

---

<sup>3</sup> É o caso de Paulo César Ananias (fonte: entrevista no sítio da Estrada Jaceguay, em 22/05/2004), cuja permanência na unidade de produção não foi decidida junto ao proprietário, mas com João da Silva Herculano, comodatário. Nenhum contrato foi assinado, no sentido de formalizar esse acordo.

O senhor Alex Geraldo dos Santos foi um dos entrevistados que se enquadram nessa situação de comodatários em terras de proprietários os quais, por meio da exploração do trabalho camponês, visam manter a possibilidade de uso do terreno no futuro. O sr. Alex tem 25 anos, nascido em Ribeirão Branco, na roça, onde o pai plantava feijão e milho. Considera difícil e pouco valorizada a vida na agricultura, mas não ruim, pois o pai lhe passou, por meio da socialização do trabalho na família camponesa, valores como a honestidade. Já foram, no interior, proprietários de terra, e arrendavam outros terrenos. Seu pai vendeu a terra por causa de um empréstimo que não conseguiu quitar. “Deu errado a lavoura, e não deu prá cobrir a dívida”, feita com o Banco do Brasil. Disse que movimentavam “dinheiro alto”, ou seja, conseguiam as mais amplas linhas de crédito agrícolas possíveis. Tinha 4 anos, nesta época, mas nas conversas com o pai sabe que os meios de produção utilizados eram somente um trator, além de animais, como cavalos e burros.

O pai do sr. Alex foi nascido em Minas Gerais, Campos Altos. Veio para o Estado de São Paulo com 10 anos, chegando no município de River Sul, onde passou a juventude e casou, mudando-se depois para Ribeirão Branco. Lá, toda a produção era comercializada (“uns 95%”), menos o feijão. Saiu de Ribeirão Branco para plantar verdura nessa área da zona Sul do município de São Paulo, à beira de represa Guarapiranga. Ficou sabendo da oportunidade por meio de um atravessador para quem a família do sr. Alex fornecia tomates (trata-se do sr. João da Silva Herculano, também ele agricultor comodatário no mesmo terreno).

Aqui, sua família só paga o ITR, mas não tem quaisquer outros direitos além de plantar e construir uma precária habitação. O dono da terra vem de quatro em quatro meses, renovando o contrato de ano em ano. Faz isso “para o pessoal aqui não tomar posse”. A obrigação da família do sr. Alex, nesse contrato, é a de que eles “não pode deixar mato para não desvalorizar o terreno”.

A família de Alex planta uns 25% do total desse terreno, situado às margens da Guarapiranga. A terra do mesmo proprietário é dividida em 5 lotes,



dos quais tomam conta: Antônio, João Barba, Fernando, João Gervásio e Osiel (filho de d. Neusa). “O antigo proprietário, muito idoso, vem aqui com o filho e com o sobrinho ensinar como era o passado da família”. Não tem muito contato pessoal com os ocupantes, só pergunta de vez em quando se estão ganhando alguma coisa com a agricultura, se está tudo bem no relacionamento entre os vizinhos. O proprietário não ajuda em nada, “não pode construir sem a permissão dele, e se sair daqui ele vem derrubar a casa”.

O entrevistado contou-nos que seu plano é o de “ficar por aqui, enquanto der”. Se o proprietário resolver vender esta terra, vai alugar outro terreno e continuar trabalhando na terra, plantando hortaliças, “porque tem menos atravessador”. Vê como vantagem o fato de que já vende a produção diretamente para os pequenos mercados e para feirantes, os quais vêm até sua terra buscar as mercadorias. O maquinário utilizado é um trator para três irmãos. Juntaram-se os três e compraram o trator. Na sua terra, são quatro trabalhadores familiares, mais dois diaristas.

Um caso particular<sup>4</sup> merece destaque, pois quanto às questões de origem e etnia, ele diverge dos demais. Trata-se de um agricultor bem mais antigo na região, descendente de colonos japoneses, todavia personagem de uma trajetória que é a chave para o entendimento desta situação de mobilidade cíclica camponesa aqui descrita. Após a crise geral da agricultura no Cinturão Verde de São Paulo, este agricultor foi à falência, tendo perdido sua terra (devido às dívidas que havia acumulado) e abandonado uma roça cujo terreno ele arrendava, partindo para o Japão na condição de assalariado. Hoje em dia, após ter regressado ao Brasil, o antigo batateiro e tomateiro voltou à atividade agrícola, mediante o empréstimo de uma terra pertencente à família de seu irmão falecido – necessidade surgida devido ao fato de parte dessa terra ter sido invadida por famílias que ainda hoje ali permanecem.

Relaciona-se o surgimento desta forma de acesso à terra ao fato de que, por meio do mecanismo de herança, ou a atividade agrícola é continuada no seio da própria família, ou fica a terra mantida como reserva de valor

---

<sup>4</sup> Fonte: entrevista com Chisato Murakami, no sítio da Estrada do Jaceguava, em 20/02/2004.

administrada pelo filho mais velho, agora residente na cidade. Nessas ocasiões em que se interrompe a produção agrícola, surge a necessidade de se manterem as benfeitorias e as possibilidades de uso futuro no terreno: permite-se, com isso, que trabalhadores ocupem-no sem a obrigação de pagar ao proprietário renda em dinheiro ou em produto. As famílias recampesinizadas são, portanto, novos agricultores (ou agricultores de volta à atividade), submetidos a uma relação ao mesmo tempo distante e necessária com o dono da terra em que vivem.

Conversamos também com dois agricultores arrendatários, que estão trabalhando com a horticultura no lado sul de São Paulo. O primeiro deles é o sr. Ilceu, nascido em família camponesa, tendo migrado para São Paulo durante a adolescência:

**Pesquisador (P):** Em Minas, o senhor trabalhava na terra... a terra era própria dos seus pais...

**Sr. Ilceu (I):** Era dos meus pais, eles têm lá até hoje. Só que a gente plantava outro tipo de lavoura, a gente plantava algodão.

G: Como era a vida de vocês lá?

I: A vida na roça, sabe como é que é, né? É... boa. Porque não existe coisa melhor que a roça. Você tem liberdade. Você veve bem. Cê come bem. Agora, cê fica, o que, quinze dias aqui na minha casa, fica um dia lá na sua casa, prá você ver, como é que é na cidade, a diferença que é. Olha só, prá você ver, ó o sossego que tá. O único barulho é o trem que tá passando aí. Então, o sossego da roça é bem melhor.

G: Certo. E, no caso, a produção, você sabe prá quem eles vendiam a produção lá em Minas?

I: Vendia prá fazer... o algodão, vamos supor, o algodão você planta ele, colhe as maçã dele, aí manda prá usina, a usina vai descaroçar ele todinho, só vai ficar a lã. Aí é vendido prá fazer tecido.

G: E porque o senhor quis sair?

I: A gente... a gente, quando a gente começa a entrar nos dezoito anos, a gente quer arrumar prá gente, né? Então, achei que chegou a hora de eu sair prá ver se adquiria alguma coisa. Porque... hoje, os filhos dependem muito dos pais, mas naquela época, não. Chegava numa certa idade, a gente tinha que arrumar o da gente. Hoje, cê vê, a maioria não quer trabalhar. Pelo menos aqui em São Paulo. É igual hoje, uma criança aí de quatorze, a quinze anos, tem uma namorada. Então, eles não quer saber. Agora, se... vamos supor, se eu tivesse dezessete anos, se eu fosse agricultor, fosse arrumar uma namorada aí, prá ver se elas me queriam. Elas não quer. Quer aqueles

boyzinho. Agricultor, hoje, tá tão isolado, encostado, que nem namorada os cara arruma. Porque logo quando eu saí de lá (?), não tinha mais como depender dos pais da gente, e naquela época lá, as coisas eram mais difícil. Então você tinha que sair prá adquirir o que era da gente. Hoje, eu não tenho nada, mas o que eu tenho é meu. Foi ganhado na palma da mão. Estourada de calos (mostra os calos).

**Foto nº 153: o sr. Ilceu ao lado de sua Tobata**



Fotografia do entrevistado sr. Ilceu, camponês rendeiro, ao lado da Tobata a qual ele utiliza como meio de produção na sua lavoura de hortaliças variadas, situada na estrada da Ponte Alta. A varanda onde está o entrevistado fica à frente da entrada da casa dos antigos moradores e proprietários da terra, uma família de descendentes de japoneses que mudaram-se para o país de seus ancestrais. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria: Giancarlo Livman Frabetti).

Uma passagem da vida do sr. Ilceu é importante para entendermos o aparecimento dessa força centrípeta na agricultura realizada nos arredores da metrópole. Trata-se de sua transição de proletário a agricultor rendeiro na Estrada da Ponte Alta, Distrito de Marsilac, município de São Paulo:

**Pesquisador (G):** Por quanto tempo o senhor permaneceu lá em Minas Gerais?

**Sr. Ilceu (I):** Eu permaneci lá até os vinte e um anos. Hoje, eu estou com 49 anos de idade.

**G:** A família do senhor é de Minas, mesmo?

I: É, mora lá em Minas. Só eu que moro aqui no Estado de São Paulo.

G: Quando o senhor veio prá São Paulo, qual o lugar que o senhor chegou?

I: Eu cheguei na Estação da Luz, eu morava numa república, lá na Estação da Luz. Eu cheguei aqui foi em 90... foi em noventa e pouco.

G: Quando o senhor morava nessa república, o que o senhor fazia?

I: Eu trabalhava de ajudante de pedreiro, quando eu vim prá cá a primeira vez.

G: O senhor pode contar um pouco dessa fase da sua vida?

I: Posso. Passei fome... foi duro prá mim. Quando eu saí lá de Minas, eu tinha dinheiro prá eu ir até Belo Horizonte. Aí, quando eu cheguei em Belo Horizonte, o dinheiro não dava prá eu vir prá São Paulo. Cheguei lá, fiquei num abrigo, chamado abrigo Belo Horizonte, aí, consegui lá uma vaga de serviço, lá, prá arrumar um dinheiro eu vir prá São Paulo. Aí eu cheguei, como eu falei prá você, morava em frente à Estação da Luz numa república. E o primeiro lugar que eu trabalhei em São Paulo chama Vila das Mercês. Era uma fábrica de remédio que eles tavam fazendo lá.

G: Perto do Ipiranga, isso, né?

I: É.

G: Por quanto tempo o senhor trabalhou (na construção) nessa fábrica?

I: Foi um ano e seis meses.

G: E de lá o senhor foi prá onde?

I: De lá, eu saí e vim prá aqui morar num sítio, no Marsilac, perto da região onde a gente mora, hoje. Aí, tentei comércio, não deu certo. Aí, fui mexer com agricultura, que eu tó até hoje.

G: E o que é que levou o senhor a sair do Ipiranga e vir prá região de Marsilac.

I: Ah, o ritmo de vida lá não dava, porque é polícia toda hora, e ladrão demais, naquela época lá... e as coisa vão complicando, a gente arrumou família, né, e tem que caçar uma melhora mais pro outro lado. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

É importante destacar, neste depoimento, que o sr. Ilceu, ao chegar no Distrito de Marsilac, trabalhou primeiramente como caseiro. Encontram-se trabalhando desta maneira uma importante parcela da população desta área de estudo. Trata-se de uma relação de trabalho exercida nas piores condições: recorrentemente notamos que os caseiros não recebem salário; permanecem cuidando das propriedades (nas quais mantêm uma roça) mediante um lugar para morar. Diante desta condição, o entrevistado percebeu que a horticultura poderia ser uma saída para obtenção de renda para o sustento de sua família:

**Foto nº 154: criação de animais em sítio de camponês rendeiro**



Detalhe da pequena criação de animais, no caso, perus, no quintal do sr. Ilceu. Seja para o lazer, seja para o consumo da família, o entrevistado aproveita a disponibilidade de terra para exercer atividades complementares à horticultura. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

**Pesquisador (P):** O senhor, quando veio prá Marsilac, qual foi sua impressão? Conta prá gente como foi sua chegada... o senhor já conhecia?

**Sr. Ilceu (I):** Não, eu não conhecia. Eu já tinha um projeto de roça, que eu vivia em Minas, nós plantava lavoura de algodão. Eu conheci essa região através de um colega meu. Aí eu vim, gostei da região, olhei o solo, era uma terra muito boa, bastante água. Aí fui mexer com agricultura.

P: Como foi que o senhor começou a mexer com agricultura?

I: Assim, chegou um cara prá mim e falou: ô, "Dirceu", porque você não planta hortaliça? Eu falei, será que isso dá prá gente viver? Ele falou, até hoje, eu planto hortaliça e consigo viver. E graças a Deus, eu plantei até hoje... minha salvação foi a lavoura.

P: E quem foi essa pessoa?

I: É um rapaz que chama Bilinho. Ele mora lá na Estrada do Quinze. É uma pessoa excelente, foi uma pessoa que me acolheu na casa dele quando eu vim prá essa região, aqui.

P: Então, vamo pegar essa história. Quando o senhor chegou nessa região, o senhor ficou na casa dessa pessoa?

I: Direto, eu vim direto prá lá, ele me acolheu na casa dele. Agradeço muito, ele é uma pessoa bacana. E ele é agricultor, igual eu, até hoje. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

**Foto nº 155: casa do sr. Ilceu**



Casa em que mora o sr. Ilceu com a esposa (na foto, de costas, à porta da casa) e a filha do casal, vista a partir da varanda da residência dos proprietários (uma família de origem japonesa). Percebemos que o material utilizado é o bloco, mas a cobertura da casa é de telhas provavelmente obtidas junto aos fabricantes da região. (Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2008. Autoria de Giancarlo Livman Frabetti).

A terra onde hoje está o sr. Ilceu pertence a uma família de antigos imigrantes japoneses que abandonaram a atividade agrícola, tendo alguns membros da família mudado para o Japão. Todavia, preserva-se o patrimônio familiar: a terra aberta para cultivo na várzea continua produzindo, não foi tomada pelas taboas. Além disso, a propriedade continua sendo resguardada pela presença do sr. Ilceu:

**Pesquisador (P):** Como foi que o senhor veio se instalar aqui, nesse local?

**Sr. Ilceu (I):** Aqui era um japonês, com nome de seu Mário, que eu já conhecia ele, a família dele. Ele falou assim, eu tenho um terreno muito bom de agricultura. Se você quiser plantar, eu te arrendo, lá. Eu falei, tudo bem, vou lá ver. Aí, eu vim aqui, combinei com ele, e hoje eu estou instalado aqui, tenho contato

com ele. Ele mora no Japão, ele e o filho... ele é viúvo. E tô aqui tomando conta, com contrato, durante quinze anos (...).

P: E como é o contrato que você fez com esse senhor?

I: Eu fiz um contrato de arrendatário. Eu arrendei a terra, eu pago por mês. Não é caro, é quatrocentos e cinquenta Reais por mês, aqui, e tenho a terra e a casa, durante quinze anos.

P: No caso, o contrato tem alguma exigência do senhor?

I: Não, a única exigência é que o que eu fizer, tá feito. Eu já construí uma casa, no fundo, já reformei, tô reformando essa casa grande, já mudei o telhado... E se eu preciso de um dinheiro prá fazer qualquer reforma, é só eu ligar pro Japão que ele manda o dinheiro.

P: O investimento que o senhor fez nessa casa, não foi, então, o senhor...

I: Não, o investimento da casa, é ele que dá o dinheiro.

P: Os filhos dele moram por aqui?

I: Ele só tem um filho, mora no Japão, também. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

Outro entrevistado cuja história de vida é importante para entendermos como surgiram recentemente agricultores arrendatários ao sul de São Paulo é o sr. Laudelino Vaz e Brito de Oliveira. A trajetória do sr. Laudelino não passa pela vida na cidade; a família dele muda-se para um município da Região Metropolitana de São Paulo para trabalhar como empregados na produção agrícola:

**Pesquisador (P):** Quando saiu de Campos do Jordão já era casado, ou não?

**Sr. Laudelino Vaz de Brito (L):** Não, eu era criança, vim ainda criança pra Guarulhos. Aí cheguei em Guarulhos, a gente trabalhava com chuchu, chuchu depois passemos pra lavoura de pêssego...

P: Isso tudo em Guarulhos?

L: Tudo em Guarulhos (...).

P: E como que a família do sr. ficou sabendo que em Guarulhos era interessante de trabalhar?

L: É que meu tio veio pra Guarulhos. Veio primeiro, aí chegou em Guarulhos, trabalhou um ano em Guarulhos. Aí, deu um bom progresso na vida dele, [ele] voltou prá lá e falou: "A coisa lá pela aquela região é boa pra trabalhá, é um lugar bom, e outra, tem bastante negócio pra poder comerciá". Porque tinha o CEASA, tinha essas coisa né. Aí a turma ficou tudo... "Pôxa vida, se lá é bom então vamo prá lá". Aí, foi nessa aí que nós viemos também. Meu pai vendeu tudo que tinha lá, e minha mãe... meu avô tinha

terra própria, tinha fazenda própria, minha mãe saiu da casa do meu avô, deixou as terra dela lá, sei lá se ainda existe até hoje, eu não sei... nunca mais fomo prá lá. Aí viemo prá Guarulhos, aí viemo trabalhá. Trabalho de empregado, chegamo trabalhando de empregado pros outro, começamo assim...

P: Trabalhava como, tipo meeiro?

L: Não, diariarista, a diária. Trabalha por dia. Aí ficamo vários tempos trabalhando assim, aí, muito tempo, aí quando foi uma época, a gente pegou e partimo pra outro canto. (...) Descemo pro litoral, fomo prá região de Iguape. Chegamo em Iguape, (...) aí mudemo a história, aí já fomo trabalhá por conta própria, não fomo mais trabalha de empregado. Aí já mudou... (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A partir de então, os pais do sr. Laudelino tornam-se arrendatários de terras, ou seja, passam “a trabalhar por conta própria”.

**Pesquisador:** Trabalhava com o que lá em Iguape?

**Sr. Laudelino Vaz de Brito:** Lá trabalhava com vage, pepino, jiló, chuchu... trabalhava com tudo, todo tipo de legume. Mais era legume, vage, chuchu, jiló... sempre foi legume, e banana também, tinha bananal também. Aí até aprendi trabalha lá, e nessa parte tô cada vez aprendendo mais, cada vez aprendendo mais, envolvendo mais, fui tomando conta das coisas, fui crescendo, ficando homem. Aí, depois, passou os tempo, voltei pra Guarulhos de novo, arrumei minha esposa, aí fiquei uns tempo prá lá e depois vim embora prá cá. (Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

O entrevistado, ao deixar a casa dos pais, continua trabalhando com a produção de mercadorias agrícolas. Volta para arrendar a terra onde constituiria sua família nos arredores de São Paulo:

**Pesquisador (G):** E qual o motivo trouxe o sr. prá cá [para a Estrada da Vargem Grande, no Distrito de Marsilac]?

**Sr. Laudelino Vaz de Brito (L):** Um grande amigo meu que tinha lá, ele arrendou essa terra aqui. Ele arrendou essa terra aqui e me chamou pra vim prá cá trabalhá de ameia com ele. Fiquei tomando conta prá ele, plantando... Plantei tudo de ameia pra ele.

G: Mais ou menos que década que era, o sr, lembra?

L: 79... mais ou menos essa época, assim, 79 e 80. Depois eu fiquei até... Com meu chuchuzal, ficou até 93, 94, mais ou menos, depois eu apelei... falei assim, “vou arrendá a terra pra mim próprio, vou mudá a minha história, arrendá pra mim, não



vou trabalhá mais dependendo dos outros, vou andá com as minha perna, não vou anda com as perna dos outro mais... E sai por aí, fui arrendá propriedade por aí afora, arrendei várias propriedade, plantei, sucedi bem... aí foi quando comecei comprá um tratorzinho, comprá uma coisinha, comprá outra... mesmo assim ainda não tá ...não tá aquela coisa, sabe? (...) Aí, passando uns tempos, o cara que arrendava aqui largou, abandonou tudo aqui e foi embora, aí eu vim aqui e arrendei essa parte aqui. Falei, “aqui, acho que é melhor” (...). Aqui foi um lugar que nasceu vários filho meu, nasceu aqui, eles queriam voltá pro lugar que eles nasceram, aí eu falei “então, vamo embora pra lá”. Aí cheguei aqui e arrendei, o proprietário falou assim: “Cê pode fica aí e criá seus filho, seus neto, pode fica praticamente aí até... pode fica à vontade”.

G: O proprietário daqui quem é?

L: É Salvatore De Felipe, uns italiano, ele é corretor de imóveis, ele aparece quando precisa. Prá fala a verdade, ele nem precisa disso, então é a história minha é essa aí. E tô vivendo, tô construindo, tô progredindo devagar, devagar, mas mesmo assim não tá tão lá do jeito que eu queria, do jeito que eu quero não tá ainda não (...).(Fonte: entrevista por Giancarlo Livman Frabetti. Trabalho de campo, janeiro de 2008).

A mesma situação histórica relativa aos terrenos “vagos” resulta na categoria dos *proprietários-usuários*, que nada mais são do que agricultores tradicionais incluídos preferencialmente nesse esquema de arrendar terra mediante o pagamento de renda em trabalho (pois já tinham contatos anteriores com os donos de terrenos desocupados). Alguns deles, por terem conseguido acordos deste tipo, dispõem de terra em quantidades muito superiores aos demais. Aliando a vantagem de conseguir terras sem ter que pagar renda em dinheiro ao capital que previamente já vieram acumulando, os proprietários-usuários configuram os casos de produtores cujo valor da produção agrícola suplanta enormemente ao dos demais. Por fim, é importante notar que, contando com o fato dessa categoria intermediária amalgamar quantidades de terra próprias e não próprias, certamente a soma total de hectares utilizados em comodato (este instável, porém renovado regime de acesso à terra) é *maior* do que a quantidade compreendida pela categoria de *proprietários*. Quais serão as implicações disso para as perspectivas futuras da agricultura em Parelheiros (e em outras áreas onde essa prática do comodato é pouco difundida)? Isso é apenas um passo antes do fim definitivo da agricultura tradicional ou é uma

situação que tende a se generalizar, fazendo com que mais proprietários de terrenos vagos permitam com que mais contingentes aportem ao trabalho agrícola, futuramente? No trecho a seguir, o sr. Hermenegildo Hessel, que trabalha em regime de comodato uma pequena área ao lado de sua propriedade, nos mostra porque essa prática acontece:

**Pesquisador (P):** Aqui, qual o tamanho da terra do senhor?

**Sr. Hermenegildo Hessel (H):** Três hectares (...).

P: E essa área que o senhor, vamos dizer, pega emprestado aqui do lado, qual é o tamanho dela?

H: Eu uso cinco mil metros, só, o resto é plantado eucalipto.

P: E são vocês que cuidam do eucalipto?

H: Tem dia que eu olho, aí.

P: O senhor considera que, se, por exemplo, não tivesse esse eucalipto aí, esse terreno poderia ser invadido?

H: Se eu não morasse aqui por perto, a turma invade.

O mais significativo no que se refere aos estratos de área cultivada entre os agricultores entrevistados é o fato de que algumas das mais extensas lavouras correspondem a terras arrendadas ou “emprestadas” (sob regime de comodato). Também é importante mencionar que, via de regra, estes agricultores comodatários investem mais em equipamentos do que os agricultores proprietários, já que a instabilidade de sua situação na terra tornaria irracional o investimento em benfeitorias.

## Considerações finais

Iniciemos a síntese conclusiva da dissertação ora apresentada retomando nosso problema de pesquisa. Nossa proposta era a de examinar historicamente as transformações no meio rural do entorno de São Paulo em sua relação com a Cidade que passaria, ao longo do século XX, pelo processo de metropolização. Para a análise dessa relação, tomamos centralmente a dialética entre, de um lado, as relações de trabalho e de propriedade da terra nas unidades de produção domésticas das áreas rurais contíguas à cidade e, de outro lado, as formas de intercâmbio entre essas unidades de produção e os mercados urbanos de São Paulo, cidade na qual ocorria intensa concentração de forças produtivas criadas com a capitalização da riqueza gerada na economia agroexportadora do interior e pela instalação progressivamente maior e mais complexa de indústrias e serviços na Capital, sendo assim engendrada sua urbanização.

Para encontrar empiricamente uma situação sobre a qual fosse possível desenvolver nossa problemática de pesquisa, foi necessário concentrarmos a atenção sobre uma determinada área de estudo, devido à vastidão e à complexidade do entorno rural da Região Metropolitana de São Paulo. Escolhemos, então, lançar nosso olhar sobre a região anteriormente denominada Sertão de Santo Amaro, hoje compreendida pelos Distritos do extremo sul do município de São Paulo, além de parte dos municípios de Itapeverica da Serra, Embu e Embu-Guaçu.

Buscamos orientar teoricamente nosso raciocínio segundo certa tradição calcada no materialismo histórico, a qual toma as relações de produção e de propriedade da terra como fundamentais para a compreensão dos processos sociais no mundo rural contemporâneo. Esses processos, ainda segundo os pressupostos dessa orientação teórica, devem ser vistos a partir de sua dupla complexidade: de um lado, temos uma complexidade horizontal, relativa, por exemplo, aos mercados nacional e mundial, às estruturas sociais e políticas de uma época; de outro lado, temos uma complexidade vertical, ou complexidade

histórica, relativa à influência de formações de idade e épocas distintas na existência atual. Imerso na tendência de aprofundamento da divisão do trabalho impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, esse mundo rural ainda guarda, contudo, temporalidades pretéritas, modos de vida cuja compreensão não pode ser reduzida à forma dessas relações especificamente capitalistas de produção. Sob esta linha de argumentação, encaminhamos metodologicamente nossa pesquisa e estabelecemos as categorias de análise do real nela empregadas.

A partir desse instrumental, verificamos, no caso examinado, um primeiro momento em que o mercado de terras não havia ainda se constituído no Brasil. O estabelecimento de pequenos povoados ao redor da Vila de São Paulo de Piratininga, os chamados aldeamentos indígenas que existiram tanto sob a direção de jesuítas quanto a de colonos, fazia parte da estratégia colonial de dominação das populações do planalto paulista e, com elas, das terras e dos caminhos que dali irradiavam para os sertões de Minas e Goiás. Nesse contexto, em que São Paulo representava muito mais um centro estratégico do poder colonial e eclesiástico do que um centro econômico, surge, ao início do Primeiro Reinado, uma das primeiras experiências oficiais com o trabalho livre no Brasil: a Colônia Alemã de Santo Amaro. Imposta pelo governo imperial à província de São Paulo, a política de instalação dos imigrantes alemães tinha como objetivo utilizar o trabalho livre do colono europeu como meio para o Estado indiretamente exercer o controle sobre toda uma extensão de terras devolutas antigamente povoadas em regime de posse.

A respeito da presença dessa população posseira, não se pode deixar de mencionar que ela era constituída por indígenas, caboclos e mesmo por escravos foragidos na região, os quais anteriormente viviam espalhados pelo sertão, utilizando-no como lugar de passagem conforme se davam seus movimentos migratórios ou estabelecidos em ranchos precários em meio à mata. Conhecedores de modos tradicionais de manipulação dos recursos naturais da floresta, foi com esses antigos habitantes do cinturão caipira que os imigrantes viriam a conhecer as possibilidades de exploração daquelas terras

tidas, a principio, como incultiváveis. Muitos desses nativos passariam, mais tarde, a trabalhar para as famílias mais abastadas de camponeses imigrantes, seja por meio de relações de parceria, de assalariamento temporário ou até mesmo de escravidão.

Apesar das dificuldades de instalação da Colônia, o que resultou na migração de muitas das famílias alemãs para o centro da então freguesia de Santo Amaro, bem como para o interior do Estado de São Paulo ou mesmo para outras colônias alemãs no sul do Brasil, um contingente significativo se estabeleceu nas terras dos Sertões de Santo Amaro e Itapecerica; terras das quais viriam a se tornar proprietários privados após a instituição da Lei de Terras no Brasil. Verificamos, portanto, que, ao longo de todo o século XIX e início do século XX, não obstante o abandono da Colônia Alemã pelo Estado, esse então novo contingente de trabalhadores livres atuou, ao longo de décadas, com base essencialmente na forma da economia doméstica, transformando a paisagem do sertão devoluto em uma vastidão de terras rurais colocadas, a partir de então, no processo produtivo.

Apesar da presença, ainda que rara, da já mencionada relação de trabalho escravo (verificada muito mais nas cidades e vilas), além da parceria e da contratação de diaristas assalariados (estas, muito mais comuns nas áreas rurais ao sul de Santo Amaro), foi fundamentalmente com base no trabalho familiar e na propriedade dos meios de produção e da terra que os colonos alemães, os quais viriam a se miscigenar completamente com os caipiras do sertão, passaram a desenvolver atividades produtivas como a agricultura (predominantemente as roças policultoras, mas já introduzindo o cultivo de batatas visando o abastecimento urbano) e a indústria doméstica rural (engenhos de farinha de mandioca e milho, olarias e, principalmente, serrarias e carvoarias que aproveitavam a extração da madeira contida na vastidão da Mata Atlântica).

A historiografia e a geografia acerca da formação dessa região constantemente evocam o isolamento do caipira em relação à cidade; temos que havia, de fato, dificuldades tais como a de deslocamento (realizado por tropas de

burros) para os Mercados de Santo Amaro e Pinheiros. Contudo, também havia, sem dúvida, uma forma de intercâmbio imprescindível entre campo e cidade no caso examinado. Tomado, a princípio, do ponto de vista estritamente econômico, entendemos que, sem esse (ainda que modesto) intercâmbio comercial, não teria sido possível a reprodução camponesa nas novas áreas rurais, nem mesmo o abastecimento de alguns gêneros alimentícios nos ainda modestos mercados dos aglomerados urbanos. Ainda que muitas das trocas sequer envolvessem dinheiro, a obtenção de gêneros tais como o sal, o óleo (em substituição à banha de porco), a farinha de trigo, os tecidos, entre outros, somente podia ser realizada se as famílias camponesas levassem, por sua vez, produtos de interesse desses mercados situados nos núcleos das cidades e vilas de então (gêneros agrícolas como a batata, a farinha produzida nos engenhos, além do palmito extraído da mata e, principalmente, o carvão e a madeira, cortada em toras ou serrada em tábuas).

Esse desenvolvimento das forças produtivas no Sertão de Santo Amaro, dado com a introdução de um novo contingente de trabalhadores livres proprietários de terra, estabelecendo relações intersticiais, mas necessárias, com as cidades e vilas, também implicou a ampliação da rede de estradas e a formação de centralidades no meio rural ao sul da antiga vila de Santo Amaro, tais como a Colônia Paulista, Parelheiros, Cipó, Bororé, Embura, Casa Grande, entre outras.

Mas era no modo de vida caipira, o qual o imigrante alemão assimilou profundamente, particularmente participando da vida no bairro rural (este, núcleo da sociabilidade caipira, com seus pequenos aglomerados rodeados por sítios dispersos), que estava a possibilidade do encontro entre os habitantes dessa vasta área recém desbravada e de baixa densidade demográfica. Os mutirões eram comuns, e congregavam toda a comunidade em um rito de trabalho e festa. É ainda no modo de vida caipira e em sua organização social baseada nos bairros rurais que está o fundamento não-econômico da relação entre esse entorno rural e a Cidade de São Paulo. Se o bairro era o núcleo da sociabilidade caipira, as festas em datas religiosas no centro da vila de Santo Amaro e as

procissões até Pirapora do Bom Jesus congregavam fiéis tanto do campo quanto da cidade. Aos poucos, os pequenos aglomerados rurais e suburbanos em que se erguiam as igrejas, com a correspondente rede interna de estradas, para cuja formação foi essencial não somente o trabalho camponês, mas também sua devoção religiosa, passaram a compor uma extensão da própria cidade, o embrião de um tecido urbano unindo funcionalmente o meio rural à cidade.

Destacamos, enfim, o fato de que as famílias da região, sob chefia de seus patriarcas (via de regra, os camponeses de maiores posses), se misturavam em intercasamentos envolvendo tanto descendentes dos colonos imigrantes quanto caboclos, e tinham a característica de serem numerosas. Com o passar do tempo, isso levou a um primeiro movimento de parcelamento da terra, geralmente dada de herança na forma de partilha igualitária entre todos os filhos. Dentro da ordem moral vigente nessas áreas rurais, a cada nova geração de famílias camponesas resultavam várias novas unidades de produção. O caso da formação do bairro do Cipó, atualmente situado no município de Embu-Guaçu, é exemplar: a família Schunck, proprietária de vastas extensões de terra em todo esse bairro entre o final do século XIX e meados do século XX, acabou, posteriormente, vendendo boa parte de suas posses (repartidas entre seus membros conforme sucediam-se as gerações) diante das escassas oportunidades de obtenção de dinheiro na região.

Com a terra transformada em mercadoria e com a finalização da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, a Cidade de São Paulo passou a atravessar a primeira fase do seu movimento de urbanização. A riqueza gerada pela expansão da cafeicultura voltada à exportação, em um processo contraditório, fez crescer a implementação de infra-estrutura urbana na Capital, assim como em porções dos seus arredores, tais como seus subúrbios ferroviários. Com base nessa concentração urbana do capital produzido pelas relações sociais de produção no campo, são atraídas para São Paulo as primeiras indústrias de bens de consumo não-duráveis para abastecer, a princípio, a própria população de imigrantes nas fazendas de café e dos seus

pequenos aglomerados populacionais no interior do Estado. Com esse processo de capitalização envolvendo agricultura e indústria, cujo resultado é o alto crescimento demográfico de trabalhadores operários e prestadores de serviços na cidade, é engendrada uma primeira grande ampliação dos mercados consumidores urbanos, movimento, este, que leva ao aprofundamento da divisão do trabalho entre São Paulo e a população do seu meio rural circundante, a qual vivia, até então, majoritariamente, segundo a lógica da economia do excedente.

No intercâmbio entre essas duas porções territoriais contíguas, a monetarização das trocas dá margem ao surgimento de uma agricultura cada vez mais especializada tecnicamente. Nas terras anteriormente exploradas com a tradicional agricultura itinerante, começam a instalar-se imigrantes saídos das fazendas de café no interior de São Paulo, os quais, também com base no trabalho familiar e na propriedade dos meios de produção e da terra, passaram a praticar uma agricultura tecnicamente mais intensiva do que a dos antigos caipiras, voltada fundamentalmente ao suprimento das demandas dos mercados urbanos; trocas, estas, intermediadas essencialmente pelo dinheiro, equivalente geral de valor. Não se tratava mais, portanto, da economia do excedente, mas ainda tínhamos, contudo, no trabalho familiar e no controle produtivo de pequenas parcelas de terra, o fundamento das relações sociais de produção nas unidades de produção agrícolas que se espalhavam pelos arredores da metrópole em expansão.

Entre esses imigrantes, destacaram-se os japoneses, devido a uma série de fatores particulares, os quais retomaremos a seguir. Inicialmente, chamamos atenção à esfera oficial das empresas de imigração japonesas para o Brasil. Estas, no que se refere especialmente à instalação de pequenos produtores independentes em território nacional, atuaram estabelecendo acordos com o governo brasileiro em diversos momentos ao longo da primeira metade do século XX, trazendo milhares de trabalhadores que, inicialmente, chegavam, em sua maioria, em terrenos arrendados e, posteriormente, passaram a comprar terras ao redor de São Paulo.



Destaca-se, ainda, a organização das associações cooperativistas, tais como a Cooperativa Agrícola de Cotia, as quais, criadas inicialmente pelos próprios agricultores autônomos, organizados em colônias, para defender seus interesses contra os revendedores atacadistas como os do Mercado de Pinheiros, vieram a se tornar instituições fundamentais no desenvolvimento das forças produtivas nessa fração do campo contígua e cada vez mais integrada economicamente à metrópole. Particularmente a Cooperativa de Cotia, além de ter sido diretamente responsável pela expansão do estabelecimento de pequenas unidades de produção agrícolas baseadas na economia doméstica nos arredores (e, posteriormente, do interior) de São Paulo, também atuou na implementação de inovações técnicas entre os trabalhadores no campo, dando instrução e financiando o uso de insumos e meios de produção agrícolas industrializados.

A unidade de produção doméstica era a célula desse conglomerado que viria a se transformar em uma empresa capaz de influir decisivamente na regulação do preço de muitos dos principais alimentos consumidos na grande São Paulo. O processo de trabalho nas unidades de produção agrícolas, reforçados, era movido pela força-de-trabalho majoritariamente composta pelos próprios membros da família, havendo ainda a presença do assalariamento temporário, da parceria e do mutirão; era, ainda, realizado com meios de produção próprios – a princípio, rústicos (com base na tração animal), mas crescentemente incorporando a mecanização – e, enfim, tinha no controle produtivo da terra (da qual o imigrantes cada vez mais se tornavam proprietários privados) o fundamento de sua peculiaridade social. Tratava-se, portanto, sem dúvida, de um sistema produtor de mercadorias, centralizado por um grande conglomerado cooperativista, mas baseado essencialmente em relações de trabalho não capitalistas.

Com a especialização do trabalho nessa chamada “zona hortense”, a qual compunha o “cinturão verde” abastecedor dos mercados de São Paulo, os autores fundadores da geografia urbana de São Paulo passam classificar essas áreas do entorno metropolitano como “subúrbios rurais” da grande São Paulo.

Certamente, o aprofundamento da integração entre os mercados urbanos e as unidades domésticas de produção agrícola dos arredores paulistanos impôs ao processo de trabalho camponês uma padronização das práticas de cultivo, da qual o maior exemplo, na época, foi a denominada monocultura da batata. Chamamos a atenção, contudo, ao fato de que, mesmo diante dessa especialização do trabalho familiar, a lógica econômica dessa produção assentava-se essencialmente sobre o objetivo primordial de obtenção indireta dos meios de vida da própria família, ainda que isso pudesse significar, ideologicamente, a busca do acúmulo de poupança para retornar ao Japão (sonho, este, que, pelo menos entre as primeiras gerações, raramente chegou a se consumir).

As mercadorias produzidas nessas células de trabalho eram recolhidas pelos Grupos de Transporte de Cargas das Cooperativas; assim, as unidades de produção eram organizadas em distritos (com seus correspondentes depósitos centrais) e bairros, sendo que somente este último tinha um sentido particularmente comunitário. As mercadorias recolhidas passaram a ser revendidas, a partir da década de 1930, principalmente no Mercado da Cantareira, no Centro de São Paulo. No sentido inverso do seu papel de atravessadoras, as Cooperativas também forneciam linhas de crédito e, como já frisado, todo o apoio técnico para lidar com insumos e maquinário, tendo estas organizações cooperativas, portanto, um papel fundamental como intermediárias da relação entre as unidades de produção e os mercados organizados a partir da metrópole.

Desse modo, era na fase de circulação das mercadorias que o capital encontrou o meio para sujeitar a renda da terra produzida no ato do trabalho camponês. Isso se traduz concretamente no fato de que, dado o gigantesco crescimento da Cooperativa Agrícola de Cotia, essa organização, criada inicialmente para fazer valer os interesses dos produtores autônomos, tornou-se uma empresa capital na economia agrícola paulista (e, mais tarde, na de outros Estados), vindo a ser controlada, de fato, por interesses ligados diretamente aos grandes mercados atacadistas, ao sistema de financiamento e às indústrias de

bens de produção e insumos agrícolas. Uma empresa cujo crescimento, não se pode deixar de lembrar, culminou com sua explosão, na medida em que a corrupção interna e as insanáveis dívidas contraídas pela organização durante o período do “milagre econômico” no Brasil a levaram à falência no início da década de 1990.

Mas, à parte da crise administrativa da Cooperativa de Cotia, vale a pena mencionar que, sob a influência dessas organizações que intermediavam a relação entre os mercados urbanos e as unidades de produção familiares, incentivando a incorporação de técnicas como a aplicação de adubos minerais e defensivos na lavoura e o uso de maquinário agrícola substituindo a tração animal e possibilitando o controle da irrigação, a produtividade do trabalho camponês tornou-se progressivamente maior, assim como o custo de produção das mercadorias e o crescente endividamento de muitos produtores bataticultores. Nas base da formação desse quadro eminente de crise, estão as oscilações de preços das mercadorias agrícolas (determinadas por mecanismos econômicos sobre os quais os produtores, ainda que cooperados, não tinham qualquer controle), bem como o crescente custo de produção para o agricultor, chegando a resultar na perda do patrimônio para alguns camponeses, bem como na necessidade de maior especialização e intensificação do trabalho para outros.

Concomitantemente a essa especialização do trabalho familiar, mas não em função particular da atuação das cooperativas, a produção de mercadorias agrícolas no entorno paulistano e, mais especificamente, em nossa área de estudo, se diversificou muito a partir de meados do século XX. Apareciam, então, lavouras dedicadas à produção de hortaliças variadas, principalmente as de ciclo curto, e de plantas ornamentais, as quais representavam uma nova possibilidade de sobrevivência para as famílias camponesas, compondo-se, assim, novos sistemas de cultivo na área de estudo de nossa pesquisa. Diante dessa diversificação, a Cooperativa Agrícola de Cotia (ainda que sob resistência dos bataticultores) abriu, em meados da década de 1950, seu próprio setor de hortaliças; mas também ganharam importância, para o escoamento dessa

produção, os revendedores do Mercado da Cantareira (em sua maioria, japoneses que também produziam suas próprias mercadorias) e, mais tarde, os atacadistas do grande entreposto comercial surgido na década de 1970 na Zona Oeste da grande São Paulo, o Ceagesp.

Resta, ainda, consierarmos, no caso das comunidades rurais nipo-brasileiras, os fatores próprios ao modo de vida rural, à campesinidade, ou seja, os fatores não econômicos de sua reprodução social (fatores, na realidade, inseparáveis das determinações impostas pelas bases materiais da produção, mas a elas irredutíveis). De maneira simbiótica à gigantesca capacidade produtiva estritamente econômica alcançada, a princípio, pelas cooperativas agrícolas baseadas em células de trabalho familiares, verificamos também a importância do *ie*, a família japonesa, tomada agora como um conjunto de valores (e não apenas como um trabalhador coletivo), enquanto a base de toda a organização social sobre a qual se assentou a comunidade nipo-brasileira no campo. Verificamos, primeiramente, que a ordem moral e hierárquica é o determinante da forma tradicional de transmissão do patrimônio familiar, na qual um filho, geralmente o mais velho, herda as terras chefiadas pelo antigo patriarca e fica encarregado de conduzir o trabalho dos ancestrais. Os outros filhos devem estudar e procurar trabalho na cidade, enquanto as filhas devem casar e, desse modo, passam a fazer parte de outras famílias. Diante dessa forma de direito costumeiro, que considera o patrimônio familiar indivisível e exclui particularmente as mulheres do direito de herança, tivemos uma mediação própria ao universo camponês como determinante da reprodução do trabalho familiar no campo, na particularidade do caso estudado.

Também o caráter associativista da tradição japonesa constituiu um elemento fundamental de sua sociabilidade e da prosperidade das comunidades de produtores agrícolas, podendo até mesmo ser considerado um determinante essencial da conformação das cooperativas mistas. A própria Cooperativa Agrícola de Cotia surgiu, como visto, de uma associação comunitária japonesa (as chamadas “colônias”; nesse caso particular, a colônia do Moinho Velho, em Cotia). Se, de um lado, a tradição religiosa japonesa não implicava a reunião

periódica em torno de templos sagrados, de outro lado, as escolas japonesas, as associações de jovens e os *kaikans* encerravam os núcleos de sociabilidade da comunidade nipo-brasileira no campo, organizando o tempo de trabalho e de festa, intermediando casamentos, ensinando valores e transmitindo o patrimônio cultural ancestral, resolvendo assuntos diversos de interesse comum.

A lenta dissolução de todo esse aparato ao mesmo tempo empresarial e comunitário criado pelos imigrantes japoneses nos arredores paulistanos se daria ao longo da segunda metade do século XX, período em que veríamos de maneira mais evidente a industrialização como processo indutor da urbanização de São Paulo. A concentração de indústrias multinacionais de grande porte na metrópole fez com que se intensificassem as migrações campo-cidade no Brasil. Ocorreria, então, a conurbação da Capital com muitos de seus antigos núcleos suburbanos circundantes, formando-se a imensa aglomeração metropolitana de São Paulo. Nela, viriam a se instalar as estruturas de circulação, relacionadas ao tempo abstrato das mercadorias, tais como a rede viária de automóveis e de centros especializados na prestação de serviços, as quais se contrapunham aos bairros do atual centro expandido da cidade, bem como aos seus subúrbios, tidos, então, como suporte do tempo vivido, das formas tradicionais de experiência do tempo, as quais se veriam absorvidas, reproduzidas e metamorfoseadas sobre as novas bases sociais e econômicas lançadas pela produção do espaço metropolitano e da gestão de sua ordem distante, ou seja, do urbano.

Diante do quadro de acelerado crescimento populacional em São Paulo, o mercado imobiliário, então já formado, viria a ser impulsionado não só com a valorização fundiária e a verticalização desses antigos bairros (os quais passaram a comportar intensamente infra-estrutura e serviços), mas também conforme novas terras eram incorporadas e loteadas na periferia da cidade. Tal movimento ocorreu com grande intensidade no período referido, de modo que a formação dessa periferia urbana criaria, no âmbito das políticas públicas de planejamento territorial, a necessidade de regularização do uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas cujas condições naturais foram adaptadas e

utilizadas como infra-estrutura de abastecimento hídrico urbano. A Legislação de Proteção aos Mananciais editada entre as décadas de 1970 e 1990, (cujas disposições incidem, entre outras, sobre as bacias hidrográficas que compõem o sistema Guarapiranga), foi o primeiro desses instrumentos, sendo seguida por uma série de outros dispositivos de regulação do uso e ocupação do solo, dos quais destacamos, na área de interesse de nossa pesquisa, as Leis que instituem as Áreas de Proteção Ambiental do Capivari-Monos e do Bororé-Colônia, na zona sul de São Paulo.

A partir da década de 1980, em nossa área de estudo, particularmente, o problema do espraiamento urbano em contraposição às formas de uso e ocupação do solo previstas em Lei tornou-se mais grave conforme os Distritos de Parelheiros e Marsilac, bem como os municípios de Itapeverica da Serra, Embu e Embu-Guaçu, todos eles parcialmente ou integralmente inseridos em áreas regularizadas pela Legislação de Proteção aos Mananciais, começaram a se tornar áreas de alto crescimento demográfico, marcadas pelos piores índices de desenvolvimento humano da Região Metropolitana de São Paulo, compondo uma faixa da morfologia urbana à qual denomina-se hiperperiferia.

Com a crise do trabalho resultando no total alijamento de um imenso contingente populacional dos benefícios anunciados pela modernidade e pelo urbano, o espraiamento de padrão periférico em São Paulo começa, enfim, a revelar as contradições próprias ao seu processo de formação: o surgimento de novos loteamentos em áreas completamente desprovidas de infra-estrutura, nas quais passa a predominar uma população desempregada ou subempregada, vivendo nas piores condições sanitárias e habitacionais, tornou-se um meio para a criação de negócios promissores para os capitais produtores do espaço urbano. Nessas hiperperiferias, surgem novas oportunidades de alocações de investimentos para empreiteiras e empresas de transporte, as quais, acionadas pelas políticas públicas de “urbanização e regularização dos loteamentos clandestinos”, oferecem serviços de qualidade inferior para essa população de baixo poder aquisitivo, mas muito numerosa, residente em áreas carentes de vida urbana e cada vez mais afastadas do centro, porém interligadas

funcionalmente a grandes entroncamentos tais como Santo Amaro e Parelheiros, consolidando-se lentamente, assim, os loteamentos abertos precariamente.

Mas trata-se, ainda, de um movimento que se mostra contínuo e avassalador, na medida em que, sobre esta periferia que tende a se consolidar, novas áreas de valorização (e de expulsão da população pobre) vão sendo criadas pelo conluio entre, de um lado, os setores do Estado que controlam os órgãos de gestão territorial metropolitana e dali impõem suas racionalidades e, de outro lado, o capital da construção civil e das grandes empresas produtoras do espaço urbano, como ocorre exemplarmente no caso da construção do trecho sul do Rodoanel (sem qualquer serventia em termos de melhoria da qualidade de vida aos habitantes locais, mas relacionado à instalação de obras que compõem as estruturas de circulação e de prestação de serviços, tais como a logística, na metrópole). Ainda pressionando a expulsão da população pobre dessas áreas, temos também a criação das novas Áreas de Proteção Ambiental, as quais restringem a edificação de novas habitações ou a ampliação das já existentes em determinadas zonas de proteção.

Tomando o mesmo problema sob outro ângulo, ou seja, observando, agora, as transformações no mundo rural contíguo à metrópole dentro desse contexto do espraiamento urbano, verifica-se, inicialmente, uma redução da quantidade de unidades de produção agrícolas na área de interesse dessa pesquisa, fato que poderia ser interpretado, a primeira vista, como o resultado de uma diferenciação entre os estratos socioeconômicos internos do campesinato. Ou seja, alguns chefes de unidades familiares mais eficientes e dinâmicas teriam sido levados ao enriquecimento e permanecido na atividade como pequenos capitalistas, enquanto outras famílias, baseadas em um processo de trabalho tido como mais rudimentar, tenderiam ao desaparecimento por perecimento proletarizando-se, portanto. Esta diferenciação, enfim, se daria em função do impacto do desenvolvimento das relações do mercado interno sobre o campesinato, que supostamente deixava de operar sob suas tradicionais formas de organização da produção.

Um outro ponto de vista, atualmente muito comum nos estudos rurais brasileiros, admitiria que o trabalho familiar, independentemente de ser conduzido por grandes ou pequenos produtores, teria se livrado dos laços de pertencimento e de comunitarismo que fariam do campesinato uma sociedade parcial. Teria, assim, permanecido um contingente de produtores que, apesar de ainda baseados em unidades de trabalho familiares, encontram-se agora totalmente integrados aos complexos agroindustriais e às demandas dos novos mercados urbanos. Esta agricultura consistiria, ainda, em somente uma dentre diversas outras atividades do chamado novo mundo rural, ligadas principalmente ao setor terciário da economia.

Segundo os pressupostos esta orientação teórica, na denominada faixa periurbana da metrópole, sob as disposições dessas legislações de restrição ao uso e ocupação do solo, as políticas públicas deveriam privilegiar, portanto, os empreendimentos do “novo rural”, especulando com a terra e empregando, formalmente, poucas famílias. Diante dessas novas chances de alocações de investimentos no entorno rural da metrópole, tanto para os capitais do setor terciário desse novo rural, quanto para os já mencionados capitais produtores do urbano, a tendência hegemônica do processo aparece como a continuação da impulsão da população pobre residente nos aglomerados habitacionais de baixo padrão socioeconômico para além dessa periferia, assim como a expropriação dos agricultores, principalmente daqueles tidos como menos eficientes.

No entanto, segundo os resultados do nosso trabalho de campo, confirmamos, na área de estudo compreendida por nossa pesquisa, a presença de significativo contingente de unidades de produção agrícolas baseadas na economia doméstica e de modos de vida tradicionais atuando na criação de condições de vida para a população rural. A partir dessas evidências, encontramos, enfim, uma grande diversidade de possibilidades de reprodução do trabalho familiar baseado na propriedade dos meios de produção e da terra, bem como dos modos de vida rurais que sustentam a organização doméstica dessas também diversas formas de produção. Os processos sociais na assim chamada faixa periurbana de São Paulo só podem ser compreendidos se



tornarmos a observar as relações de trabalho e de propriedade da terra que remetem, nos tempos atuais, às temporalidades pretéritas, ligadas às diversas formas de produzir e às diferentes possibilidades de vivenciar o tempo. Por consequência metodológica, resta-nos, ainda observar as formas originais de intercâmbio entre o meio rural e o grande aglomerado urbano que se encontra em sua fase crítica de urbanização, revelando, assim, como se dá a reprodução camponesa sobre as novas bases econômicas e sociais impostas pela capitalização da renda da terra e pela pressão do espraiamento urbano.

A princípio, notamos, realmente, que alguns produtores rurais tornam-se, devido à sua capacidade de lidar com o mundo complexo das relações de mercado, abastados o suficiente para contratarem muitos funcionários e darem a seus filhos uma oportunidade de vida que não se restrinja à lavoura. Contudo, a maioria das unidades de produção com as quais tivemos contato em nosso trabalho de campo, são operadas sob hegemonia do trabalho da família e continua funcionando no nível da reprodução simples, ou seja, produzindo para poder consumir, aproveitando a condição de ter se apropriado de um pedaço de terra para nela, sob todas as dificuldades possíveis, trabalhar de maneira autônoma e garantir seus meios de vida.

Dentre os sistemas agrícolas resultantes das diversas relações de trabalho na chamada agricultura fundamentalmente comercial, destacamos inicialmente as modalidades de olericultura, em que verificamos, de uma unidade de produção para outra, uma significativa diversidade nas relações de trabalho e, por consequência, uma gradação no nível técnico empreendido. Temos, assim, desde sistemas agrícolas produtores de hortaliças variadas (combinando as de ciclo médio e as de ciclo curto) e de hortaliças folhosas na terra, nos quais predomina o trabalho familiar, até as grandes lavouras monocultoras (realizada em grandes terrenos e com uso intensivo de insumos e maquinário) e a hidroponia (geralmente praticada em terrenos de dimensões muito reduzidas, mas implicando alto investimento inicial); estas últimas, realizadas quase sempre (mas não exclusivamente) por meio de relações de trabalho assalariadas. Tecemos aqui, enfim, algumas considerações a respeito

do cultivo de plantas ornamentais. Neste sistema agrícola, também se verifica uma gradação no nível técnico empregado, assim como diversas relações de trabalho e de apropriação produtiva da terra.

Conforme as relações de trabalho e de propriedade reproduzem diversos sistemas de cultivo, as formas de comercialização da produção agrícola também se diversificam. Além da venda para o comércio atacadista nos entrepostos, surgem os contratos com grandes redes de supermercados, com os quais somente têm a possibilidade de arcar os produtores que contratem trabalhadores assalariados e introduziram sistemas técnicos mais avançados, como é o caso da hidroponia, ou têm grande disponibilidade de terra. Mas chama-nos a atenção o surgimento da possibilidade de crescimento da comercialização com as unidades de varejo local nessa nova periferia urbana de São Paulo (sacolões, pequenos supermercados e mesmo vendedores ambulantes), meio pelo qual o agricultor camponês esquiva-se de ter que entregar parte da renda diferencial da terra nas mãos dos atravessadores. De fato, muitos dos entrevistados não somente são produtores agrícolas, mas são também comerciantes, seja em barracas nas feiras livres da Região Metropolitana de São Paulo, seja, no caso dos produtores mais abastados, no próprio Ceagesp, onde alugam pontos de venda no atacado.

Concluimos que a crise do trabalho na cidade faz com que, atualmente, a agricultura seja uma possibilidade de sobrevivência para aqueles que conseguiram o controle produtivo da terra, seja por meio da propriedade privada, seja por estabelecimento de contrato de comodato ou arrendamento. Até mesmo a condição de caseiro, trabalho pelo qual geralmente não se recebe qualquer pagamento em dinheiro, passa a constituir um meio de sobrevivência, quando se tem a possibilidade de ter um lugar para morar, no qual se pode fazer um roçado, cultivar espécies ornamentais para venda ou criar animais. Temos, nesse caso, reproduzida, sob condições extremas de exploração do trabalho pelo proprietário fundiário, a possibilidade de realização de uma economia do excedente, mediante a permissão concedida ao caseiro de utilizar, para seu próprio sustento, parte do terreno do qual toma conta.

A importância do controle sobre uma parcela de terra para a obtenção, direta ou indireta, dos meios de sobrevivência é ainda mais drástica quando chamamos a atenção para as duas comunidades Guarani Mbya que foram criadas às margens da represa Billings. Nelas, apesar do investimento público em postos de saúde, escolas e centros comunitários, a sobrevivência de muitas famílias depende de programas governamentais de renda mínima ou de doações de organizações não governamentais. Não há condições para a tradicional prática do roçado ou do extrativismo do palmito, seja pela pequena quantidade de terras, seja pelas restrições legais de uso do solo. Além disso, são escassas as outras formas de trabalho que possam garantir renda às famílias indígenas. Mesmo assim, o controle comunitário das parcelas de terra conquistadas pelos Guarani Mbya ao longo do território brasileiro, entre elas as da Barragem de do Krucutu, compreendidas no âmbito da nossa área de estudo, é extremamente significativa para a reprodução do seu modo de vida, na medida em que as migrações de uma comunidade para outra são constantes e, nelas, as famílias têm a possibilidade de encontrar refúgio da expropriação territorial da qual foram vítimas ao longo de séculos de sua história e de viver comunitariamente, segundo sua opção de vida.

Mas é, finalmente, devido ao impacto criado pela implementação das leis de regularização de uso e ocupação do solo sobre as relações de propriedade da terra que encontramos a possibilidade de surgimento de novas unidades de produção agrícolas baseadas fundamentalmente na lógica da economia doméstica em nossa área de estudo. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, muitos terrenos incultos na área estudada passaram a ser tomados pela capoeira, de modo que, pelas disposições legais que regulam o uso e ocupação do solo nessa área, fica proibido o corte dessa mata em estado de regeneração; além disso, diante da ociosidade dos terrenos nas áreas de uso restrito, muitas propriedades privadas passaram a ser ocupadas pela população alijada do direito a habitação na metrópole. Diante desses acontecimentos, alguns proprietários fundiários da região, entre dos quais, antigos agricultores que desistiram da atividade, passaram a chamar famílias residentes em áreas

urbanas próximas, ou mesmo do interior, para morar e produzir em suas terras. Há que se destacar que muitas dessas famílias (algumas delas, inclusive, chefiadas por mulheres) já passaram anteriormente pela experiência da proletarização, e encontraram na apropriação produtiva da terra a possibilidade de fugir à crise do trabalho, ao total alijamento das condições mais básicas de vida causado pelo subemprego e pelo desemprego entre os moradores obrigados a viver nas periferias urbanas. Surgem, assim, novos agricultores que realizam a horticultura ou o cultivo de ornamentais voltados ao abastecimento dos mercados da periferia urbana, entregando a mercadoria em pontos de comercialização tais como os sacolões, os pequenos supermercados e as feiras livres. Muitos desses produtores, reforçamos, atuam como feirantes e recolhem mercadorias de outros produtores para revendê-las.

Enfim, potencialmente vista pelos técnicos de planejamento territorial dos órgãos públicos municipais e estaduais como uma forma de uso do solo potencialmente condizente com a condição de área de proteção ambiental, a agricultura passa a ser estratégica nas políticas públicas as quais visam a manutenção da paisagem rural nas áreas que compõem o sistema Guarapiranga de abastecimento hídrico metropolitano. Todavia, a exclusão desses produtores da atenção do mesmo poder público vem fazendo com que a aqui demonstrada reprodução camponesa, efetivamente, se dê não pelas ainda incipientes políticas de apoio ao produtor rural, mas por mecanismos próprios á dialética entre, de um lado, ao processo de trabalho e o modo de vida camponeses e, de outro lado, a tendência de seu crescente intercâmbio com os mercados urbanos. Isso faz com que venhamos a entender os processos que envolvem, tanto horizontal quanto verticalmente, a agricultura camponesa no entorno da metrópole como a face contraditória do próprio espraiamento urbano, ou seja, a temporalidade pretérita que, sobre novas bases sociais e econômicas, resiste, por meio de mecanismos próprios ao seu universo, à expropriação, mesmo diante de um quadro geral em que ocorre aceleradamente a transformação da terra rural em terra urbana, precariamente loteada. Esta reprodução camponesa, bem como sua crise diante do aprofundamento da

divisão do trabalho entre a metrópole em expansão e o campo circundante, consiste, portanto, não um resíduo, nem mesmo significa necessariamente a modernização da agricultura familiar, mas trata-se da reprodução capitalista de formas não-capitalistas de produção, um problema interno, uma alteridade necessária, e não simplesmente o oposto da chamada “expansão da mancha urbana” e do seu quadro aparentemente caótico, porém, de fato, permeado por contradições sociais para cujo desvendamento buscamos aqui contribuir.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. “*Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*” in *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* nº1, vol. 28. jan/ago 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Hucitec; ANPOCS, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. “*Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*”. Rio: IPEA, Texto para discussão n. 702, 2000.
- ALVES, Maria Celina Pedrosa Alves. “Projeto hidroenergético dos rios paulistas”. In: *O rio Pinheiros*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2002.
- ANDO, Zempati. *Pioneirismo e cooperativismo: história da cooperativa agrícola de Cotia*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Subúrbios orientais de São Paulo*. Tese (provimento de cátedra) apresentada ao concurso para provimento da cadeira de geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1945.
- BARREIRA, Cristina C. G. *Conflitos da expansão urbana na Bacia Hidrográfica de Guarapiranga: a ocupação urbana e o papel desempenhado pelos instrumentos de planejamento urbano ambiental na configuração do espaço*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PROCAM/USP, 2000.

- BELLENZANI, Maria Lúcia R. *A APA do Capivari-Monos como uma estratégia na proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo*. Dissertação de mestrado, PROCAM/USP, 2001.
- BOUZID, Mya. *Usos múltiplos e gestão integrada da água em uma bacia hidrográfica periurbana: Que perspectivas agrícolas? Exemplo da bacia hidrográfica do Alto Tietê-Cabeceiras na zona leste de São Paulo*. Dissertação de mestrado, CIRAD, 2003.
- BUENO, Ana Karina S.; REYDON, Baastian, P. *O mercado informal nas áreas de mananciais*. Mimeo, s/d.
- BUENO, Eduardo. *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro e WHATELY, Marussia. *Billings 2000: ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo*. Instituto Socioambiental (ISA), 2000.
- CARVALHO, Y. M. C.; e FRANCA, T. J. F. *A preservação dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo e a multifuncionalidade*. IEA, APTA. Brasil, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAYANOV, Alexander V. *The theory of peasant economy*. Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1986.

- COSTA, Emília Viotti Costa. “Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas”. In: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- DAMIANI, Amélia Luisa. “Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. 2 v.
- DAMIANI, Amélia Luisa. “Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.) *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. 2 v.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. “A paisagem agrária na obra de Leo Waibel”. In: *GEOgraphia – Ano. II, n. 4, 2000*.
- FAVARETO, Ariane da Silva e MARIOTTO, Fabiane Soraya. “Entre o rural e o urbano: características das áreas rurais no município sede da região metropolitana de Campinas (SP)”. In: *Anais do I Simpósio O Rural e o Urbano no Brasil*. FFLCH-USP/UFRG, 2006.
- FIGUEIRA, Fernando Antonio Reis. *Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças*. Viçosa: UFV, 2000.
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sítiantes tradicionais*. São Paulo, Ática, 1979.



- GRAZIANO DA SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp-IE, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas – SP: IE/Unicamp, 2ª ed, (Série Pesquisa, 1), 1999.
- GUIMARÃES, Olmária. *Participação de Santo Amaro - Parelheiros no abastecimento da cidade de São Paulo*. São Paulo: IG, 1966.
- GURVITCH, G.; COURTIN, P. “*Classes urbanas e classes rurais*” in QUEIROZ, M.I.P. (org.). *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- JEHA, Silvana. “Nos primórdios, um lugar caipira”. In: *O rio Pinheiros*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2002.
- KAUTSKY, Karl. *Questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2ª ed. 1983.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo*. Estudo de geografia urbana. Tese de Doutorado. São Paulo, Rio Claro, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. S.l.: Ulisses, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Ediciones Península, 1971.

- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Documentos, 1969.
- LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade – Jardinópolis, o estudo de um lugar*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1985.
- LÊNIN, Vladimir Il'ich. *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LIMA, Ronaldo Guedes de. "O desenvolvimento agrário no debate científico: uma reflexão paradigmática a partir dos clássicos" in *Teoria e evidência econômica*. Passo Fundo, vol. 13, n. 24, maio de 2003.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital. Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAEYAMA, Takashi. "Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil urbano". In: SAITO, Hiroshi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- MARICATO, Ermínia. "*Autoconstrução, a arquitetura possível*" in MARICATO, Ermínia, (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1982.
- MAROUILLI, Waldir A.; SILVA, WASHINGTON L. C.; SILVA, Henrique R. *Irrigação por Aspersão em Hortaliças. Qualidade da água, aspectos do sistema e método prático de manejo*. Brasília: Embrapa Informações Tecnológica; Embrapa Hortaliças, 2001.

MARQUES, Eduardo César e TORRES, Haroldo da Gama. “A recalcitrante relevância da periferia para o debate sobre as condições metropolitanas”. In: *Anais do XII Encontro Nacional da Abep-UNICAMP*, 2002. Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/ambt15\\_3.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/ambt15_3.pdf).

MARQUES, Eduardo César; BICHIR, Renata Mirandola. “Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo”. In: *Revista Espaço e Debates*, 2001. Disponível em: [http://www.centrodametropole.org.br/pdf/marques\\_bichir\\_esp\\_deb.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/pdf/marques_bichir_esp_deb.pdf).

MARQUES, Marta Inês Medeiros. “O conceito de espaço rural em questão”. In: *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 1994.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.

- MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo – São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, São Caetano do Sul; Editora Hucitec, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã* (i - Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo, Loyola, 1996.
- MENDRAS, Henri. “A cidade e o campo” in QUEIROZ, M.I.P. (org.). *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MICELLI, Sérgio. “Prefácio” in BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução: Ary França e Raul Andrade e Silva. HUCITEC – POLIS, São Paulo, 1984.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. “Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental”. In: SANTOS, M. *et al* (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.

- MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NETO, João Francisco. *Manual de Horticultura ecológica: Guia de Auto-suficiência em pequenos espaços*. São Paulo: Nobel, 1999.
- NOGUEIRA, Emília Costa e NUNES, Francisca M. "Propriedades de japoneses na região de Cotia". In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 9, São Paulo, outubro de 1951.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro" in CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004, v. 2.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- PENTEADO, Antônio Rocha. "Os subúrbios de São Paulo e suas funções". In: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica*. Tese (livre docência): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: S.N., 1964.

PINO, F. A. Perfil da Agricultura Irrigada no Final no Século XX no Estado de São Paulo. São Paulo: IEA, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Dialética do rural e do urbano". In: BLAY, Eva Alterman (org.). *A luta pelo espaço*. Petrópolis [Brasil]: Editora Vozes, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Do rural e do urbano no Brasil". In: SZMERECSÁNYI, T.; QUEDA, O. *Vida Rural e mudança social*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'". In: SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). *Experimentos com Histórias de Vida*. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

REDFIELD, Robert. *Folk culture of Yucatan*. Chicago: University Press, 1951.

RIBEIRO, Evanice Maria Högler. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831/1914)*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

ROLNIK, Raquel. "Exclusão territorial e violência". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 4, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400011&lng=en&nrm=iso).

- SANDLER, Guilherme. *A zona cerealista e o abastecimento alimentício da cidade de São Paulo*. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP. São Paulo, 2007.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Rodrigo Martins. *APA Bororé subsídios à implantação: praticando geografia com a teoria dos geossistemas*. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP. São Paulo, 2003.
- SCHIMIDT, Carlos Borges. "Áreas de alimentação em São Paulo". In: Bruno, Ernani Silva. São Paulo – Terra e povo. Porto Alegre: Ed. Globo 1967.
- SEABRA, Manoel. *Vargem Grande: organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1971.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, v 1.
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos Cebrap: Petrópolis, n. 26, 1980.
- SHANIN, Teodor. "Peasantry as a political factor". In: SHANIN, Teodor (org.). *Peasants and Peasant societies*. Middlesex: Penguin Books, 1973.

SHANIN, Teodor. "Russia as a 'Developing Society'. The Roots of Otherness: Russia's Turn of Century". Disponível em: <http://www.ruralworlds.msses.ru/eng/shanin-develop/glava2.html>.

SHANIN, Teodor. *Clase incomoda: sociologia politica del campesinado en una sociedad en desarrollo – Rusia 1919-1925*. Madrid: Alianza, 1983.

SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1979.

SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

SMITH, Neil. "Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space". Tradução de SANFELICI, Daniel de Mello. In: *Readings in Urban Theory* edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell (Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996).

SUBPREFEITURA DE PARELHEIROS e INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Relatório Técnico: quadro situacional do plano diretor regional da Subprefeitura de Parelheiros*. São Paulo, março 2003.

SUZUKI, Júlio César. "Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação". In *Revista NERA*, p. 134-150 – ano 10, n. 10. Jan./Jun. 2007.

SUZUKI, Júlio César. "Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri;



- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.) *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. 2 v.
- SUZUKI, Julio César. *De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFCLH-USP, 1996.
- TORRES, Haroldo da Gama. *Fronteira Paulistana*. Artigo apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG. Disponível no endereço eletrônico [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_64.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_64.pdf), Setembro de 2004.
- TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo. “*Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana*” in São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 18, n. 4, Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400005&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 14 Nov 2006. doi: 10.1590/S0102-88392004000400005., 2004.
- TUNDISI, José Galizia; VANUCCI, D. Assesments of nitrogen removal potential in the wetlands of R. Parelheiros. In: *Encontro NEGOWAT Brasil/Bolívia*, (mimeo), 2004.
- UEMURA, Margareth Matiko. *Programa de saneamento ambiental da Bacia do Guarapiranga: alternativa para proteção dos mananciais?* Dissertação de Mestrado. Campinas, FAU/PUC, 2000.
- VAINER, Carlos B. “Estado e migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias”. In: *Travessia*. Janeiro-Abril/2000.
- VALE, A.R. *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.

- VALVERDE, Orlando. "Metodologia da Geografia Agrária". In: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.
- VEIGA, José Eli. "Agricultura familiar e sustentabilidade" in *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, disponível em <http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v13/cc13n306.pdf>, 1996.
- VICENTE, M. C. M.; KULAIF, J. T. R.; e FRANCISCO, V. L. F. S. *Indicadores da atividade agropecuária e dos produtores nas sub-bacias de Tietê-Cabeceiras e de Guarapiranga*. IEA-APTA. Brasil. Informe de trabalho Negowat Brasil, Nº 14, 2005.
- VIEIRA, Miguel Gomes. *Relações de trabalho no Cinturão Verde da cidade de São Paulo: área de Cachoeira na pré-serra da Cantareira*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 1988.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1979.
- WHATELY, Marussia e CUNHA, Pilar Machado. *Guarapiranga 2005: como e porque São Paulo está perdendo este manancial. Resultados do diagnóstico socioambiental participativo da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2006.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiante do nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZENHA, Edmundo. *A vila de Santo Amaro*. São Paulo: S. C. P., 1977.